

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

UEBER JOSÉ DE OLIVEIRA

**CONFIGURAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO NO CONTEXTO DO REGIME MILITAR: UM ESTUDO REGIONAL
ACERCA DAS TRAJETÓRIAS DE ARENA E MDB (1964-1982)**

**SÃO CARLOS
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

UEBER JOSÉ DE OLIVEIRA

**CONFIGURAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO NO CONTEXTO DO REGIME MILITAR: UM ESTUDO REGIONAL
ACERCA DAS TRAJETÓRIAS DE ARENA E MDB (1964-1982)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos
(UFSCAR), como requisito parcial para a obtenção do
título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Villa.

**SÃO CARLOS
2013**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

O48cp

Oliveira, Ueber José de.

Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar : um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982) / Ueber José de Oliveira. -- São Carlos : UFSCar, 2013. 335 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2013.

1. Partidos políticos. 2. Sistemas partidários - Brasil. 3. Aliança Renovadora Nacional. 4. Movimento Democrático Brasileiro. 5. Eleições. I. Título.

CDD: 324.2 (20^a)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

BANCA EXAMINADORA DA TESE DE DOUTORADO DE
Ueber José de Oliveira

17/04/2013

Prof. Dr. Marco Antonio Villa
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. Vitor Amorim de Angelo
Universidade Vila Velha (UVV)

Prof. Dr. Ednilson Silva Felipe
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade
Universidade Federal de São Carlos

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 13h30 no dia 17/04/2013.

Banca Examinadora:
Prof. Dr. Marco Antonio Villa
Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
Prof. Dr. Vitor Amorim de Angelo
Prof. Dr. Ednilson Silva Felipe
Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade

Homologado na CPG-PPGPOL na
____. Reunião no dia ____/____/____.

Profa. Dra. Vera Alves Cepêda
Vice-coordenadora do PPGPOL

Dedico esta Tese a três pessoas muito queridas que vieram a falecer durante a sua confecção: a minha avó materna, Ida Pagung Plaster, “Força Vital”; a meu avô paterno Sebastião de Oliveira (o Vêio Ribeiro), “exemplo do contraditório”; e a meu primo, quase irmão, Marceze Schaffeln, que brindou aos amigos e familiares com apenas 36 anos de vida, mas que pela intensidade com que foram vividos, jamais serão esquecidos.

AGRADECIMENTOS

Seria impossível, em poucas linhas, agradecer a todos aqueles – pessoas e instituições – que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho. Faço questão de destacar, primeiramente, o Prof. Dr. Marco Antônio Villa, extraordinário orientador que me recebeu com muita presteza e respeito ao direito do livre pensar.

Da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), não posso deixar de mencionar os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, em especial aqueles com os quais obtive contato direto cursando as disciplinas: Vera Cepêda, Eduardo G. Noronha, Marcelo Coutinho Vargas, Maria do Socorro Sousa Braga e Márcia Texeira de Souza. Do mesmo modo agradeço a Secretária do Programa, Claudia de Moraes Barros de Oliveira, pela eficiência e forma sempre solícita com que atende e resolve as demandas que aparecem. Também agradeço aos colegas da turma de doutorado de 2010/1, pelo prazeroso convívio, ainda mais significativos, especialmente quando passamos uma temporada longe de casa. Ao nomear Ivan Ervolino, Cesar Canato, Fabrício Mazzoco, Leonardo Tor e Paulo Gustavo Pelegrino, extendo meus agradecimentos a todos os demais com os quais tive o prazer de conhecer e conviver.

Agradeço também à Prefeitura Municipal de Cariacica-ES, cidade em que resido desde a infância, que proporcionou grande parte da minha formação educacional, e da qual sou professor desde o ano de 2007. Sem a licença com ônus que recebi do município, não teria sido possível permanecer no Estado de São Paulo durante o ano de 2010 para cursar os créditos.

Agradeço igualmente aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, na pessoa de Michel Caldeira, pela paciência que tiveram comigo nas incontáveis tardes que por lá passei consultando a maior parte da documentação utilizada na tese.

Da Universidade Federal do Espírito Santo, agradeço ao Professor Valter Pires Pereira, que fez a leitura da versão original da tese, dando valiosas dicas para o seu aprimoramento.

Devo reforçar os agradecimentos a meu irmão, Ueliton José de Oliveira, que foi um dos grandes responsáveis por me inserir na vida acadêmica, assim como aos meus pais, Florita Plaster e José Maria de Oliveira, que me prepararam para a vida, e à minha esposa, Elisangela dos Santos, pela força e compreensão.

Por fim, agradeço de modo também especial aos membros da banca examinadora, os Prof. Dr. Thales Haddad e Prof. Dr. Vitor Amorim de Angelo, pelos esclarecimentos e pelas ricas

sugestões já na qualificação, e à Profa. Dr^a. Maria Teresa Miceli Kerbauy e ao Prof. Dr^o Ednilson Silva Felipe, que atenderam prontamente ao convite para a participação nesta defesa.

Importante salientar que aqueles que foram mencionados tiveram uma participação fundamental nos acertos desse trabalho. Porém, os seus erros, equívocos e lacunas são de minha inteira responsabilidade.

[...] Pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando um seu aspecto característico.

Antônio Gramsci

RESUMO

Partindo do pressuposto de que o Regime Militar Brasileiro, instaurado em 1964, baseou-se na manutenção de dois ordenamentos distintos – a ordem democrática e a exceção (autoritarismo) – a presente tese tem como principal propósito analisar esta configuração político-partidária, no Espírito Santo, entre os anos de 1964 e 1982. O foco dessa análise recai sobre a trajetória das agremiações partidárias vigentes no período – Arena e MDB –, considerando seus grupos políticos constituintes, nesta unidade federativa específica, caracterizada como periférica no conjunto do desenvolvimento nacional. A perspectiva que se toma para a análise dessa trajetória é a do arcabouço institucional montado pelo regime autoritário brasileiro (1964-1985). Analisa-se, sob esse pressuposto e foco, o desempenho político-eleitoral dos partidos supramencionados, em pleitos voltados para o preenchimento de vagas nos poderes legislativos (Senado, Câmara Federal e Assembleia Legislativa), segundo legislações eleitorais vigentes em cada pleito e em circunstâncias conjunturais próprias. Reconstituem-se, também, os diferentes contextos sucessórios, realizados de forma indireta a partir de 1966, da escolha de Governadores, e excepcionalmente para Senador Biônico em 1978, examinando-se a relação entre os partidos e os governos constituídos no período. A principal hipótese é a de que, apesar das restrições impostas pelo regime militar ao funcionamento do sistema bipartidário, identificam-se certas linhas de continuidade entre os períodos pré e pós-1964. Os resultados da pesquisa, que utilizou uma variada gama de documentos, tendo sido pautada na metodologia da *pesquisa documental múltipla*, demonstram que os principais atores políticos, sejam eles indivíduos ou agrupamentos, no interior das agremiações políticas em apreço, mantiveram certos padrões de posicionamento já verificados no cenário político-eleitoral do período 1945-1964. No caso da Arena capixaba, o partido reuniu tanto os membros do antigo PSD, com suas duas principais alas – a urbano-industrial e a agro-fundiária –, quanto as forças políticas que se juntavam em torno da frente partidária convencionalmente chamada de *Coligação Democrática*, que abrigava uma ampla gama de partidos políticos – UDN, PTB, PSP, PSB, PR, entre outros – os quais faziam oposição ao PSD. Já o MDB, foi, desde o início, aparelhado por um ex-membro da ala mais conservadora do antigo PTB e seu grupo, o que transmitiu ao partido oposicionista capixaba o mesmo perfil conservador verificado no PTB regional. O trabalho procura analisar, também, a confluência histórica entre o projeto de desenvolvimento que vinha sendo gestado no Espírito Santo desde os Governos pessedistas, especialmente o de Jones dos Santos Neves (1943-1945/1951-1954) – que os herdeiros políticos do governador colocaram em prática – e a implementação do projeto desenvolvimentista dos Governos Militares. A essa confluência de agendas – que se revelou elemento crucial de legitimação e permanência, nos espaços de poder regional, de figuras egressas das parcelas *urbano-industriais* do antigo PSD, durante a maior parte de vigência do Regime Militar – damos o nome de *Plataforma Ideal*. A parte final do trabalho se inclina a identificar os realinhamentos desses mesmos atores políticos supramencionados no novo cenário multipartidário forjado por ocasião da instauração da Nova República, bem como no pleito eleitoral de 1982.

Palavras-chave: Política, Sistemas Partidários, Partidos Políticos, Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Eleições, Campanhas Eleitorais, Espírito Santo, Desenvolvimento.

ABSTRACT

Assuming that the Brazilian military regime, established in 1964, was based on maintaining two separate orders - the democratic order and exception (authoritarianism) - this thesis has as main purpose to analyze this political party configuration, in Espírito Santo, between the years 1964 and 1982. The focus of this analysis is on the patch of the prevailing party associations in the period – MDB and Arena - considering its constituent political groups, this specific federal unit, characterized as peripheral set in national development. The perspective taken for the analysis of this trajectory is the institutional framework set up by the Brazilian authoritarian regime (1964-1985). It is analyzed, under this assumption and focus, the political election performance of the parties above in lawsuits aimed at filling vacancies in the legislative (Senate, House and Federal Legislature), according to electoral laws in force in each election and in own cyclical circumstances. It is also reconstituted, the different contexts succession, conducted indirectly since 1966, the choice of Governors, and exceptionally for Bionic Senator in 1978, examining the relationship between parties and governments formed in the period. The main hypothesis is that, despite the restrictions imposed by the military regime for the operation of the two-party system, it identifies certain lines of continuity between the pre-and post-1964. The results of the survey, which used a wide range of documents, and being based on the methodology multiple documentary research, demonstrate that the main political actors, be they individuals or groups within the political clubs in question, maintained certain positioning standards already verified in the political-electoral period of 1945-1964. In the case of capixaba Arena, the party met both members of the old PSD, with its two main wings - the urban-industrial and agro-land - as the political forces that gathered around the partisan front conventionally called partisan Democratic Coalition, that housed a wide range of political parties - UDN, PTB, PSP, PSB, PR, and others - which opposed the PSD. But MDB, since its beginning, rigged by a former member of the more conservative wing of the former PTB and its group, which sent to the opposition capixaba party the same conservative profile observed in regional PTB. The paper also analyzes the historical confluence between the development project that had been gestated in the Espírito Santo since the PSD governments, especially that of Jones dos Santos Neves (1943-1945/1951-1954) - whose political heirs of the Governor put into practice - and the implementation of the developmental project of the Military Governments. To this confluence of agendas - which proved to be a crucial element of legitimacy and permanence in positions of regional power, of alumni figures of urban-industrial portions of the old PSD, during most of the duration of the military regime - we call the *Ideal Platform*. The final part of the work is inclined to identify the realignments of those aforementioned political actors in the new multiparty scenario wrought upon the establishment of the New Republic, as well as the election campaign of 1982.

Key words: Politics, Partisans Systems, Political Parties, National Renewal Alliance (ARENA), Brazilian Democratic Movement (MDB), Elections, Campaigns, Espírito Santo (State); Development.

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

Tabela 1 – População do Espírito Santo – 1824-1920	51
Tabela 2 – Chegada dos Imigrantes e exportação de Café.....	55
Tabela 3 – Síntese da composição social do Espírito Santo – 1945-1964	71
Tabela 4 – Resultados das eleições para Governador – 1947	74
Tabela 5 – Quantidade de deputados estaduais eleitos, no ES, por partido – 1947	75
Tabela 6 – Resultados das eleições para Governador – 1950	75
Tabela 7 – Quantidade de deputados estaduais eleitos, no ES, por partido – 1950	76
Tabela 8 – Resultados das eleições para Governador – 1954	77
Tabela 9 – Quantidade de deputados estaduais eleitos, no ES, por partido – 1954	78
Tabela 10 – Resultados das eleições para Governador – 1958	79
Tabela 11 – Quantidade de deputados estaduais eleitos, no ES, por partido – 1958	79
Tabela 12 – Resultados das eleições para Governador – 1962	80
Tabela 13 – Quantidade de deputados estaduais eleitos, no ES, por partido – 1962	81
Tabela 14 – Síntese das alianças político-partidárias – Eleições Majoritárias no ES - 1945-1964	82
Tabela 15 – Divisões internas das principais agremiações partidárias do Espírito Santo - 1960/64	83
Tabela 16 – Nº de representantes, por partido, na Assembléia Legislativa – ES (1963-1966)...	96
Tabela 17 – Composição partidária da Câmara dos Deputados Federais (1945-1966)	107
Tabela 18 – Síntese do Documento constitutivo da Arena	114
Tabela 19 – Filiação dos Deputados Federais em Arena e MDB (1966).....	115
Tabela 20 – Filiação dos Deputados Estaduais do Espírito Santo em Arena e MDB (1966) ...	115
Tabela 21 – Membros da Arena – Seção Espírito Santo – 1966.....	117
Tabela 22 – Primeira Comissão Executiva do Diretório Regional da Arena-ES.....	120
Tabela 23 – Membros Fundadores do MDB – Seção Espírito Santo – 1966.....	122
Tabela 24 – Lista de Deputados que votaram a favor e contra o relatório que absolvía Chiquinho	134
Tabela 25 – Quantidade de Deputados que votaram contra e a favor da cassação de Chiquinho e filiação no bipartidarismo (fevereiro de 1966).....	135

Tabela 26 – Chapas concorrentes para a Presidência da Assembléia Legislativa – 1966.....	138
Tabela 27 – Enquete sobre as eleições indiretas de 1966.....	144
Tabela 28 – Resultado da votação para a escolha da Lista Tríplice a ser submetida ao Presidente para a escolha do Governador do Espírito Santo – 1966	146
Tabela 29 – Arenistas que assinaram a carta de Apoio à Christiano Dias Lopes Filho.....	149
Tabela 30 – Preços do café no Brasil e no Espírito Santo – 1951-1966	153
Tabela 31 – Percentual de cafezais erradicados em relação ao número existente em 1962.....	155
Tabela 32 – Resultados das eleições para o Senado – 1966.....	161
Tabela 33 – Resultados das eleições para Deputado Federal – 1966.....	162
Tabela 34 – Quantidade Candidatos eleitos por Arena e MDB nas eleições para a Assembléia Legislativa – 1966	162
Tabela 35 – Quantidade de Prefeitos eleitos, por partido, no Espírito Santo – 1966.....	163
Tabela 36 – Quantidade de vereadores eleitos, por partido, no Espírito Santo – 1966.....	163
Tabela 37 – As 26 Leis delegadas editadas na Gestão Christiano Dias Lopes (1967-1971)	176
Tabela 38 – Chapas concorrentes para a Presidência da Assembléia Legislativa – 1968.....	178
Tabela 39 – Chapas que concorreram ao Diretório Regional da Arena – 1969.....	201
Tabela 40 – Diretório Regional da Arena eleito em 1969.....	202
Tabela 41 – Chapas inscritas para a Comissão Executiva da Arena – 1969	203
Tabela 42 – Diretório do MDB eleito em 1969.....	204
Tabela 43 – Comissão Executiva Regional do Movimento Democrático Brasileiro do Espírito Santo (MDB-ES) – 1969	205
Tabela 44 – Chapa de Conciliação formada para concorrer à Presidência da Assembléia Legislativa – 1969	206
Tabela 45 – Resultado das eleições para o Senado – 1970	227
Tabela 46 – Resultado das eleições para Deputado Federal – 1970	228
Tabela 47 – Quantidade de Deputados Estaduais eleitos por Arena e MDB – 1970	228
Tabela 48 – Quantidade de Prefeitos eleitos, por partido, no Espírito Santo – 1970.....	229
Tabela 49 – Quantidade de vereadores eleitos, por partido, no Espírito Santo – 1972.....	230
Tabela 50 – Grandes Projetos de Impacto.....	239
Tabela 51 – Eleitorado do Brasil e ES – votação para a Câmara Federal (1962-1982).....	245

Tabela 52 – Representação na Câmara dos Deputados – Arena-MDB (1966-1978).....	246
Tabela 53 – Representação Partidária no Senado Federal – Arena-MDB (1966-1978)	247
Tabela 54 – Diretório da Arena eleito em 1972	249
Tabela 55 – Comissão Executiva Regional da Aliança Renovadora Nacional Arena-ES – 1972	250
Tabela 56 – Comissão Executiva Regional do Movimento Democrático Brasileiro-ES – 1972	251
Tabela 57 – Resultado das eleições para o Senado – 1974	266
Tabela 58 – Resultados das eleições para Deputado Federal – 1974	266
Tabela 59 – Quantidade de candidatos eleitos por Arena e MDB nas eleições para a Assembléia Legislativa – 1974	267
Tabela 60 – Lista dos principais empreendimentos dos Grandes Projetos de Impacto	274
Tabela 61 – Resultados das eleições para o Senado – 1978.....	293
Tabela 62 – Resultados das eleições para Deputado Federal – 1978	294
Tabela 63 – Quantidade de candidatos eleitos por Arena e MDB nas eleições para a Assembléia Legislativa – 1978	295
Tabela 64 – Relação entre População e N° de eleitores do Espírito Santo – 1982-1991	303
Tabela 65 – Deputados Estaduais (1979-1983) e filiações partidárias	306
Tabela 66 – Composição da Assembléia Legislativa após a Reforma Partidária de 1979/1980	306
Tabela 67 – Deputados Federais (1979-1983) e filiações partidárias	306
Tabela 68 – Resultados da eleição para Governador do Estado do Espírito Santo – 1982.....	313
Tabela 69 – Resultados das eleições para Deputado Federal – 1982	314
Tabela 70 – Resultados das eleições para o Senado – 1982.....	314
Tabela 71 – Resultado das Eleições de 1982 – Brasil.....	315
Tabela 72 – Número de Prefeitos eleitos em 1982 no Brasil e no Espírito Santo, por partido. 315	
Tabela 73 – Quantidade de Prefeitos eleitos, no Espírito Santo – 1966-1976	321
Tabela 74 – Quantidade de vereadores eleitos, por partido, no Espírito Santo – 1966-1976....	321
Tabela 75 – Desempenho de Arena e MDB na Assembléia Legislativa do ES – 1966-1978...	321

Tabela 76 – Desempenho de Arena e MDB na composição da Bancada capixaba na Câmara Federal – 1966-1978.....	321
---	-----

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Desempenho eleitoral dos principais partidos – Assembléia Legislativa – 1945-1964 – quantidade de cadeiras (%).....	84
Gráfico 2 – Representação de Arena e MDB na Câmara dos Deputados Federais (1966-1978)	247
Gráfico 3 – Representação Partidária do Senado federal (1966-1978).....	247

FIGURAS

Figura 1 – Sistemática de funcionamento do Fundap	190
Figura 2 – Tipologias de Oportunidades de Investimentos.....	239

LISTA DE SIGLAS

AC – Ato Complementar
AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas
AI – Ato Institucional
AIB – Ação Integralista Brasileira
ANL – Aliança Nacional Libertadora
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BANESTES - Banco do Estado do Espírito Santo
BC – Batalhão de Caçadores
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH – Banco Nacional de Habitação
BPR – Bloco Parlamentar Renovador
CCBFE – Companhia Central Brasileira de Força Elétrica
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CODES – Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
DL – Decreto Lei
DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DSP – Departamento do Serviço Público
FINDES – Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo
FUNDAI – Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial
FUNDAP – Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias
FUNRES – Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo
GERCA – Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
GERES – Grupo Executivo de Recuperação Econômica
IBC – Instituto Brasileiro do Café
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves
INTELSAT – Sistema Internacional de Satélites
IPM – Inquérito Policial Militar
IVC – Imposto sobre Venda e Consignações
LD – Leis Delegadas
LOPP – Lei Orgânica dos Partidos Políticos
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MTR – Partido Trabalhista Renovador
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDC – Partido Democrata Cristão
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Partido da Lavoura
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PP – Partido Progressista
PP – Partido Proletário
PR – Partido Republicano
PRC – Partido Republicano Construtor
PRP – Partido da Representação Popular
PRT – Partido Republicano Trabalhista
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileira
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
SNI – Serviço Nacional de Informação
STF – Supremo Tribunal Federal
STM – Supremo Tribunal Militar
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TELEBRÁS – Telecomunicações Brasileiras S/A
TRE-ES – Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN – união Democrática Nacional

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	19
1.1. <i>Delimitação do objeto-problema e considerações teóricas</i>	19
1.2. <i>Aspectos metodológicos</i>	40
CAPÍTULO 2 – GRUPOS, PARTIDOS POLÍTICOS E RELAÇÕES DE PODER: ASPECTOS ANTECEDENTES AO BIPARTIDARISMO NO ESPÍRITO SANTO	49
2.1. <i>Aspectos Introdutórios</i>	49
2.2. <i>Aspectos políticos, sociais e econômicos do Espírito Santo</i>	49
2.3. <i>O Espírito Santo no contexto da Primeira República (1889-1930)</i>	53
2.4. <i>O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1945)</i>	61
2.5. <i>O Espírito Santo na República Democrática (1945-1964)</i>	66
2.6. <i>Conclusão</i>	85
CAPÍTULO 3 – A CRISE, O GOLPE DE ESTADO E O REGIME MILITAR: REARTICULAÇÃO DOS GRUPOS POLÍTICOS NO BIPARTIDARISMO, NO ESPÍRITO SANTO (1964-1967)	87
3.1. <i>Aspectos Introdutórios</i>	87
3.2. <i>O Golpe de 64 e seus rebatimentos no Espírito Santo</i>	87
3.3. <i>A montagem do novo sistema partidário: Arena e MDB no Espírito Santo</i>	107
3.4. <i>A Fórmula para o caos: a conspiração e a renúncia de Francisco Lacerda de Aguiar</i>	126
3.5. <i>Fragmentação da antiga Coligação Democrática: eleição para a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa (1966)</i>	137
3.6. <i>Influências do antigo PSD na composição da lista tríplice: Christiano Dias Lopes como Governador Biônico</i>	142
3.7. <i>Conclusão</i>	150
CAPÍTULO 4 – PARTIDOS E GRUPOS POLÍTICOS NO GOVERNO BIÔNICO DE CHRISTIANO DIAS LOPES: A CRISE DO CAFÉ, A PLATAFORMA IDEAL E A BUSCA DO CONSENSO (1967-1971)	151
4.1. <i>Aspectos introdutórios</i>	151
4.2. <i>A crise do café e o Consenso de Necessidades</i>	151
4.3. <i>Montagem do Governo Christiano Dias Lopes (1967-1971): elementos, possibilidades, conflitos e a busca de consensos políticos</i>	156
4.4. <i>Importância da Findes na escolha do Secretariado: os conflitos com a base aliada e o projeto de terceiro partido</i>	164
4.5. <i>A reaproximação com a bancada arenista e o poder das “leis delegadas”</i>	172
4.6. <i>As eleições para a Mesa Diretora da Assembléia de 1968: a Arena dissidente</i>	177
4.7. <i>A postura aguerrida de parcela do MDB e as cassações de 1969, no Espírito Santo</i>	180
4.8. <i>O fechamento do regime: o projeto desenvolvimentista e os incentivos fiscais, no Espírito Santo</i>	185
4.9. <i>Conclusão</i>	193
CAPÍTULO 5 – A MANUTENÇÃO DA PLATAFORMA IDEAL E O ARREFECIMENTO DO DEBATE POLÍTICO-PARTIDÁRIO NO PERÍODO PÓS AI-5, NO ESPÍRITO SANTO (1969-1974)	195

5.1. Aspectos introdutórios	195
5.2. A Conjuntura política capixaba sob a égide do AI-5.....	195
5.3. O Ato Complementar N° 54 e a reorganização político-partidária.....	198
5.4. Eleição da Mesa Diretora da Assembléia de 1970: o Governo arenista em busca do controle da agenda legislativa	205
5.5. A sucessão estadual de 1970: a indicação de Arthur Carlos Gerhardt Santos como Governador Biônico.....	207
5.6. As eleições de 1970 no Espírito Santo	218
5.7. O resultado eleitoral	227
5.8. O governo biônico de Arthur Carlos Gerhardt Santos e a manutenção da plataforma ideal na concepção dos Grandes Projetos de Impacto (1971-1975)	230
5.9. Conclusão.....	241
CAPÍTULO 6 – A MANUTENÇÃO DA PLATAFORMA IDEAL E A RETOMADA DO DEBATE POLÍTICO-PARTIDÁRIO, NO ESPÍRITO SANTO (1974-1979)	243
6.1. Aspectos Introdutórios	243
6.2. Mudanças no cenário político-eleitoral: a ascensão do MDB no plano nacional	243
6.3. O cenário político-eleitoral capixaba de 1974	248
6.4. A conturbada indicação de Elcio Álvares como Governador biônico e as eleições de 1974 no Espírito Santo	255
6.5. Resultados Eleitorais de 1974 as especificidades do Espírito Santo.....	265
6.6. O Governo Elcio Álvares e a manutenção da plataforma ideal na implantação dos Grandes Projetos (1975-1979)	269
6.7. Conclusão.....	277
CAPÍTULO 7 – RÓTULOS NOVOS EM FRASCOS VELHOS: O RETORNO AO MULTIPARTIDARISMO E OS EX-ARENISTAS E EX-EMEDEBISTAS NO CENÁRIO POLÍTICO-ELEITORAL EMERGENTE, NO ESPÍRITO SANTO (1978-1982).....	279
7.1. Aspectos Introdutórios	279
7.2. A indicação de Eurico Rezende como Governador biônico e as eleições de 1978	279
7.3. Os resultados Eleitorais de 1978	290
7.4. O Governo Eurico Rezende e as descontinuidades desenvolvimentistas (1979-1983)	296
7.5. A abertura no Brasil e no Espírito Santo, os novos partidos no processo eleitoral de 1982 e a “arenização do PMDB”	298
7.6. Os resultados eleitorais de 1982.....	313
7.7. Conclusão.....	316
CONSIDERAÇÕES FINAIS	318
REFERÊNCIAS	324

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

[...] velhos mitos e estereótipos estão sendo superados, graças tanto à pesquisa histórica factual de perfil profissional quanto ao que poderíamos caracterizar como um "desprendimento político" que o distanciamento histórico possibilita: tabus e ícones da esquerda vão sendo contestados sem que tais críticas possam ser classificadas de "reacionárias" [...].

Carlos Fico

1.1. Delimitação do objeto-problema e referenciais teóricos

Próximo de completar cinquenta anos de sua instauração, o Golpe de 64 e o regime autoritário dele decorrente estão paulatinamente deixando de ser alvo de disputa política e ideológica, passando cada vez mais a prevalecer a busca pelo rigor científico. E a provocação acima, cunhada pelo Historiador Carlos Fico em um de seus livros sobre o Regime Militar¹, introduz algumas das questões fundamentais que permearam ou que ainda permeiam os estudos acerca dos governos autoritários vigentes no Brasil entre os anos de 1964 a 1985. Nesse breve fragmento, o autor dá conta do modo como foi produzida parte da literatura sobre o assunto, em grande medida, carregada pelas emoções típicas do calor dos acontecimentos relacionados ao processo de distensão lenta e gradual iniciado no governo Geisel (1975-1979). Sinaliza também para as novas possibilidades de estudos surgidas ante as reflexões que o distanciamento histórico permite realizar, considerando as novas técnicas e metodologias de pesquisa, as novas fontes documentais outrora inacessíveis, além, é claro, de novos apontamentos de natureza teórica.

Tomando por base tais considerações, a presente tese tem como principal propósito analisar a configuração político-partidária no Espírito Santo entre os anos de 1964 e 1982. O foco dessa análise recai sobre as trajetórias das agremiações partidárias vigentes no período – Arena e MDB –, considerando os seus grupos políticos constituintes, no interior do arcabouço institucional montado pelo regime autoritário brasileiro (1964-1985), em uma unidade federativa específica, caracterizada como periférica no conjunto do desenvolvimento nacional.

Partindo do pressuposto de que o Regime Militar Brasileiro instaurado em 1964 se baseou na manutenção de dois ordenamentos institucionais distintos – a ordem democrática e a exceção (autoritarismo) – o presente trabalho busca analisar o desempenho político-eleitoral dos partidos supramencionados, em pleitos voltados para o preenchimento de vagas nos poderes legislativos

¹ Para maiores esclarecimentos, ver: FICO, Carlos. Além do golpe. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro, Record, 2004.

(Senado, Câmara Federal e Assembleia Legislativa), segundo normas eleitorais vigentes em cada pleito e em circunstâncias conjunturais próprias, reconstituindo, também, os diferentes contextos sucessórios, realizados de forma indireta, para o Executivo Estadual, a partir de 1966, e, excepcionalmente, para Senador Biônico, em 1978, incluindo o exame da relação entre os partidos e os governos constituídos no período.

As eleições municipais, inclusive da Capital do Estado (cujo prefeito era escolhido de forma também indireta por a capital ser considerada área de segurança nacional), serão consideradas sempre que se achar necessário, porém, em virtude das limitações desta pesquisa, sem grandes aprofundamentos.

Convém ressaltar, desde logo, que nem mesmo os eventos empíricos, os simples acontecimentos acerca da dimensão política do Espírito Santo no contexto do Regime Militar estão minimamente estabelecidos de forma sistemática na historiografia espírito-santense, para que a partir deles sejam construídos e interpretados os principais aspectos político-partidários do período enfocado.

Não são conhecidos, em profundidade, líderes, partidos e facções políticas que disputavam o poder no Estado, motivo pelo qual se ampliou o leque de aspectos analisados, inclusive no sentido de justificar a presente pesquisa quanto à sua relevância². Assim, com vistas a aventar as hipóteses do trabalho, e considerando as restrições dos espaços de disputa política após a instituição do Regime Militar, e, ainda, diante do universo de possibilidades analíticas que uma pesquisa dessa natureza tende a ensejar, a delimitação de alguns eixos de análise se tornou fundamental no decorrer da confecção do trabalho, entre os quais se destacam:

- a) a disputa no interior da Arena pelo controle dos principais postos de comando;
- b) os pleitos eleitorais ocorridos no período, implícitas as movimentações no interior das siglas – Arena e MDB – para definição das candidaturas. Nesse aspecto específico, parte-se do pressuposto de que, por um lado, os processos de escolha dos candidatos podem alterar o desfecho de uma eleição, especialmente nesse contexto específico, e, por outro, as campanhas dialogam com o eleitorado, tendo o objetivo de persuadi-lo a, simultaneamente, escolher determinado candidato e rejeitar os concorrentes/adversários. Nesse sentido, a explicação de um resultado

² A única exceção de trabalho mais sistematizado, mas que analisa o período 1945-1964 é a dissertação de mestrado transformada em livro da Professora Marta Zorzal e Silva. Para maiores esclarecimentos, ver: SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

eleitoral passa, necessariamente, pela análise do debate que as campanhas travam entre si.

- c) as disputas entre os vários agrupamentos no interior da Arena quanto à escolha dos governadores biônicos;
- d) a análise de aspectos da relação entre as duas agremiações partidárias e os Governos biônicos alçados ao poder no período;
- e) e, em alguns momentos, a eleição para a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado, enquanto importante espaço de poder.

Embora o Regime Militar tenha se estendido até o ano de 1985, este estudo se inicia, basicamente, pelo ano de 1964, ano da instauração do Golpe civil-militar, passa pelo momento em que os diversos grupos políticos que constituíam o multipartidarismo do período anterior (1945-1965) tiveram que se enquadrar, a partir de 1966, na *camisa de força* do bipartidarismo, e chega aos anos 1979-1982, quando foi restabelecido o sistema multipartidário, por determinação da nova Lei Orgânica de Partidos Políticos (LOPP)³, a partir da qual os grupos políticos constituintes de Arena e MDB se reestruturaram, à luz do novo cenário político-partidário, quando também surgiram outros novos partidos, que disputaram o pleito eleitoral de 1982. Portanto, o que se fará, na parte final do trabalho, é identificar sumariamente o grau de influência dos dois partidos existentes durante o Regime no advento da Nova República e na configuração das novas agremiações partidárias, bem como analisar, também sumariamente, o modo como se comportaram no pleito eleitoral de 1982.

Nesse último aspecto, convém adiantar que, no conjunto da literatura relevante sobre partidos políticos e sistemas eleitorais, poucos são os trabalhos que enfatizam o fato de que o novo sistema partidário não é tão novo quanto parece num primeiro olhar e que, em grande medida, são formados a partir das famílias e máquinas políticas e eleitorais que transpõem com êxito as fronteiras e turbulências representadas pelas mudanças institucionais. As poucas exceções são os trabalhos de Carvalho (2008), Grinberg (2009), Madeira (2002) e Madeira (2006). Grande parte dos estudos sobre partidos políticos e sistemas partidários, a exemplo de Lamounier (1989), Meneguelo (1998), Motta (1999), entre vários outros, dá ênfase excessiva aos aspectos de

³ Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Modifica dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do artigo 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional nº 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-Lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977; e dá outras providências.

descontinuidade entre os diferentes sistemas que vigoraram ao longo da história política do Brasil.

Do mesmo modo, quando se trata da política formal, focada nos partidos políticos especificamente no contexto do regime militar brasileiro, observa-se que estes não têm sido alvo de muitas investigações por parte das ciências humanas em geral. Observa-se também que grande parte dos escassos estudos existentes é marcada por certas características e perspectivas de interpretação cuja principal tônica é o de se *descreditar*, pelo fato de desconsiderar a eficácia de tais agremiações partidárias, ou pela questão da *descontinuidade*, uma vez que os estudos se concentram em períodos específicos.

No decorrer da pesquisa bibliográfica empreendida para a realização deste estudo, foram encontrados trabalhos sobre o sistema bipartidário, mas grande parte direciona suas atenções aos processos eleitorais verificados a partir de 1974, os quais consensualmente mostram o crescimento do MDB e constata que as vitórias da Arena, verificadas até então, teriam sido reflexo da artificialidade própria do bipartidarismo forjado pelo regime, bem como dos casuísmos criados para fins de favorecimento do seu partido oficial, a Arena. Entre tais estudos, destacam-se aqueles elaborados por Lima Jr. (1978), Lamounier & Cardoso (1975), Lamounier (1980), Lamounier & Meneguelo (1986), entre outros.

Corroborando parcialmente essas análises, Alves (2005, p. 116) afirma que o fim dos partidos políticos, em 1965, teria “[...] desarticulado consideravelmente a oposição [...]”. Todavia, como acertadamente salienta Grinberg (2009, p. 40), não apenas a oposição, mas “[...] o Ato Institucional nº 2 teria também desarticulado a organização dos próprios políticos como interlocutores do movimento de 64 [...]”. Isto é, “[...] ao extinguir os partidos, o AI 2 criou novos conflitos, pois fortaleceu o poder executivo e gerou um desequilíbrio [também] entre os grupos que apoiavam o movimento [...]” (GRINBERG, 2009, p. 40).

Assim, embora os estudos sobre o tema apontem para algumas variáveis como *localização geográfica*, *identificação partidária* e *diferenciações socioeconômicas*, tais trabalhos não admitem a hipótese de que aquelas agremiações partidárias – Arena e MDB – eram, de alguma forma, representativas. Nesse sentido, apontam que os partidos, os políticos e os poderes legislativos, nas três instâncias federativas no período do regime militar, eram entes sem poder efetivo. Segundo essas teses, a ação dos atores políticos não produziria efeitos relevantes no que concerne aos rumos do Estado autoritário. Sob esse prisma, pode-se fazer uso das palavras de Carvalho (2008; 2010) a respeito do tema: para a autora, as eleições, as campanhas, os debates,

as negociações no Congresso Nacional e as duas legendas (ARENA e MDB), se assemelhavam “[...] a um mundo de fantasia distante da realidade, uma vez que as ações político-partidárias tinham pouca agência sobre ela [...]” (CARVALHO, 2008, p. 22) e, assim, não mereciam ser estudados e/ou problematizados.

Outra razão para a pouca atenção analítica à política formal do período deve-se ao próprio sistema bipartidário – forjado pelo governo militar por meio do Ato Institucional Nº 2 e do Ato Complementar Nº 4 – que enquadrou as diversas forças políticas do período anterior (1945-1964) em apenas duas agremiações partidárias. Submetidas a condições de limitação e controle – legais e/ou discricionárias – as agremiações partidárias da época teriam muitas dificuldades para cristalizar-se enquanto elementos de representação dos interesses dos eleitores, o que, em outras palavras, equivaleria a dizer que não construiriam relações *orgânicas* com a sociedade. Assim, firmou-se, de forma até certo ponto caricata, uma visão acerca das instituições partidárias da época. De acordo com essa visão, a Arena, ligada ao regime, faria o papel do *partido do sim senhor* e o MDB, representando uma espécie de oposição consentida, seria o *partido do sim*.

Villas Boas Corrêa cunhou uma expressão que se tornou antológica: o renomado jornalista certa vez afirmou, jocosa e sarcasticamente, que a Arena seria a “UDN que caiu na zona”⁴. Na definição, segundo a correta interpretação de Grimberg (2009), estava implícita a visão segundo a qual a UDN fora um partido *golpista*, mas decente, enquanto a Arena “[...] sequer fez jus ao duvidoso legado udenista de correção e se desencaminhou [...]”. Lamounier & Meneguelo (1986, p. 67) vão ainda mais longe quando afirmam que “[...] a Arena era tão recente, artificial e, sobretudo, impotente quanto o MDB [...]”. Em outros termos, chega-se à mesma conclusão: as atividades políticas eram uma fantasia, entendida como *disfarce* de um regime autoritário que, embora almejasse se legitimar enquanto democrático, tal como defende a Professora Maria José de Rezende (2003)⁵, trabalhava constantemente para enfraquecer a participação dos cidadãos e impedir a livre defesa de seus interesses.

Ainda no que tange ao modo como a política formal do período do Regime Militar foi cotejada pelos principais estudos, Carlos Fico (2004) revela que pelo próprio fato de grande parte deles ter sido realizada a partir da determinação das estruturas econômico-sociais (marxismo) ou da

⁴ Entrevista ao *Pasquim* apud BENEVIDES, Maria Vitória mesquita. **A UDN e o Udenismo**. Rio de Janeiro: Paz & terra, 1981.

⁵ A Professora Maria José de Rezende defende a tese de que a atuação do grupo de poder na Ditadura Militar brasileira evidencia a combinação de um processo altamente repressivo com uma contínua pretensão de legitimidade. Segundo a autora, o Regime, desde o imediato pós-golpe, insistia em que através de suas estratégias (econômica, política, militar e psicossocial) iria moldar a sociedade brasileira a ponto de criar condições para a instalação de uma suposta *verdadeira democracia*. Para maiores esclarecimentos, ver: REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)**. 2. ed. Londrina: Eduel, 2003.

teorização da ciência política e de suas generalizações, houve certa negligência quanto ao papel dos indivíduos, dos grupos políticos, bem como das instituições partidárias naquele contexto.

Efetivamente, as análises mencionadas acabaram não se tornando um campo específico de estudos, tal como atenta Carvalho (2010, p. 224) no seu balanço de literatura, uma vez que, com o processo de abertura acelerado na década de 1980, foram progressivamente abandonadas, cedendo lugar a trabalhos voltados para o processo de redemocratização verificado após cerca de vinte anos de regime de *exceção*, bem como para momentos em que o Brasil esteve sob regime democrático e multipartidário, especialmente aquele dos anos 1945-1964.

Mas, como bem observa Grinberg (2004, p. 149) sobre a temática aqui tratada,

[...] é preciso entender que essa literatura [sobre Arena e MDB], costuma observar os partidos do pós-1965 através de uma abordagem macroscópica ou nominal, no sentido de que os nomes e as siglas partidárias realmente sofreram modificações. Ao se alterar o foco de análise e ao compreender os partidos como grupos constituídos por indivíduos socializados em organizações políticas anteriores, abre-se uma nova perspectiva de estudo [...].

No mesmo trabalho, se referindo especificamente à Arena, objeto de estudo da autora, ela completa da seguinte forma a argumentação:

[...] além de se atentar para o número de votos da Arena, é fundamental conhecer as pessoas que se candidataram e receberam esses votos, uma vez que o voto não é orientado apenas pela legenda, mas em grande parte pelo reconhecimento do candidato pelo eleitor. Quer dizer, é importante considerar que os candidatos da Arena não apenas representavam o movimento de 1964 e o novo regime, mas também possuíam vínculos com o eleitorado muito anteriores àquele marco, representando muito mais do que isso (GRINBERG, 2004, p. 148).

Nesse sentido, completando a análise da referida professora, firma-se a convicção de que, se Arena e MDB eram, pelo menos inicialmente, siglas sem respaldo popular, até pela forma artificial como foram criadas, mas as lideranças que as compunham não eram. Representavam a nata da classe política da época e, por isso, detinham aquilo que Bourdieu (1989) denomina de *capital político*, que as credenciava à atividade partidária, mesmo considerando as restrições impostas pelo regime autoritário à atividade política, bem como a artificialidade das agremiações recém-criadas.

Ademais, convém ressaltar uma das singularidades do Regime Militar instaurado em 1964 no Brasil: a manutenção de eleições diretas para vários cargos. Ainda que vários parlamentares tenham sido cassados e o Congresso tenha sido fechado em três ocasiões⁶, as eleições

⁶ Durante toda a ditadura, o Congresso foi formalmente fechado em três períodos: o primeiro ocorreu entre 20 de outubro e 22 de novembro de 1966, ainda no Governo Castelo Branco (1964-1967); o segundo ocorreu no período

proporcionais não foram suspensas, sendo que os eleitores escolheram senadores, deputados federais e estaduais nos anos de 1966, 1970, 1974 e 1978, bem como vereadores e prefeitos em 1966, 1970, 1972 e 1976.

As eleições para presidente, governador e prefeito das capitais (áreas de *segurança nacional*) sofreram restrições e, para esses cargos, passou a ocorrer eleição indireta. No caso das presidenciais, ocorreram de duas formas: os três primeiros presidentes – Castelo Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici – foram eleitos formalmente pelo Congresso, em sessão pública e com votação nominal; os dois últimos – Geisel e Figueiredo – foram eleitos pelo Colégio Eleitoral, composto por deputados federais, senadores e delegados previamente escolhidos pelas Assembleias Legislativas dos Estados.

No caso da escolha dos governadores nos anos de 1966, 1970, 1974 e 1978, houve variação no que tange à interferência do governo central no processo de escolha, dependendo de cada estado e de cada circunstância. *Grosso modo*, podemos afirmar que tal escolha seguia, basicamente, três etapas: 1º) ocorria um amplo debate no interior do partido governista, a Arena, entre as principais lideranças e/ou grupos, para a confecção de uma lista ou indicação de um nome, se fosse alcançado o consenso; 2º) em seguida, a lista escolhida era submetida ao Presidente da República para indicação de sua preferência; 3º) em seguida, o nome era remetido à Assembleia Legislativa do Estado, para ser aprovado. No caso dos prefeitos da capital, Vitória, a escolha se dava por indicação do Chefe do Executivo Estadual, em consonância com a Assembleia Legislativa.

Desse modo, consideramos também a existência de um *campo político*, mesmo que reconheçamos as restrições impostas pelo Regime Militar às atividades político-partidárias. Assim, a presente tese busca consonância com teóricos preocupados em compreender a dimensão do *simbólico*, dos *signos*, dos *rituais* inerentes à atividade política, tal como Pierre Bourdieu⁷, para o qual “[...] o campo político é caracterizado por um constante conflito, que opõe profissionais numa luta simbólica pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social [...]” (BOURDIEU, 1989; 174). Isto é, o campo seria um universo no qual estão inseridos os agentes e instituições, que produzem, reproduzem ou difundem o *modus operandi* da política. E segundo ele, esse universo representa um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou

pós AI-5, entre 13 de dezembro de 1968 e 21 de outubro de 1969; o terceiro foi entre 1º e 14 de abril de 1977, para a edição de um pacote de medidas eleitorais que visava garantir a vitória dos candidatos do governo.

⁷ Uma boa revisão da obra de Pierre Bourdieu pode ser vista no prefácio do livro: BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora: Unesp, 2004.

menos específicas (BOURDIEU, 2004). Outro conceito importante na reflexão de Pierre Bourdieu (1989, p. 165), que muito nos auxilia na análise do nosso objeto, é o que ele chama de *habitus*, sobre o qual afirma que

Nada é menos natural do que o modo de pensamento e de ação que é exigido pela participação no campo político: como o *habitus* religioso, artístico ou cultural, o *habitus* do político supõe uma preparação especial (...), como o domínio de uma certa linguagem e de uma retórica política, a do *tribuno*, indispensável nas relações com os profanos, ou a do *debater*, necessária nas relações entre os profissionais. Mas é também e sobretudo esta espécie de iniciação, com as suas provas e seus ritos de passagem, que tende [*sic*] a inculcar o domínio prático da lógica imanente do campo político e a impor uma submissão de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controles no seio de cada partido.

Considerando tais afirmações, parte-se do pressuposto de que Arena e MDB, apesar de partidos forjados artificialmente, eram constituídos por indivíduos e grupos que buscaram construir estratégias para lidar com as restrições impostas pelo regime autoritário, elaborando uma forma específica de adequação aos parâmetros institucionais vigentes. Em outras palavras, firma-se a ideia de que os atores, durante a vigência do bipartidarismo, procuraram manter suas histórias e vinculações já consolidadas antes do Golpe de 64, com vistas a perpetuar as suas carreiras políticas.

No que tange à busca pela sobrevivência no ambiente político em um momento adverso, tal como um regime autoritário, interessante recorrer, mesmo que de passagem, aos escritos de Max Weber em *Política como Vocação*. Argumenta o autor que

[...] há duas maneiras de fazer política. Ou se vive “para” a política ou se vive “da” política [...]. Quem vive para a política a transforma, no sentido mais profundo do termo, em “fim de sua vida”, seja porque encontra forma de gozo na simples posse do poder, seja porque o exercício dessa atividade lhe permite achar equilíbrio e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma “causa” que dá significação a sua vida. (WEBER, 1968, p. 64-65).

Pensando nesses parâmetros, podemos afirmar que, enquanto o regime militar permitiu qualquer espaço de atuação, os políticos profissionais, bem como seus agrupamentos, se mostraram dispostos a ocupá-lo, com o intuito de garantir a continuidade de suas carreiras pessoais e fortalecer suas posições enquanto grupos, tanto no interior de seus partidos, quanto nas disputas políticas regionais e/ou estaduais, como também nas interações estabelecidas com o Poder Executivo nas três esferas.

Sobre a adequação aos parâmetros institucionais, vale remontarmos-nos, mais uma vez, a Bourdieu (1989, p. 170), que sugere o seguinte:

[...] A fronteira entre o que é politicamente dizível e indizível, pensável ou impensável para uma classe de profanos determina-se na relação entre os interesses que exprimem esta [*sic*] e, por este modo, política, lhe assegura. Uma intenção [...] encarna-se numa situação, em costumes e em instituições humanas. Se a técnica do jogo do xadrez não existisse, eu não poderia ter a intenção de jogar o xadrez [...]. A intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político, e mais precisamente, no universo das técnicas de ação e de expressão que ele oferece em dado momento.

Nesse sentido, pretende-se também aventar, na realidade capixaba, a hipótese já levantada por Grinberg (2009), de que a rede de homens organizados em todos os estados e municípios funcionou durante toda a ditadura. Os políticos da Arena, bem como os do MDB, fizeram com que as eleições, uma das mais importantes bases de legitimação do Regime, fossem realizadas ininterruptamente. Nessa engrenagem, não havia tanta participação direta dos militares. Esse trabalho continuou nas mãos dos políticos, e as eleições foram realizadas em todos os municípios, com exceção daqueles considerados áreas de segurança nacional, e também nos estados, para diversos cargos, a partir, principalmente, da estrutura organizacional e teias de relações dos partidos extintos. Aliás, sem querer necessariamente trilhar tal caminho ou procurar respondê-la, deve-se considerar que, não por acaso, Daniel Aarão Reis (2006, p. 19) formulou uma pergunta que viria perfeitamente a calhar em um trabalho como este: [...] até que ponto, apesar das tendências em sentido contrário, de 1964-1968, não foi exatamente a permanência dessas formas democráticas no cenário político (embora submetidas) em certa medida responsável pela atenuação do rigor ditatorial? [...]”.

Desse modo, embora diversos estudos atuais sobre o tema permaneçam atrelados às visões da literatura produzida entre o final da década de 70 e início dos anos 1980, acima mencionadas, o presente trabalho busca estreitamento com aqueles estudos que não compartilham a noção de total artificialidade debitada aos partidos, aos grupos e aos atores políticos originados em 1965/66. Tais pesquisas, produzidas no âmbito de programas de pós-graduação, se voltaram para diferentes aspectos da dimensão política verificadas durante o Regime Militar. Entre eles, podem ser destacados os trabalhos de Kinzo (1988), Motta (1997), Carvalho (2008, 2010), Grinberg (1998, 2004, 2009), Cittadino (2006), Dias (2009), Madeira (2002) e Madeira (2006).

Em trabalho seminal sobre o MDB que muito inspira a presente tese, Kinzo (1988) buscou estudar a oposição no interior do arcabouço institucional montado pelo regime autoritário. A autora procurou mostrar de que forma a atuação política do MDB foi condicionada pelos constrangimentos forjados pelo arcabouço institucional vigente após o Golpe de 64. Advogou a tese, com a qual coadunamos, de que o regime militar teria se caracterizado como um *sistema híbrido*, possuindo, ao mesmo tempo, elementos próprios da democracia representativa e dispositivos autoritários. Nesse caso, a autora argumenta que o espaço concedido à oposição civil

foi inevitavelmente utilizado, o que, no limite, acabou minando a existência do próprio Regime Militar.

Na mesma direção, está o trabalho de Motta (1997) também sobre o MDB. O autor privilegia a análise da fase iniciada a partir de meados da década de 1970, momento favorável à atuação dos emedebistas. Naquele contexto, marcado pelas iniciais movimentações do Regime Militar brasileiro em promover o processo de distensão, o MDB passou a atuar de modo mais agressivo no espectro político, o que culminou com vitórias eleitorais que obrigaram o regime a criar diversos casuísmos, entre os quais a Lei Falcão (1976) e o Pacote de Abril (1977). A partir desse momento, o MDB emergiu com um novo perfil, tornando-se um importante polo de atração para os movimentos sociais, bem como uma efetiva frente oposicionista, uma vez que conseguiu abarcar reivindicações de grupos sociais diversos.

Sobre a Arena, agremiação que durante o regime militar aglutinou destacadas lideranças políticas anteriores a 1964 e que permaneceram na cena política nos anos posteriores a 1985, produção exemplar é a de Grimberg (1998; 2009). Em seus trabalhos, a autora advoga a tese de que, em vez de submisso braço político do regime militar, a Arena deveria ser analisada como veículo de articulação e expressão do pensamento conservador brasileiro. Nos mesmos trabalhos, a autora discute a criação e institucionalização da legenda e a participação política dos seus militantes, sublinhando os espaços de atuação autônoma dos políticos arenistas. Além disso, Grimberg (1998, 2009) conclui que a Arena atuou essencialmente como um partido político, considerando-se, obviamente, as peculiaridades políticas de uma ditadura, mas foi também transformada, através de um trabalho de memória, em um *bode expiatório*, a partir da transição para o regime democrático. Além disso, aponta para o fato de que, ao se reduzir a Arena ao ridículo, silenciava-se sobre a participação da sociedade no movimento de 1964 e no apoio ao regime militar durante longos anos. Grimberg conclui que a Arena não existiu como realidade abstrata, e sim como resultado de práticas de milhares de pessoas em todo o território nacional: eleitores, simpatizantes, militantes e políticos.

Não é outra a visão da Professora Alessandra Carvalho (2008), em sua tese de doutoramento, na qual versou sobre a atuação dos parlamentares da Arena e do MDB no contexto do regime. Partindo do pressuposto de que a instalação do governo ditatorial e do bipartidarismo não significou a interrupção total das atividades políticas, como muitos sugerem, Carvalho (2008) destacou, pelo contrário, a permanência de um espaço de atuação das forças políticas, consubstanciada na continuidade das elites anteriores a 1964 e no fato de que a grande maioria dos novos parlamentares trilhou um caminho político até a chegada ao Congresso Nacional.

Apontou, também, o papel que o sistema eleitoral desempenhou na dinâmica de sustentação do governo ditatorial.

Além disso, a autora analisa outra questão referente à relação das elites com a sociedade, a de que os deputados federais e senadores, diante da dependência dos votos para alcançar os postos que almejavam, eram levados a estabelecer interações com a população. Para os emedebistas, esse aspecto era ainda mais crucial, na medida em que o fortalecimento do partido só poderia ser construído através de vitórias eleitorais. Já para os governadores estaduais, ainda que escolhidos por outros meios, havia a tarefa de desenvolver um trabalho político para garantir o sucesso dos candidatos arenistas nas eleições proporcionais. Nas análises da presente tese, este último aspecto ficou bastante evidenciado. Isso porque, via de regra, a escolha do Governador Biônico se dava meses antes do pleito eleitoral para os vários cargos e o envolvimento do candidato escolhido era quase sempre fundamental, principalmente como elemento de catalisação do partido governista.

Estes estudos, cada um a seu modo e com seu objeto-problema, identificaram uma ação constante dos políticos, fossem eles do governo ou da oposição, no sentido de enfrentar e ampliar os espaços de atuação, dados os limites impostos pelo regime autoritário, reforçar a legitimidade de seus mandatos populares e estabelecer laços com grupos, organizados ou não, buscando enraizar socialmente seus partidos e atuar como representantes do conjunto da sociedade.

Quando voltamos as nossas atenções para os estudos a respeito das realidades políticas regionais, no contexto do regime militar, observamos que eles são também bastante escassos. Poucos foram os trabalhos que se voltaram para a dinâmica das atividades político-bipartidárias no período em apreço, seja nas esferas estaduais, seja nos municípios brasileiros. Além disso, grande parte deles considera que a intervenção exercida pelo regime militar no conjunto das unidades federativas resultava de uma *tutela* ou de uma simples *imposição*.

Endossamos somente em parte essas considerações. É evidente que o governo central, no período, criou diversos mecanismos no sentido de exercer o controle sobre as lideranças políticas regionais, a exemplo do próprio bipartidarismo e das governadorias biônicas. Todavia, considera-se a visão excessivamente simplista dada a complexidade do sistema federativo brasileiro, especialmente do processo político formal verificado no contexto do regime militar, inclusive nos espaços regionais. Tais aspectos tornam as explicações mais correntes insuficientes para o estabelecimento de aproximações com a realidade. Desse modo, parte-se do pressuposto de que as relações federativas, mesmo naqueles momentos de maior centralismo político, se

estruturam por meio de negociação, de maturação, pela busca de consensos, pela construção de alianças e de coalizões para determinados fins.

Entre os poucos trabalhos de pesquisa que vão nessa direção, vale a pena mencionar o de Cittadino (2006), sobre a eleição e o governo João Agripino (1965-1971) na Paraíba. O livro reconstrói a história desse governo num momento de importantes transformações ocorridas na realidade brasileira, relatando aspectos variados da vida política daquele Estado, desde os anos 1920, até o início da década de 1970. Na análise que faz do processo eleitoral de 1965, a autora mostra que a mobilização popular dos anos 60 não cessou com o golpe de 1964, mas mudou de forma. Para Cittadino, o ciclo de mobilização assumiu, já em 1965, a forma eleitoral. Embora tivessem o apoio do governo de Castelo Branco, João Agripino e a UDN paraibana perceberam que não teriam condições de vencer as eleições para o executivo estadual apenas com o apoio de suas bases políticas tradicionais. Para lograr êxito, tiveram que associar-se a um político *populista* – Severino Cabral – que tinha amplo apoio urbano, embora fosse visto com maus olhos pela cúpula militar da Paraíba.

Interessante salientar que, segundo Cittadino (2006), mesmo na Paraíba – onde as manifestações dos trabalhadores rurais, reunidos principalmente nas Ligas Camponesas e de estudantes, já haviam sido esgotadas por uma violenta repressão, iniciada mesmo antes do golpe de 1º de abril de 64, e com a qual o governo estadual tinha se acomodado, sem opor qualquer resistência à nova ordem – a viabilidade de um candidato da *revolução*, em eleição direta, era muito pequena. A vitória de Agripino, ainda que apertada, deveu-se àquela aliança *espúria*, de um homem *austero* – como demandavam os *revolucionários* de 64 – com um político que respondia a Inquéritos Policiais Militares (IPMs), era suspeito de peculato e tinha fama pelo modo clientelista de fazer política. Mesmo com tais problemas, ele foi incorporado à chapa de João Agripino por insistência deste último e por pressão do próprio Presidente Castelo Branco que, temendo perder para os *adversários da Revolução*, respaldou o seu pedido, embora a *contragosto* das autoridades militares locais.

O estudo de Cittadino (2006) também analisa o governo de João Agripino e o seu alinhamento ao desenvolvimentismo preconizado pelos governos militares. Analisa a ação do governo nas áreas de infraestrutura e de expansão industrial, as articulações na Superintendência do Nordeste (SUDENE), para que suas decisões resultassem em industrialização mais acelerada e, por fim, escrutina, com a devida cautela acadêmica, os resultados alcançados.

Outro importante trabalho sobre a política regional, no período delimitado, é a tese de Dias (2009) a respeito do advento e consolidação da hegemonia *Carlista* na Bahia, entre os anos de 1966 e 1982. Discordando em parte das teses que procuram explicar o vigor e a longevidade do domínio político de Antônio Carlos Magalhães (ACM) no Estado por meio do *Autoritarismo Congênito*, de um lado, e do *Carisma*⁸, de outro, José Dias chama atenção para outras variáveis mais adequadas à explicação desse fenômeno político. Entre elas, destaca o sincronismo com o ritmo político dos governos militares; a disposição para a coesão ideológica em torno de temas convergentes do pensamento conservador, em especial o anti-comunismo, e o desenvolvimento; e o controle efetivo dos espaços decisivos de poder (Diretório Regional da Arena, cadeiras nos legislativos tanto estadual quanto federal, entre outros).

Embora não trate especificamente dos partidos políticos em vigor no período do regime militar, o trabalho supramencionado chama a atenção para o fato de que as principais correntes políticas baianas, a exemplo do *Lomantismo*⁹, do *Juracisismo*¹⁰ e do *Vianismo*¹¹, após a implantação do bipartidarismo, se abrigaram todas elas na Arena. Segundo a tese do referido professor, o equilíbrio só seria possível com: a) a formação de uma coalizão entre as correntes tradicionais; b) o predomínio de uma delas com a extinção das demais ou; c) com o surgimento de outro grupo que fosse capaz de absorver as diferenças. O autor demonstra que prevaleceu a última hipótese, com ascensão do *Carlismo*, que surgiu como alternativa conciliadora dos interesses conservadores e autoritários.

O autor estende sua análise afirmando que a intervenção desses segmentos políticos da sociedade brasileira, na ditadura, nas esferas regionais, resultou de um processo de maturação, de reflexão e de convencimento dos princípios elementares da elite que, no momento adequado, foram colocados em prática e produziram os efeitos desejados. Dias (2009) finaliza o trabalho alertando para o fato de que qualquer tentativa de simplificação ou subordinação desses aspectos e de suas conexões pode resultar em conclusões imprecisas sobre o caminho trilhado pelas elites rumo ao poder.

⁸ A referida tese de José Alves Dias não nega o fato de que, em muitos momentos, ACM tenha utilizado artifícios de intimidação, constrangimento, e violência para se impor em dadas situações, mas discorda de que esses tenham sido os únicos expedientes, apontando para outras variáveis.

⁹ Grupo político liderado por Lomanto Junior, que iniciou sua carreira política em 1943, como vereador, no município de Jequié, sua cidade natal. Manteve-se em ascendência até ocupar o palácio do governo nas eleições de 1962.

¹⁰ Agrupamento liderado pelo ex-interventor varguista Juracy Magalhães, militar de formação, que nasceu em Fortaleza, Ceará, em 1905, tendo falecido em 2001, em Salvador-BA. Na sua longa carreira política, além de interventor na Bahia, foi Senador da República, Deputado Federal, Adido Militar e Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Ministro da Justiça e das Relações Exteriores, tendo sido ainda o primeiro Presidente da Petrobrás, entre outras importantes funções.

¹¹ Facção política liderada por Luiz Viana Filho, importante intelectual baiano que, além de ter sido Governador, exerceu diversos cargos políticos, tanto em termos regionais quanto em termos nacionais.

Trabalho igualmente importante para a presente tese é a dissertação de mestrado defendida por Madeira (2002), sobre o perfil das bancadas arenistas na Câmara Federal, eleitas nos pleitos de 1966, 1970, 1974 e 1978, em três Estados da federação – Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia. No trabalho, o pesquisador se centra em dois aspectos: a) no exame da configuração da dinâmica interna do partido e da relação do mesmo com o governo militar nos três estados indicados; b) na análise da trajetória de alguns dos principais quadros do partido oficial do regime, no caso as suas bancadas federais, no sentido de analisar e compreender a coesão delas nos Estados de RS, SP e BA. O autor desenvolve a pesquisa à luz de variáveis, tais como a *origem e migrações partidárias*, o *tempo de investimento na carreira*, além de cargos anteriormente ocupados até a conquista de um mandato na Câmara Federal. O principal mérito do trabalho é mostrar que o regime avançou de forma distinta e, não uniforme, nos Estados examinados, na sua intenção de formar um partido político coeso o suficiente para prover o apoio civil almejado.

Outra importante contribuição do texto de Madeira (2002) para a presente pesquisa diz respeito à valorização dada pelo autor às idiossincrasias históricas, bem como à dinâmica político-partidária específica de cada Estado, a fim de explicar essas diferentes dinâmicas da Arena nas instâncias regionais.

Sendo assim, ao analisar o perfil dos quadros arenistas à luz da dinâmica partidária própria de cada um dos estados aferidos no período multipartidário de 1945-1964, o autor acaba por traçar linhas de continuidade entre esse período e o pós-64. Aponta que, no Rio Grande do Sul, o sistema do multipartidarismo dos anos 1945-1964 se caracterizou pela bipolaridade entre partidos conservadores e liberais, reunidos em torno do PSD, de um lado, e do PTB, de outro, e que essa polarização se transferiu para o Regime Militar, em torno de Arena e MDB. Tal transferência teria impedido que o sistema bipartidário nesse estado fosse artificial. Madeira aponta, ainda, o fato de que os deputados da Arena gaúcha possuíam trajetórias prévias antes da obtenção do primeiro cargo de deputado federal; havia também estabilidade no número de partidos pelos quais esses parlamentares passaram antes de ingressarem na Arena gaúcha; e existia, no Rio Grande do Sul, um padrão de carreiras políticas marcado pela estabilidade de vínculos partidários. Nesse sentido, afirma, de forma taxativa, que o Rio Grande do Sul foi um dos estados em que o regime mais obteve sucesso em formar um partido o qual conciliasse força eleitoral, coesão partidária e que fosse eficiente na defesa do regime e fiel aos governos e aos militares.

Já São Paulo, para o autor, seria um caso diametralmente oposto ao gaúcho. Ele demonstra que o fraco desempenho dos três grandes partidos do período 1945-1964 – PSD, PTB e UDN –, mais a

emergência de lideranças tais como Janio Quadros, figura pouco ligada a qualquer organização partidária, mais a fragmentação eleitoral elevada no mesmo período, teria levado à emergência, no interior da Arena paulista, de um grande número de deputados sem vinculação partidária anterior ao Golpe, aos quais o autor deu o nome de *puros*. Esse fato, aliado a históricas rivalidades entre grandes lideranças, tais com Abreu Sodré, Laudo Natel, Paulo Egídio e Paulo Maluf, entre outros, dificultou a formação de uma Arena paulista mais homogênea e unificada, como era o propósito dos militares.

O caso baiano, segundo Madeira (2002), seria um meio termo entre os casos de São Paulo e Rio Grande do Sul. O autor aponta para a importância das lideranças tradicionais do Estado, tais como Lomanto Junior, Luiz Viana Filho, Juraci Magalhães, além de Antônio Carlos Magalhães, e para negociações estabelecidas entre elas a fim de preencherem os principais cargos do partido no Estado da Bahia. Pelo fato de todas essas lideranças políticas terem se abrigado no partido do governo, o autor aponta para o domínio absoluto, em termos eleitorais, da Arena, sem a possibilidade de contestação por parte do MDB.

Portanto, analisando as bancadas federais formadas, basicamente, por parlamentares experientes, com trajetórias prévias relativamente longas e com vinculação direta aos partidos existentes na fase multipartidária anterior, o autor admite que a explicação para o sucesso arenista no estado não está nas vantagens criadas pelo regime, mas sim na força política das principais lideranças que para a Arena migraram. Desse modo, admite também que, apesar do bipartidarismo, a ação de personalidades poderosas filiadas à sigla contribuiu para a permanência de um *pluripartidarismo* no interior do sistema bipartidário¹². Tal como veremos no decorrer deste trabalho, o caso capixaba se aproxima muito do caso baiano.

Corroborando os autores apresentados acima, pelo fato de a presente pesquisa se debruçar sobre organizações partidárias constituídas no contexto do regime militar, bem como sobre os posicionamentos e os realinhamentos dos grupos e forças políticas em um estado específico – o Espírito Santo –, merecem atenção especial as mudanças institucionais verificadas no período. Assim, seguindo a pista deixada por Madeira (2002), consideramos, por princípio, que tais instituições se formaram à luz das peculiaridades históricas deste estado, tornando-se fundamental identificar os principais traços político-partidários, padrões de alianças, rivalidades, o peso das principais lideranças, entre outros aspectos, no decorrer da República, principalmente

¹² Alguns outros trabalhos sobre a configuração político-partidária no contexto do regime militar em esferas regionais são os seguintes: Melhem (1998), Canato (2003), Dockhorn (2004), Versiani (2007); Silva (1990).

no período multipartidário de 1945-1964, para fins de melhor compreender a dinâmica político-partidária do Espírito Santo entre 1964 e 1982.

Assim, a hipótese de que as bases de poder podem ser transformadas pelas mudanças verificadas nas instituições encontra-se presente no arcabouço analítico institucionalista. Entretanto, sabemos que o *Institucionalismo* não compreende um corpo de pensamento hermeticamente fechado. Sob esse rótulo, encontram-se diversas formas de se conceber a origem, desenvolvimento e funcionamento das instituições econômicas, políticas e sociais. Originalmente, essa escola surge no âmbito da economia, com a preocupação de explicar a dinâmica e a mudança do sistema econômico, depositando nas instituições importância fundamental. Os limites deste trabalho não permitem que cada vertente da escola institucionalista¹³ seja analisada com algum grau de profundidade. Para a presente análise, basta a argumentação mais geral de Putnan (2000, p. 33), o qual afirma que

[...] a política é estruturada pelas instituições [...]. As decisões tomadas no âmbito das instituições políticas modificam a distribuição de interesses, recursos e preceitos políticos, na medida em que criam novos atores e identidades, incutem nos atores a noção de êxito e fracasso, formulam regras de conduta apropriada e conferem a certos indivíduos, e não a outros, a autoridade e outros tipos de recursos. As instituições influenciam a maneira pela qual indivíduos e grupos se tornam atuantes dentro e fora das instituições estabelecidas, o grau de confiança entre cidadãos e líderes, as aspirações comuns da comunidade, o idioma, os critérios e os preceitos partilhados pela comunidade, e o significado de conceitos como democracia, justiça, liberdade e igualdade [...]. (*grifo nosso*)

Na visão de Silva (2004), a análise institucional nos permite examinar as relações entre os atores políticos, tanto como objetos quanto como sujeitos da história. As instituições que estão no centro das análises institucionais – desde os sistemas partidários aos interesses econômicos (estrutura) – podem configurar e restringir as estratégias políticas de modo importante. Mas elas próprias são também resultados – intencionais ou não – de cálculos deliberados, conflitos e escolhas políticas. Ao centrar-se nas características intermediárias da vida política, o institucionalismo vincula os homens – construtores da história – às circunstâncias sob as quais eles são capazes de agir.

¹³ Felipe (2006) divide a *Escola Institucionalista* em três vertentes principais: os chamados *Velhos institucionalistas*, representados por Thorstein Veblen, John Commons e Wesley Mitchell, com especial destaque para o primeiro; os *neoinstitucionalistas*, que se valem dos pensamentos de Veblen, Commons e Mitchel, dando-lhes maior consistência teórica, tendo como autores mais relevantes William Dugger; Wendel Gordon; Zysman; e, por fim, a chamada *Nova Economia Institucional* (NEI), que preocupa-se fundamentalmente com aspectos microeconômicos, representando uma corrente que, embora firme em alguns preceitos neoclássicos, avança em termos de teorização da economia sem ênfase na noção de que o sistema econômico tenderia, automaticamente, uma situação de equilíbrio. Talvez o principal autor dessa corrente, Douglass North, a despeito da tendência da corrente, se dedica, curiosamente, a estudar aspectos macro-instituições. Além deste, alguns outros autores se destacam, tais como Oliver Williamson; Claude Menard, Ronald Coase, entre outros.

Assim, quando se busca aproximar as considerações descritas acima, em relação à importância da história para a compreensão da configuração político-partidária, no Espírito Santo, no contexto do regime militar, bastante oportuna é a utilização do *Institucionalismo histórico*, a partir da análise do cientista político Angelo Panebianco (2005, p. 92), quando indica que

[...] os caracteres organizativos de um partido dependem, dentre outros fatores, da sua história, de como a organização nasceu e se consolidou. As modalidades de formação de um partido, os traços que sustentam sua gênese, podem de fato exercer uma influência sobre as suas características organizativas, mesmo depois de décadas. Toda organização traz consigo a marca das suas modalidades de formação e das principais decisões político-administrativas de seus fundadores, as decisões que modelaram a organização.

Para além dos aspectos institucionais, deve-se, necessariamente, levar em consideração a diversidade de configurações partidárias regionais ou estaduais (*path dependence* – Institucionalismo Histórico). O sistema político-partidário brasileiro caracteriza-se por possuir partidos políticos com abrangência nacional, mas que são perpassados por significativas diferenças regionais (MADEIRA, 2006). Sem adentrar nos detalhes analíticos da questão, valiosas são as considerações de Madeira (2006, p. 33), quando afirma o seguinte:

A confluência de um sistema federativo e de um arcabouço institucional que conferem uma significativa autonomia aos diretórios estaduais em relação aos diretórios nacionais e, por outro lado, aos parlamentares em relação a seus respectivos diretórios estaduais, ajuda a explicar a diversidade seja no padrão de disputa eleitoral entre os diferentes partidos em cada estado, seja de cada partido tomado isoladamente nos diferentes estados da federação [...] [Assim], nos sistemas federativos pode-se identificar a coexistência de diferentes “culturas organizacionais” convivendo no interior de um mesmo partido. Desta forma, tanto os vínculos de lealdade como os de rivalidade política encontram-se em grande medida circunscritos ao âmbito regional ou estadual, o que faz com que o padrão de atuação das instituições (partidos neste caso) seja permeada por influências regionais [...].

Assim, ao permitir a identificação dessas diferenças regionais, a abordagem institucional-histórica possibilita identificar o peso das elites políticas estaduais nos diferentes partidos, bem como no sistema partidário como um todo, inclusive de um estado periférico e com pouca importância no conjunto da federação.

No caso específico do Espírito Santo, a presente tese pretende demonstrar que a polarização verificada no período pré-1964, em que as disputas políticas se davam, *grosso modo*, entre as forças políticas reunidas em torno do PSD e a chamada *Coligação Democrática*¹⁴, frente partidária que reunia diversas siglas, permaneceu ativa mesmo após o Golpe de 64. Além disso,

¹⁴ Importante ressaltar que tal *Coligação Democrática* (UDN, PTB, PSP, PSB, PR, entre outros) foi composta efetivamente para apoiar a candidatura de Francisco Lacerda de Aguiar em 1954, contra a candidatura Eurico Salles, do PSD. A partir desse momento, todas as vezes em que tal polarização se repetiu – isto é, PSD *versus* as demais agremiações ou grande parte delas, deu-se o nome, especialmente pelos veículos de imprensa, de *Coligação Democrática*. Para fins didáticos, todas as vezes em que essas forças políticas se reuniram contra egressos do PSD, continuaremos a denominá-la de *Coligação Democrática*.

tais embates se transferiram para o interior da Arena. Nesse sentido, o partido do Governo, durante o regime militar, surge permeado por fortes disputas internas, o que se verificou permanente durante a sua trajetória, marcada irrestritamente por intensos conflitos entre as suas principais correntes.

Inicialmente, o mesmo ocorreu com o MDB, que abrigou, predominantemente, membros do PTB, mas também alguns poucos do PSD. Todavia, logo nos primeiros meses, um membro da ala mais conservadora do antigo PTB tomou as rédeas do Partido não as tendo deixado até a sua morte, ocorrida no dia 5 de abril de 1992, já no contexto multipartidário e no PMDB. Trata-se de Argilano Dario, que foi Deputado Federal por vários mandatos. Embora tenha permanecido na direção do Partido até a morte, o domínio desse político, Argilano Dario, no interior do MDB, foi se tornando menos absoluto com o tempo, especialmente no início da Nova República, momento em que outros segmentos, especialmente oriundos da Arena, já hegemonizavam a sigla em termos regionais, ocorrendo aquilo que chamaremos na presente Tese, a exemplo de Madeira (2006), de *arenização* do MDB

Diante da diversidade de ideias e interesses alocados em cada um dos partidos, os arenistas, em especial, acabaram por se distribuir em sublegendas, criando a possibilidade de deslocamentos internos como principal alternativa para sanear seus conflitos. Ademais, eleições diretas para os cargos de senador, deputado federal e deputado estadual acirravam as disputas políticas, que ocorreram de forma relativamente isenta dos mecanismos de controle federal, reproduzindo, no Espírito Santo, aquilo que Dias (2009) e Madeira (2002) também identificaram no caso baiano, isto é, o fato de que, por um lado, as indicações de governantes obrigavam as elites regionais a aceitarem a ingerência da União e, por outro, a manutenção da eleição direta, em alguns níveis, possibilitava uma concorrência complementar pelo poder, cujo resultado dependia de outras variáveis. Nesse sentido, convém endossar as considerações de Dias (2009, p. 94), quando revela que

Na disputa pelos cargos eletivos, a decisão que se iniciava no diretório regional do partido era confirmada nas urnas e tinha reflexos diretos na Assembléia Legislativa. Portanto, se o prestígio da elite política [...] dependia do irrestrito apoio federal, também estava associado a um mandato parlamentar. Como a indicação para governador dependia da capacidade de integração no diretório do partido e era homologada pela Assembléia Legislativa – que, por sua maioria, poderia garantir a governabilidade –, havia uma dependência recíproca entre os vários setores da elite para a manutenção do *status* e do poder político. Todos dependiam do funcionamento de uma complexa rede de relações que incluía todas as correntes políticas do estado.

No caso do Espírito Santo, tal como salientado, a Arena reuniu tanto os membros do antigo PSD, com suas duas principais alas – a urbano-industrial e a agrofundiária –, como as forças políticas

que se juntavam em torno da frente partidária denominada *Coligação Democrática*, que reuniu, durante os anos 1945-1964, uma ampla gama de partidos políticos – UDN, PTB, PSP, PSB, PR, entre outros – os quais faziam, embora de maneira nem sempre ordenada e coerente, oposição ao PSD. Importante salientar que cada um desses grupos políticos era comandado por certas lideranças que se destacavam. Na órbita desses grupos, por sua vez, gravitavam lideranças com menor poder de influência. Deve-se destacar que tais grupos disputavam a hegemonia partidária, as indicações para os cargos eletivos, especialmente para o cargo de governador, e as cadeiras na Assembleia Legislativa, Câmara Federal e Senado. Portanto, endossamos as considerações do referido trabalho de Dias (2009, p. 94), acerca dos partidos, bem como sobre as disputas, uma vez que

[...] mesmo com a ditadura, o diretório regional do partido governista e a Assembleia Legislativa continuaram a ser núcleos de decisão política fundamentais, além do governo estadual. Tudo isso resultava em que o grupo que estivesse determinado a conquistar o governo estadual e hegemonizar o poder político em nível estadual, além de obter apoio da cúpula militar deveria controlar, também, o partido e o parlamento estadual.

Nesse sentido, pela importância adquirida pelo partido oficial do Governo durante o regime militar, a análise que segue acaba privilegiando mais a Arena, uma vez que representou um espaço mais disputado politicamente e com maior relevância que o MDB.

Quando se pretende examinar os papéis dos indivíduos, na configuração político-partidária, no contexto do regime militar, deve-se considerar a observação de Scott Mainwaring (2001), que aponta para os cuidados necessários na utilização do modelo institucionalista, cuja ressalva nos parece aplicável também ao período do regime militar. O autor chama a atenção para a questão da intervenção do Estado e das elites no processo de constituição dos sistemas partidários no Brasil, motivo pelo qual, para ele, as instituições formais tinham menos autonomia que esses atores sociais.

Nesse contexto, segundo Mainwaring (2001, p.37) “[...] é mais importante estudar as elites tradicionais do que os partidos que elas forjaram e controlaram com firmeza [...]”. Mainwaring (2001, p. 70), que direciona seu olhar para as chamadas *Democracias de Terceira Onda*¹⁵, salienta que “[...] se um sistema de partidos está profundamente enraizado na sociedade, os líderes encontram mais dificuldades para modificá-lo substancialmente [...]”. No caso das

¹⁵ Segundo Samuel Huntington (1994) a primeira onda de democratização mundial ocorreu entre os anos de 1920-1926 e a segunda, nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial até o ano de 1974, momento da queda do regime de Salazar em Portugal, com a Revolução dos Cravos. Em seguida, a democracia sofreu um retrocesso, com o crescimento do comunismo e a queda das frágeis democracias na América Latina. Após 1974, por fim, surgiu a *terceira onda*: nas duas décadas finais do século XX, ocorreu simultaneamente o surgimento de dezenas de democracias, com a queda do bloco soviético e com o declínio dos regimes militares na América Latina.

Democracias de Terceira Onda, é comum terem passado por vários processos de rupturas democráticas que levaram necessariamente a fases de transição, momentos especialmente favoráveis à transformação pelo alto dos sistemas partidários.

Nesse sentido, não se pode esquecer que a história e, também a política, são realizadas por homens, isto é, a sua atividade individual não pode deixar de cobrar sua importância. Por outro lado, também não se podem menosprezar os condicionantes estruturais, como o contexto histórico, político, social e econômico. Desse modo, firma-se a ideia segundo a qual os agentes individuais e coletivos agem concomitantemente, em vias de mão dupla. Seguindo essa pista, este trabalho se coaduna com Silveira (1998, p. 104), quando argumenta que

[...] toda realidade empiricamente observável é necessário, em primeiro lugar, reconhecer a existência da pluralidade de fatores orientadores do comportamento [político e] eleitoral. Assim como existem os comportamentos orientados por identificação partidária e por valores e critérios políticos, existem comportamentos mais autônomos, instáveis e volúveis, alguns orientados por cálculos racionais de interesses e outros por emoções e sentimentos [...]

Assim, o presente trabalho procura situar os grupos políticos e indivíduos, antes reunidos em agremiações partidárias diversas, dentro do bipartidarismo imposto pelo regime autoritário, vigente a partir de 1964 até o início da década de 1980. Nesse aspecto, cabe retomar a questão dos grupos dominantes no interior da Arena do Espírito Santo, com o apoio, mais uma vez, de José Dias (2009, p. 95) que, se referindo ao caso baiano, é bastante perspicaz ao afirmar que

[...] foi um partido ambivalente, pois, ao mesmo tempo em que agregou em seus quadros vertentes políticas divergentes em vários aspectos, manteve o perfil ideológico conservador, característico das legendas que o antecederam. As diferenças, normalmente percebidas na política regional, não decorriam de atritos em torno do ideário principal, mas de pequenas arestas resultantes de conflito por idéias secundárias ou rompimentos pessoais. Concebem-se como pontos de coesão ideológica comuns à elite brasileira desse período o anticomunismo e o desenvolvimento econômico industrializado. A interação entre esses dois temas reveste-se de uma perspectiva autoritária em relação à sociedade e à política.

No caso específico do Espírito Santo, as análises que seguem buscam demonstrar que tal ponto de coesão ideológica pode ser apresentado em dois aspectos que estão intimamente relacionados: primeiro, a grave crise econômica enfrentada pelo Estado em meados da década de 60, que levou ao enfraquecimento dos grupos agro-fundiários, detentores das rédeas do poder desde meados do século XIX; segundo, diante da grave crise econômica, a gestação, no interior de certas porções da elite capixaba, de uma espécie de *consenso*, no sentido de buscar novas alternativas de desenvolvimento, o que contribuiu para a confluência de agendas, que, seguindo a pista de Dias (2009), aqui denominamos de *Plataforma Ideal*, entre parcelas urbano-industriais do antigo PSD, doravante na Arena, e o Regime civil-militar em âmbito nacional.

Ainda quanto ao desenvolvimento econômico do Espírito Santo, com vistas a demonstrar a confluência histórica de agendas desenvolvimentistas, o trabalho procura percorrer, sumariamente, parte de sua trajetória à luz de duas características básicas, que já foram trabalhadas em livro recentemente organizado pelo Professor Arlindo Villaschi Filho¹⁶, para o qual colaboramos. Nele, advoga-se a tese de que o desenvolvimento capixaba se deu ou pela construção de *Coalizão de Possibilidades* ou pela operacionalização de *Consenso de Necessidades*. A primeira categoria desenvolvimentista, a coalizão, compreende os momentos em que foram definidos e pactuados rumos positivos para a economia e a sociedade capixaba como um todo, com destaque para coalizões buscadas no contexto da República visando tornar Vitória entreposto comercial voltado para exportação de café e para a diversificação da economia, casos, respectivamente, das gestões de Moniz Freire (1892-1896/1900-1904) e Jerônimo Monteiro (1908-1912), ambos ainda na Primeira República; destacam-se, ainda, aquelas coalizões que objetivavam a industrialização do Espírito Santo, especialmente a do governo de Jones dos Santos Neves (1943-1945/1951-1954), com seu projeto de desenvolvimento baseado no planejamento estratégico.

Na segunda categoria, a de operacionalização de *Consenso de Necessidades*, a preocupação fundamental é a de demonstrar que a eclosão do Golpe de 64 e do Regime Militar coincide com o colapso da monocultura do café, ante o programa de erradicação dos cafeeiros improdutivos, levado a cabo pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), no início da década de 1960, que atingiu em cheio a economia do Espírito Santo, sustentada desde meados do século XIX pelo cultivo daquele produto. A análise procura demonstrar que, diante da crise, e do esgotamento das possibilidades primário-exportadoras, a parcela da elite urbano-industrial oriunda do antigo PSD, com sua proposta industrializante, passa a ser a única alternativa capaz de conciliar os interesses locais. É exatamente esse grupo que empreenderá o movimento pela derrubada do então governador Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966) e, após domínio inicial de membros da antiga *Coligação Democrática*, tomará as rédeas do Diretório Regional da Arena, emplacando, em seguida, três dos quatro Governadores Biônicos da época, no caso Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971), Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975) e Élcio Álvares (1975-1979), que, especialmente os dois primeiros, empreenderam um amplo programa de reformas e investimentos.

¹⁶ Trata-se do livro *Elementos da Economia Capixaba e Trajetórias do seu desenvolvimento*, organizado pelo Prof. Drº Arlindo Villaschi Filho, do Departamento de Economia - UFES e publicado em 2011, em que participamos como co-autores na escritura de 5 dos 12 capítulos.

O último Governador Biônico, Eurico Rezende (1979-83), no entanto, governou o Estado no momento em que as ações já realizadas haviam redefinido o perfil socioeconômico do Espírito Santo (SILVA, 2010). Além disso, o cenário político-econômico nacional também havia mudado muito, estando a liberalização do regime já bem adiantada e a crise econômica do modelo desenvolvimentista agravada.

Foi durante o Governo Eurico Rezende (1979-1983), no plano regional, que, com vistas a diminuir a força do MDB, o Regime Militar empreendeu mudanças na legislação partidária, por meio da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), que extinguiu o bipartidarismo e permitiu a criação de novas agremiações partidárias. Nesse contexto, observa-se um novo rearranjo, doravante caracterizado como multipartidário, composto, inicialmente, por cinco agremiações: Partido Democrático Social (PDS), em substituição à Arena, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ex-MDB, além das novas siglas, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que disputariam o pleito de 1982, sendo, porém, mantida a polarização verificada ao longo do regime militar, tal como veremos na parte final da tese.

1.2 Aspectos Metodológicos

Quanto aos aspectos metodológicos, adotou-se como parâmetro a chamada *Pesquisa Documental Múltipla*. Segundo Ribeiro (2008, p. 27) “[...] na ciência política nacional, esse método tem se mostrado o mais seguro para a realização de estudos de maior fôlego [...]”. Isso porque, ressalta com base nas visões de Benevides (1981), “[...] somente cruzando múltiplas fontes - documentos e imprensa partidária, dados oficiais, cobertura da imprensa não-partidária, bem como análises de outros autores [...]”, entre outros, o pesquisador consegue construir um quadro que resgata “[...] o papel dos atores políticos, o enredo, vitórias e frustrações, as motivações, os interesses - reais ou supostos [...] situados em cena própria, mas não isolada ou estanque [...]”. A autora conclui, afirmando que “[...] o caminho da pesquisa às fontes primárias, com rigor redobrado, é o melhor remédio na busca pela inatingível imparcialidade epistemológica [...]” (BENEVIDES, 1981, p. 18-19).

Diante dessas considerações, e seguindo as recomendações de outros manuais de metodologia científica, a exemplo de Laville & Dionne (1999) e também GIL (2008), quando versam acerca da pesquisa de base documental nas ciências humanas, as fontes empregadas no presente trabalho só poderiam ser de naturezas diversas: utilizaram-se fontes de *caráter quantitativo*, como os dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas quais foram buscadas informações gerais acerca do Estado, bem como os dados eleitorais dos pleitos estaduais e municipais realizados entre os anos de 1966 e 1982. Esses dados foram organizados em planilhas, gráficos e figuras, o que permite observá-los e, em seguida, submetê-los ao método estatístico descritivo.

Também foram cotejadas, na presente pesquisa, fontes de *caráter qualitativo*, como os documentos oficiais dos partidos em vigor no período, especialmente as atas das reuniões dos Diretórios Regionais e das Convenções de Arena e MDB, que se revelaram fontes bastante interessantes para a confecção do trabalho. Por se tratar de um estudo acerca das trajetórias de partidos, observando seus grupos agindo em determinados espaços de disputa, foram exploradas exaustivamente as fontes jornalísticas, uma vez que a imprensa é parte fundamental em pleitos. Deu-se especial atenção ao Jornal *A Gazeta*, de propriedade do ex-governador Carlos Lindenberg e veículo de comunicação oficial do antigo PSD e de seus partidários, que continuaram atuando na política após o Golpe de 64, no interior da Arena.

Em se tratando dessas fontes, será possível notar, no decorrer do trabalho, que as matérias e, principalmente, os editoriais de *A Gazeta*¹⁷ se revelaram preciosos, no sentido de identificar o posicionamento dos principais atores políticos do período, especialmente quando se observa o próprio modelo de imprensa da época, oficialmente vinculado a determinados grupos e/ou partidos políticos. Além disso, diante do volume de documentos, procurou-se ter o cuidado de cotejá-los seletivamente, face às circunstâncias de relevância política e histórica, não sendo eles, portanto, elencados de forma aleatória. Ademais, tivemos o cuidado de considerar o posicionamento dos veículos de comunicação em apreço.

Além da consulta ao principal jornal do Espírito Santo, utilizamos alguns periódicos da época, especialmente a partir da década de 1970. Entre eles, destacam-se as revistas *Capixaba* e *Espírito Santo Agora*, com relevo para esta última, uma vez que se tratava de periódico com

¹⁷ O Jornal *A Gazeta* foi fundado em 1928. Como era comum na época, permaneceu durante muito tempo atrelado a uma ou outra corrente ideológica. Em 1930, defendeu abertamente a Aliança Liberal, em oposição ao Governo de Washington Luiz e em apoio ao governo instalado após a *Revolução de 1930*. Em 1945, o jornal foi adquirido pelo fazendeiro Eleosipo Cunha e colocado a serviço da União Democrática Nacional (UDN) e da candidatura de Eduardo Gomes (UDN), à Presidência da República. Após a derrota de Eduardo Gomes no pleito, Eleosipo Cunha resolveu vender o jornal. Nesse contexto, impôs a condição: só não o venderia para membros do PSD. Assim, o jornal foi vendido, em 1949, a um grupo que se fez passar como de empresários. Mais tarde descobriu-se que, na verdade, tal grupo era um disfarce para encobrir os verdadeiros compradores: integrantes do PSD, tendo à frente o Governador do Estado, Carlos Lindenberg. A partir de então, o jornal passou a ter a família Lindenberg como acionista majoritária, passando a ser o veículo de comunicação oficial do PSD até 1964. Além de *A Gazeta*, havia ainda o Jornal *A Tribuna*, pertencente ao Partido Social Progressista (PSP), de Adhemar de Barros, e o Jornal *O Diário*, de propriedade de Francisco Lacerda de Aguiar, Governador por duas oportunidades – 1955-1958/1963-1966 – e que teve a sua sede destruída por um incêndio. Por esse motivo, não foi possível consultá-lo, uma vez que o Arquivo Público estadual do Espírito Santo possui somente alguns exemplares do ano de 1969.

excelente qualidade editorial, que sempre trazia matérias especiais e entrevistas com importantes atores, nas quais se analisavam aspectos políticos, econômicos e sociais do Estado com um pouco mais de profundidade que os demais veículos. Quase todo o acervo desse periódico foi encontrado no Arquivo Público Estadual do Espírito Santo.

Metodologia parecida foi utilizada para explorar outra categoria de fontes: os *Anais* da Câmara Federal, bem como os do Senado da República, sobretudo dos pronunciamentos dos líderes mais eminentes de Arena e MDB capixaba. Tivemos o cuidado de lê-los e interpretá-los face aos acontecimentos de maior repercussão nos campos político, econômico e social. Quanto aos *anais* da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, as mensagens, discursos ou debates considerados úteis para a presente pesquisa se encontram em péssimo estado de conservação, o que dificultou bastante a leitura e sua utilização. Muitos documentos, inclusive, simplesmente se perderam, a exemplo dos *anais* referentes aos meses iniciais de 1964, bem como de outros momentos do recorte sobre o qual a presente pesquisa se debruçou.

Após a seleção das fontes, elas foram separadas de acordo com a natureza. Como já salientado, os resultados eleitorais e dados quantitativos foram submetidos ao método estatístico descritivo e organizados em planilhas e gráficos que permitem observar os dados eleitorais, tanto da Arena quanto do MDB.

As fontes qualitativas situam-se no campo do discurso, sendo foram submetidas a análises pertinentes aos estudos discursivos. Nesse sentido, como muito bem frisou Sueth (2004), nesse campo “[...] são necessários inúmeros cuidados, entre os quais pode-se [*sic*] destacar aquele relacionado com a capacidade explicativa da história, que não pode ser reduzida a um mero gênero narrativo, prisioneiro de estruturas discursivas [...]”. Ou seja, o pesquisador não pode reduzir a história ao texto, como fazem os estruturalistas, que negam haver história fora do discurso (SUETH, 2004). Trata-se, na verdade, de buscar os nexos entre a linguagem, bem como as idéias contidas nos discursos, e suas formas de expressão. Em suma, o que se quer é relacionar texto e contexto.

Nesse sentido, as análises aqui realizadas não reivindicam somente uma leitura objetiva do real, visto de um ângulo que pretenda ser externo e neutro quanto às disputas em jogo. Entende-se que isso seria uma pretensão inalcançável. Pelo contrário, corrobora-se aqui a ideia de Luiz Werneck Vianna (2006, p. 07) o qual argumenta que, “[...] se não for levado em conta o elemento vontade do analista, seus interesses, e suas paixões, os dados imediatos não passam de um amontoado

caótico ou, na melhor das hipóteses, uma cronologia dos sucessos e fracassos de diferentes atores [...]”.

Por se tratar de um estudo acerca das trajetórias de partidos, observando seus grupos constituintes, em processos de disputa político-eleitoral no Espírito Santo, o presente trabalho também busca aproximação, embora não fique preso a todos os seus procedimentos, com o método comumente utilizado em estudos da Nova História Política e da sociologia histórica, que é a chamada *Prosopografia* ou *Biografias Coletivas*. Tal metodologia surge ante o descrédito relacionado aos métodos estatísticos globais e também diante do refluxo da influência intelectual do marxismo, que privilegiava as classes sociais de grandes contingentes (operariado, camponeses, burguesia). Surge igualmente por ocasião do interesse de aproximar a experiência individual e a diversidade das trajetórias sociais (HEINZ, 2006; ALMEIDA, 2011).

O método, cujas origens remontam o século XVI, foi amplamente praticado nos estudos relacionados aos períodos da história Antiga e Medieval. Todavia, vem adquirindo espaço, nos últimos anos, também em pesquisas de história moderna e contemporânea e nas ciências sociais em geral, e possui uma base simples: procura definir uma população a partir de um ou alguns critérios, buscando estabelecer uma descrição cujas nuances possibilitam traçar um perfil comum de sua dinâmica social, privada, pública, cultural, ideológica ou política. Nessa perspectiva, preciosas são as palavras de Flavio Heinz (2006, p. 9), quando argumenta que

A prosopografia ou método das biografias coletivas pode ser considerado um método que utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica, buscando revelar as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em determinado período histórico. As biografias coletivas ajudam a elaborar perfis sociais de determinados grupos sociais, categorias profissionais ou coletividades históricas, dando destaque aos mecanismos coletivos – de recrutamento, seleção e de reprodução social – que caracterizam as trajetórias sociais (e estratégias de guerras) dos indivíduos¹⁸.

Assim, com base nessas considerações, o presente trabalho procura observar os principais atores dos mais destacados agrupamentos políticos do Espírito Santo no contexto do Regime Militar, e o modo como se inseriram dentro do bipartidarismo, inclusive mantendo ou buscando manter determinados posicionamentos políticos pretéritos ao Golpe de 64 e ao regime autoritário dele decorrente. Em outras palavras, pretende-se analisar a atuação dos representantes dos partidos

¹⁸ Lawrence Stone (1971, p. 46; Apud Resende, 2003) possui uma definição amplamente utilizada e que é muito parecida à descrita acima: A prosopografia é a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões – sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posições econômicas herdadas, lugar de residência, educação, tamanho e origens das fortunas pessoais, ocupação, religião, experiência profissional etc. Os vários tipos de informação sobre indivíduos de um dado universo são então justapostos e combinados e, em seguida, examinadas por meio de variáveis significativas. Essas são testadas a partir de suas correlações internas e correlacionadas com outras formas de comportamento e ação [...].

políticos, reunidos nos seus respectivos grupos, que expressavam de diversas formas os seus compromissos historicamente forjados, seja na atuação no Congresso ou Assembléia Legislativa, seja nas suas bases eleitorais, ou ainda, negociando seus interesses em diversas instâncias dos governos.

Acerca da noção de *grupo* empregada no presente trabalho, ela deriva de um amplo debate desenvolvido nas ciências sociais em geral, cuja vasta literatura não seria possível apresentar, mesmo que de maneira sumária neste limitado trabalho. Mas Gurvich (1977, Apud Rezende, 2001, p. 9) nos fornece uma passagem que é capaz, a nosso ver, de sistematizar criticamente este debate:

Os agrupamentos sociais não são, de modo algum, médias estatísticas. [...] Não constituem simples amontoados de pessoas reunidas e justapostas. [...] Não são nem simples relações sociais nem relações sociais completamente (Dupleél), nem sistemas ou unidades de interações humanas. [...] Não são simples amontoados de estatutos e funções sociais (Hiller), mas unidades que servem de base a esses estatutos e essas funções, os encadeiam, assimilam e modificam graças a sua ação. [...] Os agrupamentos sociais não podem ser reduzidos às organizações, porque existe um número considerável de agrupamentos inorganizados; desde que estejam organizados nunca se exprimem inteiramente na organização: ficam-lhe subjacentes, vivificam-na, transformam-na, reconstruem-na e, por isso mesmo, mostram-se, enquanto fenômenos sociais totais, mais ricos do que ela. O grupo é uma unidade coletiva real, mas parcial, diretamente observável e fundada em atitudes que constituem um quadro social estruturável, que tende para uma coesão relativa das manifestações de sociabilidade. (Grifo nosso).

Além disso, como o presente trabalho se debruça também em instituições e grupos que se conflitam ou se aproximam com vistas a ocupação de determinados espaços de poder, é inevitável uma aproximação com os estudos acerca das elites políticas, cujos pais fundadores são Gaetano Mosca (1858-1941), Vilfredo Pareto (1848-1923), Robert Michels (1876-1926) (HEINZ, 2006).

O conjunto de estudos sobre as elites adquiriram outra dimensão a partir das décadas de 1970 e 1980, a partir das quais se tornaram mais freqüentes cientistas políticos, sociólogos, historiadores e mesmo de antropólogos, a se voltarem para estudos das elites, motivados, segundo Grynszpan & Grill (2011, p. 10-11), por pelo menos por dois aspectos: o primeiro foi a ruptura com sua marca de origem antidemocrática, o que os poupou de sucumbir ante a legitimação e a disseminação da democracia. E completam afirmando que

[...] essa ruptura se deu, em grande parte, pela sua apropriação pelas ciências sociais nos Estados Unidos, onde os textos dos autores elitistas foram sendo neutralizados [...]", isto é, "[...] despidos de seu caráter de tomada de posição política, lidos não como opositores da democracia em geral, mas como críticos realistas da democracia participativa [...]. (GRYNSZPAN & GRILL, 2011, P. 10-11)

O segundo aspecto, que guarda relação com o anterior, foi a progressiva autonomização do objeto *elites* em relação à teoria que o fundou, impondo-se como relevante na pauta de objetos científicos legítimos. Com a sua autonomização, o objeto *elites* passou a ser abordado a partir de perspectivas teóricas e quadros conceituais diversos (GRYNSZPAN & GRILL, 2011, P. 10).

Convém ressaltar o fato de que a difusão mais ampliada de estudos sobre as *elites*, ocorrida ante o refluxo do marxismo e suas definições de elites baseadas unicamente nas relações de produção e de classes, mais o próprio refinamento das ciências sociais enquanto campo do conhecimento, fez com que a inclinação para o tema deixasse de ser visto como uma adesão social e intelectual ela mesma elitista (HEINZ, 2006).

Desde então, o espaço dos estudos de *elites* experimentou uma enorme diversificação nos planos nacional e internacional. As análises, que anteriormente privilegiavam as elites políticas ou, em menor escala, as econômicas, passaram também a focar outros grupos, como culturais, científicos, religiosos e profissionais, graças às influências, entre outros autores, de Bourdieu. Sobre tal diversificação de estudos das elites, as palavras dos mesmos autores acima mencionadas, são mais uma vez esclarecedoras:

[...] a diversificação que se operou não resultou apenas em uma ampliação no conjunto de grupos estudados. Ela se deu igualmente nos enfoques de que esses grupos passaram a ser objeto. Ao lado dos de caráter mais objetivista, centrados, por exemplo, nos mecanismos de recrutamento e seleção, nas transformações morfológicas dos espaços sociais e nas reconversões sociais, observam-se outros de viés interpretativo, voltados para as linguagens específicas de grupos, estratégias e disputas discursivas, ações performativas, rituais, valores e visões de mundo, passando por aqueles centrados nas lógicas de engajamento social e de justificação, nas redes e relações pessoais, locais ou internacionais, nas estratégias de reprodução e de consagração social e estilos de vida (GRYNSZPAN & GRILL, 2011, p. 11).

Nesse contexto, diversos foram os estudos surgidos no plano nacional sobre elites¹⁹. Como já salientado, a presente tese buscou estreitamento também com esses estudos, mas, evidentemente, direcionando o olhar para o Estado do Espírito Santo. Assim, completando o argumento acima, Heinz (2006, p. 9-10) afirma que

[...] o historiador de elites empreende o estudo dos processos históricos nos quais elas se inserem à luz de suas características sociais mais ou menos constantes. Trata-se de conhecer as propriedades sociais mais requisitadas em cada grupo, sua valorização ou desvalorização através do tempo; conhecer a composição dos capitais ou atributos cultural, econômico ou social, e sua inscrição nas trajetórias dos indivíduos [...]. A outra história das elites que [advogamos] se orienta, ao contrário, pela busca das regularidades, dos sinais comuns dos condicionamentos sociais e culturais na história de honens e coletividades [...].

¹⁹ Entre as quais se destacam como contribuições recentes, os trabalhos de Almeida, Canêdo, Garcia & Bittencourt (2004), com o trabalho intitulado *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*, Flavio Heinz (2006), que escreveu sobre os estudos das elites no campo da historiografia e Odaci Luiz Coradini (2008), que cotejou as elites na realidade política riograndense, entre vários outros.

Para o presente trabalho, adota-se o mesmo conceito de *elites* utilizado por Flavio Heinz (2006), que procura, em seu livro, retirar a carga moral ou normativa típica do termo, procurando atribuir-lhe um significado mais sociológico, de modo a enfatizar as vantagens decorrentes de um conceito desprovido de quaisquer que sejam as valorações normativas. Assim, para o autor,

[...] as elites são definidas pela detenção de um certo (*sic*) poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual, e o estudo das elites seria um meio para determinar 'quais os espaços e mecanismos do poder nos diferentes tipos de sociedade ou os princípios empregados para o acesso às posições dominantes (HEINZ, 2006, p. 8).

Quanto ao presente estudo e suas justificas, elas se dão por diversos fatores: o primeiro refere-se à sua originalidade. Trata-se de um tema ainda pouco pesquisado, limitando-se a algumas dissertações e teses, que tratam da política formal do Regime Militar no plano nacional. Em se tratando da realidade política capixaba do período pós-64, em virtude de não existirem estudos a respeito, o presente trabalho adquire ares de ineditismo.

Além disso, o estudo do tema se justifica também pelo interesse próprio, enquanto pesquisador da área política e social. É fundamental entender o lugar que o Regime militar, em sua dimensão política e social, ocupa na sociedade capixaba. Esse entendimento pode auxiliar na compreensão da própria dinâmica do sistema politico-eleitoral brasileiro da Nova República.

Cabe, ainda, ressaltar que o tema interessa de modo especial, pois significa uma oportunidade singular de contribuir para a elucidação da trajetória dos agrupamentos e indivíduos políticos do Estado do Espírito Santo no contexto do período autoritário. O estudo deve contribuir para reconhecer politicamente os seus principais organizadores, suas vinculações com movimentos sociais e demais participações na sociedade.

Ademais, ao focar a participação de partidos ou grupos políticos na arena eleitoral e governamental, este trabalho contribui para o conhecimento de uma das faces do complexo subsistema político do Espírito Santo – e também brasileiro –, com suas nuances, suas variáveis, seus conflitos, suas contradições, seus clientelismos.

Após tais considerações, destaca-se que a tese está dividida em sete capítulos, incluindo a introdução (capítulo I), em que são apresentados o objeto problema, as considerações teóricas mais gerais, bem como os aspectos metodológicos. No segundo capítulo, as preocupações estão voltadas para a análise dos antecedentes ao bipartidarismo no Espírito Santo, com vistas a identificar os grupos, os partidos e as relações de poder verificados no decorrer da República, bem como compreender as mudanças institucionais, em termos federativos, verificadas no Brasil, no mesmo contexto, e seus rebatimentos na realidade política capixaba.

Em seguida, no terceiro capítulo, são analisados a crise, o golpe de Estado e a instauração do Regime Militar e do bipartidarismo no Espírito Santo. Nesse tópico, procuramos identificar o posicionamento dos principais grupos políticos na passagem da ordem multipartidária para aquela composta por somente duas agremiações. Além disso, são analisadas as movimentações dos principais agrupamentos da Arena em relação à formação da lista tríplice e indicação do primeiro Governador Biônico, no caso o ex-deputado estadual pessedista Christiano Dias Lopes Filho.

No quarto capítulo da presente tese, as atenções se voltam para a análise dos partidos e seus grupos, por ocasião da primeira governadoria biônica de um elemento egresso do antigo PSD, agrupamento que adquiriu hegemonia no interior da Arena e também nas esferas governamentais no Estado. Procuramos identificar os principais pontos de atrito entre governo e classe política. Apontamos, também, para a crise econômica que se abateu sobre o Estado e para a adoção, por parte do Governo Dias Lopes (1967-1971), daquilo que chamamos de *plataforma ideal*, isto é, um projeto de reforma do Estado e de desenvolvimento econômico com vistas a recuperar a economia capixaba, o qual coincide com o projeto de *Brasil Grande Potência* do Governo Federal, bem como com a fase mais aguda da repressão, advinda da edição do Ato Institucional Nº 5.

No quinto capítulo, analisamos os partidos políticos no período pós-AI-5. Identifica-se, nesse período, certo arrefecimento das atividades político-partidárias diante do cenário autoritário, o que propiciou ocasião para indicação, como governador biônico, de um nome eminentemente técnico, no caso o engenheiro Arthur Carlos Gerhardt Santos, que imprimiu um novo ritmo ao desenvolvimento regional, por meio da atração de recursos externos, conhecidos como *Grandes Projetos de Impacto*, mantendo a *Plataforma Ideal* e a hegemonia pessedista no poder. Observar-se-á que, pelo momento autoritário e tecnocrata no qual o Estado e o país estavam inseridos, o referido Governo agiu à revelia das forças políticas locais por ocasião da implementação do seu projeto de desenvolvimento.

No sexto capítulo da tese, nos debruçamos sobre Arena e MDB no contexto da retomada mais intensa do debate político, já no início da abertura lenta e gradual do Regime Militar, iniciada pelo Governo Geisel (1974-1979). Tal retomada foi identificada, em termos regionais, na ampla participação dos dois principais agrupamentos políticos da Arena na indicação do novo governador biônico, Élcio Alvares (ex-PSD), eleito como *tércio*, diante do impasse criado entre as duas principais correntes da Arena – ex-PSD e *ex-Coligação Democrática* –. O Governador

eleito também manteve a *Plataforma Ideal*, por meio da operacionalização dos *Grandes Projetos* traçados e iniciados pelo governo anterior.

No sétimo e último capítulo, analisamos o pleito de 1978, o último ocorrido no contexto do regime militar, bem como os reagrupamentos e realinhamentos das principais forças políticas do Estado do Espírito Santo, diante do advento da Nova República, da retomada da democracia e do multipartidarismo. Procura-se identificar o modo como os principais grupos se reaglutinaram no novo cenário institucional e como isso se processou no pleito eleitoral de 1982. Pretende-se, também, analisar o grau de influência das duas agremiações partidárias que vigoraram durante o regime militar, nos novos partidos políticos que surgiam. Por fim, são tecidos alguns comentários, à guisa de conclusão do trabalho.

CAPÍTULO 2

GRUPOS, PARTIDOS POLÍTICOS E RELAÇÕES DE PODER: ASPECTOS ANTECEDENTES AO BIPARTIDARISMO NO ESPÍRITO SANTO

2.1 Aspectos Introdutórios

Nesta seção, as atenções estarão voltadas, inicialmente, para a compreensão dos aspectos econômicos, políticos e sociais, com vistas a reconhecer os principais grupos sociais hegemônicos, à luz da análise acerca da inserção do estado do Espírito Santo no contexto do federalismo brasileiro, no decorrer da República, tendo como pano de fundo os dilemas constitutivos da formação e desenvolvimento do Estado nacional, considerando o embate entre centralização *versus* descentralização. Neste sentido, observar-se-ão os rebatimentos das mudanças institucionais que se operaram no plano nacional e no contexto regional capixaba em termos de realinhamentos e rearranjos político-partidários.

2.2 Aspectos políticos, sociais e econômicos do Espírito Santo.

O Espírito Santo é um estado da Região Sudeste, cuja população atual é estimada em 3.514.952²⁰ habitantes, distribuídos em 78 municípios. Apesar de estar situado na região com maior prosperidade econômica e ao lado dos três principais estados do país, o Espírito Santo ainda não ocupa uma posição tão privilegiada em termos comparativos. Sua participação no PIB²¹ nacional representa apenas 1,95%, se posicionando em 13º lugar no ranking nacional, enquanto os seus vizinhos de região, SP, RJ e MG ocupam o 1º, 2º e 3º lugares, respectivamente²².

Por isso, se tornou consensual a opinião segundo a qual o Espírito Santo, por suas próprias características socioeconômicas, não acompanhou o dinamismo da Região Sudeste, mantendo, até meados do século XX, suas tendências de industrialização tardia e retardatária (SILVA 1995; SIQUEIRA, 2001; VILLASCHI, 2011). Do mesmo modo, em decorrência de sua inexpressiva força política e econômica entre as demais unidades da Região Sudeste, o Estado passava despercebido no grande mapa do Brasil, além de ser alijado das decisões políticas e econômicas nacionais. Essa situação o levou, nas palavras da Historiadora Maria da Penha Smarzaró Siqueira (2001), a uma posição indefinida e desfavorável, entre a prosperidade sulista e a pobreza

²⁰ Estimativas IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=es>. Acesso em: 20 jul. 2011.

²¹ PIB significa Produto Interno Bruto, e representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região.

²² Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN Coordenação de Economia e Desenvolvimento Núcleo de Contas Regionais, 2011. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br>>. Acesso em: 21 Jul. 2011.

nordestina, e como tal, não participava da capitalização do Sudeste nem tampouco das reivindicações do Nordeste. Ou como definiu de maneira jocosa o Professor Ademar Martins, capixaba e Subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República no Governo Jânio Quadros (1961-1961): “[...] o meu pobre Espírito Santo é um Nordeste sem Sudene [...]”.²³

A economia do Espírito Santo esteve baseada até meados do século XIX na cultura da cana de açúcar, que vivia em um quadro de estagnação permanente devido, sobretudo, aos baixos preços do produto no mercado internacional desde o século XVII. Havia, além desta cultura, uma pequena e insipiente produção de farinha de mandioca, ambas comercializadas com o Rio de Janeiro e Bahia²⁴.

Acerca da realidade socioeconômica do Estado antes do advento do café como principal fonte de renda, alguns relatos de viajantes traçam um quadro sombrio acerca do Espírito Santo. Segundo o francês August de Sant Hilaire, que pela região passou em meados do século XIX, a capitania era “[...] isolada, pobre e nada, por assim dizer, nela atraí[a] os estrangeiros [...]”. Acerca da população, o tom da exposição de Sant Hilaire também não era nada lisonjeiro: “[...] é fácil observar que a população da Província do Espírito Santo é fraca por que tais operações [carga e descarga de navio] são extremamente morosas [...] As águas que bebem [...] os colonos podem concorrer para a magreza, a palidez, ar lânguido que se observam na sua maioria, privando-o da energia necessária à nossa espécie [...]” (SANT HILAIRE, Apud SALETTO, 1996a, p. 26).

Mesmo atento ao fato de que o discurso do viajante pode estar entorpecido do etnocentrismo e do preconceito típicos daquele século, o que faz transparecer certa dose de exagero, não se pode invalidar totalmente suas considerações. Isso porque o espaço geográfico que ora chamamos de Espírito Santo, no século XIX, de fato, não havia avançado muito no que tange ao processo colonizador. Isso ocorreu, em parte, por ocasião do impedimento em estabelecer contato com a região mineira no século XVIII, uma vez que a Coroa Portuguesa, tentando impedir o contrabando do ouro, impôs uma legislação severa à região, que proibia, inclusive, a construção de estradas para o interior de seu território. A colonização se tornava ainda mais complicada pelo fato de a Província ainda possuir, no século XIX, uma população indígena (vista, segundo a mentalidade da época, como um mero estorvo, que deveria ser neutralizado) que, desde o período colonial, resistia tenazmente ao processo de colonização.

²³ UM Nordeste sem Sudene. *Revista Capixaba*, Vitória, n 19, ano II, p.10-12, Set. 1968.

²⁴ Segundo GOULARTE (2008, p. 31), a base da economia do Espírito Santo antes do café eram, além dos já mencionados açúcar e mandioca, o algodão descaroçado, o milho e o arroz, que eram comercializados principalmente no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Assim, a população capixaba era pequena, composta por aproximadamente 35 mil habitantes, segundo o censo de 1824, dos quais cerca de 38% eram escravos, chegando à época da independência tendo sido colonizada apenas uma estreita e descontínua faixa litorânea (SALETTTO, 1996a; SALETTTO, 1996b).

Tabela 1 - População do Espírito Santo – 1824-1940

ANO	Nº de Habitantes	Hab. Por Km
1824	35.352	0,70
1856	49.092	0,98
1872	82.137	1,92
1890	135.997	3,17
1900	209.783	4,90
1920	497.328	10,67
1940	750.107	17,51

Fonte: Accioli Vasconcelos, Memórias Estatísticas; Censo Provincial de 1856, Recenseamentos nacionais.

Por conta dessa fragilidade descrita e pela solução imperial e unitária implementada no Brasil Monárquico, especialmente no Segundo Reinado (1840-1889), em que se formou um Poder Central forte (ABRÚCIO, 1998, p. 31), o Espírito Santo era também muito instável politicamente, sendo submetido a diversas intervenções por parte do poder central e marcado ela grande rotatividade de mandatários. Além disso, somam-se as diversas revoltas e levantes que sacudiram o Estado desde o processo da independência²⁵ (GOULARTE, 2008).

O marasmo histórico da economia capixaba, que acabou por impactar na cena política, só foi rompido com a introdução e a expansão da cultura do café. Iniciada em 1810, essa produção se tornou, dentro de poucos anos, a base da economia do Espírito Santo atraindo para si todas as forças da província. Ele aparece na pauta de exportação em 1826 e 1827 na pequena quantidade de 150 arrobas e que, segundo Saletto (1996), era plantado nas imediações de Vitória. Mas não demorou muito para que a produção ganhasse proporções comerciais, o que veio a ocorrer por volta de 1840, a partir da sua expansão pelo litoral próximo à capital, procurando morros e encostas.

A partir da produção cafeeira centrada em Vitória, importantes áreas foram desbravadas para o cultivo do produto. Uma das principais a serem colonizadas foi a região serrana, que seguiu as vicissitudes da política migratória imperial levada a cabo a partir de meados do século XIX até a República Velha. Assim, a população afixada na região serrana, em especial italiana e alemã,

²⁵ Para maiores esclarecimentos, ver: GOULARTE, Rodrigo. **Figurões da terra:** trajetórias e projetos políticos no Espírito Santo de oitocentos. 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

passou a cultivar o café nesta porção territorial do estado, com base na pequena propriedade familiar.

No sul, a produção cafeeira seguiu a dinâmica de produção da província do Rio de Janeiro e Minas Gerais, penetrando nos vales dos rios Itabapoana e Itapemirim. Pela proximidade com a capital do Império (Rio de Janeiro), essa região foi povoada por fluminenses e também por mineiros, que foram ocupando terras antes dominadas por indígenas. Assim, a ocupação da região sul no século XIX difundiu a grande propriedade nos moldes escravistas, presentes naquelas províncias (CAMPOS JR., 2002, SALLETO, 1996a; 1996b).

Na região norte também se observa um cultivo de café, realizado nas imediações de São Mateus, que começou a concorrer com a mandioca, até então a principal produção das suas fazendas. Devido à ligação desta região com a capitania de Porto Seguro, até o século XIX, boa parte de suas riquezas era dirigida à região baiana (RIBEIRO, 2008). Posteriormente, após 1940 e, de modo especial na década de 1950 e 1960, a região norte ampliou significativamente suas fronteiras agrícolas do café ao longo do Vale do Rio Doce, quando passou a concentrar a maior parte da produção do estado, desbancando a região sul, detentora da hegemonia até então (ALMADA, 1993).

Das três regiões apontadas acima, aquela que por mais tempo se manteve como a mais próspera foi o Sul, centralizada em Cachoeiro de Itapemirim. Num certo sentido, a economia dessa região foi um prolongamento da economia cafeeira da região fluminense, a cujo sistema financeiro e comercial esteve inteiramente ligado. Deste modo, até as primeiras décadas do século XX, grande parte do café produzido na região não era escoada pelo porto natural de Vitória, mas sim, pelo Rio de Janeiro. Muito pouco se dirigia à capital capixaba, dificultando ainda mais o incremento interno das receitas do Estado. Vitória, neste momento, era uma cidade nitidamente burocrática, cujo comércio pouco, ou em quase nada, incrementava as receitas estaduais. (RIBEIRO, 2008).

Assim, apesar da importância para a economia capixaba, a expansão cafeeira foi muito mais lenta do que no Oeste paulista, que se deu no mesmo período. Isso devido ao encarecimento da mão de obra, em relação à abolição da escravatura, à falta de créditos para o aumento de lavouras e à ausência de infraestrutura. Como bem salienta Saletto (1996a, p. 113), “[...] a província não tinha estradas nem portos aparelhados, não possuía um sistema comercial e financeiro desenvolvido, não dispunha de capital local suficiente, nem podia competir com São Paulo na atração de capitais externos [...]”.

2.3. O Espírito Santo no contexto da Primeira República (1889-1930)

Com a paulatina destruição dos alicerces do império – em especial o trabalho escravo –, o conflito centralização *versus* descentralização do poder viria à tona na forma das reivindicações federativas. Por isso, uma análise, mesmo que panorâmica, da realidade política e econômica no contexto da Primeira República reveste-se de grande importância para o presente trabalho, uma vez que é nela que se consubstanciou a hegemonia das elites regionais, especialmente aquelas ligadas ao café, em detrimento do centralismo político do Império. E tal como sugere Abrúcio (1998, p. 34), “[...] a partir deste momento histórico, as máquinas políticas estaduais serão peças fundamentais no tabuleiro político do país. E nesse tabuleiro, a obtenção do cargo de governador podia realmente consistir num verdadeiro xeque-mate nos adversários [...]”.

Como é sabido, os primeiros anos da República brasileira foram marcados por profunda instabilidade política e institucional. Conflitos armados – como a Guerra de Canudos, as Revoltas da Armada, a Revolução Federalista –, revoltas populares de diferentes naturezas e matizes, greves, motins e levantes deram o tom na fase inicial (CARVALHO, 1987), agravados pela grave crise financeira que se abateu sobre o país, ocasionada pela política econômica denominada *Encilhamento*, adotada pelo então Ministro da Fazenda Rui Barbosa. Toda essa ordem de coisas nos faz endossar as palavras de Carvalho (1987), para o qual, sem nenhum exagero, o Brasil passou, nesses primeiros anos de novo regime, a fase mais turbulenta de sua existência.

Passado o período de maior agitação, depois de consolidada a *Política dos Governadores*²⁶ de Campos Salles, pacto baseado no poder dos *Coronéis*²⁷, e da promulgação da Constituição de 1891, se sucederam, no Espírito Santo, dezoito presidentes de Estado, sendo que somente entre 1889 e 1892 foram seis diferentes mandatários²⁸. Para a presente análise, torna-se indispensável destacar dois governos estaduais que consideramos cruciais para o entendimento da estabilidade

²⁶ Em linhas gerais, a *Política dos Governadores* pode ser definida da seguinte forma, segundo Abrúcio (1998): a) os governadores de estado eram os atores mais importantes do sistema político, seja no âmbito nacional, seja no âmbito estadual; b) A constituição do poder nacional, por meio de eleições presidenciais passava por um acordo entre os principais estados da federação, especialmente São Paulo e Minas Gerais, mais especificamente pelos governadores desses estados. Para maiores esclarecimentos, ver: ABRÚCIO, Fernando. Os barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política, USP, 1998 pag. 35-41; CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. RESENDE, Maria Efigenia Lage de. O processo Político na Primeira república e o Liberalismo Oligárquico, in. FERREIRA, Jorge *et al.* **O Brasil Republicano, o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Entre outros.

²⁷ Sobre a importância dos coronéis no pacto de poder da chamada República Velha, ver: LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa & Ômega, 1978.

²⁸ Foram os seguintes: além de Afonso Claudio (22/11/1889 a 07/01/1890); José Horácio da Costa (22/11/1889 a 07/01/1890); Constante Gomes Sodré (09/09/1890 a 20/11/1890); Henrique Coutinho (20/11/1890 a 11/03/1891); Antônio Aguirre (11/03/1890 a 07/06/1891); Barão de Monjardim (07/06/1891 a 08/12/1891).

política e institucional na República, a partir dos quais a oligarquia cafeeira se tornou, se não hegemônica, muito influente durante pelo menos dois terços do século XX. Trata-se dos Governos de José de Mello Carvalho Moniz Freire, que exerceu por duas vezes o cargo de Presidente de Estado (1892/1896 e 1900-1904), e de Jerônimo de Souza Monteiro (1908/1912).

Do ponto de vista político-partidário, os mandatos dos Presidentes de Estado supramencionados são marcados pelo predomínio inicial de dois partidos políticos: o Partido Republicano Espírito-Santense (PRES) e o Partido Republicano Construtor (PRC). Sobre suas composições político-econômicas, Marta Zorzal e Silva (1995) é enfática ao afirmar que o primeiro representava os interesses agrofundiários do Sul, centro e norte do Estado, bem como dos estamentos burocrático-militares, e o PRC agregava exclusivamente os interesses mercantis-exportadores, embora abrigasse em suas fileiras alguns poucos representantes dos setores agro-fundiários.

Foi com o hábil Muniz Freire, eleito governador em dois mandatos (1892-96 e 1900-04), que se consolidou definitivamente o projeto político e econômico abrangente para o Espírito Santo, esboçado na curta gestão Afonso Claudio (22/11/1889 a 07/01/1890), que se baseava na afirmação da centralidade da cidade e do porto de Vitória como *locus* fundamental do desenvolvimento capixaba, na abertura de estradas de ferro para o interior e para Minas Gerais, no desenvolvimento da cafeeicultura, da imigração e da pequena propriedade.

Moniz Freire²⁹ (1892/1896) ascende ao poder representando a hegemonia das oligarquias mercantis-exportadoras reunidas no Partido Republicano Construtor (PRC) e foi um dos primeiros a perceber a necessidade de desenvolver economicamente o Estado do Espírito Santo na perspectiva de torná-lo menos frágil economicamente e menos dependente da esfera nacional.

Ao se tornar Governador em 1892, o grande objetivo de Moniz Freire era construir um grande centro populoso como principal passo para o desenvolvimento do Estado, sendo que isso ocorreria por meio do aumento da atividade comercial o que na época, segundo Sueth & Franco (2005), ocorria em várias importantes cidades, tais como Paris, Nova York, Londres, entre outras. Essa iniciativa visava, acima de tudo, centralizar a arrecadação e exportações pelo Porto de Vitória, para evitar que parte considerável da renda estadual continuasse a ser apropriada pelo Rio de Janeiro. Tal como salienta Campos Jr. (1996, p. 149), “[...] a proposta de Moniz Freire

²⁹ Nascido em Vitória em 13 de julho de 1861, começou sua carreira política muito cedo na Câmara Municipal de Vitória e foi Deputado Provincial durante a década de 1880, também se destacando como hábil orador e dono de uma boa capacidade de escrita, demonstrando, desde cedo, uma grande tendência para o jornalismo e para a política. Cursou direito juntamente com Afonso Claudio, primeiro no Recife e depois transferindo-se para São Paulo, entre os anos de 1877 e 1881.

voltava-se para tornar Vitória o grande centro comercial do Estado e, quiçá, levá-la a exercer também alguma polarização sobre regiões mineiras. Concentrar o comércio era a meta [...]"

Para atingir tal objetivo, Moniz Freire lançou mão de três ações vistas por ele como indispensáveis: a) investir no melhoramento da infra-estrutura do Espírito Santo, para facilitar o escoamento interno da produção cafeeira, através da construção de ferrovias, especialmente uma que ligasse a região sul à Vitória, para centralizar o comércio capixaba junto ao porto da capital, além de ter planejado estabelecer uma conexão ferroviária que unisse o norte do estado e parte de Minas Gerais, com Vitória; ambas tinham o objetivo de tornar a capital capixaba entreposto comercial de cunho regional; b) estimular a imigração para aumentar a população do Espírito Santo e oferecer mais braços à lavoura cafeeira – principalmente à grande propriedade -, que se ressentia da falta de mão-de-obra desde o término da escravidão; c) implementar a modernização estrutural de capital capixaba através da formulação de políticas de aterramento de áreas à época consideradas insalubres, construção de estradas, melhorias no porto de Vitória e construção de uma rede regular de água encanada e esgoto (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011a).

Moniz Freire efetivamente levou a cabo várias dessas ações. Em relação à política imigratória, logo no início do governo firmou contrato com o italiano Domenico Giffoni para introduzir 20 mil imigrantes no Estado no período de três anos, preferencialmente italianos. Em seguida, em 1892, regulamentou as normas do serviço de imigração que, em tese, significava algumas facilidades para os estrangeiros que viessem para as terras capixabas (RIBEIRO 2008; VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011a). A tabela a seguir, mostra a expansão do número de imigrantes que aportaram no Espírito Santo. Nota-se uma íntima relação entre a dinâmica do café e o fornecimento de novos braços a atividade:

Tabela 2 – Chegada dos Imigrantes e exportação de Café

<i>ANO</i>	<i>Nº DE IMIGRANTES</i>	<i>EXPORTAÇÃO DE CAFÉ</i>
1892	522	277.768 sacas
1893	3.094	362.717 sacas
1894	3.926	387.619 sacas
1895	4.575	410.511 sacas

Fonte: Garcia, Mota e Dias (2005)

No que tange à modernização estrutural e urbana da região de Vitória, foram importantes as ações voltadas para a regularização e o abastecimento de água e canalização de esgoto, além de inúmeras outras ações direcionadas para a resolução de problemas de insalubridade que marcavam a cidade de Vitória (RIBEIRO 2008; VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011a).

No aspecto urbanístico, o projeto mais audacioso foi o *Novo Arrabalde*, que foi confiado ao renomado engenheiro Saturnino de Brito³⁰. Compreendia a construção de um novo bairro para abrigar a elite que, na visão de Freire, se formaria a partir das atividades econômicas relacionadas ao comércio do café, uma vez que Vitória, limitada de um lado pelo mar e do outro pelas encostas, não oferecia mais a possibilidade de crescimento³¹.

Mas foram nas questões de infra-estrutura de transportes que foram enraizadas as principais marcas do Governo de Moniz Freire. A idéia inovadora partia da construção de malha logística – rodoviária e ferroviária – que imputasse outra racionalidade econômica ao transporte e que impulsionasse a comunicação entre as diversas regiões do Estado. Essa malha de comunicação e de transporte que seria a grande responsável por fazer convergir para Vitória o comércio do café e as atividades a ele ligadas, tornando-se grande centro populoso e comercial.

Moniz chegou a inaugurar o trecho inicial da Ferrovia Sul do Espírito Santo no dia 13 de junho de 1895, um traçado de cerca de 20 km de Vitória à Estação do Município de Viana³². Todavia, a crise do café, verificada ao término do seu primeiro mandato e a pouca autonomia do Espírito Santo em termos políticos e econômicos, impediu a continuidade de planos tão esperançosos e veio a determinar o fracasso relativo de suas pretensões para o Estado. Devido aos mesmos fatores, não foi possível perseguir tal objetivo com o mesmo afincamento no seu segundo mandato, que ocorrera entre os anos de 1900-1904 (VASCONCELLOS, 1995). Sobre a questão do desequilíbrio no tratamento entre os Estados, o próprio Moniz Freire é enfático ao se queixar da falta de autonomia do Estado Capixaba:

[...] Não poderia o nosso estado, pequeno e exausto como se acha, pretender presentemente tomar nenhuma iniciativa no sentido de forçar uma deliberação eficaz sobre esses assuntos; por mais que a sua sorte esteja aí envolvida, a sua posição não pode ser senão de passividade resignada [...]³³.

Apesar do fracasso relativo, Villaschi, Felipe & Oliveira (2011a; p. 41) fornecem a conclusão com a qual podemos finalizar a nossa explanação sobre Moniz Freire:

³⁰ Francisco Rodrigues Saturnino de Brito (Campos, 1864 - Pelotas, 1929) foi um dos mais importantes engenheiros sanitaristas brasileiros. Nascido em Campos dos Goytacazes, formou-se em engenharia civil no ano de 1887, pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Saturnino de Brito teve papel de destaque pela racionalidade técnica e econômica que dava aos seus projetos. Assim, tornou-se responsável por projetos urbanísticos para as principais cidades brasileiras, como Santos, Vitória, Petrópolis, entre outras.

³¹ No lugar onde foi projetado e parcialmente construído o Novo Arrabalde, se localiza atualmente o Bairro da Praia do Canto, região norte da Ilha de Vitória, hoje, a região mais nobre, que, com a decadência do antigo centro, tornou-se também a região mais dinâmica da capital capixaba.

³² O Município de Viana faz parte, atualmente, da Região Metropolitana da Grande Vitória, ao lado da capital, Vitória, Serra, Cariacica, Vila Velha, Fundão e Guarapari.

³³ ESPÍRITO SANTO. Presidente (1900-1904: Freire). Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da 1ª seção da quarta Legislatura pelo Presidente do Estado, Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, em 28 de setembro de 1901. Vitória: Papelaria e Typografia Nelson Costa & Comp., 1902. p. 12

[...] o legado de Muniz Freire para o [...] Espírito Santo já estava determinado: graças a ele, começou-se a estabelecer o intercâmbio comercial mais intenso com regiões vizinhas. Nesse sentido, eram claros os sinais de uma nova base para o desenvolvimento capixaba. É possível dizer que todos os processos posteriores de dotação de uma infraestrutura logística no Espírito Santo, com o discurso de que o estado precisava dinamizar suas vantagens locacionais naturais, são um aprofundamento e derivam daquela visão defendida por Moniz no final do século XIX [...].

A crise econômica que se abateu sobre o Brasil e sobre Espírito Santo no início da Primeira República, só terminou no final da primeira década do século XX. Essas circunstâncias coincidem com a chegada ao poder de Jerônimo Monteiro (1908-1912), que ascendeu ao poder pelo PRES, nitidamente vinculado aos interesses agrofundiários dos fazendeiros do Sul do Estado, expressas nas suas mensagens e discursos, nos quais expunha o interesse em desenvolver a economia daquela região, com o objetivo de aproveitar a matéria prima fornecida pelos fazendeiros de café (SUETH & FRANCO, 2005).

Na visão do governo Jerônimo Monteiro, membro da oligarquia rural cafeeira do sul do Estado, as medidas visando à diversificação da economia das imediações de Cachoeiro de Itapemirim, eram necessárias porque a região estava em crise, após a cultura cafeeira intensiva de quase um século e, nesse sentido, a tentativa de avanço industrial também “vinha favorecer a lavoura” (ALMEIDA, 2010).

A economia capixaba, nesse momento ainda exclusivamente agrícola, era extremamente vulnerável ante as oscilações dos preços do seu quase exclusivo produto, o café. Visando transformar essa realidade, o Governo Jerônimo Monteiro assinou numerosos contratos para a construção de fábricas. A idéia foi investir principalmente na criação da Companhia Industrial do Espírito Santo, empresa *holding* que abrigava inúmeros estabelecimentos industriais instalados, de modo especial em Cachoeiro de Itapemirim, que compreendiam: uma fábrica de tecidos para aproveitamento de fibras têxteis (Tecida); uma indústria de açúcar no baixo Vale do Itapemirim; fábrica de papel; fábrica de óleo vegetal; serraria industrial; e a Usina Hidrelétrica do Rio Fruteiras (VASCONCELLOS, 1995).

Apesar de tais empreendimentos superarem, e muito, as possibilidades financeiras do Estado, o que levou a um novo e grande endividamento do setor público, fica evidente, a partir do descrito acima, que, por um lado, as *coalizões de possibilidades* podem ser equivocadas e, por outro, que diferentes setores da elite capixaba, seja com Moniz ou com Jerônimo, produziram projetos para o Espírito Santo, apesar da quase inevitável vinculação com a produção cafeeira – tanto os setores mercantis-exportadores quanto os agrofundiários. Nesse sentido, e considerando os erros e acertos, avanços e retrocessos de ambos os presidentes, eles se destacaram na história política e

econômica do Espírito Santo, como os primeiros a buscarem a implementação de ações cujos objetivos eram transformar e modernizar a limitada estrutura econômica capixaba.

No caso específico de Jerônimo Monteiro, outro grande legado foi o de inaugurar um segmento oligárquico³⁴ que se perpetuaria no comando direto do Estado durante todo o restante da Primeira República e na atuação direta nos espaços de poder até pelo menos a década de 1960³⁵. A partir deste momento, a oligarquia Monteiro passou a dominar a política local, mesmo com as divergências entre os irmãos Bernardino e Jerônimo, passando a ter forte influência sobre a máquina eleitoral até a final da Primeira República. Em outras palavras, de 1908 a 1930, os candidatos indicados para ocupar a presidência estadual eram escolhidos ou dependiam do beneplácito dos Monteiro, pelo menos de um deles. Em termos político-partidários, o Partido Republicano Espírito-Santense dominou a cena política no Espírito Santo até 1930, considerando a existência de grupos no seu interior³⁶.

³⁴ A partir de então, um dos dois, Jerônimo ou Bernardino, dominariam o clã. Mas disputavam em lados opostos. Após o Governo de Jerônimo Monteiro, foram os seguintes do Estado do Espírito Santo: Marcondes A. de Aguiar (23/04/1912 a 23/04/1916) (tio de Jerônimo); Bernardino Monteiro (23/04/1916 a 23/04/1920) (irmão de Jerônimo); Nestor Gomes (23/04/1920 a 23/04/1924); Florentino Avidos (23/04/1924 a 30/06/1928) (cunhado de Jerônimo); Aristeu Borges de Aguiar (30/06/1928 a 16/10/1930).

³⁵ Durante o período, a única ameaça à oligarquia dos Souza Monteiro ocorreu no ano de 1916, com a chamada Revolta de Xandoca. Trata-se de um conflito político-militar entre coronéis do Espírito Santo no contexto da sucessão estadual de 1916. A oposição, estimulada pelo Governo Federal, enfrentou a oligarquia dos Souza Monteiro, através de uma das suas principais lideranças, Alexandre Calmon, *vulgo* Xandoca. Trapaças eleitorais típicas daquele período resultaram em duplicatas de eleitos e, cada um dos lados defendendo a sua legitimidade, tratou de organizar a sede do seu próprio governo estadual, um instalado na Vila de Colatina, Município de Linhares, e outro em Vitória. Um pedido de intervenção federal revelou a influência de facções oligárquicas mineiras sobre a política capixaba. Importante registrar ainda que este foi um dos poucos momentos em que ocorreu a união entre os irmãos Jerônimo e Bernardino Monteiro. Isto é, apesar das discordâncias, se uniram contra o mal maior, que seria a perda do domínio político da família Monteiro. Para maiores esclarecimentos, ver BOU-HABIB FILHO, Namy Chequer. 2007. **A Revolta de Xandoca**: desafio à oligarquia no ES (1916). 2005. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

³⁶ Em termos partidários, segundo SILVA (1995) e SUETH (2006): a Primeira República pode ser dividido em 4 etapas: a) **a situação em 1891**: é marcado pelo predomínio inicial de dois partidos políticos: o Partido da União Republicana Espírito-Santense (reunia interesses agropundiários) e o Republicano Construtor (PRC) (reunia interesses mercantis-exportadores). Fundados após racha verificado no Congresso Republicano, ocorrido em Vitória no dia 23 de maio de 1890, que, por ocasião de várias divergências, terminou com a formação das duas agremiações: a primeira comandada por Barão de Monjardim e Aristides Freire – respectivamente ex-chefes dos Partidos Liberal e Conservador do período imperial – aos quais vieram se juntar por ocasião de divergência após o Congresso, Antônio Aguirre e Bernardo Horta; e a segunda com o Governador Afonso Claudio e Moniz Freire, eleito para comandar o Estado a partir de 1892; b) **Situação entre 1892 e 1897** - Sem contar o Partido Autonomista, fundado em 1891 e extinto no ano seguinte, três partidos influenciaram a política capixaba nesses 14 anos: o *Partido Republicano Federal* – fundado no estado em 1896, reuniu muitos Antigos membros do Partido União Republicana Espírito-santense; o *Partido da Lavoura* – que teve como co-fundador Jerônimo Monteiro, membro do Partido Republicano Construtor, através do qual elegeu-se deputado estadual em 1895 e deputado federal em 1897. Por ter aberto dissidência com Moniz Freire, Jerônimo Monteiro fora excluído da chapa de deputado nas eleições de 1900, o que o levou a fundar, em seguida, seu Partido da Lavoura; e o *Partido Republicano Construtor* – que em 1905 dividiu-se em duas facções, uma liderada pelo Cel. Henrique Silva Coutinho e Bernadino Monteiro e outra por Moniz Freire, o que levou vários líderes a abandonarem o partido, entre os quais Graciano Neves e Bernardo Horta; c) **Situação entre 1908 e 1912** – domínio do Partido Republicano espírito-Santense, porém dividido entre os irmãos Jerônimo e Bernardino Monteiro. Inicialmente sob a hegemonia do primeiro e, depois, pelo segundo.

Quanto à Primeira República como um todo, convém reiterar as considerações de Abrúcio (1998, p. 40) que em seu balanço parece concluir de forma acertada os aspectos políticos do período discutido, quando afirma que “[...] no plano das relações federativas, predominava a força dos governadores dos Estados mais ricos da nação, enquanto no plano interno dos estados predominava a figura do governador e de sua máquina política estadual [...]”. E o mesmo autor prossegue afirmando que tal realidade levou a três conseqüências fundamentais, das quais indicamos aquela que consideramos a mais importante para a presente análise: a força adquirida pelo cargo de governador de Estado no Brasil³⁷. Isso porque, o poder do governador surgiu a partir de sua influência sobre a circunscrição eleitoral estadual, de forma oligárquica e acima dos partidos (ABRÚCIO, 1998). Apesar de ter sofrido diversas mudanças ao longo do século XX, continuará sendo um dos elementos fundamentais para o equilíbrio político nacional e, por isso, alvo de cobiça para a qual se direcionarão, em termos políticos, todas as energias das elites locais.

Na fase final da Primeira República, especialmente a partir de meados da década de 1920, aflora no seio dos setores médios recém-emergentes da sociedade brasileira em geral, uma série de manifestações contrárias ao modelo político vigente naquele contexto. O discurso liberal pelo voto secreto e pela moralização dos processos eleitorais ganha força e acaba se materializando em movimentos sociais, a exemplo do *Tenentismo*.

Assim, passa a ser alvo de duras contestações as chamadas eleições por *bico de pena* em que os resultados eram decididos pelas elites políticas locais detentoras do poder. Sobre os processos eleitorais da Primeira República, o sobrinho de Jerônimo Monteiro, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, ao qual voltaremos a fazer referência neste trabalho, em um de seus depoimentos afirma que “[...] não havia abstenção. Não havia nada. Faziam o resultado como queriam. Não havia protesto [...]”.³⁸ De modo geral, as escolhas eleitorais eram fraudadas em proveito do situacionismo político, por meio do *voto de cabresto* utilizado pelos coronéis que manipulavam os votos dos eleitores de seu *curral eleitoral*. Dessa forma, os resultados das eleições geralmente eram construídos bem antes da eleição e as escolhas políticas e eleitorais ocorriam no âmbito do partido e competia ao eleitorado, direcionado pelos coronéis, a confirmação da chapa dos

³⁷ As outras duas conseqüências da adoção do modelo de federalismo brasileiro são: 1º) o federalismo brasileiro não conseguiu estabelecer uma relação de interdependência entre a União e os Estados. Havia um desequilíbrio entre os estados mais fortes – especialmente SP e MG e uma União frágil entre eles; 2º) é resultado das outras duas, e seria o fato de o federalismo no Brasil ter surgido de forma dissociada de República. Ou seja, o federalismo da Primeira República foi o reino das oligarquias, do patrimonialismo e da ausência do povo no cenário político. Para maiores esclarecimentos, ver: ABRÚCIO, Fernando. *Os barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política, USP, 1998.

³⁸ LINDENBERG, Carlos. *De viva voz*: depoimento de Carlos Lindenberg. Vitória: IHGES; AESL; Cultural-ES, 1989, p. 28-29.

candidatos. Elucidativo neste sentido é o depoimento do mesmo Carlos Monteiro Lindenberg em que relata como se dava o controle dos eleitores pelos coronéis no Espírito Santo:

[...] Quando eu tinha uns sete anos para oito anos o meu tio alistava os eleitores da fazenda. Eles eram analfabetos. Para registrar como eleitores tinham que dar uma procuração para meu tio. Então nós, os meninos, eu, Benvindo de Novaes, Moacir, fazíamos o Constituo: “constituo meu bastante procurador o coronel Antonio de Souza Monteiro para efeito de me alistar em Itapemirim”. E a gente assinava o nome do sujeito [...]³⁹.

Do mesmo modo, passa a ser alvo de duras críticas, o domínio dos aparelhos regionais de Estado pelos grupos oligárquicas, as quais lutavam entre si pelo controle dos espaços de poder, uma vez que, tal como argumenta Achiamé (2010; p. 90), “[...] o controle desse aparelho dava à facção vencedora uma vantagem extra, pela importância política considerável que possuía a administração pública [...]”. Assim, pelo sistema que vigorava na Primeira República, no período eleitoral ou na formação de governos, quem não era correligionário, era automaticamente considerado inimigo, configurando um jogo de soma zero.

Um bom exemplo dessa situação de domínio oligárquico no Espírito Santo é o episódio vivido no começo da carreira política daquele que, mas tarde, se tornaria um dos políticos de maior projeção no cenário estadual. Em 1920, o mesmo Carlos Fernando Monteiro Lidemberg, na ocasião com apenas 21 anos, foi lançado na disputa para concorrer ao cargo de prefeito de Cachoeiro de Itapemirim contra um político mais experiente, Seabra Muniz, apoiado por Nestor Gomes (que sucederia Bernardino na Presidência do Estado) e genro do outro tio de Lindenberg, Bernardino Monteiro (que naquele momento dominava a política capixaba e era inimigo de seu irmão, Jerônimo).

A candidatura do jovem Carlos Lindenberg tinha a finalidade de a corrente política vinculada a Jerônimo marcar posição no pleito, mesmo que remotas as chances de vitória. E ocorre que

[...] Na véspera da eleição de 1920 apareceu à tarde na Fazenda Monte Líbano um escrivão, cunhado de Marcondes Alves de Souza, ex-presidente do estado. Marcondes era candidato, junto com Seabra Muniz, este casado com uma filha do presidente de então, Bernardino Monteiro, tio de Nêni [apelido de Carlos Lindenberg]. O escrivão Agostinho Alves dos Santos montava uma mula muito bonita e parecia não ter pressa:

— Seu Agostinho, o senhor por aqui, logo hoje? perguntou Nêni.

— É, vim pernoitar com vocês.

— Mas como, se a eleição é amanhã, você é escrivão lá, como é que fica?

— Não, a eleição já está aí na garupa da mula, explicou o escrivão.

³⁹ LINDENBERG, Carlos. **De viva voz**: depoimento de Carlos Lindenberg. Vitória: IHGES; AESL; Cultural-ES, 1989, p. 28-29.

— E eu? insistiu a curiosidade de Nêni.

— Você? Tem meia dúzia de votos.

Apesar da “surra”, Nêni ficou em segundo lugar, ultrapassando o coronel Marcondes [...]. (LINDENBERG, apud ALMEIDA, 2010, p. 117; GURGEL, 2000; p. 52-53; ACHIAMÉ; 2010; p. 95)

2.4. O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1945)

O rompimento com esta ordem política e social se dá em 1930, exatamente por ocasião das eleições presidenciais e da dissensão na oligarquia que comandava o país no contexto da Primeira República, que denominam *política do café com Leite*⁴⁰. Nesse momento, as forças políticas espírito-santenses dividiam-se em duas correntes opostas: uma delas congregava os políticos que apoiavam o situacionismo nas esferas estadual e federal, ou que se alinhavam a Washington Luiz, apoiando seu candidato Julio Prestes. Neste grupo estavam os políticos ligados ao então Presidente do Estado Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930), incluindo os partidários de Bernardino Monteiro, além de vários seguidores de Jerônimo Monteiro que, apesar de discordarem do governo local, hipotecavam apoio ao situacionismo federal (ACHIAMÉ, 2010; ROSA, 2008)⁴¹.

A outra corrente, minoritária, reunia políticos vinculados à Aliança Liberal, tais como Fernando de Abreu, que participara da *Revolta de Xandoca* de 1916 contra a eleição de Bernardino, o advogado Afonso Correa Lírio (antijeronimista estremo), o Deputado Federal Geraldo Viana, que esteve incorporado à corrente bernardinista, mas que havia rompido por ocasião do Governo Aristeu Borges de Aguiar, e o juiz de direito João Manuel de Carvalho, filiado à corrente jeronimista (ACHIAMÉ, 2010). Hipotecaram apoio ao movimento, vendo nele a possibilidade de concretização de seus objetivos políticos, entre eles o de chegar ao comando da direção

⁴⁰ A alternância de poder foi celebrada no chamado Pacto de Ouro Fino, ocorrido em 1913, por Cincinato Braga, representando São Paulo e Julio Bueno Brandão, de Minas Gerais e teve como objetivo diminuir a influência política do Rio Grande do Sul, representada por Pinheiro Machado. Segundo a tese mais geral, tal acordo foi rompido por São Paulo em 1930, quando se recusou em apoiar o candidato mineiro em favor do candidato Julio Prestes. Todavia, muitos criticam essa visão, indicando que não há uma alternância entre paulistas e mineiros. Polêmicas à parte, trabalhamos com a idéia que, independente se havia ou não tal alternância, houve uma dissensão na oligarquia dominante.

⁴¹ Marta Zorzal e Silva (1995) defende a posição de que a corrente Jeronimista, pelo fato de se encontrar alijada do poder estadual, havia aderido à Aliança Liberal. Todavia, sem adentrar nos detalhes analíticos da questão, endossamos a visão de Fernando Achiamé (2010), em seminal trabalho sobre o Espírito Santo na Era Vargas, que defende a tese de que “[...] Tudo indica que [Jerônimo] não abraçou de forma entusiasmada a campanha da Aliança Liberal, nem do Movimento de Outubro de 1930 [...]”. Para o referido autor, Jerônimo, além de outros dois ex-presidentes do Estado (Nestor Gomes e Marcondes de Aguiar), estavam insatisfeitos com a situação política regional e simpatizavam com uma dissidência no plano federal que poderia render-lhes dividendos políticos, o que não quer dizer que tenham apoiado a Aliança Liberal. Para maiores esclarecimentos, ver: ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na Era Vargas: elites políticas e reformismo autoritário (1930-1937)** (1930-1937). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

política estadual, uma vez que diante da situação vivenciada no período seria muito difícil alcançá-los pelas vias eleitorais.

Tal panorama demonstra, portanto, que o posicionamento político dos segmentos oligárquicos capixabas no plano nacional não correspondeu às divergências e conflitos políticos regionais: *Bernadinistas* e *Jeronimistas* se subdividiram e se reagruparam em respectivos apoios às candidaturas *situacionistas* e *aliancistas*, por ocasião das eleições presidenciais.

Após a Revolução de 1930, o realinhamento na política estadual seria fortemente marcado pelos segmentos oligárquicos predominantes no contexto da República Velha que, como salientado, se faziam representar entre os *aliancistas*. A composição da Junta Governativa, criada em outubro de 1930, não deixa dúvidas nesse sentido: foi formada, de um lado, pela tendência jeronimista, com João Manoel de Carvalho e, de outro, por um elemento possuidor de uma postura antijeronimista, no caso Afonso Correia Lírio, além de João Punaro Bley⁴², cuja indicação como membro da Junta Governativa e depois como interventor, se deveu ao interesse de Vargas em atender aos anseios dos Tenentes⁴³ (ACHIAMÉ, 2010). Nesse sentido, o *compromisso* consistia em acomodar os objetivos do poder central com os interesses regionais.

A acomodação dos agrupamentos locais na nova lógica de poder se manifestaria, também, no papel exercido pela *Associação Comercial de Vitória*, representante da classe dominante local. Demonstrou claramente sua influência na política estadual no período em questão. No início, ainda antes da Revolução, hipotecou apoio e se mostrou solidária ao governo Aristeu de Aguiar (1928-1930). Porém, ao pressentir o curso dos acontecimentos, os diretores da Associação se dirigiram ao palácio do governo com o objetivo de propor a Aristeu de Aguiar um acordo com as forças revolucionárias, buscando evitar um confronto entre estas e as forças fiéis ao Presidente do Estado. Após a renúncia de Aristeu Borges de Aguiar, a Associação passa a se inclinar para a fonte do novo poder e terá papel destacado ao recomendar, por meio de telegrama a Getúlio Vargas, o nome de Punaro Bley para Interventoria⁴⁴ (ACHAMÉ, 2010).

⁴² João Punaro Bley nasceu em Montes Claros – MG em 14 de novembro de 1900. Se formou pela Escola Militar do Realengo. Foi enviado pelo Presidente Washington Luis para combater os revoltosos de 1930 no Espírito Santo, e acabou aderindo o movimento. Permaneceu como administrador do Estado por quase uma década e meia, sendo interventor federal de 1930 a 1935, governador eleito pela Assembléia Legislativa estadual de 1935 a 1937 e novamente como interventor de 1937 a 1943. Veio a falecer no Rio de Janeiro, no dia 20 de abril de 1983.

⁴³ Os *Tenentes* durante a década de 1920, aliados a outros setores urbanos, fizeram importantes mobilizações políticas a favor da moralização do processo eleitoral e foram também atores estratégicos na Revolução de 30. Para maiores esclarecimentos, ver: CARONE, Edgar. **O Tenentismo**. São Paulo: Difel, 1975.

⁴⁴ Em suas *memórias*, Bley argumenta que a sua escolha se deveu ao fato de ser ele o oficial de mais alta patente em Vitória naquele momento. Porém, além da importância do papel desempenhado pela Associação Comercial, Achiamé (2010) argumenta que, durante a movimentação para a composição da Junta, bem como nos momentos posteriores, Bley trabalhou para afastar do caminho outros possíveis pretendentes ao posto de líder militar da Revolução no Espírito Santo.

Para promover a pacificação da política local e até mesmo se manter no poder, Punaro Bley se valeu do principal instrumento à sua disposição, a delegação outorgada pelo Chefe do Governo Provisório, cumprindo à risca os ditames do poder central, por meio do controle da burocracia estatal (especialmente a Polícia, o fisco e o magistério). Nesse sentido, uma nova ordem no poder estadual passa a pairar acima das antigas correntes políticas, que poderiam continuar a existir, mas a ela submetidas. E completa Achiamé (2010, p. 139) dizendo que

Significativamente, a interventoria não foi atribuída a nenhuma dessas correntes. Ambas ficaram submetidas à nova liderança que dominava o aparelho do Estado, liderança que soube se manter independente das disputas políticas locais originadas na chamada República Velha, mas que as fomentou e delas se utilizou quando era do seu interesse. Podemos considerar que essa era a tradução, em ponto menor e em nível estadual, do “Estado de Compromisso” estabelecido no âmbito nacional [...].

Essa composição com as forças políticas locais se manifestara também quando analisamos as movimentações de Punaro Bley, por ocasião da Contituição de 1934, e da iminente necessidade de angariar apoio para a sua candidatura ao Governo Constitucional que se iniciaria no mesmo ano. Neste momento, pressionado a promover a reconstitucionalização do país, Getúlio Vargas patrocina a criação de partidos políticos estaduais que agissem como forças de apoio aos interventores e, por conseqüência, ao poder que exercia de forma cada vez mais centralizada. Assim, nos planos nacional e estadual, foram criados diversos partidos tais como o Partido Social Democrático (PSD); a Ação Integralista Brasileira (AIB); o Partido da Lavoura (PL); além do Partido Proletário (PP), bem como reanimada a expectativa de legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Para os propósitos do presente capítulo, que pretende observar a elite política do Espírito Santo a cada rearranjo institucional verificado no Brasil no decorrer da República, interessa a análise, mesmo que panorâmica, daquele PSD, que seria o partido de sustentação ao Governo Constituinte. Sobre a formação deste partido, assim se manifesta João Punaro Bley:

[...] O ano de 1933 foi dos mais difíceis e trabalhosos, em face da convocação de eleições para a Assembléia Constituinte. [...] Assim, cumpria-nos organizar um partido para apoiar Getúlio e defender os ideais da Revolução [...]. A exemplo dos demais estados, fundamos o Partido Social Democrático do Espírito Santo, congregando revolucionários e outros elementos de maior projeção na vida do estado, desde que não comprometidos fundamentalmente com o governo deposto [...].⁴⁵

Econômica e administrativamente, Bley encontrou o Estado numa situação caótica, advinda da gestão anterior, do governo de Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930), já associado a uma imagem de ineficiência e irresponsabilidade, naquela altura de crise econômica aguda ante o *crash de 29*.

⁴⁵ BLEY, João Punaro. *Memórias*. Fotocópia manuscrita. CPDOC/FGV, J.P.B.d.0000.00.00/2, Rio de Janeiro, p. 80

Diante da situação que se encontrava o Estado, a ação do governo Bley se voltou, em primeiro lugar, para o saneamento das finanças públicas. Procurou reduzir em 67% o montante das despesas orçadas para o exercício de 1931 - já em execução -, em relação ao orçamento anterior (GRAZZIOTTI, 2006; MENDONÇA, 2002). Isso graças ao fato de ter certa liberdade de ação em relação às injunções regionais, passando a obedecer mais às diretrizes do poder central. (VASCONCELLOS, 1995).

Bley se ocuparia também de controlar os chefes políticos locais por meio do decreto estadual Nº 983 de 31 de março de 1931, que criou a *Inspetoria dos Municípios*, depois denominada Departamento das Municipalidades, cuja atribuição era fiscalizar as ações dos prefeitos nomeados e orientar a ação municipal na aplicação de seus recursos. Essa realização, inclusive, foi pioneira no Brasil, sendo adotada posteriormente por outros estados, devido à sua eficácia em controlar as finanças e a política desenvolvida pelas administrações locais. Esse controle das municipalidades pelas Interventorias teve repercussão até mesmo na Assembléia Constituinte de 1933-1934, tal como reconhecido por Vitor Nunes Leal (1975, p. 86).

Apesar de tais realizações, via de regra, considera-se que o Governo Punaro Bley não gerou transformações substanciais da economia do Estado. Segundo Buffon (1992, p. 171-172), a década de trinta é

[...] um marco importante [...], talvez menos pelo que ocorreu no Espírito Santo e mais pelo que não ocorreu. Ou seja, a crise de 29 e o desenvolvimento do processo de integração no mercado nacional não representaram qualquer descontinuidade na evolução econômica do estado [...].

A análise de Siqueira (1995, p. 34), vai na mesma direção, quando argumenta que

[...] Inserido na dinâmica econômica nacional, o Espírito Santo tinha na agricultura a base de suas atividades econômicas de produção, apoiando-se em um produto de exportação - o café [...]. Na década de 40, esse produto permanecia absoluto na pauta de exportação estadual [...]. A produção industrial, incipiente, representava um setor pouco importante no contexto econômico capixaba. Tipicamente primária, a principal produção resultava do beneficiamento do café [...]. Podemos dizer que o comportamento do setor primário, nos resultados alcançados pela economia estadual, não só indicava o que separava o Espírito Santo dos demais estados da região geoeconômica em que ele se encontrava [...], mas também revela[va] uma base precária de sustentação das atividades geradoras de renda, motivada pela sua estreita dependência dos resultados obtidos pelo setor primário [...].

Porém, a análise mesmo que superficial do governo Bley, mostra que ele seguiu a orientação da política traçada no plano nacional, dentro daquilo que se convencionou chamar de *reformismo autoritário*, no qual os processos de reformas se deram a partir da união das idéias de ruptura e continuidade que buscava, ao mesmo tempo, a modernização institucional postergando os

avanços sociais das classes subordinadas e, dessa forma, patenteando o aspecto de continuidade nas muitas ações políticas da época (ACHIAMÉ, 2010).

Por outro lado, se é verdade que não houve grandes rupturas no desenvolvimento da economia capixaba no período, também não se pode deixar de mencionar que foi o Governo Bley o responsável por iniciar o aparelhamento do Estado com um suporte técnico-financeiro capaz, mais à frente, de impulsionar o desenvolvimento regional. Para tanto, criou-se a Escola Prática de Agricultura de Santa Teresa (Decreto-Lei Nº 12.143, de setembro de 1940), com a finalidade específica de formar homens com conhecimentos claros e racionais acerca de agricultura, pecuária e seus derivados (GRAZZIOTTI, 2006); criou o Instituto de Crédito-Agrícola do Espírito Santo (Decreto-Lei Nº 6.627, de 1935), o qual foi posteriormente, em 1937, transformado no Banco de Crédito Agrícola do Estado do Espírito Santo e hoje constitui o atual Banco do Estado do Espírito Santo - BANESTES⁴⁶; E foi ainda na gestão Bley que se deu a implantação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), cujos impactos para a economia do Estado foram enormes (GRAZZIOTTI, 2006).

O sucessor do Capitão João Punaro Bley na Interventoria do Estado do Espírito Santo foi Jones dos Santos Neves⁴⁷, que esteve à frente do Governo do Estado em duas oportunidades (1943-1945/1951-1955). Segundo o historiador Renato Pacheco (PACHECO, apud MEDEIROS, 2002), Santos Neves demarcou a história capixaba entre antes e depois dele. Esta importância atribuída ao ex-governador deve-se ao seu audacioso projeto desenvolvimentista, o qual pode ser vislumbrado em uma de suas mais célebres expressões: *“Os galhos dos cafezais do Espírito Santo já são insuficientes para suportar o peso de nossa economia”*.

Com esta expressão e com este espírito, o governo Jones consolidou as raízes do desenvolvimento capixaba. A ação de Jones como interventor na Era Vargas é vista como muito mais dinâmica do que a do Capitão João Punaro Bley (VASCONCELLOS, 1995). Criou o Departamento do Serviço Público (DSP), a partir da orientação política e técnica do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Simultaneamente, lançou mão de

⁴⁶ Conforme se verá adiante, um dos idealizadores de tal instituição foi Jones dos Santos Neves, que substituiu Bley na interventoria do Estado, a partir de 1943.

⁴⁷ Diplomado em farmácia e dono de um estabelecimento do mesmo ramo em Vitória, havia combatido voluntariamente na Revolução paulista de 1932 ao lado das tropas getulistas. Como membro do antigo PSD/ES, foi escolhido por Bley para participar do chamado Conselho Administrativo do Estado, órgão encarregado de formular e analisar políticas públicas, do qual se tornou diretor, cuja proposta de maior destaque foi a criação do Bando de Crédito Agrícola do Espírito Santo, sendo também seu diretor, instituição que se destinava a modernizar a agricultura e fomentar o cooperativismo. Foi escolhido entre outros dois candidatos que, juntos com Jones, compuseram a lista tríplice, eram eles: Mario Freire e Américo Monjardim (VASCONCELLOS, 1995).

alguns decretos que redefiniram o organograma do governo e criaram o sistema de serviço público, bem como estabeleceram critérios para a promoção do funcionalismo.

Além disso, na gestão de Santos Neves, com base numa estrutura administrativa organizada, impôs aos organismos públicos uma ação planejada. Dentro dessa racionalidade, elaborou o Plano de Obras e Equipamentos que, segundo Vasconcellos (1995, p. 198), “[...] foi a primeira experiência brasileira de planejamento governamental [...]”. Assim, Jones ampliou os recursos públicos por meio da modernização do aparelho arrecadador do Estado, o que tornou possível a execução de um ambicioso plano de obras, priorizando as áreas de saúde, transportes e educação (VASCONCELLOS, 1995).

Os governadores que se seguiram não deram continuidade às ações jonianas. Entre vários fatores, vale dizer, que o setor agrário ainda permanecia hegemônico não permitindo, com isso, a implementação de um projeto de cunho mais urbano-industrial, mesmo na segunda gestão Jones dos anos 1951-1954. Isso só ocorreria a partir de meados da década de 60 conforme os tópicos seguintes.

2.5. O Espírito Santo na República Democrática (1945-1964)

A partir de 1943, começam a surgir as pressões pela redemocratização do país e pelo fim do Estado Novo. Em Minas Gerais, no mesmo ano, ocorre a manifestação que inaugura as articulações da oposição contra a ditadura varguista, consubstanciada no *Manifesto dos Mineiros*, texto produzido pela elite política de Minas Gerais articulada com a de outros Estados, contando com a assinatura de vários políticos que ficaram fora das esferas de poder durante o Estado Novo.

Pressionado por todos os lados, inclusive por apelos nacionais e internacionais simultaneamente ao período caracterizado pelo refluxo de regimes de cunho autoritário, no início de 1945, Vargas tomou algumas medidas para acalmar seus opositores: decretou anistia aos presos políticos e, em maio de 1945 lançou mão do Decreto-Lei nº 7.586, por meio do qual criara um código eleitoral provisório, que regulamentaria as eleições presidenciais e para a Assembléia Nacional Constituinte (função de que se revestiria o Congresso Nacional). Esta Lei, também conhecida como Lei Agamenon⁴⁸, introduziu na legislação eleitoral brasileira a exigência de organização de partidos políticos em bases nacionais. Para obtenção do registro eleitoral provisório, as organizações partidárias deveriam atingir o critério mínimo de serem apoiadas por listas de pelo

⁴⁸ Este código ficou conhecido como Lei Agamenon, em referência ao seu elaborador, o então ministro da Justiça, Agamenon Magalhães.

menos 10 mil eleitores. Esse total devia estar, por sua vez, distribuído em, pelo menos, cinco estados da federação com não menos de 500 eleitores em cada um deles. A referida exigência de caráter nacional para os partidos políticos seria consagrada pela Constituição de 1946, o que viria a se repetir em todos os textos constitucionais posteriores. (SCHMITT, 2000).

Durante a Terceira República (1945-1964), o TSE concedeu registro provisório a 32 organizações partidárias. Todavia, entre os anos de 1947 e 1952, 16 desses registros foram cancelados em virtude, na maioria dos casos, do não cumprimento dos critérios organizacionais pré-estabelecidos. Em 1946 outros três partidos haviam se fundido e no contexto do Golpe de 1964, havia 13 partidos em atuação legal em todo o Brasil, mais o PCB que, desde 1947, atuava na clandestinidade (SCHMITT, 2000).

Ao longo dos dezenove anos de regime democrático, quase todos os partidos que se consolidaram no plano nacional marcaram presença na história política capixaba⁴⁹, com especial destaque para o PSD, a UDN, o PSP e o PTB. O Partido Social Democrático (PSD), criado na perspectiva de reforçar a hegemonia das forças políticas estaduais vinculados à Getúlio Vargas, surgiu já em 1945, tendo como seu primeiro presidente o ex-interventor varguista Jones dos Santos Neves. Junto com Jones formaram a Comissão Executiva o vice-presidente Ary Vianna, o secretário Carlito Medeiros, um oficial do Exército remanescente da Revolução de 30, que depois migrou para o PSP; teve ainda como tesoureiro Sílvio Monteiro Avidos, descendente de Jerônimo Monteiro, bem como o Secretário Geral Eurico de Aguiar Sales, com carreira política de projeção nacional, entre outros.

Além destes, figuraram como importantes nomes do Partido, Atílio Vivacqua, pertencente a uma das famílias mais poderosas da época, tal como Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, sobrinho do ex-governador Jerônimo Monteiro, Henrique Novaes, Paulo Rezende, Álvaro Castelo, Asdrúbal Soares, Lauro Ferreira da Silva Pinto, Otaviano Santos, Luiz Ferreira de Lima Freitas, Judith Leão Castelo Ribeiro⁵⁰, Cícero Alves, Odilon Castelo Borges, Américo Aguiar, Pedro

⁴⁹ O Jornalista Rogério Medeiros escreveu uma série de matérias que foram publicadas em 1982 no diário capixaba *A Tribuna*, que buscavam rememorar a história dos partidos políticos brasileiros do período anterior ao Golpe de 1964. Quando foram publicadas, o regime militar buscava consolidar o processo de abertura, que resultaria no fim do bipartidarismo e a instauração de um novo regime multipartidário, momento em que muitas legendas seriam retomadas. Tais matérias estão disponíveis no site do Jornal on line *Século Diário*, de propriedade do próprio Rogério Medeiros: <http://www.seculodiario.com.br/partidos/index.htm>

⁵⁰ Judith Leão Castello Ribeiro nasceu no município de Serra, em 1898, sendo filha de João Dalmácio Castello e de Maria Grata Leão Castello, oriundos de duas famílias tradicionais de origem portuguesa. Coursou a escola primária no Município de Serra-ES, e em seguida prestou exame de admissão para o Colégio do Carmo, em Vitória-ES, onde obteve seu diploma no Curso Normal. Diplomada ainda muito jovem passou a lecionar no Ginásio São Vicente de Paulo, na mesma cidade, onde estudaram várias figuras proeminentes do cenário nacional, dentre elas, seus alunos, o ex-Senador João Calmon e o jurista capixaba Clóvis Ramalhete, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal. No Colégio São Vicente, durante quarenta anos ministrou cursos em diversas áreas do conhecimento, tais como

Seleme, Ildo Garcia, Honório Fraga, Placidino Passos, Alfredo Antônio e Oto de Oliveira Neves, o maior latifundiário do estado na época⁵¹.

Nota-se que os políticos de grande expressão no Espírito Santo se abrigaram no PSD, restando poucas lideranças de peso para os demais partidos. Mesmo assim, a segunda maior força política no Espírito Santo, a UDN, teve como principais fundadores Eurico Rezende, Antônio Gil Vellozo, Fernando Lindenberg, Argeo Lorenzoni, Rosendo Serapião, Eurico de Oliveira Neves, Adhemar de Oliveira Neves, José Cupertino Leite de Almeida e João Calazans, entre outros⁵².

O PTB surgiu no mesmo ano sob a liderança de um militar, Floriano Lopes Rubim. Este fator, mais a necessidade de fincar raízes no interior, onde se encontrava a maior parte do eleitorado capixaba, no período, tornou o PTB extremamente conservador⁵³ que, durante a maior parte do tempo, permaneceu como o terceiro partido político local, tendo à sua frente apenas o PSD e a UDN. Despontaram como importantes lideranças do PTB capixaba: Rubens Rangel, Moacir Brotas, Mário Vello, Luiz Batista, José Rodrigues de Oliveira, os irmãos José e Luiz Buaiz e os militares Floriano Rubim e Isaac Rubim⁵⁴.

Todavia, as constantes lutas internas o levaram a fragmentar-se em grupos e alas sempre cambiantes, culminando com a perda da condição de terceira força política para o PSP. Mais tarde, no início da década de 1960, essas lutas internas levaram a um grande racha e à formação de duas novas agremiações partidárias - Partido Trabalhista Nacional (PTN) e o Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

O Partido Social Progressista (PSP) foi fundado por três jovens lideranças políticas da época: Joaquim Leite de Almeida e Harry de Freitas Barcelos, ambos Capitães do Exército, e Hélio Carlos Manhães, radialista de Cachoeiro de Itapemirim, aos quais vieram se juntar mais tarde os

Sociologia, Pedagogia, Psicologia, Geografia, Didática entre outras. Após lecionar por vários colégios tradicionais da capital capixaba, em 1947 foi a primeira mulher eleita como deputada estadual no Estado do Espírito Santo, cargo no qual permaneceu por quatro legislaturas consecutivas (1947-1950/1951-1954/1955-1958 e 1959-1962). Morreu no Estado do Rio de Janeiro em 1982.

⁵¹ MEDEIROS, Rogério. **Os Partidos no ES**. Disponível em <<http://www.seculodiario.com.br/partidos/index.htm>>. Acesso em 6 nov. 2011.

⁵² MEDEIROS, Rogério. **Os Partidos no ES**. Disponível em <<http://www.seculodiario.com.br/partidos/index.htm>>. Acesso em 6 nov. 2011.

⁵³ Consta que foi um simples bilhete de Getúlio Vargas para Floriano Rubim convocando-o para uma reunião no seu refúgio político em São Borja, no Rio Grande do Sul, que fez nascer o PTB no Espírito Santo. Na companhia de Saturnino Mauro (pai do deputado federal Max Mauro, que muito tempo depois viria a ser governador do Estado) e na presença de Jones dos Santos Neves, Floriano ouviu de Vargas o seu batismo trabalhista: - Tu vais organizar o PTB no Espírito Santo juntamente com o Saturnino. E disse para Jones dos Santos Neves: - Tu vais reestruturar o PSD. Para maiores esclarecimentos, ver: MEDEIROS, Rogério. **Os Partidos no ES**. Disponível em <<http://www.seculodiario.com.br/partidos/index.htm>>. Acesso em 6 nov. 2011.

⁵⁴ MEDEIROS, Rogério. **Os Partidos no ES**. Disponível em <<http://www.seculodiario.com.br/partidos/index.htm>>. Acesso em 6 nov. 2011.

médicos Emir Macedo Gomes e Raul Giuberti, tendo o último exercido o cargo de prefeito de Colatina. Os dois últimos não começaram no PSP. Emir veio da UDN e Raul Giuberti do PSD juntamente com Asdrúbal Soares. Na Grande Vitória, o PSP não tinha nenhuma figura importante, espaço que era coberto por Américo Bernardes da Silveira, prefeito de Vila Velha por vários mandatos⁵⁵.

Nos anos 1945-1964, é consensual a idéia de que as sociedades brasileira e capixaba haviam se tornado mais complexas e hierarquizadas, deixando aos poucos de se enquadrar no binômio senhor de terras e seus dependentes. Como já indicado, as eleições no período anterior a 1930 baseavam-se em inúmeros expedientes, como fraudes, falsificação de assinaturas, alterações de atas eleitorais (instrumento de falsificação chamado de *bico de pena*), dentre outros (NICOLAU, 2002).

Após a redemocratização de 1945, foram criadas diversas regras visando diminuir as falcatruas eleitorais: foi restabelecido o voto secreto, instituído para as eleições constituintes de 1934, enquanto as mesas receptoras e comissões legislativas perderam a atribuição de apurar os resultados eleitorais; foi também criada a justiça eleitoral, como instância independente, que teria a responsabilidade de organizar os pleitos e apurar os votos.

Embora ainda sobrevivessem as influências dos chefes políticos e dos clãs familiares locais, paralelamente, emergia a importância de lideranças personalistas, ao tempo em que a política começava a girar mais em torno dos partidos, organizações que estavam começando a se institucionalizar. Isto é, aumentava a competitividade eleitoral em pleitos mais lisos e democráticos e surgiam as condições de incertezas típicas de processos eleitorais (SILVEIRA, 1998).

O estudo de Antonio Lavareda (1991) é exemplar nesse sentido, especialmente quando aponta que os partidos do período 1945/1964 estavam em fase de institucionalização, processo interrompido, segundo o autor, pelo golpe de 64. Ou seja, as principais agremiações partidárias do período - PSD, PTB e UDN - não podiam mais ser taxadas de artificiais, como os partidos de períodos anteriores. A partir dos resultados de pesquisa do IBOPE em plano nacional, o autor mostrou que parte considerável do eleitorado reconhecia as diferenças políticas entre os partidos e estabelecia relações de identificação com indivíduos. O estudo aponta que a UDN dispunha de preferência relativamente maior entre as classes alta e média, o PTB tinha vantagem entre as

⁵⁵ MEDEIROS, Rogério. Os Partidos no ES. Disponível em <<http://www.seculodiario.com.br/partidos/index.htm>>. Acesso em 6 nov. 2011.

classes pobres, e as preferências do PSD dividiam-se entre os diversos segmentos da sociedade, isso por conta do seu pragmatismo e fisiologismo.

Na presente tese endossamos apenas em parte as considerações de Lavareda. Isso porque, apesar desse relativo fortalecimento das instituições partidárias, neste contexto, o personalismo atingiu seu auge com a emergência de líderes nacionais que gozavam de grande carisma entre as massas populares, tais como Getúlio Vargas, Ademar de Barros, Jânio Quadros, Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda; e, no plano regional, Carlos Lindenberg, Atílio Vivácqua, Jones dos Santos Neves, Raul Gilberti, Francisco Lacerda de Aguiar. Ocorre que este personalismo não se dava mais aos moldes tradicionais, a partir de contatos e compromissos definidos caso a caso. A proteção do líder passava cada vez mais a ser implementada por intermédio de medidas governamentais que beneficiavam as grandes massas, via Estado. Assim, o controle dos aparelhos regionais de Estado passa a figurar como elemento *sine qua non* do processo político.

No caso específico da realidade capixaba, embora ainda mantendo a base econômica primário-exportadora baseada no café, com a elite política correspondente aparelhada nos espaços de poder, o que impedia saltos qualitativos em termos desenvolvimentistas, o Espírito Santo também passava por transformações, especialmente no decorrer das décadas de 30 40 e 50, que impactaram na sua face político-social em duplo sentido. De um lado, ampliou a composição dos grupos políticos pré-existentes e permitiu que as tendências divergentes ou rivais entre si ocupassem espaços partidários distintos no sistema partidário em formação. De outro, houve o surgimento de novas forças políticas, formadas no seio da pequena produção rural e urbana, as quais passaram a reivindicar e adquirir espaços nas esferas de decisão (SILVA, 1995).

O efeito dessas transformações foi a formação de um espectro político bem mais heterogêneo e fragmentado, cujo substrato básico estava constituído conforme quadro abaixo:⁵⁶

⁵⁶ Este esquema foi elaborado a partir de Zorzal (1995). Porém, pelo fato de termos uma compreensão um pouco diferente no que tange à composição sócio-política do Espírito Santo do período 1945-1964, imprimimos algumas modificações.

Tabela 3 – Síntese da composição social do Espírito Santo – 1945-1964

COMPOSIÇÃO SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO – 1945-1964	
a)	<i>Forças agrofundiárias</i> - que conseguiram conquistar determinados espaços junto ao aparelho regional de Estado e que, no decorrer do tempo foram, gradativamente, ampliando os espaços na composição com João Punaro Bley, mas que estavam em decadência;
b)	<i>Forças Mercantis-exportadoras</i> - tanto aquelas que haviam sido destronadas no contexto da revolução de 30, quanto aquelas que haviam se rearticulado em torno da Gestão Punaro Bley;
c)	<i>Forças constituídas no seio da pequena produção rural e do complexo terciário dos núcleos urbanos do interior do Estado</i> a ele vinculados - que representava a grande massa populacional, dada a distribuição demográfica do Estado. Grande parte desse contingente era oriunda da colonização estrangeira estimulada nos anos finais do século XIX e início do XX, em especial nos Governos de Muniz Freire, tal como indicado no início deste capítulo;
d)	<i>Forças constituídas no seio das classes populares urbanas</i> , em especial do setor terciário da economia, localizadas em Vitória, Cachoeiro do Itapemirim e Colatina e suas respectivas imediações;
e)	<i>Forças urbano-industriais/conservadoras emergentes</i> - adeptos de políticas voltadas para o desenvolvimento urbano-industrial cuja materialidade se deu, principalmente, a partir da Interventoria Jones dos Santos Neves (1943-1945) que, apesar da não continuidade de seu projeto desenvolvimentista, também atuará como um importante <i>locus</i> de pressão que mais à frente se reunirá na Federação das Indústrias.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Silva (1995) com algumas modificações.

Seria a partir desse campo social que as diversas agremiações partidárias do período se formariam, com destaque para dois grupos de interesses principais que, com o tempo, se tornaram cada vez mais conflitantes, no caso os setores *agrofundiários* e os *urbano-industriais*.

Além disso, Silva (1995) registra dois tipos de comportamento que nas articulações iniciais para a composição dos diretórios acabaram por influenciar decisivamente no desenho institucional do período democrático dos anos 1945-1964. De um lado, observa-se que representantes de um mesmo conjunto de forças políticas e sociais abrigaram-se em partidos distintos a nível nacional, como, por exemplo, Carlos Lindenberg (*ex-Jeronimista*) e Jones dos Santos Neves que ingressaram no PSD, e seus respectivos irmãos, Fernando Lindenberg e Guilherme dos Santos Neves que ingressaram, respectivamente, na UDN e no PTB; e de outro, lideranças historicamente divergentes entre si, agregaram-se em um mesmo partido, criando alas internas nos mesmos, como é o caso de Atilio Vivácqua (*ex-Bernardista*) e Asdrubal Soares que ingressaram no PSD ao lado de Fernando Abreu, Carlos Lindenberg (*ex-Jeronimistas*) e Jones dos Santos Neves, seus principais rivais. Registra-se ainda que, no decorrer do período, houve forte tendência à rivalidade entre os dois principais líderes do PSD, pelas diferenças em termos de se pensar o desenvolvimento econômico do Espírito Santo: Lindenberg pertencente às forças políticas vinculadas aos interesses *agrofundiários* e Jones pertencente à emergente fração *urbano-industrial* e demais forças políticas identificadas com o processo de industrialização acelerada.

Nesse sentido, o PSD despontou como o principal partido do período democrático, pois aglutinou a maior parte das forças políticas em disputa. Isso ocorreu graças às articulações do então Interventor Jones dos Santos Neves, primeiro presidente do partido, que adotou a estratégia de agregar o maior número possível de lideranças e suas respectivas correntes e tendências, no sentido de manter o controle sobre o aparelho regional de estado, bem como seguir a orientação de construir agremiações partidárias fortes e de abrangência nacional.

Quanto à composição das novas agremiações partidárias, nota-se que remanescentes dos grupos políticos que protagonizaram o cenário político durante a Primeira República e que haviam se acomodado na estrutura de poder montada na Era Vargas (1930-1945), retomam os seus espaços, ou pelo menos parte deles.

É o caso de Carlos Lindenberg e Atilio Vivácqua. O primeiro, como salientado, era líder pertencente à antiga corrente *jeronomista*, o qual expressava e traduzia os interesses das forças agrofundiárias do Espírito Santo, de base cafeeira, em especial do sul. Tal como já apontado anteriormente, era membro de uma das famílias mais tradicionais do estado – os Sousa Monteiro, radicados em Cachoeiro de Itapemirim –, nascendo, portanto, no seio da vida política espiritosantense. Os membros dessa oligarquia tiveram presença marcante na vida política capixaba. Desde seu avô, o Capitão Francisco de Sousa Monteiro, passando pelos tios maternos, Coronel Antônio de Sousa Monteiro (Deputado Estadual e Presidente da Assembléia), Jerônimo de Sousa Monteiro (Governador – 1908/1912 –, Deputado Federal e Senador), Bernardino de Sousa Monteiro (Governador – 1916/1920 – e Senador), por seu primo, Nelson Goulart Monteiro (Deputado Federal), entre outros nomes. Assim, Carlos Lindenberg acabou herdando, além do *ethos* político constituído por sua família, as desavenças criadas por ela ao longo dos anos (SILVA, 1995).

Embora Carlos Lindenberg tenha-se candidatado a Prefeito do Município de Cachoeiro de Itapemirim, em 1920 (vide tópico anterior), sua carreira política se iniciou efetivamente após a Revolução de 1930, quando se tornou peça-chave nas articulações em torno da organização do primeiro PSD em 1934, sendo eleito como Deputado Federal Constituinte e ocupando cargos de Secretário da Fazenda e de Agricultura Terras e Colonização do Governo de João Punaro Bley. E em 1945, ao lado de Jones dos Santos Neves e Fernando Abreu, colaborou com a fundação do novo PSD, sendo eleito Deputado Federal Constituinte para a legislatura iniciada em 1946.

Já Atilio Vivácqua era membro de uma família de imigrantes italianos que se fixou no atual Município de Muniz Freire (centro-sul do Estado) em fins do século XIX, que prosperaram com

o comércio do café. O seu ingresso na carreira política se deu como vereador no Município de Cachoeiro do Itapemirim, onde exercera, mais tarde, o cargo de Prefeito, ambos na Primeira República. Nesta mesma época militara nas fileiras *bernadinistas*. Além de alguns cargos técnicos no Governo Florentino Avidos (1924/1928), foi Secretário de Educação na Gestão Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930), em que idealizou e executou uma ampla reforma educacional considerada revolucionária para a época. Durante os anos 1930 atuou como advogado, porém sem se desligar totalmente da política. Foi membro ativo do Partido da Lavoura, que fora oposição ao Governo Constitucional de João Punaro Bley (1934/1937), pelo qual fora eleito deputado estadual nas eleições de 1935. Em 1945, inicialmente no PSD, foi eleito Senador Constituinte, sendo o candidato mais votado.

Portanto, o PSD reuniu nas suas fileiras, políticos de diferentes matizes, reproduzindo-se também na realidade capixaba, o perfil clássico atribuído ao PSD como “[...] o partido da oligarquia modernizante - que reunia os interesses dos donos das terras e da burguesia comercial [...]” (BENEVIDES, 1989, p. 33).

Todavia, essa concentração de várias forças políticas em um único partido não duraria muito tempo. Além do rompimento de Vivácqua, divergências contemporizadas ante a necessidade de se criarem partidos nacionais fortes e de manter a hegemonia das elites regionais, se exacerbaram logo no primeiro pleito eleitoral ocorrido em 1947 no Estado. As conversações internas para a escolha de quem seria candidato da sigla a governador redundou na debandada de diversos elementos do PSD. Atílio Vivacqua tentou apoderar-se do partido, mas contra sua pretensão levantaram-se os mais legítimos herdeiros de Jerônimo Monteiro: Carlos Lindenberg e Fernando de Abreu, que lançaram inicialmente o General Tristão de Araripe a Governador e, com a desistência deste⁵⁷, optaram pelo próprio Carlos Lindenberg.

Vivácqua e seu grupo fundam, então, o Partido Republicano (PR), agremiação política criada pelo ex-Presidente Arthur Bernardes, a partir de MG, para concorrer a governador no pleito de 1947 (BENEVIDES, 1981). Além dessa, outras cisões foram ocorrendo com o passar do tempo, tal como a de Asdrúbal Soares e Raul Gilberti, que se desvincularam para fundar o PSP, já em 1952, com vistas ao pleito de 1954.

Assim, o PSD permaneceu durante todo o período como a grande força partidária, mas decadente em termos eleitorais. Em parte porque não acompanhou o padrão populista de campanha

⁵⁷ O General Tristão de Araripe, capixaba e muito ligado ao então Presidente Eurico Dutra, impôs como condição para a sua candidatura o consenso em torno entre aqueles que despontavam como as duas grandes lideranças políticas do Espírito Santo da época: Lindenberg e Vivacqua. Diante das divergências criadas, desistiu da candidatura no dia 26 de dezembro de 1946, sendo que o pleito ocorreria no dia 19 de janeiro.

eleitoral, algo melhor incorporado pela frente de oposição formada por variados partidos que se convencionou chamar de *Coligação Democrática*. A esse respeito, o trabalho de Oliveira (2010) é revelador quando aponta para a maior assimilação, por parte desta frente partidária, da capacidade de aproximação com as camadas menos abastadas da sociedade, bem como da utilização dos meios mais modernos de comunicação de massa da época, nas duas campanhas em que Francisco Lacerda de Aguiar saiu vencedor (1954 e 1962), nas quais houve a transformação de um desconhecido fazendeiro do Sul do estado em um fenômeno eleitoral e de massas.

Além disso, o PSD também não estabeleceu, durante o período democrático, nenhuma coalizão permanente e duradoura com outra agremiação ou grupo político. Só em nível de exemplo e considerando apenas as disputas para as eleições majoritárias do período, em 1947⁵⁸, o PSD compôs com a UDN e elegeu Carlos Lindenberg como Governador, conforme tabela abaixo.

Tabela 4 – Resultados das eleições para Governador - 1947

Candidato	Partido	%	Votos Válidos
Carlos Lindenberg	PSD/UDN	64,9	59.008
Atílio Vivácqua	PR/PDC	35,1	31.968
Votos Brancos	-	2,3	2.213
Votos Nulos	-	1,5	1.369
Total de Votos Válidos		100	90.976
Total de Votos apurados		100	93.328

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE-ES.

O PSD também conquistou a vaga para o Senado, concorrendo com o ex-interventor varguista Jones dos Santos Neves, que obteve 57,6% dos votos. A votação para a Assembléia Legislativa, segundo SILVA (1995), refletiu a inserção das forças político-sociais representadas na Tabela 3, isto é, de representantes da pequena e média propriedade privada, geralmente deputados eleitos pelo PRP e, também, deputados eleitos pelas classes populares urbanas. Os números do pleito para o Legislativo Estadual constam na tabela abaixo.

⁵⁸ Nas eleições gerais de 19 de janeiro de 1947, foram escolhidos vinte governadores de estado os membros das Assembléias Legislativas, um terço do Senado Federal, além de eleições suplementares para a Câmara dos Deputados Federais.

Tabela 5 - Quantidade de deputados estaduais eleitos, no ES, por partido - 1947

<i>Partido</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>
PSD	14	43,75
UDN	6	18,75
PR	4	12,5
PDC	2	6,25
PTB	2	6,25
PRP	2	6,25
PCB	1	3,13
PRD	1	3,13
PSP	-	-
Outros	-	-
Total	32	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TRE-ES

No pleito seguinte, em 1950, o PSD compôs com o PTB e venceu com Jones dos Santos Neves. Do outro lado, a partir deste pleito de 1950 vencido por Jones, os oposicionistas montaram uma ampla coalizão composta por 6 partidos que, a partir de então, se convencionou chamar de *Coligação Democrática* e que protagonizou as disputas seguintes com o PSD e com os poucos grupos a ele vinculados. Além da UDN, que durante a Gestão Lindenberg (1947-1951) havia rompido com o Governo ante o programa de contenção de gastos empreendida, a *Coligação Democrática* contou ainda com o PR, o PSP, o PDC, o PRP e o PRT, que lançaram o nome de Afonso Schwab (UDN) para o cargo de Governador.

Tabela 6 – Resultados das eleições para Governador - 1950

Candidato	Partido	%	Votos Válidos
Jones dos Santos Neves	PSD/PTB	58,8	71.266
Afonso Schwab	Col. Dem. (UDN/PR/PSP/PDC/PRP/PRT)	41,2	49.913
Votos Brancos	-	4,1	5.328
Votos Nulos	-	3,1	4.058
Total de Votos Válidos		100	121.179
Total de Votos apurados		100	130.565

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE-ES.

Tal como aponta Silva (1995), apesar da grande frente partidária formada pela *Coligação Democrática*, não foi ainda nesse pleito que conseguiu derrubar a hegemonia pessedista. Além da vitória nas eleições majoritárias, o PSD, em grande medida ajudado pela aliança com o PTB, obteve maioria tanto na Câmara dos Deputados (4 dos 7 representantes), quanto na Assembléia Legislativa, com resultado muito semelhante às eleições de 1947, tal como pode ser visualizado no quadro abaixo.

Tabela 7 – Quantidade de deputados estaduais eleitos, no ES, por partido - 1950

<i>Partido</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>
PSD	15	46,87
UDN	7	21,88
PR	-	-
PDC	-	-
PTB	6	18,75
PRP	2	6,25
PCB	-	-
PRD	-	-
PSP	2	6,25
Outros	-	-
Total	32	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TRE-ES

À frente do Governo, Jones dos Santos Neves (1951-1954) retomou, segundo visão de Silva (1995), o que havia introduzido no seu primeiro Governo (1943-1945), isto é, o planejamento como linha mestra para viabilizar sua ação administrativa. Inspirado pelo que na Europa se convencionou chamar de *welfare state*, o seu segundo governo instituiu o *Plano de Valorização Econômica do Espírito Santo*, que definiu a política econômica, norteando os investimentos do Estado. Segundo esse plano, 39% da receita estimada em um quinquênio seriam destinados à infraestrutura, sendo que desse total 35% foram destinados a investimentos no aparelhamento e ampliação do porto de Vitória; 24% para aumento do suprimento de energia elétrica (Usina Rio Bonito); ampliação de vias rodoviárias, quando foram abertos mais de 150 Km de estradas, sendo pavimentados 100 Km com asfalto, numa época em que todo o Brasil só possuía 2.500 Km de estradas pavimentadas; além de construção de pontes, prédios públicos e obras urbanísticas em geral, na cidade de Vitória; destinou também 11% ao fomento da produção agrícola. Com estas e outras ações, o governo Jones introduzia o processo de mudança em uma economia que era totalmente agrícola para direcioná-la nos rumos da industrialização (VASCONCELLOS, 2010).

A iniciativa jonista só não foi mais impactante por causa da oposição intransigente sofrida pelo governo no âmbito do poder legislativo. Além disso, o seu sucessor, Francisco Lacerda de Aguiar (1955-1958), tinha uma visão mais voltada para o setor rural, tendo, por isso, suspenso os projetos iniciados por Jones (FRANCO & HEES, 2005; SILVA, 1995). A tentativa jonista de colocar alternativas sócio-econômicas ao desenvolvimento do Estado, que não a total dependência do café, acabou sendo neutralizada na gestão governamental de Francisco Lacerda de Aguiar (1955-1959), uma vez que nesse período houve a manutenção das atividades tradicionais do Estado (SILVA, 1995).

Já em 1954, o PSD estava eminentemente dividido em relação ao nome que concorreria ao pleito, em que dois eram os postulantes: Ary Viana, o preferido do então Governador Jones de um lado e, de outro lado, Eurico Sales⁵⁹, considerado de maior consenso dentro do Partido. Neste pleito, que acabou concorrendo com Eurico Sales, figura que possuía trânsito livre nas duas principais alas do partido, o PSD se aliou somente ao PDC, partido criado pelo ex-interventor João Punaro Bley em 1947, e com parte da UDN liderada por Emílio Zanotti. A outra parte de udenistas, comandada por Eurico Rezende, permaneceu apoiando o candidato da *Coligação Democrática*, Francisco Lacerda de Aguiar, que saiu vencedor. O impasse interno e a dificuldade de trazer toda a UDN para a aliança acabou provocando a sua primeira derrota para Francisco Lacerda de Aguiar (sem partido), conforme a tabela que segue.

Tabela 8 – Resultados das eleições para Governador - 1954

Candidato	Partido	%	Votos Válidos
Eurico Sales	PSD/PDC/UDN	44,8	77.467
Francisco Lacerda de Aguiar	Col. Dem. (PSP/PTB/PR/PRP)	55,2	95.389
Votos Brancos	-	2,1	3.734
Votos Nulos	-	2,0	3.665
Total de Votos Válidos		100	172.856
Total de Votos apurados		100	180.255

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE-ES.

Apesar da derrota para a *Coligação Democrática*, o PSD conquistou uma vaga no Senado, com Ary Viana, que obteve 24% dos votos. A outra vaga no Senado ficou com Atílio Vivácqua (PR) (29,6%), que concorrera pela *Coligação*. Além disso, o PSD, por meio de aliança com parte da UDN, manteve a dianteira na Câmara Federal ao conquistar 4 das 7 cadeiras, contra 3 dos partidos coligados. Na Assembléia Legislativa, a maioria dos partidos concorreu sem estabelecer aliança, o que manteve o cenário bastante fragmentado (SILVA, 1995).

⁵⁹ Eurico de Aguiar Sales era membro de uma família de políticos da região central. Ingressou na carreira política como oficial de gabinete no Governo de seu tio, Aristeu Borges de Aguiar e se tornou um dos políticos capixabas de grande projeção nacional durante a República. Ocupou importantes postos da burocracia estatal e em vários níveis, como Secretário Estadual de Educação e da Cultura no período do Estado Novo, quando Jones dos Santos Neves fora interventor; Deputado na Assembléia Nacional Constituinte de 1946; Deputado Federal na legislatura iniciada em 1950, e mais à frente, no governo de Juscelino Kubitschek, foi nomeado para a direção da Superintendência de Moeda e Crédito (órgão que tinha as mesmas funções que hoje tem o Banco Central do Brasil) e o Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1957), entre vários outros cargos.

Tabela 9 – Quantidade de deputados estaduais eleitos, no ES, por partido - 1954

<i>Partido</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>
PSD	12	37,50
UDN	5	15,62
PR	2	6,25
PDC	-	-
PTB	8	25
PRP	2	6,25
PCB	-	-
PRD	-	-
PSP	3	9,40
Outros	-	-
Total	(32)	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TRE-ES

Neste mesmo pleito, ficaram evidentes as cisões no interior do próprio PSD, especialmente entre os seus dois principais caciques: Carlos Lindenberg - que expressava os interesses agrofundiários, especialmente do café -, e Jones dos Santos Neves - representante da emergente fração industrial e demais forças políticas identificadas com o processo de industrialização em curso no país -, cada um visualizando ritmos distintos para o processo de desenvolvimento econômico e industrial do Estado.

Tais cisões existiam desde a fundação do PSD, porém se exacerbaram como consequência, entre outras coisas, da forma como Jones conduziu o Governo, visto como eficiente do ponto de vista administrativo, mas centralizador e autoritário politicamente, e pelo fato de Jones não ter reforçado os laços de solidariedade política com os líderes locais⁶⁰, algo fundamental para o equilíbrio político da época no Espírito Santo, tal como fizera Carlos Lindenberg, repercutindo na coesão interna da sigla.

Neste mesmo pleito de 1954, enquanto a cisão no PSD se mostrava cada vez evidente, se cristalizou um pólo aglutinador das oposições existentes desde 1947, reunidas na que ficou conhecida como *Coligação Democrática* (PR, PSP, UDN, PDC, PRP, PRT) que acabou se fortalecendo, levando à vitória de Francisco Lacerda de Aguiar (vulgo Chiquinho). Inicialmente esse elemento aglutinador foi o PR, liderado por Atílio Vivácqua, passando, a partir do pleito de 1954, a ser o PSP encabeçado por Asdrúbal Soares e, nas disputas seguintes, por Raul Gilberti,

⁶⁰ O Governo de Jones dos Santos Neves, segundo a opinião geral dos analistas, foi mais eficiente do que o de Carlos Lindenberg em matéria gestão administrativa e realizações de obras. Porém, foi desastroso no plano político. Desentendeu-se imediatamente com o seu aliado o PTB e não correspondeu às lideranças do interior, que eram a grande sustentação eleitoral do partido. Ilustrativamente, consta que, diferentemente de Carlos Lindenberg, Jones recebia os correligionários do interior em pé, a fim de abreviar à sua permanência. E era ainda avesso às orientações vindas dos chefes políticos do interior.

além, é claro, da própria figura de Lacerda de Aguiar que com o tempo se tornou o principal elemento catalisador da *Coligação Democrática*.

Em 1958 o PSD retorna ao poder, após a complicada gestão de Francisco Lacerda de Aguiar (1955-1958) no que tange às relações com sua base de apoio, quando ocorreu o rompimento entre o Governador e quase todos os partidos que compunham a *Coligação Democrática*. Novamente com Carlos Lindenberg, o PSD venceu, estabelecendo uma aliança com o PSP de Raul Gilberti, que se desligara da *Coligação Democrática* na gestão de Chiquinho (1955-1958).

Tabela 10 – Resultados das eleições para Governador - 1958

Candidato	Partido	%	Votos Válidos
Eurico Rezende	UDN/PRP	26,5	97.624
Carlos Lindenberg	PSD	47,3	54.619
Florianio Rubim	PTB	26,2	54.088
Votos Brancos	-	5,0	11.098
Votos Nulos	-	1,6	3.616
Total de Votos Válidos		100	206.331
Total de Votos apurados		100	221.045

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE-ES.

Quanto aos cargos legislativos, pouca coisa mudou das eleições anteriores. O PSD venceu no Senado com Jefferson de Aguiar (45,5%). Na Câmara Federal, a aliança PSD/PSP obteve 3 cadeiras, enquanto o PTB conquistou 2 vagas, demonstrando seu crescimento, sendo que as outras duas foram conquistadas pela aliança UDN/PRP. E por fim, para a Assembleia Legislativa reproduziu-se, no Espírito Santo, a tese mais convencional segundo a qual ocorria, nos anos finais da década de 50, um descenso eleitoral dos partidos mais conservadores (SILVA, 1995). Apesar dos esforços do PSD para ampliar e recuperar as bases do Partido, os resultados não lhe foram favoráveis, confirmando a tendência de queda. Obteve apenas 11 vagas no Legislativo local. O desempenho do PSD bem como dos demais partidos estão na tabela que segue:

Tabela 11 – Quantidade de deputados estaduais eleitos, no ES, por partido – 1958

Partido	Quantidade	%
PSD	11	34,37
UDN	5	15,62
PR	-	-
PDC	1	3,12
PTB	8	25,00
PRP	2	6,25
PCB	-	-
PRD	-	-
PSP	5	15,62
Outros	-	-
Total	32	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TRE-ES

A partir dos anos finais da década de 50, acentuava-se, paulatinamente, o aparelhamento do PSD por elementos representantes dos setores mais industrializantes, neste momento respaldados pela fortalecida *Ala Moça*. Por conta disso, indicou Jones dos Santos Neves como candidato ao Governo em 1962, no último pleito da dita *República Populista*. Durante as conversações, cometeu uma série de erros, entre os quais o de fechar os espaços e não abrir diálogo mais flexível com o PSP, partido que, conforme gráfico abaixo, demonstrou ser o fiel da balança do jogo político capixaba, naquela circunstância, cujo controle havia passado para Raul Gilberti que, além de preferido do então Governador Carlos Lindenberg⁶¹ em concorrer ao pleito, era importante figura política do Município de Colatina, norte do Estado, à época uma das regiões mais dinâmicas política e economicamente do Espírito Santo.

Ao fim das articulações, o PSD havia angariado apoio apenas do nanico PTN, que acabara de ser formado a partir de uma dissidência do PTB liderada por Floriano Rubim. Todas essas questões levaram à recomposição da *Coligação Democrática*, inclusive com o PSP e à conseqüente vitória de Francisco Lacerda de Aguiar contra o candidato pessedista, Jones dos Santos Neves.

Tabela 12 – Resultados das eleições para Governador - 1962

Candidato	Partido	%	Votos Válidos
Jones dos Santos Neves	PSD	48,0	105.586
Francisco Lacerda de Aguiar	PSP (Col. Dem. PSP/UDN/PRP/PTB/PDC/PRT/PTN/PSB)	52,0	114.673
Votos Brancos	-	8,8	21.773
Votos Nulos	-	2,6	6.554
Total de Votos Válidos		100	220.259
Total de Votos apurados		100	248.586

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE-ES.

Segundo Silva (1995), a eleição de 1962 representou a mais fragorosa derrota do PSD, uma vez que, além dos cargos majoritários, reduziu bastante seus espaços na Câmara e na Assembléia. Para o Senado, o candidato do PSD, Carlos Lindenberg, que havia se desincompatibilizado do Governo do Estado para concorrer ao pleito, ficou em terceiro lugar na disputa do cargo, perdendo para Raul Gilberti (2º colocado) e para o udenista Eurico Rezende, que ficou com a vaga.

⁶¹ A escolha de Jones foi precedida de vários lances dramáticos dentro do PSD. Na convenção partidária em que ele foi escolhido, o governador Carlos Lindenberg defendeu a candidatura do seu vice-governador Raul Giuberti, sob alegação de que era necessário manter a aliança com o PSP. Todavia, Lindenberg só contava com o apoio de Dirceu Cardoso e o restante do Partido havia optado por candidatura própria. Internamente ao PSD, dois postulavam concorrer: Jones dos Santos Neves, que tinha em e José Parente Frota e na *Ala Moça* representada por Christiano Dias Lopes Filho, seus principais defensores. O outro postulante era Carlos Alberto Lindenberg Von Schilgen, o Carlito, que exercia no Governo do tio a Diretoria de Saúde (estrutura que antecedeu a Secretaria de Saúde). Carlito perdeu por dois votos. Consta que, na ocasião, Carlos Lindenberg, em cujo chapéu na falta de urna no PSD foram depositados os votos dos convencionais, teria encerrado a convenção com palavras pessimistas, certo da derrota do seu partido: “- Eu não me responsabilizo pelo resultado da eleição. Os senhores que escolheram, que assumam a responsabilidade. Está encerrada a sessão”.

Ademais, para a Câmara Federal, aumentada para 8 (oito) vagas, cada grupo conquistou 4 (quatro) cadeiras e na Assembléia Legislativa, cujas vagas pularam de 32 para 43⁶², o PSD obteve menos cadeiras em termos percentuais. Quadro abaixo demonstra o desempenho dos vários partidos que, mais uma vez, não estabeleceram alianças, o que redundou na manutenção da mesma fragmentação partidária apresentada nos pleitos anteriores (tabela abaixo).

Tabela 13 – Quantidade de deputados estaduais eleitos, no ES, por partido - 1962

<i>Partido</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>
PSD	13	30,23
UDN	7	16,27
PR	-	-
PDC	1	2,32
PTB	9	20,93
PRP	3	6,98
PCB	-	-
PRD	-	-
PSP	10	23,25
Outros	-	-
Total	43	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TRE-ES

O quadro abaixo, apesar de esquemático, mostra as alianças partidárias verificadas nas eleições do período 1945-1964. Observam-se as aproximações dos principais partidos nos pleitos majoritários dos anos 1945-1964, no Espírito Santo. Nota-se o que se observou ao longo desse tópico, isto é, a tendência à polarização entre o PSD, de um lado, e a *Coligação Democrática*, de outro, apesar de tais aproximações terem variado conforme os cálculos que as principais lideranças faziam no sentido de manterem suas posições ou terem aumentadas suas áreas de atuação/influência.

⁶² O número de vagas na Assembléia Legislativa foi aumentada através da Lei nº 1.621 de 13 de abril de 1961.

Tabela 14 – Síntese das alianças político-partidárias – Eleições Majoritárias no ES - 1945-1964.

ANO	Candidaturas situacionistas/Alianças	Candidaturas opositoristas/Alianças
1947	Carlos Lindenberg (PSD) (PSD/UDN*)	Atilio Vivácqua (PR) (PR/PDC - Coligação Democrática)
1950	Jones dos Santos Neves (PSD) (PSD/PTB)	Afonso Schwab (UDN) (UDN/PR/PSP/PDC/PRP/PRT – Coligação Democrática)
1954	Eurico de Aguiar Sales (PSD) (PSD/PDC/UDN**)	Francisco Lacerda de Aguiar (Sem Partido) (PSP/PTB/PR/PRP – Coligação Democrática)
1958	Eurico Rezende (UDN) (UDN/PTB/PRP/PR – Coligação Democrática)	Carlos Lindenberg (PSD) (PSD/PSP) Floriano Rubim (PTB)
1962	Jones dos Santos Neves (PSD) (PSD/PTN)	Francisco Lacerda de Aguiar (PSP) (PSP/UDN/PRP/PTB/PDC/PRT/PTN/PSB – Coligação Democrática)

*Sob a liderança de Olímpio Monteiro, apoiou oficialmente a candidatura PSD, mas parte do partido, comandada por Eurico Rezende, José de Medeiros Correia, entre outros nomes, apoiaram a candidatura Atilio Vivácqua.

** Mais uma vez a UDN foi dividida para o pleito: oficialmente, agora sob a liderança de Eurico Rezende e Dulcino Monteiro dos Santos, apoiou a *Coligação Democrática*, mas a outra parte (liderada por Emílio Zanotti) se aliou ao PSD.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Silva (1995)

A Tabela também mostra as movimentações dos vários partidos: em muitos casos, o mesmo partido participou tanto da campanha situacionista quanto da oposicionista, como é o caso da UDN nos pleitos de 1947 e 1954. Outro foi o PSP que, até às vésperas das eleições de 1962, participava das conversações como componente da base aliada do candidato do PSD, Jones dos Santos Neves. Porém, nas vésperas do registro das chapas, desentendimentos quanto aos espaços que ocuparia na campanha pessedista e no possível futuro governo Jones, levaram ao rompimento, passando o PSP a recompor a *Coligação Democrática*, com o candidato Francisco Lacerda de Aguiar, eleito novamente naquele ano.

Em relação às divisões partidárias internas, do mesmo modo que na realidade nacional, ao término do período democrático, em 1964, praticamente todas as agremiações partidárias de peso, no Espírito Santo, possuíam sérias cisões internas. No quadro abaixo, podem ser observadas tais divisões nos quatro principais partidos - PSD, PSP, PTB e UDN, sendo importante ressaltar que se trata apenas de uma generalização, uma vez que as composições variaram bastante no decorrer do período, o mesmo ocorrendo com as cisões.

Tabela 15 - Divisões internas das principais agremiações partidárias do Espírito Santo - 1960/64.

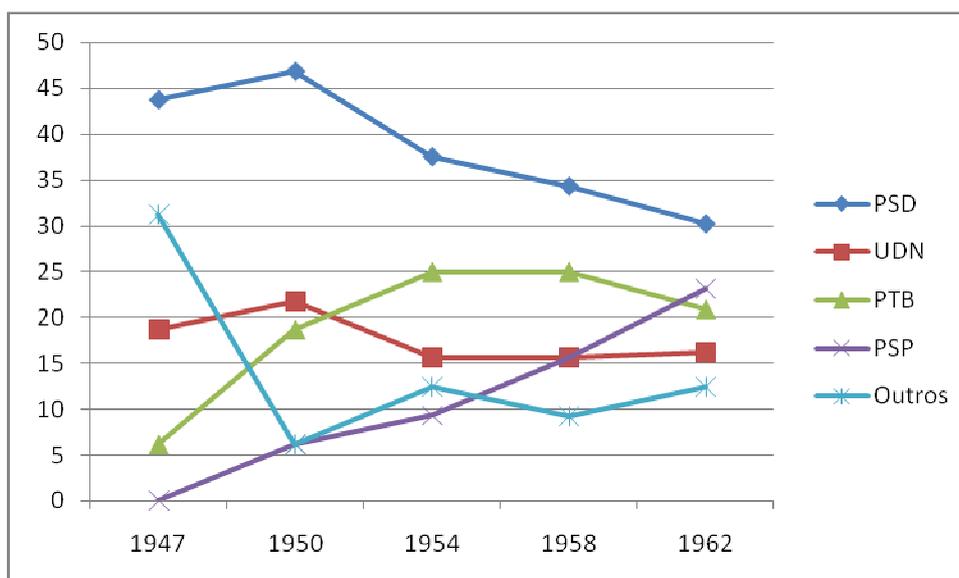
PSD	UDN	PSP	PTB
Carlos Lindenberg (Setores agro-fundiários)	Eurico Rezende Afonso Schwab Tendência a apoiar a <i>Coligação Democrática*</i>	Lourival de Almeida Asdrúbal Soares Raul Gilberti (Grupos emergentes do norte do estado: compuseram com pessedistas e com a <i>Coligação Democrática</i>)	Florianio Rubin Isaac Rubin (Ala mais conservadora. Em 1960, fundam o PTN) (Setores da burocracia e militares) – mais próximos ao PSD.
X	X		
Jones dos Santos Neves José Parente Frota Ary Viana (Setor Industrial emergente)	Fernando Lindenberg Olimpio Monteiro Abreu Emílio Zanotti (Maior aproximação com o PSD)	X	X
X		Wilson Cunha Cel. Carlos Marciano de Medeiros (Ala militar/anti-pessedista, mais próximos à Lacerda de Aguiar)	Rubens Rangel (Possuía algumas ligações com o PSD, porém esteve algumas vezes ao lado da <i>Coligação Democrática</i> , a exemplo de 1962)
Christiano Dias Lopes Carlito von Schilgen, Élcio Alvares, Mário Nicoletti, Manoel Soares, Francisco Soares, Guilherme Aires José Carlos da Fonseca (“ <i>Ala Moça</i> ”, mais alinhados com Jones dos Santos Neves, embora pudessem compor com Carlos Lindenberg)		X	X
		José Cupertino Leite de Almeida Roberto Vivacqua Joaquim Leite de Almeida (“ <i>Ala Nova</i> ” – mais próximos à Lacerda de Aguiar)	Rubens Gomes Mario Gurgel Berredo de Menezes Ramon de Oliveira (<i>Ala progressista</i> - Em 1960, fundam o MTR) (Setores urbanos. Compuseram o governo Chiquinho)

*Embora no pleito de 1954 tenha apoiado o candidato do PSD, Eurico Sales, após a vitória de Chiquinho (Coligação Democrática), a UDN passou a integrar por completa a base de apoio do Governador.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Silva (1995)

O gráfico abaixo mostra o desempenho dos principais partidos nas eleições para a Assembléia Legislativa verificadas entre 1945 e 1964. Observa-se que PSD e UDN permaneceram como as duas principais forças políticas do Estado, porém, nota-se o excepcional crescimento do PSP, o que demonstra a importância que foi paulatinamente adquirindo no jogo político ao longo do período. Essa importância do PSP se explica pelo fato de representar interesses de parcela da região norte (café e madeira), setores econômicos mais dinâmicos do Espírito Santo que, aos poucos, ocupavam e/ou reivindicavam espaços de poder. No mesmo gráfico, constata-se também o declínio de PSD e da UDN e o desempenho errático do PTB que, de 1947 até 1954/1958 obteve crescimento por conta, em parte, de alianças com blocos políticos vencedores em eleições majoritárias e proporcionais, isto é, com o PSD em 1950, e com a vitoriosa *Coligação Democrática* de 1954, declinando significativamente no pleito de 1962, quando houve sérias dissidências no Partido.

Gráfico 1 - Desempenho eleitoral dos principais partidos conforme a Quantidade (%) de cadeiras na Assembléia Legislativa - 1945-1964



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE-ES

Assim, pode-se concluir que todos os partidos do período sempre estiveram extremamente divididos por grupos liderados por determinados elementos detentores de respaldo político-eleitoral, o que tornava indispensável construção de alianças eleitorais bem como coalizões de governo com cada liderança, levando-se em consideração a sua região e os respectivos grupos de interesses que representavam. Assim, pelos dados indicados, é possível reiterar a tese de Silva (1995) e Pereira (2004) que advogam a idéia de que havia a necessidade de articular com líderes locais para angariar os votos do interior do Estado. Isto é, o Espírito Santo, que teve sua ocupação iniciada no século XVI pelos lusitanos, teve muitas dificuldades de integrar suas quatro principais regiões: a da capital e suas imediações, o sul, o norte, e a região serrana. Segundo a interpretação, com o passar do tempo, interesses muito divergentes estabeleceram-se em cada uma delas: a oligarquia cafeeira do sul; pequenos proprietários enquadrados numa agricultura familiar de imigrantes alemães e italianos na região serrana; a elite comercial e os burocratas na capital e, mais tarde, os madeireiros, cafeicultores do norte e a insipiente indústria. Com essa divisão, a estabilidade política do Estado dependeria da capacidade de se articular com esses grupos de interesses locais⁶³.

⁶³ Sobre esse assunto, alguns estudos mostram que o êxito eleitoral ainda nos dias de hoje depende muito da articulação que se faz com as lideranças do interior, onde ainda se encontra a maior parcela do eleitorado. Sobre isso, ver: PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Por baixo dos panos: governos e assembleias no Brasil Republicano**. 2004. 239 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004; OLIVEIRA, Ueber José de. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. 2008. 326 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

Nesse sentido, o PSD foi bem sucedido em 1947, 1950 e 1958 e a *Coligação Democrática* obteve êxito nas duas ocasiões em que Lacerda de Aguiar saiu vencedor: 1954 e 1962⁶⁴, quando foi construída uma ampla coalizão capaz de abarcar um amplo espectro de interesses que se expressavam nas várias siglas que compuseram a *Coligação Democrática* nesses pleitos. Além disso, os dados mostram que tais alianças eram construídas sem nenhuma perspectiva programática e/ou ideológica. Eram articuladas pleito a pleito, sem a garantia de que elas pudessem se perpetuar. Não é por outro motivo que Silva (1995) e Pereira (2004) defendem a tese de que o caráter oligárquico se mantinha como principal marca das disputas políticas no Espírito Santo. Sem entrar nos méritos da questão, o que ultrapassaria os objetivos do presente capítulo, defendem ainda a idéia de que a principal causa para tal fenômeno foi o fato de o estado ter mantido a base primário-exportadora da sua economia, uma vez que se inseriu tardiamente no processo de industrialização, quando o Brasil, em especial a Região Sudeste, já estavam em um grau bastante avançado.

2.6. Conclusão

No rápido resgate da história política e econômica do Espírito Santo, foi feito um esforço de identificar os impactos ou rebatimentos das mudanças institucionais verificadas no plano nacional, especialmente no contexto da República. Observou-se que, após o marasmo econômico, o Estado passou, a partir do século XIX, a basear a sua economia na monocultura do café, tornando-o, por sua vez, extremamente vulnerável às oscilações dos preços do produto no mercado internacional. Além disso, a ausência de meios de escoamento entre as principais áreas produtoras de café e o Porto de Vitória, bem como a falta de infraestrutura na área logística em geral, faziam com que o café capixaba tivesse como destino o Porto do Rio Janeiro, que se beneficiava dessas divisas, uma vez que, durante a Primeira República (auge da produção cafeeira), o imposto de importação era arrecadado exclusivamente pelo Poder Central, enquanto a renda advinda do imposto de exportação ficaria com os Estados. Visando romper essas dificuldades, com destaque para as gestões de Moniz Freire (PRC) e Jerônimo Monteiro (PL), representantes das forças mercantis-exportadoras e agrofundiárias, respectivamente, tentaram, cada um a seu modo, proporcionar saltos qualitativos ao desenvolvimento econômico capixaba, dentro daquilo que denominamos de *coalizão de possibilidades*.

Após a Revolução de 30, foi nomeado Interventor para o Espírito Santo o Capitão do Exército João Punaro Bley que, sendo um elemento aliado das rivalidades políticas locais, teve

⁶⁴ Sobre as vitórias de Francisco Lacerda de Aguiar, ver: OLIVEIRA, Ueber José de. Desenvolvimento urbano-industrial e transformações político-eleitorais no Brasil e no Espírito Santo (1950-1990). In. Siqueira, Maria da Penha Smarzaró (Org.). **Desenvolvimento brasileiro: alternativas e contradições**. Vitória: Grafitusa, 2010

habilidade para acomodar as duas principais forças políticas. Se, para muitos estudiosos, não é considerado um governo que teve a capacidade de gerar transformações substanciais na economia capixaba, teve o mérito de colocar em ordem as suas finanças, bem como dotar o Estado, parcialmente, de um suporte técnico-financeiro capaz de impulsionar a economia regional nos anos posteriores. O seu sucessor, Jones dos Santos Neves, teve o mérito de propor um projeto modernizante para a economia capixaba em bases industriais e planejamento estratégico, sendo mais um caso passível de enquadrar-se no modelo de *Coalizão de possibilidades*, tal como Moniz e Jerônimo. Importante ressaltar que o projeto *Jonista* só não foi à frente por conta da hegemonia dos grupos agrofundiários, que resistiam tenazmente a qualquer transformação mais substancial na ordem econômica, bem como no modo de conduzir o Estado.

A democracia do período 1945-1964 se inicia, no Espírito Santo, com o amplo domínio do PSD, o qual abrigou as principais lideranças do cenário político capixaba. A partir de 1947, por ocasião das primeiras movimentações políticas para o pleito que ocorreria naquele ano, houve algumas cisões na sigla. Figuras tais como Atílio Vivácqua, impossibilitado de hegemonizar o PSD, fundam o PR local. Outras importantes lideranças, a exemplo de Asdrúbal Soares, Raul Gilberti e Francisco Lacerda de Aguiar, também se desvincularam do PSD que, articulados a outros partidos, compuseram a chamada *Coligação Democrática* que, a partir daquele pleito, passou a polarizar a política do Estado com o PSD até o Golpe de 64 e a posterior extinção do multipartidarismo.

CAPÍTULO 3

A CRISE, O GOLPE DE ESTADO E O REGIME MILITAR: REARTICULAÇÃO DOS GRUPOS POLÍTICOS NO BIPARTIDARISMO, NO ESPÍRITO SANTO (1964-1967)

3.1. Aspectos introdutórios

O objetivo do presente capítulo é compreender a crise político-institucional verificada no Brasil, a partir do início da década de 1960, seguida do golpe de 64, e os rebatimentos desses processos no Espírito Santo. A preocupação fundamental é compreender o posicionamento dos principais atores individuais e coletivos do Estado diante do Golpe e analisar o rearranjo político-partidário das principais forças políticas – antes inseridas numa estrutura multipartidária – no novo cenário institucional, composto por apenas dois partidos: Arena e MDB. Além disso, pretende-se verificar a existência de determinados espaços para o exercício da atividade política e o modo como passaram a ser disputados pelos atores locais supramencionados, buscando estabelecer proximidades com o poder.

Na primeira parte do capítulo, as atenções estarão voltadas para a análise das repercussões da crise do Governo Goulart e do Golpe de 64. No tópico subsequente, esquadriharemos a organização de Arena e MDB, observando o posicionamento dos principais atores políticos, inclusive do Governador Francisco Lacerda de Aguiar. No terceiro tópico, será analisado o que se convencionou chamar de *Cruzada Anti-Chiquinho*, campanha empreendida pela oposição pessedista na Assembléia Legislativa (derrotada no pleito de 1962), fazendo uso do seu veículo de comunicação – o Jornal *A Gazeta* – pela destituição do Governador, o que veio a ocorrer em fevereiro de 1966. Em sequência, será examinada a primeira eleição para a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, ocorrida em março de 1966. Por fim, na última parte do capítulo, discutiremos as movimentações intra-Arena por ocasião da construção da *Lista Tríplice* que concorreria à Governadoria biônica do Estado, já em circunstâncias de eleições indiretas.

3.2. O Golpe de 64 e seus rebatimentos no Espírito Santo

A instauração do Golpe de 64 e a institucionalização do Regime Militar no Brasil têm sido temas de pesquisas de diversos cientistas políticos, historiadores, sociólogos, antropólogos – que produziram uma literatura variada a respeito da temática em nível nacional –, tornando esse período um dos mais estudados da história política brasileira, a ponto de Silva (2009, p. 9) concluir que “[...] qualquer tentativa, neste momento, de se fazer uma menção apenas às obras mais relevantes existentes sobre o assunto seria, necessariamente, incompleta e cometeria injustiças [...]”.

Carlos Fico (2004), no seu balanço de literatura, faz referência a, pelo menos, dois tipos de análise, que acabaram se tornando comuns. Na primeira, percebe aquilo que chama de espécie de politologia, na qual, “[...] inspirados, sobretudo, pela vertente norte-americana da Ciência Política, muitos estudiosos buscaram explicar e classificar, em termos quase nominalistas, as crises militares de países como o Brasil [...]” (FICO, 2004, p. 31). Nesses estudos, o historiador indica que os militares apareceriam como uma instituição autônoma, marcada pelo isolamento e unidade, ou como força a serviço de determinados grupos sociais. Nesse sentido, um único modelo teórico seria suficiente para explicar, por exemplo, os regimes militares latino-americanos, uma vez que haveria, segundo tais interpretações, alguma singularidade entre eles.

Todavia, embora essa vertente tenha produzido expressiva bibliografia, ela carece de fundamentação. Conforme salienta Angelo (2011, p. 26), atribuir a instalação das várias ditaduras a um só processo é um equívoco, uma vez que

[...] apesar das referências em comum, como o envolvimento dos EUA nas questões internas desses países e o temor comum de que estivessem vivendo sob uma séria ameaça *subversiva* (no limite, comunista), o que existiu, na prática, foi tão somente uma *coincidência histórica*, e não um mesmo processo, com várias ditaduras sendo instaladas simultaneamente enquanto organizações de esquerda optavam pelo caminho armado - às vezes, como na Argentina, ainda no regime democrático [...]” (ANGELO (2011, p. 26).

O segundo gênero predominante de estudos dessa primeira fase seria aquilo que o mesmo Carlos Fico (2004) definiu como o da *memorialística*, que se tornou bastante numeroso a partir do processo de distensão iniciado pelo Governo Ernesto Geisel (1974-1979). Para Fico (2004), esses estudos foram, de certa forma, a primeira tentativa de construção de uma narrativa histórica sobre o período, embora já existisse uma ou outra incursão nesse sentido, especialmente no que se refere ao governo Goulart e sua ruína. Foi essa *memorialística* que constituiu o primeiro conjunto de versões sobre a ditadura militar, algumas das quais se revelariam mitos ou estereótipos.

Entre tais mitos e estereótipos, estão aqueles que apontam para o perfil supostamente "moderado" e "legalista" do Presidente Castelo Branco, elaborado pela memorialística de viés direitista, em trabalhos como os de Viana Filho (1975) e Dulles (1983); e a transmutação da luta armada em “resistência democrática”, engendrada pela memorialística à esquerda, encontrada nos livros de Fernando Gabeira (1979) e Alfredo Sirkis (1980), só para ficar em dois exemplos.

Sobre a segunda abordagem, os escritos de Angelo (2011, p. 18) não deixam dúvidas quanto ao fato de terem sido decorrentes de um trabalho de memória, uma vez que “[...] a guerrilha jamais representou uma ameaça concreta à ditadura e a repressão não poderia ser a simples resposta

para a luta armada [...]”. O pesquisador completa essa afirmação enfatizando que “[...] foram os militares e não os guerrilheiros que se fortaleceram usando a luta armada como justificativa para o próprio recrudescimento da ditadura” (ANGELO, 2011, p. 18).

Quanto à tese segundo a qual o Presidente Castelo Branco teria sido *moderado e legalista*, o professor Carlos Fico (2004) nos dá a medida exata do que aquela fase do regime militar representou, bem como acerca das investidas daquele grupo que se convencionou chamar de *Linha Dura*:

[...] Castelo foi complacente com as arbitrariedades da linha dura, não teve forças para enfrentá-la e permitiu, assim, que o grupo de pressão fosse conquistando, paulatinamente, mais espaço e poder. Essa evolução é essencial para bem caracterizar diversos outros episódios do período, pois informa que o projeto repressivo baseado numa "operação limpeza" violenta e longa estava presente desde os primeiros momentos do golpe. Assim, o Ato Institucional nº 5 foi o amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968, diferentemente da tese que sustenta a metáfora do "golpe dentro do golpe", segundo a qual o AI-5 iniciou uma fase completamente distinta da anterior. Trata-se de reafirmar a importância, como projeto, do que se pode chamar de "utopia autoritária", isto é, a crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, "subversão", "corrupção") tendo em vista a inserção do Brasil no campo da "democracia ocidental e cristã" [...]. (FICO, 2004, p. 34)

A presente tese, por princípio, endossa o pensamento de Carlos Fico (2004). Considera que, no processo de institucionalização do Regime, as forças político-militares genericamente identificadas como *Linha Dura* se movimentavam, e com sucesso, no sentido de permanecerem no poder, o que contradiz a análise segundo a qual teria ocorrido uma espécie de “golpe dentro do golpe”. Assim, advogamos a proposição, em consonância com Kinzo (1988), de que os militares, juntamente com os civis comprometidos com o Golpe de 64, trabalharam na intenção de instaurar uma espécie de *democracia tutelada*.

Sobre esse aspecto, interessante mencionar o trabalho de tese do professor Eduardo Munhoz Svartman (2006) a fim de se compreender sobre quais bases ideológicas buscou-se instaurar a referida *democracia tutelada*. No texto, o autor investiga a atuação política de um grupo de vinte e quatro generais⁶⁵ identificados com o pólo intervencionista-controlador do Exército Brasileiro envolvido nas conspirações que levaram à derrubada do governo João Goulart em 1964.

⁶⁵ O autor estudou um segmento do Exército em que nem todos aderiram ao Golpe, mas que, em vários momentos, assumiram posições convergentes e cultivaram afinidades com o ato golpista. Nominalmente, foram os seguintes oficiais, num total de 24: Odílio Denys, Conrobert Pereira da Costa, Eduardo Gomes (embora Brigadeiro, iniciou sua carreira no Exército), Juarez Távora, Peri Bevilacqua, Ademar de Queiroz, Amauri Krueel, Alcides Etchegoyen, João Punaro Bley, Olímpio Mourão Filho, Castelo Branco, Costa e Silva, Orlando Geisel, Antônio Carlos Murici, Idálio Sardemberg, Juracy Magalhães, Jurandir Mamede, Siseno Sarmiento, Lira Tavares, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel, Afonso Albuquerque Lima, Golberi do Couto e Silva, Cordeiro de Farias. O autor adverte que, embora alguns desses militares não se enquadrassem nos critérios adotados quanto à escolha, foram mantidos no grupo pelas suas importâncias. Somente como exemplo, mencionamos os nomes dos Generais Conrobert Pereira e Alcides Etchegoyen, falecidos em 1955 e 1956, respectivamente.

O trabalho identifica que esses personagens tiveram uma formação profissional intensamente politizada e acumularam experiências que os distinguiam das demais frações do Exército em função da recorrente ocupação de cargos públicos. Svartman (2006), embora reconhecendo que se tratava de um grupo de militares heterogêneo, defende que a ação política extra-militar dos *Generais de 64*, em alguns pontos, convergia, a exemplo do *anticomunismo*, das posições *antioligarquicas* e de defesa da *modernização nacional*.

Segundo o autor, no decorrer de suas longas trajetórias, os membros do grupo operavam na esfera política conforme três perfis distintos – *rebelde-insurrecional*, *tecno-burocrático* e *conspirador institucional* – que, no entanto, convergiam em torno de um mesmo repertório de ações e de representação do mundo político. Uma vez atuando na esfera política, as práticas dos *Generais de 64* se davam predominantemente no sentido de se opor à mobilização política da sociedade e de implementar uma modernização nacional por vias centralizadoras e autoritárias que, no entanto, se auto-proclamava democrática e denunciava o nacional-populismo como comunista.

Svartman (2006) salienta a difícil demarcação de uma esfera política e outra militar, dadas as influências transversas que uma exerce sobre a outra. Mas argumenta que os militares possuíam relativa clareza de quando agiam em um meio no qual predominava as regras da caserna e de quando operavam no mundo *paisano*, dos *políticos profissionais*. E, quando agiam nesse último espaço, mobilizavam recursos típicos da arena política, como campanhas de caráter público. Exemplos disso são a Cruzada Democrática e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, além da disputa de eleições.

Ademais, o autor indica que, desde Benjamim Constant, os militares se colocavam como uma espécie de *reserva moral* politicamente desinteressada e comprometida apenas com a *Nação*. A isso se soma a ideia de o exército ser “[...] a única instituição de abrangência verdadeiramente nacional, ao contrário dos “políticos” e das elites regionais, cujos interesses “particularistas” e “contraditórios” constituem um entrave ao progresso e uma ameaça à segurança [...]” (SVARTMAN, 2006, p. 67).

É nesse aspecto que o trabalho de Svartman (2006) auxilia o entendimento do nosso objeto de estudo. Segundo ele,

Outro elemento do repertório é o fundamento técnico-científico do exercício do poder. Diante de um panorama em que os generais de 1964 pintam as “elites” como despreparadas e o “povo-massa” como presa fácil da manipulação dos “políticos profissionais”, do populismo ou do comunismo, esses agentes se auto-representam como sendo aqueles que verdadeiramente conhecem o Brasil, seu povo e seus problemas. Portadores de saberes técnicos e da crença de que estes lhes franqueavam a

solução “objetiva” dos problemas brasileiros, pretendiam credenciar uma elite dirigente cuja legitimidade repousava mais na sua propalada competência que na investidura pelo voto [...] O saber técnico deveria garantir um governo acima dos interesses particulares, que “dividiu a nação”, e legitimaria a autonomia do Estado em relação a sociedade, pois estaria sempre agindo em favor do “bem comum” e da harmonia social. Negava-se com isso a legitimidade do conflito como instituidor da democracia e, em nome do despreparo das elites tradicionais e da população e em nome do compromisso dessa elite “preparada” com o bem comum, legitimava-se uma posição tutelar e autoritária. (SVARTMAN, 2006, p. 67).

Nesse sentido, na prática, a intenção das forças políticas alçadas ao poder após o Golpe de 64 era restringir os espaços de participação política aos apoiadores do regime, isto é, enquadrar os diversos grupos político-partidários. Quanto a esse aspecto, vale a pena recorrer, mesmo que de passagem, à análise de algumas peças-chave daquele contexto, entre elas aquela que figurou como uma das mais importantes na montagem do arcabouço institucional do regime, no sentido de revesti-lo juridicamente de *legitimidade*: a figura de Francisco Campos, que fez a redação do primeiro Ato Institucional, inaugurando, em 9 de abril de 1964, uma nova legalidade autoritária.

Francisco Luís da Silva Campos (1891-1968) era um advogado e político mineiro que, desde a época de jovem estudante, manifestara sua identidade com a *democracia restrita*, submetida ao controle da autoridade; jamais escondeu seu desprezo ao Estado liberal e às instituições democráticas. Sua biografia política destaca a identidade com o fascismo, externada desde a fundação da Legião de Outubro⁶⁶, em Minas Gerais, após a Revolução de 30, e a organização de um desfile em Belo Horizonte, constituindo os legionários, uma milícia uniformizada com camisas cáqui. Além disso, juntamente com Eurico Gaspar Dutra, foi articulador do golpe de Estado que instituiu o Estado Novo em 1937, dando contornos à ditadura de Getúlio Vargas (PEREIRA, 2005, no prelo).

Na década de 1950, além de conservar sua costumeira postura anticomunista e conservadora, cultivava a tradicional identidade liberal capitalista, combinada com a defesa dos interesses agrários (PEREIRA, 2005, no prelo). Vale ressaltar ainda, a respeito de Silva Campos, que, após o plebiscito de 6 de janeiro de 1963 – o qual restabeleceu o presidencialismo e a plenitude do governo do Presidente João Goulart – ele integrou-se à conspiração que depôs o presidente constitucional.

Francisco Campos procurou caracterizar o golpe de Estado de 1964 à luz da teoria da revolução, objetivando justificá-lo como a própria fonte de direito. Desprezou, assim, as concepções

⁶⁶ Organização política criada em Minas Gerais com a finalidade de oferecer apoio ao regime surgido da Revolução de 1930. A Legião de Outubro teve existência breve e apresentava traços programáticos e organizativos semelhantes aos movimentos fascistas. Sua criação desagradou aos líderes tradicionais do outrora todo poderoso Partido Republicano Mineiro (PRM), que teve grande parte de suas bases atraídas para a nova organização. Dela fizeram parte, além de Francisco Campos, figuras de peso, tais como Gustavo Capanema e Amaro Lanari.

doutrinárias clássicas de Hobbes, Locke e Rousseau acerca da teoria do pacto social como fonte originária do poder político (PEREIRA, 2005, no prelo). Além disso,

[...] advogou a tese do poder constituinte por imposição, portanto, essencialmente antidemocrática. Por conseguinte, submeteu os poderes Legislativo e Judiciário à vontade dos mandatários do poder Executivo, doravante indiretamente eleitos, já considerado produto do *ato revolucionário*, que se autolegitimou como soberano, faltando-lhe, talvez, a lembrança da legitimação pela vontade divina, de qualquer modo subjacente no simbolismo da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* [...] (PEREIRA, 2005, no prelo, p. 9).

Finalmente, os autores e signatários do primeiro Ato Institucional expressavam com clareza a intenção de institucionalização do regime, sobrepujando históricas conquistas da subdivisão harmoniosa dos três poderes, doutrinariamente construída por Locke e Montesquieu. Acima dos fundamentos democráticos historicamente conquistados com muita dificuldade, pairava no âmbito da cultura política brasileira aquilo que o Professor Valter Pires Pereira (2005, no Prelo) denominou de *o Novo Leviatan Tupiniquin*, concebido nas entranhas do autoritarismo representado por Francisco Campos e correligionários. Foi assim que concordaram em manter o Congresso Nacional, deixando bem claro que "[...] a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação [...]"⁶⁷.

Assim, no dia 15 de abril de 1964, Castelo Branco foi investido do poder presidencial, inaugurando uma série de governos militares no país. No dia 17 de julho do mesmo ano, por meio da Emenda Constitucional nº 9, com a justificativa de que as medidas de reestruturação política e econômica adotadas ou por adotar não se poderiam concretizar no prazo de vigência do AI-1, o Congresso aprovou, por maioria absoluta, a prorrogação do mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967, adiando as eleições presidenciais de 1965 para a data de 3 de outubro de 1966.

Esse adiamento desagradou parte dos civis que haviam apoiado a *revolução*, porque se sentiram frustrados na expectativa de participar das eleições de 1965. Tal frustração fez com que passassem a críticos intransigentes do governo. Nesse grupo, destacaram-se, além do governador de São Paulo, Adhemar de Barros, o senador Juscelino Kubitschek e o então governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda, estes dois últimos candidatos, respectivamente, do PSD e da UDN à presidência da República.

⁶⁷ BRASIL, **Ato Institucional (Nº 1)**, de 09 de Abril de 1964, Brasil (1964). Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1&tipo_norma=AIT&data=19640409&link=s. Acesso em 23 Jan. 2012.

Até o fim daquele ano, o governo empreendeu uma série de expurgos, não admitindo a defesa dos acusados. As listas sucessivas impuseram punições diversas a cerca de 3.500 pessoas – entre as quais o ex-presidente Juscelino Kubitschek, que se exilou em Paris –, enquanto centenas de inquéritos policiais-militares (IPM) foram instaurados para apurar *as atividades comunistas no Brasil*. Efetivamente, aproximadamente 102 pessoas tiveram seus direitos políticos cassados em todo o país, entre as quais o presidente João Goulart, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Luiz Carlos Prestes. Constava também na lista o Deputado Federal do Espírito Santo, Ramon de Oliveira Netto (PTB)⁶⁸, que era uma das lideranças do Bloco Nacionalista na Câmara dos Deputados, autor do substitutivo da reforma agrária e relator da lei de remessa de lucro para o exterior⁶⁹, ambos muito polêmicos na época.

Em termos regionais, no momento da instauração do Golpe de 1964, o Espírito Santo era governado por Francisco Lacerda de Aguiar⁷⁰, eleito em 1962, tendo vencido Jones dos Santos Neves⁷¹, ex-interventor de Vargas (1943-1945) e ex-governador (1951-1954). Chiquinho, como popularmente conhecido, pertenceu ao PSD até momentos antes do pleito de 1954, partido que abandonaria para se candidatar ao Governo do Estado pela *Coligação Democrática*, quando se saiu, pela primeira vez, vitorioso. Lacerda de Aguiar era fazendeiro de Guaçuí, sul do Estado, e iniciara sua carreira política em meados da década de 1920, quando atuou, juntamente com sua família, no processo de emancipação do Município. Posteriormente, em 1936, fora eleito vereador pelo PSD, sigla criada durante o Governo Constitucional de Vargas (1934-1937) para dar sustentação aos interventores varguistas nos Estados. Após a redemocratização ocorrida em 1945, voltou a ingressar no PSD, partido do qual só se desligou em 1954. Além disso, Chiquinho foi interventor de Guaçuí (1945 a 1947), depois Prefeito eleito da mesma cidade (1947 a 1950) e Deputado Federal (1950 e 1954) (SILVA, 1995).

⁶⁸ Ramon de Oliveira Netto nasceu em 1926 na vila de Celina, no Município de Alegre, sul do Espírito Santo. Cursou o ginásio em Carangola (MG) e o científico em Juiz de Fora, no mesmo Estado. Nessa época, era presidente de grêmio estudantil. No Rio de Janeiro, onde cursou medicina, conheceu a esposa Olga, com quem teve quatro filhos. Após cursar medicina, mudou-se para Colatina, norte do Espírito Santo, e iniciou sua atividade política, chegando ao posto de Deputado Federal. Após sua cassação, ocorrida em 1964, mudou-se de Colatina para o Rio de Janeiro, onde passou a se dedicar exclusivamente à medicina, não retornando à carreira política. Em 2005, voltou a viver no Espírito Santo, no Município de Colatina. No momento em que esta tese está sendo escrita, tem 86 anos e vive na Capital Capixaba.

⁶⁹ MEDEIROS, Rogério. **O 13º subversivo**. Século Diário, Vitória, p. 1-3, ago. 2001. Disponível em: <http://www.seculodiario.com/seculo/2001/seculo18/index9.htm>, acesso: Acesso em 19 set. 2011.

⁷⁰ Francisco Lacerda de Aguiar foi governador do Espírito Santo em duas oportunidades: uma, entre 1954 e 1958; e outra, entre 1963-1966.

⁷¹ Jones dos Santos Neves governou o Espírito Santo em duas oportunidades: uma, como interventor, entre os anos de 1943/1945, substituindo João Punaro Bley, que ocupara o cargo de 1930 a 1943. Outra, depois de eleito senador da República para a legislatura 1945/1950, quando retornou ao Palácio Anchieta para o segundo mandato a frente do executivo estadual entre os anos de 1950 e 1954.

Antes da campanha para Governador em 1954, Lacerda de Aguiar era praticamente desconhecido no Estado como um todo. Isso porque todas as suas atividades políticas, econômicas e sociais eram realizadas na região sul do Espírito Santo e no Estado Rio de Janeiro⁷². Aliás, antes de eleito, em 1954, não conhecia a região norte capixaba e havia estado apenas umas quatro vezes na Capital (SILVA, 1995; OLIVEIRA, 2010). Assim, sua formação política estava muito mais impregnada de padrões verificados na então capital federal (Rio de Janeiro) cujas ramificações chegavam muito mais facilmente à região sul, especialmente Cachoeiro de Itapemirim, que, embora decadente nesse período, ainda representava um dos principais centros urbanos do Espírito Santo.

Quanto à sua formação, embora de origem aristocrática e conservadora, Chiquinho acabou tendo contato, por laços matrimoniais, com concepções mais liberais e mais à esquerda, uma vez que se casou com Zélia Vianna, filha de Geraldo Vianna, membro do antigo Partido Republicano do Espírito Santo, na década de 1920. Desse partido, Chiquinho se tornou dissidente para integrar as fileiras da Aliança Liberal em 1930. Além dessas influências, também passou a conviver com correntes de pensamento mais à esquerda, pela relação que estabeleceu com duas tias de sua esposa – Emiliana e Zinha Émile –, sendo a primeira mais liberal e a segunda, D^a Zinha, co-fundadora da Aliança Nacional Libertadora (ANL) de Guaçuí, em 1935, e do Partido Comunista da Cidade, em 1945.

Segundo opinião de Silva (1995), da qual compartilhamos, o fato de Chiquinho ter convivido na família com diversas correntes políticas, muitas das quais diametralmente opostas, contribuiu para que ampliasse seus horizontes, o que, no limite, acabou imprimindo ao seu perfil maior flexibilidade de posições. Isso o levou, num ambiente fragmentado politicamente, marcado pela massificação da política e cristalização do padrão populista típicos da democracia do pós-guerra, a ampliar seus arcos de alianças e a obter êxitos eleitorais. Essa pode ser uma das explicações para a capacidade de aglutinação das diversas forças políticas do Estado reunidas na chamada *Coligação Democrática*, bem como para as duas vitórias que obteve sobre o todo poderoso PSD (1954 e 1962).

Retomando a realidade capixaba no contexto do golpe de 64, convém ressaltar que, na Assembleia Legislativa, conforme quadro abaixo, a correlação de forças beneficiava o Governo Lacerda de Aguiar, que contava com uma ampla maioria. O único partido que fazia oposição sistemática era o PSD, que possuía 14 dos 43 deputados estaduais. Os demais parlamentares (num total de 29), embora membros de partidos cujas bancadas nem sempre eram unidas e fiéis

⁷² Chiquinho foi, ainda, na juventude, jogador de futebol e de basquete do Clube de Regatas Flamengo.

ao Governador, faziam parte da coalizão do governo *Chiquinho*, o que propiciava uma margem de manobra bastante confortável para o mandatário.

Tabela 16 – Nº de representantes, por partido, na Assembleia Legislativa – ES (1963-1966)

PARTIDO	QUANTIDADE DE CADEIRAS
PSD	32,55 % (14)
PSP	20,93 % (9)
PTB	20,93 % (9)
UDN	16,27 % (7)
PRP	6,97 % (3)
PDC	2,32 % (1)
TOTAL	100 % (43)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-ES.

Portanto, politicamente, vivia-se no Estado o apogeu da polarização entre o PSD e as forças políticas reunidas na *Coligação Democrática*, o que permeou todo o período 1945-1964. Importante salientar que, em termos de interesses político-econômicos, o PSD, desde as articulações em torno da definição de quem concorreria ao pleito de 1962, estava sob o comando das forças ligadas aos setores urbano-industriais. As forças agro-fundiárias/mercantis-exportadoras ligadas ao café, cujo maior expoente era Carlos Lindenberg, tinham perdido espaço no interior da sigla. A nova crise econômica que se iniciava no setor cafeeiro, além de enfraquecer os agrupamentos políticos a ele ligados, abriu espaço para o que chamamos de *Consenso de Necessidades* em torno de projetos mais urbano-industriais, algo que será melhor trabalhado no capítulo seguinte. Para a reflexão que segue, basta a ideia mais geral com a qual estamos trabalhando: nas circunstâncias em que ocorreu o Golpe de 64, a polarização entre PSD e *Coligação Democrática* expressava um conflito maior, consubstanciado em mudanças de hegemonia, em que setores industriais passaram a prevalecer sobre os setores agrofundiários, algo que no Espírito Santo ocorre de forma tardia e retardatária, se comparado às demais unidades federativas, especialmente do Sudeste.

Curiosamente, até as vésperas do Golpe de 64, a política capixaba ainda não havia sido contaminada pelas agitações que ocorriam no plano nacional. Os principais jornais capixabas da época mostravam um Estado que, pouco antes do golpe de 1º de abril, acompanhava à distância os embates que acabaram conduzindo o Brasil ao golpe e ao regime militar. Isso não quer dizer que o Estado estivesse imune a tais conflitos. Havia quem se posicionasse de forma mais veemente de um dos lados da disputa, tal como o jornal *A Tribuna*, propriedade do PSP de Adhemar de Barros, dirigido na época pelo jornalista Djalma Magalhães, que se declarou a favor

do golpe⁷³. Além desses, havia também posicionamentos erráticos ou indecisos, como o do Jornal *A Gazeta*, que passou a legitimar o movimento somente nas vésperas do Golpe. Todavia, nada que se comparasse à campanha feita por veículos do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, como *O Globo*, *Tribuna de Imprensa*, *Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã*, *Folha da Manhã*, entre outros, que se posicionavam abertamente a favor de uma conspiração militar que pudesse *salvar* o Brasil da corrupção e do perigo da infiltração comunista.

No plano nacional, a exceção foi o Jornal *Última Hora*, comandado pelo jornalista Samuel Wainer, veículo que era direcionado a segmentos populares, o qual fazia vigorosa defesa do governo do Presidente João Goulart. Os veículos pró-golpe vendiam a ideia de um país à beira do caos, ameaçado de transformar-se numa suposta e fantasiosa "república sindicalista" pelas mãos de Jango (WAINER, 2005; FERREIRA; 2011).

No Espírito Santo, além de *A Tribuna*, jornais como *A Gazeta*, propriedade de Carlos Lindenberg e veículo de comunicação oficial do PSD, e *O Diário*⁷⁴, pertencente ao então Governador Lacerda de Aguiar e veículo à disposição da *Coligação Democrática*, estavam muito distantes do tom histórico e apoteótico impresso no noticiário dos principais jornais cariocas, paulistas e mineiros⁷⁵.

Efetivamente, os jornais capixabas, enquanto veículos oficiais dos principais grupos políticos constituídos na cena política local da época, mostravam que o Espírito Santo tinha outras prioridades nos anos iniciais da década de 60, sendo as mesmas muito mais locais. Os três primeiros meses de 1964, por exemplo, foram marcados pelo auge da hoje esquecida campanha pela encampação da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE), concessionária responsável pela distribuição de energia no Espírito Santo, de capital canadense e famosa pela péssima qualidade dos seus serviços, marcados pelos *apagões* e pelo alto valor das suas tarifas⁷⁶. A campanha pela encampação, cuja liderança coube ao General José Parente Frota, à época, também Deputado Estadual pelo PSD, se relacionava com o fato de o Governo do Estado continuar a construção da Usina Hidrelétrica de Rio Bonito, de iniciativa da gestão Jones dos

⁷³ Portanto, o posicionamento de *A Tribuna* se torna compreensível, já que se tratava de um veículo ligado ao então governador de São Paulo, Ademar de Barros (PSP), um dos maiores ícones *populistas* do país, que viria a ser um dos "líderes" civis do golpe.

⁷⁴ O Arquivo Público do Espírito Santo dispõe de poucos exemplares do Jornal *O Diário* – 1969 e janeiro de 1970. Isso porque, pouco tempo antes de fechar suas portas, a sede do Jornal foi destruída por um incêndio.

⁷⁵ CAETANO, Alexandre. Espírito Santo não esperava a "revolução redentora". *Jornal Século Diário*. 10 dez. 2002. Disponível: http://www.seculodiario.com/reportagens/index_%20revolucao_redentora04.htm. Acesso em: 28 Ago. 2011.

⁷⁶ CAETANO, Alexandre. Espírito Santo não esperava a "revolução redentora". *Jornal Século Diário*. 10 dez. 2002. Disponível: http://www.seculodiario.com/reportagens/index_%20revolucao_redentora04.htm. Acesso em: 28 Ago. 2011.

Santos Neves (1951-1954), e se sustentava no argumento do líder da campanha pela encampação, na tese de que “[...] não valia a pena entregar a sua distribuição à Central Brasileira [...] [pois esta parte] é o filé mignon do processo [...]”⁷⁷.

Aliás, encampação parecida havia ocorrido em 1959 no Rio Grande do Sul, durante o Governo Leonel Brizola (1959-1962), com a Companhia de Energia Elétrica Riograndense – subsidiária da American & Foreign Power –, episódio que foi alvo de muitas críticas por parte dos setores mais à direita e pelo Governo norte-americano⁷⁸. A esse respeito, o General José Parente Frota, que era conservador, relata que entrou na campanha “[...] para não deixar o movimento cair na mão dos comunistas [...]”⁷⁹, tal como supostamente teria ocorrido no sul.

Inclusive, a campanha contra a CCBFE levou a população do Espírito Santo a boicotar a empresa por meio do não pagamento da conta de energia⁸⁰, e por pouco não levou a uma greve do setor⁸¹. Além disso, encontrou amplo apoio do principal jornal do Estado – *A Gazeta* – que quase diariamente trazia matérias e até *palavras de ordem* sobre a encampação da empresa⁸².

No Legislativo Estadual, o Deputado Mário Gurgel, membro da parcela minoritária e mais à esquerda do PTB, era uma das poucas vozes que pendiam para a defesa do Governo Jango. Em contrapartida, o Deputado estadual Hécio Pinheiro Cordeiro (UDN) defendia mais abertamente e com veemência o movimento golpista, ao qual se somavam outras vozes mais conservadoras,

⁷⁷ FROTTA, José Parente. **General Frota**: um nacionalista levado pelo golpe ao ninho conservador. 1982. Entrevista concedida a Rogério Medeiros, Vitória, 25 mai. 1982.

⁷⁸ As repercussões negativas da encampação da empresa por Leonel Brizola podem ser encontradas em: VILLA, Marco Antônio. **Jango**: um perfil. São Paulo: Globo, 2004.

⁷⁹ FROTTA, José Parente. **General Frota**: um nacionalista levado pelo golpe ao ninho conservador. 1982. Entrevista concedida a Rogério Medeiros, Vitória, 25 mai. 1982.

⁸⁰ CAMPANHA contra a Central Brasileira continua: povo não paga a conta de luz. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 25 jan. 1964.

⁸¹ A greve estadual contra a CCBFE jamais foi realizada. Mas, anos depois, curiosamente no período do Regime Militar, a empresa foi efetivamente substituída por uma empresa estatal, Espírito Santo Centrais Elétricas S/A (Escelsa), reprivatizada, em 1995, no Governo Fernando Henrique Cardoso. Sobre essa encampação e o chamado casamento das centrais elétricas do Espírito Santo, ver: RIBEIRO, Luiz Claudio. **O casamento das elétricas capixabas**: um estudo da história da Escelsa Espírito Santo Centrais Elétricas S/A (1951-1968). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

⁸² Durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 1964, diversas matérias e editoriais sobre o assunto foram veiculadas no Jornal *A Gazeta*. Algumas delas foram as seguintes: ADVOGADO escreve a Parente Frota pondo-se à disposição da campanha pela encampação do truste (CCBFE), *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 23 jan. 1964; COMISSÕES do Sul reunidas em Vitória para tratar da encampação da CCBFE, *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 3 jan. 1964; FROTA: Departamento jurídico prepara memorando sobre a CCBFE. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 24 jan. 1964; CAMPANHA contra a Central Brasileira continua: povo não paga a conta de luz. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 25 jan. 1964; FUNCIONÁRIOS da CCBFE visitam residências e propõem recebimento das contas de luz. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 31 jan. 1964; POVO foi exigir do Governo a encampação da CCBFE. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 5 fev. 1964; VERDADE ou heresia? *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 06 fev. 1964; PARENTE Frota: população capixaba hoje exigirá do Governador encampação da Central Brasileira *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 06 fev. 1964; CENTRAL Brasileira faz proposta indecorosa ao Prefeito Santana. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 06 fev. 1964; CACHOEIRENSES empolgam campanha e condenam CCBFE à encampação. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 19 fev. 1964;

como a da Deputada pessedista Judith Leão Castello Ribeiro, que travou debates bastante acalorados com o Deputado Mario Gurgel (PTB) (GURGEL, 2008).

Simultaneamente à campanha contra a CCBFE, o mesmo Jornal vinculado ao PSD, que naquele momento se encontrava na oposição, desenvolvia implacável campanha contra o Governo de Francisco Lacerda de Aguiar: veiculava quase que diariamente um turbilhão de denúncias e críticas contra a administração do referido governador⁸³. Indicava-se, especialmente, a má gestão dos recursos públicos, acompanhada da desordem a que a administração estadual estava submetida, e apontava-se para a falta de preparo técnico de Chiquinho⁸⁴.

No que tange ao chefe do executivo, durante os dois períodos em que governou o Estado (1955-1958 e 1962-1966), ambos marcados por crises envolvendo militares, Chiquinho teve posicionamento pendular. No seu segundo governo, para o qual foi eleito pela *Coligação Democrática*, reuniu um amplo espectro de forças político-partidárias (PSP/UDN/PRP/PSB/PDC/PRT/PTN/PTB), destacando-se o PTB, partido do então Presidente da República. Em relação ao quadro de bipolaridade⁸⁵ que marcava a política brasileira daqueles conturbados anos, ora o governador pendia para uma postura governista em âmbito federal, uma vez que tinha bom relacionamento com Jango⁸⁶, ora pendia para uma postura de aproximação com aqueles que conspiravam. O fragmento de uma entrevista do Governador, feita em 1972, demonstra essa postura ambígua:

⁸³ CAETANO, Alexandre. Espírito Santo não esperava a "revolução redentora". *Jornal Século Diário*. 10 dez. 2002. Disponível: http://www.seculodiario.com/reportagens/index_%20revolucao_redentora04.htm. Acesso em: 28 Ago. 2011.

⁸⁴ Algumas das matérias contra Chiquinho são as seguintes: ABUSANDO da mentira. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 3 jan. 1964; PRESIDENTE da Assembléia insulta o Governo depois de atritar com o Secretario de Fazenda. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 3 jan. 1964; GOVERNO apresenta saldo negativo no primeiro ano. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 31 jan. 1964; DEUS guarde o Estado do Espírito Santo. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 31 jan. 1964; ENTREVISTA do Governador. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 6 fev. 1964; VERDADE ou heresia? *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 06 fev. 1964; UM governo de mentiras. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 19 fev. 1964; GOVERNO arrecadou Cr\$ 600 milhões e nega-se a pagar o funcionalismo. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 27 fev. 1964; O JEITO era Jones. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 11 mar. 1964; MAIS um escândalo no Governo: Secretaria de Agricultura colabora para a sonegação de impostos federais e municipais. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 11 mar. 1964; LACERDA de Aguiar patrocina novo assalto à bolsa do povo: aumentou preços nas passagens de ônibus. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 22 mar. 1964; GOVERNADOR mata [de fome] doentes nos hospitais. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 25 mar. 1964; GOVERNO é responsável pela situação aflitiva do homem do campo. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 25 mar. 1964; entre várias outras.

⁸⁵ Sobre esse quadro de radicalidade verificado na primeira metade dos anos 1960 e no Governo João Goulart, ver: VILLA, Marco Antônio. **Jango**: um perfil. São Paulo: Globo, 2004; FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro: Covilização Brasileira, 2011. E, ainda, BANDEIRA. Luiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUNB, 2001; e SANTOS, W. G. dos. **O cálculo do conflito**: estabilidade e crise na política brasileira. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Ed. UFMG, Iuperj, 2003.

⁸⁶ Importante registrar que João Goulart mantinha o hábito de despachar no Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, apesar de oficialmente a capital ter se transferido para Brasília. Pela proximidade, vinha constantemente ao Espírito Santo, especialmente nas férias, finais de semana e feriados prolongados, quando repousava na residência oficial do Governo estadual, na Praia da Costa, localizada no Município de Vila Velha, ES. Ressalte-se ainda que a família Goulart passou o carnaval de 1964 no Estado do Espírito Santo.

[...] O Jango também aparecia muito por aqui. Sempre lhe dizia que ele estava errado. Essa questão de tomar terras (Reforma Agrária) nunca houve. Não pode, está errado, né?! Eu não era a favor de uma reforma daquele jeito: tomar as coisas dos outros. Era a favor de uma reforma cristã. Uma vez o Jango foi inaugurar uma obra em Bom Jesus e me convidou. Eu fui. Lá um secretário dele me pediu para fazer um discurso apoiando o que eles estavam fazendo. Eu não queria, mas acabei concordando. Mas fiz um discurso sobre o que eu estava pensando e não sobre o que eles queriam. O secretário de imprensa me disse: O Sr. não agradou, governador. Respondi: É por isso que não queria falar! No dia seguinte, o jornal *A Gazeta* deu em letras garrafais: Governador do ES desentou. Eles tentaram me enfiar nesse negócio de comunismo por que o Jango vinha muito aqui. Mas eu falei muitas vezes pro Jango: o Brasil precisa de tranquilidade e não de agitação. Falei isso com ele uma porção de vezes, lá na Praia da Costa. Ele me parecia um homem bom, mas a impressão que eu tinha é que não estava preparado pro governo⁸⁷ [...].

Foi somente a poucos dias da deflagração do Movimento de 64, que começaram a aparecer no mesmo jornal *A Gazeta*, notas e notícias que alertavam para a possibilidade de um golpe. No dia 12 de março de 1964, por exemplo, *A Gazeta* registrou a ida de uma caravana capixaba, composta de sete ônibus, ao emblemático comício da Central do Brasil, realizado no dia 13, no Rio de Janeiro⁸⁸. Mas, dias depois, por outro lado, um grupo de senhoras ligadas à UDN capixaba iniciou uma articulação no sentido de realizar, em Vitória, uma manifestação semelhante à *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, organizada por setores direitistas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Resolveram, então, solicitar ao arcebispo de Vitória à época, Dom João Batista da Motta e Albuquerque⁸⁹, que coordenasse a manifestação. Mas Dom João não só se recusou a fazê-lo, como ainda condenou a manifestação conservadora. Foi o suficiente para que se iniciasse uma violenta reação de deputados estaduais conservadores, que denunciaram o "comunismo" de Dom João.

Curiosamente, *A Gazeta* saiu em defesa do bispo, tanto por intermédio de editorial, quanto por seus colunistas. Um deles chegou a chamar as tais senhoras udenistas de "históricas".⁹⁰ Desse modo, a temperatura política no Estado começou a subir, de fato, nos dias que antecederam ao

⁸⁷ AGUIAR, Francisco Lacerda. **Francisco, Chico, Chiquin, Chiquinho**. Entrevista concedida a Revista *Espírito Santo Agora*. Vitória, Dez. 1972.

⁸⁸ CAETANO, Alexandre. Espírito Santo não esperava a "revolução redentora". *Jornal Século Diário*. 10 dez. 2002. Disponível em: http://www.seculodiario.com/reportagens/index_%20revolucao_redentora04.htm. Acesso em: 28 Ago. 2011.

⁸⁹ Dom João Batista da Motta e Albuquerque foi o sexto Bispo do Espírito Santo, entre os anos de 1957 e 1958. Com o desmembramento das dioceses de Cachoeiro do Itapemirim e São Mateus e com a criação da Província Eclesiástica de Vitória, tornou-se o primeiro arcebispo metropolitano de Vitória, investidura na qual permaneceu até 1984, ano de sua morte. De 1962 a 1965, participou ativamente do Concílio Vaticano II. Vinculado à Teologia da Libertação, Dom João Batista era muito ligado a diversos movimentos sociais do Estado. Para maiores esclarecimentos, ver: VESCOVI, Alessandro. **À luz dos vitrais: a história da arquidiocese de Vitória, Espírito Santo, no período entre 1979 e 1984, a partir da trajetória política de Dom João Batista da Motta e Albuquerque** 159f. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

⁹⁰ CAETANO, Alexandre. Espírito Santo não esperava a "revolução redentora". *Jornal Século Diário*. 10 dez. 2002. Disponível em: http://www.seculodiario.com/reportagens/index_%20revolucao_redentora04.htm. Acesso em: 28 Ago. 2011.

Golpe de 1º de abril de 1964, o que obrigava tanto a Chiquinho, quanto aos demais atores envolvidos, a tomarem suas posições.

De um lado, o presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) no Estado, Manoel Santana, pedia o apoio para Jango. Do outro, as notícias que vinham dos demais Estados e do 3º BC⁹¹, comandado pelo Coronel Newton Fontoura Reis, apontavam que a *revolução* prevaleceria. Como Chiquinho tinha boas relações com os dois lados daquela disputa, além de um perfil conciliador, acabou esperando a poeira baixar antes de tomar qualquer decisão. Para Borgneth (2009, p. 67), caso “[...] o presidente se mantivesse no poder, ele sobreviveria, e se a provável vitória dos militares acontecesse, ele possuía uma carta secreta na manga já fazia algum tempo [...]”

A tal carta na manga era um acordo firmado com o então Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto (UDN), nos meses que antecederam ao Golpe. Por ele, o Governo do Espírito Santo teria um papel estratégico nas movimentações que levariam à deposição do Presidente da República, especialmente se levarmos em consideração o fato de que, no calor dos acontecimentos de março/abril de 1964, existia a possibilidade iminente de que, contra o golpe, entraria em ação o famigerado *dispositivo militar de segurança*, coordenado pelo chefe do Gabinete Militar do Governo João Goulart, o General Assis Brasil, por meio do qual o Governo resistiria⁹².

A mesma entrevista do governador Francisco Lacerda de Aguiar mencionada acima, concedida à *Revista Espírito Santo Agora*, em 1972, decorridos, portanto, aproximadamente oito anos do golpe, é esclarecedora nesse sentido. Nela, o ex-governador faz menção ao acordo com Magalhães Pinto, bem como comenta acerca das movimentações em torno do Golpe de 1964 no Espírito Santo:

[...] fui um dos primeiros a aderir. O Magalhães Pinto apareceu aqui a pretexto de inaugurar uma agência bancária e combinou comigo o movimento no Estado. Aí nós entramos num acordo nas vésperas da *revolução* [...]. Eu tinha feito aquele pacto com o Magalhães. Ele achava que a revolução ia durar 90 dias. Ele não achava que ia ser como foi, achava que o porto de Vitória era estrategicamente importante. Por aqui, deviam entrar armas, abastecimento⁹³.

Levando em consideração o caráter seletivo das memórias, especialmente se observarmos o tempo decorrido entre a entrevista e os fatos arrolados, firma-se a ideia de que Chiquinho está apenas em parte correto. Isso porque as fontes revelam que ele não foi um dos primeiros a aderir

⁹¹ À época, 3º batalhão de Caçadores, atualmente 38º Batalhão de Infantaria (38º BI).

⁹² Para maiores esclarecimentos sobre o dispositivo militar de segurança de Jango, ver: GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

⁹³ AGUIAR, Francisco Lacerda. **Francisco, Chico, Chiquin, Chiquinho**. Entrevista concedida a *Revista Espírito Santo Agora*. Vitória, Dez. 1972.

ao movimento. Sobre esse assunto, reveladores são os escritos do jornalista Alexandre Caetano, em reportagem especial sobre o Golpe de 64 no Espírito Santo, publicada no *Jornal Século Diário*. A citação, embora extensa, dá a medida exata tanto do perfil político *escorregadio* quanto do posicionamento político de Chiquinho em momentos de crise:

[...] no dia 1º de abril, foi a vez dos *[sic]* estudantes realizarem uma passeata até em frente ao Palácio, onde também foram cobrar uma posição do governador. Os manifestantes arranjaram um quadro negro, onde escreveram com giz "ABAIXO O GOLPE!". Depois dos discursos de líderes estudantis, muito matreiro, Chiquinho recebeu uma comissão de estudantes e entregou uma nota. [...] Ao sair do palácio, a comissão leu a nota do governador, que em síntese dizia: "Estamos com a Democracia e com o povo, pela legalidade". Os estudantes bateram palmas, entendendo que Chiquinho havia se posicionado contra o golpe. Ledo engano. Esse mesmo documento seria publicado dois dias depois do triunfo do golpe, para anunciar a adesão do governador ao movimento revolucionário. [...] Esse fato real e verídico, mais do que demonstração da dubiedade de Chiquinho, serve para ilustrar uma outra história, famosa no folclore político capixaba. Tão logo foi deflagrado o golpe, o então comandante do antigo 3º BC (hoje 38º BI), coronel Newton Reis, teria ligado para o Palácio Anchieta e perguntado para Chiquinho: "Governador, de que lado o senhor está?". No seu peculiar e imperturbável estilo, Chiquinho teria dito: "Comandante, eu agora estou do lado do Colégio Maria Ortiz".⁹⁴

Portanto, o perfil conciliador de Chiquinho e, em certos momentos, errático e indeciso não permitiria a adesão imediata, especialmente em se tratando de uma situação indefinida como foi o Golpe de 64. Desse modo, as fontes demonstram que Chiquinho protelou a sua definição até o último momento.

O Deputado Hésio Pinheiro Cordeiro (UDN), o maior defensor e um dos principais conspiradores no Espírito Santo, em depoimento concedido ao Jornalista Rogério Medeiros em 1984, esclarece acerca de tais informações:

[...] Foi assegurado antes da eclosão do movimento pelo governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. Veio acertar o porto para desembarque de tropas norte-americanas, se fosse necessário. O movimento partiu de Minas Gerais e era esperada uma reação através do general Kruel. Vitória seria um ponto de interesse para a revolução também para suprimento de tropas, para embarque e desembarque, e o ponto mais estratégico para garantir o êxito militar da revolução. Felizmente não foi necessário. Alívio para o Chiquinho.⁹⁵

⁹⁴ CAETANO, Alexandre. A Revolução dos caranguejos: o Golpe de 64 no Espírito Santo. *Jornal Século Diário*. 10 dez. 2002. Disponível: http://www.seculodiario.com/reportagens/index_golpe_militar01.htm. Acesso em: 28 Ago. 2011. Somente como esclarecimento: o Palácio Anchieta, sede do Executivo Capixaba, fica próximo ao Colégio Maria Ortiz, no centro da Capital, Vitória-ES.

⁹⁵ CORDEIRO, Hésio Punheiro. De conspirador golpista a opositor do Regime Militar. Entrevista concedida a Rogério Medeiros. *Revista Espírito Santo Agora*. Disponível em http://www.seculodiario.com/arquivo/2005/dezembro/10_11/reportagens/reportagens/10_12_02.asp. Acesso em 22 set. 2011. Sobre a suposta integração do Espírito Santo na famigerada *Operação Brother San*, cujo depoimento do ex-deputado revela, não há qualquer documento que comprove que isso pudesse ter ocorrido de fato. Para maiores esclarecimentos sobre a dita operação, ver: FICO, Carlos. **O Grande irmão**: da Operação Brother San aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Na mesma entrevista citada anteriormente, Lacerda de Aguiar descreve a fragilidade militar do Estado e reitera as articulações feitas com o então Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, em que o chefe do executivo mineiro se comprometia a disponibilizar tropas que aguardariam em Governador Valadares, região interligada ao Espírito Santo por via férrea, bem como munição no sentido de dar condições de combate ao Espírito Santo, caso as forças políticas locais ligadas a Goulart resistissem ao golpe:

[...] Eu fiquei receoso quanto ao ponto de vista tático. Aqui não tinha gente pra tratar do movimento e a polícia era mal aparelhada em termos de combate. Eu sempre pedi munição, mas o governo federal não dava nunca. Ora, eu sabia que, com cinco minutos acabaria a munição do Estado. Falei pro Magalhães: a polícia é boa, mas não tem condições. Ele disse: eu deixo em Governador Valadares 5 mil homens a sua disposição. Na véspera do movimento chegaram a Vitória, Silvio Sette, assessor de Magalhães e dois coronéis da Polícia Militar [...] ⁹⁶.

Segundo Borgneth (2009), Chiquinho acabou aderindo ao movimento pela derrubada de João Goulart na véspera do acontecimento pelo fato de o então Governador achar que Jango

[...] pretendia fazer aqui uma república sindicalista, até disseram que o Espírito Santo era o primeiro estado e Sergipe o segundo. Então ia chegar aqui um sindicato e assumir o governo e eu, naturalmente, ia procurar apoio, não tinha, e ficava por isso mesmo. Aí faziam em Sergipe, em um outro estado pequeno até chegar nos grandes. “Isso quem me falou foi o Magalhães Pinto” (CHIQUINHO, apud. BORGNETH, 2009, p. 68).

Segundo tal explicação, o perfil ideológico conservador de Chiquinho, afinado ao dos golpistas, teria falado mais alto em um momento de polarização política tal como o daqueles anos iniciais da década de 1960. Mas, em outro depoimento de Lacerda de Aguiar, citado pelo mesmo autor, encontramos uma resposta mais robusta ao questionamento acerca do que teria levado Chiquinho a aderir ao Golpe. Em 13 de março de 1964, portanto no dia em que ocorreu o Comício da Central do Brasil, Chiquinho estava no Rio de Janeiro e foi convidado por Jango para participar. No depoimento, aponta o principal motivo que o teria levado a aderir ao movimento golpista:

Eu estava no Rio de Janeiro quando Jango fez aquele comício da Central do Brasil, ele me telefonou para eu ir e eu não fui ao comício dele. Todos que foram acabaram cassados, eu fui o único que não fui porque eu não concordava com aquilo. Dividir meu suor, meu trabalho, um absurdo!”(CHIQUINHO, apud. BORGNETH, 2009, p. 69).

O fragmento aponta o receio de perder o cargo. Como se sabe, a “[...] legitimação do governo militar passava, num curto prazo, pelo expurgo de líderes políticos vinculados ao regime anterior, em nome da ordem, e contra a ameaça comunista [...]” (ABRÚCIO, 1998, p. 60). Nesse sentido, não restam muitas dúvidas quanto ao fato de que a leitura e o cálculo que Chiquinho fez

⁹⁶ AGUIAR, Francisco Lacerda. **Francisco, Chico, Chiquin, Chiquinho**. Entrevista concedida a Revista *Espírito Santo Agora*. Vitória, Dez. 1972.

da conjuntura política do país o induzia a acreditar no sucesso do Golpe, levando-o à tomada de posição em favor dos golpistas.

No dia 1º de abril de 1964, assim *A Gazeta* noticiou o movimento:

Segundo nota oficial da Presidência da República divulgada na noite de ontem pela Agenda Nacional, parte das guarnições militares do Estado de Minas Gerais, sob o comando dos Generais Guedes e Olímpio de Mourão Filho, sublevaram-se na manhã de ontem, o que provocou o imediato deslocamento de tropas do Exército para Minas Gerais [...].⁹⁷

No dia 3 de abril de 1964, em editorial, o mesmo Jornal *A Gazeta*, legitimando o movimento, nos revela o clima de tranquilidade sobre o qual ocorrera:

[...] O que foram os acontecimentos que levaram o Sr. João Goulart a se exilar no Uruguai, todo povo os conhece e deles, se temos a lastimar se tivesse sido necessário o uso da força em lugar do remédio legal do “impeachment” do ex-presidente da República, temos que nos regozijar por dois aspectos. O primeiro, verdadeiramente milagroso, de ter tudo ocorrido sem choque armado. Evitaram-se as lutas fratricidas [...]. O segundo grande aspecto positivo, diz respeito à desambição das Forças Armadas que, dominando inteiramente a situação no país, mantendo em suas mãos todo o poder, apressaram-se a entregar ao Congresso Nacional, numa demonstração não apenas de patriotismo e desambição, mas acima de tudo, do desejo de que estão possuídos os militares de que o país reencontre a trilha democrática [...].⁹⁸

No mesmo dia 3, o Governador fez, finalmente, o seguinte comunicado:

[...] Nesta hora grave para os destinos da nacionalidade, cumpre-me o dever de, na qualidade de vosso governador e amigo, dirigir-me a todos vós [...]. [...] Após consultar todos os membros do governo e as facções político-partidárias que o compõem e pensando na tranqüilidade e na garantia da coletividade espírito-santense, conclamo o povo do meu estado a que nos mantenhamos unidos, em perfeita paz e harmonia e no mais cordial e franco respeito que sempre existiu na família capixaba [...]. [...] O governo está no firme propósito de assegurar todas as garantias para o estabelecimento das normas constitucionais e preservar, a qualquer custo, a segurança das instituições democráticas, para o que conta com a colaboração das forças militares aqui sediadas, na forma de entendimentos mantidos [...]. [...] Dentro desse propósito, o governo sempre se manteve e se manterá, confiando, para tanto, na solidariedade do povo capixaba, na proteção de Deus e da virgem da Penha [...].⁹⁹

Assim, o Golpe militar que se abateu sobre o país no dia 1º de abril de 1964 não encontrou, no Espírito Santo, grande resistência por parte daqueles poucos que defendiam o Presidente João Goulart e as Reformas de Base. Reproduziu-se, portanto, no Estado, a inoperância dos setores contrários ao Golpe, assim como a inércia da maioria da população à derrubada de Jango, com raras exceções do movimento estudantil, que tentou organizar algumas manifestações, e de parte

⁹⁷ SUMAMENTE grave a situação em todo o país: rebeladas guarnições do Exército em MG. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 1º abr. 1964.

⁹⁸ NOVA caminhada. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 3 abr. 1964; FORÇAS Armadas assumiram o comando do país e logo entregaram o Governo ao poder civil. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 1º abr. 1964.

⁹⁹ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; nº 3, abril, 1964.

do movimento sindical que, ao fim e ao cabo, não saiu da retórica e de algumas poucas passeatas.

As demais forças e lideranças políticas do Estado com representatividade aderiram ao movimento, independentemente se vinculados ao PSD ou aos partidos políticos que compunham a *Coligação Democrática*, com exceção da ala mais progressista do PTB. Entre as lideranças políticas de peso que apoiaram, direta ou indiretamente, o Golpe, se destacam: Carlos Lindenberg (PSD)¹⁰⁰, Jones dos Santos Neves (PSD), João Calmon (PSD), João Parente Frota (PSD), Christiano Dias Lopes Filho (PSD), Raul Gilberti (PSP), Asdrúbal Soares (PSP), Eurico Rezende (UDN), os irmãos Floriano e Isaac Rubin (PTB), entre outros. Uma das principais lideranças do PSD, Carlos Lindenberg, em depoimento concedido ao jornalista Amylton de Almeida, menciona alguns diálogos com seu irmão que, naquele momento, era general do Exército e importante conspirador:

[...] Eu estava sem mandato em 1964. Apoiei a revolução, mas como livre atirador. A gente sentia que tinha de ser tomada alguma providência por parte das Forças Armadas. Meu irmão sempre foi muito discreto, o marechal Lindenberg. Eu dizia a ele: Eu acho que o Exército devia pedir emprestadas as calças daquelas mulheres de Minas para poder tomar uma atitude. Ele ficava meio zangado comigo e nunca abriu o bico, nunca me contou nada do que estavam tramando. E ele era um dos cabeças, porque nessa época trabalhava com Castelo Branco no Ministério da Guerra e era ele quem fazia as ligações com os grupos; mas nunca abriu a boca para falar nada. Quando estourou a Revolução, ele passou sumido uma porção de tempo, só depois é que reapareceu [...] (LINDENBERG, apud. ALMEIDA, 2010, p. 442).

Na Assembleia Legislativa, composta em sua maioria por representantes do PSD, UDN, PSP e PTB, também não se registraram grandes manifestações contrárias ao movimento de 1964. Os dois principais blocos políticos – PSD, de um lado, e *Coligação Democrática*, de outro – se posicionaram, em sua maioria, favoravelmente. Tal postura se deveu ao receio das cassações, que levou a maior parte dos membros da Assembleia, tanto da oposição quanto da situação, a optar por uma postura discreta. A única voz que se manifestou contrária ao Golpe, no calor dos acontecimentos do dia 1º de abril de 1964, foi a do Deputado Mario Gurgel, do PTB¹⁰¹, cuja passagem vale a pena relatar a fim de ilustrar as tensões e dificuldades desse momento no Espírito Santo.

Enquanto os atores demarcavam seus territórios por ocasião da nova circunstância, grande parte dos deputados estaduais permaneceu por vários momentos na Assembleia Legislativa escutando

¹⁰⁰ LINDENBERG congratulou-se com Marechal Castelo Branco pela posse na Presidência. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 16 abr. 1964.

¹⁰¹ Membro da Ala progressista do PTB, Mario Gurgel deixou o partido em 1960 para se filiar ao MTR, agremiação criada pelo Deputado Fernando Ferrari, do Rio Grande do Sul, após discordância quanto à indicação do candidato a Presidente da sigla em 1960. Com a Morte de Fernando Ferrari, em desastre aéreo ocorrido em 1963, Gurgel voltaria a integrar o PTB a pedido do então Presidente João Goulart.

as notícias pelo rádio, buscando se inteirar, de modo especial, acerca da resistência que se ensaiava no Sul, a partir da liderança de Leonel Brizola. De fato, na Rádio Farroupilha, de Porto Alegre, Brizola convocava os aliados de Goulart a reagirem contra o golpe nas várias regiões do país. Em um desses momentos, todos tomaram um grande susto quando o político gaúcho disse a seguinte frase: “[...] *General Frota, assumo o comando de nossas forças no Espírito Santo!* [...]”¹⁰² (GURGEL, 2008, p.133).

Frota era General do Exército e cumpria mandato de Deputado Estadual pelo PSD. Talvez Brizola tenha feito isso devido à própria formação militar de Frota ou porque, vez ou outra, ele votasse junto com a bancada do PTB ou com alguma bandeira que, via de regra, não era abraçada pelos partidos mais conservadores como o PSD, a exemplo do caso da encampação da CCBFE. Mas isso nem de longe o tornava janguista, e muito menos brizolista.

De uma maneira ou de outra, o acontecido era extremamente comprometedor para Frota. Para minimizar o embaraço e apagar as dúvidas que poderiam lhe custar caro, e visando deixar clara a sua adesão à nova ordem, o Deputado General propôs um voto de louvor às Forças Armadas por terem livrado o Brasil da corrupção e da subversão comunista. O requerimento, pedido oficialmente pelo Deputado Jamil Zouain (PRP), seria votado no dia seguinte e dizia:

[...] os deputados infra-assinados¹⁰³, face os últimos acontecimentos que culminaram com a vitória das gloriosas Forças Armadas e das forças civis democráticas sobre a infiltração comunista que se vinha verificando no Governo Federal, colocando em perigo a unidade nacional e o regime democrático, requerem, ouvindo o plenário em registro, nos anais da Casa, um voto de congratulações com o povo brasileiro, significando este ato uma manifestação vibrante do registro estadual contra todas as tentativas de comunização do Brasil e da destruição dos seus principais regimes cristãos [...] (GURGEL 1998)¹⁰⁴

Como se sabe, o clima de tensão eivava o cenário político daquele momento e poucos apostavam na não aprovação do requerimento. Isso porque, naquelas circunstâncias, o cálculo político mais sensato para não se perder o mandato ou cargo que ocupava, era apoiar ao Golpe Militar.

¹⁰² Não foram encontrados os anais da sessão do dia 1º de abril de 1964, mas sim o livro de atas em que estão registrados os resumos dos principais assuntos referentes às sessões. Na ata referente ao dia 1º de abril, consta o seguinte registro: “[...] Terminada a leitura do expediente, o Sr. Presidente declara que em face dos graves acontecimentos políticos que asseveram a Nação vai levantar a sessão, devendo os srs. Deputados permanecerem de prontidão, esclarecendo que a sessão poderá ser reaberta a qualquer momento [...]”. É provável que nesse ínterim tenha ocorrido o episódio. ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Espírito Santo. **Livro de atas**. 1º abr. 1964.

¹⁰³ Os seguintes Deputados assinaram o requerimento: Tuty Nader (PSD), Oscar de Almeida Gama (PSD), Pedro Leal (PSD), Feu Rosa (UDN), Setembrino Pelissari (UDN), Hécio Pinheiro Cordeiro (UDN), Henrique Del Caro (PRP), Lúcio Merçon (PRP) e Roberto Vivacqua (PSP). Conforme podemos observar, membros tanto do PSD quanto da *Coligação Democrática*.

¹⁰⁴ PARLAMENTARES capixabas fizeram pronunciamentos: solidário a Jango, *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 1º abr. 1964. Tanto esse fragmento, quanto o debate travado entre Mário Gurgel e o Deputado Parente Frota, foram extraídos das duas biografias produzidas sobre Mário Gurgel por seu filho, Antônio de Pádua Gurgel, e da imprensa, uma vez que os documentos da Assembleia Legislativa (Anais e outros) dos meses de março e abril de 1964 foram perdidos, ao que tudo indica, na mudança de sede que ocorreu no início dos anos 2000.

Portanto, não havia dúvida de que a homenagem seria aprovada. Aliás, toda a oficialidade que servia no Espírito Santo estava presente com traje de gala para assistir à sessão!

Todavia, logo após a leitura do requerimento, o Deputado Mario Gurgel (PTB), membro da maioria governista e um dos poucos que se posicionavam abertamente em favor do Governo João Goulart, pediu a palavra e fez um eloquente discurso, em que listou uma série de circunstâncias em que os militares teriam incorrido em traição:

[...] Traíram a oligarquia rural no episódio da abolição. Traíram a Princesa na Proclamação da República. Traíram Deodoro ao apoiar Floriano. Traíram também Floriano. Mais tarde traíram Washington Luís na Revolução de 30. Depois, traíram Getúlio em 1945. Cinco anos depois, traíram Dutra. Em 1954, traíram Getúlio de novo. Tentaram traír Juscelino. Traíram Janio por ocasião da renúncia. E agora estão traíndo Jango. [...] Mas este humilde parlamentar, que o Presidente constitucional deste país honrou com sua amizade e sua confiança, não permitirá mais esta ofensa a um homem que já não pode se defender. A *maioria* não aprova este voto de louvor [...] (GURGEL, Apud GURGEL, 2008, p. 134)¹⁰⁵.

E prosseguiu dizendo:

[...] Sinto, lamento e lastimo a posição a que foi levado o presidente João Goulart. Tenho que ser solidário a esse homem que nos momentos mais difíceis de minha vida pública sempre me prestigiou, sempre me destacou, sempre me considerou [...] (GURGEL, apud. BORGNETH, 2007, p. 79)¹⁰⁶

Pairou sobre os presentes, uma mistura de tensão e constrangimento, ninguém falava nem se mexia. Tudo podia acontecer... O primeiro a se manifestar em reação foi justamente o deputado General Parente Frota, que pediu a palavra e disse o seguinte:

[...]
- Vossa Excelência acaba de pronunciar um discurso que honraria qualquer parlamento do mundo. Todos nós estamos mais uma vez diante de seu inquestionável talento como orador. Mas Vossa Excelência precisa saber que jamais chegará a ser o Rui Barbosa desta Assembléia [...] (FROTA, Apud. GURGEL, 2008, p. 134).

E Gurgel retrucou: “- *Mas eu tenho um consolo. Vossa Excelência também jamais será o Duque de Caxias do Exército*”. O requerimento foi rejeitado, mas Mario foi conduzido poucos minutos depois num Jipe ao 3º BC. Chegando ao quartel, ocorreu o inusitado: a primeira coisa que fez foi pedir uma xícara de café ao Comandante Newton Fontoura Reis, que advertiu: “- *Deputado, eu não vou fazer isso com o Senhor. Este café aqui do quartel é horrível, ninguém consegue beber*”. No que Mario respondeu: “- *Não tem problema. Pode servir assim mesmo*”. Após ter bebido o café e acendido um cigarro, Gurgel estabeleceu o seguinte diálogo com Newton Reis: “- *Coronel, eu não sei o que vai me acontecer. Peço ao Senhor que diga uma coisa a meu filho: não se deve abandonar os amigos quando eles estão em situação difícil.*” E o Coronel

¹⁰⁵ PARLAMENTARES capixabas fizeram pronunciamentos: solidário a Jango, *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 1º abr. 1964.

¹⁰⁶ PARLAMENTARES capixabas fizeram pronunciamentos: solidário a Jango, *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 1º abr. 1964.

respondeu: “- *Deputado, o Senhor mesmo poderá dizer isso a seu filho. Não vai lhe acontecer nada. Depois de ter bebido este café sem fazer cara feia, não é justo que o senhor receba qualquer outra punição. Pode ir até a sua casa. Só peço que, em seguida, vá para o seu sítio, e não saia de lá para nada.*”¹⁰⁷ Dessa forma o deputado Mario Gurgel procedeu. Nota-se, então, que, apesar do incidente, ninguém da Assembleia Legislativa foi cassado imediatamente após o Golpe¹⁰⁸.

3.3. A montagem do novo sistema partidário: Arena e MDB no Espírito Santo

Concluída a fase mais aguda dos acontecimentos de 1964, um dos aspectos que mais passou a preocupar os novos mandatários da República dizia respeito a como assegurar o apoio civil no Congresso Nacional – formado, em sua maioria, por PSD, UDN e PTB –, conforme quadro abaixo.

Tabela 17 – Composição partidária da Câmara dos Deputados Federais (1945-1966)

<i>Partidos</i>	<i>1945-1950</i>	<i>1950-1954</i>	<i>1954-1958</i>	<i>1958-1962</i>	<i>1962-1966</i>
PSD	52,8%	37%	35,0%	35,3%	30,3%
UDN	29,0%	24,4%	22,7%	21,5%	23,4%
PTB	7,7%	16,8%	17,2%	20,2%	29,8%
PCB	4,9%	-	-	-	-
PSP	-	7,9%	9,8%	7,7%	5,4%
Outros	5,6%	13,9	15,4%	15,3%	16,2%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados MOTTA (1999).

Para consolidar tal apoio, no sentido de que os anseios da *revolução* pudessem se concretizar, foi organizado o Bloco Parlamentar Renovador (BPR), formado especialmente por udenistas, mas que tinha caráter suprapartidário - contou com 48 pessedistas e 23 petebistas, entre outros, cuja finalidade era dar sustentação ao novo regime na Câmara dos Deputados (MADEIRA, 2002). Tal iniciativa foi em parte exitosa, uma vez que conseguiu aprovar um conjunto razoável de matérias pesadas, tal como revelam os escritos da Professora Maria Dalva G. Kinzo (1988).

Todavia, como muito corretamente frisa Abreu (2001, p. 695),

[...] a eficácia do apoio do BPR ao governo foi [...] bastante limitada, já que sua ação se limitava ao âmbito da Câmara dos Deputados, em Brasília. Nos estados e nos municípios, as disputas políticas entre as forças que apoiaram o movimento militar de março de 1964 continuavam, (*sic*) dificultando a atuação do governo, também prejudicada pelos atritos entre alguns líderes civis [...] como Carlos Lacerda, (*sic*) e os militares [...]

A professora Maria Dalva G. Kinzo (1988, p. 27) completa com a seguinte argumentação:

¹⁰⁷ Este diálogo está em GURGEL, Antônio de Pádua. **Mario Gurgel**. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2008, p. 135; e em GURGEL Antonio de Pádua. **Menino da Ilha**. Vitória, 1998.

¹⁰⁸ NENHUM membro da Assembléia Legislativa teve o seu mandato cassado, *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 15 abr. 1966.

A tentativa do regime de trabalhar com os partidos políticos do antigo regime não conseguiu assegurar uma base sólida e estável para o governo no Congresso, pois a principal força política de apoio à revolução – UDN – não era suficientemente numerosa para prover sozinha aquela base. Ademais, os problemas que haviam surgido com a candidatura presidencial de Carlos Lacerda, que passou a se opor abertamente a Castelo Branco, tornara *[sic]* indispensável a extinção mesmo daquele partido que havia fornecido o maior apoio civil ao movimento de 1964 [...].

Assim, os rumores sobre a extinção dos partidos em atividade, surgidos a partir de agosto de 1964, tomaram corpo e vieram efetivamente a se confirmar somente em 15 de julho de 1965, com a nova Lei Orgânica de Partidos Políticos (LOPP), tendo em vista as eleições previstas para 3 de outubro do mesmo ano. Apesar de trazer importantes mudanças, a legislação ainda não indicava tendência à supressão do sistema partidário¹⁰⁹. Uma das inovações trazidas pode ser verificada no seu Artigo 7º:

[...] O partido político constituir-se-á originariamente de, pelo menos, 3% (três por cento) do eleitorado que votou na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos em 11 (onze) ou mais Estados, com o mínimo de 2% (dois por cento) em cada um [...]¹¹⁰.

Isto é, na prática, a nova legislação aumentava a cláusula de funcionamento dos partidos para 3% do eleitorado nacional que tivesse votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados com a intenção de restringir a quantidade de partidos e não eliminar o sistema existente como um todo (GRINBERG, 2009). Essa preocupação com a manutenção da vida político-partidária era importante para o regime, pois a conservação dos partidos lhe garantiria uma imagem mais positiva internacionalmente (KINZO, 1988; MADEIRA, 2002; GRINBERG, 2009, CARVALHO, 2010), a qual buscou reforçar pelo constante discurso do caráter temporário do regime militar, bem como pela busca da legitimidade política por meio dos mecanismos próprios da democracia representativa (RESENDE, 2003).

Importante registrar, mesmo que de passagem, a imperceptibilidade do caráter duradouro da obra *revolucionária* por grande parte dos atores políticos atuantes nesse contexto histórico, tal como foi tratado no início do presente capítulo. Em geral, acreditava-se no caráter apenas temporário do regime. Um bom exemplo disso foi o episódio envolvendo o ex-udenista e Presidente da Câmara Federal Adauto Lúcio Cardoso, que se recusou a cumprir a decisão do Governo Castelo Branco de empreender novas cassações de mandatos. Como bem registrou Kinzo (1988, p. 99), o

[...] ato de rebeldia de Cardoso era consequência de sua indignação com a atitude de Castelo Branco, o qual lhe havia assegurado que não ocorreriam mais cassações de

¹⁰⁹ Isso pode ser observado nos Capítulos V, que trata da fusão e incorporação dos partidos, e VI, que trata da extinção dos partidos, da Lei Nº 4.740, de 15 de Julho de 1965.

¹¹⁰ BRASIL, Lei Nº 4.740, de 15 de Julho de 1965, Brasil (1965). Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4740-15-julho-1965-368290-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 jan. 2012.

membros da Câmara, promessa que o Deputado Cardoso havia, confiantemente, anunciado á imprensa [...].

Mas retomando a questão da construção do sistema de partidos, como assinala Madeira (2002), apesar das tentativas de conciliar as medidas de cunho autoritário e de manter o sistema partidário, até então vigente, várias seriam as dificuldades enfrentadas pelo regime. Uma delas foi o resultado do pleito de outubro de 1965 nos Estados da Guanabara e em Minas Gerais (Negrão de Lima e Israel Pinheiro, respectivamente), que acabou gerando muitas insatisfações. Embora a derrota de duas das mais destacadas lideranças golpistas (Carlos Lacerda e Magalhães Pinto) possa ser interpretada como tendo sido completa para o governo, tal visão não é compartilhada por estudiosos como Madeira (2006), para o qual nos outros 9 estados¹¹¹ onde ocorreram disputas no mesmo ano, os vitoriosos foram apoiadores do regime, o que desqualifica o argumento segundo o qual o pleito de 1965 foi a principal ocorrência que contribuiu para a precipitação de uma reforma partidária mais profunda, após grave crise provocada pela pressão da *linha dura*.

Ademais, convém ressaltar que as derrotas de Lacerda e Magalhães Pinto, os quais mantinham pretensões de chegarem à Presidência, contribuiriam para neutralizar o poder dessas lideranças. Ao garantir a posse dos eleitos, Castelo Branco teria também conquistado o apoio e o reconhecimento dos novos governadores. Mas para os udenistas, o sinal de emergência soou. Estava claro que a manutenção da aliança PSD-PTB traria sérios problemas ao regime (MADEIRA, 2006).

Além disso, tal como assinala Grinberg (2009, p. 58), “[...] os resultados eleitorais são passíveis de uma grande diversidade de interpretações que, muitas vezes, são produzidas por grupos envolvidos na própria disputa política [...]”. Nesse sentido, convenientemente, a derrota da UDN foi interpretada como sendo do movimento de 1964, principalmente pelos militares interessados em radicalizar o processo político. Parece ter sido essa a questão, pois quando observamos mais atentamente os resultados, nota-se que eles reproduziam nada além do que já vinha acontecendo no período, isto é, derrotas repetidas da UDN para a aliança PSD/PTB.

Vários atores da época confirmam essa hipótese, entre eles o Senador petebista Oscar Passos, cuja opinião mereceu nota de comentário do renomado Jornalista Carlos Castelo Branco, ainda no calor dos acontecimentos, cerca de um ano depois do pleito, no dia 22 de novembro de 1966:

¹¹¹ A duração dos mandatos dos governadores era estabelecida pelas constituições estaduais. Os Estados de Alagoas, Goiás, Guanabara, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte e Santa Catarina adotaram mandatos de cinco anos e nos demais 11 estados, incluindo o Espírito Santo, foi adotado mandato de quatro anos. Para maiores esclarecimentos, ver: TRIBUNAL Superior Eleitoral. **Cronologia das Eleições no Brasil (1945 - 2010)**. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/cronologia.htm>>. Acesso em: 21 set. 2011.

[...] entende o Senador [...] que a eleição que acaba de travar-se foi disputada entre partidos tradicionais – PSD, UDN e PTB – que, no fundo, asseguraram suas bases eleitorais e renovaram sua representação no Congresso e nas Assembléias estaduais. Não aceita a teoria de que no pleito o eleitorado julgou a Revolução, simplesmente porque, como disse, a batalha se travou entre forças que preexistiam ao movimento revolucionário e se preparam para voltar a existir (CASTELO BRANCO, 1977, p. 602).

Entre os udenistas, também é possível encontrar análises que expressem este mesmo entendimento. Uma delas é a do próprio Juracy Magalhães que, anos mais tarde, em 1977, diria:

Houve a intenção de forçar o bipartidarismo, que é um sistema válido, democrático e viceja nas democracias saxônicas, como na Inglaterra e nos Estados Unidos. [...] Eu tive influência nessa decisão [...] Houve uma conveniência política. Se continuassem vivos o PSD e o PTB, haveria um partido conservador ao lado de um partido progressista, socialista mesmo. Esses dois partidos ganhariam sempre as eleições. Foram consultadas as lideranças políticas. Ouvi vários companheiros da UDN. Assisti à morte da UDN com pesar, porque ela foi grande parte da minha vida [...] (MAGALHÃES Apud KINZO, 1988, p. 28).

Foi o mesmo Juracy Magalhães quem substituiu Milton Campos (UDN-MG) no Ministério da Justiça e editou o AI-02, uma vez que o udenista mineiro estava reticente em aceitar os rumos que o regime vinha tomando (GRINBERG, 2009).

No Espírito Santo, o Jornal *A Gazeta*, em várias edições do mês de outubro, noticiou toda a crise institucional que se abatia sobre o país, especialmente após as eleições de 1965¹¹². No dia 21 de outubro, o Jornal trouxe uma matéria versando sobre as emendas que ampliariam os poderes do Executivo, permitindo, inclusive, a intervenção nos Estados¹¹³. No dia 23, tratou do impasse verificado entre Governo e Congresso em relação às emendas, o que havia levado Castelo Branco a se reunir com o Alto Comando Militar¹¹⁴. Nessa altura dos acontecimentos, já ecoava no Estado a edição de um novo Ato Institucional, embora importantes membros do Governo Federal fossem taxativos em negar tal possibilidade¹¹⁵.

Diante da não resolução do impasse criado após as eleições de 1965, o Presidente Castelo Branco acabou editando o Ato Institucional Nº 2, em 27 de outubro de 1965. O novo Ato, além de reafirmar diversos aspectos do Ato Institucional Nº 1, tais como tomar para a *Revolução* as prerrogativas de Poder Constituinte (colocado como algo “intrínseco”), “[...] não apenas para institucionalizá-la, mas para assegurar a continuidade da obra a que se propôs [...]”¹¹⁶,

¹¹² AUMENTO do número de membros do STF poderia ocasionar gravíssimo conflito. *Gazeta*, Vitória, p. 01, 21 out. 1965; NOITE acabou e Congresso ficou sobre o imprevisível. *Gazeta*, Vitória, p. 01, 27 out. 1965.

¹¹³ PESSÉDISTAS apresentam emenda: intervenção federal nos estados. *Gazeta*, Vitória, p. 02, 21 out. 1965.

¹¹⁴ SITUAÇÃO nacional leva Castelo a reunir Alto Comando Militar. *Gazeta*, Vitória, p. 01, 23 out. 1965.

¹¹⁵ JURACY: Governo não quer segundo Ato Institucional. *Gazeta*, Vitória, p. 01, 23 out. 1965; JURACY desmente existência de outro Ato Institucional e diz que atual regime será mantido. *Gazeta*, Vitória, p. 01, 24 out. 1965.

¹¹⁶ BRASIL, *Ato Institucional (Nº 2)*, de 27 de outubro de 1965, Brasil (1964). Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=2&tipo_norma=AIT&data=19651027&link=s. Acesso em 24 Jan. 2012.

radicalizou as medidas punitivas em vigor, aumentou os poderes presidenciais, atribuiu à Justiça Militar a responsabilidade pelo julgamento de civis envolvidos em crimes contra a segurança nacional (Art. 8º, parágrafo 1º), aumentou o número de ministros do Supremo Tribunal Federal de 11 para 16 (Art. 98), extinguiu os partidos políticos existentes (Art. 18), além de ter estabelecido eleições indiretas para presidente (Art. 9º).

De uma maneira geral, houve concordâncias e divergências sobre determinados aspectos da medida. Entre os representantes capixabas em Brasília, destacou-se o apoio do Senador udenista Eurico Rezende, ao expressar seu “[...] contentamento com a medida heróica do Ato Institucional Nº 2, observando que ele veio corresponder ao que esperava do Presidente da República há muitos meses [...]”¹¹⁷.

Uma das matérias veiculadas em *A Gazeta* sobre o assunto indicava o posicionamento das classes políticas e econômicas do Espírito Santo, reunidas naquele momento na Federação das Indústrias (FINDES)¹¹⁸, composta por diversos elementos que mais à frente estariam ocupando os principais postos de comando da política capixaba. Esses elementos se manifestaram favoráveis à nova ordem, pelo fato de hegemonizarem o PSD, por estarem alijados dos espaços de poder no estado, uma vez que foram derrotados em 1962 para Chiquinho, bem como pela prioridade dada ao setor rural por ampla parcela dos governos verificados até então, incluindo o de Lacerda de Aguiar. A matéria comentava da seguinte maneira a nota da Findes:

[...] a exemplo do que vem ocorrendo em todos os estados da federação, as classes conservadoras do Espírito Santo telegrafaram ao Presidente Castelo Branco emprestando inteira solidariedade à promulgação do Ato Institucional Nº 2. Dirigiram expedientes ao chefe da nação a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo, Associação Comercial de Vitória e Clube de Diretores Lojistas. [...] Ressaltam as classes conservadoras que não só os homens de negócios, mas o próprio povo capixaba vibraram de entusiasmo com a nova medida colocada em prática de fortalecimento do Movimento Revolucionário de 31 de março de 1964 e que veio colocar, no Brasil, as coisas nos seus devidos lugares. Congratulam-se ainda os homens de negócios com o Governo e as Forças Armadas pela maneira com que estão agindo para assegurar a paz e prosperidade da Nação Brasileira. [...] A voz geral do povo é que o 2º Ato Institucional ainda foi muito brando. Para se concertar o Brasil só agindo dessa forma [...].¹¹⁹

Assim, com o Ato Institucional nº 2, a tarefa com a qual a classe política brasileira e também capixaba se defrontou foi a organização de novas agremiações partidárias, conforme determinação do próprio Ato. Porém, nenhuma atenção foi dispensada pelo Governo aos apelos

¹¹⁷ HAMILTON Nogueira concita deputados a protestarem contra o segundo Ato. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 04, 30 out. 1965.

¹¹⁸ Nos capítulos seguintes, falaremos com mais vagar sobre a importância e o papel da Federação das Indústrias, especialmente no que diz respeito à formulação e implementação de ações voltadas para desenvolver industrialmente o Espírito Santo.

¹¹⁹ CLASSES produtoras do E.S. oferecem apoio ao Ato nº 2. *Gazeta*, Vitória, p. 01, 29 out. 1965; O ATO Institucional nº 2 na sua íntegra. *Gazeta*, Vitória, p. 07, 29 out. 1965.

dos Congressistas, incluindo líderes parlamentares do próprio governo, para que fosse deixada ao Congresso a tarefa de definir as regras do novo sistema partidário (KINZO, 1988). Um novo decreto – o Ato Complementar nº 4 – estabeleceu as novas regras¹²⁰ para a formação de um novo sistema de partidos, sendo o mesmo bipartidário e compulsório.

O novo sistema, defendido pelo Ministro da Justiça Juracy Magalhães, tinha como principal finalidade conseguir a maioria parlamentar sólida e estável para o Governo e impedir a reestruturação dos partidos extintos (KINZO, 1988; GRINBERG, 2009). Os critérios preestabelecidos para a formação das novas agremiações partidárias foram os seguintes: a) tinham que ser organizadas a partir da iniciativa de membros do Congresso Nacional (Art. 1º); b) em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores, dentro do prazo de 45 dias, e organizações que teriam atribuições de partidos políticos enquanto estes não se constituírem (Art. 1º)¹²¹. O texto da Lei mostra que tais agremiações teriam um caráter provisório. Além disso, tal legislação fatalmente induzia a formação de um número bastante reduzido de partidos. Com isso, não se desejava a formação de um sistema de partido único, nem um multipartidarismo amplo (GRINBERG, 2009; KINZO, 1988). Com a intenção de promover uma *limpeza* do espectro político nas antigas siglas, bem como da cultura política vigente no multipartidarismo dos anos 1945-1964, o ato previa, no seu Art. 13, que os “[...] nomes, siglas, legendas e símbolos dos partidos extintos não [...] [poderiam] ser usados para designação das organizações de que trata este Ato, nem utilizados para fins de propaganda escrita ou falada [...]”¹²². E o principal alvo dessa ação seria o PTB, cujo potencial eleitoral, especialmente quando coligado ao PSD, era extremamente preocupante para o regime, especialmente após o pleito de 1965. Em suma, a intenção era reunir numa única sigla todos os membros do Congresso que endossassem as tendências políticas de sustentação do regime. Quanto às forças oposicionistas, elas ficariam reunidas em um partido fraco, o que induzia a uma oposição frouxa.

Ainda em relação aos critérios e dispositivos criados pelo AC-04 para a formação dos partidos políticos que concorreriam nas eleições de 1966, convém ressaltar a criação do mecanismo da *sublegenda* com vistas a acomodar as rivalidades e os interesses locais cujas conciliações eram extremamente difíceis de serem alcançadas. As discussões em torno da formação das siglas levaram ao consenso de que poderiam ser apresentados até três grupos adversários – sublegenda 1, sublegenda 2 e sublegenda 3 – dentro de cada organização partidária em eleições majoritárias.

¹²⁰ Muitas das quais já previstas na Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965.

¹²¹ BRASIL, **Ato Complementar Nº 4**, de 20 de novembro de 1965, Brasil (1965). Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=116094>. Acesso em 25 Jan. 2012.

¹²² BRASIL, República Federativa do. **Ato Complementar Nº 4**, de 20 de novembro de 1965, Brasil (1965). Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=116094>. Acesso em 25 Jan. 2012.

Como salientado, esse foi o meio encontrado pelo regime para manter, na mesma legenda, grupos divergentes, especialmente nas unidades federativas (MADEIRA, 2002). Portanto, no que tange à institucionalidade forjada pelo regime recém instaurado, vale a pena ressaltar que o que se buscava era a garantia de suporte para assegurar o pretendido apoio civil a partir da incorporação das elites políticas, especialmente as regionais, no partido pró-regime.

Foi a partir de tal concepção que se definiram os marcos legais sobre os quais congressistas e lideranças políticas iniciaram as movimentações para a criação das novas agremiações partidárias. Quanto ao partido do governo, as articulações para a formação da Arena tiveram como resultado a redação de um documento assinado por parlamentares, bem como a composição de um Diretório Nacional e de uma Comissão Executiva¹²³. Em 30 de novembro de 1965, alguns parlamentares subscreveram o Documento Constitutivo da Aliança Renovadora Nacional com o objetivo de “apoiar o Governo da Revolução” (GRINBERG, 2009, p. 67).

Entre os objetivos da Arena, se encontram, num primeiro plano, o de lutar “[...] por todas as medidas que visem à consolidação dos ideais saneadores e progressistas que inspiraram a Revolução de março de 1964 [...]”. Além disso, o mesmo documento firmava “[...] o compromisso de buscar o aperfeiçoamento da democracia representativa e, conseqüentemente, contra a fraude, a influência do poder econômico nas eleições e os abusos do poder político [...]” (GRINBERG, 2009, p. 67).

Na tabela abaixo, são expostos alguns objetivos mais gerais do Partido:

¹²³ Para maiores esclarecimentos acerca da formação da Arena no plano nacional, ver: GRINBERG, Lúcia. (2004) **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

Tabela 18 – Síntese do Documento constitutivo da Arena.

OBJETIVOS GERAIS DA ARENA	
1.	“Democratização das oportunidades”.
2.	“Reforma administrativa, com [...] a estrita observância do sistema do mérito”.
3.	“Fortalecimento econômico-financeiro dos estados e municípios e a eliminação dos desequilíbrios regionais”.
4.	“Desenvolvimento planejado e autossustentável, sem inflação e com fortalecimento das estruturas econômicas”.
5.	“Expansão do ensino em todos os graus, especialmente do ensino elementar obrigatório e do técnico-profissional”.
6.	“Combate às endemias e ao pauperismo”.
7.	“Por um sistema tributário justo [...]”.
8.	“Crescente aperfeiçoamento da previdência social e da organização sindical”.
9.	“Incentivo à iniciativa privada, como elemento básico do desenvolvimento econômico e fator indispensável à plenitude do regime democrático”.
10.	“Execução de uma política exterior que procure atingir os objetivos nacionais de desenvolvimento, segurança e bem estar do povo brasileiro”.
11.	“Adoção de trabalho constante e fecundo em favor da paz e do entendimento, da aproximação e da cooperação internacionais, e apoio à carta das Nações Unidas”.
12.	“Crescente vinculação entre o comércio mundial e o desenvolvimento econômico dos povos, com a adoção de medidas que corrijam os efeitos da deterioração dos termos de troca [...]”.
13.	“Pela manutenção e consolidação de uma política de efetiva participação do Brasil no sistema de vida e de valores da civilização ocidental e no mecanismo de segurança continental [...]”.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Grinberg (2009)

Por ocasião da formação do Partido, os objetivos do quadro acima cumpriam o papel de programa da organização e, segundo opinião acertada de Lúcia Grinberg (2009), evidenciavam a constituição de um documento muito mais geral e pouco revelador do matiz político dessa nova agremiação. Pela forma artificial como fora criada, uma das características da Arena era justamente a ausência de cores fortes e a manutenção de perspectivas tradicionais sobre os problemas brasileiros. Em outras palavras, a Arena afirmava seu compromisso com a *Revolução de 64*, mas nenhum de seus objetivos era, de fato, revolucionário (GRINBERG, 2009).

No aspecto da sua estrutura interna, a Arena era dirigida por uma Comissão Diretora Nacional e, em cada estado ou território, por Comissões Diretoras Regionais, cujos membros poderiam ser parlamentares ou não. Entre as atribuições das Comissões Diretoras Regionais, encontrava-se a de convocar convenções regionais para a escolha dos candidatos a governador e vice-governador do Estado e a de escolher candidatos a senador, deputados federais e deputados estaduais. Nos municípios, havia Comissões Diretoras Municipais, às quais também se atribuía a competência de escolher os candidatos a Prefeito, vice-prefeito, vereadores e juízes de paz.

Das Convenções Nacionais participavam os senadores, os deputados federais e três representantes de cada uma das Comissões Diretoras Regionais¹²⁴. Nota-se claramente a importância de se dominar o Diretório Regional do Partido, pois o seu controle representava o principal instrumento para a seleção e inscrição das candidaturas, bem como para a composição de governos. Além disso, a estrutura organizacional da Arena preocupava-se em responder a aspectos fundamentais da tradição política do país: a importância dos Estados e municípios (GRINBERG, 2009). Nas tabelas abaixo, temos a composição inicial de Arena e MDB, a partir da filiação de Deputados Federais e Senadores, no plano nacional, e de Deputados Estaduais egressos das antigas agremiações partidárias, conforme estabelecia o AC-4.

Tabela 19 – Filiação dos Deputados Federais em Arena e MDB (1966).

Partidos Extintos	Arena	MDB	Total
PSD	78	43	121
UDN	86	9	95
PTB	38	78	116
PSP	18	2	20
PDC	13	6	19
PTN	8	4	12
PRP	5	-	5
PR	4	-	4
PL	3	-	3
PST	2	-	2
PRT	2	2	4
MTR	-	3	3
PSB	-	2	2
Total	257	149	406

Fonte: KINZO (1988)

Tabela 20 - Filiação dos Deputados Estaduais do Espírito Santo em Arena e MDB (1966).

Partidos Extintos	Arena	MDB	Total
PSD	13	1	14
UDN	6	1	7
PTB	2	7	9
PSP	8	1	9
PDC	1	-	1
PRP	3	-	3
PTN	-	-	-
PR	-	-	-
PL	-	-	-
PST	-	-	-
PRT	-	-	-
MTR	-	-	-
PSB	-	-	-
Total	33	10	43

Fonte: Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979;

Tal como os dados demonstram, não houve grande dificuldade para aglutinar nomes a fim de formar o partido governista no Brasil, nem tampouco no Espírito Santo. A forte intervenção do

¹²⁴ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979

Governo Federal nessa articulação, somada aos ganhos políticos que a filiação ao partido governista, em circunstâncias de *estado de exceção*, poderia assegurar, mais a própria identificação de certos parlamentares com o Regime, garantiram a rápida adesão à Arena. Nota-se que a base da Arena, no plano nacional e estadual, é oriunda, em sua maioria, do PSD e da UDN, sendo que, no Espírito Santo, a Arena recebeu grande parte dos parlamentares do PSP, segunda maior bancada na Assembleia ao lado do PTB, o que, na prática, representou a transferência, para o partido do governo, da forte polarização verificada no multipartidarismo do período 1945-1964, aspecto que será melhor trabalhado nos tópicos seguintes.

Quanto ao MDB, havia muitos aspectos que dificultavam a sua formação. Um deles pode ser expresso com argumento inverso ao do parágrafo acima. Isto é, os dividendos de qualquer político seriam bem inferiores ao se inserir no partido da oposição nessas condições específicas. Além disso, havia o problema das cassações, que já atingiam diversas lideranças políticas as quais faziam oposição mais incisiva ao Regime. Para se ter uma ideia, somente o primeiro Ato Institucional decretado pelo Supremo Comando Revolucionário cancelara os mandatos e suspendera os direitos políticos de 50 deputados federais e 9 suplentes, entre os quais 25 do PTB e 12 pertencentes a partidos menores, de orientação trabalhista e reformista. Isso deixou o Congresso com poucos membros realmente atuantes na ala oposicionista. Diante de tais dificuldades, é sabido que o Presidente Castelo Branco chegou a persuadir o Senador Aarão Steinbruck a filiar-se ao partido da oposição a fim de viabilizá-lo. Foi desse modo artificial que o MDB atingiu os pré-requisitos para obter o registro, em dezembro de 1965.

Sobre as dificuldades de formação do MDB, as considerações de Kinzo (1988, p. 29) são complementares, quando afirma que

“[...] um partido de oposição em um regime autoritário não seria muito atraente para aqueles que buscavam pelo menos alguma proximidade com o poder, ou que não queriam correr o risco de ter seu mandato cassado em virtude de algum discurso imprudente [...]”.

Quanto à estruturação do Partido oposicionista, Kinzo (1988) aponta que a Convenção Nacional era o mais alto órgão do partido, desempenhando o papel deliberativo em âmbito nacional. E o mesmo se daria em nível Estadual e municipal, onde as convenções estaduais e municipais teriam atribuições deliberativas nos seus respectivos níveis. Entre as funções das Convenções estava a de eleger os Diretórios, nos três níveis, e escolher os candidatos para os vários cargos (KINZO, 1988)¹²⁵.

¹²⁵ Para maiores esclarecimentos acerca da organização interna do MDB, ver: KINZO. Maria D'alva G. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1998.

Retomando as dificuldades de formação dos partidos, a Arena, por outro lado, não esteve imune a algumas dificuldades no seu processo de formação. Porém, elas possuíam naturezas distintas daquelas enfrentadas pelo MDB e, num certo sentido, eram até mais graves, pois se tratava da “[...] conciliação dos interesses eleitorais e partidários entre remanescentes das agremiações, adversários ferrenhos até a véspera, e agora forçosamente reunidos, sobretudo entre os ex-pessepistas, os ex-udnenistas e até numerosos ex-trabalhistas [...]” (MEM DE SÁ, Apud. KINZO, 1088, p. 30). Foi por conta desses entraves que o prazo estabelecido para o registro das novas agremiações teve que ser prorrogado por dois meses¹²⁶ a fim de que se pudesse encontrar um mecanismo para conciliar as várias forças divergentes, o que veio a acontecer com o expediente das *sublegendas* para concorrer às eleições locais.

Apesar de tais dificuldades, Arena e MDB foram legalmente reconhecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como organizações partidárias no dia 24 de março de 1966. Registre-se que, em suas denominações, não se utilizou o termo *partido*, devido à determinação do AC-04 que aludia à formação de organizações provisórias para concorrer às eleições legislativas de 1966. Assim, esse arranjo permitiria testar a viabilidade da nova estrutura e, acima de tudo, testar a capacidade da Arena de proporcionar o respaldo eleitoral e parlamentar necessário¹²⁷. Se o resultado das eleições de 1966 favorecesse o Governo – como efetivamente ocorreu – o sistema bipartidário estaria credenciado pelo tempo que fosse conveniente mantê-lo (KINZO, 1988).

Sobre as formações de Arena e MDB no Espírito Santo, as articulações começaram no final de 1965 e só foram terminar com o registro oficial. Em relação ao partido do Governo, tomaram a dianteira, no processo, elementos oriundos tanto do PSD, quanto elementos da antiga *Coligação Democrática*. Na tabela abaixo, estão relacionados os 73 membros da Arena-Seção Espírito Santo que assinaram a primeira ata do partido, no dia 26 de fevereiro de 1966:

Tabela 21 – Membros da Arena – Seção Espírito Santo – 1966.

MEMBROS DA ARENA – ES – 1966			
Nº	Nome	Partido de Origem	Cargo eletivo
1	João Calmon	PSD	Deputado Federal
2	Christiano Dias Lopes	PSD	Deputado Estadual
3	Jefferson de Aguiar	PSD	Senador
4	Mikeil Chequer	PSD	Deputado Estadual
5	Dylio Penedo	PSD	Deputado Estadual
6	Jeovah Miranda Ferreira	PSD	Deputado Estadual
7	Celso Francisco Borges	PSD	Deputado Estadual
8	Verdeval Ferreira da Silva	PSD	Deputado Estadual
9	Pedro Leal	PSD	Deputado Estadual
10	José Parente Frota	PSD	Deputado Estadual

¹²⁶ JURACI: ampliação dos prazos para formação dos partidos. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 4 jan. 1966.

¹²⁷ NOVO Complementar para formar Arena. *A Gazeta*, Vitória, p. 07, 8 jan. 1966.

11	Alcino Santos	PSD	Deputado Estadual
12	Napoleão Fontenelle da Silveira	PSD	Deputado Federal
13	Hilário Toniato	PSD	-
14	Messias Lins de Oliveira Chaves	PSD	-
15	Américo Buaiz	PSD	-
16	Hildo Garcia	PSD	-
17	Pedro Saleme	PSD	-
18	Carlos Marciano Medeiros	PSD	-
19	Antônio José Miguel Feu Rosa	UDN	Deputado Estadual
20	Francisco Schwab	UDN	Deputado Estadual
21	Dulcino Monteiro de Castro	UDN	Deputado Federal
22	Eurico Rezende	UDN	Senador
23	Setembrino Pelissari	UDN	Deputado Estadual
24	Vicente Silveira	UDN	Deputado Estadual
25	Sebastião Cipriano do Nascimento	UDN	Deputado Estadual
26	Moacir Dalla	UDN	Deputado Estadual
27	Pedro Juvenal Machado Ramos	UDN	Deputado Estadual
28	Deomar Bittencourt Pereira	UDN	-
29	Paulo Barros	UDN	-
30	Joaquim Cecílio Teixeira Leão	UDN	-
31	Oséas Nascimento	UDN	-
32	Antônio Gil Veloso (internado no RJ)*	UDN	Deputado Federal
33	Raul Gilbert	PSP	Senador
34	Harry Freitas Barcelos	PSP	Deputado Estadual
35	Geraldo Vargas Nogueira	PSP	Deputado Estadual
36	Joaquin Alves de Souza	PSP	Deputado Estadual
37	José Moraes	PSP	Deputado Estadual
38	Vicente Amaro da Silva	PSP	Deputado Estadual
39	Isaac Lopes Rubim	PSP	Deputado Estadual
40	Emir Macedo Gomes	PSP	Deputado Estadual
41	Edson Machado de Souza	PSP	-
42	Rogério Marques Nogueira	PSP	-
43	Jamil Zouain	PRP	Deputado Estadual
44	Lúcio Merçon	PRP	Deputado Estadual
45	Teodorico de Assis Ferraço	PRP	-
46	Henrique Del Caro	PRP	Deputado Estadual
47	Oswaldo Zanello	PRP	Deputado Federal
48	Silvério Del Caro	PRP	-
49	Floriano Lopes Rubim	PTB	Deputado Federal
50	Tolentino Xavier Ribeiro	PTB	-
51	Moacyr Martins Brotas	PTB	-
52	Guilherme Santos	PTB	-
53	Raymundo de Andrade	PTN	Deputado Federal
54	Walter Bersan	PDC	Deputado Estadual
55	Oscar de Almeida Gama	PR	Deputado Estadual
56	Alberto Stange Junior	PRD	-
57	Manoel de Souza Soares	-	-
58	Aristides Teixeira de Resende	-	-
59	Laudino Ceolin	-	-
60	Paulo Expedito Amaral	-	-
61	Ubaldo Caetano Gonçalves	-	-
62	Benedito Elias	-	-
63	Guilherme Pimentel Filho	-	-
64	Dirceu Pagani	-	-
65	Esmeraldo Teixeira Mello	-	-
66	Irison da Silva	-	-
67	Alencar Pereira do Nascimento	-	-
68	Alziro Calmon Tavares	-	-

69	Edmar Lucas do Amaral	-	-
70	Roberto Arnizant Silveiras	-	-
71	Antônio Alvaro Pimentel	-	-
72	Anselmo Frizzera	-	-
73	Valter Aguiar	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo.** Vitória, 1966-1979, fl. 2-5.

*O então Deputado Federal Antônio Gil Velozo, embora conste na lista de membros fundadores da Arena capixaba, estava hospitalizado no Rio de Janeiro em decorrência de um acidente automobilístico em consequência do qual veio a falecer no dia 28 de fevereiro de 1966.

Assim, tal como pode ser constatado, compôs a Arena no Espírito Santo a *nata* da política espírito-santense do período precedente, as lideranças mais destacadas dos mais diversos partidos, entre os quais podem ser elencados os três senadores do Estado na época: Eurico Rezende (UDN), Jefferson Aguiar (PSD), e Raul Gilberti (PSP); sete dos oito deputados federais: João Calmon (PSD), Napoleão Fontenelle da Silveira (PSD), Floriano Lopes Rubim (PTB), Antônio Gil Veloso (UDN), Dulcino Monteiro de Castro (UDN), Oswaldo Zanello (PRP), Raymundo de Andrade (PTB/PTN). Também se filiaram à Arena 33 dos 43 Deputados Estaduais, entre os quais aqueles com maior prestígio no Legislativo Estadual, tais como os pessedistas José Parente Frota, Christiano Dias Lopes Filho e Alcino Santos; udenistas como Francisco Schwab, Antônio José Miguel Feu Rosa, Setembrino Pelissari, Vicente Silveira, Moacir Dalla; além de importantes membros do PSP, que era o partido com maior ascensão eleitoral. Entre os membros do Partido de Adhemar de Barros com peso político no Estado, destacam-se Geraldo Vargas Nogueira, Emir Macedo Gomes, Edson Machado de Souza e José Moraes.

Além dos políticos já mencionados, compuseram o partido do Governo outras importantes figuras que não exerciam cargos eletivos naquele momento, ou que participavam da política municipal, mas que possuíam grande peso na política do Espírito Santo, com destaque para o ex-governador por duas vezes Carlos Lindenberg, sobre o qual voltaremos a falar diversas vezes no decorrer deste trabalho¹²⁸, Carlos Marciano Medeiros (PSD), Moacyr Martins Brotas (PTB), Alberto Stange Junior (PRD), Américo Buaiz¹²⁹ (PSD), Teodorico de Assis Ferraço¹³⁰ (PRP), Hilário Toniato (PSD)¹³¹.

¹²⁸ Nas movimentações em torno da criação de Arena e MDB, Carlos Lindenberg chegou a assinar a ficha de filiação do MDB, mas voltou atrás por ocasião da construção das candidaturas para o pleito de 1966, quando saiu candidato ao Senado pela Arena. O episódio envolvendo a filiação e desfiliação de Lindenberg no partido da oposição merece ser tratado à parte mais à frente, pois o caso, até certo ponto pitoresco, retrata o grau de artificialidade a partir da qual as agremiações foram criadas.

¹²⁹ Empresário, filho de um mascate libanês que se estabeleceu na região central de Vitória-ES, Américo Buaiz foi um dos mais reconhecidos empreendedores do Espírito Santo, nos mais diversos ramos empresariais. Para maiores esclarecimentos, ver: SANTOS, Estilque Ferreira dos. **Memória do Desenvolvimento do Espírito Santo – Grandes Nomes – Américo Buaiz.** Editora GSA: Vitória-ES, 2011.

A composição da primeira Comissão Executiva do Partido, eleita em 26 de fevereiro de 1966, mostra essa diversidade de forças políticas reunidas na mesma sigla:

Tabela 22 – Primeira Comissão Executiva do Diretório Regional da Arena-ES

<i>Nome</i>	<i>Partido de origem</i>	<i>Cargo no Diretório</i>
João Calmon	PSD	Presidente
Jefferson de Aguiar	PSD	1º Vice-presidente
Raul Gilbert	PSP	2º Vice-presidente
Antônio José Miguel Feu Rosa	UDN	3º Vice-presidente
Florianop Lopes Rubim	PTB	Secretário Geral
Antônio Gil Veloso	UDN	Tesoureiro
Christiano Dias Lopes Filho	PSD	Vogal
Setembrino Pelissari	UDN	Vogal
Lucio Merçon	PRP	Vogal
Isaac Rubim	UDN	Vogal
Geraldo Vargas Nogueira	PSP	Vogal
Henrique Del Caro	PRP	Vogal
Oswaldo Zanello	PRP	Del. na Com. Diretora. Nacional
Eurico Rezende	UDN	Del. na Com. Diretora. Nacional
Dylío Penedo	PSD	Conselho Fiscal
Moacir Dalla	UDN	Conselho Fiscal
Jamil Zouain	PRP	Conselho Fiscal

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de: Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo.** Vitória, 1966-1979, fls. 2-5.

Assim, a Arena surge como um partido permeado por rivalidades internas, no Espírito Santo, uma vez que forças políticas que estiveram durante todo o período democrático em lados diametralmente opostos, se filiaram ao partido governista. Apesar dessa diversidade, o quadro demonstra que a Comissão Executiva da Arena, embora presidida por um ex-pessedista, possuía maior quantidade de ex-membros da antiga *Coligação Democrática*, ficando o PSD com influência bastante restrita no interior da sigla. Essa situação permaneceu inalterada enquanto o elemento que mantinha a *Coligação Democrática* unida, isto é, o Governador Francisco Lacerda de Aguiar, estava na cena política.

Com toda a crise envolvendo o afastamento de Chiquinho, mais as disputas entre os membros da *Coligação* para a composição da chapa que concorreria à Mesa Diretora da Assembleia em 1966, ocorreu um racha, abrindo espaço para o domínio da Arena pelo PSD, tal como veremos nos tópicos que seguem.

O ponto de vista aqui defendido é que tanto o PSD quanto aqueles partidos que, tradicionalmente, reuniam-se na *Coligação Democrática* aderiram à Arena porque enxergavam

¹³⁰ Rompeu com Chiquinho no decorrer do IPM. Sobre o seu rompimento com o Governador, ver: FERRACINHO DIZ em entrevista porque romperá com o Governador. *A Gazeta*, Vitória, p. 07, 6 jan. 1966.

¹³¹ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo.** Vitória, 1966-1979, fl. 2-5.

nela o espaço mais apropriado para o êxito em termos de aproximação do poder e ocupação de postos de comando. Em outras palavras, continuaram a atuar politicamente tal como se no sistema multipartidário do período anterior estivessem. Com isso, acabaram por transferir para o interior da Arena os conflitos políticos verificados no interior das principais siglas do período 1945-1964. Convém ressaltar ainda que, não por acaso, a partir do enquadramento desses agrupamentos políticos em um sistema bipartidário, especialmente na Arena capixaba, se tornará lugar comum a existência de disputas amplamente polarizadas entre sublegendas.

Em relação ao partido oposicionista, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tal como já salientado, não teve as mesmas facilidades que a Arena para arregimentar políticos a fim de compor as suas fileiras. Isso porque as organizações foram criadas de cima para baixo, ou seja, pelos parlamentares federais e, como tal, somente nos estados em que o MDB conseguiu reunir um número significativo de políticos pertencentes aos antigos partidos dominantes é que ele teve condições de estruturar-se. E esse não foi o caso do Espírito Santo, uma vez que os 3 senadores capixabas e 7 dos 8 deputados federais filiaram-se à Arena. Aliás, o MDB conseguiu um número de representantes proporcionalmente maior do que a Arena somente nas bancadas estaduais do Rio de Janeiro, Guanabara, Rio Grande do Sul e Amazonas (KINZO, 1988).

Assim, podemos afirmar que o MDB capixaba foi composto, em sua maior parte, por elementos egressos do PTB, especialmente de sua ala mais conservadora, capitaneada, na constituição do partido novo, pelo Deputado Federal Argilano Dario, já que parte desse mesmo grupo, liderado por Floriano Rubin, se abrigou no bloco arenista. Apesar dessa dominância, assim como ocorrera na Arena, despontaram figuras das mais diferentes estirpes políticas. Filiaram-se ao MDB indivíduos pertencentes à antiga ala progressista do PTB, como Mário Gurgel e Berredo de Meneses; petebistas mais moderados, tais como Saturnino Rangel Mauro, Adalberto Simão Nader e Argilano Dario; e também um grupo de pessedistas como o próprio ex-governador por dois mandatos e ex-senador Carlos Lindenberg, além de Mিকেil Chequer¹³²; bem como alguns membros da antiga *Ala Moça* do partido, a exemplo de Carlos Alberto Lindenberg Von Schilgen. Pelo fato de o MDB ter sido hegemônico desde o início pelo então Deputado Argilano Dario, os ex-pessedistas foram sendo alienados, o que redundou no abandono da sigla já no seu nascedouro, como foi o caso de Carlos Lindenberg, conforme veremos adiante. No caso dos demais ex-membros do PSD, foram migrando para a Arena no decorrer da década de 60 e início dos anos 1970.

¹³² Aparece na primeira lista da Arena, mas logo depois migrou para o MDB; DEPUTADO da Arena ingressará no MDB. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 16 mar. 1966.

Na tabela abaixo, estão relacionados os nomes que foram enviados ao Tribunal Superior Eleitoral como membros fundadores do MDB, no Espírito Santo, em marços de 1966, bem como suas filiações partidárias anteriores e o cargo eletivo que ocuparam.

Tabela 23 – Membros Fundadores do MDB – Seção Espírito Santo – 1966

MEMBROS DO MDB – ES – 1966			
	Nome	Partido de Origem	Cargo eletivo
1	Adalberto Simão Nader	PTB	Deputado Estadual
2	Antônio Alves Duarte	PTB	Deputado Estadual
3	Antônio Jacques Duarte	PTB*	Deputado Estadual
4	Antônio Ferreira de Carvalho	PTB	Deputado Estadual
5	Ely Junqueira	PTB*	Deputado Estadual
6	José Teixeira Guimarães	PTB	Deputado Estadual
7	Luiz Baptista	PTB	Deputado Estadual
8	Mario Gurgel	PTB	Deputado Estadual
9	Mario Vieira Bicalho	PTB	Deputado Estadual
10	Manoel Monteiro Lobato	PTB	Deputado Estadual
11	Vicente Amaro da Silva	PSP*	Deputado Estadual
12	Hélio Carlos Manhães	PSP	Deputado Estadual
13	José Moraes	PSP*	Deputado Estadual
14	Roberto Vivácqua Vieira	PSP*	Deputado Estadual
15	José Ignácio Ferreira	PTB	Vereador
16	Lino Santos Gomes	PTB	-
17	Naly da Encarnação Miranda	PTB	-
18	Hugo Borges	PTB	-
19	Lourenço Pereira Cardoso	PTB	-
20	Argilano Dario	PTB	Deputado Federal
21	Adilon Cassimiro de Mattos	PTB	-
22	Darcy Francisco Pires	PTB	-
23	Carlos A. Lindenberg Von Schilgen	PSD	-
24	Élcio Álvares	PSD*	-
25	Dirceu Cardoso	PSD	-
26	Teodorico de Assis Ferrazo	PRP*	-
27	Arnaldo Pinto de Andrade	-	-
28	Álvaro Fraga	-	-
29	José Rodrigues Maciel	-	-
30	Francisco de Oliveira Soares	-	-
31	Mário Cipreste	-	-
32	Joaquim Terch	-	-
33	Manoel Gonçalves Maciel	-	-
34	José Amaro de Medeiros	-	-
35	Hugo Antônio Ronconi	-	-
36	Mario Nicoletti	-	-
37	Djalma Juarez Guimarães	-	-
38	Francisco Santos Silva	-	-
39	Genésio Fraga	-	-
40	José Maria Claudio	-	-
41	Alfredo Motta Filho	-	-
42	José Miranda	-	-
43	José Figueiredo Costa	-	-
44	Nilzo Plazzi	-	-
45	Gilson Wanderley	-	-
46	Zeferino Vitoracci	-	-
47	Antônio Edson Azevedo Lima	-	-
48	Hausten Castelo	-	-
49	José Carlos Caiado	-	-

50	Claudionor Alves Pereira	-	-
51	Malvino Perim	-	-
52	Análberto Pereira do Carmo	-	-

Fonte: TRIBUNAL Superior Eleitoral. **Comissão Diretora Nacional do MDB**, 1966. Disponível em http://www.tse.gov.br/hotSites/registro_partidario/mdb/arquivos/Comissao_Diretora_Nacional.pdf. Acesso em 12 out. 2011.

*Embora constem na lista de fundadores do MDB, os indivíduos destacados migraram para a Arena logo no início das movimentações para a formação dos partidos, motivo pelo qual também constam na primeira ata da Arena.

Ingressaram também no partido oposicionista alguns poucos pessepistas, tais como Hélio Carlos Manhães, e figuras sem grande expressão na política capixaba do período anterior, ou que estavam em início de carreira. Infelizmente, não foram encontrados os livros de Atas do Partido antes do AI-5, motivo pelo qual não tivemos acesso aos nomes que compuseram a primeira Comissão Diretora da agremiação. Mas, de acordo com diversas fontes consultadas, constam na direção do MDB, além do Presidente Argilano Dario¹³³ (ex-PTB), petebistas, como Adalberto Simão Nader, Hugo Borges e Wallace Vieira Borges; e figuras oriundas do antigo PSD, como Carlos Alberto Lindenberg Von Schilgen, Dirceu Cardoso, Mikeil Chequer, entre outros.

Sem dúvida, o nome de maior peso que, no final de 1965, chegou a assinar a ficha do MDB, embora não tenha efetivado a filiação, pois voltou atrás, inserindo-se na Arena, foi o ex-governador Carlos Lindenberg. É interessante analisar esse caso com mais atenção, até para demonstrar o grau de artificialidade a partir do qual as novas siglas estavam sendo criadas. Sobre as motivações que teriam levado a se filiar ao MDB e não à Arena, tal como ocorrera com quase todo o PSD, seu antigo partido, Lindenberg afirma que

[...] Naturalmente os partidos acabaram. Foram formados a Arena e o MDB por decreto. Cada político tinha de se ajeitar num desses dois partidos. As opções eram muito poucas. Eles procuravam se alinhar onde a conveniência ditava. Não havia interesse ideológico nem coisa alguma. A questão era se agrupar com o seu pessoal. A suposição era de que, no Espírito Santo, a exemplo do que ocorreu no estado do Rio, os egressos do PSD passariam para o MDB. Eu, por exemplo, escrevi uma carta a Amaral Peixoto, que era presidente nacional do PSD, relatando a situação daqui e não obtive resposta. Então fiquei quieto e vi todos entrarem na Arena. E eu fui para o MDB. Mas depois fui notando que não devia ficar num partido que tinha o Argilano Dario como presidente. Eu me dava muito bem com ele, mas àquela altura achei que não podia dirigir um grande partido no estado, quando ele não era sequer daqui [...]. (LINDENBERG Apud ALMEIDA, 2010, p. 443).

Além da declaração acima, existe uma opinião segundo a qual Lindenberg teria ido para o MDB para fazer número, ante as dificuldades de se arregimentarem nomes para a sigla no início das articulações¹³⁴. Todavia, com base nas suas próprias declarações, é possível presumir que Lindenberg tenha ido para o MDB imaginando que teria o controle absoluto da sigla, uma vez

¹³³ Era advogado e professor, tendo nascido em São José de Campestre (RN) em 1913. Ainda na juventude, mudou-se para o Espírito Santo. Foi Deputado Estadual (1951-1955/1956-1959) e Deputado Federal por quatro legislaturas (1963-1966/1967-1971/1971-1975/1975-1979).

¹³⁴ A POLÍTICA é uma escola... e a Câmara está cheia de repetentes. *Revista Espírito Santo Agora*, Nº 28, Vitória, out. 1978.

que o grosso do PSD, mais de UDN, PSP e PTB também tiveram a Arena como destino, dividindo grandemente a sigla, ao passo que, para o MDB, se dirigiram figuras com menos envergadura política. É também possível deduzir que, apenas quando se inseriu no partido oposicionista, Lindenberg pôde constatar que a sigla já estava sob o controle de Argilano Dario.

Para melhor esclarecimento acerca do episódio da filiação/desfiliação de Lindenberg ao MDB, vale a pena adiantar pelo menos um aspecto referente ao ano de 1966, quando se iniciavam as articulações para o pleito que se avizinhava. No MDB, as chances de Lindenberg sair candidato ao Senado, seu grande objetivo, eram ínfimas, conforme alega o próprio político:

Em 1966, a Arena me chamou para ser candidato ao Senado. Discuti o assunto com Dirceu, Carlito e Cristiano e cancelei meu registro no MDB. Vi logo que eles queriam apenas o meu prestígio. Um dia chamei Dirceu, Carlito e Mário Nicoletti e disse que do lado de lá, na Arena, onde está a maioria dos meus amigos, estavam me convidando para ser candidato a senador e os do lado de cá, no MDB, onde estou, não me convidam para nada. Estão me abafando o máximo possível. Estou disposto a cancelar a minha inscrição no MDB e me inscrever na Arena (LINDENBERG, Apud. ALMEIDA, 2010, p. 443).

Em outro depoimento, este concedido ao jornalista Rogério Medeiros, Lindenberg confirma o exposto e complementa com mais precisão aspectos de seu interesse em se filiar ao MDB, afirmando que foi para o partido oposicionista

[...] por influência de Dirceu Cardoso, mas ele não tomou as providências que eu havia solicitado, de que ele seria presidente do partido. Verifiquei que o MDB tinha muita má vontade comigo, queria utilizar – *A Gazeta* – para fazer propaganda dele e eu para ajudar, mais nada. Nas vésperas dos registros, fui convidado por Cristiano Dias Lopes, porque no MDB eu não seria candidato a senador (seria Solon Borges) e não havia lugar para mim na chapa de deputado federal¹³⁵.

Mas a questão vai além. Lindenberg, em seu depoimento, omite uma história que virou folclore político em terras capixabas, e que é extremamente reveladora para compreender tanto as incertezas que permeavam aquelas circunstâncias, quanto a artificialidade que caracterizava esses primeiros anos de bipartidarismo no Regime Militar.

Entre os ex-pessedistas, agora reunidos na Arena e liderados por Christiano Dias Lopes Filho, por uma questão de gratidão a Carlos Lindenberg – que havia sido Deputado Federal Constituinte de 1930, Secretário da Fazenda (1935-1939), Senador da República (1951-1958), Governador por duas vezes (1947-1950 e 1959-1962), em administrações marcadas por austeridade ante as dificuldades financeiras herdadas, em especial no segundo mandato (1959-1962), após a desastrosa gestão de Lacerda de Aguiar – considerava-se que era justo indicá-lo

¹³⁵ AS CONFISSÕES de Carlos Lindenberg. *Revista Espírito Santo Agora*, Nº 7, Vitória, mai. 1973; LINDENBERG, Carlos. Um cacique em repouso. 1978. Entrevista concedida à *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, dez. 1978.

para concorrer a algum cargo importante no pleito de 1966. Segundo Christiano Dias Lopes, “[...] o estado estava devendo alguma coisa a ele, precisava resgatar uma dívida com doutor Carlos porque ele não podia ter perdido aquelas eleições em 1962¹³⁶” (LOPES FILHO, Apud. ALMEIDA, 2010, p. 443).

A Arena, naquele momento, já havia escolhido como candidato ao Senado o então Deputado Federal Oswaldo Zanello (ex-PRP), mas o debate entre as antigas agremiações no interior do partido governista permanecia muito forte e não havia consenso em relação ao seu nome. Diante da quase certeza de ser reeleito como deputado federal e da dúvida em relação às suas possibilidades para o Senado, somadas às já conhecidas movimentações intra-Arena para atrair Lindenberg para a sigla, Zanello decidiu-se pela candidatura a deputado federal, renunciando à indicação ao Senado e abrindo espaço para um nome de maior consenso no Partido, que era Carlos Lindenberg.

Resolvida a questão sem grandes embaraços, outro problema era impedir o registro definitivo da filiação do ex-governador no MDB. O grande entrave era a ficha de filiação de Carlos Lindenberg estar em poder do Deputado Federal Argilano Dario, em Brasília. A solução encontrada por Lindenberg foi utilizar o então pré-candidato a Governador Biônico Christiano Dias Lopes – cuja indicação será alvo de análise nas linhas que seguem – como mensageiro. Dias Lopes, aproveitando a viagem que já faria a Brasília, encontraria Argilano para informá-lo acerca do interesse do ex-governador em atender a qualquer pedido, desde que devolvesse e impugnasse a sua ficha de inscrição no MDB.

Argilano atendeu ao desejo de Lindenberg, que pôde se inscrever na Arena e acabou se elegendo para aquele que seria o último mandato eletivo da sua longeva carreira política¹³⁷. Mas, um mês depois, Argilano voltou a Vitória para conversar com Christiano e pediu, como recompensa pela devolução da ficha de filiação, o cartório de protesto de títulos, no Município de Cariacica, que pertencia a Carlos Lindenberg. O pedido foi aceito e, atualmente, embora sob intervenção, o cartório ainda existe na mesma cidade e leva o nome de Cartório de 1º Ofício Argilano Dario¹³⁸.

¹³⁶ Em 1962, Carlos Lindenberg, que havia se desincompatibilizado do Governo do Estado, se candidatou ao cargo de Senador. Obteve 84.029 votos, ficando atrás de Eurico Rezende (UDN), que obteve 111.897 votos, e Raul Gilberti (PSP), com 88.807 votos.

¹³⁷ Carlos Lindenberg iniciou sua carreira política como candidato a Prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, conforme é relatado no capítulo II desta tese. Ao fim do mandato de Senador, em 1974, aos 75, encerrou sua vida pública. Morreu em 1991, em Vitória-ES, aos 92 anos de idade.

¹³⁸ A POLÍTICA é uma escola... e a Câmara está cheia de repetentes. *Revista Espírito Santo Agora*, Nº 28, Vitória, mai. 1978. Na entrevista concedida à *Revista Espírito Santo Agora*, em dezembro de 1978, o ex-governador Carlos Lindenberg foi indagado acerca da veracidade da história do cartório como moeda de troca por sua ficha de filiação, que estava nas mãos de Argilano Dario, em Brasília e, como era de se esperar, negou peremptoriamente. Todavia,

3.4. *A Fórmula para o caos*¹³⁹: a conspiração e a renúncia de Francisco Lacerda de Aguiar

No Espírito Santo, tal como vimos, o Governo Lacerda de Aguiar não foi interceptado imediatamente após a eclosão do movimento político-militar de 1964. Por conta de sua adesão, mesmo que tardia, o político permaneceu no poder. Todavia, na medida em que o Regime se perpetuava, passando a reorientar os rumos políticos e econômicos do país, o Governo Estadual perdeu o ritmo e gradativamente foi sendo desestabilizado.

Além disso, as forças políticas regionais identificadas com os *setores urbano-industriais*, reunidas em torno do antigo PSD, doravante inseridas na Arena, que haviam perdido o pleito, em 1962, para Lacerda de Aguiar, passaram a articular ações, a partir de maior aproximação com o Regime Militar, visando a retirá-lo do Governo, lançando mão de uma verdadeira *Cruzada Anti-Chiquinho*.

Assim, além da oposição intransigente que vinha desempenhando desde o início de mandato do governador, cujos ataques buscavam construir a imagem de governo caótico e incompetente, o Jornal *A Gazeta*, veículo de comunicação oficial do PSD, passou a acentuar as denúncias de supostos atos de corrupção por parte do Governo Chiquinho, denúncias que vinham ocorrendo simultaneamente no legislativo estadual, bem como na Câmara Federal, por meio de diversos pronunciamentos do Deputado Estadual Christiano Dias Lopes e do Deputado Federal Oswaldo Zanello (PRP)¹⁴⁰, respectivamente.

Como já salientado, na Assembleia Legislativa, as Forças Políticas estavam divididas entre os partidos que compunham a *Coligação Democrática*, sob a liderança de figuras como Setembrino Pelissari (UDN), Mário Gurgel (PTB) e Hélsio Pinheiro Cordeiro (UDN), sendo que este último, apesar de suas ambiguidades e críticas a Lacerda de Aguiar, nos momentos decisivos se posicionava ao lado do Governo; e do PSD, que fazia uma oposição implacável e, em alguns momentos, intransigente ao Governo Chiquinho. Das forças pessedistas, o nome que adquiriu

algumas lideranças com as quais obtive contato no decorrer desta pesquisa me garantiram que o fato realmente ocorreu. Por motivos óbvios, essas fontes não permitiram que mencionasse seus nomes.

¹³⁹ A expressão *Fórmula para o Caos* é atribuída ao chefe da Estação da Cia em Santiago, Henry Heckscher, que a utilizou para designar o conjunto de operações que culminaram com o Golpe de estado no Chile, em 11 de setembro de 1973. Foi utilizada, posteriormente, pelo cientista político e historiador Luiz Alberto Muniz Bandeira como título do seu livro em que trata do assunto. Guardadas as devidas proporções, especificidades e cautelas, tomamos emprestada tal expressão para designar o conjunto de movimentações dos grupos opositoristas ao Governo de Francisco Lacerda de Aguiar, no Espírito Santo, com o intuito de derrubá-lo.

¹⁴⁰ ANAIS da Câmara dos Deputados. Dep. OSWALDO Zanello, DCD 24/03/1965. p. 1152; ANAIS da Câmara dos Deputados. Dep. OSWALDO Zanello, DCD 19/11/1965. p. 8746; ANAIS da Câmara dos Deputados. Dep. OSWALDO Zanello, DCD 13/11/1965. p. 9627; OSWALDO Zanello: - Chiquinho é marcada e remarcadamente um Governador corrupto. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 24 out. 1965.

maior envergadura nessas circunstâncias foi Christiano Dias Lopes Filho que, com o tempo, passou a receber a alcunha de líder da *Cruzada Anti-Chiquinho*.

E as denúncias de corrupção não ficavam restritas aos discursos de determinadas lideranças políticas: levantadas tanto pelo jornal oposicionista – *A Gazeta* – quanto pelo Legislativo, tais movimentações redundaram na instauração de um Inquérito Policial Militar (IPM) em que indicavam, e cada vez com mais veemência, a postura ambígua do Governador, que, segundo os mesmos, teria aderido à *Revolução* somente depois de a mesma ter se consolidado¹⁴¹.

Várias acusações pesavam sobre Chiquinho. Uma delas era a de uma suposta irregularidade envolvendo a compra e a instalação de postes de iluminação pública, segundo a qual, no lugar de postes de concreto, estavam sendo colocados postes de madeira que eram, segundo as denúncias, retirados da fazenda do próprio governador, localizada no Município de Guacuí, sul do Estado. Tais acusações tiveram, inclusive, repercussões nacionais¹⁴². O Jornal *O Diário*, de propriedade do Governador, apressou-se em contestar as acusações por meio de editoriais e de diversas matérias, demonstrando uma relação de pessoas que venderam os postes e a quantidade, mas o estrago já havia sido feito¹⁴³.

Outra acusação bastante grave, noticiada pelo jornal da oposição, se referia à compra de máquinas agrícolas. Afirmava o veículo de imprensa que, segundo denúncias, o Governador teria se beneficiado com vultosas propinas¹⁴⁴. Vale lembrar que se tratava da mesma acusação de corrupção feita pela oposição legislativa. Pesavam também contra o Governador supostas irregularidades na venda de terras da Esplanada da Capixaba, no Centro da Capital, e do norte do Estado, as quais já haviam motivado vários pedidos de instauração de comissões processantes, especialmente do líder do comando *Anti-Chiquinho*, Christiano Dias Lopes Filho.¹⁴⁵

¹⁴¹ CHICO, Chiquin, Chiquinho. *Revista Espírito Santo Agora*. ANO VII/Nº 35, Vitória, Dez. 1972.

¹⁴² CHICO, Chiquin, Chiquinho. *Revista Espírito Santo Agora*. ANO VII/Nº 35, Vitória, Dez. 1972.

¹⁴³ O Jornal *A Gazeta* de 15 de setembro de 1965 publicava: O jornal da Guanabara Tribuna da Imprensa publicou um tópico divulgando a grande corrupção existente no governo de Lacerda de Aguiar, e a promessa do coronel Bandeira de Queiroz (coronel comandante do 3º BC de Vitória) de apurar tudo e tomar providências enérgicas. No mesmo jornal, na coluna, "Fatos e Rumores", assinada por Hélio Fernandes, publicava-se que "o governador do Espírito Santo, Lacerda de Aguiar está procedendo a colocação de postes para iluminação pública entre Vitória e Vila Velha. Mas acontece que os postes que inicialmente seriam de concreto, passaram a ser de madeira. Os postes de madeira estão sendo retirados da propriedade do governador mas estão custando ao Estado o mesmo que custariam se fossem de concreto". Para maiores esclarecimentos, ver: MEDEIROS, Rogério. Chico, Chiquin, Chiquinho. *Revista Espírito Santo Agora*. ANO VII/Nº 35, Vitória, Dez. 1972; LEGISLATIVO debate denúncias da Imprensa do Rio sobre Governo. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 22 set. 1965.

¹⁴⁴ GOVERNO compra máquinas velhas: comissões gordas. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 11 set. 1965.

¹⁴⁵ CHRISTIANO denuncia pressões contra o Poder Legislativo. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 13 nov. 1965; ANAIS da Câmara dos Deputados. Dep. OSWALDO Zanello, DCD 13/11/1965. p. 9627.

Em julho de 1964, o Comandante do 3º BC, Cel. Alberto Bandeira de Queiroz, que substituíra Newton Fontoura Reis, em meio ao turbilhão de acusações contra o Governador, assumiu, prometendo apurar todos os fatos e tomar providências enérgicas¹⁴⁶. Convidou os deputados estaduais Alcino Santos e Jehovah Miranda Ferreira, do antigo PSD, mais Antônio Jacques Soares e Manoel Monteiro Lobato, ex-petebistas que, nessa altura, já haviam tomado posição contra o Governo, para uma reunião¹⁴⁷ a fim de conseguir apoio junto à classe política capixaba para tirar Chiquinho do poder (BORGNETH, 2007).

Mas as coisas realmente se complicaram para Lacerda de Aguiar após a prisão, ocorrida no dia 23 de setembro de 1965, no Aeroporto de Vitória, de Fernando Ferreira do Amaral (conhecido como Ferrinho), empreiteiro e administrador de obras do Estado junto à Secretária de Viação e Obras Públicas. A prisão que, segundo consta, teria como principal motivação o envolvimento de Ferrinho em movimentações estudantis durante o Governo Jango, tinha, na realidade, a intenção de sabatiná-lo por conta do cargo estratégico que possuía na estrutura administrativa (SILVA, 1995), o que municionaria as denúncias de corrupção feitas pela oposição em relação ao Governo Lacerda de Aguiar.

Durante o interrogatório no 3º BC, Ferrinho acabou revelando, segundo versão dos militares, detalhes das operações financeiras que, com o tempo, acabaram se tornando o grande pretexto para o afastamento do Governador do seu cargo. Ele teria, por exemplo, confessado o favorecimento de Francisco Lacerda de Aguiar com *presentes* que haviam sido pagos com recursos dos cofres estaduais. Entre os bens recebidos por Chiquinho constaria um trator, um carro, duas casas, obras na sua fazenda e doações que ultrapassavam a cifra de Cr\$ 42 milhões de cruzeiros¹⁴⁸. Durante as investigações, ocorridas em sua maioria nos meses de setembro e outubro de 1965, mas que prosseguiram nos meses seguintes, foram sendo arrolados diversos documentos, inclusive de empresas envolvidas nas compras dos bens acima indicados¹⁴⁹. Diante dos fatos e das provas, a situação de Chiquinho ficou insustentável.

¹⁴⁶ CHICO, Chiquin, Chiquinho. *Revista Espírito Santo Agora*. ANO VII/Nº 35, Vitória, Dez. 1972.

¹⁴⁷ Essa reunião é citada pelo deputado Alcino Santos no livro GURGEL (2000), e confirmada pelo ex-governador Christiano Dias Lopes: “Os deputados foram chamados no 3º BC depois do golpe, agora, se o assunto era o Chiquinho ou a revolução eu não sei. Eu não fui chamado, porque eles sabiam que eu era contra o Chiquinho”, disse Christiano em entrevista concedida no dia 10/10/05 (BORGNETH, 2007, p. 84).

¹⁴⁸ FERRINHO declarou ao IPM que deu dinheiro e bens ao Governador no valor de quarenta e dois milhões. *Gazeta*, Vitória, p. 01, 12 nov. 1965; FERRINHO no IPM: dei 7 milhões ao Secretário Hélio. *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 14 nov. 1965; BOATOS assustam Governo: repercutem com intensidade as prisões. *Gazeta*, Vitória, p. 01, 07 out. 1965.

¹⁴⁹ FERRINHO alinhavou para IPM bens que conseguiu em 2 anos. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 23 nov. 1965; NOVAS e surpreendentes revelações de Ferrinho: ‘recebi mais dinheiro do em obras realmente realizadas’. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 24 nov. 1965; CARTA da Vitória Diesel S/A arrasou defesa de Chiquinho. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 18 dez. 1965; FERRINHO ao IPM. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 14 dez. 1965.

Tendo como base essas e outras informações, bem como o ambiente adverso à figura de Lacerda de Aguiar, o comandante do 3º BC, Coronel Alberto Bandeira de Queiroz, concluiu o Inquérito da Policial Militar (IPM) nº 535, que havia sido instalado, e enviou a remessa com toda a documentação ao general Arthur da Costa e Silva, na época Ministro de Guerra¹⁵⁰, que a repassou, em seguida, ao presidente Castelo Branco, o qual, por sua vez, a encaminhou ao Ministro da Justiça, Juracy Magalhães, com o subtítulo *Corrupção no Estado do Espírito Santo*¹⁵¹.

Enquanto o processo viajava, os ataques contra Chiquinho não cessavam. Em editorial publicado no dia 7 de outubro de 1965, *A Gazeta*, de Carlos Lindenberg, dava o tom da campanha *Anti-Chiquinho* empreendida pela oposição:

As investigações policiais militares ora realizadas no Espírito Santo pelas Forças Armadas, ao cair do dia de ontem, assinalavam o aumento das apreensões nas áreas políticas governamentais no mesmo ritmo de crescimento dos dias anteriores. [...] Ao mesmo tempo a imprensa governista vem debitando à oposição toda a responsabilidade pelo clima de tensão em que vive o Estado, isto na impossibilidade de registrar a verdade, de dar o verdadeiro nome do responsável pelo estado de coisas a que chegou o Espírito Santo. Todos estão lembrados do dia em que o Sr. Lacerda de Aguiar abriu manchetes na Imprensa de Vitória e do Rio de Janeiro [...] admitindo que cometera erros na sua administração anterior e que se cercara de maus elementos. A confissão despertou nos homens de bem uma fugaz esperança de que o homem voltaria com boas intenções, disposto a não errar, principalmente pela promessa então feita [...] de que saberia escolher seus auxiliares. O resultado da escolha todos sabem. Os mesmos aproveitadores da coisa pública se espriaram sobre o Anchieta [...]¹⁵².

Outro bom exemplo foi o longo discurso proferido da Tribuna da Câmara Federal pelo Deputado Federal Oswaldo Zanello, no dia 13 de novembro de 1965:

Entendo de meu dever, como representante do Espírito Santo, dar satisfações à Casa e à Nação, porque nunca, jamais, em tempo algum na história da nossa vida político administrativa [*sic*], houve qualquer acontecimento que tivesse semelhança com o monturo de bandalheiras, de roubos e de assaltos aos cofres públicos inaugurado pelo atual Governador. Tendo as autoridades militares determinado abertura de inquérito para investigação [...], apuraram os militares que uma verdadeira “gang” estava organizada para assaltar o Tesouro Nacional e tinha por chefes o próprio Governador e seu filho, que é homem público, Ministro do Tribunal de Contas do Estado, atualmente exercendo sua vice-presidência. São bilhões de cruzeiros manipulados ilícita e criminosamente na aquisição, sem concorrência pública, ou com concorrência realizada após a compra, em conluio com um sócio do Sr. Leonel Brizola, de máquinas para indústrias agrícolas, sem qualquer planejamento, visando, tão somente, com tais volumes de compras, comissões fabulosas nas quais estão envolvidas grandes firmas nacionais [...].¹⁵³

¹⁵⁰ INQUÉRITO Policial Militar no Estado do Espírito Santo foi encerrado ontem. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 8 out. 1965.

¹⁵¹ INQUÉRITO Policial Militar no Estado do Espírito Santo foi encerrado ontem. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 8 out. 1965.

¹⁵² O GRANDE culpado. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 07 out. 1965.

¹⁵³ ANAIS da Câmara dos Deputados. Dep. OSWALDO Zanello, DCD 13/11/1965. p. 9627.

É possível notar que, além dos fortes ataques indicando a face corrupta do Governo Chiquinho, o discurso também busca relacionar o nome do Governador a elementos considerados *subversivos* com vistas a legitimar, a nível nacional e em termos políticos, a deposição do Governador Lacerda de Aguiar.

No dia 10 de novembro, o IPM chega ao Legislativo Estadual para leitura e apreciação¹⁵⁴. O então Deputado Setembrino Pelissari, líder do governo Chiquinho na Assembleia, se recorda de que os militares, bem como os membros da oposição, sob a liderança do Comando *Anti-Chiquinho*, Christiano Dias Lopes Filho, desejavam cassar o governador sem direito à defesa.

[...] O processo foi lido, como toda matéria tem que ser lida na Assembléia. Então eu comecei a obstruir para a leitura atrasar. Eu, como líder do governo e advogado, não podia concordar com aquilo, não se pode condenar ninguém sem uma defesa. Eu era a favor da revolução, mas reagi contra, fiz um discurso contra. O processo de Impeachment do governador estava sendo feito fora dos parâmetros legais, queriam que votássemos aquilo ali na hora, não teria defesa e nem nada. Eu não sei como eu não saí preso naquele dia da Assembléia (PELISSARI, Apud. BORGNETH, 2007, p. 89).

Embora o governo tivesse a maioria na Assembleia Legislativa, poucos parlamentares se dispuseram a fazer uma defesa mais sistemática do Governador Lacerda de Aguiar. As exceções foram o já citado Setembrino Pelissari (mais moderado), Mario Gurgel (que também saiu em defesa de Chiquinho) e a voz mais eloquente e exaltada, o Deputado udenista Hélsio Pinheiro Cordeiro que, de maior defensor do Golpe de 64 na Assembleia Legislativa e um dos maiores críticos de Chiquinho – tendo um mês antes do Golpe, inclusive, acusado o Governador de ter seguido o “caminho do Sr. João Goulart”¹⁵⁵ –, passou a Deputado cassado por conta da defesa que fez do próprio Chiquinho¹⁵⁶.

Portanto, do lado governista, tentava-se de todas as maneiras protelar o andamento dos trabalhos¹⁵⁷. Na mesma sessão, ocorrida na Assembleia no dia 10, numa típica manobra para atrasar o andamento do processo, Setembrino Pelissari levantou a necessidade de se formar uma Comissão de Inquérito para apurar os fatos¹⁵⁸. Adalberto Simão Nader, ex-petebista, então

¹⁵⁴ A QUALQUER hora na Assembléia o IPM sobre a administração de Chiquinho. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 9 nov. 1965; IPM contra Chiquinho chega à Assembléia: graves acusações. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 11 nov. 1965

¹⁵⁵ CHICO, Chiquin, Chiquinho. *Revista Espírito Santo Agora* ANO VII/Nº 35, Vitória, Dez. 1972.

¹⁵⁶ DE CONSPIRADOR golpista a opositor do Regime Militar. *Século Diário*, Vitória, 1984. Disponível em http://www.seculodiario.com/arquivo/2005/dezembro/10_11/reportagens/reportagens/10_12_02.asp. Acesso em 04 de novembro de 2011.

¹⁵⁷ O Jornal *A Gazeta* noticiou reiteradas vezes que o governo, com o objetivo de procrastinar o processo contra o Governador, espalhou boatos de que supostos membros do Serviço Nacional de Informação (SNI) estavam no estado com ordens do General Golbery do Couto e Silva para que o IPM contra Chiquinho tivesse uma tramitação prolongada. Para maiores esclarecimentos, ver: DIZIAM-SE agentes secretos e foram presos dentro do carro do Governador, *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 13 nov. 1965.

¹⁵⁸ ASSEMBLÉIA inicia apurações das responsabilidades de Chiquinho. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 17 nov. 1965.

Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, pediu 48 horas para analisar a questão e encerrou a sessão.

Evidente que nem os oficiais, nem a bancada do PSD¹⁵⁹ ficaram satisfeitos com a manobra, uma vez que prolongava o processo e dava margem para uma virada de mesa dos governistas. Recorreram constantemente ao coronel Dilermando Gomes Monteiro, então sub-chefe da Casa Militar da Presidência da República, que por diversas vezes desembarcou no Estado, especialmente na reta final, no mês de janeiro de 1966, quando permaneceu por vários dias na capital capixaba, intervindo diretamente nos trabalhos da Comissão de Inquérito que fora instaurada¹⁶⁰.

Visando a engrossar o caldo contra Chiquinho, os deputados estaduais Roberto Vivácqua, membro do antigo PSP, além dos ex-pessedistas Mikeil Chequer, Alcino Santos, Jehovah Miranda Ferreira, Tuffy Nader e José Parente Frota prepararam uma nova denúncia, dessa vez baseada em acusações que há tempos já vinham sendo feitas por Christiano Dias Lopes, também ex-PSD, e pela imprensa pessedista, o jornal *A Gazeta*. É importante frisar que tais acusações foram motivo de diversas movimentações da oposição para se instaurarem CPIs antes do IPM. Essas CPIs, que eram sempre impedidas pela maioria governista¹⁶¹, tinham o objetivo de anexar acusações ao IPM e engrossar a munição contra o governador¹⁶². Os delitos envolvendo transações de terras, compras de máquinas e nomeações ilegais incriminavam não só Chiquinho, mas também Virgílio Euclides Miranda de Sá Antunes, Secretário da Agricultura, Terras e Colonização, e Gentil Barreto Paiva, Secretário de Saúde e Assistência, sendo que este último acabou se livrando das acusações¹⁶³.

A anexação das denúncias da oposição ao IPM ocorreu no encontro com o Presidente da Assembleia, Adalberto Simão Nader, em 17 de novembro de 1965¹⁶⁴, dois dias depois de a Comissão de Inquérito ter sido formada, com cinco deputados escolhidos por voto direto pelos demais membros da Casa: José Moraes (PSP), Lúcio Merçon (PRP) e Mário Gurgel (PTB) foram

¹⁵⁹ Em outubro de 1965 o Ato Institucional N° 2 extinguiu os partidos políticos. Porém, mantemos a referência às agremiações anteriores, pois os documentos da época ainda trazem o peso das filiações partidárias que antecedem ao bipartidarismo. Além disso, as primeiras reuniões para a formação de Arena e MDB no Espírito Santo só ocorreram em fevereiro de 1966, conforme trabalharemos no tópico seguinte.

¹⁶⁰ DILERMANO vem a Vitória dia 15 para acompanhar fase final do IPM. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 5 jan. 1966; CEL. Dilermano em Vitória desde ontem e manteve entendimentos com a Comissão. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 8 jan. 1966; CORONEL Dilermano amanhã em Vitória. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 19 jan. 1966; CORONEL Dilermano manteve contato com os membros da Comissão Especial. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 31 jan. 1966.

¹⁶¹ GOVERNO sabota CPIs. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 21 ago. 1965; CRISTIANO: Secretário de Agricultura publicou a rejeição da CPI do arame. *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 23 ago. 1965.

¹⁶² ASSEMBLÉIA inicia apurações das responsabilidades de Chiquinho. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 17 nov. 1965.

¹⁶³ SECRETÁRIO de Agricultura foge da Comissão Especial da Assembléia. *A Gazeta*, Vitória, p. 07, 25 nov. 1965.

¹⁶⁴ MAIS denúncias na Assembléia envolvendo Lacerda de Aguiar. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, p. 07, 18 nov. 1965.

eleitos pela bancada governista, cabendo a Gurgel a relatoria do processo, e Francisco Schwartz (PSD) e Christiano Dias Lopes Filho (PSD) pela oposição¹⁶⁵. Desse modo, se instaurou a Comissão Parlamentar de Inquérito e o processo de impeachment. Cabia ao Governador, então, se defender das acusações.

Para piorar a situação de Chiquinho, que já não era nada confortável, no mesmo dia o Ministro Juracy Magalhães enviou ao então Presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, Adalberto Simão Nader, um incisivo telegrama a respeito da crise política que o Espírito Santo atravessava, no qual mencionava, também, o envio do IPM, que ocorrera nos dias anteriores:

Governo enviou IPM Assembléia que deve agir acordo sua consciência cívica e no resguardo interesses povo espiritossantense. Governo jamais influirá para subversões instituições livres que deseja manter resguardado todavia País qualquer ação comunizante, corrupta e subversiva elementos foram varridos administração pública. Saudações Juracy Magalhães – Ministro da Justiça e Negócios Interiores.¹⁶⁶

Diante de muitas pressões, em meio a esse inquérito, o Governador Lacerda de Aguiar pediu licença, no dia 1º de fevereiro de 1966, alegando problemas de saúde. O Jornal *A Gazeta*, mantendo a sua linha oposicionista e de ataques a Chiquinho, noticiou da seguinte forma o ocorrido:

[...] Assume hoje as elevadas funções de Governador do Estado do Espírito Santo o Sr. Rubens Rangel, homem de bem e altamente devotado ao progresso e ao desenvolvimento de nossa terra. Assume o governo numa hora difícil, encontrando a coisa pública em verdadeiro caos e onde precisa ser feito para que o Espírito Santo não entre num clima de insolvência¹⁶⁷.

A Comissão investigou, durante mais de dois meses, as denúncias. No decorrer desse período, foi extremamente pressionada por membros da oposição a Chiquinho e, principalmente, pelo representante do Governo Federal para acompanhar o caso, Cel. Dilermano Gomes Monteiro.

Apesar das pressões, após intensos debates, acusações e ameaças de ambos os lados, a Comissão acabou, por três votos a dois, considerando improcedentes as acusações contra Francisco Lacerda de Aguiar, ao mesmo tempo em que reconheceu procedência às denúncias contra os ex-secretários Virgílio Euclides Miranda (Agricultura) e Élio de Almeida Viana (Viação e Obras), que também acabou sendo arrolado no processo¹⁶⁸, além do próprio Ferrinho, considerado peça-chave de todo o esquema.

¹⁶⁵ A COMISSÃO. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 17 nov. 1965.

¹⁶⁶ RESGUARDADO contra qualquer ação comunizante, corrupta e subversiva. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 18 nov. 1965.

¹⁶⁷ RUBENS Rangel assume Governo hoje (10h) com secretariado inteiramente técnico. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 01 fev. 1966. O NOVO Governador. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 01 fev. 1966.

¹⁶⁸ COMISSÃO Especial dá improcedência às denúncias contra Lacerda de Aguiar. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 31 jan. 1966.

Mas o governador ainda não estava livre. Na semana seguinte, o parecer teria que passar pelo Plenário da Assembleia. Desse modo, as pressões dos militares passaram a se estender a todos os deputados, e não mais somente aos membros da Comissão. Segundo Pelissari,

[...] Fizemos o processo, concluímos com um relatório inocentando Chiquinho. Ai veio o julgamento, mas a pressão dos militares continuou em cima dos deputados. Eu tinha a maioria dos deputados ao lado do governo, mas a cada dia um debandava com medo da ameaça de cassação [...] (PELISSARI Apud. BORGNETH, 2007, p. 99).

Em uma nota divulgada à imprensa no mês de janeiro de 1966, pressionando nitidamente os parlamentares a cassarem o mandato do Governador, o Coronel Dilermano dizia que no Espírito Santo estavam

[...] em exame condições que podem indicar menosprezo àqueles princípios (revolucionários), por parte da autoridade responsável. A Assembléia Legislativa tem a responsabilidade de uma decisão a respeito dessas condições e o povo espírito-santense aguarda uma decisão justa. Cabe à Assembléia atendê-lo ou desapontá-lo [...] ¹⁶⁹

Isto é, pelas palavras do Coronel, votar contra a cassação de Lacerda de Aguiar seria o mesmo que menosprezar os princípios da *Revolução* de 64. Tal posicionamento tinha o claro intuito de acuar os deputados a votarem de forma favorável ao Regime e, portanto, pela cassação de Chiquinho.

Em relato feito a Castelo Branco sobre a situação do Espírito Santo, afirmava o Coronel Dilermano “[...] que o Governador Lacerda de Aguiar perdeu a maioria de que dispunha na Assembléia Legislativa [...] e que a Assembléia [...] deverá votar o impeachment do Sr. Lacerda de Aguiar [...]”¹⁷⁰. Diante das pressões e do clima de tensão criado em torno do processo contra Chiquinho, bem como dos prognósticos do observador do Governo Castelo Branco no caso, tudo levava a crer que o Governador seria cassado.

A votação decisiva na Assembleia aconteceu na tarde de 4 de fevereiro de 1966 e, apesar do clima negativo criado, inclusive com a difusão da ideia de que votar a favor de Chiquinho significava votar contra a *Revolução*, o Governo venceu de forma surpreendente por 21 a 17¹⁷¹, tal como pode ser observado na tabela abaixo. Constan também na tabela os partidos de origem e de destino de cada parlamentar no novo cenário bipartidário:

¹⁶⁹ NO Espírito Santo estão em exame condições que podem indicar menosprezo à Revolução *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 10 jan. 1966.

¹⁷⁰ CORONEL Dilermano faz relato a Castelo sobre Governo do ES. *A Gazeta*, Vitória, p. 07, 13 jan. 1966.

¹⁷¹ ALIADOS absolvem Chiquinho votando contra a Revolução. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 5 fev. 1966; NO Espírito Santo estão em exame condições que podem indicar menosprezo à Revolução *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 10 jan. 1966.

Tabela 24 - Lista de Deputados que votaram a favor e contra o relatório que absolvía Chiquinho

<i>Votaram a favor do relatório e contra a Condenação (21 votos)</i>		
Nome – Deputado	Partido	Partido após o Golpe de 64
Antônio Alves Duarte	PTB	MDB
Antônio Ferreira de Carvalho	PTB	MDB
Antônio José Miguel Feu Rosa	UDN	Arena
Darcy de Paula Gaigher	PSD	Arena
Ely Junqueira	PTB	Arena
Emir de Macedo Gomes	PSP	Arena
Geraldo Vargas Nogueira	PSP	Arena
Hélsio Cordeiro	UDN	MDB
Isaac Rubim	PSP	Arena
José Moraes	PSP	Arena
José Teixeira Guimarães	PTB	MDB
Lúcio Merçon	PRP	Arena
Mário Gurgel	PTB	MDB
Moacir Dalla	UDN	Arena
Manoel Lobato	PTB	Arena
Pedro Juvenal Machado Ramos	UDN	Arena
Sebastião Cypriano	UDN	Arena
Setembrino Pelissari	UDN	Arena
Verdeval Ferreira da Silva	PSD	Arena
Vicente Silveira	UDN	Arena
Valter Bersan	PDC	Arena
<i>Votaram contra o relatório e pela condenação (17 votos)</i>		
Alcino Santos	PSD	Arena
Antônio Jacques Soares	PTB	Arena
Celso Francisco Borges	PSD	Arena
Christiano Dias Lopes Filho	PSD	Arena
Francisco Schwarz	PSD	Arena
Harry Barcelos	PSP	Arena
Hélio Manhães	PSP	MDB
Jamil Zouain	PRP	Arena
José Parente Frota	PSD	Arena
Mario Vieira Bicalho	PTB	Arena
Mikheil Chequer	PSD	Arena
Oscar Gama	PSD	Arena
Pedro Leal	PSD	Arena
Roberto Vivácqua	PSP	Arena
Tuffy Nader	PSD	MDB
Hilario Toniato	PSD	Arena
Tolentino Xavier	PTB	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 5 fev. 1966.

Importante salientar que, dos 21 deputados que votaram contra a condenação de Chiquinho e, portanto, contra a orientação do Regime Militar, 16 já eram pertencentes aos quadros da Arena. Assim, do resultado podemos aferir pelo menos dois aspectos: de um lado, constata-se que o funcionamento dos sistemas partidários nas unidades da federação possui dinâmica própria, na medida em que as mudanças em termos institucionais impostas de cima para baixo não interromperam os posicionamentos políticos já consolidados; de outro, os deputados permaneceram unidos em torno dos interesses que os uniam antes do Golpe de 64; além disso, ao votarem majoritariamente contra a cassação de Chiquinho, os mesmos deputados arriscaram seus próprios mandatos, uma vez que desafiaram as determinações do governo Castelo Branco.

Ademais, observa-se que, dos 17 deputados que votaram contra o relatório e a favor da cassação do Governador, 10 eram do PSD, 3 do PTB, 3 do PSP e 1 do PRP. Entre aqueles 21 deputados que votaram contra a cassação de Chiquinho, 7 eram udenistas, 6 petebistas, 4 eram do PSP, 2 do PSD, 1 pertencia ao PDC e 1 era do PRP (Tabela abaixo).

Tabela 25 – Quantidade de Deputados que votaram contra e a favor da cassação de Chiquinho e filiação no bipartidarismo (fevereiro de 1966).

Partidos Extintos	Votaram contra a cassação de Chiquinho	Votaram a favor da cassação de Chiquinho	Quant. de Deputados Que não votaram	Total de Deputados na Assembléia	Arena	MDB
PSD	2	10	2	14	13	1
UDN	7	-	-	7	6	1
PTB	6	3	-	9	2	7
PSP	4	3	2	9	8	1
PDC	1	-	-	1	1	-
PRP	1	1	1	3	3	-
Total	21	17	5	43	33	10

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE-ES e de *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 5 fev. 1966.

Manteve-se, portanto, apesar de já inseridos no contexto das articulações em torno da formação do bipartidarismo, mais ou menos a mesma tendência de polarização entre PSD, de um lado, e *Coligação Democrática*, de outro, mesmo considerando algumas debandadas, tais como dos Deputados Roberto Vivácqua (PSP), Hélio Manhães (PSP), Antônio Jacques (PTB) que, mesmo compondo partidos pertencentes à *Coligação*, votaram contra Chiquinho pela proximidade que passaram a ter, com o tempo, em relação ao antigo PSD. Os dados não deixam dúvidas quanto ao fato de os parlamentares terem mantido as suas posições anteriores ao Golpe.

Apesar da vitória do governo, Chiquinho não teve o que comemorar. A previsão de que os militares – evidentemente articulados com a elite civil local, encabeçada pela parcela do antigo PSD e naquele momento liderada por Christiano Dias Lopes Filho – não o deixariam voltar ao Palácio Anchieta foi confirmada com o telegrama do presidente Castelo Branco para o governador em exercício desde o dia 1º de fevereiro, Rubens Rangel, publicado na íntegra no Jornal *A Gazeta* cinco dias depois do afastamento de Chiquinho e no dia seguinte à votação na Assembleia:

Agradeço comunicação tomada posse cargo Governador em virtude licenciamento Dr. Lacerda de Aguiar pt. desejo toda sua ação benefício Espírito Santo, pelo rigor processo político et administrativos necessário implantação definitiva Revolução pt sds Humberto Castelo Branco vg Presidente da República pt.¹⁷²

¹⁷² CASTELO a Rangel: Que se implante definitivamente a Revolução no ES. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 5 fev. 1966.

Embora tenha tentado se recompor visando a voltar ao governo nas semanas seguintes – inclusive solicitando de volta a carta-renúncia que havia entregado ao presidente da Assembleia Legislativa, José Moraes,¹⁷³ quando se afastou do governo alegando problemas de saúde, em fevereiro de 1966 – Francisco Lacerda de Aguiar estava, na verdade, deixando definitivamente a vida pública. Ainda que não se possa comprovar peremptoriamente com os documentos consultados, as fontes nos induzem a pensar na hipótese de que Chiquinho tenha negociado sua *retirada digna* da cena política do Espírito Santo. Em troca da sua não resistência em renunciar, Chiquinho teria aceitado a sua saída do Governo, desde que fosse aprovado o relatório do Deputado Mario Gurgel para que ele não fosse penalizado e desde que assumisse o Governo o Sr. Rubens Rangel (vice-governador), tal como acabou acontecendo¹⁷⁴. Desse modo, com a leitura da carta renúncia pelo Presidente da Assembleia Legislativa, José Moraes, seguida da declaração de vacância no Poder Executivo estadual, ocorrida no dia 5 de abril de 1966¹⁷⁵, terminava a trajetória política de um dos mais emblemáticos personagens do Espírito Santo no século XX.

Como muito bem frisou SILVA (1995), as marchas e contra-marchas desse processo são bem mais complexas. Envolvem não apenas questões de ordem moral referentes ao envolvimento de Chiquinho ou de membros de seu governo em atos de corrupção. A problemática vai muito além disso. A análise mais atenta do processo indica que, na realidade, as denúncias levantadas contra Lacerda de Aguiar, verídicas ou não, visaram a criar, por parte das *forças conservadoras urbano-industriais*, na oposição, todo um ambiente caótico e de paralisia governamental que pudesse justificar, perante a opinião pública, a renúncia/afastamento do popular Chiquinho. No próximo tópico, analisaremos a ascensão ao poder e a ocupação do aparelho regional do estado por esses agrupamentos.

¹⁷³ LACERDA de Aguiar solicitou devolução de sua carta-renúncia. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 26 mar. 1966; A VOLTA à tranqüilidade. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 26 mar. 1966; ESTADO infeliz. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 30 mar. 1966.

¹⁷⁴ NÃO faz acordo. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 6 abr. 1966. Em várias edições do mês de março e abril, o Cel. Dilermando Gomes Monteiro foi indagado a respeito de qual teria sido o acordo firmado com o ex-governador Lacerda de Aguiar para a efetivar a sua renúncia. Mas a própria existência dos questionamentos são reflexos dos rumores existentes nos meios políticos e jornalísticos.

¹⁷⁵ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fl. 9. RUBENS Rangel assumiu o governo em definitivo. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 6 abr. 1966; O NOVO Governador. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 7 abr. 1966; CHIQUINHO renuncia de novo, mas (desta vez) vai cumprir. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 31 mar. 1966;

3.5. Fragmentação da antiga Coligação Democrática: eleição para a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa (1966).

O ano de 1966 não ficaria marcado somente pela crise que redundou na renúncia do governador Lacerda de Aguiar, nem pela imposição do sistema bipartidário, seguida da formação de Arena e MDB. Naquele ano também aconteceria a eleição para a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, a primeira a ocorrer no Espírito Santo após a eclosão do Golpe de 64. A intenção de dedicar um tópico do presente capítulo ao episódio se justifica, uma vez que o consideramos de suma importância para compreender a acomodação e posicionamento das principais forças políticas do Estado, naquele momento.

As movimentações em torno do pleito principiaram já no mês de fevereiro de 1966, quando se iniciou uma discussão interna à Arena acerca da definição dos possíveis nomes aptos a concorrer. Pelo fato de exercer o comando da Arena naquele momento, o principal elemento que despontava como candidato pertencia à antiga *Coligação Democrática* e às hostes governistas¹⁷⁶. Tratava-se de José Moraes que, antes de 1964, pertencera ao PTB, em seguida ao MTR, até chegar ao PSP.

Todavia, em reunião bastante tumultuada, realizada em 15 de março de 1966, ocasião na qual seria selado o nome de José Moraes, houve uma ruptura: um grupo de Arenistas comandado pelo então Deputado Estadual Setembrino Pelissari se retirou do encontro, por também pleitear a vaga. Sobre esse incidente, o Jornal *A Gazeta*, em sua coluna diária denominada *Em Cima da Hora* – na qual trazia comentários políticos –, fez a seguinte observação:

[...] Parece que os parlamentares ainda estão confundindo a nova ordem partidária revolucionária com a anterior extinta e, diante disso, fazem uma confusão tremenda tratando os problemas como grupos indistintos que não se entendem. O exemplo disso foi observado na reunião da ARENA, onde ninguém se entende realmente. Após as discussões de todas as reuniões políticas, foi apontado o nome do Deputado José Moraes como candidato à Presidência da Assembléia. Um outro candidato [*sic*], vendo o seu empenho frustrado, conseguiu sair da reunião arrastando consigo 10 companheiros [...]¹⁷⁷

Além de reiterar aquilo que já foi afirmado, isto é, a ideia de que os atores políticos mantiveram suas vinculações e posicionamentos políticos verificados no período anterior ao bipartidarismo, o fragmento demonstra claramente que houve um racha no interior da Arena, especialmente entre os membros da antiga *Coligação Democrática*. Antes dessa postura mais radical de se retirar da reunião para a escolha do candidato, o grupo de Setembrino Pelissari chegou a propor um

¹⁷⁶ EM Cima da Hora. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 16 mar. 1966

¹⁷⁷ EM Cima da Hora. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 16 mar. 1966

*tércio*¹⁷⁸, que poderia agradar aos dois lados – no caso o Deputado Estadual Henrique Del Caro (ex-PRP) – não tendo sido atendido¹⁷⁹. Diante disso, o grupo resolveu compor com membros do antigo PTB e formar outra chapa para concorrer com a candidatura oficial da Arena¹⁸⁰, tal como pode ser visualizado no quadro abaixo:

Tabela 26 - Chapas concorrentes para a Presidência da Assembléia Legislativa – 1966.

<i>Chapa da ARENA</i>			
Cargo em disputa	Deputado	Partido de origem	Partido
Presidente	José Moraes	PSP	ARENA
1º Vice-Presidente	Mikheil Chequer	PSD	ARENA
2º Vice-Presidente	Vicente Silveira	UDN	ARENA
1º Secretário	Jeovah Miranda Ferreira	PSD	ARENA
2º Secretário	Antônio Jacques Soares	PTB	ARENA
3º Secretário	Mario Bicalho	PTB	ARENA
4º Secretário	Joaquim Alves de Sousa	PSP	ARENA
<i>Chapa do Grupo de Parlamentares que se retirou da reunião da ARENA</i>			
Cargo em disputa	Deputado	Partido de origem	Partido
Presidente	Setembrino Pelissari	UDN	ARENA
1º Vice-Presidente	Hélio Manhães	PSP	MDB
2º Vice-Presidente	Mario Gurgel	PTB	MDB
1º Secretário	Jamil Zouian	PRP	ARENA
2º Secretário	Mario Bicalho	PTB	ARENA
3º Secretário	Moacyr Dalla	UDN	ARENA
4º Secretário	Walter Bersan	PDC	ARENA

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de: DEPUTADOS devem confirmar hoje o nome de José Moraes, *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 17 mar. 1966.

A votação, realizada no dia 17 de março de 1966, consagrou a chapa liderada por José Moraes, que venceu o pleito contra Setembrino Pelissari por 23 votos a 20¹⁸¹. Houve a tentativa, por parte de alguns membros da Antiga *Coligação Democrática*, de restabelecer certa unidade após o episódio. Um deles foi Isaac Rubin, líder da Arena na Assembleia, que, fazendo referência à vitória de José Moraes declarou que “[...] não se tratava da vitória de colegas sobre colegas [mas] uma afirmação de um partido novo [...] disposto a desempenhar o papel que a conjuntura política do país lhe atribui [...]”.

O grande significado das movimentações intra-Arena em torno da eleição da mesa diretora foi a fissura, seguida da perda do controle do partido pelas forças políticas reunidas na antiga *Coligação Democrática*, passando a se cristalizar o domínio de uma parcela do PSD vinculada às *forças urbano-industriais*. Consideramos que o racha verificado no interior da antiga *Coligação Democrática* se deu em virtude da retirada da cena política de seu principal elemento catalisador

¹⁷⁸ Designa, politicamente, uma terceira via escolhido para resolver um impasse.

¹⁷⁹ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fl. 8.

¹⁸⁰ DEPUTADOS devem confirmar hoje o nome de José Moraes: Presidente. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 17 mar. 1966.

¹⁸¹ JOSÉ Moraes confirma supremacia. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 18 mar. 1966.

– Francisco Lacerda de Aguiar – sacado do poder dias antes da eleição da mesa Diretora da Assembleia.

Diante das fortes divergências, o mesmo Deputado Isaac Rubin iniciou um movimento em busca do equilíbrio político no interior da Arena, com vistas a uni-la por meio da supressão das divisões, conforme os partidos anteriores. O fragmento da Ata da reunião do Gabinete da Comissão Diretora Regional do partido, realizada no dia 1º de abril de 1966, não deixa dúvidas quanto à percepção dos atores a respeito dessa necessidade, bem como da existência dessa movimentação:

[...] a seguir, o Deputado Isaac Rubin, líder da bancada arenista na Assembléia Legislativa, informa que reuniu a bancada arenista na Assembléia para tratar dos seguintes assuntos: 1º) Apagar os últimos vestígios das antigas legendas, no seio da bancada; 2º) as decisões da bancada são tomadas por maioria de seus membros, devendo os vencidos acatar, disciplinadamente, o seu pronunciamento; 3º) Agir sempre em conformidade com os órgãos deliberativos do partido e em consonância com a bancada federal [...]¹⁸²

Retomando o ponto de fissura da antiga *Coligação Democrática*, nota-se que ela também se refletiu nas relações entre parte das bancadas federal e estadual e o então Governador Rubens Rangel. Membro do antigo PTB, Rangel compôs a *Coligação Democrática* em várias oportunidades, tendo sido indicado para constituir a chapa vitoriosa de 1962, juntamente com o ex-governador Francisco Lacerda e Aguiar. Todavia, diante da crise envolvendo o afastamento de Chiquinho, houve uma aproximação, seguida de um acordo, entre Rangel, a ala do antigo PSD liderada por Christiano Dias Lopes (setores urbano-industriais), mais a porção da antiga *Coligação Democrática*, a partir do comando de José Morais.

Isso pode ser evidenciado durante os meses em que Rangel esteve à frente do governo estadual, quando foi alvo de diversos ataques por parte das bancadas federal (em especial os deputados Dulcino Monteiro de Castro, ex-udenista, e Osvaldo Zanello, ex-PRP) e estadual (a exemplo dos deputados Setembrino Pelissari, Vicente Silveira, ambos ex-UDN, entre outros, principalmente ex-udenistas), que poderíamos chamar de núcleo duro da Antiga *Coligação Democrática*¹⁸³, todos eles insatisfeitos com a postura de Rangel à frente do Governo, quando nomeou diversas figuras técnicas ligadas a Dias Lopes, restringindo a participação de políticos. Sobre esse assunto, Arthur Carlos Gerhardt Santos, que viria a se tornar Governador mais à frente, relata:

[...] Eu lembro muito claramente [...] num domingo, almoçando na casa de papai, com a minha família, que a gente fazia todo domingo, ia pra lá [...] e aí aparece a Polícia

¹⁸² Elaboração própria a partir dos dados de: Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fl. 10.

¹⁸³ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fl.12.

Rodoviária lá me procurando, e disseram o seguinte: o vice-governador Rubens Rangel está procurando o Senhor, quer vê-lo com urgência em Vitória. Aí falei, então ta bom! Foi depois do almoço isso, e eu até estava dormindo. Reuni a família, conversei e vim pra Vitória com eles. E o Rubens Rangel estava reunido na casa [...], na Praia, e quando chegamos lá estava uma enxurrada de político. Aí eu entrei, cumprimentei lá os políticos que eu conhecia [...] Então o Governador me levou para o quarto, se trancou lá comigo e disse assim: [...] olha o Arthur, vou assumir o Governo amanhã [...] e eu queria formar um governo, eu vou ficar só um ano no Governo, mas eu queria deixar a casa arrumada para o meu sucessor, porque não pode continuar esse estado do jeito que está. – Eu falei: ótimo, tá bom! Estamos aí! É porque ele me conhecia no tempo que eu estava no DER, eu era engenheiro do DER e ele me chamava muitas vezes pra conversar, passando por cima do Diretor Geral do DER. Não sei por que ele pegou confiança em mim! Aí ele falou: - eu queria fazer um governo de gente competente e não queria colocar nenhum político. Esses políticos que estão aí do lado de fora é igual a urubu em cima de carniça! Aí eu falei: - Ta bom, mas o que o senhor quer fazer? E ele: eu queria que você me ajudasse, você chama o doutor José Carlos também, José Carlos era também do DER, que por coincidência foi Secretário do primeiro Governo Chiquinho. Aí ele falou assim: quem é que você podia pegar mais pra gente conversar aqui? Eu respondi: Alvino Gatti [...] Aí nós três fomos pra lá. O Alvino conhecia melhor a estrutura do Estado do que eu. Aí nós sentamos e começamos a fazer o secretariado. [...] Nós fizemos o Secretariado, aí aconteceram umas coisas... só no Brasil mesmo!!! (risos). Eu fiquei com duas secretarias: Obras, onde havia suspeita de desvio, e Planejamento, na verdade nunca teve Secretaria de Planejamento [...] aí eu fiquei com essas duas secretarias e o Gatti ficou com a Secretaria de Governo, assessorando diretamente o Rubens; o Zé Carlos ficou com o DER e por aí foi. Se formou um grupo. Rapaz, aquilo ... os políticos cuspiram marimbondo, porque eles contavam com a aquela cultura de dominar o negócio, mas a gente bloqueou isso e começamos a trabalhar¹⁸⁴.

Tal como veremos mais à frente, o interessante é que esse grupo a que se refere Arthur Santos será a base do Governo Dias Lopes (1967-1971) eleito indiretamente.

Do outro lado, estava o Jornal *A Gazeta*, veículo do antigo PSD, além das bancadas do ex-PSD na Câmara e na Assembleia, que passaram todo o período defendendo o Governador de tais ataques¹⁸⁵.

Quanto à aproximação de Rangel da parcela conservadora urbano-industrial do antigo PSD, importante registrar os diversos entendimentos entre o Governador e representantes das classes industriais incipientes do estado, reunidos na Federação das Indústrias (FINDES). É notória a participação ativa desses setores na gestão do Governador Rangel, inclusive na proposição de políticas e reformas na estrutura estatal, voltadas para o setor industrial¹⁸⁶, tal como também revelam os escritos de Silva (1993).

¹⁸⁴ SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt. **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento**. 2010. Entrevista concedida a Arlindo Villaschi Filho e Ednilson Silva Felipe, Vitória, 06 ago. 2010.

¹⁸⁵ O NOVO Governador, *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 06 abr. 1966; DEEEIXEM o homem trabalhar. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 04 abr. 1966; UM apelo ao bom senso. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 07 abr. 1966.

¹⁸⁶ DISTRITO Industrial, *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 18 mar. 1966. REFORMA completa, *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 23 mar. 1966; CLASSES produtoras vão ao governador tratar do Distrito Industrial: dia 28. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 25 mar. 1966; DESENVOLVIMENTO industrial. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 27 mar. 1966; CLASSES produtoras com Rubens Rangel. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 28 mar. 1966; NO limiar de uma nova era *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 1º abr. 1966. GOVERNO vê importância no Distrito Industrial. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 04 abr. 1966; GOVERNO do Estado visa obter 30 milhões do BNDE. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 14 abr. 1966; RUBENS Rangel acha que área industrial merece prioridade. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 09 mai. 1966.

Simultaneamente à fragmentação da antiga *Coligação Democrática*, o ex-PSD, até então aliado dos principais espaços de poder no interior da Arena, passa a se movimentar no sentido de mudar a ordem das coisas. Em editorial denominado *Um passo Errado*, publicado no dia 25 de março de 1966, o Jornal *A Gazeta*, mais uma vez se posicionando claramente como veículo oficial do antigo PSD, revela a falta de espaço da antiga sigla no interior da Arena, apontando para a necessidade de ela tomar as rédeas do partido. No editorial, conclama, de forma explícita, os parlamentares antes pertencentes ao PSD a fazerem uso da condição de maioria – que possuíam dentro da Arena –, no sentido de manterem vivas as memórias do partido e de exercerem o controle sobre a nova agremiação partidária. Embora longa, a citação na íntegra esclarece a esse respeito:

Quando a bancada do PSD resolveu ingressar na Arena, mantivemo-nos equidistantes dessa decisão isolada omitimo-nos da análise das conseqüências [...]. Agora, entretanto, cumpre-nos alertar os deputados daquela extinta agremiação para os possíveis perigos que essa decisão poderá apresentar-lhes, especialmente no que concerne ao futuro político de cada um [...]. Congregando treze parlamentares, o extinto PSD poderia desfrutar de prerrogativas de manipular todas as decisões do partido governista, impondo-as através da maioria de que dispõe dentro da Aliança Renovadora Nacional. Isto, todavia, não é o que ocorre. O episódio das eleições na Assembléia ressalta como expressivo exemplo. Ao invés de lançar um candidato de suas fileiras - o que não seria tarefa difícil – que fez a bancada? Recebeu por imposição um candidato egresso do extinto PSP e conduziu-o à vitória. [...] Não menos censurável foi o procedimento dos pessedistas na indicação do líder da Arena: aceitaram resignadamente a escolha de outro homem egresso do extinto PSP, sem esboçar o mais tênue sinal de reação. E entre sorrisos e aplausos, ajudaram a colocar nas mãos do Sr. Isaac Rubin a chibata da liderança, que poderá cair pesadamente sobre os seus ombros, no plenário [...]. A análise desses fatos faz-nos persistir na pergunta: que faz a antiga bancada pessedista na Arena? Não é justo admitir-se que ele tenha ingressado no partido governista para aceitar com humildade uma posição caudatária. Isso pode apagar todo o passado de lutas e vitórias que os ex-pessedistas guardam com veneração e cultuam com orgulho. Mais ainda, seria decretar a falência de seus princípios, em cujas bases se edificaram memoráveis conquistas na vida pública capixaba [...] É justamente diante das sombrias perspectivas que se avizinham, compete aos parlamentares ex-pessedistas reexaminar a posição da bancada com habilidade e bom senso. Assim se poderá evitar que possíveis conseqüências indiquem os responsáveis pelo passo errado de um glorioso ex-partido, cuja trajetória tem sido marcada pela ponderação e pelos acertos. Nunca pelos erros [...]¹⁸⁷.

Assim, pelas fontes e dados em apreço, o controle inicial da Arena foi desempenhado pelos membros da antiga *Coligação Democrática*, relegando aos ex-pessedistas a condição de meros coadjuvantes no interior da sigla. Todavia, a saída de cena do ex-governador Lacerda de Aguiar, principal elemento aglutinador, mais as disputas no interior da *Coligação* por ocasião das eleições para a mesa diretora da Assembleia Legislativa acabaram causando graves fissuras, fragilizando o bloco e abrindo, desse modo, espaço para outras correlações de força por meio das quais o domínio do Diretório Regional da Arena passou para membros do antigo PSD. Dentre esses membros, destacam-se especialmente as frações ligadas aos setores urbano-industriais

¹⁸⁷UM passo errado. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 25 mar. 1966

representados por Christiano Dias Lopes, articulados com parcelas da própria *Coligação* (em especial a reaproximação do ex-PSP de Raul Gilberti e José Moraes), além do próprio Governador Rubens Rangel. Isso pode ser melhor evidenciado no pleito para a formação da lista tríplice com vistas à indicação do Governador Biônico do Espírito Santo, conforme se verá no tópico que segue.

3.6. Influências do antigo PSD na composição da lista tríplice: Christiano Dias Lopes como Governador Biônico

Como visava a obter o controle sobre os grupos políticos regionais, o Regime Militar não ficaria limitado à edição do Ato Institucional nº 2, seguido do AC-04. Após as derrotas de candidatos oficiais do regime em importantes Unidades Federativas, foi editado, em 5 de fevereiro de 1966, o Ato Institucional nº 3, que determinou eleições indiretas para o governo dos estados (Art. 1º), a ocorrerem no dia 3 de setembro de 1966 (Art. 5º), e a indicação dos prefeitos das capitais pelos governadores (Art. 4º, parágrafo 1º)¹⁸⁸.

O Ato Institucional, com apenas 7 artigos, não indicava de maneira clara quais os critérios para o registro de candidaturas aos governos estaduais. No artigo 1º parágrafo I, por exemplo, apontava o seguinte: [...] Os Partidos inscreverão os candidatos até quinze dias antes do pleito perante a Mesa da Assembléia Legislativa, e, em caso de morte ou impedimento insuperável de qualquer deles, poderão substituí-los até vinte e quatro horas antes da eleição [...] ¹⁸⁹. Além desse dispositivo, bastante vago, não havia nenhum outro que fosse capaz de restringir, de maneira mais efetiva, os pleiteantes ao cargo. Mesmo o Ato Complementar Nº 9, editado em 11 de maio de 1966, que dispunha sobre a inscrição de candidatos nas eleições indiretas, apresentava os procedimentos burocráticos para o registro das candidaturas, bem como os prazos referentes às mesmas, mas pouco esclarecia acerca dos critérios necessários para ser candidato ¹⁹⁰.

Importante salientar que, já em 1965, ao abrir o processo sucessório direto, o comando da ditadura percebeu os riscos de subestimar a participação popular, quando alguns canais democráticos de manifestação estão abertos, mesmo em condições adversas. Em 1966, não foi

¹⁸⁸ BRASIL, República Federativa do. **Ato Institucional Nº 3**, de 5 de fevereiro de 1966, Brasil (1966). Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=3&tipo_norma=AIT&data=19660205&link=s. Acesso em 04 fev. 2012.

¹⁸⁹ BRASIL, República Federativa do. **Ato Institucional Nº 3**, de 5 de fevereiro de 1966, Brasil (1966). Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=3&tipo_norma=AIT&data=19660205&link=s. Acesso em 04 fev. 2012.

¹⁹⁰ BRASIL, República Federativa do. **Ato Complementar Nº 9**, de 11 de maio de 1966, Brasil (1966). Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-9-11-maio-1966-351198-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 04 fev. 2012.

diferente: em outros onze estados do país, a disputa acirrada por uma indicação indireta das Assembleias Legislativas alertou o presidente Castelo Branco para o risco da dissidência nos diretórios regionais, se a rivalidade se mantivesse naqueles níveis (DIAS, 2009). Tais disputas ocorreram mesmo com o estabelecimento, pelo regime, de condições mínimas de acesso ao grupo dos elegíveis, bem como de um ritual para o processo eleitoral. Nesse aspecto, reveladoras são as memórias de Juracy Magalhães, que foi Ministro da Justiça entre outubro de 1965 e janeiro de 1966, e uma das principais lideranças civis do Regime:

Condições políticas: a) Dispor de bom trânsito nos meios políticos e revolucionários; b) Ser filiado à ARENA; c) Não ter antagonismos frontais com o presidente da República e o governador do estado nem, de modo geral, com a orientação política e administrativa de cada um deles; d) Não ser elemento de posições radicalizadas, nem ter comprometimento com erros e vícios do passado, notadamente com a corrupção e a subversão; e) Poder reunir em torno de seu nome a maioria dos representantes da ARENA na Assembléia Legislativa; f) Permitir, por sua formação moral, plena confiança quanto à manutenção dos compromissos com o atual esquema político da ARENA ou do partido em que ela se transformar e bem assim com o presidente da República a ser eleito pela ARENA (MAGALHÃES, Apud ABREU, 1972, P. 410).

Pelas diretrizes apontadas, ficava impossibilitada a indicação de algum elemento do partido oposicionista – o MDB –, embora não existisse nenhum dispositivo formalizado a esse respeito. Assim, todos os candidatos que cumprissem os requisitos e aceitassem as condições acima expostas seriam submetidos a uma eleição prévia pelo governador do estado, senadores, deputados federais e estaduais, bem como pelos integrantes do diretório regional da Arena que não ocupassem cargo eletivo. Em seguida, os votantes deveriam construir uma lista tríplice dentre os destacados. Os candidatos que alcançassem pelo menos 1/3 dos votos do universo eleitoral seriam submetidos à escolha do Presidente da República. Posteriormente, o nome seria referendado pela Assembleia Legislativa (DIAS, 2009).

No Espírito Santo, as movimentações para a formação da lista tríplice, a ser enviada ao Presidente da República, se iniciaram já no mês de maio de 1966¹⁹¹, e grande parte dos membros do Legislativo Estadual apostava que o nome do indicado sairia da própria Assembleia. É o que revela a enquete realizada pela reportagem de *A Gazeta*, no dia 10 de maio de 1966, junto a 26 deputados estaduais, cuja principal pergunta era a seguinte: na escolha do próximo Governador, ele deve sair de fora ou de dentro da Assembleia? O resultado da enquete pode ser observado no quadro abaixo:

¹⁹¹ DEPUTADOS opinam: novo governador deverá sair de dentro da Assembléia. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 11 mai. 1966; ESCOLHA do candidato a Governador do estado movimentada a Assembléia. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 20 mai. 1966.

Tabela 27 – Enquete sobre as eleições indiretas de 1966

Opinaram que o candidato sairia de dentro da Assembleia	Partido de origem	Partido
Alcino Santos	PSD	Arena
Antônio Alves Duarte	PTB	MDB
Antônio Jacques Soares	PTB	Arena
Dylton Penedo	PSD	Arena
Ely Junqueira	PTB	Arena
Hélio Carlos Manhães	PSP	MDB
Élcio Pinheiro Cordeiro	UDN	MDB
Jehovah Miranda	PSD	Arena
Joaquim Alves de Souza	PSP	Arena
José Moraes	PSP	Arena
José Parente Frota	PSD	Arena
Mario Gurgel	PTB	MDB
Oscar de Almeida Gama	PR	Arena
Pedro Juvenal Machado Ramos	UDN	Arena
Pedro Leal	PSD	Arena
Tuffly Nader	PSD	MDB
Vicente Silveira	UDN	Arena
Walter Bersan	PDC	Arena
Carlos Valli	PSP	Arena
Hiário Toniato	PSD	Arena
Pedro Seleme	PSD	Arena
Opinaram de forma distinta		
Luiz Batista (Candidato seria o Dep. João Calmon)	PTB	MDB
Moacyr Dalla (Candidato deveria ser do Norte do ES)	UDN	Arena
Adelpho Poli Monjardin (Poderia ser de dentro ou de fora)	UDN	Arena
Deomar Bittencourt (Poderia ser de dentro ou de fora)	UDN	Arena
Setembrino Pelissari (Não opinou)	UDN	Arena

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 11 mai. 1966.

A reunião do Diretório da Arena para a escolha da lista tríplice estava marcada para acontecer no dia 11 de junho de 1966¹⁹². Durante as movimentações em torno do processo sucessório, diversos nomes foram sendo cogitados: do antigo PSD despontaram o Deputado Federal João Calmon, que se apresentou como candidato desde o início do processo¹⁹³, o Deputado Estadual Christiano Dias Lopes Filho, que obteve grande ascensão política ante o processo de afastamento do Governador Lacerda de Aguiar e possuía grande penetração na política regional, especialmente nos setores industriais emergentes, e o Senador Jefferson de Aguiar além do empresário Américo Buaid; pela antiga *Coligação Democrática* apareceram o também Senador Raul Gilberti (ex-PSP); os deputados estaduais Emir de Macedo Gomes (ex-PSP), José Moraes (ex-PSP), Setembrino Pelissari (ex-UDN), Roberto Vivácqua (ex-PSP).

Diante da quantidade de candidatos postulantes, o cenário se desenhou bastante fragmentado e, por isso, imprevisível. Todavia, dos oito candidatos a compor a lista tríplice, três despontavam como favoritos, sendo todos do antigo PSD: o Senador Jefferson de Aguiar, que percorreu todo o

¹⁹² MÉN de Sá aguardando lista tríplice do Espírito Santo até 11 de junho. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 31 mai. 1966.

¹⁹³ JOÃO Calmon diz que aceita governar o Espírito Santo. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 02 jun. 1966.

estado para angariar votos dos arenistas¹⁹⁴; o Deputado Federal João Calmon que, embora sendo um importante quadro de circulação nacional, tinha a desvantagem, naquele momento, de possuir pouca penetração na política local, uma vez que forjou sua carreira na área da comunicação como um dos principais dirigentes dos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriant; e o Deputado Estadual Christiano Dias Lopes que, além de possuir ótimo trânsito entre as diversas forças políticas locais, especialmente nos setores industriais emergentes, representava a renovação política, uma vez que também fazia parte da antiga *Ala Moça* do PSD, o que naquele momento pesava de forma muito favorável. Portanto, entre os critérios adotados pelo regime militar para a escolha dos mandatários estaduais, Dias Lopes era aquele que possuía o melhor perfil¹⁹⁵.

Convém ressaltar que Dias Lopes se beneficiou do fato de alguns integrantes do antigo PSD com maior envergadura terem se filiado ao MDB, como é o caso de Carlito Von Shilgen, juntamente com Carlos Lindenberg. Sobre esse aspecto, relata o próprio Christiano que

[...] quando o pessoal da Coligação Democrática acordou, quase todo o PSD estava na Arena. O Carlos [Lindenberg] não quis entrar na Arena e o Carlito (Carlos Lindenberg Von Schilgen) cometeu, naquela ocasião, o gravíssimo erro de não ter vindo para a Arena com o pessoal do PSD [...]¹⁹⁶

Segundo Vasconcellos (2010), a decisão de Carlito foi benéfica para Christiano, isso porque naquele momento o também jovem Carlito era, entre as lideranças do PSD, a mais forte, e seu posicionamento contrário à Arena deixou o caminho aberto para Christiano ser o comandante do antigo PSD dentro do novo partido.

Além de Dias Lopes, correndo por fora estava o Senador Raul Gilberti que, embora não aparecesse entre os favoritos, havia sido, no período anterior ao golpe, umas das lideranças de maior ascensão política, representando a então região norte do Estado. Ele era a principal liderança do antigo PSP que, tal como pôde ser visualizado no capítulo II, foi a agremiação partidária com maior crescimento eleitoral entre os anos 1945-1964.

O Jornal *A Gazeta*, em editorial no dia da escolha e falando mais uma vez na condição de veículo do antigo PSD, naquele momento já pelas suas parcelas urbano-industriais, demonstrava afinamento com os critérios traçados pelo Regime Militar e advertia os parlamentares sobre o pleito que se avizinhava:

¹⁹⁴ JEFFERSON Aguiar cotado para a lista tríplice da Arena. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 08 jun. 1966; MEMBROS do Gabinete Executivo (Arena) já sabem em quem votar. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 09 jun. 1966.

¹⁹⁵ LISTA tríplice sai hoje, mas resultados são imprevisíveis. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 11 jun. 1966.

¹⁹⁶ LOPES FILHO, Christiano. **DR. CHRISTIANO: um mergulho no passado.** *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, p. 20-33. Ano I, n. 19, out 1977. Entrevista concedida a Oswaldo Oleari, Rogério Medeiros, Joaquim Neri e Vítor Martins.

[...] saibam escolher, saibam seleccionar os nomes sem arestas nas áreas revolucionárias, saibam escolher nomes de livre trânsito, capazes de conduzir o Espírito Santo [...] Oxalá tenham sido adotados os critérios acima e, na noite de hoje, dê a Arena ao Espírito Santo os nomes que ele espera ter como governador [...]. Que a escolha da noite de hoje seja feita em clima elevado de entendimento em torno dos problemas do Espírito Santo. Que as inteligências fiquem lúcidas, os corações se abram, as mágoas e os ódios cedam lugar à compreensão e que Deus a todos ilumine pela felicidade do Espírito Santo.¹⁹⁷

Uma nota, no mesmo dia, completava o fragmento acima, ao se referir às proposições dos candidatos: “[...] As melhores referências foram feitas aos pronunciamentos dos candidatos Jefferson de Aguiar (pelo aspecto político), Christiano Dias Lopes Filho (desenvolvimento e reforma com interiorização) e João Calmon (Programa para a Agricultura) [...]”¹⁹⁸. Como pode ser evidenciado nesse último fragmento, a plataforma de Dias Lopes era a que melhor se encaixava nas conjunturas econômica, política e social, especialmente quando consideramos a grave crise que já abatia o frágil sistema produtivo capixaba.

Os resultados acabaram confirmando as previsões mais gerais, quando apontavam para o favoritismo de Christiano Dias Lopes Filho, que venceu, ao obter 43 votos dos 81 membros da Arena regional que votaram (dois membros faltaram). Em segundo ficou Raul Gilberti, que inicialmente não aparecia como favorito, mas que, no final, confirmou o peso das lideranças da região norte; e em terceiro ficou o Senador Jefferson de Aguiar. Outra surpresa ficou por conta do deputado estadual José Moraes, um dos que menos se movimentou para angariar votos, e que não apareceu na lista tríplice por apenas um voto de diferença do terceiro colocado. Na tabela abaixo, a lista dos candidatos e a quantidade de votos recebida por cada um¹⁹⁹.

Tabela 28 – Resultado da votação para escolha da Lista Tríplice a ser submetida ao Presidente para a escolha do Governador do Espírito Santo - 1966

Candidato	Partido de origem	Quantidade de Votos
Christiano Dias Lopes Filho	PSD	43
Raul Gilberti	PSP	41
Jefferson de Aguiar	PSD	30
José Moraes	PSP	29
Roberto Vivácqua	PSP	29
João Calmon	PSD	26
Emir de Macedo Gomes	PSP	25
Setembrino Pelissari	UDN	20
Total de Votantes		81
Total de aptos a votar		83

Elaboração própria a partir dos dados de: Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fl. 23.

Portanto, da lista tríplice a ser enviada ao endosso do Presidente da República para a indicação de um nome a ser submetido à Assembleia Legislativa constavam o Deputado Estadual

¹⁹⁷ QUE saibam escolher. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 11 jun. 1966.

¹⁹⁸ EM cima da hora. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 11 jun. 1966.

¹⁹⁹ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fls. 22-24.

Christiano Dias Lopes, o Senador Raul Gilberti e o também Senador Jefferson de Aguiar. No caso de Dias Lopes, importante frisar que, a partir daquele momento, se tornava mais do que nunca o favorito, uma vez que a tendência do Presidente da República vinha sendo a de não contrariar as decisões dos grupos regionais quanto à escolha. Assim, esperava-se que o Presidente deixasse o veredicto final para a Convenção da Arena, que ocorreria no dia 9 de julho do mesmo ano²⁰⁰. Importante ressaltar que Dias Lopes conseguira não só a primeira colocação, mas também a maioria absoluta do Diretório da Arena capixaba. A disputa, portanto e doravante, se travaria entre esses três candidatos, com ampla vantagem do primeiro.

Dias Lopes era natural do município de Bom Jesus do Norte e um político militante. Foi oficial de gabinete do Governo Jones dos Santos Neves (1951/1954), quando disputou mandato legislativo estadual, conseguindo apenas colocar-se na primeira suplência, sendo convocado para o exercício do mandato durante quase toda a legislatura (1955-1958). Em 1958, eleito deputado estadual, de fato, foi líder do Governo Carlos Lindenberg e Presidente da Assembleia Legislativa. Reeleito em 1962 para a mesma cadeira, teve grande ascensão política como o líder do chamado *Comando Anti-Chiquinho*, designação dada ao grupo de parlamentares do legislativo do Espírito Santo que alimentava a campanha pela deposição do então governador Francisco Lacerda de Aguiar.

Dias Lopes também havia participado ativamente da elaboração do plano de governo do candidato Jones, derrotado em 1962, e graças a isso estava alinhado com os objetivos modernizantes e industrializantes que já vinham se desenhando na elite política capixaba, sempre tendo como pano de fundo a instabilidade política e econômica, gerada pela profunda dependência que o Espírito Santo tinha da economia cafeeira.

Assim, ao se destacar como principal postulante ao cargo, Christiano Dias Lopes representava o retorno ao poder da geração de formuladores desenvolvimentistas reunidos no antigo PSD, que haviam perdido o pleito para Lacerda de Aguiar, em 1962. Por esse motivo, passou a ser alvo de duros ataques por parte da porção da *Coligação Democrática*, doravante minoritária ante o rearranjo de forças. Sobre isso, revelador é o fragmento retirado de editorial Jornal *A Gazeta* do dia 16 de junho de 1966:

[...] lastimavelmente, mesmo após extintos pela Revolução os antigos partidos, alguns políticos que passaram para a Arena não querem admitir que algo mudou e que aquelas agremiações não passam mais do que coisas do passado [...]têm qualquer significação

²⁰⁰Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fl. 23; MAIORIA absoluta. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 14 jun. 1966; ATENÇÕES políticas se voltam agora para a Convenção da Arena: 9 de julho. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 15 jun. 1966.

no momento atual em que estamos vivendo [...]. Sinceramente, quando observamos a extinção dos antigos partidos políticos, chegamos à conclusão de que principalmente para o Espírito Santo a medida seria altamente saneadora, pois, além de acabar com as velhas richas *[sic]* de política de campanário, reuniriam dois blocos que passariam a se entender perfeitamente bem. Acontece que alguns elementos que, se colocam à margem da Arena, tentam pregar a desarmonia no seio do novo partido, o que está dando à sua estrutura forças necessárias para reprimir tais investidas [...]. Um exemplo a ser seguido é o do Deputado Federal João Calmon e de deputados estaduais que foram candidatos à lista tríplice e derrotados que, após declarado o resultado oficial, abraçaram os vencedores numa prova de democracia virgem em nossa terra [...]²⁰¹

Pesava também contra Christiano o fato de nunca ter exercido nenhum mandato executivo nem estadual nem, tampouco, federal. Uma série de outras alegações foi levantada com a finalidade de inviabilizar sua candidatura.

Apesar de todos esses ataques, no período de maior movimentação política em torno do quadro sucessório, a penetração de Christiano no interior da Arena e na política capixaba em geral, se mostrou mais efetiva. Isso porque, se antecipando a qualquer sinalização por parte do Presidente da República e demais quanto ao nome que seria indicado, um grupo de deputados da Arena²⁰², em sua maioria ex-pessedistas e ex-pessepistas, assinou uma carta em que declaravam voto em Dias Lopes. O texto da carta, conforme transcrição presente na Ata da reunião do Gabinete Executivo da Arena capixaba, do dia 1º de julho de 1966, foi o seguinte:

Excelentíssimo Senhor Deputado João Calmon. Presidente do Gabinete Executivo da Arena, Seção Espírito Santo. Declaração de voto. Os Senhores Deputados infra-assinados, tendo em vista a decisão do Excelentíssimo Senhor Presidente da República de submeter a votação, na bancada da Arena, os dois primeiros nomes da lista de candidatos a Governador do estado, vem declarar, como integrantes que são da mencionada bancada, que votam no nome do Deputado Christiano Dias Lopes Filho, não significando esta manifestação de preferência, qualquer hostilidade aos demais nomes da lista, mas, tão somente, uma opção no momento em que esta deve ser manifestada. Vitória, vinte e sete de junho de mil novecentos e sessenta e seis [...].²⁰³

Na tabela abaixo, estão listados os nomes dos deputados e suplentes que assinaram a carta de declaração de voto a Christiano Dias Lopes Filho. Nota-se a composição de um novo bloco dominante, composto basicamente pelos ex-membros do PSD, grande parte do antigo PSP e alguns poucos udenistas (apenas 3 num total de 7 deputados), uma vez que os principais permaneceram do outro lado.

²⁰¹ BRINCANDO com coisa séria. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 16 jun. 1966.

²⁰² Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fls. 52-55; CHRISTIANO: 26 votos na bancada da Arena *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 1º jul. 1966; DEPUTADOS fizeram declaração de voto indicando Christiano como Governador. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 02 jul. 1966.

²⁰³ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fls. 51-53.

Tabela 29 – Arenistas que assinaram a carta de Apoio à Christiano Dias Lopes Filho.

Membros da Bancada Arenista que assinaram a carta de apoio ao Candidato Christiano Dias Lopes Filho – 27 de junho de 1966	
Nome/Deputado	Partido antes do bipartidarismo
Alcino Santos	PSD
Tuffy Nader	PSD
José Parente Frota	PSD
Dilio Penedo	PSD
Francisco Schwarz	PSD
Oscar de Almeida Gama	PSD
Pedro Leal	PSD
Verdeval Ferreira da Silva	PSD
Antônio Jacques Soares	PSD
Celso Francisco Borges	PSD
Darcy de Paula Ghaiguer	PSD
Isaac Lopes Rubin	PTB/PTN/PSP
Vicente Amaro da Silva	PSP
Joaquim Alves de Souza	PSP
Harry Freitas Barcellos	PSP
Roberto Vivácqua	PSP
Emir de Macedo Gomes	PSP
Mario Vieira Bicalho	PTB
Manoel Monteiro Lobato	PTB
Ely Junqueira	PTB
Jheovah Miranda Ferreira	PTB
Pedro Ramos	UDN
Sebastião Cipriano do Nascimento	UDN
Vicente Silveira	UDN
Walter Bersan	PDC
Suplentes de Deputados	
Guilherme Pimentel Filho	PSD
Hilário Toniato	PSD
Pedro Saleme	PSD

Elaboração própria, com base nos dados de: Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fls. 52-55.

Ante a determinação do Presidente Castelo Branco para que a Arena decidisse entre apenas dois nomes, no caso Christiano Dias Lopes e Raul Gilberti²⁰⁴, e diante da adesão antecipada de 26 dos 34 deputados da Arena, o resultado da Convenção Regional do Partido ocorrida no dia 9 de julho de 1966, acabou não sendo outro senão a vitória de Dias Lopes por 154 votos dos convencionais (4 votaram em branco), confirmando também o nome de Isaac Rubin – ex-PTB/PTN e eleito deputado em 1962 pelo PSP – para a vice-governadoria²⁰⁵. Portanto, foi confirmado o favoritismo de Dias Lopes, que assumiria o Governo do Estado do Espírito Santo aos 37 anos de idade, sendo o primeiro chefe do poder executivo estadual que chegou ao cargo por via da eleição indireta, a partir dos critérios instituídos pelos governos militares.

²⁰⁴ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fls. 52-55; CASTELO manda Deputados da Arena decidir entre Christiano e Raul. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 25 jun. 1966.

²⁰⁵ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fls. 53-55; CONVENÇÃO da Arena homologou ontem Christiano para Governador. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 10 jul. 1966.

3.7. Conclusão

A análise da formação do bipartidarismo no Espírito Santo revelou, de um lado, um MDB aparelhado desde o início por elementos da ala mais conservadora e fisiológica do PTB, comandada por Argilano Dario; de outro, pôde-se visualizar a manutenção das disputas e rivalidades significativamente acirradas entre os dois principais grupos políticos do período anterior ao golpe – PSD *versus* Coligação Democrática – no interior da Arena, pelo domínio tanto dos espaços estratégicos no interior do Partido (especialmente do Diretório Regional), quanto de cargos eletivos, especialmente o executivo estadual.

Em termos de sistema político-partidário, bem como a respeito da institucionalização do mesmo, o capítulo permitiu endossar a tese de Grinberg (2009), também em terras espírito-santenses, segundo a qual os líderes dos partidos extintos procuravam reafirmar sua história, seus ideais, suas lutas, delimitando seu território para além da sigla. Mostravam, desse modo, a necessidade de elaborar estratégias para preservar minimamente os espaços políticos que ocupavam desde 1945, pois seria por meio deles que se comunicariam com seus eleitores visando à manutenção de certos espaços de poder.

O movimentado e tenso debate, seguido da votação sobre a cassação ou não do mandato de Francisco Lacerda de Aguiar, ocorrida no dia 4 de fevereiro de 1966, é exemplar nesse sentido. O episódio, entre outras coisas, revelou a importância desse personagem na engrenagem política do Espírito Santo, uma vez que, com a sua saída da cena política capixaba, houve o desarranjo da antiga *Coligação Democrática*, consubstanciada na eleição para a Mesa Diretora da Assembleia, abrindo espaço para a ascensão do PSD no interior da Arena, com base numa reaproximação com elementos da própria *Coligação*, especialmente ex-membros do antigo PSP, retomando a aliança firmada em 1958 e desfeita 1962.

O desfecho do desarranjo da antiga *Coligação Democrática*, seguida da reaproximação entre expessedistas e ex-pessepistas, será a ascensão dos setores *urbano-industriais* ao aparelho regional do Estado, ante a vitória de Christiano Dias Lopes nas eleições indiretas de 1966.

CAPÍTULO 4

PARTIDOS E GRUPOS POLÍTICOS NO GOVERNO BIÔNICO DE CHRISTIANO DIAS LOPES: A CRISE DO CAFÉ, A *PLATAFORMA IDEAL* E A BUSCA DO CONSENSO (1967-1971)

4.1. Aspectos Introdutórios

Este capítulo tem por finalidade discorrer sobre a atuação de Arena e MDB – e de seus respectivos agrupamentos – no contexto da gestão administrativa do primeiro Governador Biônico, Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971), e no bojo da crise econômica que se abateu sobre o Estado do Espírito Santo, decorrente da política de erradicação dos cafezais empreendida pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC). Parte-se do pressuposto de que tal crise foi o principal elemento gerador de uma ruptura na composição política do Estado, ante o colapso da estrutura agrária dominante até então, proporcionando o consenso em torno de um projeto de desenvolvimento econômico com base na indústria, doravante imaginada como único elemento capaz de recuperar a economia do Estado. Tais aspectos acabaram por se tornar a *plataforma ideal* para a circunstância – havendo uma confluência de agendas entre o projeto das elites capixabas e o projeto industrializante dos governos militares – eficiente e oportunamente proposta por Dias Lopes e, mesmo com variações, mantida pelos governos biônicos subsequentes, especialmente aquelas lideranças egressas do antigo PSD.

Todavia, apesar de nenhum grupo ou liderança de peso a contestar, observa-se que a *plataforma ideal* não foi suficiente para gerar, por si só, equilíbrio e consenso político entre governo e agrupamentos que compunham a Arena. Pretende-se demonstrar que, após ser bastante criticado no início de sua administração, Dias Lopes buscou criar canais de diálogo e de aproximação com as tendências da Arena dissidente, especialmente com parte da bancada na Assembleia. Essa movimentação do governador foi logo interceptada pela edição do Ato Institucional Nº 5, que suspendeu temporariamente as atividades políticas no legislativo, o que, no limite, beneficiou a Dias Lopes, permitindo-o agir livre das injunções de forças políticas locais, as quais cobravam mais espaço no Governo, permitindo, assim, implementar seu programa sem grandes encaixos.

4.2. A crise do café e o Consenso de Necessidades

Os galhos dos cafezais do Espírito Santo já são insuficientes para suportar o peso de nossa economia.

Jones dos Santos Neves

Para compreender os significados políticos da modernização da economia do Espírito Santo, consubstanciada no processo de industrialização, ocorrida a partir de meados da década de 1960, é fundamental resgatar, mesmo que em linhas gerais, o impacto da crise cafeeira supracitada. Isso porque essa crise é considerada, por muitos, a exemplo de Rocha & Morandi (1991), Siqueira (2001) e Villaschi (2011), o marco inicial do processo de atualização histórica vivenciado no período, no qual, a partir de razões de Estado, se implementaram iniciativas de políticas públicas e investimentos para o desenvolvimento urbano-industrial, que implicaram importantes transformações na ordem econômica, política e social do Espírito Santo.

Como se sabe, durante a República Velha, foram adotadas, em todo o país, políticas favoráveis à produção do café, que representava a base da economia nacional. Durante as décadas de 1940 e 1950, apesar de alguns esforços industrializantes, tanto no plano nacional quanto no regional, as fronteiras agrícolas do café foram ampliadas, graças à elevação dos preços do produto. Entretanto, a partir do final dos anos 1950, a situação se inverteu. Por ocasião da supersafra, com a ampliação da concorrência externa e a consequente queda dos preços, os governos federal e estadual foram obrigados a reterem a produção (FRANCO & HEES, 2005).

Assim, segundo o Professor José Antônio Buffon (1992), os sinais de falência do modelo de desenvolvimento instalado no Espírito Santo já eram antes evidenciados na década de 40, conforme fragmento abaixo:

No transcorrer das décadas de 1940 e 1950, a expansão cafeeira atinge seu apogeu. Esgotam-se as fronteiras agrícolas nas regiões sul e centro; esgotam-se as terras propícias ao café no norte e inicia-se uma lenta, porém firme trajetória de decadência da cafeicultura do Espírito Santo ao mesmo tempo em que aparecem em cena novas fontes de dinamismo para a economia do estado. Desta forma, o período em pauta não representa apenas mais um capítulo da “história do café no Espírito Santo”, senão que também abarca o seu maior alcance (o auge da cafeicultura) e ao mesmo tempo o seu momento derradeiro (BUFFON, 1992, p. 192).

Reiterando as palavras do autor, a tendência à decadência estava ligada à crescente dificuldade de reprodução da mão-de-obra familiar, ao esgotamento da fronteira agrícola, além das precárias condições de produção e da queda internacional dos preços do café, que atingiram U\$ 16,18 em 1945, o preço mais baixo da década (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011b).

Imediatamente após a crise, ocorreria ainda um incentivo à produção cafeeira ante a retomada dos preços internacionais do produto, que saíram de U\$ 16,18 a saca de 60 Kg e alcançaram U\$ 86,83 em 1954, no caso específico do café capixaba. Isso quer dizer que, embora os sinais de esgotamento da economia cafeeira já pudessem ser observados desde a década anterior, o que

ocorreu imediatamente após esses primeiros sinais de crise foi uma expansão da atividade, impulsionada por um novo aumento de preços (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011b).

Todavia, a crise veio a se agravar no início da década de 1960, quando o Governo Federal, por meio do Instituto Brasileiro do Café (IBC), com o intuito de modernizar a cafeicultura em termos de produtividade e torná-la compatível com as novas exigências do mercado internacional, iniciou a execução de uma política orientada para a erradicação dos cafezais ditos *antieconômicos*.

Sobre a crise da década de 60, as palavras de Medeiros (1977, p. 18) são esclarecedoras e complementares, quando afirma o seguinte:

Nos anos 60, verificou-se o declínio vertiginoso da cafeicultura, motivado pela queda dos preços relativos, pelo programa federal de erradicação e, finalmente, pelo advento da praga da ferrugem, que devastou inúmeras plantações. Desprovido, então, de um produto que, em 1950 e em 1968, representava, respectivamente, 79,6 e 56% de suas exportações globais, o Estado viveu momentos de crise, tendo em vista que não possuía, mesmo no setor primário, produtos que pudessem, a curto prazo, substituir o café.

Segundo o IBC (1966, p. 8), a situação do Estado do Espírito Santo era singular. Em primeiro lugar, para a superprodução brasileira a “[...] contribuição do Espírito Santo não [assumia] nenhum significado [...]”. Apesar disso, dadas as condições de produção e de qualidade, os cafezais capixabas eram considerados antieconômicos e os preços que remuneravam o produtor local eram, por conta disso, inferiores à média nacional. Assim, a antieconomicidade, para a definição do que seria erradicado, afetou severamente o Espírito Santo.

Tabela 30 – Preços do café no Brasil e no Espírito Santo – 1951-1966.

Quinquênios		PREÇO FOB US\$/SC		
		Preço Brasil	Preço ES	%
Média	1951/56	69,86	55,07	78,82
	1956/61	51,60	39,68	76,89
	1961/66	44,53	38,06	85,47

Fonte: IBC (1966)

A crise e a desorganização produtiva a que a economia do Espírito Santo foi submetida podem ser ilustradas pelo fato de que, entre 1962 e 1967, foram erradicados 53,8% dos cafeeiros capixabas, o que gerou a eliminação de 60 mil empregos, o equivalente a aproximadamente 200 mil pessoas migrando do campo para as cidades, das quais cerca de 120 mil se dirigiram para a região da Grande Vitória e 80 mil deixaram o Estado. Além disso, os indicadores demográficos apontam que, entre as décadas de 1960 e 1970, houve um crescimento de 95% da população urbana do Estado (ROCHA & MORANDI, 1991).

Nesse contexto, tal como indicam Rocha & Morandi (1991, p.36)

[...] O programa de erradicação, executado entre junho/62 e maio/67, atingiu mais da metade do cafezal capixaba, liberando 71% da área plantada com café, deixando praticamente 60 mil pessoas sem emprego na área rural. As conseqüências desse programa foram, de imediato, uma profunda crise social, devido principalmente ao problema do desemprego no setor agrícola, que provocou êxodo de famílias para as cidades, especialmente para a Região da Grande Vitória, que não dispunha de infraestrutura urbana suficiente para abrigar número elevado de pessoas que se deslocaram e, muito menos, oferecia empregos para essa massa de trabalhadores desempregados [...].

Por outro lado, a crise levou ao rompimento da dinâmica tradicional da cafeicultura, uma vez que, nas palavras de Buffon (1992, p. 322) a “[...] política de erradicação resultou numa dramática desestruturação da base produtiva existente, numa queda na renda e no emprego agrícola, além de ter empurrado as elites locais rumo a uma solução local [...]”.

Pelas suas características socioeconômicas específicas – produção agrícola de base familiar e pequena propriedade –, a economia cafeeira capixaba acabava por potencializar os efeitos da crise, uma vez que

Nos momentos de crise de superprodução e de queda dos preços do café, a economia capixaba, ao contrário do que acontecia na região cafeeira de São Paulo, não apresentava mudanças estruturais nem realizava movimentos significativos de substituição de culturas. As unidades produtoras, a despeito da brutal redução do nível de renda advinda da queda dos preços do café, mantinham a lavoura cafeeira e reforçavam a produção de subsistência de forma a compensar a redução da compra de determinados produtos que adquiriam no mercado. Assim, as unidades produtoras tornavam-se ainda mais autossuficientes, os fluxos de comércio se reduziam e o processo de acumulação estagnava (ROCHA & MORANDI, 1991, p. 22).

Vale ressaltar que a crise da produção cafeeira, pelo fato de ser este setor o responsável por parte significativa da dinâmica urbana, por ser o principal gerador de renda, acabou influenciando negativamente as atividades do comércio, vestuário, calçados, móveis, etc., além de prejudicar as atividades portuárias e bancárias, pelo fato de estarem umbilicalmente ligadas à produção do grão. Essa é a razão para o fato de a crise não ter ficado restrita somente às pequenas propriedades atingidas pela política do IBC, se alastrando para praticamente todos os setores da economia, impactando inclusive nas receitas estaduais (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011b).

Assim, por suas características estruturais, o impacto da política de erradicação dos cafezais foi relativamente maior no Espírito Santo do que em outros estados onde também se deu o processo de erradicação. Enquanto no Brasil, foram erradicados 13% dos cafezais, no Espírito Santo foram erradicados 22% desse total, o que significou, tal como já descrito, a perda de aproximadamente 53% dos cafeeiros capixabas. A quantidade de cafeeiros, que era de 447,6 milhões em 1960, reduziu-se para 234,8 milhões após a erradicação entre 1962 e 1967.

Tabela 31 – Percentual de cafezais erradicados em relação ao número existente em 1962

Estado	%
Espírito Santo	53,8
Minas Gerais	33,0
São Paulo	28,4
Paraná	26,0

Fonte: Rocha & Morandi (1991)

Sobre a crise ocorrida no Estado, um editorial do Jornal *A Gazeta*, publicado no dia 30 de março de 1967, portanto, dois meses passados do Governo Christiano Dias Lopes – cuja análise segue no próximo tópico – dá a medida certa de seus impactos no Espírito Santo e do problema que o mesmo Governo acabara de assumir:

[...] pode-se hoje ter uma idéia mais precisa da rudeza de sua tormentosa missão. Isso porque a tessitura da problemática capixaba, que vinha desde há tempos em processo de agravamento paulatino e persistente, precipitou-se há um instante, avolumando suas ruínas nos braços do novo governo. [...] A própria estrutura sócio-econômica do estado, que se assentava tradicionalmente na lavoura do café, desabou no rasto dessa cultura, sem que nosso incipiente desenvolvimento industrial alcançasse um nível de expressão capaz de oferecer qualquer compensação pelas conseqüências do radical colapso cafeeiro. As implicações sociais do desastre outorgam ainda ao governo, a pesada responsabilidade de assistir as populações que então se desajustam, exatamente no momento em que, por conseqüência do mesmo fenômeno, estão arrasadas as parcas possibilidades tributárias do Estado. [...] Os caminhos do progresso estão como que fechados pelo negrume insondável dos fatores adversos [...]²⁰⁶

Ainda sobre o Espírito Santo, nesse contexto de crise, alguns dados são ilustrativos. Segundo Medeiros (1977, p. 72), na década de 1960, o orçamento estadual apresentou superávit somente nos anos de 1960 e 1968. A renda *per capita* estadual representava somente 52,5% da nacional e a taxa de alfabetização entre pessoas com mais de 15 anos estava na ordem de 31,9%, enquanto a do Brasil era de 42,2%. Portanto, havia uma necessidade iminente de mudanças estruturais.

Assim, nas palavras de Medeiros (1977, p. 18), a “[...] a crise do café levou à constatação – mais importante – de que havia necessidade de uma diversificação econômica profunda [...]”, o que nos conduz à compreensão de que, com a destruição da economia cafeeira tradicional, se materializou aquilo que chamamos de *consenso de necessidades*. Isso equivale a dizer que não havia alternativa imediata para a realidade econômica capixaba, se não confluir os esforços sociais e políticos para um projeto industrializante (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011b), gestado entre frações da elite capixaba e a ser retomado com o retorno ao poder dos grupos e indivíduos antes vinculados ao PSD, os quais doravante se inseriram no partido do governo, a Arena.

²⁰⁶ ESPÍRITO SANTO, Ano Zero. *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 30 mar. 1967.

4.3. Montagem do Governo Christiano Dias Lopes (1967-1971): elementos, possibilidades, conflitos e a busca de consensos políticos

No que diz respeito a crise do café e à conseqüente perda da capacidade política da elite do café, convém retomar o pensamento de Pierre Bourdieu (1989, p. 11), quando argumenta que

[...] as diferentes classes ou frações de classes estão envolvidos em uma luta propriamente simbólica para imporem a definição de mundo social mais conforme os seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais [...].

Em outro livro, o mesmo autor afirma que “[...] os agentes (indivíduos ou instituições), caracterizados pelo volume de seu *capital*, determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço [...]” (BOURDIEU, 2004, p. 24).

Pensando a realidade capixaba nesses termos, especialmente por ocasião da crise do café da década de 1960, podemos aferir que a elite cafeeira, hegemônica até então, perdeu de forma substancial o seu *capital político*, isto é, a

[...] força mobilizadora que detinha seja a título pessoal [quando nos referimos às lideranças políticas representantes dessa elite], quer por delegação, como mandatário de uma organização (partido ou sindicato) detentora de um capital político acumulado no decurso de lutas passadas, e primeiro em forma de postos – no aparelho ou fora do aparelho – e de militantes ligados a esses postos (BOUDIEU, 1989, p. 190).

Com efeito, essa condição redundou na perda, por parte da elite cafeeira, da capacidade de determinar as diretrizes governamentais em termos desenvolvimentistas, abrindo espaço para novas proposições, doravante de natureza urbano-industriais.

De acordo com o que já foi analisado no capítulo anterior, Dias Lopes sagrou-se vencedor no pleito indireto para a governadoria do Estado, em 1966, tendo sido eleito por boa vantagem dentro da Arena. Assumiu o cargo em fevereiro de 1967 e sua ascensão representou a re colocação dos objetivos desenvolvimentistas como principal conteúdo das políticas públicas, já que permitiu o retorno mais claro do debate em torno da industrialização, tal como ocorrera nos Governos Jones dos Santos Neves (1943-1945 e 1951-1954), dos quais Dias Lopes participara.

Aliás, convém lembrar que Dias Lopes havia participado ativamente da elaboração do plano de governo do candidato Jones, sua principal referência política, que foi derrotado por Chiquinho em 1962. Portanto, como já salientado, estava alinhado com os objetivos modernizantes e industrializantes esboçados por parcelas da elite política capixaba, especialmente aqueles verificados nas gestões de Jones. Além disso, aderiu ao perfil desejado pelo Regime Militar em termos de projeto de desenvolvimento econômico.

A observação feita acima, quanto ao perfil e ao alinhamento de Dias Lopes, é constatável já no seu discurso de posse, ocorrido no dia 31 de janeiro de 1967, quando indicou o *binômio* a partir do qual governaria o Estado:

Pretendemos, apenas, marcar o governo pelo sentido da mudança; mudança nos métodos da administração pública; mudança nas atitudes diante dos problemas do Estado; mudança no comportamento diante de nossas potencialidades adormecidas; mudanças nas perspectivas de desenvolvimento do nosso Estado [...]. Há 23 anos, um dos administradores de maior visão deste estado – o Sr. Jones dos Santos Neves – em discurso proferido em Colatina [...] profetizava e advertia que os galhos de café eram muito frágeis para suportar nosso progresso. O Espírito Santo, entretanto, continuava investindo nos cafezais [...] até a crise. E está perplexo, estupefato e desorientado. Urge, pois, inicialmente, recuperar a confiança do nosso povo em sua própria capacidade e nas potencialidades do Espírito Santo [...] criaremos novas fontes de sustentação econômica. [...] Para essa dinamização da economia estadual, sem qualquer preocupação de obter resultados imediatos, objetivando repercussões eleitorais, ***nosso plano de governo embasa-se no binômio: racionalização administrativa e desenvolvimento*** [...] ²⁰⁷. (Grifo nosso)

No mesmo discurso, podem ser observadas também as principais rotas desenvolvimentistas que seriam buscadas:

O primeiro termo da equação compreende ampla reforma administrativa, não limitada apenas a uma estrutura nova, mais leve, mais arejada, mais descentralizada e mais dinâmica; a reforma abrangerá, ainda, providências inflexíveis para prosseguir o processo de saneamento da administração iniciado no Governo Rubens Rangel, em moldes a que se possa restabelecer, em sua plenitude, o primado da responsabilidade, austeridade e da autoridade nos atos do governo [...]. No segundo termo do binômio programático, estarão compreendidas todas as providências destinadas a ordenar esforços e recursos capazes de criar condições mínimas necessárias a fim de que o Estado possa decolar no rumo de seu efetivo desenvolvimento econômico. [...]. Reconhecidas as limitadas possibilidades dos chamados produtos tradicionais, para uma decisiva participação no incremento da economia capixaba, [...] não temos dúvidas de que as melhores perspectivas para o processo de aceleração de nossa economia encontram-se nas atividades dinâmicas ligadas à ***exportação de minérios e à agricultura de abastecimento*** ²⁰⁸. (Grifo nosso)

No sentido da industrialização, assim se manifestou o Governador Christiano Dias Lopes no mesmo discurso de posse:

Sem dúvida, a construção, pela Companhia Vale do Rio Doce, dos terminais de minério e carvão do Porto de Tubarão e a montagem da Usina de “Pellets”, possibilitando à empresa uma política agressiva de exportação de minérios; o Projeto de uma Usina Siderúrgica Integrada por que vem lutando a Companhia Ferro e Aço, a ser construída em área de que é proprietária em Ponta de Tubarão, os audaciosos Projetos do Grupo Antunes já aprovados pelo Governo Federal que vão desde os entendimentos com a Vale do Rio Doce para a exportação de minério do Vale do Paraopeba através do Porto de Tubarão, até a construção de uma Usina de Peletização e uma siderurgia, criam perspectivas extraordinárias para um grande complexo industrial na Região de Vitória [...] ²⁰⁹.

²⁰⁷ ESPÍRITO Santo tem novo Governador: discurso. *Revista Capixaba*, Nº 1, Ano I, Vitória, mar. 1967, p. 15.

²⁰⁸ ESPÍRITO Santo tem novo Governador: discurso. *Revista Capixaba*, Nº 1, Ano I, Vitória, mar. 1967, p. 15.

²⁰⁹ ESPÍRITO Santo tem novo Governador. *Revista Capixaba*, Nº 1, Ano I, Vitória, mar. 1967, p. 14.

Assim, com vistas a promover a industrialização do Estado, foi elencada, como prioridade do primeiro Governador Biônico do Estado do Espírito Santo, Christiano Dias Lopes, a criação de instrumentos legais e burocráticos para incrementar o processo de desenvolvimento econômico que passaria, na sua visão, a caracterizar a economia capixaba. Tal como salientado, o agravamento da crise do café, consequência da erradicação dos cafeeiros, fortaleceu a percepção – a qual já vinha sendo discutida – e aumentou o consenso de que a dependência econômica que o Estado possuía em relação ao café era, em si mesma, um elemento impeditivo de seu próprio desenvolvimento. Por outro lado, nas palavras de Silva (1993), o período mais profundo da crise também permitiu o consenso das articulações orientadas para a industrialização como forma inevitável para o desenvolvimento econômico do Estado.

Tal consenso pôde ser evidenciado em diversos pronunciamentos feitos por lideranças dos mais diversos agrupamentos políticos do Estado que, indistintamente, pertencentes ao antigo PSD e aos grupos que lhe faziam oposição, não questionavam a necessidade de se buscar a diversificação da economia capixaba por meio da industrialização, ante a grave crise do café. Entre essas lideranças, podem ser mencionados o emedebista e ex-petebista Argilano Dario²¹⁰, o ex-perrepista Oswaldo Zanello, o ex-udenista Eurico Rezende, além de membros do antigo PSD que não atuavam necessariamente na mesma fileira do então Governador, como é o caso de Élcio Álvares, entre outros.

Nesse sentido, para empreender o seu plano de governo, que vinha ao encontro das novas demandas, e apesar de ser uma gestão inserida no contexto de um regime autoritário, era necessário ocupar o quanto possível os espaços de poder, inclusive em termos de base de apoio no Legislativo local – especialmente quando levamos em consideração as realidades regionais – notadamente durante o tempo em que o mesmo permaneceu funcionando e sem grandes interferências. Nesse aspecto, o governo Dias Lopes foi beneficiado também pelo pleito eleitoral de 1966, cuja análise, mesmo que panorâmica, se faz necessária para os propósitos deste item do trabalho.

No capítulo anterior, pudemos aferir que a vantagem de votos conquistada por Dias Lopes para eleger-se governador biônico se deu após o desarranjo da antiga *Coligação Democrática*, consequência do afastamento de Francisco Lacerda de Aguiar do Governo do Estado. O futuro governador ocupou o espaço político que ora se constituía, fazendo uma aliança com ex-membros da *Coligação*, especialmente com o antigo PSP, bem como com elementos do ex-PTB/PTN, e uma pequena porção da UDN, entre outras forças partidárias.

²¹⁰ ANAIS da Câmara dos Deputados. Dep. ARILANO Dario, DCD 07/10/1971. p. 5614.

Em termos eleitorais, o curso dos acontecimentos e o modo como foi forjado o bipartidarismo, no Estado, favoreceram amplamente os candidatos da Arena nas eleições de 1966. Naquele ano, seriam eleitos Deputados Estaduais, Deputados Federais, além de um terço no Senado, prefeitos e vereadores. O MDB, aparelhado pela ala conservadora do antigo PTB, comandada por Argilano Dario, indicou como candidato ao Senado Solon Borges Marques, ex-prefeito de Vitória e figura bastante popular na capital capixaba e regiões circunvizinhas, motivo pelo qual não teve problemas para ser o indicado. Essa indicação, tal como salientado no capítulo anterior, frustrou as esperanças do ex-governador Carlos Lindenberg de sair candidato pela sigla.

A Arena, por outro lado, buscou contemplar suas várias tendências internas no processo de construção da chapa, apesar da insatisfação do então Senador Jefferson de Aguiar, que, pelo fato de se sentir alijado do processo, tentou antecipar-se e logo se inscreveu como candidato à reeleição²¹¹. Sobre o descontentamento de Jefferson de Aguiar, bem como acerca da busca por satisfazer os interesses dos vários grupos que compunham a Arena capixaba, a descrição da ata da reunião da *Comissão Diretora Regional – Seção Espírito Santo*, realizada também no dia 9 de julho de 1966, é esclarecedora:

O Senador Jefferson de Aguiar com a palavra protesta contra o modo, pelo qual, [sic] se deu solução às escolhas feitas, sem pelo menos ouvi-lo, como Senador, [sic] em exercício e como homem que sempre lutou na linha de frente, [sic] em tôdas as ocasiões necessárias quando solicitado o seu consenso. [...] O Senador Eurico Rezende volta novamente a falar, para dizer que a corrente política da qual, [sic] fora integrante o Senador Jefferson de Aguiar foi contemplada com a escolha do Deputado Christiano Dias Lopes Filho, para o cargo de Governador do Estado, afirmando, ainda, o Senador Eurico Rezende que, ao ex-Partido Social Democrático se destinou o cargo de governador, ao ex-Partido Trabalhista Nacional, o de vice-Governador e a [sic] ex-União Democrática Nacional outros cargos na disputa política, e ao ex-Partido da Representação Popular, o cargo de Senador da República, adiantando ainda o Senador Eurico Rezende, [sic] que todas as correntes dos extintos partidos políticos, [sic] estão satisfeitas²¹².

Portanto, o fragmento demonstra que se buscou satisfazer as diversas correntes políticas que se inseriram na Arena com a instituição do bipartidarismo. Ou seja, o PSD foi agraciado com a indicação de Dias Lopes ao Governo do Estado; a fração do antigo PTB que havia fundado o PTN, liderada por Isaac Rubin²¹³, obteve a vice-governadoria; os membros da antiga UDN se contentaram em lançar diversos candidatos para a Assembleia Legislativa e Câmara dos Deputados, já que possuíam um Senador em exercício (Eurico Rezende); e o PRP ficou com a candidatura ao Senado, com Oswaldo Zanello. Além disso, havia o antigo PSP, que já possuía

²¹¹ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fls. 54.

²¹² Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fls. 53-54.

²¹³ Importante lembrar que Isaac Rubin foi liderança do PTB, da ala conservadora, havia fundado o PTN e que, em busca de aumentar as chances de se eleger em 1962, havia registrado sua candidatura pelo PSP.

uma cadeira no Senado, com Raul Gilberti, e garantiu importantes cargos na Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, além da própria Presidência da Casa (José Moraes).

Nos dias seguintes a esses encaminhamentos e fazendo uso do expediente das sublegendas, a Arena acabou lançando dois candidatos ao Senado: Carlos Lindenberg, que foi aliciado pelo governador recém-eleito Christiano Dias Lopes (vide capítulo III), lançando-se no lugar do então deputado federal Oswaldo Zanello que, entre o risco de não conseguir eleger-se Senador e a quase certeza de afirmar a sua vaga na Câmara Federal, abriu mão da primeira possibilidade de candidatura, deixando o espaço para o candidato Carlos Lindenberg, que se desvinculou do MDB.

Dias Lopes preferiu indicar o nome de Lindenberg para assegurar um homem de confiança no Senado, preferencialmente um ex-pessedista, uma vez que, caso Zanello²¹⁴ fosse eleito, a representação capixaba na Câmara Alta seria composta somente por membros da antiga *Coligação Democrática* – os outros dois eram Eurico Rezende, ex-UDN, e o próprio Raul Gilberti, ex-PSP – os quais, apesar de terem contribuído para a eleição do Governador, não inspiravam sua total confiança. Após carta-renúncia de Oswaldo Zanello em concorrer ao Senado, seguida de votação para a escolha de um novo nome, foi referendado, como era de se esperar, Carlos Lindenberg, que recebeu 40 votos dos 55 possíveis. O segundo colocado, que também pleiteava a candidatura, Arquimedes Vivácqua, recebeu 10 votos²¹⁵. O outro candidato em sublegenda foi o então Senador Jefferson de Aguiar, que tentava a reeleição e não abriu mão de sua candidatura.

Assim, com o desfecho das negociações, além de atender às reivindicações dos vários grupos da Arena, o Governador recém-indicado aumentou significativamente as chances de manter, nas mãos do seu antigo partido, o PSD, uma cadeira no Senado, uma vez que ambos os candidatos militaram na sigla antes do golpe de 64.

Vale frisar que, para a implementação do seu projeto político-econômico, era fundamental para o Governo Dias Lopes, possuir bons representantes na cena legislativa local e nacional, tal como veremos nos próximos tópicos. Deste modo, os critérios adotados para elencar os candidatos a fim de compor as chapas para os cargos de deputados federal e estadual foram os seguintes: 1º) todos os deputados efetivos eram candidatos natos; 2º) Os suplentes que exerceram mandato também tinham assegurada a vaga para a disputa; 3º) Os prefeitos que desejassem se candidatar

²¹⁴ Importante lembrar que Zanello foi membro do PRP e esteve muito tempo vinculado ao ex-Governador Francisco Lacerda de Aguiar, mas que no final acabou se tornando um de seus maiores opositores.

²¹⁵ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fls. 58.

também teriam a vaga assegurada para qualquer um dos dois cargos. Se porventura restasse alguma vaga a ser preenchida, uma comissão composta por Christiano Dias Lopes (ex-PSD), Floriano Rubin (ex-PTB), Antônio Miguel Feu Rosa (ex-UDN), Setembrino Pelissari (ex-UDN) e Lúcio Merçon (ex-PRP) seria responsável pela composição da lista, sempre buscando satisfazer, ao máximo, os vários grupos da Arena²¹⁶.

Diante dessas considerações, ao final das movimentações e negociações, as chapas que concorreriam ao cargo de deputado federal por Arena e MDB foram compostas por 10 e 7 nomes, respectivamente. Pela Arena, se inscreveram os ex-pessedistas João Calmon, Asthenio Bagueira Leal, José Parente Frota, Élcio Álvares; os ex-petebistas Floriano Lopes Rubin e Raymundo Andrade; os ex-udenistas Dulcino Monteiro de Castro, Antônio Miguel Feu Rosa; além de Oswaldo Zanello (ex-PRP) e Adwalter Ribeiro Soares. Finalmente, pelo MDB, despontaram os seguintes candidatos: Mario Gurgel (ex-PTB), Argilano Dario (ex-PTB), Dirceu Cardoso (ex-PSD), Gilson Caroni, Meroveu Pereira Cardoso Junior, Manoel Moreira Camargo, Humberto P. de Vasconcellos.

Em relação ao resultado do pleito para o Senado Federal, a tabela abaixo demonstra claramente que a utilização do recurso da sublegenda acabou beneficiando de forma ampla a Arena e o próprio candidato Carlos Lindenberg que, embora tenha obtido menos votos do que o emedebista Solon Borges, sagrou-se vencedor com 26,21% da votação. O segundo colocado da Arena, Jefferson de Aguiar, teve 16%, resultado que, junto com o de Lindenberg, somou 50,85% da preferência dos eleitores. Solon Borges, o mais bem votado, obteve 49,14% dos votos válidos.

Tabela 32 – Resultados das eleições para o Senado - 1966.

Candidato	Partido	Partido de Origem	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
Solon Borges Marques	MDB	PTB	116.107	41,43	49,14
Soma da legenda			116.107	41,43	49,14
Carlos F. M. Lindemberg	ARENA	PSD	73.479	26,21	31,10
Jefferson de Aguiar	ARENA	PSD	46.663	16,65	19,75
Soma da legenda			120.142	42,87	50,85
Total de Votos válidos			236.249	-	100
Total de Votos Apurados			280.247	100	-
Votos Brancos			22.692	8,09	-
Votos Nulos			21.266	7,58	-

Fonte: TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo).

Na Câmara dos Deputados Federais, a Arena também obteve ampla maioria: conquistou 6 (seis) das 8 (oito) vagas, elegendo dois importantes ex-pessedistas: José Parente Frota e João Calmon;

²¹⁶ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fls. 56-58.

além de dois dos quadros mais conservadores que comandaram o PTB durante a maior parte do período democrático (1945-1964) e que haviam formado o PTN: Floriano Rubin e Raymundo Andrade; houve também a reeleição do ex-membro do PRP, Oswaldo Zanello. Quanto ao MDB, conseguiu apenas duas cadeiras na Câmara dos Deputados, ao eleger o até então Deputado Estadual Mário Gurgel, ex-membro da ala progressista do PTB, e reeleger Dirceu Cardoso (ex-PSD), conforme pode ser visualizado no quadro abaixo.

Tabela 33 – Resultados das eleições para Deputado Federal - 1966.

Candidato	Partido	Partido de Origem	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
João de Medeiros Calmon	ARENA	PSD	29.233	10,42	11,94
Oswaldo Zanello	ARENA	PRP	24.308	8,67	9,93
Mário Gurgel	MDB	PTB	23.385	8,34	9,55
Raymundo de Araújo Andrade	ARENA	PTB/PTN	20.814	7,42	8,50
Dirceu Cardoso	MDB	PSD	19.698	7,02	8,05
Antônio José Miguel Feu Rosa	ARENA	UDN	18.261	6,51	7,46
José Parente Frota	ARENA	PSD	16.162	5,76	6,60
Floriano Lopes Rubim	ARENA	PTB/PTN	15.985	5,70	6,53
Candidatos eleitos			167.846	59,84	68,59
Candidatos não eleitos			74.225	26,46	30,33
Votos de Legenda			2.596	0,93	1,06
Votos Brancos			26.850	9,57	-
Votos Nulos			8.986	3,20	-
Total de Votos Válidos			244.677	-	100
Total de Votos apurados			280.513	100	-

Fonte: TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo).

Na Assembleia Legislativa, a ampla vantagem da Arena também se reproduziu: conquistou 30 (trinta) das 43 (quarenta e três) cadeiras, ficando as demais para o MDB, conforme tabela abaixo.

Tabela 34 – Quantidade de Candidatos eleitos por Arena e MDB nas eleições para a Assembléia Legislativa - 1966

Partido e quantidade de cadeiras conquistadas	Partidos de Origem								
	PSD	UDN	PSP	PTB	PRP	PDC	PR	n.i.*	
Arena	30	11	4	3	3	3	1	1	4
MDB	13	3	-	-	5	-	2	-	3
Total	43	14	4	3	8	3	3	1	7

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TRE-ES

*n.i.: não identificado

Desse modo, o desfecho do processo eleitoral para a Assembleia favoreceu amplamente o Governador Christiano Dias Lopes. Isso porque, dos 30 (trinta) arenistas eleitos, 11 pertenciam ao antigo PSD, 4 (quatro) à antiga UDN, 3 (três) ao ex-PTB, 3 (três) ao ex-PRP, além de um pertencente ao PDC e outro ao PR. Se reproduziu na Assembleia, portanto, a expressiva vantagem do antigo PSD e do arco de alianças construído por Dias Lopes, proporcionando, pelo menos em tese, a base necessária para a aprovação das suas mensagens.

Quanto ao MDB, dos 13 (treze) candidatos eleitos, 5 pertenciam ao antigo PTB e 3 (três) ao ex-PSD, além de 3 (três) eleitos cuja origem não foi identificada (maior parte eram novas lideranças).

No que diz respeito aos pleitos municipais, em todo o país, era comum que a verdadeira disputa eleitoral se desse não entre Arena e MDB, mas sim entre os remanescentes dos antigos partidos políticos, agora sob a sublegenda governista (MADEIRA, 2006). E os dados demonstram, por conta disso, a mesma supremacia da Arena, uma vez que elegeu 43 (quarenta e três) prefeitos municipais no Estado do Espírito Santo, ao passo que o MDB elegeu apenas 10 (ainda em dificuldade para formar diretórios), conforme quadro abaixo.

Tabela 35 – Quantidade de Prefeitos eleitos, por partido, no Espírito Santo - 1966

Partido	1966	
	Nº	%
ARENA	43	81,13
MDB	10	18,86
Total	53*	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TRE-ES

*Incluindo Vitória, cujo prefeito era indicado.

O mesmo pode ser registrado em relação às eleições proporcionais no âmbito dos municípios. Das 505 (quinhentas e cinco) vagas em disputa, no ano de 1966, a Arena conquistou 361, o que corresponde a 71,48%, e o MDB 144 vagas, sendo 28,51% do total, conforme tabela abaixo.

Tabela 36 – Quantidade de vereadores eleitos, por partido, no Espírito Santo – 1966.

Partido	Quantidade de vereadores eleitos	%
Arena	361	71,48
MDB	144	28,51
Total de vagas	505	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-ES

Por fim, convém ainda ressaltar que, para aproximar-se do restante da antiga *Coligação Democrática* que permaneceu em oposição à dominância do PSD na Arena, especialmente a porção dos ex-udenistas, Dias Lopes indicou, logo no início do seu mandato, para o cargo de Prefeito de Vitória, conforme determinação do Ato Institucional nº 3²¹⁷, nada menos que o ex-membro da UDN, Setembrino Pelissari, um dos seus maiores adversários políticos, ex-líder do Governo Chiquinho na Assembleia e um dos mais fiéis defensores do ex-governador nos seus dois governos (1955-1958 e 1963-1966). Tal indicação teve que passar pelo crivo da Assembleia

²¹⁷ Pelo AI-03, as capitais de Estado passariam a ser governadas por indivíduos indicados pelo Governador de Estado com anuência das Assembleias Legislativas.

Legislativa. Nessa votação, Setembrino recebeu a quase unanimidade, foram 30 (trinta) votos contra um²¹⁸.

Com esse movimento de cooptação, o Governador objetivava obter o controle sobre a Aliança Renovadora Nacional²¹⁹. Desse modo, a oposição na Assembleia, segundo a lógica, partiria somente do MDB e seria, então, significativamente minoritária, além de composta por figuras ainda em início de carreira e, portanto, sem grande expressão política no Estado, a exemplo de Daílson Laranja, José Ignácio Ferreira²²⁰, entre outros. Uma oposição, portanto, bastante limitada, dadas as restrições próprias do regime e o próprio perfil conservador das principais lideranças do MDB capixaba nos anos iniciais. Nesse sentido, esperava-se, naquele contexto, que a oposição fosse “[...] discreta e de expectativa [...] com vigilância, mas com equilíbrio [...]”, como frisou o Presidente da Agremiação à época, Argilano Dario²²¹.

4.4. Importância da Findes na escolha do Secretariado: os conflitos com a base aliada e o projeto de terceiro partido

Retornando ao ponto inicial do capítulo, isto é, ao projeto de Dias Lopes, que se baseava, como ele próprio colocou no discurso de posse, no binômio *racionalização administrativa e desenvolvimento*, convém salientar o papel desempenhado pela Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), por meio de seu Conselho Técnico, que representava os interesses urbano-industriais. A Findes influenciou, em grande medida, o direcionamento no aparelho de Estado, a partir de sua criação, ocorrida no ano de 1958 (SILVA, 1993), tendo ampliado sua importância com o passar do tempo. Inicialmente, no contexto da sua fundação, a entidade foi presidida pelo industrial Américo Buaiz, e seu Conselho Técnico foi composto por nomes tais como: Eliezer Batista, futuro superintendente da CVRD, Alberto Stange, Arthur Carlos Gehardt Santos (futuro Governador Biônico entre 1971-1974), Humberto Pinheiro Vasconcelos, Aloízio Simões, Jorge Faria Santos e Bolívar de Abreu.

Nesse aspecto, convém retomar algumas idéias de Pierre Bourdieu (1989), uma vez que muito contribui para a compreensão tanto do consenso verificado em torno de um projeto desenvolvimentista baseado na indústria, bem como sobre o papel desempenhado pela Findes e pelos técnicos neste e nos Governos subsequentes das figuras egressas de parcelas do antigo PSD, alçados ao poder a partir de 1967. Nesse caso específico, interessante é o conceito de

²¹⁸ ASSEMBLÉIA homologou nome de Setembrino: 30 x 1. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 1º fev. 1967. Na ocasião da escolha de Setembrino Pelissari, estavam presentes 31 deputados na Assembléia. Somente o ex-pessepista Hélio Carlos Manhães votou contra a indicação.

²¹⁹ SETEMBRINO assume pensando em servir. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano I, nº 1, p. 42-43, Mar. 1967.

²²⁰ OPOSIÇÃO. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano I, nº 1, p. 31, Mar. 1967.

²²¹ OPOSIÇÃO. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano I, nº 1, p. 31, Mar. 1967.

refração que, para o pensador francês, guarda profunda relação com aquilo que considera uma das grandes dificuldades a propósito do conceito de *campo*, que é precisamente o grau de autonomia que eles usufruem. Nesse aspecto, diz Bourdieu (2004, p. 21):

[...] um dos problemas conexos será, evidentemente, o de saber qual é a natureza das pressões externas, a forma sob a qual elas se exercem, créditos, ordens, instruções, contratos, e sob quais formas se manifestam as resistências que caracterizam a autonomia [...].

E assim, complementa o autor,

[...] uma das manifestações mais visíveis da autonomia do campo é sua capacidade de *refratar*, retraduzindo sob uma forma específica as pressões ou as demandas externas. Dizemos que quanto mais autônomo for o campo, maior será o seu poder de *refração* e mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, frequentemente, de se tornarem irreconhecíveis [...] (Bourdieu, 2004, p. 22).

Inversamente ao raciocínio acima, o *campo político* no contexto do regime militar, embora gozasse de certa autonomia – tal como se vem defendendo ao longo dessa tese – é preciso também reconhecer que diversas restrições e condicionamentos externos foram impostos ao seu funcionamento. E na medida em que o *campo político* se torna menos autônomo, dadas as diversas intromissões verificadas ao campo político naquelas circunstâncias, menor é a sua capacidade de *refratar*, isto é, de *filtrar* as influências externas.

É raciocinando dessa maneira que observamos o papel da Federação das Indústrias na configuração política do Espírito Santo, no contexto do regime autoritário. Nesse momento, o *campo político* passou a ser influenciado pela natureza tecnocrata da instituição – propiciada também pelo próprio ambiente institucional, permeado pela racionalidade tecnocrata do regime militar, em nível nacional –, pois passou a ser ela a responsável pelo recrutamento e indicação dos principais quadros que ocupariam os espaços de poder na unidade federativa, e, também, por delinear as principais diretrizes governamentais. No caso específico do Governo Dias Lopes, deveriam ocorrer na seguinte ordem: a) realização de estudos de viabilidade técnica e econômica para a indústria siderúrgica no Espírito Santo; b) preparação de uma carta geoeconômica para identificação das possibilidades industriais; c) desenho dos parâmetros necessários para o estímulo à industrialização da agricultura de abastecimento, além de um levantamento socioeconômico do Estado (SILVA, 1993, VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011b).

Igualmente importante quanto às diretrizes para o Governo Dias Lopes, foi a elaboração do estudo denominado *Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Espírito Santo*, produzido pelo *Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Social e Econômico*, encomendado pela

própria Findes, em 1966, ao renomado sociólogo José Artur Rios²²². Esse estudo traçava quais seriam os produtos tradicionais mais importantes para a economia do Espírito Santo: apontava o café, o cacau, a madeira e o açúcar, mas indicava também que a crise pela qual passava o café e o esgotamento tanto da fronteira agrícola, quanto da disponibilidade de terras em condições favoráveis, seriam impedimentos para novas ondas de investimentos nessas atividades. E o documento chegava à seguinte conclusão: “[...] não há, enfim, nenhuma possibilidade de o Espírito Santo, nos próximos anos, intensificar seu desenvolvimento baseado em produtos tradicionais, sujeitos às flutuações permanentes de sua procura e de seus preços [...]” (RIOS Apud Buffon, 1992, p. 206). Nesse sentido, seria a industrialização o caminho a se perseguir para colocar o Estado em novas rotas de desenvolvimento (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA 2011b).

Como se constata, a Findes atuava em várias frentes. Por conta desse papel propositivo e técnico para a gestão de políticas públicas, que passou a desenvolver, mais o fornecimento de importantes quadros governamentais ao Estado, a partir da sua criação, a Findes acabou funcionando, durante o período, como uma espécie de *proto partido político*, na medida em que serviu como *locus* de recrutamento e formação de uma elite civil relativamente coesa e que, inserida no interior da Arena, outro *locus* de recrutamento e formação de quadros políticos, poderia dar sustentação política ao Regime no Espírito Santo, principalmente no que tange ao seu projeto desenvolvimentista.

A federação das Indústrias, desse modo, influenciou diretamente na indicação do secretariado do recém-eleito Governador, além de participar dos quadros do governo com diversos indivíduos oriundos da sua assessoria (SILVA, 1993). Entre os principais nomes que despontaram por ocasião da montagem da equipe de Dias Lopes, estão figuras como Darcy Werthler Vervloet (Educação), Rubens Paiva de Oliveira (Fazenda), Antônio Dias de Sousa (Governo), Hamilton Machado de Carvalho (Saúde) Alvin Gatti (Planejamento), Arthur Carlos Gerhardt Santos (Secretário sem Pasta para o Planejamento e Secretário de Viação e Obras Públicas entre 1966 e

²²² Nasceu no Rio de Janeiro a 24 de maio de 1921. Fez o curso secundário em Niterói e concluiu, na mesma cidade, o curso de ciências jurídicas na Faculdade de Direito, em 1943, aos 22 anos. Empenhado em especializar-se nos estudos sociológicos, cursou Ciências Sociais na antiga Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil (atual UFRJ), onde estudou com renomados sociólogos franceses (Jacques Lambert, Maurice Byé e René Poirier). Interessado em seguir carreira universitária, matriculou-se na Universidade Estadual de Lousiana, Estados Unidos, onde obteve o título de “Master of Arts”. Em sua carreira universitária, pertenceu ao corpo docente da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, tendo ali chefiado o Departamento de Sociologia e Ciência Política. Ensinou também em outras universidades brasileiras (UFRJ; Santa Úrsula, entre outras) e estrangeiras (Universidade Estadual da Flórida e Universidade da Califórnia, EE.UU.). Aposentado da universidade, tornou-se um dos mais destacados colaboradores do Conselho Técnico Nacional do Comércio e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Teve atuação destacada na edição brasileira do Dicionário de Ciências Sociais da UNESCO, a cargo da Fundação Getúlio Vargas.

1967), entre outros nomes, todos quadros eminentemente técnicos e boa parte ligada à Federação das Indústrias. Em parte das autarquias, a equipe contou com vários diretores da gestão anterior, em grande medida também com perfis técnicos²²³.

Sobre a escolha do Secretariado com perfil técnico, a *Revista Capixaba*, importante periódico da época, assim analisou:

Parece ter norteado o novo governo do ES, na elaboração de sua equipe de auxiliares, sobretudo, uma preocupação para a escolha de elementos tidos como técnicos em seus setores. Além de surpreender os meios políticos, o Sr. DL apanhou de surpresa também a grande camada da população, que pouco ou quase nada havia antes ouvido falar da maioria do Secretariado, sobre o qual, efetivamente, nem mesmo a própria imprensa local pôde estabelecer um juízo ou uma previsão mais profunda em virtude de lhe faltarem dados mais concretos acerca da capacidade isolada de cada um em seu círculo de atividades. Fica, no entanto, a esperança generalizada de que a experiência dê certo, a exemplo do que ocorreu, não há muito tempo, na Guanabara, quando o Sr. Carlos Lacerda, posto no comando do governo por um movimento nitidamente político, resolveu dele se dissociar para entregar a sua administração exclusivamente a técnicos – como agora tudo indica querer registrar também no Espírito Santo o Sr. Dias Lopes²²⁴.

Essa postura de privilegiar uma equipe técnica e o fato de ter construído um amplo arco de alianças por meio do qual viabilizou sua indicação para governador do Estado se constituíram uma contradição no governo Dias Lopes. Em outras palavras, evidencia-se que a formação de uma equipe com perfil mais técnico do que político não agradou à base de Dias Lopes. Importantes nomes, os quais foram fundamentais para a sua indicação, se sentiram alijados do Governo e, desde o início da administração, passaram a tecer diversas críticas e muitas pressões.

A mesma edição da *Revista Capixaba* – periódico que possuía uma linha editorial um pouco mais independente –, publicada em março de 1967, indica com estranheza a ausência de quadros políticos na composição do novo governo. A citação anterior e a que segue deixam transparecer as primeiras manifestações de descontentamento por parte da base de apoio do Governo Dias Lopes:

Não deixou de causar certa estranheza nos meios políticos locais a ausência de nomes que compunham a antiga Assembléia Legislativa na equipe administrativa do novo Governo. Se caracterizou [*sic*], por um lado, a desvinculação do Sr. Dias Lopes a compromissos pré-eleitorais, ou pelo menos, a sua intenção prática de demonstrá-lo, há de ter representado, de outro, uma frustração de ordem muito grande entre os ex-parlamentares que ajudaram-no a galgar a escada difícil e nem sempre destituída de obstáculos do poder. O desapontamento a que se viram envolvidas figuras que constituíram o chamado Colégio Eleitoral do último pleito indireto foi acontecimento notório a partir do instante em que a lista dos auxiliares do Sr. DL tornou-se do conhecimento público, com muitos mal podendo disfarçar a tremenda surpresa a que haviam sido colhidos²²⁵.

²²³ GOVERNADOR Christiano completa hoje seu secretariado. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 28 jan. 1967.

²²⁴ SECRETARIADO. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano I, nº 1, p. 31, Mar. 1967.

²²⁵ ESTRANHEZA. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano I, nº 1, p. 31, Mar. 1967.

E não foram somente noticiários aparentemente desvinculados do governo Dias Lopes que observaram as fissuras com parte dos agrupamentos arenistas. O veículo de imprensa governista, o Jornal *A Gazeta*, também apontava para as insatisfações de parte da base aliada. No editorial do dia 4 de março isso fica evidente:

Alguns setores políticos estão em expectativa ante o novo Governo. Tais setores são aqueles não só da oposição, como mesmo do próprio partido majoritário onde as forças políticas ainda não se condensaram, ou se sublimaram, já que experimentam ainda um processo de integração política e administrativa [...] A verdade é que, apesar de experimentarmos tempos novos em matéria de política e de administração, persistem velhos vícios, oriundos do velho sistema de fracionamento da administração, evitando que toda área governamental pudesse atender a toda facção, a todo grupo [...].²²⁶

Na edição do mês de abril do mesmo ano, a *Revista Capixaba* assim se manifestou a respeito da insatisfação de vários grupos constituintes da Arena acerca da composição do novo governo:

Um certo ceticismo passou a envolver os meios ligados à Arena com a disposição inicial observada no Sr. Dias Lopes de dar rumos que não os verdadeiramente políticos a seu governo recém-iniciado [...]. Ligeira análise leva à fácil e lógica conclusão de que não capitalizou lá muita simpatia nos citados meios [...] o chefe do executivo, já que, preocupando-se em constituir uma forte equipe de técnicos, fatalmente teve de deixar de lado compromissos de ordem política que a evolução dos acontecimentos pré-eleitorais talvez o tenha levado a assumir em nome da própria unidade partidária que agora ameaça romper-se. A princípio de maneira discreta e um tanto quanto envolta em simples ar de briga em família, a reação arenista passa a se configurar com maior intensidade à medida que as aspirações e as esperanças vão-se, lentamente, com o preencher dos últimos cargos da administração, que para a maioria dos próceres arenistas vão sendo estranhamente ocupados por nomes alheios e até longe dos quadros partidários.²²⁷

Entre os mais insatisfeitos com o desdobramento da formação do Governo Dias Lopes, aparece o prestigiado Senador Raul Gilberti, ex-membro do PSP do norte do Estado, que, tal como já indicado, era peça fundamental no tabuleiro político do Estado. Não por acaso, em entrevista concedida a *Revista Capixaba* no mês de junho de 1967, decorridos, portanto, cerca de 120 dias de governo, o referido Senador desabafou da seguinte forma:

O que o Senhor Dias Lopes está pretendendo mesmo, no duro, é dinamitar todas as lideranças políticas no Estado, objetivando ficar sozinho dentro da Arena [...] O Governador capixaba não vem dando atenção alguma aos anseios e reivindicações partidárias, deixando desarvorados e desprotegidos companheiros que sempre buscaram e lutaram pela consolidação da Arena – o que só poderá colaborar para enfraquecê-la e desagregá-la.²²⁸

E prosseguiu dizendo:

[...] Numa análise geral sobre o atual quadro político, do Espírito Santo, o que se vê, de fato, são apenas dois partidos políticos para abrigar as várias lideranças que, antes da Revolução, se distribuíam em doze ou treze. Em vista disso, os entrecosques de personalidades diferentes e de sistemas no modo de conduzir os interesses populares

²²⁶ POSIÇÃO de expectativa. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 04 mar. 1967.

²²⁷ CETICISMO. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano I, nº 2, p. 66, abr. 1967.

²²⁸ GOVERNADOR quer ficar sozinho. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano I, nº 4, p. 26, jun. 1967.

forçosamente haverão de surgir; os estremecimentos serão inevitáveis e as divisões também, levando a uma posição insustentável que só o aparecimento de um [sic] outro partido, talvez, pudesse solucionar.²²⁹

Nota-se no discurso do Senador Gilberti, os rebatimentos no Espírito Santo do debate que ocorria no plano nacional sobre a possibilidade de formação de um terceiro partido além de Arena e MDB²³⁰.

Nas edições da *Revista Capixaba* publicadas no decorrer do ano de 1967, foram veiculadas diversas matérias que, por um lado, indagavam sobre as reais possibilidades da manutenção do arco de aliança de Dias Lopes, ante as pressões dos grupos minoritários e, de outro lado, mostravam diversas articulações do Senador Raul Gilbert, bem como de outras importantes lideranças e grupos políticos, objetivando a formação de uma terceira sigla²³¹. Em algumas dessas matérias, aventava-se, inclusive, a possibilidade de rompimento definitivo do Sr. Raul Gilberti com o governo²³² por ocasião do “[...] inconformismo [...] em relação ao tratamento [...] a alas que não a do antigo PSD, assim mesmo de maneira bastante relativa [...]”²³³. Observa-se, mais uma vez, que os atores ainda mantinham intactas as suas posições de antes do Golpe de 64. Na passagem, fica evidenciado que o Senador Raul Gilberti ainda se posicionava como quando era membro do PSP.

Além de Raul Gilberti, estavam também descontentes as alas da Arena ligadas ao Deputado Oswaldo Zanello, ex-liderança do PRP, e Raymundo Andrade, um dos líderes de parcela do antigo PTB, que havia formado o PTN. Sobre esse aspecto, segundo a *Revista Capixaba* os três estavam

[...] cogitando seriamente a formação de um bloco único visando a resguardar suas áreas de influência “da negativa ação governamental”. Acusa-se o Sr. Dias Lopes de desfigurar as velhas lideranças estaduais para projetar apenas e tão somente a sua própria. E vai-se mais longe, até: Andrade, Zanello e Gilberti não serão capazes de resistir à chegada de 68 dentro da Arena²³⁴.

²²⁹ GOVERNADOR quer ficar sozinho. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano I, nº 4, p. 26, jun. 1967; QUADRO. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano I, nº 4, p. 26, jun. 1967; ENTRECHOQUES. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano I, nº 4, p. 26, jun. 1967.

²³⁰ Desde a formação do bipartidarismo, sempre que ocorria algum desequilíbrio mais grave entre os vários agrupamentos políticos inseridos no interior das duas siglas, aflorava a possibilidade da formação de um terceiro partido. Isso se deu diversas vezes entre 1965 e o início dos anos 1970. Uma delas foi o projeto de Pedro Aleixo de criar o Partido Republicano Democrático (PRD), após ser impedido de tomar posse em decorrência do falecimento de Costa e Silva, ocorrido em 1967.

²³¹ UNIDADE. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano I, nº 3, p. 32, mai. 1967; PERSPECTIVAS. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano I, nº 4, p. 62, jun. 1967; PRESSÕES de grupos *Revista Capixaba*, Vitória, Ano I, nº 6, p. 57, ago. 1967.

²³² INCONFORMISMO, *Revista Capixaba*, Vitória, Ano I, nº 4, p. 26, jun. 1967; REAÇÃO, *Revista Capixaba*, Vitória, Ano I, nº 3, p. 26, mai. 1967.

²³³ INCONFORMISMO. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano I, nº 4, p. 26, jun. 1967.

²³⁴ DESCONTENTAMENTO. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano I, nº 4, p. 38, jun. 1967.

Diante do exposto, pode-se firmar a convicção de que o periódico estava equivocado em dizer que as lideranças acima pretendiam formar um novo bloco. O que se observa é nada mais do que a reaproximação de ex-membros da Antiga *Coligação Democrática*, motivados pela insatisfação com o tratamento dispensado pelo novo governo aos antigos partidos que a constituíam. Mais uma vez, confirma-se a tese de Grinberg (2009) de que os grupos e indivíduos procuravam manter suas posições.

Importante ressaltar que não somente membros da antiga *Coligação* se sentiam deslocados no Governo. Alguns elementos do próprio ex-PSD, cujos conflitos se verificam em várias reuniões da Comissão Diretora Regional da Arena, também se manifestaram nesse sentido. Em uma dessas reuniões, realizada no dia 12 de dezembro de 1967, houve debates bastante acalorados entre os diversos agrupamentos intra-Arena. Na ocasião, Élcio Álvares que, embora ex-membro do PSD, nunca estabelecera boas relações com Dias Lopes – e que naquele momento não possuía mandato eletivo (havia perdido a eleição para deputado federal) –, fez as seguintes considerações:

[...] realmente existe grande desinteresse no interior do Estado face ao não atendimento do Partido [...]. O descontentamento parte de muitos companheiros, principalmente no que concerne ao atendimento e assistência a esses companheiros, alertando que o “MDB” vem atuando e assistindo os seus adeptos enquanto a Arena cruza os braços e abandona os correligionários [...]²³⁵.

Nesta mesma reunião do dia 12 de dezembro de 1967, houve a formação de uma Comissão com a finalidade de se fazer um levantamento de todas as reclamações dos membros da Arena no que dizia respeito à relação entre governo e partido. O curioso é que, inicialmente, o requerimento feito pelo então Deputado Federal Antônio José Miguel Feu Rosa (ex-UDN), sugeria que a Comissão fosse composta por três deputados estaduais. Mas, por sugestão do também Deputado Oswaldo Zanello (ex-PRP), deveria possuir “[...] cinco Srs. deputados e não [...] três, pois eram cinco os ex-partidos e, assim, seria possível a indicação de um elemento de cada uma das ex-agregiações [...]”²³⁶.

Em contrapartida, o Governo Dias Lopes não assistiu passivamente aos ataques e pressões de membros das alas minoritárias da Arena. Em primeiro lugar, sobre as insatisfações das mesmas, procurou não polemizar em torno do assunto, como forma de postergar o problema, tal como pode ser observado no fragmento que segue:

²³⁵ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fls. 77-78.

²³⁶ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fls. 78.

Em que pese [...] a verdadeira onda formada em torno do assunto, vale destacar que a firme disposição demonstrada pelo Sr. Dias Lopes de simplesmente desconhecê-lo, [*sic*] está levando a quase totalidade do meio arenista a um desencorajamento digno de registro dentro do velho raciocínio de que mais vale ficar mal satisfeito ao lado do governo, do que insatisfeito no oposto. Sobre o problema, aliás, revela frisar que pessoas chegadas ao atual governador tem feito registrar que é o mais firme possível o seu desejo de levar até o final do seu mandato o ponto de vista com que o iniciou, isto é, inteiramente dissociado de injunções e de ingerências políticas. Pelo menos – diz-se – diretamente não as aceitará, decidido que se encontra, inclusive, de ir a extremos e de encerrar no Palácio Anchieta a sua trajetória na vida pública, desde que isso seja necessário para que possa permanecer na intenção de dar ao Espírito Santo o governo que julga ser o de acordo com as suas reais necessidades que, pelo visto, parecem prescindir de colaboração dita política²³⁷.

Além disso, Dias Lopes tratou de utilizar o seu principal meio de comunicação, o *Jornal A Gazeta*, neste momento já sob a tutela do General Darcy Pacheco de Queiroz²³⁸, para fazer frente às pressões. Em diversos editoriais, publicados especialmente a partir do mês de março de 1967, fica evidenciada a intenção de responder às pressões de grupos minoritários da Arena. Um exemplo é o editorial veiculado no dia 3, cujo fragmento segue abaixo:

O Governador Dias Lopes não escondeu aos capixabas, aos políticos, aos comerciantes, aos industriais, aos agricultores, aos servidores públicos, ao povo em geral, que a sua administração teria um sentido de mudança [...] E não poderia ser diferente. Christiano foi eleito Governador na crista de um movimento político que destruiu as velhas bases partidárias, castigou lideranças, rompeu com o paternalismo populacheiro [*sic*], e instituiu a verdade como paradigma, entretanto a realidade político-social da Nação com as armas que a nação dispõe e dentro de um sentido incomum de justiça. Não tem fugido o Governador a seus compromissos. Prometeu que daria ao Espírito Santo uma administração técnica na sua estrutura, mas política no seu comando e assim o tem feito. As pastas não foram entregues a técnicos, mas sim a políticos. A estrutura das mesmas é técnica ou será após a reforma administrativa e o Governo tem dado à Arena o prestígio prometido e o apoio que os seus líderes merecem. A Administração é hoje uma oficina que laboriosamente atua politicamente, sob o comando do Governador do Estado, servindo à agremiação majoritária, cujos postulados são orientados no sentido do bem estar da gente capixaba [...].²³⁹

Com essa perspectiva e com esse posicionamento firme e, até certo ponto, intransigente, e não obstante as pressões das correntes minoritárias da Arena e as animosidades criadas em face do problema da composição do seu secretariado, Dias Lopes deu continuidade ao seu Programa de Governo²⁴⁰ e buscou acelerar as diversas reformas propostas, tal como segue.

²³⁷ FIRME disposição. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano I, nº 6, p. 58, ago. 1967; PRESSÃO de grupos. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano I, nº 6, p. 58, ago. 1967; ATÉ o fim. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano I, nº 6, p. 58, ago. 1967.

²³⁸ Darcy Pacheco de Queiroz era General da Reserva e cunhado de Carlos Lindenberg, dono do *Jornal A Gazeta*. Assumiu a direção do jornal em 8 de abril de 1964, em substituição a Eloy Nogueira da Silva, tendo permanecido no cargo por mais de 30 anos, desvinculando-se somente em 1990 para se tornar vice-presidente da empresa. A posse do General na direção de *A Gazeta* tinha a clara intenção de sinalizar para o fato de que se dispunha a apoiar o movimento militar de 1964, objetivando, inclusive, evitar retaliações, tal como ocorrera a outros veículos de comunicação. Para maiores esclarecimentos, ver: CORREA, José Carlos. **A Gazeta – Vitória- ES – do jornalismo partidário à gestão profissional**. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Comunicação) – Faculdade Cândido Mendes, Vitória, 2004.

²³⁹ UM aspecto de mudança. *A Gazeta* Vitória, p. 03, 03 mar. 1967.

²⁴⁰ Importante frisar que a base do Programa de Governo de Dias Lopes era o documento encomendado pela Findes, em 1966, que se denominava *Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Espírito Santo*.

4.5. A reaproximação com a bancada arenista e o poder das “leis delegadas”

Em meio às turbulências políticas com sua própria base aliada, o Governador criou a Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (CODES), por meio da Lei 2.279, de 1º de fevereiro de 1967, imediatamente instalada no dia 20 do mesmo mês; a CODES, concebida como autarquia de economia mista, tinha como atribuição colaborar com os setores público e privado na política de desenvolvimento econômico e social do Espírito Santo, com base na diversificação da economia ante a crise do seu principal produto, o café²⁴¹. O primeiro presidente da Companhia e também responsável pela sua criação foi o Professor da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Espírito Santo, Arthur Carlos Gerhardt Santos, auxiliado pelo Engenheiro Agrônomo Lélío Rodrigues. Ambos se tornariam cânones do desenvolvimentismo capixaba²⁴².

Necessário se faz destacar que o governo tinha a finalidade de levar adiante a sua reforma administrativa, bem como a proposta de recuperação e desenvolvimento econômico; que era evidente para ele a existência de diversos conflitos com agrupamentos minoritários da Arena; e que deveria empenhar-se em minimizar tais embates a fim de aprovar importantes matérias no Legislativo estadual. Considerando esse contexto, o governo se dedicou à tarefa de reduzir conflitos, especialmente da sua base aliada. Sobre a natureza de tais conflitos, o editorial, ainda do mês de março de 1967 – um dos momentos de maior efervescência em termos de fissuras entre governo e Arena – deixa evidente a total clareza do Governo: “[...] Como partido político, a Arena há de experimentar lutas internas de frágeis a sérias e o Governo, sendo um produto de tal agremiação, flutuará ao sabor de tais dissidências, modificar-se-á à medida que as posições políticas modificarem-se [...]”²⁴³.

Movido por tal convicção, Dias Lopes iniciou uma reaproximação com a bancada arenista na Assembleia, para atenuar os atritos com o partido do governo e implementar os demais pontos do seu programa²⁴⁴. Importante salientar que algumas demandas exigiam do Executivo local mais rapidez nas ações, pois eram, em vários casos, oriundas do governo federal e com prazos pré-fixados, uma vez que a nova Constituição Federal, em vigor desde 13 de março de 1967, fixava o prazo de 45 dias para aprovação de projetos de lei apresentados pelo Executivo, em regime de

²⁴¹ CODES planeja desenvolvimento do Estado. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano I, nº 4, p. 44, jun. 1967; GOVERNO cria Companhia e Fundo de Desenvolvimento. *A Gazeta* Vitória, p. 01, 02 fev. 1967; CONSTITUIDA ontem Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo. *A Gazeta* Vitória, p. 01, 21 fev. 1967.

²⁴² Arthur Carlos G. Santos se tornaria o segundo Governador Biônico do Espírito Santo, sucedendo Christiano Dias Lopes Filho. CODES planeja desenvolvimento do Estado. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano I, nº 4, p. 44, jun. 1967; HASSE, Geraldo. **Grandes Projetos - A Turma do Arlindo Villaschi**: exumando o pensamento econômico capixaba. Disponível em: <http://www.seculodiario.com/seculo2000/seculo03/hasse/index.htm>. Acesso em: 23 mai. 2012.

²⁴³ POSIÇÃO de expectativa. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 04 mar. 1967.

²⁴⁴ GOVERNO afinado com bancada arenista. *A Gazeta* Vitória, p. 01, 02 jul. 1967; REUNIÃO possibilitou maior entrosamento. *A Gazeta* Vitória, p. 01, 02 jul. 1967.

urgência; se esses projetos, por acaso, não fossem votados nesse decurso, seriam automaticamente aprovados²⁴⁵ (ALVES, 2005).

Uma dessas matérias foi a nova Carta Constitucional do Espírito Santo, desdobramento da própria Constituição de 1967²⁴⁶. Quando recebeu o anteprojeto, a Assembleia Legislativa tinha 30 dias de prazo para oferecer emendas e aprovar²⁴⁷, sem o que, decorrido o prazo, seriam incorporados à nova Constituição Estadual os dispositivos constantes na Carta Federal (no que era aplicável aos estados). Para realizar essa tarefa constituinte, o Governador Dias Lopes nomeou uma Comissão de Justiça composta por três membros, entre os quais dois desembargadores, a qual ficou responsável pela confecção do anteprojeto que seria, em seguida, submetido a uma Comissão Especial criada pela Assembleia Legislativa²⁴⁸. Durante os trabalhos desta última, concluídos no dia 2 de maio de 1967, foram examinadas 468 emendas.

Nessa demanda, Dias Lopes não teve problemas com sua base no Legislativo Estadual. Aliás, graças a seu apoio maciço, foi possível aprovar em tempo hábil a nova Carta²⁴⁹. O grande problema para o Governo, dessa vez, foi a postura bastante aguerrida de parte do MDB, que, pela primeira vez desde sua criação, se opôs de maneira mais sistemática à gestão Dias Lopes, tentando de todas as formas obstruir as discussões em torno da nova Constituição. Nesse aspecto, destaque para os Deputados Daílson Laranja, Hugo Borges e José Ignácio Ferreira, que intervieram fortemente, visando à obstrução dos trabalhos, a ponto de ter-se gerado o risco de não concluí-los dentro do prazo predeterminado.²⁵⁰ Tal postura se tornará mais corriqueira, pelo menos até a onda de cassações verificadas no bojo da edição do Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968, o que se verá mais adiante.

²⁴⁵ Previsto no Artigo 54, parágrafo 1º. BRASIL, **Constituição de 1967**, de 24 de Janeiro de 1967, Brasil (1967). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm. Acesso em 11 mar. 2012. Os projetos sem urgência seriam considerados automaticamente aprovados caso não fossem apreciados num prazo de 60 dias.

²⁴⁶ Para a elaboração da Constituição de 1967, o Congresso Nacional foi convocado extraordinariamente, por meio do Ato Institucional Nº 4, entre os dias 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967.

²⁴⁷ Previsto no Art. 50, incisos I, II e III da Constituição de 1967. BRASIL, **Constituição de 1967**, de 24 de Janeiro de 1967, Brasil (1967). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm. Acesso em 11 mar. 2012. Os projetos sem urgência seriam considerados automaticamente aprovados caso não fossem apreciados num prazo de 60 dias.

²⁴⁸ A confecção do texto ficou sob a responsabilidade da Comissão de Justiça, nomeada pelo Governador, que era composta pelos seguintes membros: os Desembargadores Vicente Caetano e Cícero Alves e o Secretário de Governo Alvinho Gatti. Em seguida, o anteprojeto foi submetido a uma Comissão Especial, formada pela Assembleia, composta pelos seguintes deputados: da Arena - José Carlos da Fonseca (líder do Governo), Hilário Tonniato, Dyllo Penedo, Francisco Schwartz, Dalton Lyrio, Pedro Leal, Oscar de Almeida Gama, Edson Machado, Vicente Silveira e Moacyr Dalla; do MDB - Luiz Batista, José Ignácio Ferreira, José Rodrigues de Oliveira. ASSEMBLÉIA: 30 dias aprovar novo texto constitucional. *A Gazeta* Vitória, p. 01, 16 abr. 1967; ASSEMBLÉIA cria Comissão Especial. *A Gazeta* Vitória, p. 01, 23 abr. 1967.

²⁴⁹ A MAIORIA garantiu a aprovação da Nova Carta. *A Gazeta* Vitória, p. 01, 12 mai. 1967; ASSEMBLÉIA aprova hoje redação final da nova Constituição. *A Gazeta* Vitória, p. 01, 13 mai. 1967.

²⁵⁰ ESPÍRITO SANTO poderá ficar sem a nova Carta, mas já gastou 30 milhões. *A Gazeta* Vitória, p. 07, 09 mai. 1967. IRRESPONSABILIDADE Histórica. *A Gazeta* Vitória, p. 03, 09 mai. 1967.

Assim, visando a evitar problemas com o Legislativo, especialmente com o partido governista, Dias Lopes buscou se antecipar, realizando diversas reuniões com as lideranças de correntes arenistas. A respeito de uma delas, ocorrida no início do mês de julho de 1967, a crônica da imprensa relata o seguinte:

Anunciada como tempestade, a reunião do Governador Christiano Dias Lopes Filho com a bancada da Arena ofereceu, ao contrário, oportunidade para maior entrosamento dos parlamentares com a administração, tendo predominado, no encontro, o espírito de compreensão e colaboração, num atestado de que a bancada da maioria está devidamente afinada com o programa da administração.²⁵¹

Como veículo oficial, é evidente que havia o interesse do Jornal *A Gazeta* em passar a ideia de que a relação entre governo e bancada era harmônica. Todavia, é importante frisar que houve uma postura mais política de Dias Lopes ante as pressões e ataques que sofreu quando da insatisfação de determinados setores do partido governista por ocasião da montagem de sua equipe de secretários.

A própria *reforma administrativa* proposta por Dias Lopes, que seria submetida nas semanas seguintes ao Legislativo estadual, funcionou como um aceno de que os vários grupos da Arena seriam atendidos nas suas reivindicações para participar de maneira mais efetiva do Governo. Dias Lopes soube utilizar muito bem esse aceno, abrindo determinados espaços no seu governo como estratégia de cooptação²⁵². Não por acaso, obteve, em seguida, outra importante vitória: conseguiu aprovar, com apoio maciço da maioria governista, o regime de *Leis Delegadas*²⁵³, dispositivo por meio do qual o executivo passaria a ter, por tempo determinado, plenos poderes na atribuição de legislar²⁵⁴. Por esse mecanismo, aprovado em julho de 1967, Dias Lopes pôde colocar em prática a tão propalada *reforma administrativa*, que foi finalmente aprovada, apesar dos protestos por parte dos deputados mais aguerridos do MDB²⁵⁵.

Assim, valendo-se desse dispositivo e tendo como base o Decreto-Lei 200, de fevereiro de 1967, que orientava a reforma administrativa no plano federal, bem como a Lei Estadual nº 2.296, de 15 de julho de 1967²⁵⁶, sua similar no plano regional, além de 26 *Leis Delegadas* (LD), baixadas pelo Governador, no período de setembro a novembro de 1967, o Governo estruturou os

²⁵¹ GOVERNO afinado com bancada arenista. *A Gazeta* Vitória, p. 01, 02 jul. 1967.

²⁵² REFORMULAÇÃO do Secretariado reuniu Eurico e Christiano. *A Gazeta* Vitória, p. 07, 03 ago. 1967.

²⁵³ Previsto no Art. 188, parágrafo único da Constituição de 1967. BRASIL, **Constituição de 1967**, de 24 de Janeiro de 1967, Brasil (1967). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm. Acesso em 11 mar. 2012.

²⁵⁴ LEGISLATIVO (com leis delegadas) deu um enorme voto de confiança ao Governo, diz Machado. *A Gazeta* Vitória, p. 01, 13 jul. 1967.

²⁵⁵ APROVAÇÃO da Reforma Administrativa agitou sessão de ontem: Assembléia. *A Gazeta* Vitória, p. 01, 07 jul. 1967.

²⁵⁶ VASCONCELLOS, João Gualberto. Governo: novo capítulo. Revista Instituto Jones dos Santos Neves. Ano VII – Nº 01. – Vitória. Dez. 1994.

principais organismos para a administração pública, redundando em importante reforma administrativa, tornando moderna a face subnacional do Estado (SILVA, 2010). Nas palavras do próprio Governador, a reforma representava

[...] um conjunto de medidas tendentes a tornar a administração pública mais ágil, menos pesada, mais leve, mais flexível, menos emperrada, mais ventilada, mais responsável, mais ambiciosa em termos de realizações, mais aparelhada, enfim, para agir, a tempo e hora, com medidas precisas, bem estudadas e planejadas, na luta pelo desenvolvimento [...]. É bom, porém, ficar bem claro: reforma administrativa não é aquele chapéu de mágico de onde se tiram sapos, gravatas, lenços, coelhos, pombos, etc, etc, etc [...] E por que a reforma? Porque a estrutura administrativa que existe, ou aparenta existir, (o que aí está não passa de um amontoado de órgãos, atrofiados uns, inchados outros, mas esclerosados todos), não oferece condições ao governo para promover o desenvolvimento e sequer consegue acompanhar, mesmo como expectadora, o desenvolvimento do Estado [...] a atual estrutura da administração pública é um verdadeiro sapato apertado para o Espírito Santo²⁵⁷

As 26 *Leis Delegadas*, desdobradas em decretos, portarias e normas, se voltaram para uma reforma administrativa, no sentido de modificar a burocracia estatal no que tange à programação, coordenação, descentralização, delegação de competência, racionalização e organicidade (SILVA, 1993; VASCONCELLOS, 2010). A maioria das *Leis Delegadas* estabeleceu a estrutura e definiu e/ou redefiniu competências dos órgãos, conforme tabela abaixo:

²⁵⁷ LOPES FILHO, Christiano Dias. **Governador Dias Lopes, com franqueza:** Reforma Administrativa não é chapéu de mágico. Entrevista concedida a *Revista Capixaba*, Vitória, p. 84-85, mar. 1967.

Tabela 37 – As 26 Leis delegadas editadas na Gestão Christiano Dias Lopes (1967-1971)

Intervenção	Lei Delegada
Departamento de Administração Geral	Nº 1
Departamento de Edificações e Obras	Nº 2
Previa o Fundo de Reforma Administrativa	Nº 3
Secretaria de Saúde e Assistência	Nº 4
Secretaria de Agricultura	Nº 5
Criação do Conselho Estadual de Cultura	Nº 6
Empresa capixaba de Turismo (Emcatur)	Nº 7
Departamento de Transporte/normas aquisição de veículos	Nº 8
Secretaria de Indústria e Comércio	Nº 9
Secretaria de Serviços Públicos Especiais	Nº 10
Organizou departamento de Patrimônio	Nº 11
Secretaria de Serviços Sociais	Nº 12
Secretaria da Fazenda	Nº 13
Departamento de Engenharia e Mecanização Agrícola	Nº 14
Consultoria do Estado	Nº 15
Departamento de Terras e Colonização	Nº 16
Estruturou a Procuradoria Geral do Estado	Nº 17
Autarquia para administração do Porto de Vitória	Nº 18
Criado o cargo de Secretário para Assuntos de Reforma	Nº 19
Secretaria de Educação e Cultura	Nº 20
Criada aposentadoria proporcional por tempo de serviço	Nº 21
Estruturou os Gabinetes dos Secretários de estado	Nº 22
Governadoria do Estado	Nº 23
Secretaria de Educação e Cultura	Nº 24
Extinção de cargos na Secretaria da Fazenda	Nº 25
Secretaria do interior e Assuntos de Justiça	Nº 26

Fonte: elaboração própria, com base nos dados de SILVA (1993).

Tal como pode ser visualizado na tabela, por meio das *Leis Delegadas*, a gestão Dias Lopes interveio em praticamente todos os setores da administração pública estadual. Fugiria dos propósitos desta pesquisa, adentrar os detalhes analíticos dessa *reforma administrativa* empreendida pela gestão Dias Lopes, estudo já suficientemente realizado por Silva (1993). Acerca da mesma, bastam as considerações mais gerais de Marta Zorzal e Silva (2010, p. 38), segundo a qual, a reforma instituiu variadas,

“[...] estruturas constituídas por burocracias técnicas capazes de processar dados e informações e reciclar conhecimentos com rapidez, para dar o necessário suporte à gestão pública e à formulação de alternativas para o desenvolvimento estadual [...]” (SILVA, 2010 p. 38).

Coube, portanto, ao Governo Christiano Dias Lopes, implementar a reforma administrativa no figurino daquilo que determinavam as diretrizes federais, [...] instalando no Estado os órgãos periféricos aos grandes sistemas de administração de recursos financeiros que garantiam a centralização do poder decisório junto às matrizes federais (DNER, EMBRATUR, BNDES, BNH, Eletrobrás, etc.) (SILVA, 1993).

O Governo Dias Lopes desenvolveu ações também em outros setores, como na educação, em que desenvolveu a Mobilização Cívica Contra o Analfabetismo (MOOCA), audacioso programa de combate ao analfabetismo, aliás, muito parecido ao que o Governo Federal lançaria no início da década de 70, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Além disso, empreendeu ações nas áreas de saúde e saneamento, bem como desenvolveu políticas de valorização do funcionalismo público, com base na meritocracia, entre outras iniciativas²⁵⁸.

4.6. As eleições para a Mesa Diretora da Assembleia de 1968: a Arena dissidente

Apesar das tentativas de reaproximação, as relações entre Governo e parcela da bancada arenista, composta basicamente por ex-membros de PSD, UDN e PSP, voltaram a se estremecer. A despeito do aceno do governo em atender às demandas tangentes à reforma administrativa, na prática, tais promessas não se concretizaram e, nos meses finais de 1967 e início de 1968, as relações, que eram complicadas, voltaram a se deteriorar²⁵⁹.

O principal expoente das insatisfações passou a ser aquele que até então não havia criado grandes problemas ao Governo, o Deputado Estadual José Moraes, o qual fora peça chave nas articulações visando à formação, dentro da Arena, da aliança que conduziu Christiano Dias Lopes ao cargo de governador. Devido à falta de espaço para os grupos minoritários no interior da Arena, Moraes passou a compor as fileiras daqueles que criticavam o governo, obstruindo, como chefe do legislativo, diversas importantes matérias enviadas pelo executivo.

No mês de março de 1968, seriam realizadas novas eleições para a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa. Quando se fala na relação entre Executivo e Legislativo, conceito chave na ciência política é o *poder de agenda*, que se refere à capacidade que um ator qualquer possui de determinar o conteúdo, a ordem e a velocidade de votação de matérias no Legislativo (PEREIRA, 2001). É consensual, na literatura acerca das coalizões de governo, a importância de se ter o controle da agenda do Legislativo. Nesse sentido, interessava ao governo que um nome comprometido com o programa em curso estivesse na Presidência da Mesa Diretora da Assembleia e, também nesse sentido, se descartava a possível reeleição de José Moraes, que já fazia implacável oposição ao Governo Dias Lopes e que almejava permanecer no cargo o qual ocupava já por dois mandatos consecutivos.

²⁵⁸ Para maiores esclarecimentos acerca do Governo Christiano Dias Lopes Filho (1067-1971), ver: SILVA, Justo Corrêa. **Espírito Santo: o processo de industrialização e a formação da estrutura do poder executivo – 1967/1983**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1993; VASCOCELLOS, João Gualberto. **Memória do Desenvolvimento do Espírito Santo: grandes nomes**. Vitória: Espírito Santo em ação, 2010.

²⁵⁹ NENHUM grupo será constituído para torpedear ação do Governo. *A Gazeta* Vitória, p. 01, 17 nov. 1967.

Diante desse cenário, o Governo iniciou uma série de conversações com a bancada da Arena, com vistas a adotar um critério para a disputa. Tentou-se inicialmente o rodízio, o que levaria à escolha de outro nome²⁶⁰, excluindo-se, portanto, o de José Moraes. A partir da tentativa de utilizar esse critério e objetivando participar ativamente do pleito, bem como sagrar-se vitorioso, o Governo lançou como candidato o deputado ex-pessedista Henrique Pretti.

Todavia, Dias Lopes não obteve êxito nas suas movimentações em torno da proposta do rodízio²⁶¹ para presidir a Assembleia e tampouco conseguiu a união arenista que estava sendo tentada desde a formação do governo. Assim, um grupo dissidente, que há tempos se aglutinava em torno da denominação *Grupo Independente*, acabou lançando o nome de José Moraes à reeleição, ficando assim constituídas as chapas que concorreram à Mesa Diretora:

Tabela 38 – Chapas concorrentes para a Presidência da Assembléia Legislativa – 1968.

Chapa da ARENA-Governo			
Cargo em disputa	Deputado	Partido de origem	Partido
Presidente	Henrique Pretti	PSD	ARENA
1º Vice-Presidente	Emyr de Macedo Gomes	PSP	ARENA
2º Vice-Presidente	Pedro Seleme	PSD	ARENA
1º Secretário	Ely Junqueira	PTB	ARENA
2º Secretário	Celso Borges	PSD	ARENA
3º Secretário	Gustavo Wernesbach	UDN	ARENA
4º Secretário	-	-	ARENA
Chapa Arena-MDB			
Cargo em disputa	Deputado	Partido de origem	Partido
Presidente	José Moraes	PSP	ARENA
1º Vice-Presidente	Moacyr Dalla	UDN	ARENA
2º Vice-Presidente	José Ignácio Ferreira	PTB	MDB
1º Secretário	Alcino Santos	PSD	ARENA
2º Secretário	Mikeil Chequer	PSD	MDB
3º Secretário	José Wenceslau	-	MDB
4º Secretário	João Meneguelli	-	ARENA

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados de *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 16 mar. 1968.

Contando com os votos do MDB e de parte dos deputados arenistas, o Deputado José Moraes acabou conseguindo reeleger-se Presidente da Assembleia Legislativa, obtendo 24 votos, contra 19 dados ao seu concorrente Henrique Pretti²⁶².

A crônica jornalística da época aponta o episódio do pleito para a Mesa Diretora como a grande derrota sofrida pelo Governo na Gestão Dias Lopes, responsável pelo aprofundamento das dissensões com Arena. Sobre esse assunto, a *Revista Capixaba*, na edição de abril daquele mesmo ano, traz uma ampla matéria, denominada *Onze rebeldes e uma advertência*, que

²⁶⁰ DEPUTADOS (em brios) resolvem cumprir rodízio na Assembléia para eleição da Mesa Diretora. *A Gazeta* Vitória, p. 01, 09 fev. 1968; DEPUTADOS da Arena se pronunciam a favor do rodízio na Assembléia *A Gazeta* Vitória, p. 01, 23 fev. 1968; ARENA marca e adia reunião da bancada para discussão do rodízio: Mesa da Assembléia. *A Gazeta* Vitória, p. 01, 24 fev. 1968.

²⁶¹ GANHA corpo na Assembléia o rodízio da Mesa Diretora. *A Gazeta* Vitória, p. 01, 1º mar. 1968.

²⁶² ASSEMBLÉIA reelege José Moraes. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano II, nº 14, p.75, abr. 1968.

confirma tal afirmativa, lembrando, inclusive, o início da gestão Dias Lopes e as primeiras indisposições dessa natureza com os setores capitaneados pelo Senador Raul Gilberti:

Passado o episódio da disputa da direção do poder legislativo estadual, em que colheu o governo o amargor da primeira derrota parlamentar, há de lhe ter ficado, quando nada, a advertência de que precisa urgentemente reformular a sua orientação política, se é, evidentemente, que deseja preservar a unidade partidária. [...] Aliados aos 13 membros da bancada do MDB, 11 integrantes do bloco arenista valeram-se da oportunidade para confirmar na presidência da Assembléia Legislativa o Sr. José Moraes, vetado pela situação em sua pretensão de permanecer no cargo [...]. Não aceitando os acenos do Governo, o grupo dos onze partiu para uma espécie de forra, a demonstrar clara e infofismavelmente ao Sr. Dias Lopes um descontentamento que a sucessão dos dias e dos meses só fez agravar [...] Quatro meses não eram ainda vencidos e a primeira advertência pública ao Sr. Dias Lopes era lançada no seio da Arena: – do jeito que está indo –, anunciava no princípio de junho de 67 em entrevista bomba à Revista CAPIXABA o Sr. Raul Gilberti – o Governador demonstra de maneira a não deixar dúvidas que a única coisa que está realmente pretendendo é ficar sozinho.²⁶³

O então Deputado Federal Dirceu Cardoso, do MDB, em discurso na Câmara compartilhou da mesma opinião, quando disse que

[...] a Assembléia Legislativa do Espírito Santo desfralda no seu mastro principal uma bandeira nova. Drapeja ao vento um estandarte de rebeldia, de independência, de compreensão e de luta que tem, doravante, para os capixabas, um elevado e profundo significado. [...] É que numa eleição ali realizada, para a Presidência daquela casa, o Governador do Estado, comandando uma bancada de 30 deputados da Arena contra uma aguerrida e brava bancada de 13 deputados do MDB, sofreu a mais fragorosa, a mais contundente e a mais histórica derrota no [...] nosso Estado.²⁶⁴

Com a permanência de Moraes frente à presidência do Legislativo local, tais dissensões foram se acentuando ainda mais no decorrer do ano de 1968, uma vez que passaram a obstruir sistematicamente as mensagens do Governo. Em um desses episódios, travou-se uma verdadeira batalha entre Arena governista e Arena *dissidente* em aliança com o MDB, por conta da rejeição do orçamento enviado ao Legislativo, tendo o governo que recorrer à justiça para que o problema fosse resolvido²⁶⁵, além de ter sido deflagrado um esforço concentrado dos Deputados governistas para reverter a situação²⁶⁶.

Os conflitos envolvendo Arena *governista* e *oposicionista* foram temporariamente suspensos com a edição do AI-5, quando houve o fechamento da Assembleia Legislativa e a interrupção temporária das atividades parlamentares, que seriam retomadas somente em outubro de 1969,

²⁶³ ONZE rebeldes e uma advertência. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano II, nº 14, p. 62-63, abr. 1968.

²⁶⁴ ANAIS da Câmara dos Deputados. Dep. DIRCEU Cardoso, DCD 21/03/1968. p. 602

²⁶⁵ LEONOR, Esdras. Líder do Governo estaria pronto a soltar bomba sobre a decisão de Moraes. *A Gazeta*, Vitória, p. 2, 16 nov. 1968; JUSTIÇA compeliu José Moraes a receber orçamento plurianual. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 3 dez. 1968; SCHWARZ convoca deputados para esforço concentrado a partir de hoje. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 3 dez. 1968; JOSÉ Moraes declara que não acata a decisão do Tribunal de Justiça. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 4 dez. 1968.

²⁶⁶ MAIORIA parlamentar assina manifesto contrariando decisão de José Moraes. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 6 dez. 1968.

assim que foi editado o Ato Complementar nº 72²⁶⁷, com algumas movimentações ocorridas a partir de maio do mesmo ano, por ocasião da edição do Ato Complementar Nº 54, que estabeleceu as normas para a recomposição dos diretórios dos partidos políticos²⁶⁸, algo que se verá mais adiante.

4.7. A postura aguerrida de parcela do MDB e as cassações de 1969, no Espírito Santo

Os anos finais de 1968 e o início de 1969 seriam marcados por importantes realizações do Governo Dias Lopes, com especial destaque para a reforma administrativa do Estado, uma vez que ela representaria importante elemento para dar vazão ao projeto de desenvolvimento e diversificação da economia capixaba, após a grave crise econômica que arruinou o Estado.

Para a efetivação da referida reforma, foi fundamental o restabelecimento de uma relativa harmonia entre Governo e bancada situacionista, representada pela Arena e seus vários segmentos internos, consubstanciada na aprovação da nova Carta Constitucional do Espírito Santo, em 1967, e na aprovação da autorização para que o Executivo pudesse editar as chamadas *Leis Delegadas* e, finalmente, a reforma administrativa. Todavia, em meio a tais ocorrências, as relações entre Executivo e Legislativo vieram a se deteriorar, a contragosto do Governo, devido à vitória de José Moraes para a Presidência da Assembléia Legislativa.

Quanto ao papel e poder de fogo do partido oposicionista, o MDB, é bom lembrar que diversos dispositivos jurídicos da Constituição de 1967, que se desdobraram nas unidades federativas, tinham a intenção de torná-lo o mais débil possível, principalmente diante do expressivo fortalecimento do Poder Executivo. As circunstâncias de formação do bipartidarismo no Espírito Santo, em que grande parte dos mais destacados líderes ingressou na Arena, tornaram o MDB capixaba ainda mais frágil.

Depoimentos de membros do MDB regional não deixam dúvidas quanto às dificuldades de se fazer oposição no novo cenário político: “[...] fazer oposição com esse rolo compressor do governo não é possível: toda hora estão a nos atropelar [...]”. O Parlamentar que proferiu essas palavras, Waldir Alves, do MDB, se referia, segundo o meio de comunicação que as veiculou, à

²⁶⁷ BRASIL, República Federativa do. **Ato Complementar Nº 72**, de 15 de outubro de 1969, Brasil (1969). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 15 de out. 1969. Seção I, Parte I. Nº. 54, 16 de Outubro de 1969.

²⁶⁸ BRASIL, República Federativa do. **Ato Complementar Nº 54**, de 20 de maio de 1969, Brasil (1969). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 de mai. 1969. Seção I, Parte I. Nº. 54, 21 de Maio de 1969.

diferença numérica que separava as bancadas, uma (a do Governo) com 30 e a outra apenas com 13 deputados²⁶⁹.

Ainda sobre esse assunto, em julho de 1967, a *Revista Capixaba* trouxe uma interessante matéria na qual expunha a frustração dos segmentos mais aguerridos do MDB em relação ao pouco espaço reservado à oposição nos veículos de imprensa local, tanto da situação, se referindo ao Jornal *A Gazeta*, quanto da Oposição, caso de *O Diário*. Segundo o

Deputado José Rodrigues de Oliveira, uma voz permanente de combate ao Governo na Assembléia Legislativa, a oposição já está cansada e vai parar de usar a tribuna do Palácio “Domingos Martins” para criticar o Sr. Christiano Dias Lopes. Diz o parlamentar de Alegre ressentir-se a bancada emedebista de uma cobertura mais efetiva no meio da imprensa local estranhando principalmente o fato de o próprio jornal do Sr. Lacerda de Aguiar, dito de Oposição, não adotar uma atitude mais agressiva em relação ao Governo²⁷⁰.

É bom salientar que o periódico não fez menção à forte censura que recaía sobre o Jornal *O Diário* (MAZZEI, 2011), principalmente sobre o seu proprietário, Francisco Lacerda de Aguiar, que se encontrava à margem do processo, desde a sua *retirada digna* do cenário político capixaba, ocorrida no dia 5 de fevereiro de 1966, motivo pelo qual não fazia críticas mais contundentes ao Governo Dias Lopes.

O Deputado Federal emedebista Dirceu Cardoso, no contexto do aniversário de um ano do Governo Dias Lopes, e se posicionando de forma bastante contundente, também sinalizava para o pouco espaço dado à oposição, especialmente por conta da submissão dos principais veículos de comunicação do Estado ao Governo:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o povo capixaba assistirá dia 31 ao transcurso do primeiro aniversário de seu Governo [...] Para a Imprensa arrolhada pelo poder e força do dinheiro, vomitando elogios pagos a peso de ouro, nunca houve governo melhor. Para nós outros, que sustentamos a bandeira da oposição livre, não se conhece, por isso mesmo, Governo tão corrupto.²⁷¹

Apesar de tal desconforto, parte da diminuta bancada do MDB, já a partir de meados de 1967, iniciou forte oposição em relação ao Governo Dias Lopes, se comportando de maneira a obstruir e prejudicar as matérias de interesse situacionista. Tal como já salientado, comportou-se dessa maneira por ocasião da votação da nova Carta Constitucional²⁷², ocorrida entre os meses de março e abril daquele ano, voltou a ter tal postura no contexto da aprovação das *Leis*

²⁶⁹ OPOSIÇÃO. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano I, nº 3, p. 63, Mai. 1967.

²⁷⁰ OPOSIÇÃO vai parar. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano I, nº 3, p. 70, jul. 1967.

²⁷¹ ANAIS da Câmara dos Deputados. Dep. DIRCEU CARDOSO, DCD 30/01/1968. p. 424.

²⁷² ES poderá ficar sem a nova Carta mas já foram gastos 30 milhões. *A Gazeta* Vitória, p. 07, 09 mai. 1967. A MAIORIA garantiu a aprovação da Constituição Estadual. *A Gazeta* Vitória, p. 01, 12 mai. 1967. ASSEMBLÉIA aprova hoje redação final da nova Constituição: 10 horas. *A Gazeta* Vitória, p. 01, 13 mai. 1967; A PRIMEIRA batalha. *A Gazeta* Vitória, p. 03, 13 mai. 1967.

*Delegadas*²⁷³, no mês de julho, e também voltou a fazer forte oposição à Reforma Administrativa implementada por Dias Lopes²⁷⁴ – aprovada com o aval da maioria no Legislativo – entre meados e final de 1967.

Sobre a postura aguerrida de parte da bancada emedebista, especialmente dos Deputados Dailson Laranja, José Ignácio Ferreira e Hugo Borges, o Jornal *A Gazeta*, em editorial do dia 9 de maio de 1967, no momento em que se aprovava a Constituição de 1967, embora de maneira bastante tendenciosa ao Governo, faz comentário revelador:

Demonstrando irresponsabilidade para a missão que o povo lhes confiou, alguns gatos pingados do MDB com mandato de deputado estadual, entenderam de evitar que, [sic] pela primeira vez na sua história, fique o Estado do Espírito Santo sem uma Constituição. [...] Desconhece-se o motivo do comportamento oposicionista. Primeiro falam em integridade do poder legislativo e se arremetem contra as leis delegadas. [...] [Além] do processo de elaboração legislativa das Leis Delegadas, exigem o fim de outro artigo, outro, mais outro para, enfim, desfingurar a Constituição e fazer dela uma vergonhosa carta da politicalha [...] ²⁷⁵.

O posicionamento mais aguerrido do MDB, principalmente no plano nacional, está inserido no contexto geral das agitações políticas que varreram o país naqueles anos, dando início a uma série de perseguições políticas, inclusive contra o Partido, em uma conjuntura caracterizada por diversos protestos em todo o país, naquele final de 1967 e início de 1968. Os Atos Institucionais e o fechamento do regime despertaram a sociedade para a necessidade de resistir, culminando em uma enxurrada de manifestações estudantis e de trabalhadores contra o Regime.

Caso bastante emblemático no que diz respeito às manifestações estudantis, foi o assassinato do estudante Edson Luis de Lima Souto, secundarista de 16 anos, ocorrido no dia 28 de março de 1968, durante a invasão feita pela polícia no Restaurante Calabouço, próximo ao Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro. O referido estudante, nordestino, pobre, que apenas limpava os alojamentos em troca de uma ajuda de custo, foi alvejado com tiros de metralhadora os quais lhe perfuraram o peito. O funeral de Edson Luis foi rodeado de comoção e protestos. Colegas enfurecidos carregaram o corpo do estudante até a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALVES, 2005). No Espírito Santo, a cobertura da imprensa dava conta da organização de caravanas em direção à capital carioca para participação nas manifestações decorrentes da morte do estudante²⁷⁶.

²⁷³ LEGISLATIVO (com Leis Delegadas) deu um enorme voto de confiança ao Governo, diz Machado. *A Gazeta* Vitória, p. 04, 13 jul. 1967.

²⁷⁴ APROVAÇÃO da Reforma Administrativa agitou ontem a Assembléia. *A Gazeta* Vitória, p. 01, 07 jul. 1967.

²⁷⁵ IRRESPONSABILIDADE Histórica. *A Gazeta* Vitória, p. 03, 09 mai. 1967.

²⁷⁶ ESTUDANTES capixabas vão protestar hoje contra a morte de seu colega na GB. *A Gazeta* Vitória, p. 01, 3 abr. 1968.

Além desse fato, multiplicaram-se, em todo o Brasil, passeatas e manifestações. Na divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo, foi desbaratada a Guerrilha do Caparaó²⁷⁷. A violência da polícia e do Exército contra tais movimentos só fez engrossar as fileiras daqueles que protestavam contra o regime. O ponto mais alto desses protestos foi a *Passeata dos Cem Mil*, também no Rio de Janeiro, em junho de 1968. No mesmo ano, realizou-se, clandestinamente, em Ibiúna, no Estado de São Paulo, o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), que foi descoberto e interceptado. A consequência foi a prisão de 1.240 líderes estudantis, enfraquecendo grandemente o movimento. Ainda no mesmo ano de 1968, ocorreram diversas greves, tais como a dos Metalúrgicos em Contagem (MG) e Osasco (SP).

Diante desse clima de tensão, o Governo Costa e Silva editou, no dia 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional Nº 5 (I-O5), que marcou o início do período mais duro do Regime Militar. O pretexto para tal procedimento foi o discurso do deputado federal Márcio Moreira Alves – feito na sessão do dia 2 de setembro de 1968 –, no qual condenou a invasão policial ocorrida dias antes na Universidade de Brasília. Em um momento de sua fala, o Deputado perguntou sarcasticamente: “Quando o Exército não será um valhacouto de torturadores?” (GASPARI, 2002a; p. 316). Além disso, no discurso, o Deputado instou a população a boicotar a parada militar de 7 de setembro.

Após o pronunciamento, cópias do discurso foram distribuídas nas unidades do Exército pelo então chefe do SNI, General Emílio Garrastazu Médici, e o Ministro Aureliano Lira Tavares enviou um ofício ao presidente Arthur da Costa e Silva, para que medidas fossem tomadas sobre o caso (GASPARI, 2002a; GRINBERG, 2009).

Diante da pressão militar, o Executivo decidiu pedir licença à Câmara dos Deputados para processar Moreira Alves. A matéria foi à votação em plenário e o inusitado aconteceu: 216 deputados votaram contra o Governo e 141 a favor da licença para processar Marcio Moreira Alves²⁷⁸, sendo que, dos 216 que votaram contra o Governo, 94 pertenciam aos quadros da Arena, motivo pelo qual Grinberg (2009) advoga a ideia de que “[...] o AI-05 representa o auge de uma longa crise entre o Governo e o [seu] Partido [...]” (GRINBERG, 2009, P. 125).

Diante da derrota governista, na mesma tarde do dia 13 de dezembro em que ocorrera a votação, foi editado o AI-5, que assinalou o fechamento do Congresso Nacional e das Assembleias

²⁷⁷ CAPARAÓ sem guerrilhas. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano II, nº 14, p. 20-25, abr. 1968; IMPLICADOS apontaram Brizola como mentor dos guerrilheiros. *A Gazeta* Vitória, p. 01, 24 ago. 1967.

²⁷⁸ Sobre o processo que redundou na edição do AI-5, ver: GRINBERG, Lúcia. (2004) **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 123-130.

Legislativas, medida regulamentada pelo Ato Complementar N° 38. Por meio desses mecanismos, as casas Legislativas entraram em recesso a partir do dia 13 de dezembro de 1968, por tempo indeterminado²⁷⁹. Durante esse período, a atribuição de legislar ficaria a cargo do poder Executivo correspondente. O AI-05 também deu ao regime uma série de poderes para reprimir seus opositores: cassação de mandatos eletivos e suspensão de direitos políticos por dez anos, sempre que achasse necessário (Art. 4° e 5°); intervenção nos Estados e municípios (Art. 3°); demissão de funcionários públicos (Art. 6°, parágrafo 1°); suspensão do *Habeas Corpus* (Art. 10); entre outras medidas.²⁸⁰

Em 30 de dezembro do mesmo ano, saiu a primeira lista de cassações decorrentes do AI-5²⁸¹, constando nela o nome de 11 deputados federais, entre eles Marcio Moreira Alves (MDB-GB), Hermano Alves (MDB-RJ) e Renato Archer (MDB-MA), entre outros; a segunda lista, de 19 de janeiro de 1969, incluiu 02 senadores, Aarão Steinbruck (MDB-RJ) e João Abraão (MDB-GO), 35 deputados federais, 03 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) – Hermes Lima, Vítor Nunes Leal e Evandro Lins e Silva – e 01 ministro do Superior Tribunal Militar (STM) – Peri Constant Bevilacqua, que, segundo escreveu o porta-voz de Costa e Silva, Carlos Chagas, era acusado de "dar *habeas corpus* demais"²⁸².

A terceira lista, publicada no Diário Oficial, no dia 7 de fevereiro de 1969, atingiu o Deputado Federal da bancada capixaba, Mario Gurgel²⁸³, o mesmo que havia impedido a aprovação do requerimento que solicitava ao Presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo um voto de louvor às Forças Armadas pela atuação no Golpe de 1964 (vide capítulo III) e que possuía um comportamento bastante aguerrido na Câmara Federal, se posicionando sempre contra as arbitrariedades cometidas pelo Regime Militar²⁸⁴.

²⁷⁹ BRASIL, República Federativa do. **Ato Institucional N° 5**, de 13 de dezembro de 1968, Brasil (1968). Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5&tipo_norma=AIT&data=19681213&link=s. Acesso em 17 mar. 2012.

²⁸⁰ BRASIL, República Federativa do. **Ato Institucional N° 5**, de 13 de dezembro de 1968, Brasil (1968). Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5&tipo_norma=AIT&data=19681213&link=s. Acesso em 17 mar. 2012.

²⁸¹ Após o AI-5, ao todo, foram divulgadas sete listas de cassações, nas seguintes datas: 30/12/68, 16/01/69, 07/02/69, 13/03/69, 29/04/69, 11/09/69 e 30/09/69. O emedebista Nadir Rosseti (MDB - RS) foi cassado somente em 29/03/76, em separado.

²⁸² O AI-5. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/ai5/index.html>. Acesso em 17 mar. 2012.

²⁸³ BRASIL. Decreto de 7 de fevereiro de 1969. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 10 de mar. 1969. Seção I, Parte I, p. 1331.

²⁸⁴ ANAIS da Câmara dos Deputados. Dep. MARIO GURGEL, DCD 02/10/1968. p. 7667; ANAIS da Câmara dos Deputados. Dep. MARIO GURGEL, DCD 30/10/1968. p. 7702.

Na lista de 13 de março do mesmo ano, a quarta a ser decretada, cassou-se o mandato de dois dos mais aguerridos Deputados Estaduais do Espírito Santo: José Ignácio Ferreira e Dáilson Laranja²⁸⁵, ambos do MDB. O primeiro, por ter lido da Tribuna da Assembleia uma carta do pároco José Regazzi, de Itarana, região serrana do Estado, em que criticava duramente as autoridades governamentais em relação a impostos cobrados aos homens simples da região. Tal carta foi considerada desrespeitosa aos símbolos nacionais, pois o pároco dizia que não hastearia a bandeira no dia 7 de setembro e não faria desfile, [...] porque naquele momento se solidarizava com a dor dos trabalhadores que tanto contribuíam para a grandeza do seu país [...] ²⁸⁶. Quanto à cassação do segundo Deputado, Dáilson Laranja, ela se deveu ao fato de ter se solidarizado com o colega²⁸⁷.

Ao todo, 333 políticos tiveram seus direitos políticos suspensos em 1969 (dos quais cinco senadores, 78 deputados federais, 151 deputados estaduais, 22 prefeitos e 23 vereadores). O Congresso permaneceu fechado até outubro de 1969, quando foi reaberto para eleger o Presidente Médici²⁸⁸. A Assembleia Legislativa do Espírito Santo também permaneceu em recesso durante esse período. Quanto ao MDB, que já era bastante frágil no Estado até esse momento, se enfraqueceu ainda mais, algo que será observado nos resultados advindos dos pleitos eleitorais, tal como se verá mais à frente.

4.8. O fechamento do regime: o projeto desenvolvimentista e os incentivos fiscais, no Espírito Santo

Livre das injunções das forças políticas e sociais do Estado, devido à suspensão das atividades parlamentares, após o AI-5, o Governador Dias Lopes pôde, com mais tranquilidade, dar continuidade à execução da sua proposta de desenvolvimento e diversificação econômica.

Ainda em agosto de 1967, havia enviado ao Legislativo uma proposta de incentivos para as indústrias que se interessassem em se instalar no Espírito Santo. O Governo se justificava com o argumento de que os incentivos completariam a base motivadora para a iniciativa privada investir. A Lei Nº 2.313, foi aprovada sem grandes dificuldades em 21 de novembro de 1967, com 27 votos favoráveis e 14 contra, apesar da postura contrária da bancada emedebista²⁸⁹.

²⁸⁵ BRASIL. Decreto de 13 de março de 1969. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 14 de mar. 1969. Seção I, Parte I, p. 2212.

²⁸⁶ ANAIS da Câmara dos Deputados. Dep. MARIO GURGEL, DCD 19/10/1968. p. 7379.

²⁸⁷ CRISE cafeeira no Espírito Santo a partir de 1962 resultou na erradicação de 180 milhões de pés de café. Disponível em <http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=12526>. Acesso em 5 mar. 2012.

²⁸⁸ O AI5. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/ai5/index.html>. Acesso em 17 mar. 2012.

²⁸⁹ ASSEMBLÉIA aprova incentivos mesmo contra ação do MDB. *A Gazeta* Vitória, p. 01, 22 nov. 1967.

Todavia, os efeitos econômicos dessa legislação foram praticamente nulos para o Espírito Santo. Segundo Silva (1993, p. 154), as razões para isso podem ser atribuídas aos atrativos oferecidos pelos grandes centros consumidores representados pelo eixo Rio-São Paulo e pelos benefícios fiscais colocados ao alcance dos contribuintes para investimentos no Nordeste, bem como nos Estados vizinhos.

Outra proposta de incentivos fiscais voltados para investimentos no Espírito Santo foi elaborada pela Federação das Indústrias e entregue ao Sr. Roberto Campos, Ministro do Planejamento do Governo Castelo Branco, em reunião para a qual Campos foi especificamente convidado a participar, em Vitória. Segundo o empresário e então Presidente da Findes, Américo Buainain (apud SILVA, 1993, p. 154), “[...] o Roberto Campos colocou debaixo do braço e disse que não era viável. O Governo Federal não poderia criar mais uma área incentivada. E nos negou. Nessa reunião, ele nos negou na hora [...]”.

Diante das necessidades da economia capixaba e da inicial negativa do Governo Federal em permitir qualquer política de incentivos fiscais para o Estado, era necessária maior articulação, inclusive com outros governadores, especialmente do Nordeste, grandemente auxiliados pelas políticas executadas pela Sudene. Por esse motivo, foi planejado, entre os dias 29 de fevereiro e 1º de janeiro de 1968, o *Simpósio sobre os Problemas do Espírito Santo*, organizado pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro e patrocinado pelo Governo do Estado do Espírito Santo, evento este que contou com a presença do Presidente da República, Gal. Arthur da Costa e Silva. Também estiveram presentes diversas autoridades, entre ministros e dirigentes, além de diversos órgãos federais ligados à questão do desenvolvimento regional.

No simpósio, foram abordadas as mais diversas temáticas sobre o Espírito Santo: transporte, comunicação, energia, financiamento, infraestrutura em geral, entre outras áreas. Com base nas discussões feitas no simpósio, foram arroladas as seguintes reivindicações: a) a necessidade de criar mecanismos de incentivos fiscais para o Estado; b) Transformação da Companhia de Desenvolvimento do Estado em Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes); c) Concessão de empréstimo no valor de NCr\$ 4,5 milhões pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), para a ampliação da rede de energia elétrica e subestações do Norte do Estado; d) Constituição de uma Sociedade de Crédito Imobiliário no Espírito Santo²⁹⁰.

Além disso, por ocasião do evento, o Governador Christiano Dias Lopes entregou ao Presidente Costa e Silva um memorial em que descrevia a precária situação econômica do Estado e

²⁹⁰ SIMPÓSIO renovou as esperanças capixabas. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano II, nº 12, p. 66-73, fev. 1968.

reivindicava, de maneira mais incisiva, entre outras coisas, uma política de incentivos fiscais (SILVA, 1993).

O desfecho dessas articulações foi a criação, pelo Governo Federal, de um Grupo de Trabalho Interministerial com a atribuição de preparar os termos de referência para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado, sugerir medidas técnicas para desenvolver a região, fazer indicação de fontes de financiamento para os projetos a serem executados e sugerir outras medidas para desenvolver a economia do Espírito Santo (SILVA, 1993). O grupo de trabalho iniciou suas atividades em julho de 1968 e concluiu o relatório no mês de dezembro do mesmo ano.

Efetivamente, os resultados do relatório apontaram para aquilo que já era consensual desde que o Espírito Santo havia sido atingido pela crise do café e sensibilizaram o novo Ministro do Planejamento, Hélio Beltrão, que havia assumido a pasta no lugar de Roberto Campos. Mas, para colocar em prática uma política de incentivos, era necessário vencer a forte resistência política dos Governadores do Norte e Nordeste, componentes dos colegiados diretivos da Sudam e Sudene, os quais acreditavam que, caso o Espírito Santo fosse beneficiado com alguma política de incentivos, sofreriam algum prejuízo.

Diante disso, o Governador Dias Lopes percorreu os Estados das duas regiões no sentido de expor a situação do Espírito Santo e obter a compreensão para o pleito²⁹¹. Os argumentos utilizados por Dias Lopes se baseavam na própria situação de penúria em que o estado se encontrava ante a política de erradicação dos cafezais e ressaltavam o esmagamento do Estado entre o sul industrializado e o Nordeste incentivado. Dias Lopes destacava, ainda, que a proposta era apenas a manutenção, no próprio Estado, dos recursos originários da arrecadação do imposto sobre a renda dos domiciliados no território capixaba; que não haveria prejuízo para os nordestinos, uma vez que os recursos eram pouco vultosos para uma região inteira, porém significativos para o Espírito Santo (SILVA, 1993).

A crônica jornalística da época apontou o importante papel desempenhado por João Calmon, ex-membro do PSD, Presidente da Arena Regional, Deputado Federal e empresário do ramo de comunicações, cuja carreira, tal como já salientado, fora construída nos *Diários Associados*, complexo comunicacional fundado e dirigido por Assis Chateaubriant. Calmon era a segunda pessoa do grupo nesse momento e aquele que, após o declínio do mesmo, responderia por sua massa falida. Importante frisar que, durante vários anos, Calmon trabalhou no Nordeste,

²⁹¹ A viagem ocorreu de acordo com o seguinte cronograma: Dia 27/01/69 – Bahia; 28 – Sergipe; 29 – Rio Grande do Norte; 30 – Pernambuco; 31 – Ceará; 1º/02/1969 – Maranhão; 2 – Pará; 3 – Amazonas. (Diário Oficial – Seção Notícias, - 20001/1969).

especificamente no estado do Ceará, onde teve importante papel na expansão dos *Diários*, o que o tornava extremamente influente naquela Região como um todo. Portanto, aquilo que já salientamos a respeito da penetração de Calmon na política nacional foi fundamental para que os apelos do Governador Dias Lopes ganhassem eco nas esferas nacionais²⁹². A verdadeira peregrinação de Dias Lopes terá lugar bastante destacado nos vários veículos dos *Diários Associados*.

Apesar de todas essas movimentações, houve permanente resistência de parte de lideranças e dos Governadores do Norte e Nordeste, a exemplo do Presidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e de João Agripino – Governador da Paraíba (1965-1971) –, os quais refutaram os dados apresentados pelo Governador do Espírito Santo, afirmando que teriam sido supostamente alterados para beneficiar o Estado.

Sobre a oposição de parte dos governadores do Nordeste e a atuação do Deputado João Calmon, esclarecedoras são as palavras do próprio Dias Lopes, quando afirma que

Acertou-se que o Deputado João Calmon tentaria obter esses pronunciamentos, o que não foi conseguido, porque, quando o representante do Espírito Santo viajou para o Nordeste, em março ou abril, realizava-se, também, uma reunião do Conselho da SUDENE. E aí o Governador da Paraíba, Dr. João Agripino, desencadeou uma violenta campanha contra a pretensão capixaba, criando um clima desfavorável a qualquer gesto de compreensão dos demais governadores.²⁹³

Sobre a postura mais contundente do Governador Agripino, Dias Lopes salienta que acabou sendo favorável ao Estado:

O Dr. João Agripino, porém, nos prestou um grande serviço: em seu pronunciamento inflamado, disse que era preciso acabar com a falta de imaginação nesse país, pois se o Governo Federal desejava ajudar o Espírito Santo, que se criasse outro tipo de incentivo, sem mexer com a legislação da Sudene. Quando o João Calmon, meio desolado, mostrou-me o pronunciamento do Governador, detive-me nesta passagem do seu discurso e afirmei confiante: “aqui está o caminho para a solução que buscamos”.²⁹⁴

E o raciocínio de Dias Lopes se mostrou acertado, uma vez que o Ministério do Planejamento acabou sinalizando para a necessidade de se pensar em um novo sistema de incentivos, sem alterar a legislação relativa à Sudene, tal como pode ser observado em outro trecho da entrevista de Dias Lopes:

²⁹² EMISSÁRIO do Governo foi ao Nordeste: estudos sobre a concessão de estímulos. *A Gazeta* Vitória, p. 03, 19 abr. 1969; ESPÍRITO Santo ganha o apoio da grande imprensa nacional na luta pelo desenvolvimento. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 27 dez. 1967.

²⁹³ LOPES Filho, Christiano Dias. Fala o ex-governador. Entrevista concedida a *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 11, p. 34-36, fev. 1974.

²⁹⁴ LOPES Filho, Christiano Dias. Fala o ex-governador. Entrevista concedida a *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 11, p. 34-36, fev. 1974.

O primeiro semestre de 1969 foi de intensa movimentação para obtenção de incentivos fiscais do Governo Federal. É que, entregues ao Ministro do Planejamento, em meados de 1968, as diversas fórmulas para possibilitar a criação do mecanismo de estímulos à reativação da economia capixaba, o Dr. Vinicius Fonseca manifestou sua primeira impressão: dentro da orientação do Ministro, não se deveria insistir na alteração das leis já existentes, especialmente aquelas que tratavam dos incentivos para o Nordeste. Cheguei, então, à conclusão de que era preciso conscientizar o país, especialmente os governadores do Norte e Nordeste, no sentido de que era desumano, injusto e até impatriótico, o Espírito Santo continuar mandando contribuições para a SUDENE e a SUDAM, enquanto, ele próprio jazia mergulhado na maior crise econômica.²⁹⁵

Em meados de 1969, o Governador continuava a se movimentar no sentido de operacionalizar o projeto voltado para a criação de incentivos fiscais. No mesmo depoimento, Dias Lopes revela alguns detalhes. Interessante que, no fragmento, fica evidente o fortalecimento do Poder Executivo, o que lhe proporcionava bastante liberdade de atuação, isto é, sem as injunções das forças que lhe faziam oposição, especialmente no Legislativo Estadual.

Pedi, então, a Adyr Maia, Secretário da Fazenda, que estudasse, com seus assessores, a solução legislativa e mantivesse contatos com empresários sobre a viabilidade das soluções encontradas. Depois, entendi que poderia dar uma solução por ato do Poder Executivo, e o fiz através do Decreto nº 06-N, de 16 de junho de 1969, o portador da correção do mecanismo, depois aperfeiçoado para constituir o FUNDAP.²⁹⁶

Assim, em fins de agosto de 1969²⁹⁷, o Ministério do Planejamento, com base nos estudos do grupo de trabalho criado para os problemas do Espírito Santo, chegou à fórmula definitiva daquilo que acabou se tornando incentivos fiscais para o Estado, por meio da priorização da criação de fundos, entre os quais se destacam o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Funres); o Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial (Fundai), e o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), com destaque para este último (SILVA, 1993; PEREIRA, 1998).

O FUNDAP, criado pela Lei nº. 2.508 de 22 de maio de 1970, e reforçado pela Lei 2.592, de julho de 1971, foi originalmente proposto pelo empresário Graciano Espíndula. Segundo Silva (1993), a ideia surgiu a partir da mudança de arrecadação trazida pelo Código Tributário Nacional, a partir de 1968, que transformou o Imposto sobre Venda e Consignações (IVC) em Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). No primeiro sistema, as alíquotas eram divididas entre os estados, sendo 5,5% para cada. Com a adoção do ICM a parte que cabia aos estados passou para 15%, sendo 12% para o produtor e 3% para o estado onde o produto fosse vendido. Como o Espírito Santo era um estado eminentemente comprador, levava grande

²⁹⁵ LOPES Filho, Christiano Dias. Fala o ex-governador. Entrevista concedida a *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 11, p. 34-36, fev. 1974.

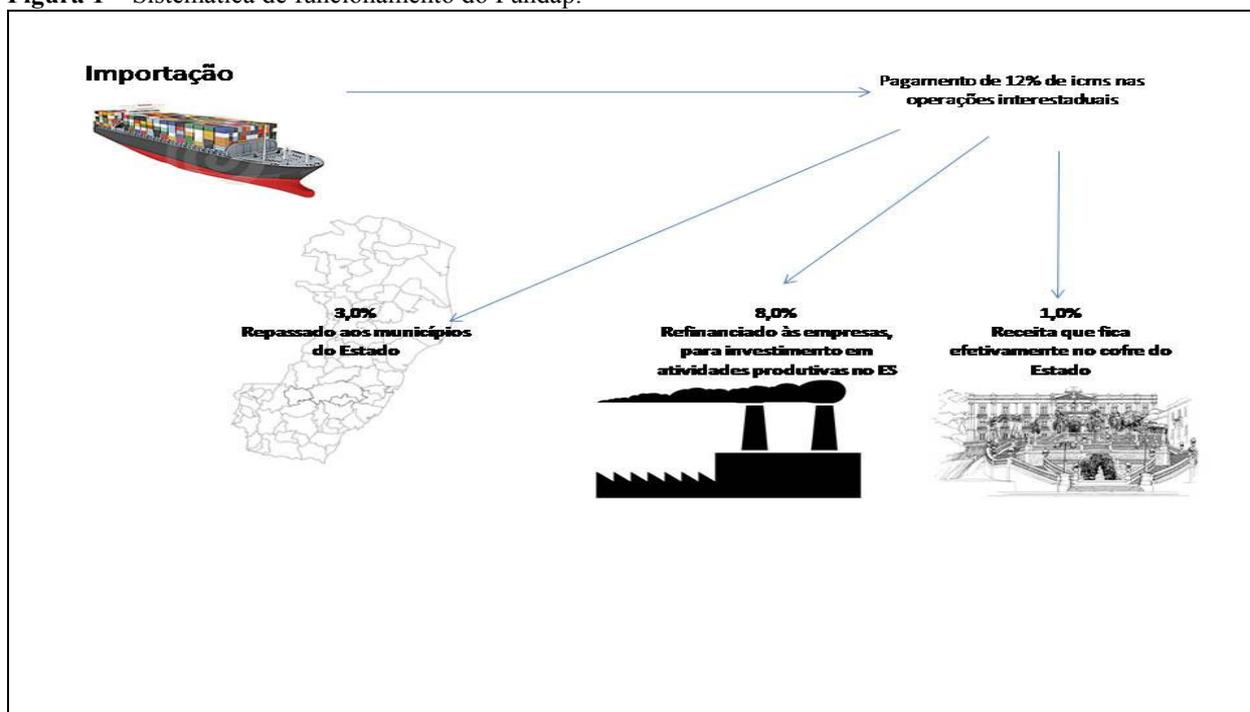
²⁹⁶ LOPES Filho, Christiano Dias. Fala o ex-governador. Entrevista concedida a *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 11, p. 34-36, fev. 1974.

²⁹⁷ GOVERNADOR contesta as declarações do Presidente do Banco do Nordeste. *A Gazeta* Vitória, p. 01, 22 abr. 1969.

desvantagem. Nesse sentido, Espíndula observou que os impostos de importação e exportação eram facultados no domicílio fiscal, o que equivalia a dizer que o Espírito Santo poderia se beneficiar mesmo sendo predominantemente consumidor, caso abrigasse a sede fiscal de empresas responsáveis pela exportação/importação.

Surgiu, assim, a ideia de inverter as coisas. Isto é, “[...] com a importação pelo Porto de Vitória, a situação de privilégio passaria para o Espírito Santo, que arrecadaria 12% em vez de zero ou 3%. [...]” (SILVA, 1993). Essa ideia foi absorvida pelo Governador, que resolveu experimentar o sistema, usando para isso o Decreto nº 006-N, de 16/06/69, complementando-o, em outubro, com o Decreto 0019-N, de 15/10/69, tal como pode ser observado no fragmento das memórias do próprio governador, exposto acima. A ilustração abaixo mostra o sistema de funcionamento do Fundap.

Figura 1 – Sistemática de funcionamento do Fundap.



Fonte: Elaboração própria.

Em outras palavras, tal como esclarecem Villaschi, Felipe & Oliveira (2011a, p. 75),

A idéia básica era otimizar a utilização dos portos capixabas para a intensificação dos fluxos comerciais, com o foco nas importações, já que as exportações eram incentivadas por leis federais, gerando poucos recursos diretos para o Estado. Ou seja, o objetivo era promover o estímulo à movimentação de mercadorias (importações) pelos portos do Espírito Santo, ao mesmo tempo em que permitia a geração de recursos voltados para o investimento no segmento industrial. Partiu-se da constatação de que havia espaço e necessidade de equalização do uso do porto, com o incremento da importação, capaz de gerar recursos para o poder público.

Para a administração desses fundos, foram criados órgãos especializados por funções, regidos pelas leis do direito privado, inclusive no que diz respeito às relações trabalhistas. Entre os órgãos, se destacaram: o Grupo Executivo de Recuperação Econômica (Geres) e o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), em substituição ao antigo Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, criado na gestão Punaro Bley (1930-1943), sob a subvenção de Jones dos Santos Neves (VILASCHI, 2011).

Além disso, pela Lei 2.413/69, do mês de julho e, portanto, em plena vigência do AI-5, momento em que os legislativos se encontravam fechados, foi autorizada a criação do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) em substituição à Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (Codes), com a especial atribuição de financiar projetos e programas de longo e médio prazo, objetivando promover o desenvolvimento econômico e social do Estado (SILVA, 1993; 2006; VILASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011b).

Assim, contando com apoios importantes do BNDE e do Ministério da Fazenda, o Bandes estava encarregado de formular e implementar a política de industrialização e expansão/diversificação da atividade agrícola, a partir dos recursos financeiros oriundos dos acordos IBC/GERCA (Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura), além de ter autonomia para captação de recursos em outras instâncias nacionais e internacionais, o que não ocorria com a Codes, limitada aos recursos do IBC (MEDEIROS, 1977). A interlocução dentro do banco era feita principalmente por Arthur Carlos Gerhardt Santos, Presidente, Lélío Rodrigues, Diretor Técnico e Lenaldo Amaral, Diretor Financeiro (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011b).

Sem pretender fazer análise pormenorizada do desempenho econômico-financeiro do banco, ressalte-se a evolução significativa do seu capital, que experimentou, desde a sua criação (em fins de 1969) até 1974, um incremento nominal da ordem de 193%, passando de 15 para 44 milhões de cruzeiros. Mais significativo ainda é o seu resultado operacional, que experimentou, de 1970 a 1974, um incremento nominal de 1.470%, passando de 1 (um) para 14,6 milhões de cruzeiros (MEDEIROS, 1977, p. 82).

Retomando o pacote de incentivos fiscais, especificamente, não cabe aqui aprofundar a análise, mas segundo Villaschi, Felipe & Oliveira (2011b), os resultados históricos do FUNDAP indicam que sua importância para a economia capixaba pode ser explicada – ainda que de forma muito parcial, dada a falta de políticas complementares com esse objetivo maior –, também, pelo fato de este ter se transformado num eficiente instrumento para a diversificação das atividades de

serviço/apoio ao comércio exterior, assim como pelo fato de promover uma nova forma de inserção da economia local no mercado nacional e internacional.

Encerrando os apontamentos sobre a política de incentivos, utilizaremos um trecho de Villaschi (2012) que, ao revisitar o tema Fundap, traz os argumentos adequados para esse fechamento:

“[...] foi um mecanismo de incentivo financeiro muito criativo e que, quando concebido no final dos anos 1960, respondeu a algumas importantes questões da realidade capixaba de então. Em primeiro lugar, viabilizou a geração de fluxos de importações pelos portos capixabas, até então majoritariamente utilizados para exportações – principalmente aquelas em trânsito (minério de ferro, café e madeira). Em segundo lugar, o incentivo financeiro concedido a essas importações (financiamento subsidiado do imposto de circulação de mercadorias – ICM), tinha como contrapartida a exigência do beneficiado realizar direta ou indiretamente investimentos em projetos produtivos voltados para o desenvolvimento capixaba [...]” (VILLASCHI, 2012, p. 1).

Do ponto de vista da reestruturação produtiva e de acordo com o já mencionado documento *Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Espírito Santo*, a saída para a crise não poderia ficar restrita somente aos incentivos fiscais. Seria necessário agir em outras quatro frentes: a primeira baseava-se na alavancagem econômica de atividades tradicionais desenvolvidas no Estado (café, cacau, açúcar, milho, mandioca e madeira). A ideia era a criação de uma infraestrutura institucional capaz de canalizar recursos para financiamento da expansão e modernização dessas atividades. A segunda pautava-se em um maior aproveitamento da logística de exportação de minérios e de outras atividades da CVRD, no sentido de utilização das externalidades positivas geradas pela empresa. A terceira baseava-se na industrialização de abastecimento, ou seja, na agregação de valor na agricultura, diminuindo sua dependência quase exclusiva do café. Nessa terceira frente, segundo Simões, a diretriz básica

[...] era a de identificar as possibilidades de industrialização estadual, a partir da base agrícola existente no Espírito Santo. Disponha-se de café, então foi projetada uma fábrica de café solúvel. A partir da pecuária de corte, preconizou-se um frigorífico no norte do estado. Do abacaxi de Itapemirim buscou-se extrair o suco. Com o leite do sul, financiou-se uma unidade para beneficiá-lo. Assim, essa vertente procurava industrializar a base agrícola (SIMÕES, 2002, p. 235).

A quarta frente estava ligada aos estímulos à implantação ou ao fortalecimento de empresas industriais de bens de consumo, com natureza substituidora de importações, além de várias ações voltadas ao fomento de outras atividades econômicas, tais como as que envolviam a exploração de recursos naturais (praias/turismo, mármore e granito).

Paralelamente a isso, o Estado começava a se beneficiar das políticas desenvolvimentistas do Governo Federal que, de alguma forma, permitiriam a integração da economia local ao mercado nacional, fosse por meio da expansão da Companhia Ferro e Aço de Vitória, fosse por meio da conclusão das obras de ligações rodoviárias das BRs 101, 262 e 259. Consolidou-se, no período,

então, a convergência de fatores exógenos – programas desenvolvimentistas federais – e endógenos – programas para industrialização da economia local –, que lograram mudar o perfil de desenvolvimento e integração regional da economia capixaba.

4.9. Conclusão

Este capítulo procurou situar tanto as agremiações partidárias, Arena e MDB, quanto seus agrupamentos internos, no Governo de Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971), o primeiro a ser eleito de forma indireta. Buscou-se o foco nas relações estabelecidas entre a classe política, reunida especialmente na Assembleia Legislativa e o governo, ante as realizações governamentais, no sentido de demonstrar aproximações, conflitos, e consensos políticos no período em apreço. Foi possível constatar que diante da crise do café, houve, de fato, *consenso* em torno da *necessidade* de se colocar em prática um projeto de desenvolvimento capaz de livrar a economia do Espírito Santo da monocultura agrícola. Nesse sentido, o Governo Dias Lopes direcionou suas energias para aquilo que denominou de binômio ***racionalização administrativa e desenvolvimento***.

Todavia, a montagem do Governo, privilegiando a indicação de técnicos para quase todos os cargos, não agradou suas bases. Assim, apesar de o partido governista ter obtido ampla vantagem em relação ao MDB nas eleições de 1966, Dias Lopes teve muitos problemas, especialmente com parte das correntes da Arena, principalmente os elementos que, no período multipartidário, compuseram fileiras da antiga UDN e do antigo PSP, ambas pertencentes à vetusta *Coligação Democrática*. Tais embates ocuparam diversas páginas dos principais veículos de comunicação do período.

Diante de tais conflitos, Dias Lopes buscou uma reaproximação com os grupos dissidentes da Arena, utilizando-se da *reforma administrativa* como sinal de que abriria determinados espaços do Governo para as principais lideranças políticas locais, no sentido de dar continuidade à implementação do seu programa de governo. Nesse contexto, conseguiu aprovar importantes matérias, inclusive algumas que exigiam mais rapidez nas ações, como foi o caso da Constituição de 1967, a qual foi aprovada sem grandes problemas. Por ocasião dos trabalhos da Constituinte, o Governo, pela primeira vez, sofreu oposição mais incisiva do MDB, até então apático, conservador e fisiológico, que passou a ensaiar seus primeiros passos mais aguerridos, os quais foram, como vimos, interceptados pela nova onda repressiva do Regime Militar, a partir do AI-5.

Visando a aproximar-se da sua base na Assembleia, Dias Lopes fez diversas reuniões para minimizar os conflitos entre as tendências e conseguiu aprovar o dispositivo das *Leis Delegadas*, por meio das quais o Poder Executivo passou a legislar, o que, na prática, viabilizou a operacionalização da *reforma administrativa*.

Todavia, nos meses finais de 1968, as relações entre Governo e parte da Arena voltaram a se estremecer, por ocasião da reeleição de José Moraes para a Presidência da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa. No episódio, o Governo não se movimentou de maneira adequada para eleger o seu candidato, Henrique Pretti, o que redundou na perda da agenda legislativa e em inúmeras dificuldades, sendo a mais grave delas a rejeição do orçamento plurianual, o qual somente foi aprovado após muitos conflitos e até intervenção judicial.

Tais conflitos foram suspensos pela edição do Ato Institucional Nº 5, que fechou os Legislativos. Se, em termos democráticos, tal fato foi traumático, para o Governo Dias Lopes foi providencial, uma vez que, a partir desse momento, foi-lhe possível agir sem as injunções dos grupos políticos locais e dar continuidade ao cumprimento do seu programa. É nesse ínterim que se implementa o pacote de incentivos fiscais e uma série de outras realizações.

Nessa perspectiva e a partir do exposto, nota-se que o dirigismo econômico do Governo Federal, em circunstâncias autoritárias, teve boa aceitação no Espírito Santo, vindo a repercutir de forma positiva sobre as estratégias traçadas pelo grupo de poder local. As políticas desenvolvidas no governo Dias Lopes abriram caminhos para o início do ciclo de desenvolvimento industrial capixaba, com repercussões decisivas sobre os mais variados setores da vida econômica, política, social e cultural do Espírito Santo. Ocorreu, finalmente, a transição para o padrão urbano-industrial, inclusive com repercussões na modernização e diversificação da economia agrária comercial e exportadora.

CAPÍTULO 5

A MANUTENÇÃO DA *PLATAFORMA IDEAL* E O ARREFECIMENTO DO DEBATE POLÍTICO-PARTIDÁRIO NO ESPÍRITO SANTO: DO AI-5 ATÉ 1974

5.1. Aspectos Introdutórios

O presente capítulo tem por objetivo analisar a delicada situação a que foram submetidas as agremiações partidárias – Arena e MDB –, bem como seus grupos constituintes, por ocasião da edição do AI-5, ocorrida no dia 13 de dezembro de 1968. Atenta-se para o período marcado por tensões e expectativas ante o hiato criado pela temporária suspensão das atividades legislativas, tanto a nível nacional, quanto regional e pelas movimentações por parte dos principais agrupamentos constitutivos dos partidos políticos, no Espírito Santo, para reestruturar a vida político-partidária na fase mais aguda do regime autoritário brasileiro.

Após a análise da reorganização partidária, faz-se uma rápida explanação acerca do pleito eleitoral ocorrido no ano de 1970, no Espírito Santo, bem como da sucessão estadual cujo desfecho foi a escolha de Arthur Carlos Gerhardt Santos para o cargo de Governador Biônico (1971-1975).

Sobre esse governo, far-se-ão alguns apontamentos, especialmente no que tange ao projeto desenvolvimentista, voltado para a atração dos chamados *Grandes Projetos de Impacto*, mantendo a hegemonia de setores do antigo PSD por meio daquilo que estamos denominando de *plataforma ideal*, objetivamente alinhada aos planos desenvolvimentistas do Regime Militar. O capítulo termina com algumas conclusões acerca daquilo que foi analisado.

5.2. A Conjuntura política capixaba sob a égide do AI-5

O caso Marcio Moreira Alves e a edição do AI-5 recolocaram na ordem do dia a questão da relação entre o governo e os partidos. Segundo Grinberg (2009), um forte indicador desse fato foi a redefinição do vocabulário do período, que incorporou os termos *classe política* ou *políticos*, de um lado, e *militares* ou *Forças Armadas*, de outro. Ademais, tal como salientado nas linhas anteriores, em decorrência do mesmo Ato, a atividade do político profissional tornou-se bastante subordinada ao Poder Executivo, especialmente nos anos 1969-1974, circunstância influenciada pela tecnocracia.

As restrições determinadas pelo AI-5 não ficaram limitadas ao campo do exercício da política. A partir do Ato, a imprensa passou a ser ainda mais censurada, inclusive através da *censura prévia*.

No caso dos jornais do Espírito Santo, nota-se certa guinada de *A Gazeta*, do ponto de vista editorial, especialmente a partir de meados de 1968, momento em que o jornal já estava sendo administrado por um General do Exército, Darcy Pacheco de Queiroz, tal como mencionado neste trabalho. Embora tenha se posicionado favoravelmente ao Governo Dias Lopes e aos seus sucessores, *A Gazeta* deixou, aos poucos, de se pronunciar como veículo do PSD. Além disso, tal como revela o estudo de Correa (2009), aspecto também observado na leitura do jornal por ocasião desta pesquisa, o periódico passou a buscar um perfil mais profissional, abandonando paulatinamente o caráter de imprensa partidária, embora continuasse governista durante todo o regime.

Em relação a *O Diário*, o jornal, ex-propriedade de Francisco Lacerda de Aguiar²⁹⁸, passou a sofrer forte repressão e censura, especialmente após o AI-5. Segundo Medeiros (Apud MAZZEI, 2011, p. 143), tal censura ocorreu, principalmente “[...] pelo fato de [o jornal] reunir muitos jovens simpatizantes da esquerda e muitos participantes de movimentos estudantis [...]”²⁹⁹.

No que tange às organizações de luta armada, houve, entre os anos de 1969-1973, a intensificação de suas ações, sendo, essas organizações, por isso, duramente atingidas pela repressão – período em que ocorreu a maior parte das mortes de presos políticos sob a custódia do Estado (PEREIRA, *et al*, 2005; GRINBERG, 2009). Diante de tal situação, setores da Igreja se reposicionaram, procurando dialogar com representantes do Governo e das Forças Armadas em relação ao tema que, doravante, se tornou extremamente delicado: a *tortura*.

Quanto à atuação dos partidos e dos políticos, conforme assinala Grinberg (2009), um dos poucos assuntos a partir dos quais se podia travar algum debate, dizia respeito à legislação partidária e eleitoral que se seguiu ao AI-5. Diante das restrições às atividades políticas, Arena e MDB produziram poucos documentos nos meses imediatamente posteriores à edição do Ato. Os jornais, as reportagens e notas se sucediam, indicando que tudo parecia suspenso temporariamente e atestando a desorientação das lideranças políticas no cenário posterior a 13 de dezembro de 1968³⁰⁰.

²⁹⁸ Após a sua renúncia, Francisco Lacerda de Aguiar vendeu o Jornal *O Diário* à Fernando Jakes Teubner, Edgard dos Anjos e Cacau Monjardim.

²⁹⁹ Para maiores esclarecimentos sobre o Jornal *O Diário*, com especial destaque para a censura sofrida pelo periódico, ver: MAZZEI, Vitor Reis. **Jornal O Diário: a censura e o papel da publicidade nos anos de chumbo (1968-1974)**. 2011. 214 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011. Quanto à censura aos veículos de comunicação no Espírito Santo, o mesmo pode ser dito em relação ao Jornal *A Tribuna*, principalmente após a cassação do mandato de seu proprietário, o ex-governador de São Paulo, Ademar de Barros.

³⁰⁰ LEONOR, Esdras. Entrevista do Presidente de um modo geral veio aliviar a classe política do Estado. *A Gazeta*, Vitória, p. 2, 6 abr. 1969; LEONOR, Esdras. Políticos põem ambições de lado e passam a agir com a realidade da hora. *A Gazeta*, Vitória, p. 2, 8 abr. 1969; LEONOR, Esdras. Fantasma das cassações volta a rondar um setor

As reuniões dos partidos – dos Diretórios ou das Comissões Executivas, ou mesmo as Convenções –, que ocorriam regularmente a cada mês, às vezes até mais de uma vez³⁰¹, deixaram de ocorrer. No ano de 1969, logo após a edição do AI-5, por exemplo, os livros de atas de Arena e MDB não registraram nenhuma reunião entre os meses de janeiro e julho. Diante disso, muitas incertezas pairavam no ambiente político da época. As agremiações partidárias poderiam ser extintas, reorganizadas ou reagir às orientações do Executivo (GRINBERG, 2009), não havendo nenhuma clareza do que poderia acontecer. Todavia, nesse cenário aberto em termos de possibilidades, de uma coisa se tinha certeza: tanto os partidos políticos, quanto os seus grupos constituintes, não seriam mais os mesmos³⁰². Tal como já assinalado, o MDB, tanto no plano local quanto no nacional, desde a instauração do AI-5, sofreu a mais intensa perseguição de sua história. Grande parte de suas lideranças mais aguerridas tiveram seus mandatos cassados, desfigurando o partido no momento em que ele começava a ganhar certos contornos. Quanto à Arena, observa-se grande animosidade entre a direção nacional e o Governo após a edição do Ato, a ponto de diversos senadores liderados por Daniel Krieger, Presidente do Diretório Nacional, procurarem Costa e Silva para protestarem contra o AI-5³⁰³. Além disso, Krieger e João Roma, Secretário Executivo do Diretório Nacional, renunciaram a seus cargos. Nessas circunstâncias, houve também aqueles que apostaram na extinção dos partidos então existentes, entre os quais estava o próprio líder do Governo na Câmara, o deputado mineiro Geraldo Freire.³⁰⁴

No caso da Arena capixaba, além de não ter sofrido nenhuma cassação ou constrangimento pela onda repressiva do período, também não se verificou em seu seio nenhuma manifestação de confronto ou contrariedade em relação às deliberações advindas do plano federal. Todavia, importante frisar que as lideranças arenistas resguardaram silêncio diante da conjuntura delicada.

político no Legislativo. *A Gazeta*, Vitória, p. 2, 9 abr. 1969; LEONOR, Esdras. Falha dos políticos foi não ter agido a tempo. *A Gazeta*, Vitória, p. 2, 15 abr. 1969; LEONOR, Esdras. Não há atividade política: quando muito haverá certas ambições sem conseqüências. *A Gazeta*, Vitória, p. 2, 16 abr. 1969; LEONOR, Esdras. Falta de indicação deixa classe política do Estado sem perspectivas futuras. *A Gazeta*, Vitória, p. 2, 20 abr. 1969; LEONOR, Esdras. Estudo aponta causas do desapareço popular pela ação parlamentar. *A Gazeta*, Vitória, p. 2, 28 abr. 1969.

³⁰¹ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979; Livro de Atas das reuniões do Movimento Democrático Brasileiro. 1969-1979. **Movimento Democrático Brasileiro – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1969-1979.

³⁰² LEONOR, Esdras. Não há atividade política: quando muito haverá certas ambições sem conseqüências. *A Gazeta*, Vitória, p. 2, 16 abr. 1969.

³⁰³ KRIEGER e 21 Senadores protestam contra o AI-5. Jornal *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, p. 11, 07 abr. 1969.

³⁰⁴ UM novo Partido. *A Gazeta*, Vitória, p. 3, 10 mai. 1969; LEONOR, Esdras. Stenzel é contra a extinção da Arena como deseja Freire. *A Gazeta*, Vitória, p. 2, 11 mai. 1969.

5.3. O Ato Complementar Nº 54 e a reorganização político-partidária

Como salientado, o quadro político permaneceu sem grandes alterações até meados de 1969, quando o Governo Federal editou, no mês de maio, o Ato Complementar Nº 54, por meio do qual foram regulamentadas as Convenções partidárias municipais, regionais e nacional para a eleição respectiva dos diretórios nas três esferas (Art. 1º)³⁰⁵ e estabelecidos, nos artigos 2º e 4º, prazos para a realização das referidas eleições, que ocorreriam no dia 10 de agosto no caso dos diretórios municipais, e 14 de setembro dos regionais. Determinava também o Ato Complementar que os diretórios municipais deveriam ter no máximo 20 membros (Art. 16, inciso I); os regionais, entre 20 e 30 (Art. 16, inciso II) e o nacional, entre 31 e 49 membros (Art. 16, inciso III).

Quanto às repercussões do AC-54 no Espírito Santo, a imprensa registrou, entre a classe política, um misto de alívio e ceticismo³⁰⁶. O AC-54, na perspectiva das principais lideranças, sinalizava para a reabertura dos trabalhos legislativos a qualquer momento, bem como para a continuidade dos partidos políticos vigentes desde 1965/1966³⁰⁷.

Sobre a nova legislação, Lúcia Grinberg (2009) afirma que o Governo pretendia extinguir da legislação eleitoral as sublegendas, mas a direção nacional da Arena resistiu a essa modificação. Sem dúvida alguma, esse fato reforça, mais uma vez, o sentido das sublegendas para os políticos, especialmente da Arena, uma vez que era uma forma de expressão dos partidos extintos e da própria viabilidade da Arena. Sobre esse aspecto, afirma a autora:

As sublegendas permitiam às lideranças políticas, muitas vezes adversárias partidárias durante o regime de 1945-1964, reunidas em um só partido a partir de 1965, continuarem disputando os cargos eleitorais entre si. Mais uma vez, o governo cedeu à conformação estrutural da Arena, que havia possibilitado e continuava possibilitando sua consolidação em todo o país (GRINBERG, 2009, p. 137).

Assim, seguindo as determinações do referido Ato Complementar, os partidos políticos no Espírito Santo voltaram a se reunir a partir do mês de julho de 1969³⁰⁸. Em seu caso específico, a Arena realizou pelo menos cinco reuniões entre julho e novembro daquele ano para a tomada de

³⁰⁵ BRASIL, República Federativa do. **Ato Complementar Nº 54**, de 20 de maio de 1969, Brasil (1969). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 de mai. 1969. Seção I, Parte I. Nº. 54, 21 de Maio de 1969.

³⁰⁶ LEONOR, Esdras. Setor Parlamentar crê que tempestade poderá cair antes da bonança. *A Gazeta*, Vitória, p. 2, 21 mai. 1969; ATO Complementar 54 adiou as Convenções partidárias. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 21 mai. 1969.

³⁰⁷ LEONOR, Esdras. Setor Parlamentar crê que tempestade poderá cair antes da bonança. *A Gazeta*, Vitória, p. 2, 21 mai. 1969; ATO Complementar 54 adiou as Convenções partidárias. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 21 mai. 1969.

³⁰⁸ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fls 80-89; Livro de Atas das reuniões do Movimento Democrático Brasileiro. 1969-1979. **Movimento Democrático Brasileiro – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1969-1979.

providências quanto ao cumprimento do AC-54³⁰⁹. Uma das mais importantes ocorreu no dia 20 de agosto, com seus membros se movimentando no sentido de unificar o Partido, diante das problemáticas divisões internas, sempre complicadas e desgastantes, especialmente no que tangia às relações entre governo e bancada arenista na Assembleia.

Naquela ocasião, entre outras coisas, se buscou estabelecer critérios para a constituição da chapa de candidatos a membros do futuro Diretório Regional. Logo no início dos debates, o Presidente João Calmon fez “[...] um apelo a todos para que [unissem] esforços no sentido do lançamento de uma chapa única [...]”³¹⁰. Em seguida, na mesma reunião, o Deputado Lúcio Merçon aludiu acerca das movimentações por parte da bancada da Arena, na Assembleia, no mesmo sentido:

[...] O Deputado Lúcio Merçon, com a palavra, informa que a bancada dos Deputados Estaduais [...] composta de trinta membros, se reuniu sábado último, e estudou um critério a ser submetido na presente reunião à discussão. Os trinta deputados constituíram, ainda, uma Comissão de Diálogo, composta dos Deputados Henrique Pretti, Vicente Silveira, Emir de Macedo Gomes, Ely Junqueira, Lúcio Merçon, para que essa Comissão de Diálogo procurasse ouvir outros líderes arenistas sobre o critério apresentado pela bancada. Informou, finalmente, o Deputado Lúcio Merçon que a bancada ouviu os demais candidatos da chapa de conciliação e todos concordaram com a mesma. Agora, na presente reunião, o orador esclareceu que foi incumbido pelos outros membros da Comissão de Diálogo para expor ao Diretório Regional o critério sugerido pela bancada de trinta deputados estaduais da Arena do Espírito Santo para a formação da chapa de conciliação.³¹¹

Completo o Deputado Lúcio Merçon, indicando critérios para a formação da tal *chapa de conciliação*, que deveria, segundo a sugestão, ser composta por

[...] 16 (dezesesseis) deputados estaduais, a serem ainda escolhidos pela bancada; o Governador Christiano Dias Lopes Filho; o vice-governador Isaac Lopes Rubin; os Senadores Eurico Rezende, Raul Gilberti e Carlos Lindenberg; os Deputados Federais João Medeiros Calmon, Oswaldo Zanello, José Parente Frota, Antônio José Miguel Feu Rosa; os Prefeitos (representando o norte, o centro e o sul do Estado) Joaquim Alves, Setembrino Pelissari e Nelo Borelli; o ex-governador Rubens Rangel e o suplente de Deputado Federal Elcio Álvares³¹².

Importante salientar que a proposta da bancada arenista para a formação da chapa foi submetida à votação, tendo sido aprovada³¹³. A análise do modo como foram estabelecidos os critérios

³⁰⁹ No dia 20 de julho de 1969, o Diretório da Arena se reuniu para tomar conhecimento e estudar o Ato Complementar Nº 54, bem como a Resolução Nº 8484 do TSE, e no dia 20 de agosto, o Diretório se reuniu novamente para sanar as últimas dúvidas, com base em telegramas enviados pelo Diretório Nacional, dia em que foram estabelecidos os critérios para a formação das chapas e do novo diretório. As reuniões posteriores foram para operacionalizar o pleito interno.

³¹⁰ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fl. 81.

³¹¹ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fl. 82.

³¹² Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fl. 82.

³¹³ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fl. 82.

deixa evidente que a intenção foi a de contemplar as mais diversas correntes do partido, uma vez que despontaram, na proposta de *chapa de consenso*, tanto ex-pessedistas quanto lideranças pertencentes aos partidos que, no regime 1945-1964, reuniam-se na *Coligação Democrática*.

Tais movimentações se faziam necessárias, em relação ao governador, principalmente por conta das dificuldades enfrentadas com a *Arena oposicionista* na Assembleia, extensiva a membros da bancada capixaba no Congresso Nacional; essa *oposição* que, em vários momentos, se vinculou ao MDB local, trouxe muitas dificuldades à administração Dias Lopes. Sobre esse assunto, a *Revista Capixaba* apontava com bastante frequência que faltava ao Governo “[...] maior sensibilidade no encaminhamento do tema político, além, evidentemente, [...] de uma assessoria eficiente e objetiva nesse campo [...]”³¹⁴, motivo pelo qual os conflitos com os setores insatisfeitos da Arena se acirraram ainda mais após a reabertura dos trabalhos legislativos, a partir de outubro de 1969, chegando a ser cogitado, a pedido da *Arena oposicionista*, o afastamento do Governador e a intervenção federal no Estado do Espírito Santo, ambos considerados improcedentes pela justiça³¹⁵.

Quanto à proposta de formação de *chapa de conciliação* para o Diretório da Arena, apesar de a mesma ter sido aprovada, passou a sofrer diversas críticas de parte dos ex-membros udenistas e pessepistas. Sobre esse aspecto, reveladoras são as palavras do articulista de *A Gazeta*, Esdras Leonor, publicadas ainda no mês de abril de 1969, pouco antes da edição do Ato Complementar Nº 54:

Uma figura altamente situada dentro do Partido revelava ontem em meio a apreciações sobre as duas reuniões da Arena – uma com o Governador, outra da bancada parlamentar – que o descontentamento anotado entre os deputados contra o tratamento recebido de alguns Secretários de governo, e posto a nu finalmente, teria sido no passado o motivo principal do grito de rebeldia dos arenistas hoje afastados do convívio e da orientação do Palácio Anchieta. Se naquela ocasião não foi maior a solidariedade aos rebeldes arenistas, nem por isso deixou de causar profundas brechas no sistema político do Governo na Assembléia cuja conseqüência maior seria exatamente a derrota contundente do Executivo – a primeira de repercussão – no episódio da reeleição do Sr. José Moraes, que não resistiria este ano [...]”³¹⁶

Como pode ser observado, a análise do articulista não deixa dúvidas quanto à continuidade das dissensões, especialmente por ocasião da derrota governista na eleição para a Mesa Diretora do Legislativo, ocorrida no início do ano anterior, ocasião em que José Moraes (ex-PSP) foi reeleito a contragosto do Governo.

³¹⁴ ONZE rebeldes e uma advertência. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano II, nº 14, p. 62-63, abr. 1968.

³¹⁵ PROCURADOR da República encerra a questão: Governo não intervém no Espírito Santo. *A Gazeta*, Vitória, p.1, 22 mai. 1970.

³¹⁶ LEONOR, Esdras. Causas que provocaram dissidências na Arena ainda continuam vivas. *A Gazeta*, Vitória, p. 2, 26 abr. 1969.

No mesmo artigo, Esdras Leonor aponta alguns dos principais dissidentes da Arena e deixa transparecer que a relação hostil entre o Governo Dias Lopes e sua bancada na Assembleia se difundia para outras lideranças e agrupamentos da Arena:

Os dissidentes da Arena – entre eles os deputados Moacyr Dalla, Danilo Monteiro de Castro, Walter Bersan, José Carlos Santana, José Merçon, Vicente Silveira, Benedito Elias e o próprio Moraes – foram os primeiros a se manifestar sensibilizados com o tratamento que hoje estariam sofrendo com mais intensidade alguns parlamentares da Arena, de inegável fidelidade ao Governo.³¹⁷

Esse grupo insatisfeito, composto basicamente por ex-udenistas e alguns ex-pessepistas e, portanto, parte da antiga *Coligação Democrática*, contrariando a orientação partidária, registrou outra chapa para concorrer com a da *Conciliação* pela direção regional da Arena, conforme tabela abaixo.

Tabela 39 – Chapas que concorreram ao Diretório Regional da Arena – 1969.

CHAPA 1 (de Conciliação)	Partido de origem	CHAPA 2 (Arena oposicionista)	Partido de origem
Christiano Dias Lopes Filho (cabeça)	PSD	Dulcino Monteiro de Castro (Cabeça)	UDN
Moacyr Dalla	UDN	Pedro Juvenal M. Ramos	UDN
Rubens Rangel	PTB	Paulo Barros	UDN
Hilário Toniatto	PSD	Wilson Neves Cunha	n.i.
Emir de Macedo Gomes	PSP	Dercílio Gomes de Albuquerque	n.i.
João de Medeiros Calmon	PSD	Eberth Alves Machado	n.i.
Carlos F. Monteiro Lindenberg	PSD	Nilton de Barros	UDN
Oswaldo Zanello	PRP	Danilo Monteiro de Castro	UDN
Henrique Pretti	PSD	José Moraes	PSP
José Carlos da Fonseca	PSD	Walter de Aguiar	n.i.
Alcino Santos	PSD	Tolentino Xavier Ribeiro	PTB
Ely Junqueira	PTB	Roberto Armizant Silvaes	n.i.
Vicente Silveira	UDN	Guilherme Santos	PTB
Élcio Álvares	PSD	Carlos Vali	n.i.
Dílio Penedo	PSD	Argêo Reginaldo Lorenzoni	UDN
Lúcio Merçon	PRP	Esmeraldo T. Melo	n.i.
Joaquim Alves de Souza	PSP/PTN	Lucas Lellis	n.i.
Edson Machado	PSP	Ademar Magnago	n.i.
Theodorico de Assis Ferraço	PRP	Dukla de Aguiar	n.i.
Nilzo de Almeida Plazzi	-	Manoel de Souza Soares	n.i.
Eurico Rezende	UDN	José Tristão C. Fernandes	n.i.
Manoel M. Lobato de San Martinho	PTB	Antônio Fernandes Castro	n.i.
Pedro Seleme	PSD	Arnaldo Sabino Soares	n.i.
Raul Gilberti	PSP	Natalino Littig	n.i.
Isaac Lopes Rubin	PTB/PTN	Dino Simões Pádua	n.i.
José Parente Frotta	PSD	Ely Nunes Aarão	n.i.
Antônio José Miguel Feu Rosa	UDN	Eugênio Bottechia	n.i.
Setembrino Pelissari	UDN	Nelson Pimentel	n.i.
Walter Bersan	PDC	Joaquim Cecílio T. Leão	n.i.
Nelo Vola Borelli	-	Daniel Santa Clara	n.i.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo.** Vitória, 1966-1979, fls. 84-86.

³¹⁷ LEONOR, Esdras. Causas que provocaram dissidências na Arena ainda continuam vivas. *A Gazeta*, Vitória, p. 2, 26 abr. 1969.

Na Convenção realizada no dia 14 de setembro de 1969, tal como determinava o Ato Complementar Nº 54, a *Chapa 1*, que foi basicamente aquela construída com vistas à *conciliação* do partido, proposta pela bancada da Arena na Assembleia, encabeçada pelo então Governador Christiano Dias Lopes Filho, recebeu 118 votos dos convencionais. Já a *Chapa 2*, liderada por Dulcino Monteiro de Castro (ex-UDN), apoiado principalmente por ex-udenistas, obteve 76 votos.

Pelo critério da proporcionalidade que acabou sendo adotado, a *Chapa 1* teve direito de indicar nomes para 19 vagas e a *Chapa 2* as 11 restantes no Diretório, que pelo mesmo AC-54, deveria ter 30 membros no máximo. Apesar das dissensões, a tática do governo e dos arenistas fiéis a Dias Lopes, na Assembleia, obteve relativo sucesso, uma vez que conseguiu a maioria da vagas no Diretório da Arena, que ficou constituído tal como tabela que segue:

Tabela 40 – Diretório Regional da Arena eleito em 1969

Indicações da Chapa 1	
NOME	PARTIDO DE ORIGEM
Christiano Dias Lopes Filho	PSD
Moacyr Dalla	UDN
Rubens Rangel	PTB
Hilário Toniatto	PSD
Emir de Macêdo Gomes	PSP
João de Medeiros Calmon	PSD
Carlos Fernando M. Lindenberg	PSD
Oswaldo Zanello	PRP
Henrique Pretti	PSD
José Carlos da Fonseca	PSD
Alcino Santos	PSD
Ely Junqueira	PTB
Vicente Silveira	UDN
Élcio Álvares	PSD
Dílio Penedo	PSD
Lúcio Merçon	PRP
Joaquim Alves de Souza	PSP
Edson Machado	PSP
Theodorico de Assis Ferraço	PRP
Indicações da Chapa 2	
NOME	PARTIDO DE ORIGEM
Dulcino Monteiro de Castro	UDN
Pedro Juvenal Machado Ramos	UDN
Paulo Barros	UDN
Nilson Neves Cunha	n.i.
Dercílio Gomes de Albuquerque	n.i.
Eberth Alves Machado	n.i.
Nilton de Barros	UDN
Danilo Monteiro de Castro	UDN
José Moares	PSP
Walter de Aguiar	n.i.
Tolentino Xavier Ribeiro	PTB

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Livro de atas das Convenções Regionais da Aliança Renovadora Nacional. 1969-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo.** Vitória, 1969-1978, fls. 4-6.

O Diretório eleito se reuniu no dia 1º de outubro de 1969 para eleger a Comissão Executiva do Partido. Na ocasião, foram inscritas duas chapas, tal como segue:

Tabela 41 – Chapas inscritas para a Comissão Executiva da Arena - 1969

CHAPA 1		
NOME	CARGO	PARTIDO DE ORIGEM
Emir de Macedo Gomes	Presidente	PSP
Oswaldo Zanello	1º Vice-Presidente	PRP
Alcino Santos	2º Vice-Presidente	PSD
Lúcio Merçon	1º Secretário	PRP
Ely Junqueira	2º Secretário	PTB
Theodorico de Assis Ferraço	Tesoureiro	PRP
Edson Machado	Procurador	PSP
CHAPA 2		
NOME	CARGO	PARTIDO DE ORIGEM
Vicente Silveira	Presidente	UDN
Dulcino Monteiro de Castro	1º Vice-Presidente	UDN
Moacyr Dalla	2º Vice-Presidente	UDN
Nilton de Barros	1º Secretário	-
Wilson Neves da Cunha	2º Secretário	-
Danilo Monteiro de Castro	Tesoureiro	UDN
Élcio Álvares	Procurador	PSD

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fls. 84-86.

Em relação aos nomes que compuseram as chapas para a Comissão Executiva do Partido, é importante tecer alguns comentários. Notam-se pelo menos dois aspectos importantes: em primeiro lugar, a *Chapa 2* foi formada basicamente por elementos da antiga UDN, enquanto a *Chapa 1* pelas antigas lideranças do PSP/PRP, ambas pertencentes à antiga *Coligação Democrática* e que participaram do arranjo voltado para a *Chapa de Conciliação*; em segundo lugar, observam-se poucos elementos do antigo PSD, e a ausência dos nomes de maior peso da Arena e da política capixaba, apesar de esses mesmos elementos estarem presentes no Diretório.

Tal ocorrência deve-se ao fato de o país viver, naquele momento, o período de maior repressão e também restrição às atividades políticas, em que o poder Executivo passou a ter primazia em relação aos demais poderes. Em outras palavras, vivia-se o momento áureo do AI-5, das perseguições, da censura à imprensa, da repressão, daí a pouca importância dada aos partidos e a política formal, gerando certo *esvaziamento* da vida político-partidária. Todavia, há de se registrar que, mesmo assim, o governo se preocupou minimamente em colocar na direção do partido um indivíduo que não criasse problemas. Assim, embora membro do antigo PSP, Emir de Macedo Gomes estava vinculado, naquele momento, ao então Governador Christiano Dias Lopes, cujas movimentações a ele beneficiaram.

Diante de tal cenário, na votação ocorrida no dia 1º de outubro de 1969, a *chapa 1*, encabeçada por Emir de Macedo Gomes, sagrou-se vencedora, ao obter 16 votos dos membros do Diretório. A outra Chapa, liderada por Dulcino Monteiro de Castro, obteve os demais 14 votos. Prevaleram, portanto, os nomes da chamada *Chapa de Conciliação*, montada pelo Governo e pela base arenista na Assembleia.

No caso do MDB, não houve grandes problemas para a formação do seu novo Diretório Regional, bem como da Comissão Executiva. O partido se reuniu no mesmo dia 14 de setembro de 1969. Houve a inscrição de somente uma chapa, cujos nomes seguem relacionados na tabela abaixo.

Tabela 42 – Diretório do MDB eleito em 1969.

CHAPA ÚNICA	PARTIDO DE ORIGEM
Adalberto Simão Nader	PTB
Ardilon Cassimiro de Matos	n.i.
Argilano Dario	PTB
Américo Bernardes da Silveira	PTB
Arnaldo Pinto da Vitória	n.i.
Afonso Costalonga	n.i.
Carlos Alberto Baptista da Cunha	UDN
Carlos Alberto Lindenberg Von Schilgen	PSD
Dirceu Cardoso	PSD
Deodato Felipe de Meira	n.i.
Haylson Lobo Junger	n.i.
Hélio Carlos Manhães	PSP
Heráclito Lopes Patrício	n.i.
Hélio Machado de Miranda	n.i.
Henrique Gustavo Bucher	n.i.
Genesio Vieira da Fraga	n.i.
José Gonçalves da Rosa	n.i.
Jose Wenceslau de Souza	n.i.
José Rodrigues de Oliveira	n.i.
João da Silva Baptista	n.i.
José Teixeira Guimarães	PTB
Luiz Baptista	PTB
Max de Freitas Mauro	n.i.
Mikeil Chequer	PSD
Nely da Encarnação Miranda	n.i.
Solon Borges Marques	PTB
Vicente Santorio Fantini	n.i.
Wallace Vieira Borges	PTB
Waldir Alves	n.i.

Fonte: Elaboração própria, a partir do Livro de Atas das reuniões do Movimento Democrático Brasileiro. 1969-1979. **Movimento Democrático Brasileiro – Seção Estado do Espírito Santo.** Vitória, 1969-1979.

*ni. – não identificado

Quanto a Comissão Executiva eleita na reunião do Diretório, em 1º de outubro de 1969, o quadro abaixo demonstra que o partido permaneceu controlado por Argilano Dario, embora possamos observar a ascensão de figuras mais progressistas no interior do partido, a exemplo do Deputado

Estadual Hugo Borges e de alguns ex-pessedistas como Dirceu Cardoso e Carlos Lindenberg Von Schilgen.

Tabela 43 – Comissão Executiva Regional do Movimento Democrático Brasileiro do Espírito Santo (MDB-ES) – 1969

Nome	Partido de Origem	Cargo no Diretório
Argilano Dario	PTB	Presidente
Carlos Alberto Lindenberg Von Schilgen	PSD	1º Vice-Presidente
Dirceu Cardoso	PSD	2º Vice-Presidente
Mikeil Chequer	PSD	1º Secretário
Wallace Vieira Borges	PTB	2º Secretário
Adalberto Simão Nader	PTB	Tesoureiro
Hugo Borges	PTB	Procurador
Argilano Dario	PTB	Delegados na Convenção Nacional
Dirceu Cardoso	PSD	
Wallace Vieira Borges	PTB	
Juarez Martins Leite	PSD	
Antonio Alves Duarte	-	Suplentes de Delegados
Manoel Moreira Camargo	-	
Humberto Pinheiro Vasconcelos	-	
Meroveu Pereira Cardoso	-	

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados de: Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo.** Vitória, 1966-1979.

5.4. Eleição da Mesa Diretora da Assembleia de 1970: O Governo arenista em busca do controle da agenda legislativa

Em relação à Mesa Diretora da Assembleia, já se relataram neste trabalho aspectos dos problemas gerados pela ocupação da Presidência do Legislativo por um elemento pertencente à *Arena dissidente*, no caso o Deputado José Moraes, responsável pela obstrução de diversas mensagens e projetos, ato cuja consequência negativa para o Governo foi minimizada pelo fechamento do regime, após a edição do AI-5, seguida de diversos constrangimentos a posturas contrárias aos poderes constituídos, propiciando a Dias Lopes momento em que governou relativamente livre das injunções da classe política capixaba, tal como já assinalado.

Assim, apesar do relativo arrefecimento da vida político-partidária, o Governo não fechou os olhos totalmente para a importância de ocupar os espaços de poder. Desse modo, apoiado por um bloco de 21 deputados arenistas, alguns dos quais até então na *oposição*, entrou com mais peso para evitar reverses na disputa pelo comando do Legislativo³¹⁸, lançando três nomes governistas para concorrer pela Arena, sendo todos três ex-membros do PSD: os Deputados Hilário Toniato, José Carlos da Fonseca – que, enquanto líder do Governo Dias Lopes, aparecia como preferido – e Henrique Pretti, figura em ascensão na ala governista da Arena³¹⁹.

³¹⁸ TONIATO desafia oposição a provar interferência governamental. *A Gazeta*, Vitória, p.5, 26 mai. 1970.

³¹⁹ TONIATO é o candidato escolhido pela ARENA. *A Gazeta*, Vitória, p.1, 1º abr. 1970.

Visando minimizar as disputas internas da Bancada da *Arena*, que se dividia entre a ala *Governista*, formada, basicamente pelo antigo PSD e alguns ex-pessepistas, e a ala *Oposicionista*, formada por grande parte dos udenistas e também alguns ex-membros do PSP, também chamada de *Cupim de Ferro*, houve um acordo formalizado por meio de documento assinado por 21 arenistas de ambos os lados, para que os governistas escolhessem os candidatos a Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Secretário e 3º Secretário; e o grupo *Cupim de Ferro* (*oposicionista*) os nomes para compor a chapa para os cargos de 2º Vice-Presidente, 1º Secretário e 4º Secretário. Acordou-se também que os 21 deputados escolheriam um entre os três nomes apresentados pelo Governo, bem como pela *Ala Governista* da *Arena*.

No primeiro escrutínio, para saber quem seria o candidato do bloco, Hilário Toniato recebeu 8 votos; Henrique Pretti, 6 votos; e José Carlos da Fonseca, 4 votos. Em seguida, realizou-se uma segunda votação entre os dois mais bem votados e, nela, Toniato obteve 10 votos, contra 9 de Pretti, e dois deputados votaram em branco.

Com indicação dos dois grupos, a *chapa de consenso* da *Arena* ficou assim constituída:

Tabela 44 – Chapa de Conciliação formada para concorrer à Presidência da Assembléia Legislativa – 1969.

<i>Chapa da ARENA-Governista</i>			
Cargo em disputa	Deputado	Partido de origem	Partido
Presidente	Hilário Toniato	PSD	ARENA
1º Vice-Presidente	Edson Machado	PSP	ARENA
2º Vice-Presidente	José Carlos Santana	n.i.	ARENA
1º Secretário	Benedito Elias	n.i.	ARENA
2º Secretário	Jamil Zouain	PRP	ARENA
3º Secretário	Oscar de Almeida Gama	PR	ARENA
4º Secretário	Danilo Monteiro de Castro	UDN	ARENA

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados de *A Gazeta*, Vitória, p.5, 1º abr. 1970.

Simultaneamente, os dois deputados que votaram em branco na disputa pela Presidência da Assembleia – Pedro Leal (ex-PSD) e Manoel Lobato (ex-PTB) –, mais o Deputado José Moraes (ex-PSP), que objetivava se candidatar mais uma vez, passaram a se movimentar no sentido de reaglutinar o grupo *Cupim de Ferro* a fim de compor com a bancada do MDB (alijada de qualquer chapa). Nota-se que, apesar da tentativa, mais uma vez, de construir chapa única e de consenso, a *Arena* permanecia rachada.

Apesar de tais movimentações, não houve êxito no sentido de reaglutinar o grupo *Cupim de Ferro* e a chapa governista, concorrendo sozinha, acabou sendo eleita com 24 votos, tendo um voto em branco. A bancada emedebista (composta naquele momento por 13 deputados), mais cinco deputados arenistas descontentes, se retiraram da sessão e não votaram³²⁰. Com a eleição

³²⁰ ELEIÇÃO na Assembléia: Toniato é o Presidente. *A Gazeta*, Vitória, p.1, 2 abr. 1970.

de Toniato, o Governo Dias Lopes passou a ter menos problemas na Assembléia no restante do mandato, que se encerraria em março de 1971, apesar de parte da *Arena Dissidente* permanecer fazendo forte oposição ao Governo.

5.5. A sucessão estadual de 1970: a indicação de Arthur Carlos Gerhardt Santos como Governador biônico

Depois da reorganização dos partidos, bem como da eleição para a Mesa Diretora da Assembleia, as movimentações políticas voltaram a se acirrar a partir de meados de 1970, por ocasião da definição dos nomes que concorreriam ao pleito daquele ano. Nesse contexto, o Presidente Nacional da Arena, Rondon Pacheco, viajou aos estados para articular as candidaturas aos governos estaduais, naquela que ficou conhecida como *Missão Rondon Pacheco*, que completava politicamente o trabalho dos serviços de informação, e a partir da qual Médici analisaria a lista de pretendentes aos cargos de governador, senador e deputado federal (GRINBERG, 2009).

Na visão do articulista Carlos Castelo Branco (1977), a missão consistia em preparar as bases do partido para receber os governadores escolhidos pelo Presidente da República, sugerindo que, aos políticos, caberia esperar mais um pouco antes de pretenderem influir nas decisões do Governo. Desse modo, podemos firmar a convicção, com respaldo nas análises de Lúcia Grinberg (2009) e também no trabalho de Abrúcio & Samuels (1997), de que a articulação dessa *política dos governadores*, isto é, a eleição indireta dos chefes dos executivos locais foi um dos maiores pontos de conflito da época do Regime Militar, especialmente por conta da diversidade de lideranças de várias origens partidárias que formavam a Arena. Sobre as disputas em torno da conquista dos governos estaduais, a mesma autora aponta diversas manifestações de Senadores e Deputados acerca da necessidade de buscar o equilíbrio entre essas várias tendências.

A *Missão Rondon Pacheco* chegou ao Estado do Espírito Santo no dia 15 de março, ocasião em que se reuniu com a Arena local com vistas à escolha do nome que substituiria o Governador Christiano Dias Lopes Filho no Governo. Na referida reunião, Dias Lopes, no seu último ano de mandato, proferiu um discurso que ilustra muito bem o modo como os setores da elite civil, tanto brasileira quanto capixaba, apoiadoras do Regime Militar, enxergavam aquele momento político que o Brasil atravessava. O fragmento demonstra, também, o grau de alinhamento e comprometimento dos segmentos de poder nas instâncias regionais e locais, o que ilustra o ambiente a partir do qual se daria a sucessão. Isto é, a ditadura estava consolidada com os apoios nos estados e municípios bastante definidos:

[...] A experiência revolucionária haverá de contribuir, em futuro não muito longe, para a revisão do conceito filosófico-social da Revolução. O secular e consagrado conceito de Revolução como estado de rotura da ordem jurídico-social preexistente e vigorosamente contestada, encontrando em apreciadas obras de renomados filósofos e ensaístas, no Brasil, nossa experiência revolucionária realiza a substituição de estruturas sem ter passado por aquele período tumultuário que se localiza entre o evento militar e a definição da nova ordem, período esse que se poderia chamar de caos revolucionário. E a história está cheia de exemplos de revoluções que se perderam nesse hiato, que não raro dificultava, retardava e até comprometia o processo de mudança para o desenvolvimento a que se propunham, sem se falar nas distorções do retorno a formas estereotipadas das estruturas contra as quais foram deflagradas. A Revolução livrou-se desse hiato penoso e quase sempre sangrento. A implantação do novo regime se opera no ritmo da substituição das estruturas [...].³²¹ (*grifo nosso*)

Nota-se na exposição, que o então Governador Dias Lopes considerava aquele momento como a consolidação do regime instaurado em 1964. Curiosamente, não menciona, em nenhum momento, naquilo que chamou de *hiato* ou *caos revolucionário*, as cassações de mandatos, as perseguições a grupos políticos e sociais, o fechamento do Congresso e da Assembleia Legislativa, as torturas, que naquele momento já estavam sendo bastante combatidas. Importante salientar, além disso, que essa indiferença em relação às ações autoritárias e de exceção por parte do regime não é demonstrada no fragmento, apesar de o chefe da Polícia Civil do Espírito Santo e, portanto, responsável por grande parte das prisões e torturas no Estado, ter sido nada menos que o próprio irmão do Governador, o Sr. José Dias Lopes³²².

Em outra parte do discurso, o Governador apresenta o que para ele significava a *revolução* empreendida no período:

Não há propriamente uma rotura com o passado, senão com o que nele estava comprometido pela senilidade ou pelas distorções. Preservou-se [*sic*], no entanto, os valores espirituais da nacionalidade. E por isso o processo de desenvolvimento pôde ser iniciado sem perda de tempo. O resultado aí está. Ao termo do sexto ano de sua implantação, a experiência revolucionária brasileira registra vitórias magníficas [...]. Aí está a inflação, que alcançara índices insuportáveis e que corroia todas as resistências econômicas e morais da nação, reduzida aos 24% (vinte e quatro) e que haverá de chegar aos índices suportáveis da casa dos 10% (dez). Não se sabe se há muitos exemplos como este na história das revoluções. Aí estão as marcas extraordinárias de conquistas empolgantes na luta pelo desenvolvimento. Veja-se o expressivo crescimento do produto interno bruto; observem-se os ousados projetos rodoviários já executados e em plena execução; registre-se a Revolução em nossa Marinha Mercante;

³²¹ LOPES FILHO, Christiano Dias. **Voto de solidariedade e apoio político-administrativo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República – General Emilio Garrastazu Médici**. Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fls. 90-92.

³²² Para maiores esclarecimentos sobre o processo de perseguições e torturas praticadas contra presos políticos no Espírito Santo, no contexto do Regime Militar, ver: PEREIRA, Valter Pires; OLIVEIRA, Ueber Jose de; GABRECHT, Ana; MARVILLA, Miguel. **Ditaduras não são eternas**: memórias da resistência ao golpe de 64 no Espírito Santo. 1º. ed. Vitória: Flor&Cultura, 2005. v. 1. 223 p.; outra publicação, mais recente, que ilustra muito bem o cenário da repressão no Espírito Santo, são as memórias do Ex-Delegado-chefe do DOPS recentemente publicadas pelos Jornalistas Rogério Medeiros e Marcelo Neto. Para maiores informações, ver: MEDEIROS, Rogério; NETTO, Marcelo. **Memórias de uma guerra suja**: Claudio Guerra. 1º Ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2012.

assinalem-se as vitórias nos setores da educação e da saúde pública; anote-se o espetacular aumento de nosso Parque Energético [...].³²³

Nota-se uma associação direta entre revolução e desenvolvimento econômico a partir de forte intervenção do Estado, o que retrata muito bem a racionalidade de parte da elite política da época, já aferida por importantes estudos, tais como os de Alves (2005) e Rezende (2003), entre outros, quando fazem referência à chamada *modernização autoritária*. Segundo esse modelo, no contexto internacional marcado pela Guerra Fria (1947-1991), as reivindicações dos trabalhadores representavam, para as elites, uma luta cujo desfecho seria fatalmente a implantação do socialismo. Era necessário, portanto, mitigar o processo político-social efervescente em curso e ao mesmo tempo acelerar a intervenção do Estado na economia, no sentido de modernizar o capitalismo brasileiro, mas sem impetrar reformas sociais mais profundas, consolidando a sociedade urbano-industrial. É o que ocorre no chamado *Milagre Brasileiro*.

Sobre as medidas do Regime que contrariavam os princípios próprios do sistema democrático, o Governador Dias Lopes é ainda mais enfático ao justificar as medidas de exceção empreendidas, demonstrando alinhamento absoluto em relação ao Governo Federal, quando afirma que

[...] Um aspecto, porém, há-de [sic] de estar preocupando [...]. É que as conquistas no campo do desenvolvimento não tem [sic] encontrado correspondência no campo político e jurídico. Vê-se que há, na linguagem de certas lideranças, em cautelosos editoriais da imprensa, a permanente reivindicação do retorno do país ao regime democrático. A que regime democrático querem, porém, que retornemos? Retornar significa regressar, voltar ao ponto de onde se partiu. Será então, que desejam voltemos [sic] ao regime democrático anterior ao ano de 1964? E aquilo será, por acaso, regime democrático a que se possa desejar retornar? Ninguém tenha dúvida de que aquele regime está, graças a Deus, definitivamente enterrado. E está enterrado porque não forneceu suporte, nem ofereceu clima ao desenvolvimento do país. E está também enterrado porque a Democracia liberal, como regime gerado pelo liberalismo econômico, é hoje formulação totalmente recusada em quase todos senão em todos os países do mundo [...].³²⁴

Sobre o importante papel da classe política no que dizia respeito ao regime alcançar seus objetivos, Dias Lopes aponta para o fato de que o

[...] compromisso da Revolução não é retornar, mas construir um regime democrático para o Brasil, sem quaisquer preocupações com os modelos externos ou idéias-clichê. Cada um de nós, eminentes correligionários, tem uma importante parcela de responsabilidade na construção do novo regime. Nós políticos, nós homens públicos.

³²³ LOPES FILHO, Christiano Dias. **Voto de solidariedade e apoio político político-administrativo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República – General Emílio Garrastazu Médici**. Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fls. 90-92.

³²⁴ LOPES FILHO, Christiano Dias. **Voto de solidariedade e apoio político político-administrativo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República – General Emílio Garrastazu Médici**. Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fls. 90-92.

legislação editada pelo Governo Federal, naquelas circunstâncias de regime de exceção, de censura que amordaçava a imprensa, de repressão aos movimentos sociais, o que se observou foi, então, o predomínio desse conteúdo técnico na formação e ocupação dos quadros burocrático-estatais e o aprofundamento do distanciamento e do pouco peso que foi dado ao Poder Legislativo (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011b).

O editorial do jornal *A Gazeta* do dia 5 de junho de 1970 compartilha da mesma visão, quando indica que

Dentro da sistemática adotada pelo Presidente da República para escolha dos Governadores de Estado, até o momento, é esperado que o substituto do Governador Christiano Dias Lopes Filho seja tão afinado quanto ele com a problemática desenvolvimentista que a Revolução defende que seja uma figura de igual respeito e responsabilidade [...] ³²⁸.

Ao longo do processo sucessório, apareceram aproximadamente 16 pleiteantes ao cargo de governador, o que demonstra a permanência das várias correntes do partido governista se movimentando no sentido de adquirir espaços de poder. É evidente que a grande maioria desses nomes era colocada somente para tumultuar o processo e para que as várias facções internas da Arena marcassem suas posições nos espaços políticos. Assim, as candidaturas que efetivamente possuíam condições não eram muitas, dada a precondição imposta pelo regime, a de que a escolha recairia sobre um nome técnico ³²⁹. Eram três os mais cotados para assumirem o governo: o engenheiro Arthur Carlos Gerhardt Santos, ex-secretário, criador e Presidente da Codes (que depois se tornou Bandes), durante o Governo Dias Lopes; o também engenheiro Marcus Pereira Vianna, que naquele momento ocupava o cargo de Secretário Geral do Ministério do Planejamento, tendo exercido anteriormente o Cargo de Superintendente Industrial da Cia Vale do Rio Doce ³³⁰; e o Professor Darcy Werther Vervloet, então Secretário de Educação e Cultura do Governo Dias Lopes. Os três pleiteantes possuíam perfis eminentemente técnicos, isto é, sem trajetórias político-partidárias ³³¹.

³²⁸ SÓ um nome de alto gabarito pode ser escolhido pelo Presidente Médici. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 5 jun. 1970.

³²⁹ Importante registrar que a escolha do nome que substituiria o Governador Dias Lopes atrasou por conta do sequestro do Embaixador da Alemanha Ocidental, Sr. Ehrenfried Von Holleben, ocorrido no dia 11 de junho de 1970. O sequestro foi realizado pela VPR - Vanguarda Popular Revolucionária e pela FLN - Frente de Libertação Nacional. Teve a participação de 19 militantes, entre os que decidiram, os que planejaram, os que executaram a ação e os que a apoiaram. Durou 5 dias, com diversas mensagens trocadas entre os governos brasileiro e alemão. O Embaixador foi libertado somente após a libertação de 40 presos políticos, que chegaram à Argélia no dia 15 de junho de 1970. RAPTO do Embaixador Von Holleben fez atrasar mais sucessão no Estado. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 16 jun. 1970.

³³⁰ Embora nunca tenha exercido mandato eletivo algum, Marcus Pereira Viana era filho de Ary Vianna, tendo este último sido fundador do antigo PSD, tendo exercido também os mandatos de Prefeito de Cachoeiro de Itapemirim (1943-1945), Deputado Federal (1946-1951), e Senador (1955-1963). Marcus Vianna, entre outros cargos, foi Presidente do BNDE entre outubro de 1970 e março de 1979, portanto, nos governo Emílio G. Médici e Ernesto Geisel. Morreu no Rio de Janeiro, onde vivia, no dia 26 de junho de 2012, em decorrência de um infarto.

³³¹ MARCOS Vianna, Arthur e Werther os nomes mais falados. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 4 abr. 1970.

Havia ainda duas possibilidades de candidaturas: uma era o então Senador Raul Gilberti, que novamente pleiteava a vaga, mas que possuía chances bastante reduzidas diante do perfil traçado naquela circunstância, e da postura oposicionista em relação ao Governo Dias Lopes, enquanto membro do antigo PSP e da ala dissidente da Arena. As memórias de Arthur Carlos são reveladoras nesse sentido:

[...] quando chegou a sucessão do Christiano, houve uma pressão política muito grande pra que fosse escolhido um político. E o preferido pelos políticos, que, aliás, era uma pessoa muito séria, muito boa gente, era o Doutor Raul Gilberti. Aí estava tudo certo, quer dizer, no meio político, você sabe como é que são essas coisas, não é? No meio político estava tudo certo. Aí um dia, Gauvêias me telefonou e me disse assim: Arthur, não vai ser político nisso não! Pelo que eu soube aqui das fofocas aqui em Brasília, tem três nomes que estão sendo estudados: o Marcus Viana, o meu e o seu. Eu digo: ótimo! Vou perder pra qualquer um dos dois! (risos). Passando uns dias, eu encontro no aeroporto o pai do Marcus, o seu Ary. Ô Seu Ary, tudo bom? O que tem de novo aí? Tem uma novidade pra você. Nem Marcus, nem Ernani³³² podem ser Governadores aqui no estado porque eles não têm título eleitoral aqui, eles têm título no Rio. Caramba, to roubado! (risos), mas não teve jeito. Bom, aí os políticos continuavam na expectativa de o sucessor de Christiano ser um político [...]³³³

A outra possibilidade era o Promotor de Justiça Eduardo Durão da Cunha, que representava um dos principais focos de oposição ao Governo Dias Lopes, o que o fez ser absolutamente vetado pelo Governador. Sobre ele, o Governador, anos depois, teceu o seguinte comentário:

[...] quando estava naquele negócio de escolher governador, quem vai ser, quem não vai ser, a cidade toda e o estado todo inundado com aquilo, o nome era o Durão Cunha, ia ser o Governador. Aí eu resolvi ir ao Rio, chamei o Alvino Gatti e disse pra ele o seguinte: “Alvino, eu estou indo ao Rio pra resolver esse negócio de Governador do Estado, estão falando aí que vai ser o Durão. Se for o Durão eu não volto como Governador. Você vai ser a pessoa que vai anunciar isso. Eu te telefonarei e não voltarei, eu renuncio lá mesmo se forem botar o Durão”. [Em seguida, Alvino Gatti responde:] [...] “Deixa comigo!” [...] “Só quero você aí mais ou menos na escuta porque pra avisar se eu vou renunciar ou não vou renunciar. Se eu for renunciar, você dá cobertura aí pra minha família sair do [...] dessa coisa toda”. Aí lá fui eu, fui lá no Rio. Tinha um militar que ficou encarregado de fazer essa coordenação, esqueci o nome dele, eu fui ao Ministério da Justiça e disse: “olha aqui, nós não temos candidato a Governador, os nossos nomes estão numa lista aí pra ser escolhido. Há várias opções, mas eu não aceito é essa candidatura, esse Durão Cunha [...]”. Não precisa ligar pro Alvino. O Alvino foi lá ao aeroporto e eu digo: “Pode tirar a mochila de resistente aí porque não vai acontecer nada, esse moço não vai ser Governador” [...].³³⁴

Embora com perfis eminentemente técnicos, os três principais pleiteantes possuíam alguma vinculação com o extinto PSD, especialmente Marcus Vianna e Gerhardt Santos, cujos pais, respectivamente Ary Vianna e Octaviano Santos, foram fundadores e importantes lideranças do

³³² Trata-se de Ernani Galveias, nascido em Cachoeiro do Itapemirim-ES (1922) e que ocupou diversos postos da burocracia estatal brasileira, entre os quais Presidente do Banco Central do Brasil e Ministro da Fazenda.

³³³ SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt. **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento**. 2010. Entrevista concedida a Arlindo Villaschi Filho e Ednilson Silva Felipe, Vitória, 06 ago. 2010.

³³⁴ LOPES FILHO, Christiano. Dr. Christiano: um mergulho no passado. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, p. 20-33. Ano I, n. 19, out 1977. Entrevista concedida a Oswaldo Oleari, Rogério Medeiros, Joaquim Neri e Vitor Martins.

Partido no período 1945-1964. O Professor Darcy Vervloet, por sua vez, era próximo de importante liderança pessedista, o Deputado Francisco Schwarz.

Já o Senador Raul Giuberti, embora tivesse composto com o PSD em algumas ocasiões, no período 1945/1964, na maior parte das vezes esteve em lado oposto ao dos pessedistas, posição em que se encontrava neste momento desde o rompimento com o Governo Dias Lopes. Isso evidencia que se manteve, nesse pleito, portanto, a polarização entre o PSD e elementos da antiga *Coligação Democrática*. Sobre esse aspecto, reveladoras são as palavras do então Senador Eurico Rezende (ex-UDN), que não havia participado da aliança a qual elegeu o Governador Christiano Dias Lopes e que foi peça-chave na eleição de José Moraes para presidência da Mesa Diretora da Assembleia, contrariando a orientação do Governo:

A pletera de candidatos é uma das características que, infelizmente, ainda existe na Arena e que só o tempo e a substituição de gerações poderá erradicar. Nosso Partido, via de regra no plano estadual, acentuadamente [...] dividido entre tendências, herdadas do pluripartidarismo responsável, em muitos casos, pela intervivência [*sic*] de divergências. Não conseguimos, por enquanto, ser uma “síntese”, pois continuamos a ser uma soma. E deve-se acentuar que à pletera de candidatos exprimindo aquelas tendências ou divergências, adicionam-se outros grupos: dos “técnicos”, dos “empresários” e dos “apolíticos” [...].³³⁵

Tal como já salientado, o critério adotado pelo Governo Médici para indicar Governadores que assumiriam em 1971 foi eminentemente técnico³³⁶, afastando os esquemas tradicionais da política brasileira (SILVA, 1993). Além disso, foi traçado o incremento, no mesmo Governo Médici, do programa de desenvolvimento econômico e integração nacional, que exigia um trabalho mais coordenado e harmônico entre as administrações federal e estadual³³⁷.

Nesse sentido, buscava-se passar por cima das várias clivagens políticas no interior do partido governista e os três principais candidatos mencionados se enquadravam no perfil técnico adotado. Como já salientado na citação de Gerhardt Santos, Marcos Vianna tinha uma desvantagem: o seu domicílio eleitoral. Embora filho de tradicional família capixaba, do sul do Estado, era radicado na Guanabara e eleitor daquele Estado, no qual também desenvolveu toda sua carreira enquanto técnico. O relativo afastamento da política capixaba, bem como das questões locais representava um empecilho para que seu nome vingasse.

Em relação aos outros dois nomes, começou a vir à baila com mais força, ganhando destaque como candidato, o nome de Arthur Carlos Gerhardt Santos³³⁸, em detrimento do Professor Darcy

³³⁵ EMENDA de Eurico: mandato de quatro anos para prefeitos. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 29 abr. 1970.

³³⁶ UM nome técnico. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 22 mai. 1970.

³³⁷ LEONOR, Esdras. Linhas gerais de orientação para os futuros governos. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 15 jan. 1971.

³³⁸ ESTÁ chegando a hora da definição do nome que irá substituir Christiano no Governo. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 1º jun. 1970.

Werther Vervloet, especialmente por sua trajetória com perfil marcadamente desenvolvimentista. Gerhardt Santos era Professor da Universidade Federal do Espírito Santo, esteve vinculado entre 1953 e 1964 ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER), instituição na qual ocupou desde o cargo de engenheiro até o de Diretor Geral (SILVA, 1993). Do ano de 1959 até 1969, foi assessor técnico da Findes. Além disso, ocupou o cargo de Secretário sem Pasta para o Planejamento e Secretário de Viação e Obras Públicas entre 1966 e 1967; foi Diretor do IBC/Gerca (1966-1967); criador e Presidente da Codes e, em seguida do Bandes.

Como já salientado, Gerhardt Santos era filho do ex-deputado Otaviano Santos (PSD-ES), mas nunca teve militância político-partidária, e tinha como principal trunfo o fato de ter desempenhado papel fundamental no Governo Dias Lopes, especialmente no reaparelhamento institucional do Estado, bem como na implantação da estrutura burocrática voltada para a recuperação econômica e para o desenvolvimento da economia capixaba (vide Capítulo IV). Além disso, pelo prestígio de técnico competente e pelas boas relações políticas construídas por sua família, especialmente seu pai, Gerhardt Santos possuía bom trânsito em todos os setores políticos e sociais do Estado, principalmente da Arena, o que poderia contribuir para a minimização dos conflitos no partido governista, algo não alcançado por Dias Lopes, tal como esclarece o jornal *A Gazeta* em editorial:

Será, então, fácil ao futuro governante reunir a Arena em torno de sua pessoa e dizer que daqui para frente será tudo um bloco só, o que não poderia ser feito pelo Sr. Christiano Dias Lopes Filho, que, sendo de uma das velhas facções democráticas extintas - ex-PSD - encontrou dentro da nossa Arena os grupos dos antigos 13 partidos (e muitos formaram uma velha coligação chefiada pela ex-UDN contra o ex-PSD) que ainda guardavam e guardam dele algum ressentimento, porque o Sr. Dias Lopes Filho nunca perdoou as administrações de *arrasa-quarteirão* que se estabeleceram aqui e que foram duramente condenadas por ele até a sua entrada no Governo³³⁹.

O editorial deixa evidente a dificuldade encontrada pelo Governo Dias Lopes para apaziguar a Arena, bem como para dirimir os conflitos entre o ex-PSD e as forças políticas reunidas em torno da antiga *Coligação Democrática*. Aponta também para as gestões de Francisco Lacerda de Aguiar, alvo principal da atuação de Dias Lopes quando estava cumprindo o seu último mandato de deputado estadual.

No mês de junho e, portanto, na reta final da escolha do sucessor de Dias Lopes, em meio a muitas especulações, outros dois nomes afloraram como passíveis de serem escolhidos: um foi o ex-prefeito da Capital, Setembrino Pelissari, credenciado pela boa administração realizada; e o outro, o General Adyr Maia que, embora até então alheio à política partidária, era uma liderança que se destacava como representante dos interesses da região norte.

³³⁹ O SENTIDO de uma indicação. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 2 jul. 1970.

No contexto de tais movimentações, importante salientar que o Jornal *A Gazeta*, já no dia 8 de abril de 1970, veiculou o depoimento do então Governador Dias Lopes, após encontro com o presidente Médici, o qual informava que havia prestado informações sobre o processo sucessório do Espírito Santo, mas que nada ainda havia sido decidido. Apontou, também, que o Presidente voltaria a convocá-lo, juntamente com o presidente Regional da Arena, Emir de Macedo Gomes, para tratar das eleições de 1970³⁴⁰.

Na ata da Comissão Executiva da Arena do dia 13 de julho de 1970 pode ser observada a referida convocação para a reunião, que foi realizada no dia 1º de julho, em Brasília, ocasião na qual foi finalmente indicado, pelo Presidente Médici, o candidato oficial que seria submetido à Assembleia Legislativa no dia 3 de outubro:

[...] Emir de Macedo Gomes relata aos presentes como ocorreu a sua audiência com o Sr. Presidente da República, quando da indicação do seu escolhido a candidato ao cargo de Governador do Estado, concorrente às eleições próximas de 3 de outubro. [...] Informa que o escolhido do Presidente da República foi o Sr. Arthur Carlos Gerhardt Santos [...] e que o candidato a Vice-Governador devia ser um nome de um político militante; sendo que a escolha do vice seria feita pelo [...] candidato a Governador escolhido, pelo Presidente do Partido e pelo Diretório Estadual da Arena [...].³⁴¹

Sobre a indicação de Gerhardt Santos, sabe-se que não era o preferido do Governador Dias Lopes. Naquela altura, os dois já possuíam sérias divergências acerca do projeto desenvolvimentista, mas o peso da Mineradora Vale do Rio Doce, com a qual Arthur Carlos possuía fortes ligações por meio de Eliezer Batista, bem como da Findes, acabou sendo decisivo. Assim, o papel de Christiano na escolha do novo Governador foi de apenas não vetar. Isto é, não fazer campanha contra (VASCOCELLOS, 2010). Com o tempo, as relações entre Dias Lopes e Arthur se desgastaram bastante, até o definitivo rompimento, ocorrido no início de 1971.

Confirmada a candidatura de Arthur Carlos Gerhardt Santos, restava a escolha do candidato à vice, que caberia ao indicado, em consonância com a direção do partido. Todavia, visando a encontrar um nome de consenso no interior do partido majoritário, devido à necessidade de se estabelecer uma razoável base de sustentação para o futuro governo, Gerhardt Santos, inteligentemente, abriu mão da prerrogativa atribuída pelo Presidente Médici e a transferiu para a bancada da Arena, na Assembleia.

Essa postura do recém-escolhido candidato ao governo ocorreu devido à clareza quanto à necessidade de estabelecer a unidade partidária ou, pelo menos, um convívio o menos conflitante

³⁴⁰ GARRASTAZÚ não se definiu sobre Governo. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 8 abr. 1970.

³⁴¹ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fls. 93-94.

possível com os setores dissidentes da Arena. O articulista do jornal governista, *A Gazeta*, Jackson Lima, nos revela tais intenções:

Tendo em vista que o Eng. Gerhardt Santos abriu mão das prerrogativas que lhe dera o Presidente da República para pessoalmente escolher seu vice-governador no seio da classe política, optando por conferir à bancada arenista na Assembléia, sem restrição, a indicação dos nomes que julgasse de sua conveniência, é de se supor que o futuro governador do estado se manteve preocupado em manter a unidade partidária em torno de seu nome [...].³⁴²

Em outro artigo, o mesmo autor faz menção a diversas movimentações de lideranças do partido governista com o objetivo de suprimir as velhas facções intra-Arena:

Um grande esforço se desenvolve agora através da movimentação de algumas das mais expressivas lideranças arenistas, no sentido de estabelecer um verdadeiro sentido de unidade partidária nas hostes do partido majoritário no Estado. Tal esforço pretende colocar em plano prático a idéia de combate ao divisionismo com que alguns elementos ainda pretendem manter facções já superadas dentro da agremiação. Para que possa realmente sustentar os princípios sobre o que se instituiu na vida brasileira – e este é o raciocínio central da tese defendida por aquelas lideranças –, a Aliança Renovadora Nacional não mais se poderá identificar pela junção de grupos ou subgrupos de legendas extintas, se não por um todo unificado e geral.³⁴³

Portanto, os setores governistas da Arena, tendo à frente lideranças oriundas do antigo PSD, reunidos nesse momento em torno de Arthur Carlos G. Santos, passaram a se articular com a intenção de evitar os problemas enfrentados pelo governo Dias Lopes, os quais tinham sido motivados pelas relações conturbadas com setores da Arena, insatisfeitos com o pouco espaço no governo. A intenção era aproveitar o pleito, no sentido de sanar tais fissuras e dar mais tranquilidade ao governo que assumiria o posto em março de 1971, para levar adiante o projeto desenvolvimentista iniciado na gestão Dias Lopes.

Sobre esses aspectos, completa Jackson Lima:

[...] a existência de facções distintas (ex-PSD, ex-UDN, ex-PTB, ex-PRP, ex-PSP e outros), ou subgrupos e ainda setores pró e anti-governo só causou situações embaraçosas à agremiação. Neste ponto ressaltam os próceres da Arena as divergências que até hoje se fazem exprimir no seio do partido, lembrando as dificuldades surgidas durante o quadriênio político-administrativo que se finda, bem como as tentativas, nascidas em alguns setores, de envolver o futuro Governador, Sr. Gerhardt Santos, numa distribuição setorial de influências, no momento em que se passou a cogitar da escolha do futuro vice-governador. O movimento unificador tende a esclarecer que ‘o adversário da Arena é o MDB’ e não grupos que pretensamente existam dentro do partido. Pois, se prevalecerem as divergências, desse ou de qualquer outro tipo, como são as idiosincrasias de alguns que se intitulam chefes ou líderes de grupos, não terá

³⁴² LIMA, Jackson. Com a definição do quadro sucessório no Estado arenistas passam a aguardar os rumos eleitorais. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 25 jul. 1970.

³⁴³ LIMA, Jackson. Nova movimentação tenta o reforço das hostes arenistas: ao equacionamento às velhas facções. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 31 jul. 1970.

sentido a idéia de bipartidarismo como forma de aglutinação ideológica para efeito de soma de esforços de que necessita o desenvolvimento sócio-econômico nacional.³⁴⁴

Assim, firmou-se a ideia de que o gesto de Gerhardt Santos foi uma sinalização deliberada, para a bancada da Arena na Assembleia, de que estava interessado em realizar um governo menos conflituoso que seu antecessor, até pelo fato de Arthur Carlos não ser um elemento de partido e/ou grupo político.

Retomando os debates sobre a indicação para vice-governador, diversos nomes foram cogitados, muitos dos quais somente para os agrupamentos marcarem posição. Entre os vários nomes indicados, o que melhor se enquadrou na missão de estabelecer a unidade partidária foi o do Deputado Estadual Henrique Pretti (ex-PSD), candidato derrotado por José Moraes no pleito para Presidência da Assembleia, em março de 1968, e que também se apresentou na disputa de abril de 1970, ocasião em que foi preterido ante a vitória de Hilário Toniato. Os dois nomes – o do candidato a governador Arthur Carlos G. Santos e o do candidato a vice, Henrique Pretti – foram, então, efetivamente submetidos ao Diretório Regional da Arena, na reunião ocorrida no dia 28 de julho de 1970. Na votação simbólica – uma vez que a indicação já havia sido feita pelo Presidente Médici e dificilmente seria contrariada – Arthur Gerhardt Santos e Henrique Pretti obtiveram a unanimidade de 29 votos do Diretório³⁴⁵.

Tal como aponta Lobino (2008), além da Companhia Vale do Rio Doce, com a qual Arthur Carlos possuía fortes vínculos, outro organismo que teve papel fundamental na indicação do nome de Gerhardt Santos para a governadoria biônica em 1970/1971, foi a Findes. A entidade havia sido importantíssima na formulação e execução do programa da gestão Dias Lopes e, com o tempo, adquiriu importância nas arenas decisórias diversas, em detrimento dos demais grupos de pressão, o que culminou na implantação dos *Grandes Projetos de Impacto*, que veremos mais à frente.

Pela importância que o tema do *desenvolvimento* adquiriu no período, não é difícil imaginar a influência que uma instituição de empresários do ramo industrial passou a ter. Deve-se ressaltar, inclusive, que, em circunstâncias de fragilidade dos instrumentos próprios da democracia representativa, esse fortalecimento de uma entidade corporativa, como a Findes, acabou por reduzir ainda mais as políticas identificadas com o tradicional setor agro-exportador, inclusive nas questões específicas da arena política.

³⁴⁴ LIMA, Jackson. Nova movimentação tenta o reforço das hostes arenistas: ao equacionamento às velhas facções. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 31 jul. 1970.

³⁴⁵ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. *Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo*. Vitória, 1966-1979, fls. 95-97.

Os nomes de Arthur Carlos G. Santos e Henrique Pretti foram oficialmente submetidos aos Deputados Estaduais na Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa, realizada no dia 3 outubro de 1970, na qual obtiveram os 30 votos arenistas, uma vez que a bancada do MDB não compareceu à sessão³⁴⁶. Tal votação demonstra o sucesso, pelo menos momentâneo, das movimentações da Arena Governista em unir a sigla. Importantes testes se dariam imediatamente, por ocasião das escolhas dos candidatos do partido majoritário que concorreriam às eleições diretas de 1970, bem como na composição do Governo Arthur Carlos Gehrardt Santos, cujas análises seguem.

5.6. As eleições de 1970 no Espírito Santo

Além de Governador e Vice, eleitos indiretamente, também seriam escolhidos, no ano de 1970, no dia 15 de novembro, e por voto direto, os novos membros da Assembleia Legislativa, da Câmara Federal e dois terços do Senado, além de prefeitos e vereadores. Para esses cargos, o Artigo 8º da mesma Lei 5.581 determinava que a escolha dos candidatos que concorreriam às eleições seria feita pelas Convenções, convocadas pelas Comissões Executivas dos partidos³⁴⁷.

Para essas eleições, o MDB se apresentava ainda mais débil do que no pleito anterior. A onda de cassações verificada em decorrência do AI-5 atingiu alguns dos seus principais quadros, entre eles, conforme já se mencionou neste trabalho, o Deputado Federal Mario Gurgel e os Deputados Estaduais Dáilson Laranja e José Ignácio Ferreira, três dos mais importantes puxadores de votos do partido no pleito de 1966, especialmente na Grande Vitória.

Além disso, importante registrar que, tanto por causa das restrições impostas às atividades políticas, principalmente no campo da oposição, quanto devido ao aparelhamento do Partido por parte de uma única liderança, no caso o Deputado Argilano Dario, o MDB acabou tendo algumas baixas importantes, como a de Carlos Alberto Lindenberg Von Schilgen, membro do antigo PSD, que havia se inserido no partido juntamente com seu tio, o ex-governador Carlos Lindenberg, com a expectativa de dominar a sigla, no que, como já discutido neste trabalho, não obteve êxito. Além desses, foram deixando o Partido, no decorrer dos anos 1970, lideranças cooptadas, como Wallace Vieira Borges, Apolinário Delmaestro, Mario Cypreste, Juarez Martins Leite, entre vários outros.³⁴⁸

³⁴⁶ ASSEMBLÉIA, sem o MDB, elege Governador e vice. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 5 out. 1970; TRINTA votos da Arena garantiram ontem a eleição de Gerhardt e de Pretti. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 5 mar. 1970.

³⁴⁷ BRASIL, República Federativa do. **Lei 5.581**, de 26 de maio de 1970, Brasil (1970). Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5581-26-maio-1970-358693-normaatuizada-pl.pdf>. Acesso em 6 mai. 2012.

³⁴⁸ A POLÍTICA é uma escola... e a Câmara está cheia de repetentes. *Revista Espírito Santo Agora*, Nº 28, Vitória, out. 1978.

Sobre a debandada de lideranças filiadas ao MDB, que vinha ocorrendo desde o final dos anos 1960, seu Presidente Regional fez um discurso, em tom de apelo, na Tribuna da Câmara Federal, aproximadamente um ano após as eleições de 1970:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho recebendo notícias do Estado do Espírito Santo e – por que não dizê-lo? – de toda a Federação, de adesões de companheiros nossos, do Movimento Democrático Brasileiro, ao Partido do Governo, na quase totalidade homens que conosco fundaram o MDB e enfrentaram a luta pela conquista de importantes postos na representação estadual e federal. [...] E quero, dando essas notícias, chamar a atenção de todo o povo brasileiro, de forma mais carinhosa, dos nossos bravos companheiros da oposição do Estado do Espírito Santo e de quantos nos assistiram, por durante 8 anos, na formação do Movimento Democrático Brasileiro, que ali empreendemos com meia dúzia de correligionários vindos quase todos do antigo Partido Trabalhista Brasileiro. Quero chamar a atenção de todos que nos ajudaram – repito – para que não arrefeçam na luta, para que não se impressionem com aqueles que fugiram da lida, preocupados com vantagens imediatas ou com ameaças de quem não tem responsabilidade de direção neste país, nem tampouco noção do que seja democracia, a grande motivação de luta do Movimento Democrático Brasileiro.³⁴⁹

Do pronunciamento de Argilano Dario, feito no ano de 1971, portanto, depois do pleito eleitoral de 1970, é possível aferir, por um lado, que as motivações para as debandadas foram demonstrações de pragmatismo político, no que ele está correto, uma vez que várias lideranças se filiaram e depois se desligaram do MDB, com destino à Arena, com a finalidade de se estabelecerem nas proximidades do poder. Por outro lado, nota-se o afloramento, na fala de Argilano Dario, do tema da democratização do país, algo que não notamos nos discursos anteriores, principalmente pelo fato de Dario possuir um perfil conservador e sistêmico.

Retomando o pleito de 1970, na montagem da chapa para os vários cargos³⁵⁰, percebe-se que o MDB buscou repetir a estratégia de privilegiar candidatos com maior potencial de votos, especialmente na Grande Vitória. Para o Senado, lançou dois nomes: um foi o de Ferdinand Berredo de Meneses³⁵¹, importante liderança progressista do antigo PTB; e outro foi, mais uma vez, o do ex-prefeito da capital, Solon Borges que, na eleição de 1966, havia obtido a maior quantidade de votos (49,14%), bem mais do que seus dois outros opositores arenistas, Carlos Lindenberg e Jefferson de Aguiar, que obtiveram 31,10% e 19,75% dos votos,

³⁴⁹ ANAIS da Câmara dos Deputados. Dep. ARGILANO Dario, DCD 17/08/1971. p. 3947.

³⁵⁰ A definição das chapas ocorreu na Convenção do Diretório Regional do MDB, ocorrida em 1º de agosto de 1970, conforme determinação do artigo 7º, parágrafo 1º da Resolução nº 8.742 do Tribunal Superior Eleitoral.

³⁵¹ Nasceu em Caxias (Maranhão), no dia 30 de abril de 1929. É advogado, economista, professor, escritor, poeta e político. Formou-se em Direito e Economia pela antiga Universidade do Distrito Federal, situada no Rio de Janeiro. Em 1952, viajou para a França, onde realizou cursos de Sociologia Criminal e História das Artes na Universidade de Paris. Em 1957, passou a residir no Espírito Santo. Iniciando a militância na política local, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), estabelecendo estreitas relações com o clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB). É Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e da Academia Espírito-santense de Letras. Poeta, já publicou vários livros, como: "Catedral dos Vácuos" e "A Meta-Física da Solidão". Como político, já exerceu o mandato de vereador pelo município de Vitória por duas oportunidades e de prefeito nomeado da capital durante o governo de Gerson Camata (1983-1985). Foi ainda candidato a Senador por três oportunidades e candidato a deputado federal e estadual por uma vez cada, não conseguindo se eleger em nenhuma dessas oportunidades.

respectivamente³⁵². Como pudemos aferir, no pleito de 1966, a Arena conquistou a vaga, graças ao recurso da sublegenda, uma vez que os dois candidatos arenistas, juntos, adquiriram um pouco mais de votos do que Sólton Borges, 50,85% contra 49,14%. A intenção do MDB era repetir o mesmo desempenho, só que contando com dois candidatos em sublegenda, o que gerava a expectativa de puxar mais votos e conquistar a vaga.

O mesmo critério foi seguido para a construção do restante da chapa. Para a Câmara Federal, o partido lançou oito nomes, quase todos bem conhecidos no cenário político capixaba, especialmente na capital e adjacências, tais como Argilano Dario (ex-PTB), Adalberto Simão Nader (ex-PTB), Dirceu Cardoso (ex-PSD), José Cupertino Leite de Almeida (ex-UDN), José Gonçalves da Rosa, Humberto Pinheiro Vasconcelos, Luiz Silva e Wallace Vieira Borges³⁵³. Para a Assembleia Legislativa, lançou 36 candidatos³⁵⁴.

Quanto à Arena, a demora em definir o sucessor de Dias Lopes gerou certo atraso na deliberação das chapas e na inserção no pleito. O Partido se reuniu em Convenção somente no dia 8 de agosto de 1970, um evento cercado de muitas expectativas causadas pelas movimentações que vinham ocorrendo para unir o partido. Em relação à escolha para o Senado, os escritos do jornalista Jackson Lima nos fornecem a medida exata da continuidade das movimentações internas do partido:

[...] a ARENA espírito-santense realiza hoje sua Convenção para apontar ao eleitorado os seus candidatos a senador, deputado federal e deputado estadual. É de se convir que o partido majoritário, depois da indicação, pelo Presidente da República, do Engº Arthur Carlos Gerhardt Santos para futuro governador se tenha reencontrado em suas bases estruturais, vencendo o período de dissensões que marcou sua existência no último quadriênio. Apenas um incidente, que foi a decisão do Senador Raul Gilberti, de disputar na Convenção sua candidatura à reeleição veio perturbar a mansidão das áreas arenistas.³⁵⁵

Tal como pode ser compreendido, nesse momento, o setor que vinha dificultando o apaziguamento do Partido era o antigo PSP, sob a liderança do então Senador Raul Gilberti e do

³⁵² MDB homologa hoje seus candidatos ao Senado, à Câmara e à Assembléia. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 1º ago. 1970.

³⁵³ Livro de atas da Convenção Regional da Comissão Diretora e do Gabinete Regional. 1970. **Movimento Democrático Brasileiro – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1970.

³⁵⁴ Foram eles: o Deputados Estaduais em exercício Hugo Borges, Helio Machado de Miranda, Haylson Lobo Junger, Henrique Gustavo Bucher, José Rodrigues de Oliveira, José Wenceslau de Souza, Luiz Baptista, Mikeil Chequer; Além dos destes, foram apresentados ainda os seguintes nomes: João Carlos Simonetti, Mario Cypeste, Graciano Moreto, Darcy Castelo de Mendonça, Arnaldo Pinto da Vitória, Juarez Martins Leite, Edgar Gomes Feitosa, Antonio Carlos Vaz Fidalgo, Sergio Rocio, José Scandian, Delio Rodrigues Correa, Herolino Almeida de Souza, Walter Alves, Ruy Pereira da Silva, Samuel Baptista Cruz, José Teixeira Guimarães, Luiz Guilherme Campos de Almeida, Pedro Maia de Carvalho, Heráclito Lopes Patrício, Américo Bernardes da Silveira, Honório Regiani, Sebastião Tâmara, Carlos Alberto Cunha, Helio Carlos Manhães, Mario Alves, Vicente Schetino, Ivo Côgo, Arnaldo Vasconcelos Costa e Augusto Kols.

³⁵⁵ LIMA, Jackson. Escolha dos candidatos arenistas ao Senado pode marcar (ou não) o êxito da Convenção. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 8 jul. 1970.

deputado José Moraes. Quanto a esses dois, nota-se que, para os propósitos do Governo, era primordial retirá-los da cena. Porém, apesar de a Arena governista endossar o nome de outro candidato, o Senador insistia em concorrer ao pleito.

Assim, ao final das negociações, foram quatro os pleiteantes ao Senado Federal, que concorriam a duas vagas: João Calmon (ex-PSD), preferido do Governo, pois se destacara como o primeiro presidente da Arena e peça-chave do Governo Dias Lopes, especialmente nas articulações nacionais para aprovar os incentivos fiscais; Archimedes Vivácqua (ex-PSP), figura ligada a Raul Gilberti e que foi colocado no pleito para fragmentar os votos do processo e desfavorecer o Governo; Eurico Rezende (ex-UDN), que possuía uma postura ambígua, ora apoiando ora contrariando o Governo e que, ao mesmo tempo, tinha o apoio maciço dos ex-udenistas; e, por fim, Raul Gilberti (ex-PSP), um dos grandes críticos de Dias Lopes. Lembramos que Rezende e Gilberti buscavam a reeleição³⁵⁶.

Observando os votos dos 131 convencionais, é possível constatar a configuração interna da Arena: 1º) Eurico Rezende (ex-UDN) que, com 100 votos, demonstrou ter mantido o seu prestígio junto aos ex-udenistas. Demonstrou também o peso do bloco da antiga UDN, cuja importância no interior da Arena ficou mais uma vez evidenciada, tal como no episódio da eleição de Dias Lopes, quando o governador teve que cooptá-los por meio da entrega da Prefeitura de Vitória para Setembrino Pelissari; 2º) João Calmon (ex-PSD), com 94 votos, o que demonstrou a ampliação de seu raio de ação junto à parcela pessedista da Arena regional, diferentemente da ocasião em que concorreu internamente para o cargo de Governador Biônico, em 1967, pleito vencido por Dias Lopes; 3º) Raul Gilberti, com 40 votos³⁵⁷ – votação que evidencia perda de espaço interno, tanto dele, pessoalmente, quanto do antigo PSP, que passou à condição de força política bastante isolada, no interior do partido – e, em 4º) Archimedes Vivácqua, com 16 votos, que nunca representou grande liderança nas hostes arenistas. Foram oficializados como candidatos, portanto, Eurico Rezende e João Calmon.³⁵⁸

Esse resultado demonstra a manutenção, no interior da Arena, da polarização entre PSD e *Coligação Democrática*, porém com tendência a se restringir entre os antigos membros do PSD, de um lado, e os antigos PSP e UDN, de outro. Importante salientar, ainda, que a prática política

³⁵⁶ GILBERTI defende a sua reeleição. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 4 ago. 1970.

³⁵⁷ Após o término do seu mandato, ocorrido naquele mesmo ano, Raul Gilberti recolheu-se à vida privada, passando a atuar como médico na sua cidade natal, Colatina. Em 1972, foi persuadido pelo ex-udenista Moacyr Dalla a disputar o pleito para prefeito do mesmo município e saiu derrotado para o candidato do bloco pessedista, Paulo Stefanoni, não mais voltando à carreira política.

³⁵⁸ Livro de atas da Convenção Regional. 1969-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1969-1978, fls. 9-11; ARENA apronta quadros para a campanha. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 10 ago. 1970.

de se buscarem acordos com grupos, de forma nem sempre coerente, inclusive a cada eleição, também se mantinha. Todas essas questões ficarão também evidenciadas nos tópicos seguintes.

Para Deputado Federal, foram lançados oito candidatos: Oswaldo Zanello, (ex-PRP), que tentaria a reeleição; Élcio Alvares (ex-PSD), primeiro suplente na eleição anterior; Adyr Maia (General), que ascendia como importante liderança do norte do Estado; José Carlos da Fonseca, ex-PSD (*Ala Moça*) e líder do Governo Dias Lopes na Assembleia; José Parente Frota (General), ex-PSD que também tentava a reeleição; Raymundo de Andrade, ex-PTB/PTN, da ala conservadora, porém falecido antes do pleito; Tuffy Nader, ex-PTB; e Floriano Lopes Rubin, ex-membro PTB, da ala conservadora³⁵⁹. Como se vê, procurou-se, mais uma vez, alcançar o equilíbrio entre as várias correntes internas do partido, inclusive as novas lideranças. Por fim, a chapa de Deputado Estadual foi composta por 50 candidatos, das mais variadas estirpes políticas³⁶⁰.

A campanha eleitoral de 1970 ficaria marcada como a primeira em que houve um debate mais intenso entre partido situacionista e oposicionista, apesar de se reconhecer a desproporcionalidade em termos de força política existente entre Arena e MDB. Nesse pleito, o MDB, aproveitando-se das circunstâncias em que se investigava o envolvimento do ex-Secretário de Segurança do Estado no chamado *Esquadrão da Morte*³⁶¹, procurou vincular tais acontecimentos a Dias Lopes, uma vez que se tratava de crimes que envolviam o irmão do Governador, José Dias Lopes³⁶². Assim, visando atingir o Governo, chegou a fazer até um requerimento pedindo o afastamento do chefe do Executivo Estadual, para que o Procurador Geral de Justiça pudesse ter tranquilidade ao fazer as denúncias.

³⁵⁹ Livro de atas da Convenção Regional. 1969-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1969-1978, fls. 9-11.

³⁶⁰ Foram os seguintes os candidatos a deputado Estadual em 1970: Fernando Paulo Bastos Valbão, Dercílio Gomes de Albuquerque, Rubens Rangel, Emir de Macedo Gomes, Setembrino Palissari, Theodorico de Assis Ferraço, Moacyr Dalla, João Manoel Meneguelli, José Luiz Claudio Correa, Paulo Stefanoni, Manoel Edwirges Ferreira, Celso Francisco Borges, Francisco Schwarz, José Geraldo de Carvalho, José Borges de Almeida, Nilton de Barros, Jorge Daher Filho, Vicente Silveira, Wilson Neves da Cunha, Edson Machado, Danilo Monteiro de Castro, Antônio Jacques Soares, Eliseu Zuquette, José Rezende Vargas, Alberto Andrade da Silva Freire, Pedro Leal, Sebastião Alves de Paiva, Hélio Pereira Rodrigues, Ely Junqueira, Alcino Santos, Francisco da Cunha Ramaldes, Lucio Merçon, Nilzo de Almeida Plazzi, Celso Merlo, Délio Romeu Queiroz, Paulo Antônio Lorenzoni, Dylío Penêdo, Jamil de Castro Zouain, José Moraes, Jerônimo Luiz Seidel, Valeriano Carrareto, Vicente Amaro da Silva, Valter de Prá, Gerson Camata, Pergentino Vasconcellos, José Carlos Santana, Oscar de Almeida Gama, Tito dos Santos Neves, Verdeval Ferreira da Silva, Mario Pizzol, Arabelo do Rosário

³⁶¹ É PILHERIA do MDB. *A Gazeta*, Vitória, p.1, 6 jun. 1970; OPOSIÇÃO sem Oposição. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 7 jun. 1970. O “esquadrão da morte” foi formado originalmente, em fins dos anos 50, no Rio de Janeiro. Seus integrantes eram policiais civis e, no início, tentaram justificar sua ação homicida como uma verdadeira missão de limpeza da sociedade de criminosos indesejáveis. Mas, gradativamente, os membros do esquadrão envolveram-se com quadrilhas de criminosos, grupos de extermínio e delitos de todos os tipos. Em 1968, o “esquadrão da morte” passou a atuar na cidade de São Paulo e de lá se irradiou para vários estados brasileiros, operando no extermínio de perseguidos políticos do Regime Militar. Para maiores esclarecimentos, ver: GUIMARÃES, Ewerton Montenegro. **A Chancela do Crime**: a verdadeira história do Esquadrão da Morte. São Paulo: Âmbito Cultural, 1978.

³⁶² CHRISTIANO responde à oposição. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 5 jun. 1970; CHRISTIANO responde ao pedido de seu afastamento: é pilheria do MDB. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 5 out. 1970

Em longo pronunciamento feito na tribuna da Câmara dos Deputados, no dia 3 de outubro de 1970, portanto, no auge dos debates eleitorais, Dirceu Cardoso fez duras críticas ao não atendimento, por parte de Dias Lopes, à solicitação feita pelo Ministro da Justiça para que os Governadores informassem acerca da presença ou não de tal organização e tais crimes em seus Estados. Assim se pronunciou Cardoso:

[...] solicitou o Sr. Ministro da Justiça que se dirigisse aos Governadores pedindo informações sobre a existência desses pelotões de fuzilamento nos Estados que dirigem. [...] Sr. Presidente, segundo noticiou “O Jornal” do dia 21, “Em resposta ao Ministro da Justiça, somente três Governadores confirmaram existirem ‘Esquadrão da Morte’ nos Estados que governam. Foram os Senhores Negrão de Lima, da Guanabara, Abreu Sodré, de São Paulo, e Jeremias Fontes, do Estado do Rio”. Infelizmente o Governador do meu Estado, onde o Esquadrão da Morte, durante um ano inteiro, exerceu suas atividades, fuzilando fria e barbaramente suas vítimas, não respondeu ao Sr. Ministro da Justiça, informando que no Espírito Santo também havia tais criminosos. [...] Ora, qualquer homem de rua, qualquer cidadão do meu Estado [...] sabe que ali o Esquadrão da Morte funcionou durante mais de um ano, executando suas vítimas, praticando seus crimes.³⁶³

No mesmo discurso, Dirceu fez referência a um telegrama enviado pela bancada do MDB na Assembleia, com o apoio de um arenista³⁶⁴, ao Presidente da República, em que cobrava providências quanto à repressão do bando criminoso no Espírito Santo. Apenas um fragmento do longo telegrama é suficiente para captar o seu teor:

[...] ensejo firme deliberação Governo Revolucionário extinção definitiva “Esquadrão da Morte” sinistramente organizados vários Estados da Federação inclusive e desgraçadamente também território capixaba apelam Vossência sentido determinar órgãos federais sediados Estado amplas diligências e instauração rigorosos inquéritos finalidade apuração definitiva monstruosos crimes ocorridos. Procedimento criminoso de parcela nossa Polícia Civil então comandada pelo Senhor José Dias Lopes, irmão atual Governador vinha sendo denunciado infrutiferamente tribuna Assembléia desde início Governo [...] A pessoal participação do Governador do Estado, Christiano Dias Lopes Filho, durante investigações e até durante fase judicial impediu e impede plena consecução objetivos Revolução e ideais nosso Estado. Violências e ameaças são ou foram praticadas no estado para encobrir principais implicados crimes Esquadrão da Morte.³⁶⁵

Esse assunto foi a principal estratégia de campanha do MDB, contra a qual tanto o Governo, quanto a base aliada na Assembleia responderam prontamente, passando a blindar o então Governador.

O principal instrumento de defesa era, mais uma vez, o jornal *A Gazeta*, que reiteradas vezes veiculou matérias e editoriais defendendo-o e, ao mesmo tempo, tentando desvinculá-lo das supostas ações de extermínio atribuídas a seu irmão, à frente do *Esquadrão da Morte*. Além disso, procurava-se indicar o suposto isolamento do grupo de emedebistas responsáveis pelo

³⁶³ ANAIS da Câmara dos Deputados. Dep. DIRCEU Cardoso, DCD 03/10/1970. p. 5019-5020.

³⁶⁴ Foram os Deputados responsáveis pelo telegrama: Wallace Vieira Borges, Américo Bernardes da Silveira, Luiz Batista, Hugo Borges, Hélio Machado, Hailson Lobo, todos do MDB e Vicente Silveira da Arena.

³⁶⁵ ANAIS da Câmara dos Deputados. Dep. DIRCEU Cardoso, DCD 03/10/1970. p. 5019-5020.

requerimento que pedia o afastamento de Dias Lopes. O editorial do dia 7 de junho demonstra essa postura do periódico:

Vamos encarar de frente não só o pronunciamento desse homogêneo e já agora marginalizado grupo de deputados que se dizem de oposição. Não desejamos loas e hosiânas à atual administração e bater-lhe palmas, sem saber porque [*sic*]. Foram esses deputados que, não tendo outro motivo para aparecer, procuravam nas remotamente prováveis ligações uma razão para surgir, com seus quase nunca lembrados nomes. Ora, um processo corre relacionado com o “esquadrão da morte” e, paralelamente a este, um outro, em que se pretende culpabilizar o antigo Superintendente de Polícia e Chefe da Segurança, interligando-o às nefastas ações do grupo criminoso [...] Caso fosse comprovada essa suposta ligação, caso estivesse comprometido com o banditismo que se encobria sob as asas da Polícia Civil e o ex-chefe de Polícia, por que se pedir o afastamento do Governador? Para, também, procurar-se um liame que o unisse aos fatos? Como? Através de que novo processo? E enquanto isso não ocorresse, quem ficaria no comando do Governo estadual?³⁶⁶.

No editorial do dia 16 do mesmo mês, também em defesa do Governador, o jornal *A Gazeta* completa sua argumentação da seguinte forma:

[...] é indiscutível a posição do MDB frente ao Governador Christiano Dias Lopes. O verdadeiro complô que se formou contra o Governador não tem outra razão senão tirá-lo do governo para fortificar, perante a opinião pública, a esfrangalhada trajetória emedebista, não só na Grande Vitória, onde perdeu prestígio, mas em todo o estado, onde alguns prefeitos não conseguiram se sensibilizar com a impertinente campanha de desmoralização que quiseram formar de um governo sério [...]³⁶⁷.

A imprensa governista também chamava atenção para outro aspecto sobre o qual o discurso da campanha arenista também se debruçaria: os ataques contra o governo seriam consequência da busca desesperada por bons resultados eleitorais, diante das administrações emedebistas mal sucedidas, especialmente na região da Grande Vitória. Evidente que, pela natureza do pacto federativo forjado naquele contexto, caracterizado por excessivo centralismo, é possível presumir que tais administrações tenham sofrido retaliações por parte do Governo Estadual, uma vez que este era importante intermediário de recursos e decisões emanados da esfera federal. De uma maneira ou de outra, a crítica às administrações emedebistas, especialmente em relação aos municípios adjacentes à capital, apareceu de forma bastante recorrente no discurso jornalístico oficial, visando a atingir o MDB³⁶⁸.

Em editorial publicado no dia 16 de junho de 1970, *A Gazeta* emitia justamente o ponto de vista de que o MDB estaria partindo para agressão com vistas a recuperar seu terreno eleitoral na

³⁶⁶ OPOSIÇÃO sem Oposição. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 7 jun. 1970.

³⁶⁷ ACOPLAMENTO indesejável. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 16 jun. 1970.

³⁶⁸ ARENA descobre o que aperta o sapato do MDB: o desprestígio do partido na Grande Vitória. *A Gazeta*, Vitória, p.5, 19 jun. 1970. ARENISTAS contestam oposição à administração Dias Lopes. *A Gazeta*, Vitória, p.5, 11 jun. 1970. ACOPLAMENTO indesejável. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 16 jun. 1970. OPINIÃO generalizada condena atitude do MDB na apresentação do requerimento. *A Gazeta*, Vitória, p.5, 16 jun. 1970.

Grande Vitória que, segundo a visão arenista, havia se diluído com as supostas más administrações:

A população eleitoral da Grande Vitória é hoje o alvo dos emedebistas que estão acenando-lhe na cata desesperada de votos, fazendo o possível para que os eleitores esqueçam as últimas eleições quando confiaram demais nos emedebistas e estão pagando bons pecados [...].³⁶⁹

Outro editorial complementa esse, apontando que

O Governo do Estado, ou melhor, o Sr. Christiano Dias Lopes Filho, é hoje o maior bode expiatório que o MDB tenta arranjar para, atacando-o, [...] desviar do exame da opinião pública o mais retumbante fracasso dos administradores que o partido oposicionista conseguiu colocar em algumas prefeituras da Grande Vitória. Responsável pelo declínio do desenvolvimento de alguns municípios, que se viram envolvidos em acontecimentos políticos e não políticos, o MDB sente que a sua experiência foi muito amarga e não deseja muito que o povo se aperceba que [*sic*] são frutos do MDB alguns prefeitos onde [*sic*] o progresso está estagnado³⁷⁰.

O Governo Dias Lopes e a Arena tinham, por outro lado, um grande trunfo a seu favor: inegavelmente, as ações frente ao Governo do Estado começavam a surtir os primeiros efeitos. Já se havia colocado as contas públicas em dia, por meio da austera política de corte de gastos correntes, também utilizada para enxugar a máquina administrativa. O Estado, finalmente, saía da grave crise econômica em que estava submerso desde 1966/1967. Além disso, a política de diversificação econômica contribuía para ocupar o lugar que havia sido quase exclusivamente do café e a política de incentivos fiscais, recentemente aprovada, por meio da criação do Fundap, em maio daquele ano, se ainda não havia decolado, gerava muitas e positivas expectativas de se pôr o desenvolvimento capixaba em outro patamar. O Estado ensaiava os primeiros passos para sair da condição de *Nordeste sem Sudene*. O clima era, portanto, de otimismo, atribuído à administração Dias Lopes. E a campanha Arenista explorou esse trunfo exaustivamente durante a disputa³⁷¹.

Em um artigo publicado em *A Gazeta*, no dia 5 de outubro de 1970, pouco mais de um mês antes do pleito, o articulista Jackson Lima faz referência a uma declaração feita por João Calmon, em que este indicava as melhores condições da Arena para concorrer ao pleito:

As forças arenistas no Espírito Santo, por sua inegável e incontestável expressão majoritária, não tem o direito, sequer, a uma acomodação de interesses individuais ou de grupos. Não, ao contrário, devem assumir a suprema responsabilidade de fazer com que a manifestação das urnas de 15 de novembro seja clara e definitivamente um ato de

³⁶⁹ OPINIÃO generalizada condena atitude do MDB na apresentação do requerimento. *A Gazeta*, Vitória, p.5, 16 jun. 1970.

³⁷⁰ EMEDEBISTAS procuram uma fórmula de ataque para se desviarem do exame da opinião pública. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 11 jun. 1970.

³⁷¹ LIMA, Jackson. Imprescindível ao processo de politização do povo a interpretação das realizações administrativas. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 15 ago. 1970.

apoio ao Governo Revolucionário instituído em 31 de março de 1964, mostrando que o povo espírito-santense não só apoia a institucionalização político-filosófica do governo brasileiro nesses últimos seis anos, mas está reconhecidamente satisfeito com os benefícios que dele vem recebendo em favor do seu bem estar.³⁷²

Em seguida, o articulista interpreta essas declarações, apontando os fatores pelos quais a Arena seria bem sucedida no pleito de 1970:

Nas entrelinhas do pronunciamento do Sr. João Calmon, pode-se sentir uma advertência mais clara: a Arena, dispendo de um potencial político-administrativo que comanda mais de noventa por cento dos executivos municipais e assim também se expressa na formação dos legislativos municipais; se a Arena detém o Governo do Estado e setenta e cinco por cento da representação da Assembléia Legislativa; se a Arena possui na representação do Estado no Congresso Nacional uma expressão numérica indiscutivelmente majoritária; e se além de tudo isto, conta o partido majoritário com o aval de uma obra excepcionalmente grande realizada pelo Governo Revolucionário em favor da comunidade capixaba em todos os setores, não há como colher reveses no pleito de 15 de novembro [...] A superioridade potencial da Arena não poderá ser medida por outro ângulo. A partir do momento em que suas lideranças em todo o Estado se imbuírem dessa responsabilidade [...], estará garantida sua ampla vitória nas urnas no próximo pleito [...].³⁷³

Mesmo considerando a forte tendência governista do articulista, o fragmento aponta para a ideia com a qual coadunamos nesse estudo, isto é, a de que a Arena nasceu como uma agremiação cujos membros já ocupavam espaços políticos, e que havia sido projetada para o exercício do poder e por indivíduos e grupos que já ocupavam o poder. Ou seja, a Arena era governo, motivo pelo qual tendia, naturalmente, a levar vantagens e manter-se como tal, diferentemente dos quadros emedebistas cuja maioria estava alijada das esferas decisivas mais importantes.

Nesse sentido, a tese de que o sucesso arenista deveu-se aos casuísmos criados para esse fim – a exemplo de Lamounier & Cardoso (1975), Lamounier & Meneguello (1986), Reis (1978), entre outros –, deve ser relativizada, uma vez que a Arena contava, nas suas fileiras, com os principais quadros da política capixaba da época e, assim, naturalmente, tinha mais possibilidades de manter seus postos de comando.

Além disso, especificamente no pleito de 1970, o que se viu do lado arenista foi um partido bastante mobilizado. Em outras palavras, o partido buscou explorar o momento de amenização dos conflitos internos e buscou envolver o recém-indicado Governador, Arthur Carlos G. Santos, escolhido como o elemento catalisador do partido³⁷⁴.

³⁷² LIMA, Jackson. Calmon demonstrou as profundas responsabilidades dos arenistas capixabas ante as urnas de novembro. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 5 out. 1970.

³⁷³ LIMA, Jackson. Calmon demonstrou as profundas responsabilidades dos arenistas capixabas ante as urnas de novembro. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 5 out. 1970.

³⁷⁴ GERHARDT Santos convocou arenistas a lutarem pela vitória nas urnas. *A Gazeta*, Vitória, p.5, 5 out. 1970; EURICO afirma que unidade partidária é o mais vigoroso instrumento para a vitória. *A Gazeta*, Vitória, p.5, 3 set. 1970; ISAAC quer todos unidos pela Arena. *A Gazeta*, Vitória, p.1, 8 set. 1970.

5.7. O resultado eleitoral

Diante da melhor performance da Arena, tanto na construção de chapas com elementos de maior envergadura política, uma vez que mantinha nas suas fileiras os principais nomes da política capixaba, quanto na utilização das vantagens de quem está no poder, o resultado não foi outro, senão a ampla vantagem obtida, o que também confirmou, por um lado, a eficácia da campanha eleitoral que associou as políticas desenvolvidas pelo Governo Dias Lopes à Arena e, por outro, o insucesso do MDB na tentativa de ataque ao governador, vinculando-o ao inquérito que se movia contra seu irmão, José Dias Lopes, referente ao *Esquadrão da Morte*.

Objetivamente, a Arena conquistou as duas cadeiras no Senado Federal, com Eurico Rezende e João Calmon, que obtiveram, respectivamente, 28,32% e 27,02% dos votos. O MDB obteve resultado bem inferior ao alcançado no pleito de 1966, quando recebeu 49,14% dos votos com seu candidato Solon Borges. A expectativa era que o seu principal puxador de votos, pelo prestígio que possuía na Grande Vitória, especialmente na capital, repetisse a performance naquele pleito, conquistando pelo menos uma vaga no Senado. Todavia, o resultado foi bem inferior ao que se esperava, uma vez que o candidato obteve apenas 25,79% dos votos. Na tabela abaixo, constam os números das eleições para o Senado.

Tabela 45 – Resultado das eleições para o Senado - 1970.

Candidato	Partido	Partido de Origem	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
Eurico Rezende	ARENA	UDN	165.093	23,43	28,32
João de Medeiros Calmon	ARENA	PSD	157.887	22,41	27,08
Soma da legenda			322.980	45,84	55,41
Sólon Borges Marques	MDB	PTB	150.381	21,34	25,79
Berredo de Menezes	MDB	PTB	109.519	15,59	18,78
Soma da legenda			259.900	36,89	44,59
Votos Brancos			109.839	15,59	-
Votos Nulos			11.759	1,66	-
Total de Votos válidos			582.880	-	100
Total de Votos Apurados			704.478	100	-

Fonte: TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo)

Para a Câmara Federal, a Arena manteve a mesma vantagem já existente, conquistando 5 (cinco) das 8 (oito) cadeiras em disputa, sendo que os quatro deputados mais bem votados foram do partido, atingindo as expectativas.³⁷⁵

O MDB reelegeu o Deputado Argilano Dario – o qual assumira a vaga como suplente na legislatura 1967-1971³⁷⁶ – que continuava no comando do Partido, além de Adalberto Simão

³⁷⁵ FONSECA: - A Arena elegerá cinco deputados federais. *A Gazeta*, Vitória, p.5, 15 ago. 1970.

Nader, que conquistou pela primeira vez a vaga. Os números da disputa seguem no quadro abaixo.

Tabela 46 – Resultado das eleições para Deputado Federal – 1970.

Candidatos	Partido	Partido de Origem	Nº de votos	%	Votos Válidos (%)
Élcio Álvares	ARENA	PSD	33.067	9,38	13,87
José Carlos da Fonseca	ARENA	PSD	27.105	7,69	11,37
Oswaldo Zanello	ARENA	PRP	26.078	7,40	10,94
José Tasso de Oliveira Andrade	ARENA	n.i.	17.914	5,08	7,51
Argilano Dario	MDB	PTB	16.247	4,61	6,81
Adalberto Simão Nader	MDB	PTB	15.934	4,52	6,68
Dirceu Cardoso	MDB	PSD	15.717	4,46	6,59
Adyr Maia	ARENA	n.i.	15.065	4,27	6,32
Candidatos Eleitos			167.127	58,70	86,75
Candidatos não eleitos			71.241	8,96	13,24
Votos Brancos			88.804	25,21	-
Votos Nulos			25.067	7,11	-
Total de Votos Válidos			238.368	-	100
Total de Votos			352.239	100	-

Fonte: TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo); Jornal *A Gazeta*, p. 06, 23 de novembro, 1982.
n.i.: não identificado

Na Assembleia Legislativa, doravante com menor quantidade de cadeiras - apenas 21 e não 43 como antes - o domínio arenista também foi absoluto ao conquistar 14 (66,6%) das 21 vagas. Observa-se, grosso modo, a mesma configuração verificada no resultado de 1966, no que tange à participação das antigas legendas no interior do bipartidarismo. O ex-PSD permaneceu hegemônico no interior da Arena, seguido de ex-UDN e ex-PRP, enquanto o PSP perdeu espaço. Quanto ao MDB, continuava claramente dominado por membros do antigo PTB, sob o comando de Argilano Dario.

Tabela 47 – Quantidade de Deputados Estaduais eleitos por Arena e MDB – 1970

Partido e quantidade de cadeiras conquistadas		Partidos de Origem							n.i.*
		PSD	UDN	PSP	PTB	PRP	PDC	PR	
Arena	14	4	2	1	1	2	-	-	4
MDB	7	1	1	-	3	-	-	-	2
Total	21	5	2	1	4	2	-	-	6

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TRE-ES

*n.i.: não identificado

Outro importante aspecto que deve ser levado em consideração, quanto ao pleito de 1970, é a quantidade de lideranças cujas vinculações partidárias anteriores à instauração do regime não foram identificadas. Entre os 21 deputados estaduais eleitos, de seis deles, isto é, 28,57%, não encontramos a vinculação partidária anterior. Isso ocorre pelo fato de vários deles se consistirem

³⁷⁶ Sobre a trajetória parlamentar de Argilano Dario na Câmara dos Deputados Federais, ver: http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos_Detalhe.asp?id=123083&leg=42.

em novas lideranças no cenário político capixaba. É o caso de Gerson Camata, jornalista ligado a João Calmon, cujo pai, Higino Camata, militou no antigo PSD; Walter de Prá, liderança do Município de Nova Venécia, norte do Estado; José Luiz Cláudio Corrêa, primo do empresário Jônice Tristão³⁷⁷, entre outras lideranças.

No caso da bancada capixaba na Câmara de Deputados, não foram encontradas informações sobre filiações partidárias anteriores ao bipartidarismo acerca de dois dos oito deputados eleitos, os quais são: Adyr Maia, que era militar e se embrenhou na carreira política como representante da região norte do Estado, especialmente do Município de Linhares; e José Tasso de Andrade, filho de Raymundo de Andrade, falecido meses antes³⁷⁸, tratando-se de uma jovem liderança em início de carreira.

Importante destacar, ainda, que os resultados das eleições de 1970 foram amplamente favoráveis a duas lideranças que, a partir daquele momento, passaram a contar com maior envergadura política dentro da Arena. Trata-se de Eurico Rezende, que foi o candidato ao Senado mais bem votado e Élcio Álvares, que obteve o mesmo bom resultado de Eurico, só que para a Câmara dos Deputados Federais. Este último fez um trabalho bastante intenso de construção de sua candidatura durante os quatro anos, desde 1966, quando ficou como suplente. Essas duas lideranças, a partir daquele pleito, vão ampliar significativamente seus espaços de atuação, aspecto que será melhor desdobrado nos próximos capítulos.

Nas eleições municipais, a Arena ampliou ainda mais a sua vantagem, ao conquistar 44 prefeituras, contra 9 do MDB, uma a mais do que no pleito de 1966³⁷⁹. Conclui-se, com esse resultado, que a mesma lógica argumentativa aplicada para as eleições no plano estadual pode ser remetida aos pleitos nos municípios, uma vez que grande parte das mais destacadas lideranças locais se abrigaram no partido governista, mantendo, no seu interior, as rivalidades locais preexistentes. A tabela abaixo demonstra o resultado do pleito.

Tabela 48 – Quantidade de Prefeitos eleitos, por partido, no Espírito Santo – 1970

<i>Partido</i>	<i>1970</i>
ARENA	44
MDB	9
Total	53*

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TRE-ES
*Incluindo Vitória, cujo prefeito era indicado.

³⁷⁷ Mega empresário, especialmente do ramo do café, nascido em Minas Gerais e radicado no Espírito Santo.

³⁷⁸ Raymundo de Andrade foi Deputado Federal, Estadual e Prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, além de membro da ala conservadora do PTB no Estado.

³⁷⁹ O TRE-ES não possui dados referentes às eleições para vereadores realizadas em 1970.

Infelizmente, o TRE não possui os resultados da disputa para vereador realizada no ano de 1970. Mas, tomando o ano de 1972 como base, uma vez que os executivos e legislativos no plano municipal foram eleitos em 1970 para um mandato de dois anos apenas, com vistas a regular a escolha dos vários cargos em nível local e nacional, observamos que os resultados não foram muito diferentes do ano de 1966. Isto é, a Arena continuou com amplo domínio.

Tabela 49 – Quantidade de vereadores eleitos, por partido, no Espírito Santo – 1972.

Partido	Quantidade de vereadores eleitos	%
Arena	345	79,86
MDB	87	20,14
Total de vagas	432	100

Fonte: TRE-ES

Ainda sobre a manutenção das rivalidades em âmbito municipal, bem acerca da supremacia da Arena, é importante destacar, de passagem que por ocasião das articulações em torno das candidaturas majoritárias que concorreriam ao pleito de 1972 entraram na reta final, a Arena já tinha garantida a vitória em 31 dos 52 municípios capixabas. Isso porque, neles, só concorriam candidatos do partido, ou seja, em mais da metade dos municípios a competição seria intra-Arena. Dos 31 municípios nos quais a Arena concorreu sozinha, em 12 teve um único candidato. Em 16 a disputa se deu contra os chamados *Zumbis*, outra denominação dada à Arena dissidente³⁸⁰, e nos 21 municípios restantes, a Arena concorreu com candidatos do MDB e conforme tabela abaixo.

5.8. O governo biônico de Arthur Carlos Gerhardt Santos e a manutenção da plataforma ideal na concepção dos Grandes Projetos de Impacto (1971-1975)

“Não basta acreditar na implantação dos Grandes Projetos. Agora, temos que nos preparar para isso”

Arthur Carlos G. Santos

“Ou a gente continuava naquela vidinha, piorada com a perda da monocultura, ou se promovia o verdadeiro salto”

Arthur Carlos G. Santos

Arthur Carlos Gerhardt Santos tomou posse, como Governador do Estado do Espírito Santo, no dia 15 de março de 1971, para um mandato que teria duração até 15 de março de 1975. Tal como analisado no tópico anterior, o seu nome foi escolhido pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici,

³⁸⁰ ARENA dá o máximo no interior em busca de felicidade. *Revista Espírito Santo Agora*. Vitória, Ano I, nº 1, p. 11, out. 1972; DIA 15 na Arena do Rei Arthur. *Revista Espírito Santo Agora*. Vitória, Ano I, nº 1, p. 11, nov. 1972.

com participação relativa do seu antecessor, Christiano Dias Lopes Filho, seguindo o critério eminentemente técnico.

Embora não fosse membro direto de nenhum grupo político, Gerhardt Santos representava, sem dúvida alguma, o novo continuísmo, uma vez que, além de participante do Governo anterior, como um dos principais responsáveis pela reforma administrativa e pela política de incentivos fiscais, voltada para a recuperação e desenvolvimento econômico do Estado, e mais por vinculações familiares, se aproximava dos setores urbano-industriais do antigo PSD capixaba, grupo do qual faziam parte Jones dos Santos Neves e Christiano Dias Lopes, dois dos grandes responsáveis por terem ensaiado e parcialmente executado um projeto de desenvolvimento no Estado.

Todavia, apesar dessas aproximações políticas com a ala urbano-industrial do antigo PSD, Gerhardt Santos possuía alguns atributos que o colocavam em melhores condições para lidar com as várias correntes arenistas naquelas circunstâncias. Era reconhecidamente técnico, administrando um governo em uma circunstância cujo ambiente institucional era marcadamente tecnocrata e voltado para a materialização de um projeto desenvolvimentista. Logo, não havia muitas expectativas, por parte da classe política, quanto a outra postura, senão a montagem de um governo técnico e voltado para políticas cuja finalidade eram o desenvolvimento econômico capixaba.

Nesse aspecto, convém considerar mais uma vez as idéias de Bourdieu, especialmente quando versa sobre o conceito de *capital pessoal*, de *notoriedade*, que se aplica bem ao caso do perfil de Arthur Carlos Gerhardt Santos. Segundo o autor,

[...] o capital pessoal de notoriedade e de popularidade – firmado no fato de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa (de ter um nome, uma reputação, etc.) e também no fato de possuir um certo [*sic*] número de qualificações específicas que são a aquisição e da conservação de uma boa reputação – é frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulada em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais [...] e supõem certo capital cultural [...] (*grifo nosso*) (BOURDIEU, 1989, p. 190-191)

Seguindo o argumento do sociólogo francês, a trajetória de Gerhardt Santos, enquanto técnico de carreira do Estado, o fez transitar por vários governos, inclusive de não pessedistas. Essa condição o diferenciava de Dias Lopes, que era uma das principais lideranças do antigo PSD, e que havia sido líder da oposição no Governo Chiquinho (1963-1966) e um dos principais responsáveis pelo seu afastamento, ocorrido em 1966 (vide capítulo III). Essa posição de Dias Lopes, tal como observado, o colocava numa situação mais complicada para lidar com as alas

rebeldes da Arena, principalmente aquelas que, no período 1945-1964, estiveram em posições opostas à dele - com destaque para PSP e UDN.

Sobre o perfil de Arthur Carlos Gerhardt Santos, reveladoras são as palavras do Senador Eurico Rezende, ex-membro da UDN, mas que, apesar de caminhar em lado oposto ao antigo PSD, reconhece o papel de Gerhardt Santos como técnico. O fragmento revela, também, o alinhamento das elites capixabas em torno do processo desenvolvimentista, o que denominamos de *Consenso de Necessidades*:

Trata-se de um jovem engenheiro que, no [...] Governo Dias Lopes Filho participou ativa e decisivamente de várias tarefas, em obséquio ao desenvolvimento do meu Estado. Muito jovem, a sua vocação e, principalmente, a sua pertinácia para o trabalho através da prestação de melhor serviço público sempre receberam o elogio, o aplauso e o estímulo de seus concidadãos. Sempre foi um técnico que madrugou e que se tornou vitorioso nas batalhas do planejamento reprodutivo. Nesse setor, merece destacar notavelmente a sua colaboração na cruzada que Governo e povo capixabas empreenderam para a conquista dos incentivos fiscais [...] no elenco governamental, destacou-se precisamente pelo seu trabalho diuturno, pelos seus contatos permanentes com órgãos de desenvolvimento do Governo Federal, o Dr. Arthur Carlos Gerhardt Santos, que veio a ser indicado pelo Eminentíssimo Presidente Médici para ser o futuro Governador do Espírito Santo.³⁸¹

Acrescente-se, ainda, o fato de Arthur Carlos ter sido indicado diretamente pelo Presidente Médici, com participação limitada de setores da política local, embora ela tenha ocorrido, o que significava caminho um pouco mais livre para movimentar-se com mais independência e altivez perante a classe política³⁸².

Por outro lado, não era interessante ao recém-eleito Arthur Carlos Gerhardt Santos herdar a problemática relação que Dias Lopes manteve com a *Arena dissidente* durante seu governo, isto é, na prática, as frequentes obstruções, especialmente no legislativo, empreendidas pela aliança *Arena Cupim de Ferro*/MDB. Diante disso, nos meses iniciais de governo, Gerhardt Santos procurou manter certo distanciamento da problemática política, justamente para evitar desgastes durante sua administração.³⁸³

Por ocasião da escolha da nova Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, indicou um nome de consenso dentro do Partido, o de Emir de Macedo Gomes (ex-PSP) que, até aquele momento, havia sido Presidente Regional da sigla, tratando-se de uma figura com extraordinária capacidade conciliadora e com livre acesso a todos os setores do partido, nome que foi tranquilamente aprovado pela legislatura empossada em março de 1971.

³⁸¹ ANAIS do Senado Federal. Sen. REZENDE Eurico, DSF 17/07/1970. p. 45-46.

³⁸² LEONOR, Esdras. Explicações para o silêncio de Arthur sobre o seu governo. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 5 jan. 1971.

³⁸³ LEONOR, Esdras. Explicações para o silêncio de Arthur sobre o seu governo. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 5 jan. 1971.

Apesar das especulações da classe política nas vésperas da indicação da equipe de governo³⁸⁴, acabou ocorrendo o que se esperava quanto à montagem do Secretariado: a nomeação de pessoas com perfis eminentemente técnicos, com pouca ou nenhuma vinculação político-partidária. Entre os secretários nomeados, aparecem Levi Pinto de Carvalho (Fazenda), Ivan Shalders (Agricultura), Hamilton Machado de Carvalho (Saúde), José Luiz Cláudio Corrêa (Trabalho), Lizete Lucas Siqueira (Administração), Acy Nigri do Carmo (Educação), Sanatillo Perin (Indústria e Comércio), Gal. Fernando Ferreira Coelho (Segurança), José Antônio de Figueiredo Costa (Casa Civil), Cel. Carlos Moacyr Monjardim (Casa Militar)³⁸⁵.

Além desses, é importante enfatizar a presença de Lélío Rodrigues, considerado o grande elaborador da política desenvolvimentista do Espírito Santo, a partir de 1966. Sob seu comando, destaca-se a criação da Codes/Bandes, juntamente com o então Secretário Arthur Carlos G. Santos. Assim, integrou o *staff* do Governador e sua participação se fez presente especialmente nos estudos, nas análises e nas projeções relativas à implantação dos *Grandes Projetos*³⁸⁶.

Desse modo, Arthur Gerhardt sinalizava claramente para a realização de um governo técnico, com vistas a dar continuidade ao processo de desenvolvimento estadual, no apogeu do milagre econômico brasileiro (1969-1973), no que contaria com amplo apoio do Governo Federal, tal como revelam suas memórias:

[...] Bom, aí assumi o Governo. Quando o Médici me convidou, eu entrei na sala, ele olhou pra mim e disse: - você é muito moço! Aí falei com ele: - Médici, está em tempo de desistir! (risos). Mas o pessoal fez boa referência sua, e os políticos de lá do Espírito Santo são de péssima categoria e por aí foi [...]. Mas eu disse pra ele: - Olha, eu vou assumir, eu não sou político, não vou fazer carreira política, não quero fazer carreira política, não tenho vocação pra isso, mas eu preciso do apoio do Senhor pra mudar aquele Estado, mudar o quadro daquele Estado.³⁸⁷

Quanto ao projeto de desenvolvimento do Governo Arthur Gerhardt, que se iniciava, firma-se a convicção de que ocorria o momento principal da efetiva convergência histórica entre os projetos de desenvolvimento que estavam sendo gestados na esfera regional desde a administração Jones dos Santos Neves (1943-1945 e 1951-1954), que não foram à frente, mas que possuíam objetivos de racionalização da administração pública, e o projeto de desenvolvimento do Governo Federal, levado à execução pelo Regime Militar. Isso fez refletir, nas esferas regionais, inclusive no

³⁸⁴ LEONOR, Esdras. Políticos devem lutar para participar do Governo Arthur. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 3 mar. 1971; LEONOR, Esdras. Boatos e especulações no vazio político da hora. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 5 mar. 1971; SECRETARIADO só no dia 11. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 9 mar. 1971.

³⁸⁵ SECRETÁRIOS indicados. *A Gazeta*, Vitória, p.1, 17 mar. 1971.

³⁸⁶ O MAIS humilde servidor da economia. Disponível em: http://www.seculodiario.com.br/seculo/2000/02abril/estragos/index_.htm. Acesso em 16 mai. 2012.

³⁸⁷ SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt. *Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento*. 2010. Entrevista concedida a Arlindo Villaschi Filho e Ednilson Silva Felipe, Vitória, 06 ago. 2010.

Espírito Santo, a predominância de conteúdo técnico, tanto na formação quanto na ocupação dos quadros burocrático-estatais.

Além disso, a natureza técnica dada à formação e ocupação dos espaços políticos refletiu também no aprofundamento da distância e do pouco peso que foi dado ao Poder Legislativo na condução e direcionamento das decisões estruturais, que estavam transformando a economia capixaba agrário-exportadora em urbano-industrial (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011b).

Ainda em relação a esse aspecto, havia uma orientação explícita do Governo Federal para que essa fosse a tônica dos Governadores indicados³⁸⁸, razão pela qual se observa a pouca expressividade da esfera legislativa no período e, conseqüentemente, a minimização dos conflitos entre governo e oposição. Por esse motivo, associado ao próprio perfil de Gerhardt Santos, distante das intrigas políticas locais existentes desde o período anterior ao Golpe de 64 e mantidas no cenário bipartidário, a Gestão Arthur Gerhardt não terá grandes problemas com a Arena dissidente, pelo menos na maior parte de seu Governo, e nem com a própria oposição, como teve o governo Dias Lopes.

Em termos de estrutura administrativa, na gestão Arthur Gerhardt, não houve alterações significativas em relação à que foi implantada por seu antecessor. Como vimos nos tópicos anteriores, diante da grave crise do café, a partir da década de 60, deu-se início a uma grande mobilização em termos reivindicatórios, no sentido de resolver os graves problemas econômicos do Estado, aproveitando-se, inclusive, de uma conjuntura favorável quanto à resolução de problemas de desequilíbrios regionais em nível nacional. Desse modo, como pudemos aferir, a administração Dias Lopes (1967-1971) logrou êxitos fundamentais em pelo menos três frentes: a *reforma administrativa*, que tornou moderna a face da estrutura burocrática regional; a consolidação do acordo *IBC/Gerca/Governo do Espírito Santo*, que se encarregaria de atenuar os problemas advindos da erradicação dos cafezais; e a assinatura do Decreto-Lei Nº 880, de 18 de setembro de 1969, que concedia *incentivos fiscais* ao Espírito Santo.

Diante de tais êxitos, poucas mudanças seriam implementadas pelo Governo Arthur Gerhardt no que tange às ações pretéritas. Por aí, percebe-se a manutenção da filosofia e a busca da eficiência organizacional do aparato governamental, o que já vinha sendo desenhado nos governos anteriores, mas que foi efetivamente materializado no Governo Dias Lopes. As poucas ações do Governo Arthur Gerhardt, no aspecto da ordenação do aparato institucional, voltaram-se para

³⁸⁸ ARTHUR Santos, o jovem engenheiro Governador. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 16 mar. 1971.

reforçar o caminho da industrialização. E o número reduzido de mudanças se deve ao fato de o próprio Governador ter sido um dos principais idealizadores e executores da reestruturação administrativa implementada nos anos 1967-1971, enquanto membro do *staff* do ex-governador Dias Lopes, o que já foi mencionado.

Todavia, os modelos de desenvolvimento propostos pelos dois governos não eram idênticos. Para ser mais preciso, foi na gestão Gerhardt Santos (1971-1975), que se iniciou aquilo que Medeiros (1977) chamou de *política industrial dinâmica como fator de desenvolvimento*. Houve a busca pelo aprofundamento desse processo, uma vez que, desde o início, notou-se que as ações desenvolvidas na Gestão Dias Lopes, embora tenham atenuado os problemas gerados pela crise do café e fornecido bases menos frágeis para o Estado, não foram, por si sós, suficientes para gerar um processo de industrialização que possibilitasse uma arrancada, de fato, para o *desenvolvimento*. Em outras palavras, as ações do Governo Dias Lopes não tornaram o Espírito Santo um estado industrializado e/ou desenvolvido (MEDEIROS, 1977).

Segundo Medeiros (1977, p. 20),

Esta constatação tornou-se corrente nas esferas estaduais. A experiência mostrou que um banco de desenvolvimento estadual de escala modesta era inacessível aos empreendimentos que realmente transformam uma base econômica, servindo apenas para acelerar vocações pré-existentes [...]. Assim, o Governador Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975) desencadeou um processo de atração de investimentos federais e estrangeiros, via *joint ventures* de grande porte, a partir da premissa de que investimentos do nível da Companhia Vale do Rio Doce é que possuiriam efeitos multiplicadores reais para dar ao Espírito Santo a dimensão de Estado industrializado e, possivelmente, desenvolvido.

A viabilidade de tal projeto se dava pelo fato de coincidir com o período áureo do milagre econômico, que ocorria no plano nacional, o que significava a abertura de janelas de oportunidades a serem aproveitadas pelo Espírito Santo, pois, na perspectiva dos governos militares, o país se constituía em um grande espaço de intervenção econômica com vistas à manutenção das altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Por outro lado, o momento histórico reforçaria a racionalidade das ações políticas locais, que vislumbravam crescer economicamente e sair da crise a que o estado fora submetido desde meados da década de 1960.

Diante desse cenário, a gestão de Arthur Carlos G. Santos (1971-1975) foi marcada pelo aprofundamento e pela mudança da natureza do processo de industrialização iniciado por seu antecessor.

A diretriz central de sua administração se diferenciava daquela implementada no Governo Dias Lopes nesse aspecto, uma vez que buscava superar a visão que colocava as atividades industriais de base desenvolvidas por empresas tradicionais de pequeno e médio portes, bem como por empreendimentos de exportação em trânsito (majoritariamente minério de ferro), como as principais alternativas para proporcionar um salto qualitativo no desenvolvimento econômico capixaba. Desse modo, firmou-se a convicção de que a superação da histórica dependência do café, na visão do novo governo, deveria ser construída a partir de premissas bem mais ousadas no que tangia à inserção do Espírito Santo no processo de desenvolvimento econômico nacional e internacional (VILLASCHI, 2011).

Em entrevista concedida em 1974, portanto, no final de seu governo, Arthur Carlos G. Santos explicita os motivos que o levaram a buscar essas transformações:

[...] Nesses anos, a economia do Espírito Santo era o café e os serviços da Companhia Vale do Rio Doce. Mas, embora com taxas de crescimento superiores à média nacional, nossas poupanças não fixavam no Estado, por falta de infraestrutura. Tínhamos um ciclo econômico que não multiplicava riquezas por falta de energia elétrica, por falta de aparelhamento do porto e por falta, em fim, de todas as condições infraestruturais que viabilizavam um processo econômico [...]. Com a crise do café, houve um impasse: ou a gente continuava naquela “vidinha”, piorada com a perda da monocultura, ou se promovia o verdadeiro salto. Porque ficou claro que, nos anos 60, nosso crescimento já estava muito abaixo da média nacional, a ponto de chegarmos a 1968 com 75% desta média [...]³⁸⁹

Sobre as taxas de crescimento abordadas por Gerhardt Santos, de fato, os números dos anos 1960/1970 apontam que a participação relativa no PIB nacional ascendeu de 1,07% para 1,10% e a renda *per capita* do capixaba passaria de 52,5% para 68,5% da média nacional³⁹⁰. Todavia, esses dados não mudavam o caráter subdesenvolvido do Estado do Espírito Santo, isto é, seu caráter marginal e periférico.

O então Governador completou o raciocínio, afirmando que

[...] O investimento total aprovado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, de 1967 - quando ainda era Codes -, até junho de 1973, foi da ordem de 604 milhões de cruzeiros, a preços constantes. Este número, por isso, não pode dar ao Estado a escala econômica que ele necessita. Por isso, começamos os esforços para atrair capitais de fora [...]³⁹¹.

Além disso, na mesma entrevista, Arthur Carlos fez as seguintes considerações:

³⁸⁹ SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt. O Pequeno grande Estado. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 11, p. 10, fev. 1974.

³⁹⁰ RODRIGUES, Lélío. A década de 60, In. *As etapas do processo histórico de Desenvolvimento sócio-econômico do Espírito Santo*. Vitória, Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, 1975, sem numeração.

³⁹¹ SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt. O Pequeno grande Estado. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 11, p. 10, fev. 1974.

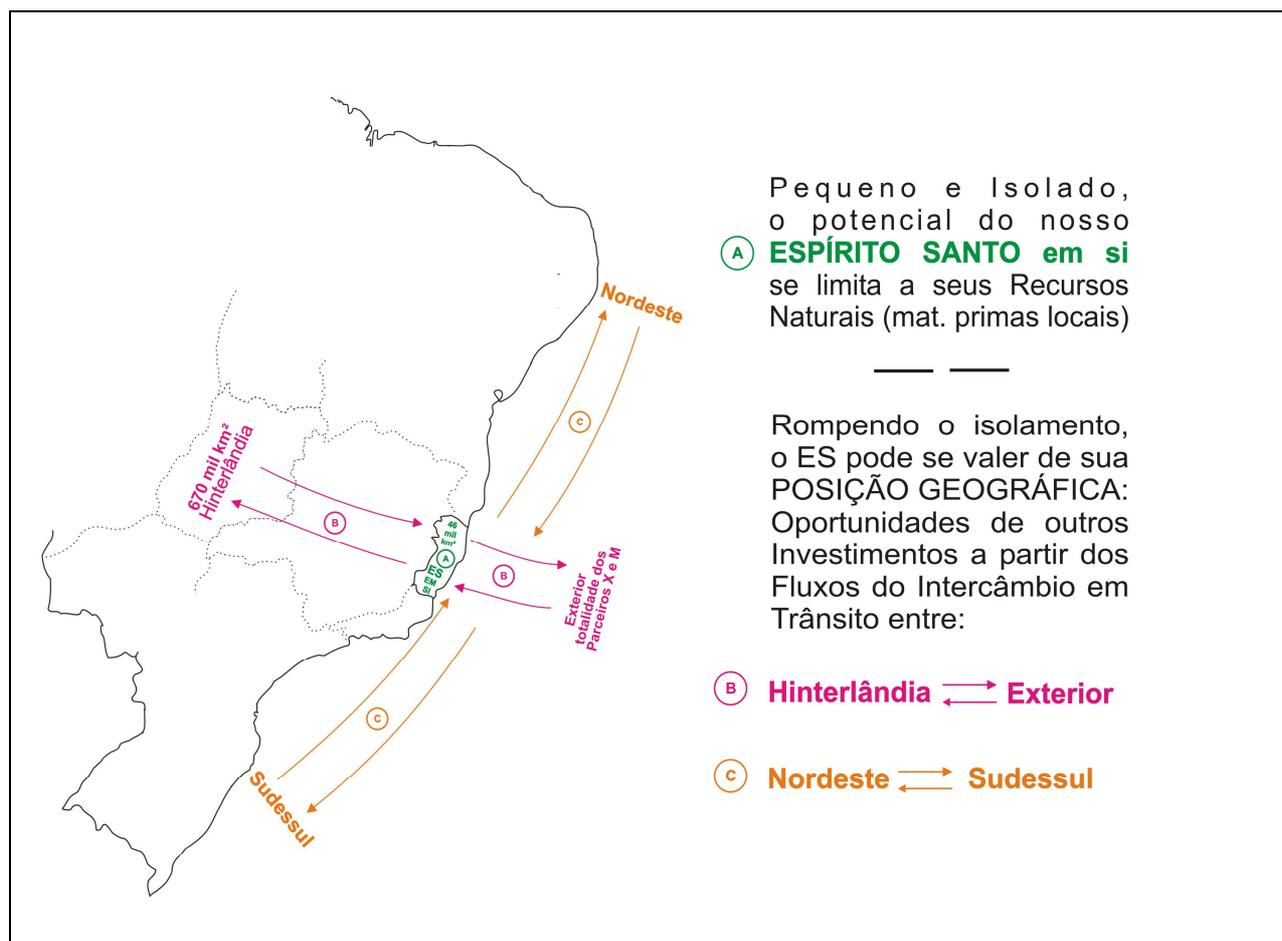
[...] Logo após a minha posse, em conversa com o então Ministro Delfim Neto, reforcei ainda mais a minha posição com referência aos investimentos externos, quando definimos que o Espírito Santo só poderia ter um processo de derramagem econômica, com a execução de um projeto de igual ou maior envergadura que a Companhia Vale do Rio Doce. Isso porque ela ficava isolada no panorama econômico do Estado e seu efeito multiplicador era insuficiente para dinamizar a economia capixaba nos níveis desejados [...]. Já no Governo Christiano, a Codes percebeu que a poupança gerada pelos incentivos fiscais era pequena e que não se poderia *[sic]* atrair incentivos de fora para serem aplicados aqui. Então, esta captação de recursos externos passou a ter uma importância muito grande porque, principalmente, o Estado estava totalmente despreparado para tentar atrair tais investimentos ³⁹².

Desse modo, a lógica passou a ser a seguinte: se a CVRD e suas externalidades positivas contribuíam de forma impactante para a economia capixaba, a grande questão tornou-se a implementação de uma *segunda muleta* para que a economia do Espírito Santo pudesse avançar mais rápida e intensamente e de forma sustentável. Assim, a preocupação e o direcionamento do Governo Gerhardt Santos passaram, então, a visar novos saltos qualitativos para a economia capixaba, por meio da implementação de outras atividades dinâmicas, alavancadas por investimentos exógenos, fossem eles de capitais nacionais ou estrangeiros, aproveitando-se das circunstâncias históricas de maciços investimentos do Governo Federal (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011c). Ou seja,

[...] muito mais do que o aproveitamento de vantagens locacionais e estáticas que já vinham sendo exploradas pela CVRD (pelotização e porto), era preciso instalar novas atividades de vulto, tais que desencadeassem o surgimento e atração de novas empresas, novas atividades que lançariam o Espírito Santo a novos patamares em termos de dinamização econômica. Essa era a essência dos *Grandes Projetos de Impacto* [...] (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011c; p. 90).

³⁹² SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt. O Pequeno grande Estado. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 11, p. 10, fev. 1974.

Figura 2 – Tipologias de Oportunidades de Investimentos



Fonte: Rodrigues (2009)

Em sua concepção original, o aproveitamento, via *Grandes Projetos de Impacto* (GPs), das vantagens que apresentava o Espírito Santo, estava ligado às disponibilidades de recursos naturais (tipologia A) e à facilidade geográfica de intercâmbio entre a hinterlândia e o exterior (tipologia B) e também de entreposto comercial entre o Nordeste e parte do Sul do país (tipologia C).

Portanto, a atração de investimentos de grande porte, que mais tarde se convencionou chamar de (GPs), se encaixava perfeitamente nessa perspectiva. Tais empreendimentos consistiam em atrair investimentos na ordem de 5 bilhões de dólares, distribuídos entre os complexos paraquímico (indústria de celulose) e siderúrgico (incluindo usinas de pelotização), implementando uma nova política de agregação de valor à matéria-prima; e também entre os complexos portuário (terminal de corredor de transportes para exportação), naval (estaleiros de desmonte e de construção naval) e turístico (investimentos no litoral sul do Estado), conforme quadro abaixo:

Tabela 50 – Grandes Projetos de Impacto

Complexo	Grande projeto	Grupo empreendedor
Turístico	Rodovia do Sol Cidade do Sol Parque Juparanã	
Portuário	Porto de Vitória Terminal de Tubarão Terminal do Complexo Siderúrgico Terminal de Anchieta Terminal de Uruçuquara	
Naval	Reparos Navais	Gaslimpo Petrobrás CVRD LLOYD
	Estaleiro de construção	Mitsui Shipbuicdiwg
	Estaleiro de desmonte	Wisibra
Paraquímico	Aracruz Celulose	Lorentzen Brascan
	Projeto Litoral Norte	CVRD JPB
	Extração de Petróleo	Cenibra
Siderúrgico	Usina de semi-acabados	Sidebrás Curo Kawazaki Finsinder
	Usina de acabados planos	Sidebrás Kloeckwer Sidercap
	Usina de acabados não planos	Cofavi Cobe Steel
	Usina de Pellets da CVRD	Finsinder Nippon Kawazaki Iwi Espanha
	Usina de Pellets de Anchieta	Samarco (Samitri/Marcona)

Fonte: O PEQUENO grande Estado. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 11, p. 10, fev. 1974.

Ou seja, os *Grandes Projetos de Impacto* objetivavam a superação do que estava estabelecido e representavam a possibilidade de lançar a economia capixaba numa nova ordem e em outro patamar qualitativo. Os desafios, porém, eram muitos, uma vez que tais perspectivas somente poderiam se tornar realidade a partir de um conjunto de forças que, em coalizão, pudessem superar os entraves, fossem eles infraestruturais, econômicos, políticos ou institucionais (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011c).

Naquele contexto, as desigualdades regionais eram tratadas como grandes gargalos a serem destacados na pauta das políticas nacionais de industrialização. Todavia, tal como já salientado outras vezes nessa pesquisa, os principais alvos das mesmas seriam naturalmente o Norte e o Nordeste do país, uma vez que apresentavam limitados índices de produtividade quando comparados aos da região Sudeste, que concentrava elevados percentuais de produção industrial, desenvolvimento humano e urbanização (LOBINO, 2008). Nesse aspecto, o Espírito Santo,

localizado na Região Sudeste, teria mais dificuldades de conseguir respaldo nacional para os seus interesses.

Em face das discrepâncias entre as várias regiões do país, os técnicos da Cepal indicavam a necessidade de implementação de políticas públicas, objetivando alterar os desequilíbrios regionais, por intermédio do estímulo ao capital privado e da promoção de obras de infraestrutura, fazendo com que o Estado brasileiro levasse a cabo aquilo que alguns autores, a exemplo de Rocha & Morandi (1991), chamam de *industrialização planificada*.

Todavia, tal como já ressaltado nos capítulos anteriores, o Espírito Santo representava um caso *sui generis*, uma vez que, embora encravado em meio às três grandes potências da federação, se assemelhava aos estados nordestinos, devido à sua baixa produtividade econômica, mas não era abarcado pelas políticas voltadas para o Nordeste. Mesmo assim, existia o risco de o Estado permanecer excluído de tais investimentos (LOBINO, 2008).

Nesse sentido, a consecução desses investimentos exigiu grandes esforços políticos já que, em certa medida, o Espírito Santo precisou disputar com outros estados a posição de receptor desses recursos, tal como pode ser observado na fala do então Governador:

[...] Logo que assumi o Governo, o Ministro Pratini de Moraes³⁹³ veio ao Espírito Santo pela primeira vez e eu fiquei sabendo que a Nippon Steel tinha feito um estudo no Brasil e chegado à conclusão de que o melhor lugar para siderurgia era na saída da Serra dos Carajás. Isto parecia fechar definitivamente as nossas possibilidades de ter um investimento desse porte voltado para o comércio externo. Porque o Estado do Maranhão, além do porto - que era o nosso trunfo principal - tinha, também, a Serra dos Carajás. Na conversa com o Pratini, eu senti a situação e disse a ele que, mesmo assim, tinha esperanças, porque o mundo de hoje sofre transformações muito rápidas [...].³⁹⁴

Diante desse cenário inicialmente negativo, enquanto possibilidades de investimentos, exigiu-se, por parte do Governo estadual, maior capacidade de interlocução reivindicatória junto às esferas federais. Essa influência da esfera nacional nos rumos da economia capixaba já tinha sido prevista por Rodrigues (1973) e trabalhada mais detalhadamente por Medeiros (1977), quando lançou, o conceito de *desautonomia relativa*, segundo o qual,

[...] na medida em que a implantação destes Grandes Projetos poderia reforçar o potencial de ingerência do Governo Federal na esfera estadual, além de trazer para o palco um novo foco de poder, o das corporações estrangeiras envolvidas, contribuir-se-ia para a marginalização dos poderes público e privado capixabas e o Espírito Santo correria o risco de perder a sua já reduzida autonomia. Assim, seria configurado um processo iminente de marginalização estadual, tratado [...] de desautonomia relativa [...] (MEDEIROS, 1973, p. 3).

³⁹³ Trata-se de Marcus Vinicius Pratini de Moraes, que foi Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo no Brasil (1970-1974), da Minas e Energia (1992-1992) e da Agricultura e Abastecimento (1999-2002).

³⁹⁴ SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt. O Pequeno grande Estado. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 11, p. 10, mar. 1974.

Assim, pode-se afirmar, à guisa de conclusão do presente tópico que, durante o Governo Arthur Carlos Gerhardt Santos, foi gestada uma das principais transformações pelas quais passaria o Espírito Santo nos anos posteriores. Mudou-se – radical e definitivamente – a natureza do espaço econômico capixaba: se até o início da década de 70, o *locus* da acumulação capitalista concentrada se centrou nos setores das atividades tradicionais, liderados pelo capital local, sem nenhum rompimento profundo com a atividade cafeeira – monocultura de exportação –, a partir do Governo Gerhardt Santos, passaria o Estado a ser o *locus* da ampliação, acumulação e reprodução do grande capital, com lógica própria e distinta da que a economia capixaba havia experimentado em toda sua trajetória desenvolvimentista.

Tal como veremos no capítulo que segue, apesar de todas as movimentações do Governo Arthur Gerhardt, somente parte dos *Grandes Projetos* foram efetivamente viabilizados. Acerca das tipologias apresentadas na figura 1, após a concretização e operação dos investimentos, percebe-se que somente as tipologias A e B se consolidaram. E das cinco áreas de investimento indicadas na tabela 51, duas não se viabilizaram, a naval (estaleiro de desmonte e construção naval); e a turística (investimentos na região litorânea sul do ES), sendo que os complexos siderúrgico (usinas de pelotização e siderurgia), paraquímico (indústria de celulose) e portuário (terminal do corredor de transportes para exportação) foram efetivamente instalados, em grande medida no Governo Elcio Álvares (1975-1979). Os estaleiros de reparos, uma das principais prioridades do governo estadual, acabaram sendo direcionados para o Rio de Janeiro, representando importante perda para o Espírito Santo.

5.9. Conclusão

O presente capítulo procurou retratar os partidos e seus grupos políticos constituintes durante o conturbado período após a edição do Ato Institucional Nº 5, no Espírito Santo. Foi possível averiguar, inicialmente, que o fechamento das casas legislativas e a repressão e/ou constrangimento aos principais veículos de comunicação geraram muitas expectativas e especulações junto à classe política, o que atesta a desorientação das principais lideranças naquele cenário. Nesse período, as agremiações partidárias produziram poucos documentos, e os poucos sobre os quais podemos nos debruçar demonstram o clima de incerteza que pairava no cerne da classe política naquelas circunstâncias.

Com o Ato Complementar Nº 54, editado em maio de 1969, que orientou a reorganização dos Diretórios municipais, estaduais e nacional dos partidos, houve certo alívio por parte da classe política. Todavia, na prática, isso não representou muita coisa, uma vez que a escolha do

Governador Biônico do Espírito Santo, que assumiria no início de 1971, se deu pela intervenção direta do Governo Federal, que adotara o critério técnico para efetivar tal escolha. Assim, entre as três principais possibilidades apontadas: Marcus Vianna, que logo depois se tornaria Presidente do BNDE, Darcy Werther Vervloet, então Secretário de Educação e Cultura do Governo Dias Lopes, e Arthur Carlos Gerhardt Santos, figura destacada do mesmo Governo, prevaleceu a escolha do terceiro.

Quanto à disputa para os demais cargos, Senado (2/3), Câmara Federal e Assembleia Legislativa, pudemos aferir que se manteve a polarização entre PSD e elementos oriundos da *Coligação Democrática*, especialmente ex-pessepistas e ex-udenistas. Quanto à disputa entre Arena e MDB, foi possível aferir uma postura bastante crítica de determinadas figuras do segundo partido que exploraram, de modo especial, os processos movidos contra o irmão do Governador, José Dias Lopes, que chefiou a Polícia Civil do Estado e que era acusado de comandar o *Esquadrão da Morte* em terras capixabas. O resultado do pleito mostrou que tal postura não surtiu efeito e a Arena alargou ainda mais sua vantagem, principalmente em decorrência do relativo sucesso do governo Dias Lopes e das cassações que atingiram as poucas lideranças aguerridas do partido da oposição, no caso José Ignácio Ferreira, Dailson Laranja e Mario Gurgel.

Por fim, vimos que se deu no Governo Arthur Gerhardt (1971-1975) a operacionalização do programa de atração de investimentos, que se convencionou chamar de *Grandes Projetos de Impacto*, cuja continuidade observa-se nos governos seguintes. Importante salientar que, para a atração de tais empreendimentos, o Governo estadual, se valendo das restrições às atividades políticas da época, bem como do *consenso de necessidades* e da *coalizão de possibilidades* forjados em torno de uma nova lógica de desenvolvimento, desde a crise do café, agiu à revelia dos grupos políticos locais, uma vez que tais capitais foram captados na esfera nacional e, principalmente, internacional, não passando, portanto, pela ingerência das forças políticas do Espírito Santo, que se mantiveram marginalizadas.

A principal consequência dos *Grandes Projetos* para a estrutura política capixaba foi a configuração de um novo foco de poder, com a perda relativa de autonomia por parte do setor público estadual na condução do processo de desenvolvimento e da própria agenda política, ocorrendo aquilo que Medeiros (1977) denominou de *desautonomia relativa*.

CAPÍTULO 6

A MANUTENÇÃO DA *PLATAFORMA IDEAL* E A RETOMADA DO DEBATE POLÍTICO-PARTIDÁRIO, NO ESPÍRITO SANTO (1974-1979)

6.1. Aspectos Introdutórios

O presente capítulo tem por objetivo cotejar o bipartidarismo no Espírito Santo, entre os anos 1974 e 1979, período marcado pela crise do milagre econômico, seguida do processo de abertura lenta e gradual, iniciado pelo Governo Ernesto Geisel (1975-1979). O capítulo se debruça, também, sobre algumas considerações sumárias acerca do processo eleitoral de 1974, no plano nacional, marcado por importantes vitórias do MDB; e sobre as eleições estaduais do mesmo ano, com a preocupação de compreender as movimentações das principais correntes político-partidárias, Arena e MDB, no pleito, seguida da análise dos desempenhos das duas agremiações partidárias.

Em seguida, no terceiro item do capítulo, procede-se à análise da conturbada indicação, tanto dos candidatos ao Senado, quanto daquele que concorreria ao posto de governador biônico pela Arena, que assumiria o cargo após o término do mandato de Gerhardt Santos. Observa-se o impasse criado entre as duas principais tendências da Arena - ex-pessedistas *versus* ex-udenistas - e a indicação de um *tércio*, no caso o então Deputado Elcio Álvares.

Em seguida, tem-se a intenção de destacar os principais aspectos do governo Elcio Álvares, especialmente no que tange à continuidade na implantação dos *Grandes Projetos de Impacto* (GPs), política desenvolvimentista traçada e iniciada por seu antecessor. E, por fim, são tecidos alguns comentários em termos de considerações finais.

6.2. Mudanças no cenário político-eleitoral: a ascensão do MDB no plano nacional

Antes de adentrarmos nas considerações a respeito dos movimentos e grupos políticos no pleito eleitoral de 1974, no Espírito Santo, é fundamental tecer alguns comentários, mesmo que sumários, acerca de certas realizações do regime militar que guardam profunda relação com as mudanças político-eleitorais verificadas a partir daquele ano. É importante, nesse aspecto, destacar especialmente o que tange à relação entre os meios de comunicação de massa e a propaganda política, relação essa que, por sua vez, possui vínculo direto com o significativo desempenho eleitoral do MDB, em 1974, em âmbito nacional.

Tal como já salientado, o Regime Militar, implantado em 1964, buscou diversos mecanismos, legais e/ou discricionários, no intuito de se legitimar e, por meio do autoritarismo, da censura e da repressão, conter o avanço da conjuntura anterior, marcada pela ampla mobilização política e social.

Todavia, é necessário destacar que, contraditoriamente, esse mesmo regime militar implantou políticas de desenvolvimento tecnológico, de integração nacional e de comunicação de massa, que acabariam criando, conforme revelam os estudos de Rubim (1999), as condições estruturais para o posterior aumento da interação entre as técnicas modernas de propaganda política e as campanhas eleitorais.

Desde os primeiros anos, o regime já demonstrou preocupação com os meios de comunicação de massa. Assim como a censura, modernizar a mídia representava elemento fundamental para os planos de promover a segurança nacional. Com esse intuito, uma das primeiras ações foi a criação, em setembro de 1965, da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), que tinha como finalidade colocar em funcionamento um sistema de micro-ondas capaz de propiciar a interligação de todas as unidades federativas, promovendo a integração do Brasil no Sistema Internacional de Satélites (Intelsat), bem como a criação de uma rede nacional de televisão. Ainda no Governo Castelo Branco, só que em fevereiro de 1967, foi o criado o Ministério das Comunicações (RUBIM, 1999).

Ainda no Governo Castelo Branco, já havia sido cogitada a possibilidade de criação de uma assessoria de relações públicas, algo que não foi acatado pelo presidente, desfavorável a investir em propaganda, uma vez que supunha, segundo a visão de alguns analistas, que, em longo prazo, o julgamento de seu governo seria favorável (FICO, 2008).

Como sabemos, as pressões da *linha dura* culminaram com o afastamento de Castelo Branco do governo, em 1967, seguido da ascensão de Arthur da Costa e Silva (1967-1969) que, naquela conjuntura, havia se aproximado desses setores.

No que diz respeito à questão da comunicação, Costa e Silva não fazia tantas restrições ao uso da propaganda. Já havia aceitado a instalação de uma Agência Central de Relações Públicas, no âmbito do *Comando Revolucionário*, para cuidar da imagem da *Revolução* e, posteriormente, para não terminar com a mesma impopularidade de Castelo Branco (FICO, 2008), aceitara a criação da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP).

Essa assessoria, a AERP, que ficaria subordinada ao Gabinete Militar, tinha o propósito de evitar que cada setor do governo difundisse, isoladamente, uma política própria de comunicação, que pudesse apresentar visões diferentes e, assim, expor as contradições do Regime Militar (CASSUNDÉ, 2008). Com o tempo, esse órgão centralizador das ações do governo tornou-se cada vez mais importante, atingindo o seu auge no governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969/1874), momento especial no que tange ao avanço dos meios de comunicação no Brasil, em que se dá o desenvolvimento vertiginoso dos principais veículos de comunicação.

Em 1972, foi criada a empresa de Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebrás), cuja atribuição seria centralizar as empresas de telecomunicações concessionárias de serviços públicos no Brasil. Não é à toa que, a partir desse governo, entre os anos de 1969 e 1977, tenha ocorrido aquilo que se poderia chamar de *boom da televisão*, uma vez que foram concedidas nada menos que sessenta e sete licenças para novas emissoras de TV em todo o território nacional³⁹⁵. Importante registrar, ainda, que, entre os anos de 1964 e 1979, o número de aparelhos de televisão aumentou estrondosamente, de 1,63 milhão para 16.737 milhões (CASSUNDÉ, 2008).

Simultaneamente ao incremento do sistema de comunicação acima descrito, mais a manutenção das eleições diretas para quase todos os cargos, vale frisar ainda que, durante os governos militares, ocorreu uma expressiva expansão do número de eleitores, decorrente, em grande medida, da ampliação dos direitos políticos a indivíduos jovens dos centros urbanos. Para se ter uma idéia, entre 1966 e 1978, o eleitorado brasileiro cresceu 51%. No início da década de 1960, 43% da população adulta era inscrita como eleitora; 20 anos depois, este número atingiu cerca de 83% dos brasileiros adultos. (CARVALHO, 2008; SANTOS, 2002). Nesse sentido, podemos tranquilamente endossar a opinião de Maria Dalva Kinzo (1988), que argumenta que um terço dos eleitores, no início dos anos 1980, só conhecia os partidos criados durante o regime militar, isto é, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (Arena).

Tabela 51 – Eleitorado do Brasil e ES – votação para a Câmara Federal (1962-1982)

Eleição	Eleitorado		Relação eleitorado/Nº de habitantes Brasil/ES (%)	
	Brasil	ES	Brasil	ES
1962	18.522.760	307.009	25,18	24,72
1966	22.387.251	377.884	26,93	26,93
1970	28.966.114	494.947	30,95	30,95
1974	35.810.715	577.474	33,96	33,96
1978	46.985.466	728.174	40,35	40,38
1982	58.871.378	971.658	48,31	45,73

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados de SANTOS (2002)

³⁹⁵ Em se tratando de Espírito Santo, é importante registrar que a própria Rede Gazeta, principal veículo de comunicação do Estado, obteve concessão para transmitir sinal da Rede Globo em 11 de setembro de 1976, exatamente no período mencionado.

No plano eleitoral, o Regime Militar, por meio dos Atos Institucionais, como já salientado ao longo deste trabalho, impôs diversas modificações no sistema partidário com vistas a barrar a tendência de identificação da sociedade com as organizações partidárias do período anterior. Mas a ação governista, tanto no plano político-partidário quanto no plano da comunicação, teve um efeito relativo e limitado. Isso porque os principais quadros políticos da época procuraram manter seus posicionamentos pretéritos ao golpe, no sentido de não perder os vínculos com suas bases eleitorais.

Importante salientar que, conforme Kinzo (1988), a trajetória do MDB é marcada por quatro fases: a primeira vai de 1966, ano de sua criação, até o final de 1968, quando foi editado o AI-5. Nesse período, o partido dava a entender que assumiria uma postura radical, voltada a obstruir todos os projetos oriundos do Governo. Foi o chamado *movimento obstrucionista* do MDB. Com a edição do AI-5 e a onda de cassações, que o atingiu em cheio, iniciou-se a segunda fase, na qual o partido atuou em bases muito mais restritas, fazendo um recuo tático, no sentido de reconstruir a agremiação. A terceira fase se estendeu entre os anos de 1974 e 1977, quando o partido se voltou para a tentativa de consolidação da oposição legal. Por fim, deu-se a fase marcada pela mobilização popular, quarta e última da trajetória da agremiação.

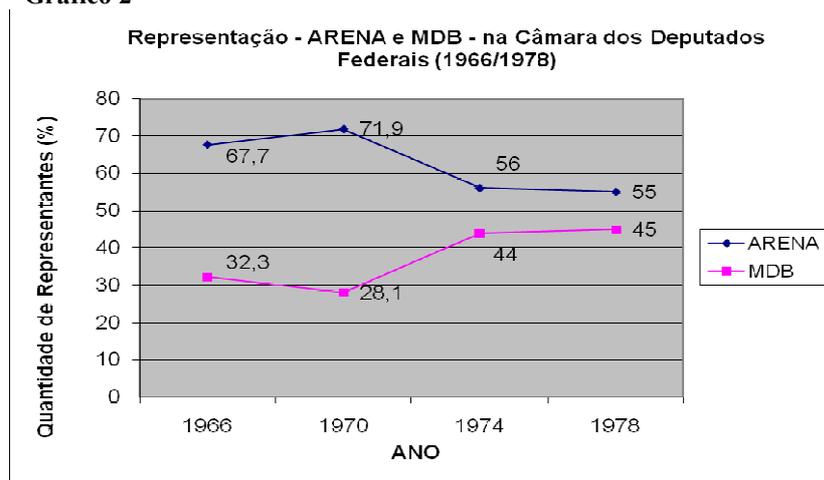
Para o presente capítulo importa destacar, mesmo que de passagem, que, na fase mais aguda do regime em termos de repressão, verificada após a edição do Ato Institucional Nº 5, originou-se, no seio da oposição, um debate sobre a eficácia, em tais circunstâncias, de sua própria organização no âmbito das instituições legais (ALVES, 2005). Essa reflexão veio a estimular, mais tarde, o surgimento do sindicalismo autêntico e de uma identificação entre a sociedade e o partido de oposição – o MDB. Assim, a partir do momento em que a sociedade brasileira, insatisfeita com a repressão e com os rumos do país, passa a identificar o MDB como uma forma de se colocar contra o regime, o partido começou a ter vitórias significativas nas urnas, especialmente na Câmara e no Senado. Os dados das tabelas e gráficos abaixo evidenciam tal tendência e não deixam dúvidas quanto à ascensão do MDB no plano nacional.

Tabela 52 – Representação na Câmara dos Deputados – Arena-MDB (1966-1978).

PARTIDO	1966		1970		1974		1978	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
ARENA	277	67,7	223	71,9	204	56	231	55
MDB	123	32,3	87	28,1	160	44	189	45
Total	409	100	310	100	364	100	420	100

Fonte: SCHIMTT (2000).

Gráfico 2



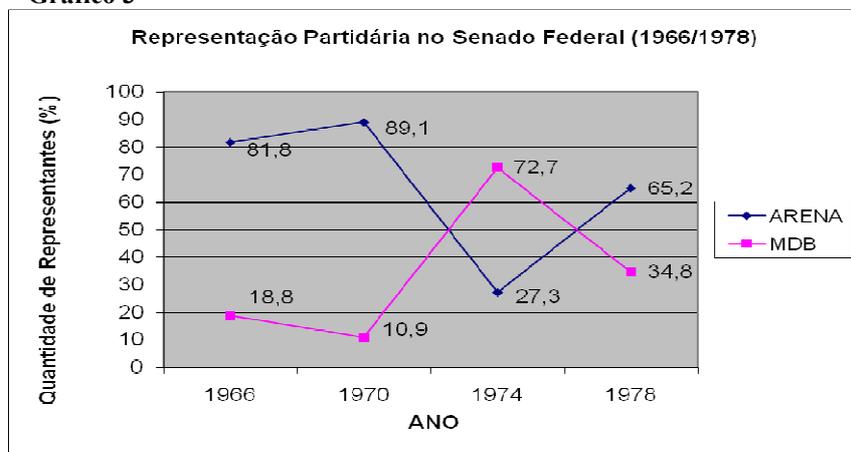
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados de SCHIMTT (2000).

Tabela 53 – Representação Partidária no Senado Federal – Arena-MDB (1966-1978)

PARTIDO	1966		1970		1974		1978	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
ARENA	18	81,8	41	89,1	6	27,3	15	65,2
MDB	4	18,2	5	10,9	16	72,7	8	34,8
Total	22	100	46	100	22	100	23	100

Fonte: SCHIMTT (2000)

Gráfico 3



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados de SCHIMTT (2000).

Junto com as vitórias emedebistas no plano nacional, veio o aumento de *identificação partidária*, que, em 1974, atingiu os mais altos patamares (SCHMITT, 2000; SILVEIRA, 1998). No que diz respeito às *clivagens socioeconômicas*, o eleitorado estava dividido em dois grandes grupos. Estudos mostram, a exemplo do trabalho de Lamounier & Cardoso (1975), que o MDB passou a ter mais força nos bairros pobres dos grandes centros urbanos, enquanto a Arena se destacava nas regiões mais nobres.

Em contraste com a ideia de eleitorado politicamente ignorante e manipulável, herança do pensamento autoritário dos anos 1930, afirmou-se a imagem de um eleitor capaz de identificar clivagens relevantes e relacioná-las com seus interesses, ideias, percepções e sentimentos. Essa capacidade de discernimento político do eleitorado, corroborada pela intermediação dos meios de comunicação, foi reconhecida pelo regime militar, que buscou, em 1976, através do estabelecimento da chamada Lei Falcão³⁹⁶, restringir e tornar absolutamente enfadonha a propaganda eleitoral nas emissoras de televisão e rádio. A esse respeito, voltaremos a falar mais adiante.

O Serviço Nacional de Informação (SNI) constatou que o partido oposicionista vinha obtendo crescente simpatia e apoio do eleitorado, sobretudo nos centros urbanos mais desenvolvidos, por meio de seu discurso aguerrido, contrário ao autoritarismo e favorável às reivindicações populares. A ideia, com o casuísmo da Lei Falcão, era favorecer os candidatos da Arena, preferidos no meio rural, nas pequenas cidades do interior, nas regiões menos desenvolvidas, locais onde ainda predominavam os apelos clientelistas (SILVEIRA, 1998). No bojo dessas mudanças, foi decretado, em 1977, o Pacote de Abril, que consistiu num conjunto de medidas que trouxeram diversas alterações para a realização das futuras eleições visando a impedir um crescimento exacerbado do MDB.

6.3. O cenário político-eleitoral capixaba de 1974

Conforme o exposto, no plano nacional o MDB teve extraordinária ascensão eleitoral, especialmente no pleito de 1974. Todavia, quando lançamos o olhar para a realidade capixaba, não houve a reprodução mecânica desse cenário de crescimento emedebista no Espírito Santo. Em termos locais, não ocorreu essa transferência de votos para o MDB, ou seja, a população capixaba não incorporou essa espécie de *protesto* da sociedade brasileira contra os rumos tomados pelo país sob a condução do Regime.

As movimentações políticas em torno do pleito de 1974, no Espírito Santo, iniciaram-se bem antes, já no ano de 1972, por ocasião das eleições municipais, passando pela escolha da nova direção da Arena, e por fim, pela retomada, a partir de 1973, especialmente, dos conflitos entre setores da Arena e o Governo Arthur Carlos G. Santos.

³⁹⁶ A lei Falcão, subscrita em 1976, pelo então Ministro da Justiça Armando Falcão, impunha severos limites às campanhas eleitorais no rádio e na televisão, e vigorou até o pleito de 1982. Nas propagandas eleitorais na televisão e no rádio, só poderia aparecer a foto e alguns dados biográficos do candidato. (SCHMITT, 2000).

Sobre o primeiro aspecto, o do pleito de 1972, ocorrido em âmbito municipal, destaca-se que foi alvo de muitas disputas, especialmente por conta da diminuição dos espaços na estrutura de poder, ante a natureza técnica do Governo Arthur Carlos Gerhardt Santos. O resultado dessas eleições foi amplamente favorável a algumas lideranças políticas específicas, tais como o Senador Eurico Rezende (ex-UDN), o Deputado Federal Élcio Álvares, (ex-PSD, Ala Moça), Carlito Von Schilgen (ex-PSD, Ala Moça), José Carlos da Fonseca (ex-PSD, Ala Moça), Walter de Prá (nova liderança), entre outros, que passaram a disputar os mesmos espaços políticos com elementos que, embora decadentes politicamente ou em final de carreira, ainda permaneciam com seus *feudos*, a exemplo do ex-governador e também ex-pessedista Christiano Dias Lopes, do Deputado Federal por vários mandatos Oswaldo Zanello (ex-PRP), do então Senador e ex-governador Carlos Lindenberg, do ex-senador Raul Gilberti, entre outros.

No que diz respeito ao segundo aspecto, em 1972, a Arena também elegeu novamente o seu diretório e sua Comissão Executiva. Dessa vez não houve uma disputa tão acirrada entre suas várias correntes internas quanto em outras oportunidades, o que demonstra certo esvaziamento do debate político e a pouca importância dada à vida partidária no período posterior à edição do AI-5 e no Governo Médici, fase mais aguda da repressão e da tecnocracia. O que se viu foi o Governo Gerhardt Santos se movimentando para manter o controle sobre a sigla, algo pouco complicado diante do momento delicado que se vivia. Nas tabelas abaixo, constam o Diretório e a Comissão Executiva da Arena eleitos em 1972.

Tabela 54 – Diretório da Arena eleito em 1972.

CHAPA ÚNICA	PARTIDO DE ORIGEM
Arthur Carlos Gerhardt Santos	-
João Calmon	PSD
José Carlos da Fonseca	PSD
Oswaldo Zanello	PRP
José Parente Frota	PSD
Theodorico de Assis Ferraço	PRP
Moacyr Dalla	UDN
Setembrino Pelissari	UDN
João Manoel Meneguelli	-
Emir de Macedo Gomes	PSP
Walter de Prá	-
Gerson Camata	-
Alcino Santos	PSD
Pedro leal	PSD
Antônio Jacques Soares	PTB
José Luiz Claudio Correa	-
Dercílio Gomes de Albuquerque	-
Verdeval Ferreira da Silva	PSD
Lucio Merçon	PRP
Crisógono Teixeira da Cruz	-
Paulo Barros	UDN
Dario Martinelli	

Carlos Alberto Lindenberg Von Schilgen (Carlito)	PSD
Vicente Silveira	UDN
Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho (Cariê)	-
João Pereira dos Santos Filho (João Santos)	-
Sanatillo Perin	-
Ely Junqueira	PTB

Fonte: Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo.** Vitória, 1966-1979, fl. 104-106.

A chapa única foi subscrita por 37 membros do partido, na mesma seção do dia 2 de março de 1972, sendo que, em 26 do mesmo mês, o Partido voltou a se reunir, com vistas a escolher a sua Comissão Executiva³⁹⁷. Segue abaixo a lista de nomes da comissão eleita:

Tabela 55 – Comissão Executiva Regional da Aliança Renovadora Nacional Arena-ES – 1972

Nome	Partido de Origem	Cargo no Diretório
Emir de Macedo Gomes	PSP	Presidente
Oswaldo Zanello	PRP	1º Vice-Presidente
Lucio Merçon	PRP	2º Vice-Presidente
Ely Junqueira	PTB	1º Secretário
Dercílio Gomes de Albuquerque	-	2º Secretário
Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho (Cariê) *	-	Tesoureiro
Verdeval Ferreira	PSD	Vogais
Pedro Leal	PSD	
Alcino Santos	PSD	Suplente da Comissão Executiva
Gerson Camata*	-	
Vicente Silveira	UDN	
João Manoel Meneguelli	-	
Antônio Jacques Soares	PSD	
José Parente Frota	PSD	
Setembrino Pelissari	UDN	
Theodorico de Assis Ferraço	PRP	

Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo.** Vitória, 1966-1979, fl. 104-106.

*Embora não tivessem militado no PSD, são herdeiros políticos de grandes personalidades da sigla por laços de família, bem como pelo fato de terem suas trajetórias políticas inauguradas em grupos originariamente do antigo PSD. No caso de Cariê Lindenberg, seria herdeiro político do seu pai, Carlos Lindenberg, mas acabou desistindo da carreira política para cuidar do conglomerado comunicacional da família, a *Rede Gazeta*.

Assim, no que tange ao Diretório da Arena, houve movimentação importante por parte do Governo para manter, nos principais postos de comando, figuras da sua confiança, como é o caso do presidente, o Deputado Emir de Macedo Gomes, que foi reeleito, especialmente pelo bom trabalho realizado no sentido de minimizar os conflitos intra-Arena, bem como pelo fato de sempre ter saído em defesa do Governo Gerhardt Santos, enquanto Presidente da Assembleia Legislativa, especialmente nos momentos mais críticos.

Quanto ao MDB, assim como a Arena, se reuniu no mês de março de 1972 em Convenção para compor o novo Diretório Regional e a nova Comissão Executiva, e o que se observa é que houve

³⁹⁷ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo.** Vitória, 1966-1979, fl. 104-106.

grande debandada do Partido, a exemplo de membros da ala composta por antigos pessedistas, tais como Mícheil Chequer³⁹⁸, Carlos Alberto Lindenberg Von Schigen (Carlito), e de alguns ex-petebistas, como Ely Junqueira e Solon Borges – ex-prefeito de Vitória e candidato ao Senado derrotado em duas oportunidades pelo MDB (1966/1970) –, que migrou para a Arena ainda em 1972, visando a disputar a Prefeitura de Vila Velha, pleito em que se sagrou vencedor³⁹⁹. Essa debandada de figuras com certo peso político contribuiu para a ampliação do domínio de Argilano Dario e de seu grupo político no MDB. Dentre os ex-pessedistas de peso, um dos únicos que permaneceram foi Dirceu Cardoso.

Tais aspectos podem ser observados na tabela abaixo, que mostra a composição da nova Comissão Executiva eleita em 1972, em que é possível observar o predomínio de antigos petebistas e a ausência de antigos pessedistas, que eram os principais responsáveis pelos conflitos internos travados com o grupo de Dario.

Tabela 56 – Comissão Executiva Regional do Movimento Democrático Brasileiro-ES – 1972

Nome	Partido de Origem	Cargo no Diretório
Argilano Dario	PTB	Presidente
Luiz Baptista	PTB	1º Vice-Presidente
Américo Bernardes da Silveira	PTB	2º Vice-Presidente
Wallace Vieira Borges	PTB	1º Secretário
Dirceu Cardoso	PSD	2º Secretário
Nyder Barbosa de Menezes	-	Tesoureiro
Hugo Borges	PTB	Vogais
Helio Machado de Miranda	-	
Ozeas Nascimento	-	Suplente da Comissão Executiva
Marinalva Rodrigues da Costa	-	
José Teixeira Guimarães	PTB	
Henrique Gustavo Bucher	-	
Heráclito Lopes Patrício	-	
Adilon Cassimiro de Mattos	PTB	
João Baptista da Silva	-	
Afonso Costalonga	-	

Fonte: Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Movimento Democrático Brasileiro – Seção Estado do Espírito Santo.** Vitória, 1966-1979, fl. 22-24.

Por fim, no terceiro aspecto, no ano de 1973, quando no plano nacional iniciava-se a crise do *Milagre Econômico*, quando se incrementava o debate acerca da abertura democrática, a classe política capixaba, com campo de atuação bastante restrito diante do governo Arthur Gerhardt Santos, passou a expressar com mais veemência suas insatisfações e a intensificar as pressões no

³⁹⁸ ANAIS da Câmara dos Deputados. Dep. ARGILANO Dario, DCD 10/10/1973. p. 7126. Mícheil Chequer acabou falecendo pouco tempo depois de deixar a agremiação, em 1973.

³⁹⁹ A saída de Solon Borges do MDB para a Arena foi bastante controversa. Consta que o prazo final de filiação para concorrer ao pleito de 1972 era 25 de agosto de 1971 e o MDB entrou com uma ação na justiça alegando que a ficha de filiação de Borges havia sido assinada no dia 9 de setembro. O impasse permaneceu até às vésperas da homologação das chapas, dando ganho de causa a Solon, que pôde concorrer e vencer a disputa em Vila Velha.

sentido de obter mais espaço nas esferas governamentais, algo muito parecido com o que ocorrera no governo anterior.

Curiosamente, o indivíduo que mais se destacou em tais movimentações foi o ex-governador Christiano Dias Lopes, que estava com relações rompidas com Gerhardt Santos, especialmente por conta de se considerar excluído do Governo. Sobre esse ponto, Dias Lopes esclarece acerca dos motivos que o levaram a romper com o então Governador:

[...] eu tinha largado o Governo, havia pouco tempo, o Arthur era Governador, então [o Governador me convidou ao Palácio] e disse: – “eu chamei aqui pra convidá-lo a integrar o Diretório da Arena”. Aí eu virei pra ele e disse assim: “– Governador, isso não se faz. O senhor me chamar, me convidar pra integrar o Diretório da Arena? Isso não se faz, não. Eu esperava que o senhor viesse me chamar para nós constituirmos juntos o novo Diretório da Arena porque o político sempre fui eu, o senhor nunca foi político de forma que, o senhor vai me desculpar. Esse convite eu não aceito. Eu vou embora. Se o senhor me quiser botar no Diretório, põe. Se não quiser, não põe. Mas eu não presto para ser um cinquenta avos”. Porque o Diretório é de 50 pessoas. Não me presto pra ser um cinquenta avos nessa sua tarefa. E me aborreci com ele. Não houve um atrito, houve um distanciamento [...] (DIAS LOPES, apud VASCONCELLOS, 2010, p. 325).

Além do sentimento de exclusão, as divergências de Dias Lopes com o Governador Arthur Carlos também se devem às mudanças impressas ao processo de desenvolvimento estadual – já relatadas no último tópico do capítulo anterior –, uma vez que Gerhardt Santos buscou articular os capitais externos para viabilizar o pacote de investimentos relativos aos *Grandes Projetos de impacto* e Dias Lopes se tornou um dos maiores críticos desse pacote.

Sobre a insatisfação da classe política, bem como sobre as movimentações de seu antecessor, a *Revista Espírito Santo Agora* indica que o Governador Arthur Gerhardt

[...] já conhecia a lista de queixas e o poder de união de facções de seu partido contra o Governo. Por isso, até o poderoso incômodo em torno dos interesses do ex-governador Christiano Dias Lopes em ser o candidato da Arena ao Senado Federal, foi “tirado de letra”. Porque Gerhardt Santos esqueceu velhas desavenças pessoais e políticas, para esquecer o problema e compor áreas consideradas fortes no partido. [...] Christiano Dias Lopes conseguiu trazer, para o seu lado, os nomes de Carlito Von Schilgen e João Santos, somados ao do Senador João Calmon [...] porque conhecia a desavença pessoal do Governador com o industrial João Santos e a desavença política com o médico Carlito Von Schilgen [...].⁴⁰⁰

As velhas desavenças de que o Governador Arthur se esqueceria, sobre as quais se refere o fragmento, diziam respeito aos setores da Arena que haviam militado na antiga *Coligação Democrática*, principalmente o ex-udenista Eurico Rezende, como veremos adiante. Além desses aspectos, importante lembrar que, pela natureza técnica de sua administração, beneficiada pela conjuntura que permitia uma postura menos partidária; e também por conta das restrições do

⁴⁰⁰ CHRISTIANO: presença incômoda. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 10, p. 6, mar. 1974.

campo político naquele momento; e ainda pelo esvaziamento das atividades políticas próprias do período, o Governo Gerhardt assimilou relativamente bem os conflitos com sua base na Assembleia, e governou acima dos agrupamentos e polarizações entre as lideranças arenistas. Quanto a esse aspecto dos conflitos, devemos reconhecer a existência, talvez, de um grande incômodo, o ex-governador Christiano Dias Lopes Filho, além, é claro, de alguns pontos de tensão cuja origem, como já afirmamos, era a quase inexistência de espaços direcionados aos quadros políticos.

As coisas se modificaram somente na fase final de sua gestão, quando se aproximavam as definições sobre o pleito de 1974, especialmente no que tange a indicações daqueles que concorreriam aos principais cargos. A partir desse momento, se acentuaram as pressões de seu antecessor Christiano Dias Lopes, que almejava disputar o Senado desde que deixara o Palácio Anchieta em 1971⁴⁰¹.

Aliás, não era somente Dias Lopes que almejava uma vaga no Senado. Havia outros interessados, sendo um deles o ex-governador por duas vezes e então Senador Carlos Lindenberg que, embora em final de carreira, sinalizava desejo de permanecer na vida pública. Além dele, pleiteava também a vaga uma jovem liderança, o Deputado Federal Élcio Álvares, que havia ficado na suplência em 1966, e que passara quatro anos articulando e construindo suas bases junto aos caciques arenistas do interior. Álvares tinha sido eleito deputado, fora o mais votado, em 1970, e também tinha se destacado na fase final do Governo Arthur Santos, em contraponto às movimentações de Dias Lopes, no sentido de enquadrá-lo, juntamente com Carlito Von Schilgen (já na Arena, depois que deixara o MDB) e o empresário João Santos.

Importante ressaltar que esses três elementos juntos – Dias Lopes, Carlito e João Santos –, pelo fato de possuírem espaço significativo no Diretório da Arena, poderiam dificultar as coisas para o Governo, em um momento extremamente delicado, de início de abertura política no plano nacional, quando a necessidade de eleger quadros comprometidos em dar continuidade à implementação dos *Grandes Projetos* aparecia como algo absolutamente necessário.

Sobre a polarização verificada entre o Governo e o grupo de Dias Lopes, bem como acerca das movimentações dos atores no processo sucessório de 1974, a *Revista Espírito Santo Agora* traz algumas notas que são esclarecedoras:

Para definir a incerteza que pairava sobre a gangorra política do Diretório Estadual da Arena, o peso que contou foi o Deputado Élcio Álvares, provável candidato ao Senado

⁴⁰¹ CHRISTIANO continuará na política e gostaria de concorrer ao Senado daqui a quatro anos. *A Gazeta*, Vitória, p.5, 19 fev. 1971.

pelo Partido. No jogo de xadrez em que o Rei (Arthur) era acuado por uma torre (Christiano-Von Schingen-João Santos) e um peão (Élcio Álvares), portadores de dois terços do Diretório, apareceu - com um providencial solavanco - a figura até então espectadora de Eurico Rezende, que talvez quisesse entrar no jogo. Assim, o Governador Gerhardt Santos, cujas preferências para o Senado recaíam sobre o Senador Carlos Lindenberg, optou pela sugestão de Eurico e alijou o velho cardeal da disputa substituindo-o por Élcio para capitalizar a maioria do Diretório⁴⁰².

Portanto, como acertadamente indica o fragmento, por sugestão de Eurico Rezende, Arthur Carlos estrategicamente abriu mão de sua preferência para o Senado, que era Carlos Lindenberg (já em final de carreira), e lançou mão de Élcio Álvares, conseguindo, com isso, angariar apoio do Deputado que, é importante reiterar, possuía bastante capilaridade no partido governista, especialmente com as alas mais jovens e com diversos caciques do interior, e não possuía boas relações com Dias Lopes.

Com isso, se materializa algo que já vinha ocorrendo desde o pleito municipal de 1972, isto é, o fortalecimento de Eurico Rezende que, de poucas ligações com o Governo Gerhardt Santos, acabou se aproximando e adquirindo certo prestígio, e do Deputado Élcio Álvares que, do segundo escalão no grupo de influência, especialmente no antigo PSD, acabou por adquirir envergadura política considerável⁴⁰³. Importante salientar que, nessa movimentação, as divergências entre Élcio e Christiano Dias Lopes, que já eram fortes, tenderam a se acentuar.

A escolha do candidato ao Senado ficou em suspenso, enquanto outros candidatos que também pleiteavam a vaga se movimentavam, como o Deputado Federal José Carlos da Fonseca (ex-PSD, *Ala Moça*), que consistia em um político em ascensão, além do então Vice-Governador Henrique Pretti, também ex-PSD. No desenrolar das articulações, Pretti acabou sacrificando o seu nome para não complicar as coisas para Gerhardt Santos, por uma questão de fidelidade a acordos costurados, ainda em 1970, quando se deu sua indicação para vice-governador⁴⁰⁴. Assim, ao final das articulações para o Senado, duas candidaturas se mostravam mais prováveis: a do Deputado Federal Élcio Álvares e a do também deputado José Carlos da Fonseca, ambos vinculados a ala pessedista da Arena. Élcio possuía posição de maior independência; e Fonseca tinha fortes relações com o ex-governador Dias Lopes.

⁴⁰² JOGO bem disputado. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 12, p. 12, mar. 1974.

⁴⁰³ JOGO bem disputado. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 12, p. 12, mar. 1974.

⁴⁰⁴ SACRIFÍCIO por Arthur. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 12, p. 14, mar. 1974.

6.4. *A conturbada indicação de Élcio Álvares como Governador biônico e as eleições de 1974 no Espírito Santo*

“A Virtude está no meio”

Élcio Álvares

Simultaneamente, a partir de março⁴⁰⁵ do mesmo ano, iniciaram-se também as movimentações para a escolha dos novos governadores biônicos, que assumiriam os mandatos no ano de 1975. Isso tornou ainda mais tumultuado o processo de escolha dos candidatos para os vários outros cargos. O início das movimentações para o pleito coincide com a famigerada *Missão Portela*, o primeiro passo da política de *distensão gradual e segura* iniciada pelo recém-empossado Presidente Ernesto Geisel (1974-1979) em seus planos de abertura. Coube também à referida *Missão* o papel de fazer a triagem de candidatos a governadores, passando-se a adotar, doravante, o critério político para as novas indicações, diferentemente da opção anterior, que priorizou a escolha de técnicos para conduzir as políticas de desenvolvimento econômico nos estados, seguindo as diretrizes traçadas no plano nacional.

Em acordo firmado no mês de abril de 1974⁴⁰⁶, o Senador Petrônio Portella confiou ao Governador Arthur Carlos Gerhardt Santos a tarefa de fazer as conversas e sondagens iniciais com as principais lideranças do Estado com vistas à escolha do melhor nome para substituí-lo. E assim procedeu o Governador. No decorrer do mês de abril, se encontrou com os principais membros da Arena e, porque liberava poucas informações a respeito do tema, o cenário sucessório se mostrou bastante agitado e marcado por muitas especulações⁴⁰⁷.

Após várias conversas, tanto com as lideranças locais quanto com o Senador Petrônio Portella, foram sendo assegurados certos princípios para a sucessão capixaba. Decidiu-se por fixar que o nome escolhido não poderia ser hostil ao Governo, nem representar um total continuísmo. Nesse sentido, por conta dos contornos políticos que adquiria o regime militar, especialmente quando se observavam as circunstâncias do debate em torno da *abertura lenta e gradual*, e pela flexibilização das regras do Estado autoritário implantado a partir de 1964, o que se notava é que o regime optaria por um elemento originário da classe política.

Ademais, pelo fato de as ações governamentais iniciadas pelo Governo Arthur Gerhardt estarem em pleno curso, e a transição da estrutura agrária para a urbano-industrial se apresentar como algo irreversível naquelas circunstâncias, seria perfeitamente aceitável a escolha de uma

⁴⁰⁵ PORTELLA vem quinta coordenar a sucessão. *A Gazeta*, Vitória, p. 6, 21 abr. 1974.

⁴⁰⁶ O GOVERNADOR falou ontem da sucessão com Portella. *A Gazeta*, Vitória, p.3, 2 abr. 1974.

⁴⁰⁷ JÁ EXISTEM novos nomes. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 4 abr. 1974; OS NOVOS nomes da sucessão. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 5 abr. 1974; DEFINIÇÃO de nomes à sucessão. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 11 abr. 1974

liderança oriunda da classe política. Mas não se pode ignorar, por outro lado, que era prudente escolher um nome que fosse capaz e que se comprometesse em levar adiante o empreendimento econômico alinhavado durante a Gestão Gerhardt Santos (1971-1975).

Nesse ínterim, diversos nomes foram cogitados. O Governador tinha preferência por Marcus Viana, então Presidente do BNDE e que já havia sido cogitado, em 1970, para substituir Dias Lopes, o que representaria a manutenção, na direção do Estado, da segunda geração de formuladores técnicos cuja origem remonta aos Governos de Jones dos Santos Neves (1943-1945/1951-1954). Nessa mesma linhagem de políticos, apareciam também o então Presidente da Federação das Indústrias e filho do ex-governador, Jones dos Santos Neves Filho, bem como Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho (Cariê), filho do ex-governador Carlos Lindenberg (1947-1951/1959-1962)⁴⁰⁸.

No decorrer das movimentações, outros nomes foram aparecendo, tais como o de Carlito Von Schilgen (ex-PSD), o do então Senador João Calmon (ex-PSD) e o do ex-prefeito de Vitória (1967-1970) Setembrino Pelissari, todos três com fortes ligações com o ex-governador Christiano Dias Lopes, além do nome de José Carlos da Fonseca, que completou a lista de pessedistas e/ou herdeiros do PSD.

Do lado da antiga *Coligação Democrática*, se apresentaram como pleiteantes o então presidente da Assembleia Legislativa, Lúcio Merçon (ex-PRP), o Deputado Estadual José Moraes (ex-PSP), e Eurico Rezende (ex-UDN), histórico opositor do PSD e que se aproximara de Gerhardt Santos. Além desses, apresentaram-se alguns nomes que haviam composto fileiras da *Coligação*, mas que também estavam vinculados ao governo, como o também Deputado Estadual e então Presidente do Diretório Regional da Arena, Emir de Macedo Gomes (ex-PSP), homem de confiança de Gerhardt Santos; outro nome que aparecia com bastante força, sendo nova liderança da política capixaba, era o do então Prefeito de Vitória (1971-1975) Crisógono Teixeira da Cruz, figura também ligada ao Governo Arthur Carlos Gerhardt Santos.

Entre os elementos que, no período 1945-1964, militaram na oposição ao PSD, o nome de maior peso era sem dúvida o de Eurico Rezende que, no início das articulações, era o nome mais insinuado⁴⁰⁹, especialmente depois de ter inflado o seu prestígio ao colaborar com o governador Gerhardt Santos nos conflitos intra-Arena.

⁴⁰⁸ JOGO bem disputado. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 12, p. 10, mar. 1974.

⁴⁰⁹ JOGO bem disputado. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 12, p. 10, mar. 1974; OS NOVOS nomes da sucessão. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 5 abr. 1974.

Entre os elementos da nova geração de políticos, próximos de ex-pessedistas, caso nenhum dos favoritos fosse o escolhido, o Governo tinha preferência pelo então Prefeito de Vitória, Crisógono Cruz, liderança oriunda da alta classe empresarial capixaba, cuja administração à frente da Capital, Vitória, era muito bem avaliada, inclusive no que diz respeito à capacidade de articulação política⁴¹⁰.

Entre os nomes favoritos e refutados sondados pelo Governador, o próprio Arthur Gerhardt relembra o seguinte:

[...] o Petrônio Portella me pediu que eu fizesse uma pesquisa, entre deputados estaduais, deputados federais e senadores, e que cada qual indicasse dois nomes e eu fizesse um levantamento. E eu fiz. Deu empatado em primeiro lugar o [Crisógono] Cruz e o Eurico [Rezende] [...] Bom, o Eurico não podia ser porque naquela época os militares não aceitavam o Eurico. O Petrônio chegou a falar que ele ia ter que trabalhar quatro anos o nome do Eurico. Ele era muito amigo do Eurico, muito mesmo. Era companheiro de jogar baralho, de freqüentar a casa um do outro. E o Eurico era um parlamentar brilhante, ele não era mole não! E o Petrônio convenceu depois lá o Geisel a colocar ele líder do Governo e passou quatro anos como líder do Governo [...].⁴¹¹

É evidente que grande parte dos nomes apresentados não era viável politicamente. Durante o mês de abril, falava-se muito na existência de uma lista que continha quatro nomes tidos como favoritos, no caso Carlito Von Schilgen (ex-PSD), José Carlos da Fonseca (ex-PSD), João Calmon (ex-PSD) e Setembrino Pelissari (ex-UDN), sendo os quatro candidatos indicados por Christiano Dias Lopes, cuja apresentação veio acompanhada de uma lista contendo vinte assinaturas, com a preferência recaindo sobre Von Schilgen.⁴¹² Portanto, todos eles pertencentes à ala pessedista da Arena, com exceção de Pelissari, mas que de ex-udenista havia sido cooptado por Dias Lopes desde a indicação para a prefeitura da Capital em 1967 (vide capítulo IV).

Da outra corrente arenista, somando-se a esses quatro possíveis candidatos, havia uma quinta possibilidade que aparecia com bastante força, mesmo sendo nome hostilizado por parcela dos militares, no caso o Senador Eurico Rezende que, além de sutil aproximação do Governador Gerhardt Santos em contraponto à postura de Dias Lopes contrária ao Governo, possuía bastante capital político na esfera federal⁴¹³.

Nesse sentido, desde o início das articulações, vislumbrava-se a indicação eminentemente política, sem se contestar totalmente o perfil técnico. Em outras palavras, buscava-se um

⁴¹⁰ PREFEITO na lista. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 12, p. 10, mar. 1974.

⁴¹¹ SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt. **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento**. 2010. Entrevista concedida a Arlindo Villaschi Filho e Ednilson Silva Felipe, Vitória, 06 ago. 2010.

⁴¹² GOVERNADOR conhecido em breve. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 19 abr. 1974.

⁴¹³ OTIMISMO cerca o nome de Eurico. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 9 abr. 1974; SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt. **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento**. 2010. Entrevista concedida a Arlindo Villaschi Filho e Ednilson Silva Felipe, Vitória, 06 ago. 2010.

sucessor do meio político, mas que fosse capaz de reunir condições técnicas de dar continuidade ao projeto urbano-industrial iniciado por Dias Lopes e redirecionado por Gerhardt Santos⁴¹⁴. Sobre os cinco nomes mais cogitados, o articulista Rogério Medeiros esclarece acerca da posição do Governador:

[...] Não caiu de todo a lista dos quatro nomes figurados por Carlos Alberto Lindenberg Von Schilgen, José Carlos da Fonseca, João Calmon e Setembrino Pelissari. [...] Mas nesse mar onde os peixes se desconfiam e se escondem nas locas, o Sr. Arthur Carlos espera que o escolhido não seja uma figura de contestação ao seu comando-delegado, recebido do atual sistema, como também sabe que não há chance para continuísmo [...] As mentes se tumultuavam e fortaleceram [*sic*] a veia de desconfiança dos candidatos. O temido Senador Eurico Rezende conseguiu pousar com as suas pretensões e ganhar a lista, para somá-la ao prestígio formado na esfera do sistema dominante onde prestou serviços de qualidade e serviu a críticas da imprensa nacional.⁴¹⁵

Com base nessas considerações, nota-se que, diante das circunstâncias no plano nacional, marcado pela abertura política, o Governador Arthur Santos foi perdendo o controle sobre o processo sucessório, passando este a se definir pela classe política com grande apelo à *Missão Portella*, o que poderia jogar por água abaixo todo o caminho percorrido por seu governo em termos desenvolvimentistas e no que tange à recuperação da economia capixaba. Nesse sentido, a expectativa do Governador de indicar um técnico, em especial o Engenheiro e Presidente do BNDE, Marcus Viana, passava a se esvaír⁴¹⁶.

Expectativas à parte, tudo girava em torno da entrega dos nomes indicados pelo Governador, em interface com as principais lideranças arenistas do Estado, ao Senador e Presidente da Arena nacional, Petrônio Portella, que, em seguida, receberia o Governador Arthur Santos em Brasília para os últimos ajustes antes da divulgação do nome.

Todavia, apesar de Petrônio Portela não ter divulgado oficialmente a lista⁴¹⁷, o encontro com o Governador do Espírito Santo, ocorrido no dia 17 de abril de 1974, em vez de definir o quadro sucessório, acabou tumultuando-o ainda mais devido à lista que, segundo a imprensa, teria sido entregue ao Presidente Nacional da Arena. Nela, constariam dez nomes além dos quatro que apareceriam já naquela formulada por Dias Lopes (Von Schilgen, Fonseca, Calmon e Pelissari): o Senador Eurico Rezende, Emir de Macedo Gomes (Presidente da Arena Regional), Lúcio Merçon (Presidente da Assembleia Legislativa), Arquimedes Vivacqua e José Moraes (ex-deputados), Crisógono Teixeira da Cruz (Prefeito de Vitória), além de outro nome técnico, que era Hamilton Machado de Carvalho (então Secretário de Saúde de Gerhardt Santos)⁴¹⁸. Com

⁴¹⁴ MEDEIROS, Rogério. Sucessão e ficção. *A Gazeta*, Vitória, p.7, 7 abr. 1974.

⁴¹⁵ MEDEIROS, Rogério. Sucessão e ficção. *A Gazeta*, Vitória, p.7, 7 abr. 1974.

⁴¹⁶ MEDEIROS, Rogério. Sucessão e ficção. *A Gazeta*, Vitória, p.7, 7 abr. 1974.

⁴¹⁷ PORTELA acha exposição de Arthur objetiva. *A Gazeta*, Vitória, p.1, 18 abr. 1974.

⁴¹⁸ ARTHUR dá relação de sucessores à Portela. *A Gazeta*, Vitória, p.6, 17 abr. 1974.

exceção dos quatro candidatos recomendados por Dias Lopes, e de Eurico Rezende, nome com mais envergadura política, os demais foram aparecendo à revelia tanto de Dias Lopes quanto do Governador⁴¹⁹, o que acabava tumultuando excessivamente o processo.

Após a entrevista com Portella em Brasília, o Presidente da Arena viria ao Estado para dialogar com as forças políticas locais nos dias seguintes. Além dos nomes já apresentados, a partir do dia 19 de abril, portanto às vésperas da vinda de Portella ao Espírito Santo, começaram a vir à baila outros dois pleiteantes, tidos como azarões: um deles era o Deputado Federal Élcio Álvares⁴²⁰; o outro era o Secretário de Agricultura do Governo Arthur Santos, Ivan Shalders, tido como o “[...] único nome técnico viável para o momento, considerando a sua participação numa das maiores metas do Governo Federal, os corredores de exportação [...]”⁴²¹.

O nome de Shalders aparecia com força pelo fato de ter participado de toda a elaboração da política dos *Corredores de Exportação* do Espírito Santo, com a produção agrícola de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Por conta disso, o Secretário de Agricultura do Espírito Santo estabeleceu fortes relações com Alysson Paulinelli, então Ministro da Agricultura do Governo Geisel (1975-1979) e que ocupara a pasta de Agricultura do Governo de Minas Gerais por ocasião da elaboração do projeto de *corredor de exportação*. Essas relações, portanto, favoreciam a indicação do seu nome.

As especulações se avolumaram nos dias finais do mês de abril⁴²², especialmente diante das expectativas quanto à chegada de Petrônio Portella ao Estado, marcada para o dia 25 do mesmo mês. Com a indicação de diversos nomes, a vinda de Portella teria a intenção de buscar, entre os indicados, aquele que fosse capaz de unir o partido e satisfazer as várias correntes da Arena, e que, ao mesmo tempo, tivesse certo respaldo eleitoral, especialmente quando levamos em consideração o processo de abertura que se desenhava. Nesse sentido, o ideal seria que a lista contasse com apenas três nomes, entre os vários indicados, para a decisão final do Presidente da República, caso parecido ao que ocorrera no Rio Grande do Sul no mesmo ano, quando fora escolhido Sinval Gazzelli⁴²³.

O Senador finalmente chegou ao Estado, no dia 25 de abril, e, após diversas especulações, com o ápice de 15 candidatos mencionados, dois pleiteantes eram apontados pela imprensa e pela classe

⁴¹⁹ GOVERNADOR conhecido em breve. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 19 abr. 1974.

⁴²⁰ OS nomes cogitados para o Governo. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 18 abr. 1974.

⁴²¹ UM azarão no páreo de Governador. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 20 abr. 1974.

⁴²² OUTRO nome notado na sucessão. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 21 abr. 1974; PORTELA vem quinta coordenar a sucessão. *A Gazeta*, Vitória, p. 6, 21 abr. 1974.

⁴²³ PORTELA vem quinta coordenar a sucessão. *A Gazeta*, Vitória, p. 6, 21 abr. 1974.

política em geral como favoritos: do lado arenista composto por ex-pessedistas, tínhamos o Deputado Federal José Carlos da Fonseca; e, das demais correntes da Arena, despontava o Senador Eurico Rezende⁴²⁴.

Fonseca, embora com carreira ascendente, tinha ainda pouca envergadura política para ocupar o mais alto posto da política capixaba. Já Rezende, apesar de possuir longa carreira política – tendo sido, inclusive, candidato a Governador, em 1958, e Senador eleito, em 1962 e 1970 – além de gozar de bastante prestígio na esfera federal, desagradava os setores majoritários do partido no plano regional, especialmente a parcela urbano-industrial do antigo PSD, à qual esteve em oposição no período 1945-1964. Além do mais, desagradava também setores das Forças Armadas. Desse modo, o quadro permanecia bastante indefinido. Sobre o favoritismo dos dois últimos mencionados e as estratégias dos demais concorrentes, o Jornal *A Gazeta* do dia 25 de abril trazia o seguinte:

[...] A preferência atribuída ao Senador Eurico Rezende e ao Deputado José Carlos da Fonseca merecia alguns reparos, contra os desejos deles e nas articulações de ontem. O Senador se esforçava para atingir um consenso capaz de tranquilizar o seu amigo Petrônio Portella, para não ficar constrangido no momento de indicá-lo; e o deputado José Carlos da Fonseca para manter a integridade da lista como garantia da sua preferência. Ao lado disso, há a tentativa dos deputados estaduais candidatos Lúcio Merçon, Emir de Macedo Gomes e Setembrino Pelissari em reunir os deputados estaduais para indicar somente o nome deles a Petrônio e ganhar a preferência, situação da qual espera se beneficiar o Sr. Lúcio Merçon, que seria patrocinado pelo vice-governador [...].⁴²⁵

Portanto, além da disputa entre um elemento ligado às antigas forças pessedistas e outro à antiga UDN, havia outra disputa, a da esfera nacional contra a estadual. Na passagem seguinte, a mesma matéria apontava para a permanência do impasse e já cogitava a possibilidade de indicação de um *tércio*:

Por fim, à moda Gazzelli, no Rio Grande do Sul, pode surgir o nome do Deputado Federal Élcio Álvares, caso haja impasse ou desarticulação nas listas. A iniciativa poderia vir do próprio Petrônio Portella, e receberia a benção da facção favorável ao Senador Eurico Rezende.⁴²⁶

Diante do fragmento acima, bem como das articulações e movimentações dos principais atores no processo sucessório, firma-se a convicção de que, naquele momento, houve um acerto entre Eurico Rezende e Élcio Álvares, apesar de sempre terem percorrido caminhos diferentes dentro do processo político capixaba, com o endosso e intermediação de Petrônio Portella, para que, caso se mantivesse o impasse em torno dos dois nomes favoritos, Élcio servisse como o *tércio* no

⁴²⁴ AGORA a reta final. *A Gazeta*, Vitória, p. 6, 24 abr. 1974; O ÚLTIMO clichê da sucessão. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 25 abr. 1974; PRESIDENTE da Arena chega a tarde e define quem sucede Arthur Carlos. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 25 abr. 1974

⁴²⁵ O ÚLTIMO clichê da sucessão. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 25 abr. 1974.

⁴²⁶ O ÚLTIMO clichê da sucessão. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 25 abr. 1974.

pleito de 1974. Em troca, daria o apoio a Eurico para este ascender ao cargo de Governador no ano de 1978. Uma nota veiculada em *A Gazeta*, no dia 26 de abril, um dia depois da visita de Portela, reforça essa ideia:

O Senador Eurico Rezende, considerado como virtual escolhido até um dia antes da chegada do Sr. Portela, teve sua candidatura esvaziada, surgindo em seu lugar, por manobras do grupo ligado ao próprio Sr. Rezende, a candidatura do Deputado Elcio Álvares, este que se apresenta como uma opção para unir o Diretório e a Arena⁴²⁷.

Quanto à visita de Portela ao Estado, este submeteu a lista que recebera com os 15 nomes a 41 lideranças arenistas locais. Pelo critério adotado, cada um deles votaria em três, sem garantias de que o mais votado seria o escolhido. Um candidato obter menor votação não implicaria, necessariamente, a sua desclassificação, disse Portella, desde que conseguisse o consenso das lideranças significativas do Estado⁴²⁸. Em rápida entrevista à imprensa, na sede da Assembleia Legislativa, Portella afirmou que a escolha

[...] [devia] ser feita tomando-se por base se o candidato reúne melhores conhecimentos da situação do Estado e tenha condições de comandar a política, mediante o poder de liderança no seio da equipe que irá dirigir e do partido ao qual está filiado, onde, obrigatoriamente precisará ter boa receptividade entre os companheiros [...].⁴²⁹

Além disso, segundo *A Gazeta* em editorial, com a visita e as declarações de Portela, sobressaíam-se

[...] as exigências básicas já de si capazes de permitir uma figuração ideal para um candidato adequado aos pontos em que o governo federal norteia o processo sucessório: fidelidade aos princípios da revolução, idade compatível com a dinâmica exigida, popularidade, militância política sem arestas e notória capacidade de somar politicamente em favor do melhor desempenho da administração pública [...].⁴³⁰

Além desses atributos, o mesmo editorial, se colocando como representante da opinião pública capixaba, bem como do Governo Arthur Gerhardt e dos setores urbano-industriais emergentes, e falando diretamente ao Senador Portella, faz referência ao anseio de manter o Estado no mesmo caminho que vinha percorrendo em termos desenvolvimentistas:

Como se vê, analisando o correto comportamento do Senador Petrônio Portella a termo da elevada missão que lhe confiou o Presidente da República, a opinião pública capixaba não lhe faz grandes exigências [...] só acrescentando à reivindicação regional a necessidade de que exponha, ao Presidente da República, as preocupações espírito-santenses, quanto ao efetivo ingresso e permanência deste Estado na atmosfera do desenvolvimento brasileiro.⁴³¹

⁴²⁷ SUCESSÃO: Portela leva 15 nomes para o Governo. *A Gazeta*, Vitória, P. 5, 26 abr. 1974.

⁴²⁸ PORTELLA leva 15 nomes para escolher sucessor de Arthur. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 26 abr. 1974.

⁴²⁹ PORTELLA leva 15 nomes para escolher sucessor de Arthur. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 26 abr. 1974.

⁴³⁰ REIVINDICAÇÃO a Portela. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 26 abr. 1974.

⁴³¹ REIVINDICAÇÃO a Portela. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 26 abr. 1974.

O veículo de comunicação do Governo deixava transparecer o posicionamento de que o indicado deveria ser alguém comprometido em manter o Estado no curso do desenvolvimento. Já a posição de Petrônio Portella sinalizava para a busca do equilíbrio intrapartidário, o que fortalecia a possibilidade de indicação de um *tércio*, que naquele momento era Élcio Álvares, uma vez que ele circulava relativamente bem em grande parte dos espaços da Arena, fosse na parcela composta por antigos pessedistas, com exceção do seu desafeto Christiano Dias Lopes, fosse na integrada por elementos das várias agremiações que compunham a antiga *Coligação Democrática*, inclusive a antiga UDN de Eurico Rezende. Interessante lembrar que Élcio havia feito, até então, a defesa do nome de Eurico e guardava certo silêncio tático quanto à possibilidade de seu nome vir à baila⁴³².

Por outro lado, como já salientado, Álvares possuía grande capilaridade, adquirida no trabalho de formação de Diretórios Municipais da Arena, no contexto em que foi suplente e depois também já como deputado federal. Apesar de inicialmente não ter trabalhado sua candidatura, uma vez que não despontava como uma liderança de primeira linha na Arena, Élcio passou a agregar importantes apoios dentro do partido governista, em especial o do vice-governador Henrique Pretti, o do Presidente do Diretório Regional da Arena, Emir de Macedo Gomes, e também o do Deputado Estadual Gerson Camata, que naquele momento ascendia à condição de político de peso no seio arenista⁴³³.

Nessa circunstância, tanto Fonseca quanto Eurico Rezende, os favoritos até um dia antes da chegada de Portella ao Estado, tiveram suas candidaturas enfraquecidas⁴³⁴, embora ainda aparecessem no páreo, inclusive nas declarações de Portella quando retornou a Brasília⁴³⁵. Após muitas especulações e movimentações de todos os tipos, ao final, o Presidente Ernesto Geisel, em contato com o Senador Petrônio Portella, comunicou, no dia 6 de junho de 1974, a decisão pelo nome do *tércio* Élcio Álvares. Esse desfecho foi apelidado de *Solução Guazzelli*, dada a semelhança com a indicação do Governador gaúcho, também com o objetivo de minimizar o impasse no interior da Arena.⁴³⁶

Sobre a indicação de Élcio como uma solução criada pelo impasse entre Eurico Rezende e José Carlos da Fonseca, a Revista *Espírito Santo Agora* é bastante esclarecedora, quando afirma que

A sucessão estadual mereceu grande atenção, não somente dos políticos nela diretamente envolvidos, mas também da imprensa local e do povo que, embora

⁴³² O SILÊNCIO. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 28 abr. 1974.

⁴³³ NOMES indicados. *A Gazeta*, Vitória, p. 6, 27 abr. 1974.

⁴³⁴ A BOLSA da sucessão, com Élcio. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 30 abr. 1974.

⁴³⁵ FONSECA, Rezende e Cruz são favoritos. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 27 abr. 1974.

⁴³⁶ ESTE é o homem. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 14, p. 22, ago. 1974.

passivamente, não deixou de acompanhar com viva curiosidade as várias e controvertidas declarações de cada político [...] sobre quem seria o escolhido para ocupar a governadoria do Espírito Santo. Por fim coube a escolha do Deputado Federal Élcio Álvares, como candidato de conciliação da Arena, para concorrer, em pleito indireto, no dia três de outubro, à sucessão do Governador Arthur Carlos⁴³⁷.

Após ter sido escolhido, Élcio, que estava em Brasília, retornou ao Estado no mesmo dia da escolha. Diante de cerca de quatro mil pessoas que o aguardavam no Aeroporto, fez a seguinte declaração, na qual sinalizava a manutenção do projeto de desenvolvimento:

Neste instante tão importante para a minha vida, em que piso o solo capixaba, depois de ter sido distinguido pela confiança do Presidente Ernesto Geisel, a minha primeira palavra é de confiança nos destinos do nosso Estado. A minha primeira palavra é de saudação a todos os capixabas que aqui mourejam e aqui trabalham em favor do desenvolvimento. Quero dizer aos senhores, neste instante, que sou profundamente grato a todas as forças políticas do Espírito Santo que me concederam consenso para governar este Estado. E quero dizer também publicamente que no futuro governo serei um continuador da obra magnífica de Artur [sic] Carlos Gerhardt Santos, que foi realmente um governador voltado para nosso desenvolvimento [...]⁴³⁸

A escolha do vice, como de praxe, caberia ao Governador eleito, e Álvares não abriu mão da prerrogativa, como o fizera Gerhardt Santos em 1970. Tendo em vista a aproximação com a parcela da Arena comandada por seu desafeto, Christiano Dias Lopes, referendou o nome de Carlos Alberto Lindenberg Von Schilgen (ex-PSD). Os nomes de Élcio e Carlito Von Schilgen foram finalmente oficializados na reunião do Diretório Regional da Arena, no dia 12 de julho de 1974, quando receberam 26 votos dos 26 membros presentes⁴³⁹.

Com a escolha, apesar da indicação de um nome eminentemente político, mantinha-se a parcela desenvolvimentista do antigo PSD no poder, uma vez que Élcio, ex-membro da *Ala Moça* daquele partido, durante as negociações, se comprometeu a dar continuidade à instalação dos *Grandes Projetos de Impacto*, política iniciada por seu antecessor. Os nomes de Élcio e Von Schilgen passariam pelo crivo da Assembleia Legislativa – doravante cumprindo o papel de Colégio Eleitoral –, no dia 3 de outubro de 1974. E ocorreu o esperado, uma vez que Élcio e Carlito obtiveram os 15 (quinze) votos da bancada arenista. No pleito, houve 4 abstenções⁴⁴⁰. Dois emedebistas não compareceram à sessão, repetindo o mesmo comportamento dos pleitos indiretos anteriores⁴⁴¹.

⁴³⁷ ESTE é o homem. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 14, p. 22, ago. 1974.

⁴³⁸ ESTE é o homem. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 14-15, p. 22, ago. 1974.

⁴³⁹ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fl. 127-128.

⁴⁴⁰ ÉLCIO e Carlito eleitos pela AL. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 4 out. 1974; ÉLCIO Álvares eleito Governador do Estado. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 4 out. 1974.

⁴⁴¹ LEGITIMIDADE democrática. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 3 out. 1974; GOVERNADOR e vice são eleitos hoje. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 26 out. 1974.

O editorial da revista *Espírito Santo Agora* dos meses de julho/agosto de 1974 nos revela o desgaste que representou o quadro sucessório daquele ano:

Nunca, ao longo de toda a sua história, o Espírito Santo enfrentou um desgaste tão grande para encaminhar o processo sucessório em sua administração, como ocorreu desta vez. O Estado parou. A vida dos negócios passou a ser dirigida por uma incrível central de boatos que, a cada dia, formigava as notícias desencontradas, provocando adiamentos, desencontros e até mesmo alguns infartes. [...] Foram 51 dias sofridos para o capixaba e quase desastrosos para o Espírito Santo [...]⁴⁴².

É evidente que parte desse alvoroço verificado no processo sucessório deveu-se à restauração relativa de um ambiente propício à atuação política, que as movimentações em torno da abertura iniciada pelo governo Geisel estavam dando conta de restaurar, após vários anos de restrição, decorrentes do AI-5. Quando se observa o modo como foi realizada a escolha do Governador que substituiria Gerhardt Santos, se depreende, sem dúvida, que a classe política, naquele ano de 1974, saiu prestigiada, reconquistando o direito a aspirações políticas maiores.

Em relação aos demais cargos em disputa, o impasse permaneceu até a homologação das candidaturas, ocorrida em julho de 1974. Diante da escolha de Élcio para o Governo, a vaga para disputar o Senado, que seria dele, passou para José Carlos da Fonseca. Para a Câmara Federal, seguindo a Resolução 9.610 de junho de 1974, no seu Artigo 9º, concorreriam os já Deputados José Parente Frota (ex-PSD), José Tasso de Oliveira de Andrade e Oswaldo Zanello (ex-PRP), considerados candidatos natos⁴⁴³. Além desses três, a Arena lançou outros nove nomes: Gerson Camata – figura próxima a Élcio e que adquirira bastante prestígio no pleito para Governador –, Alcino Santos (ex-PSD) – veterano na política capixaba –, Namyr Carlos de Souza, Antônio José Miguel Feu Rosa (ex-UDN), Verdeval Ferreira da Silva (ex-PSD), Natanael Ramos, Henrique Pretti (ex-PSD e vice-governador) – que abriu mão de sua candidatura ao Senado –, Roberto Vivácqua Vieira (ex-PSP) e Moacyr Dalla (ex-UDN)⁴⁴⁴. Nota-se, pela composição da chapa, que mais uma vez se buscou contemplar as mais diversas facções do partido, visando minimizar os atritos. Fechando as indicações, para a Assembleia Legislativa foram lançados 41 (quarenta e um) candidatos ao todo, sendo 10 (dez) deputados em exercício⁴⁴⁵, seguindo também o Artigo 9º da referida Resolução Nº 9.610.

⁴⁴² CARTA do Editor. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 14, p. 3, jul/ago. 1974.

⁴⁴³ TRIBUNAL Superior Eleitoral. **Resolução Nº 9.610 de 20 de junho de 1974**. Disponível em: <www.tse.gov.br/sadJudLegislacao/pesquisa/actionBRSGetBin.do?>. Acesso em: 23 mai. 2012.

⁴⁴⁴ Livro de atas das Convenções Regionais. 1969-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1969-1979, fl. 17-21.

⁴⁴⁵ Os deputados em exercício que voltaram a se candidatar foram os seguintes: Setembrino Pelissari (ex-UDN), João Manoel Meneguelli, Walter de Prá, Emir de Macedo Gomes (ex-PSP), Pedro Leal (ex-PSD), Antônio Jacques Soares (ex-PSD), José Luiz Claudio Corrêa, Dercílio Gomes de Albuquerque, Lucio Merçon (ex-PRP) e Honório Regiani.

Por fim, em relação à correlação de forças no interior da Arena, as movimentações para a indicação do novo Governador e demais cargos não só mantiveram, de fato, até acentuaram as divergências internas. Eurico Rezende, por exemplo, se sentiu prejudicado pelo fato de não ter alcançado o consenso em torno do seu nome, apesar do papel fundamental exercido por seu grupo na indicação do *tércio*. O grupo de Christiano Dias Lopes, embora tenha sido agraciado com a indicação do vice-governador e do candidato ao Senado – respectivamente, Carlito Von Schilgen e José Carlos da Fonseca –, não se sentiu de todo contemplado, uma vez que almejava retornar à chefia do executivo estadual com Fonseca.

Quanto ao MDB, passada a fase de composição do seu novo Diretório e Comissão Executiva, no final de 1973, o partido iniciou as suas movimentações com vistas ao pleito de 1974. Para o Senado, lançou um dos nomes de maior envergadura do partido: Dirceu Cardoso – ex-prefeito de Muqui-ES, ex-deputado federal por quatro mandatos (1959-1963/ 1963-1967/1967-1971 1971-1975) e um dos poucos pessedistas que permaneceram no partido –, tendo o ex-petebista Berredo de Menezes como candidato à suplência.

Em relação aos candidatos que concorreriam ao pleito para a Câmara Federal, em 1974, o MDB lançou 8 (oito) nomes: Argilano Dario (ex-PTB), Pedro Maia de Carvalho, Aloízio Santos, Humberto Pinheiro Vasconcelos, Arnaldo Pratti, Tranquilo Dias, Meroveu Pereira Cardoso, Mario Alves Moreira. Como se pode observar, com exceção de Dario e Dirceu Cardoso, os nomes apresentados possuíam bem menos envergadura política se comparados aos da Arena, compreendendo, a maioria, novas lideranças políticas estaduais. Para a Assembleia Legislativa, a chapa montada pelo MDB foi composta por 41(quarenta e um) candidatos, sendo que 4 (quatro) eram candidatos natos⁴⁴⁶, pois já ocupavam o posto de deputado estadual, conforme o Artigo 9º da Resolução Nº 9.610 de 20 de junho de 1974.

6.5. Resultados Eleitorais de 1974 e as especificidades do Espírito Santo

O processo eleitoral de 1974, no Espírito Santo, se mostrou mais uma vez amplamente favorável à Arena, embora se observe um leve crescimento do MDB. A maior surpresa se deu nas eleições para o Senado, em que o candidato emedebista, Dirceu Cardoso, obteve vitória, apesar de apertada, com 213.038 votos válidos, o que representava 51,78% dos votos válidos, contra 198.366 (48,21%) do seu concorrente, José Carlos da Fonseca, tal como representado no quadro abaixo.

⁴⁴⁶ Eram eles: Américo Bernardes da Silveira, Carlos Alberto Cunha, Luiz Batista e Oséas Nascimento (ex-UDN).

Tabela 57 – Resultado das eleições para o Senado - 1974

Candidato	Partido de origem	Partido	Nº de Votos	(%)
José Carlos da Fonseca	PSD	Arena	198.366	48,21
Dirceu Cardoso	PSD	MDB	213.038	51,79
Total de Votos Válidos			411.404	100

Fonte: TRE-ES

Na Câmara Federal, a Arena permaneceu soberana. Obteve 5 (cinco) das 8 (oito) cadeiras disponíveis, mantendo o mesmo desempenho do pleito de 1970 e uma a menos em relação a 1966, quando conquistou 6 (seis) vagas: foram reeleitos José Parente Frota (ex-PSD) e Oswaldo Zanello (ex-PRP). Além desses dois, elegeram-se, também, os ex-deputados estaduais Gerson Camata, e Moacyr Dalla (ex-UDN), bem como o vice-governador Henrique Pretti (ex-PSD). Contando com Camata – que não participou do PSD, mas tinha ligações familiares e políticas com a sigla –, pode-se observar que a bancada capixaba na Câmara Federal permaneceu com maioria pessedista.

Já o MDB, se destacou com o candidato Argilano Dario (ex-PTB), que foi o mais votado, ao obter 44.767 votos, o que representou 5,5% do total. Além de ter reeleito Dario, o *dono* do partido no Espírito Santo, a sigla obteve outras 2 (duas) cadeiras, com Mario Moreira Alves e Aloízio Santos, duas jovens lideranças, totalizando 3 (três) vagas. Os números do pleito seguem na tabela abaixo.

Tabela 58 – Resultados das eleições para Deputado Federal – 1974.

Candidatos	Partido de origem	Partido	Nº de votos	Votos Válidos (%)
Argilano Dario	PTB	MDB	44.767	5,84
Gerson Camata	n.i.	ARENA	33.814	4,41
Mario Alves Moreira	n.i	MDB	27.948	3,64
Moacyr Dalla	UDN	ARENA	24.004	3,13
José Parente Frota	PSD	ARENA	21.178	2,76
Henrique Pretti	PSD	ARENA	20.652	2,69
Oswaldo Zanello	PRP	ARENA	19.894	2,59
Aloízio Santos	n.i	MDB	19.039	2,48
Candidatos Eleitos			211.296	27,55
Candidatos não eleitos			545.433	71,15
Total de Votos Válidos			766.523	100

Fonte: TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo)

*n.i.: não identificado

Quanto ao pleito para o Legislativo Estadual, os resultados também foram favoráveis à Arena, apesar de ter havido um leve crescimento do MDB. Concorrendo a 24 (vinte quatro) vagas e não

21 (vinte e uma) como nas eleições de 1970, a Arena conquistou 15 (quinze), o que correspondia a 62,5% do total, contra 9 (nove) vagas, ou 37,5%, conquistadas pelo MDB.

Tabela 59 – Quantidade de candidatos eleitos por Arena e MDB nas eleições para a Assembleia Legislativa - 1974

Partido e quantidade de cadeiras conquistadas		Partidos de Origem							n.i.*
		PSD	UDN	PSP	PTB	PRP	PDC	PR	
Arena	15	3	2	2	-	1	-	-	7
MDB	9	-	-	1	2	-	-	-	6
Total	24	3	2	3	2	1	-	-	13

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TRE-ES

*n.i.: não identificado

Na Assembleia Legislativa, apesar de que ainda permanecessem muitas lideranças oriundas das antigas siglas do período 1945-1964, os velhos caciques partidários começaram a perder espaço para novas lideranças que adquiriam envergadura política. Como pode ser visualizado, 13 (treze) dos 24 (quinze) deputados não possuíam vinculações partidárias anteriores ao Golpe de 1964, sendo a maioria recém-ingressantes na carreira política.

Já na Câmara Federal, a renovação foi menor, o que pode ser considerado normal, dada a importância de um cargo nacional, que acaba atraindo os atores com carreira política mais longínqua. Muitos eram novos na Câmara, mas veteranos em termos regionais. Gerson Camata, então com 32 anos, já havia exercido mandato de vereador e deputado estadual; Moacyr Dalla (ex-UDN) vinha de três mandatos de deputado estadual e Henrique Pretti (ex-PSD), de vice-governador na Gestão Gerhardt Santos (1971-1975). Os demais arenistas eleitos, Parente Frota (ex-PSD) e Oswaldo Zanello (ex-PRP), se reelegeram deputados. Quanto aos emedebistas, o único veterano era Argilano Dario, reeleito deputado pela terceira vez. Aloízio Santos e Mario Alves Moreira eram novos na política regional.

No intuito de melhor estabelecer uma conclusão ao presente tópico, é importante fazer uma ressalva em relação ao relativo crescimento do MDB. Uma análise panorâmica, fria e superficial dos dados pode induzir ao erro de considerá-los como sendo a reprodução do que ocorrera no plano nacional, especialmente no Senado.

O fato de o MDB ter vencido para a Câmara Alta não significa dizer que o pleito no Espírito Santo possa ser enquadrado na qualificação *protesto nacional*. Sobre a vitória de Dirceu Cardoso, bem como a respeito dos resultados eleitorais de 1974, as palavras do articulista da *Revista Espírito Santo Agora*, Rogério Medeiros, são esclarecedoras:

Um inesperado pé de vento político rompeu os cordões de isolamento que garantiam a tranquilidade do desfile das urnas de 15 de novembro, dentro do tradicional esquema de um MDB feito para colorir a festa da Arena. Num explodido entusiasmo do

pluripartidarismo do passado, a torcida adversária vazou pelas rachaduras das dissensões internas do bloco favorito e escorou a cambaleante passeata da Velha raposa Dirceu Cardoso. Fonseca, que mesmo eleito não seria o mais jovem senador do país, num elementar e demagógico raciocínio da Arena para comover o ufanismo dos eleitores, ficou para trás, como viera nos comícios, pois o mais interessado em sua eleição talvez fosse o próprio governador eleito Élcio Álvares.⁴⁴⁷

A perspicaz análise do referido jornalista não deixa dúvidas quanto às principais variáveis que possam explicar a vitória do candidato emedebista para o Senado Federal, que ocorreu muito mais pela divisão da Arena do que pelo mérito emedebista ou conjuntura política de protesto. Além disso, importante salientar que o apoio de amplos setores arenistas à candidatura de Dirceu Cardoso para o Senado deveu-se ao fato de o mesmo ter sido importante liderança política do extinto PSD, sendo figura ligada ao ex-governador Carlos Lindenberg, tendo sido conduzido ao MDB por força deste, inclusive (vide capítulo III).

Vale lembrar que, sempre pelo antigo PSD, Cardoso fora Prefeito de Muqui, sul do Espírito Santo, eleito deputado estadual em 1950 e 1954 e, a seguir, eleito novamente Prefeito de Muqui em 1958, vencendo também as eleições para deputado federal em 1962 e 1966, neste último caso já filiado ao MDB. Portanto, era uma figura mais próxima a lideranças da Arena do que o próprio Fonseca, que, enquanto ex-membro da *Ala Moça* do antigo PSD, e próximo de Dias Lopes, representava uma ainda jovem liderança da política capixaba.

A matéria de *Espírito Santo Agora* se completa, afirmando o seguinte:

A vitória do Deputado Federal Dirceu Cardoso para o Senado não se enquadrar na qualificação de “protesto nacional” que pode ser creditada para a eleição de senadores de outros estados. [...] Sua vitória dependeu da ajuda de arenistas do interior do Estado, que preferiram acompanhar Dirceu como uma forma de protestar contra a divisão territorial da Arena. Os refratários chegaram depois para pegar a garupa da candidatura de protesto. Mesmo os arenistas se aproveitaram dela, para salvar focos eleitorais em suas regiões, ameaçados de adotarem também os candidatos da oposição aos outros cargos, por extensão de benefícios eleitorais. Essa associação de desinteresses beneficiou Dirceu Cardoso.⁴⁴⁸

O fragmento deixa transparecer algo que já havíamos sinalizado: a influência do pleito municipal de 1972. Nos municípios em que houve forte polarização entre elementos do antigo PSD e membros da antiga *Coligação Democrática*, o voto arenista se dividiria entre Dirceu e Fonseca. Como exemplo, podemos mencionar a disputa no município de Colatina, uma das principais cidades do norte do Estado. Nela, o então recém-indicado Governador Élcio Álvares manteve laços com o Prefeito eleito em 1972, Paulo Stefenoni, em detrimento do Deputado Moacyr Dalla (ex-UDN), que havia apoiado o candidato Raul Gilberti (ex-PSP) como Prefeito de Colatina, no mesmo ano, e que cortava fileiras oposicionistas na Arena local. Por isso, no pleito de 1974,

⁴⁴⁷ UM pé de vento político. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano IV, nº 16, p. 6, fev. 1975.

⁴⁴⁸ UM pé de vento político. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano IV, nº 16, p. 6, fev. 1975.

Dalla e Gilberti, mesmo sendo membros da Arena, apoiaram ostensivamente a candidatura do emedebista Dirceu Cardoso, resultando na vitória do nome oposicionista⁴⁴⁹. Tal situação é confirmada pelo estudo do Professor Ademar Martins (1976, p. 195-196), quando argumenta o seguinte:

[...] qual a explicação para a votação do candidato ao Senado pelo MDB (213.038 votos) e a baixa votação da legenda estadual do seu partido (151.403 votos), ou seja, a diferença de 61.635 votos? [...]. Se o eleitorado queria protestar, ou demonstrar sua insatisfação com os governos, por que não votou – por completo – nos candidatos do MDB? Para muitos observadores, alguns chefes políticos da Arena votaram no candidato do MDB para contrariar o futuro governador, ou para demonstrar sua insatisfação com os rumos políticos do estado. É possível que todos estejam certos. O fato inegável, é que muitos municípios do interior mostraram resultados surpreendentes. Por exemplo, no Município de São Gabriel da Palha, no norte do estado, onde o MDB não possuía sequer um Diretório Municipal ou Distrital e nem um vereador; onde a Arena havia obtido nas eleições de 1970 cerca de 80% da votação; onde o Prefeito é da Arena e toda a Câmara Municipal; o candidato a Senador do MDB venceu por 3.503 votos contra 2.527. [...] No Município de Colatina, um dos maiores colégios eleitorais do Estado os resultados foram espantosos. A legenda federal da Arena obteve 22.291 contra 2.128 do MDB, ou seja, 91,33% da votação. Por incrível que pareça o candidato a Senador do MDB venceu em Colatina por 14.250 contra 11.716. (MARTINS, 1976, p. 195-196).

Casos como esses ocorreram em diversos outros municípios em que a disputa entre os próprios membros da Arena era muito acirrada, favorecendo grandemente a campanha Dirceu Cardoso do MDB.

6.6. O Governo Élcio Álvares e a manutenção da plataforma ideal na implantação dos Grandes Projetos (1975-1979)

Élcio Álvares assumiu o Governo do Estado no dia 15 de março de 1975, após ter sido indicado pela Arena e referendado pelo Legislativo Estadual, como resultado da conciliação entre seus dois principais grupos políticos – era ex-PSD e ex-UDN. Tal movimentação acarretou compromissos com ambos os grupos. Com as parcelas do antigo PSD urbano-industrial, no comando do Governo desde Christiano Dias Lopes e cuja continuidade já se expressara no Governo Arthur Carlos Gerhardt Santos, Élcio estabeleceu o compromisso de dar sequência ao programa de desenvolvimento.

Nesse sentido, já no desembarque em Vitória, após ter sido escolhido, sinalizou a continuidade do projeto de desenvolvimento, iniciado nas Gestões Dias Lopes e Arthur Carlos Gerhardt (vide tópicos anteriores). Nesse mesmo contexto, vários industriais e empresários prestaram declarações à imprensa acerca da escolha, o que revela os acordos firmados e alinhamentos

⁴⁴⁹ ANAIS da Câmara dos Deputados. Dep. WALTER de Prá, DCD 19/03/1981. p. 765.

quanto à manutenção do rumo desenvolvimentista dos governos anteriores. Um deles foi Otacílio Coser⁴⁵⁰, que assim se referiu ao novo Governador:

Élcio sempre dizia quando moço - então membro da ala jovem do PSD e discípulo de Jones dos Santos Neves - que chegaria algum dia ao Governo do Estado, o que agora se torna realidade. [...] Compete a todos os empresários capixabas colaborar com esse Governo, pois as empresas são as molas mestras do Estado. Do mesmo modo devem proceder políticos e povo.⁴⁵¹

Na mesma direção se manifestou outro importante empresário, Jonice Tristão⁴⁵², que se declarou confiante “[...] e certo de que o Governador escolhido aplica[ria] toda a capacidade nele reconhecida para uma eficaz gestão, tanto no que concerne ao desenvolvimento do Estado como para a união e harmonia da Arena no Espírito Santo [...]”.⁴⁵³ E manifestações semelhantes partiram de outras lideranças empresariais, como Jair Coser e Manoel Ferreira, do ramo de exportações, José Geraldo Cheim, e também Jones dos Santos Neves Filho, então Presidente da Federação das Indústrias. Esses empresários revelaram acreditar que Élcio daria continuidade “[...] ao excelente trabalho do Governador Arthur Carlos [...]”, não restando dúvidas de que teria “[...] muitas preocupações com obras infraestruturais de que o Estado mais necessita, em circunstância do surgimento do Centro Industrial da Grande Vitória [...]”⁴⁵⁴. Jones dos Santos Neves Filho, em telegrama enviado ao Governador eleito, manifestou, “[...] em nome da classe industrial, contínua determinação em prosseguir colaborando com o Governo do Estado, sentindo nosso crescente desenvolvimento econômico [...]”⁴⁵⁵.

Manifestação muito parecida partiu do Presidente da Federação do Comércio, Antônio de Oliveira Santos, quando afirmou que a indicação de Élcio propiciaria “[...] uma continuidade no processo de desenvolvimento do Estado, pelas suas ligações com os organismos de poder central, que podem oferecer muita colaboração ao esforço do nosso Estado [...]”⁴⁵⁶

Nota-se, com os fragmentos acima, a afinção entre os discursos de Élcio e da classe empresarial capixaba, especialmente aquela reunida na Federação das Indústrias, quanto à manutenção do

⁴⁵⁰ Fundador e proprietário do Grupo Coimex, que reúne diversas empresas atuantes nos mais diversos ramos da economia. Entre elas, destacam-se Coimex Consórcios, Coimex Capital, Cisa Trading, Companhia Energética Petrolina, Rodosol, entre várias outras.

⁴⁵¹ EMPRESÁRIOS satisfeitos. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 14, p. 23, ago. 1974.

⁴⁵² Proprietário do Grupo Tristão, que reúne empresas dos mais diversos ramos. As empresas Tristão, com 70 anos de existência, tiveram um começo modesto, na cidade de Afonso Cláudio, no interior do Estado do Espírito Santo, onde o pai de Jônice, José Ribeiro Tristão, abriu um armazém, a Casa Misael. José percebeu que o café poderia funcionar como moeda, pagando as mercadorias vendidas por sua loja, e apostou no produto como instrumento para a ampliação das suas atividades. Foi assim que o café acabou se convertendo no foco dos negócios da Tristão. O grupo Tristão possui filiais na Europa e se direciona, especialmente, ao beneficiamento do café.

⁴⁵³ EMPRESÁRIOS satisfeitos. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 14, p. 23, ago. 1974.

⁴⁵⁴ EMPRESÁRIOS satisfeitos. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 14, p. 23, ago. 1974.

⁴⁵⁵ EMPRESÁRIOS satisfeitos. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 14, p. 23, ago. 1974.

⁴⁵⁶ EMPRESÁRIOS satisfeitos. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 14, p. 23, ago. 1974.

mesmo projeto desenvolvimentista iniciado pela gestão anterior, de Arthur Carlos Gerhardt Santos. E no discurso de posse voltou a afirmar acerca da sua intenção de dar continuidade às realizações do Governo Arthur Gerhardt Santos⁴⁵⁷.

Nesse sentido, tal como esclarece Silva (1993), Élcio adotou como diretriz governamental o *I Plano de Desenvolvimento Estadual*, que visava, entre outras coisas, a “[...] equacionar a problemática infraestrutural do Estado em virtude da proximidade da execução dos gigantescos complexos siderúrgico, paraquímico e portuário [...]” (SILVA, 1993, p. 272). Vale destacar que, apesar do fim do *Milagre Econômico* e da crise econômica que se explicitava no plano externo, o Governo Geisel (1974-79) lançou, em fins de 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que consistia em um ambicioso programa de investimentos, efetuado sob a égide do poder público, com maciça utilização de empréstimos externos (SILVA, 2010), o que significa dizer que as condições mais gerais da política econômica brasileira continuariam dando suporte à trajetória de investimentos em curso no Espírito Santo.

Sobre o *I Plano de Desenvolvimento Estadual*, apesar de tratar-se de um arrazoado de intenções, sem quantificação e que não precisaria ser submetido à apreciação da Assembleia Legislativa, a sua adoção, efetivamente, deixava claro o compromisso com a sequência dos *Grandes Projetos*, conforme as estratégias de desenvolvimento delineadas pelo governo anterior (SILVA, 1993). A coluna de *A Gazeta*, denominada *Praça Oito*, que fazia comentários diários sobre assuntos diversos, assim se posicionou diante do I PDE:

No seu último contato com a imprensa, na qualidade de futuro governador do Estado, o Sr. Élcio Álvares fez questão de afirmar não pretender ser o melhor governador da história do Espírito Santo. Apenas quer realizar as obras que estão previstas dentro do I Plano de Desenvolvimento, o que já é, no seu entender, um grande negócio. [...] Quem se deparar com o I PDE, já publicado em resumo, poderá ter a dimensão do esforço de desenvolvimento a que se propõe o futuro Governo. Mesmo aqueles que professam simpatia por outras correntes políticas, devem oferecer seus esforços para que as metas sejam alcançadas [...].⁴⁵⁸

Além disso, a principal tônica do Governo Élcio, seria a aceleração do processo de desenvolvimento econômico do Espírito Santo, destacando a necessidade de negociação política como ponto básico para a conjugação das diversas forças locais, intervenientes desse mesmo processo (SILVA, 1993). É nesse aspecto que encontramos a outra dimensão do acordo que redundou na conciliação e na sua indicação como governador do Estado. Observa-se que, na montagem do seu secretariado, Élcio buscou abrir alguns espaços da administração para

⁴⁵⁷ ÉLCIO manterá linha de Arthur. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 16 mar. 1975.

⁴⁵⁸ AS METAS do novo Governo. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 15 mar. 1975.

elementos eminentemente políticos, mantendo alguns técnicos naqueles postos considerados mais estratégicos para dar continuidade ao projeto de desenvolvimento, conforme já revelava uma matéria do jornal *A Gazeta* dias antes de sua posse:

Para o Governador eleito, o seu secretariado é descompromissado dos aspectos eleitorais, mas não admite que os mesmos sejam divorciados dos aspectos políticos, sempre buscando dar uma imagem política do Governo, tendo absoluta confiança em todos, que evitarão qualquer problema de ordem pessoal com a classe política, que entende ser a caixa de ressonância das aspirações populares [...]. O Senhor Élcio Álvares afirmou que deseja administrar com a classe política e que seu governo terá a base política, porque não pretende, após o Governo, recolher-se à vida privada, “ao contrário, vou buscar dar ainda maior colaboração, porque aí já sei melhor ainda dos problemas que envolvem o Estado” [...] ⁴⁵⁹

Ainda sobre a orientação político-partidária que imprimiria ao Governo, assim se manifestou Élcio Álvares:

Vamos recompor o Partido para os próximos compromissos eleitorais. Vamos promover um trabalho de base, prestigiando as lideranças e fazendo-as participar, tanto quanto possível, das decisões governamentais. Vamos criar novas lideranças e estimular os jovens para o exercício da atividade político-partidária ⁴⁶⁰.

Com base nessas considerações, não ficam muitas dúvidas quanto à dinâmica que Élcio empregaria ao seu Governo: continuidade em termos desenvolvimentistas, mas com abertura de canais para maior participação de determinadas parcelas da elite regional capixaba no que tange às decisões governamentais, tal como mandava o figurino do regime militar naqueles iniciais anos de abertura democrática. Além disso, tal como já salientado, os Grandes Projetos de Impacto já haviam sido alinhavados, o que permitia a maior participação de parcelas da classe política no Executivo Estadual.

O secretariado empossado no dia 15 de março de 1975 deixa transparecer exatamente o exposto acima, uma vez que foi composto, em grande medida, por indivíduos com trajetórias político-partidárias, mas também por elementos de carreira técnica, estatal: na pasta da educação tomou posse o professor Alberto Stange Junior, fundador do Partido Republicano Democrático (PRD), liderança religiosa, tendo composto diversos governos no período 1945/1964; o secretário de Serviços Urbanos empossado foi Belmiro Teixeira Pimenta, liderança política de Colatina ligada ao grupo de Élcio Álvares, membro da Comissão Executiva da Arena daquele município; na Secretaria do Trabalho, tomou posse Romualdo Gianordoli, professor da Ufes e liderança política daquela universidade; a pasta da Indústria e Comércio foi ocupada por Arabello do Rosário, professor e político, tendo composto diversos governos durante sua trajetória; para a Casa Civil Élcio nomeou Maria José Veloso Lucas que, embora fosse técnica de carreira do

⁴⁵⁹ ÉLCIO se diz tranqüilo para assumir o Governo. *A Gazeta*, Vitória, p. 6, 2 mar. 1975.

⁴⁶⁰ ÉLCIO, o vestibulando. *A Gazeta*, Vitória, p. 10, 16 mar. 1975.

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), tinha tradição política na família: era neta de Thiers Veloso, fundador de *A Gazeta* e sobrinha de Antônio Gil Veloso, destacada liderança da extinta UDN; na Fazenda foi empossado Armando Duarte Rabello, político, que exercera diversas funções técnicas durante sua carreira. Para os demais cargos, Élcio indicou secretários eminentemente técnicos: Edmar Mendes (Interior e Justiça), José Haddad Filho (Administração), Osman Francischetto (Agricultura), Sebastião Cabral (Saúde), Kywal Samborjense de Oliveira (Segurança) Carlos Moacyr Monjardim (Casa Militar), Hugo de Castro Eisenlohr (Polícia Militar), Luiz Borges de Mendonça (Banco do Estado do Espírito Santo).

Por outro lado, com a posse do novo governador, aquele que era considerado o *guru* do desenvolvimentismo capixaba, Lélío Rodrigues, que havia sido um dos principais executores da reforma administrativa do Governo Christiano Dias Lopes (1967-1971), e homem de confiança do Governo Arthur na elaboração dos *Grandes Projetos de Impacto*, acabou perdendo espaço, sendo encostado num cargo menor da Secretaria do Planejamento, o que redundou no seu pedido de demissão⁴⁶¹. Essa atitude de Élcio visava sinalizar para mudanças em termos de trato com a base governista, mas, ao mesmo tempo, o governador fazia alusão aos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II PND), por meio dos quais visava garantir a implementação dos grandes investimentos negociados durante a gestão anterior.

Para a implementação do *I Plano de Desenvolvimento Estadual* que, basicamente, era a parte da operacionalização do que já havia sido alinhavado a implantação dos *Grandes Projetos*, era necessário ampliar os suportes tecnocráticos do governo, motivo pelo qual foi lançado o *Programa de Reaparelhamento Estrutural*⁴⁶², aprovado por meio da Lei nº 3043, de 31 de dezembro de 1975. Nesse contexto, se deu a criação da Secretaria de Estado de Planejamento e da Fundação Jones dos Santos Neves – depois transformado em Instituto⁴⁶³ –, que cumpririam a função de coordenação e elaboração dos estudos voltados a subsidiar o planejamento, bem como

⁴⁶¹ HASSE, Geraldo. **Grandes Projetos - A Turma do Arlindo Villaschi**: exumando o pensamento econômico capixaba. Disponível em: <http://www.seculodiario.com/seculo/2000/seculo03/hasse/index.htm>. Acesso em: 23 mai. 2012.

⁴⁶² REAPARELHAMENTO estrutural. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 14, p. 23, ago. 1974.

⁴⁶³ O Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) tem como finalidade produzir conhecimento e subsidiar políticas públicas através da elaboração e implementação de estudos, pesquisas, planos, projetos, programas de ação e organização de bases de dados estatísticos e geo-referenciados, nas esferas estadual, regional e municipal, voltados ao desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo, disponibilizando essas informações ao Estado e à sociedade. Foi criado em 31 de dezembro de 1975, pela Lei 3.043, sob a denominação de Fundação Jones dos Santos Neves, em substituição a Fundação Jerônimo Monteiro (FJM), e foi transformado em autarquia em 27 de outubro de 1980, pelo Decreto 1.469-N. A Lei Complementar 344, de 16 de dezembro de 2005, deu-lhe a denominação atual. A Lei Complementar 445, de 22 de julho de 2008, reorganizou a estrutura organizacional básica do Instituto, e a Lei Complementar 499, de 29 de outubro de 2009, reestruturou o quadro de pessoal, instituiu a modalidade de remuneração por subsídio, estabeleceu o plano de carreira para os servidores do Instituto e criou a carreira de Especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais.

as ações do governo. A Mensagem Nº 48, de 19 de dezembro de 1975, nos mostra as intenções traçadas pelo Governo Élcio ao empreender tais reformas:

[...] encontra-se o Estado no limiar de uma fronteira econômica e social, representada pela chegada iminente dos complexos industriais, que reclamam do Executivo uma inexequível capacidade de absorver, processar e implantar, com agilidade, medidas e providências que façam com que tais iniciativas realmente favoreçam o aprimoramento das condições sociais e econômicas de vida da população do estado, nos seus mais diferentes aspectos [...] ⁴⁶⁴

As justificativas apresentadas na mensagem, portanto, apontam para as modificações administrativas que se faziam necessárias diante do quadro de profundas alterações econômicas, políticas e sociais que se avizinhavam. Assim, no Governo Élcio Álvares (1975-1979), foi efetivamente operacionalizado o grosso dos investimentos, na ordem de 5,5 bilhões de dólares, relativo aos *Grandes Projetos de Impacto* atraídos e traçados no Governo de Arthur Carlos Gehardt Santos (1971-1975).

No quadro abaixo, estão listados, de forma mais detalhada, os principais investimentos referentes aos *Grandes Projetos de Impacto*. Importante frisar que vários outros empreendimentos vieram a reboque desses no decorrer dos anos 1980 e 1990.

Tabela 60 – Lista dos principais empreendimentos dos Grandes Projetos de Impacto

<p>a) USINA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO Empresa: Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) Localização: Ponta de Tubarão – Grande Vitória Acionistas: Sidebrás.....51% Kawasaki Steel (Japão).....24,5% Finsider.....24,5% Primeira Fase: capacidade – 3 milhões de toneladas/ano Início de construção: 1977 Início de operação: 1980 Investimento: US\$ 2,3 bilhões Nº de empregados: 4.674 Faturamento anual: US\$510 milhões</p> <p>Segunda fase: capacidade – 6 milhões de toneladas/ano Início de construção: 1980 Início de operação: 1983 Investimento: US\$ 3,8 bilhões Nº de empregados: 7.500 Linha de produção: semiacabados – <i>slabs</i> – destinados 50% à exportação e 50% ao mercado interno.</p>
<p>b) USINA DE LAMINADOS NÃO-PLANOS (PROJETO DE EXPANSÃO) Empresa: Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) Localização: Jardim América - Cariacica (ES) Acionistas: BNDE93,5% Tesouro Nacional 6,0% Outros0,5%</p> <p>Linha de Produtos: não-planos, tais como: fio-máquina, barras, perfis, etc.</p>

⁴⁶⁴ ESPÍRITO SANTO (Estado). Mensagem Nº 48. Vitória, 19 de dez. 1975.

Capacidade de Produção: Atual - 120.000 toneladas/ano
Futura - 300.000 toneladas/ano

Início de operação: 1977

Investimento: US\$ 50 milhões

Nº de empregos: atual: 1.100

futuro: 1.600

B) USINAS DE PELOTIZAÇÃO DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

Linha de produção: pelotas de minério de ferro

Localização: Ponta do Tubarão (Vitória-ES)

Unidades de Produção:

1) ITABRASCO

Acionistas: CVRD.....51%

FINSIDER.....49%

Capacidade: 3 milhões de toneladas/ano

Início de operação: janeiro de 1977

Investimento: US\$ 55 milhões

Nº de empregos: 400

2) HISPANOBRAS

Acionistas: CVRD.....51%

Instituto Nacional da Indústria da Espanha.....49%

Capacidade: 3 milhões de toneladas/ano

Início de operação: 1977

Investimento: US\$ 55 milhões

Nº de empregos: 400

3) NIBRASCO

Acionistas: CVRD51%

Nipon Steel Corporation e outras.....49%

Capacidade: 6 milhões de toneladas/ano

Início de operação: 1977

Investimento: US\$ 110 milhões

Nº de empregos: 600

d) USINA DE PELOTIZAÇÃO SAMARCO

Acionistas: SAMITRI.....51%

MARCONA INTERNACIONAL.....49%

Linha de produtos: pelotas de minério de ferro

Localização: Praia de Ubu - Anchieta (ES)

Início de operação: 1977

Investimento: US\$ 190 milhões (exclusive instalações portuárias) no Espírito Santo. O investimento global do projeto inclui, ainda, em Minas Gerais, as instalações de lavra, concentração e parte do mineroduto.

- **Nº de empregos:** 450

e) ARACRUZ CELULOSE S/A

Linha de Produção: celulose branqueada tipo Kraft

Localização: Barra do Riacho - Aracruz (ES)

Capacidade de Produção: 400.000 toneladas/ano

Áreas de florestas: 52.000 ha (36.000 já plantados)

Início de operação: 1978

Investimento: Indústria: US\$ 319 milhões

Florestas: US\$ 51 milhões

Infraestrutura: US\$ 26 milhões

Outros itens: US\$ 30 milhões

Custos financeiros: US\$ 71 milhões

Total (a realizar) : US\$ 410 milhões

Nº de empregos: Indústria: 500

Floresta: 2.000

Fonte: Medeiros (1977)

Além dos empreendimentos listados, ocorreram vários outros, a exemplo da construção de diversos portos e terminais de cargas, bem como diversos investimentos urbanos, tais como a Rodovia do Sol, interligando a Grande Vitória com a região sul do Estado; a construção da Terceira Ponte⁴⁶⁵, mais um canal de ligação entre a Capital, Vitória e o Continente, dentre outros.

Há de se registrar, todavia, que o Governo Élcio acrescentou muito pouco ao que já havia sido traçado nas duas gestões anteriores. Em balanço realizado pela *Revista Espírito Santo Agora* ao final do seu governo, isso fica bastante evidente:

[...] Quando Élcio tomou posse como Governador do Espírito Santo, em 15 de março de 1975, sucedendo a Arthur Carlos Gerhardt Santos, não se cogitou que o Estado pudesse receber um chefe de Governo tão disposto a alterar a herança deixada tanto pelo Governo precedente quanto pelo Governo Christiano. Passados quase quatro anos, porém, muitos poucos dados foram acrescentados à conjuntura estadual; os seus problemas basicamente continuaram a ser os mesmos de quatro anos atrás.⁴⁶⁶

Assim, a gestão Élcio se encerrou quando a instalação dos *Grandes Projetos de Impacto* se materializava e, junto com ela, os problemas de ordem social que vieram a reboque. Sobre esse ponto, o mesmo balanço aponta que

Foi sob a sombra e peso daquilo que os Governadores que o precederam lhe deixaram que Élcio governou. De Christiano ele teve os alicerces que possibilitaram os primeiros passos no caminho da industrialização, assim como a política de secundarização do setor agrícola; de Arthur Gerhardt, ficou com a filosofia dos *grandes projetos industriais*, numa diretriz econômica que está provocando uma revolução negativa no setor agrícola. Recebeu o Estado também num violento processo de concentração urbana na Grande Vitória, uma microrregião cada vez mais caótica [...].⁴⁶⁷

Soma-se a esse quadro, a grande centralização dos recursos e decisões, uma vez que, “[...] de fato, a centralização em Brasília das decisões importantes, principalmente depois do AI-5, fez com que os governos locais, municipal e estadual, tivessem seus movimentos tolhidos e sua autonomia de decisões diminuída [...]”.⁴⁶⁸

E o mesmo cenário seria a herança dos demais Governadores que assumiriam o cargo de governador nos anos posteriores, os quais acrescentariam muito pouco no curso desenvolvimentista, uma vez que entrariam numa espécie de *zona de conforto*, motivo pelo qual não traçariam novos saltos qualitativos em termos de desenvolvimento. Esse debate em torno do

⁴⁶⁵ Trata-se da Ponte Deputado Darcy Castello de Mendonça, que liga a Capital do Espírito Santo, Vitória, à cidade de Vila Velha. É considerada uma das maiores obras já realizadas no Estado e uma das maiores do Brasil, tornando-se um dos seus principais cartões-postais. Possui 3,3 km de extensão.

⁴⁶⁶ VIRTUDES e defeitos do Governo Élcio Álvares. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 31, Ano V, p. 8-15, jan. 1979.

⁴⁶⁷ VIRTUDES e defeitos do Governo Élcio Álvares. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 31, Ano V, p. 8-15, jan. 1979.

⁴⁶⁸ VIRTUDES e defeitos do Governo Élcio Álvares. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 31, Ano V, p. 8-15, jan. 1979.

desenvolvimento e da centralização voltaria à tona nos pleitos seguintes, tal como será cotejado nos capítulos que seguem.

6.7. Conclusão

No presente tópico, analisamos as trajetórias percorridas por Arena e MDB, bem como seus grupos constituintes, no Espírito Santo, no contexto da reorientação do regime militar em termos políticos, especialmente após a crise do *Milagre Econômico* e do início do processo de abertura *lenta e gradual* iniciada pelo Presidente Ernesto Geisel. Foi possível averiguar que, após a fase mais aguda de restrições impostas às atividades políticas, houve muitas inquietações e movimentações no seio da classe política, uma vez da sinalização do Governo Federal – por meio da *Missão Portella* – para a abertura de espaços de poder e de participação na escolha daqueles que assumiriam os Governos estaduais em 1975.

Consequentemente, o processo sucessório no Espírito Santo foi extremamente tumultuado e seu pano de fundo permaneceu sendo a polarização entre parcela do antigo PSD e elementos egressos da antiga *Coligação Democrática*, em grande medida, a ex-UDN. Essa polarização criou um verdadeiro impasse na concorrência ao governo estadual, com José Carlos da Fonseca (ex-PSD e ligado ao ex-governador Dias Lopes) de um lado e Eurico Rezende (ex-UDN) de outro. Como saída para essa dificuldade, buscou-se a indicação de um *Tércio*, no caso Elcio Álvares que, embora tivesse militado nas *hostes* pessedistas, tendo pertencido à *Ala Moça* do Partido, transitava pelos vários setores da agremiação, apesar de ter Dias Lopes como um desafeto. Álvares acabou sendo eleito pelo fato de ter estabelecido o compromisso com os setores desenvolvimentistas da Arena no sentido de dar continuidade ao projeto de seu antecessor, especialmente com a parcela do PSD da qual fizera parte, e pelo fato de ter feito acordo com o grupo do ex-udenista Eurico Rezende, a quem, como moeda de troca, se comprometeu a apoiar no pleito seguinte, que ocorreria em 1978.

Quanto ao pleito eleitoral de 1974 para os demais cargos, o resultado se mostrou mais uma vez amplamente favorável à Arena, embora se reconheça nele um leve crescimento do MDB. Todavia, como podemos constatar, esse crescimento não foi a reprodução em terra capixaba daquilo que se processou no plano nacional. A Ampliação dos votos no MDB, especialmente no Senado, se deveu ao fato de o vencedor ser um elemento do antigo PSD, que se filiara ao partido juntamente com Carlos Lindenberg, em 1966, e que, se aproveitando da forte polarização arenista, principalmente em alguns municípios como Colatina, acabou se sagrando vencedor. Portanto, a vitória de Dirceu Cardoso deveu-se muito mais aos conflitos intra-Arena do que ao suposto fortalecimento do MDB.

Por fim, em relação ao Governo empreendido por Élcio Álvares, foi nele que se operacionalizou a implantação da maior parte dos investimentos alinhavados na Gestão de Arthur Carlos Gehardt Santos (1971-1975), denominados *Grandes Projetos de Impacto*, e se consolidou o processo de *desautonomia relativa* (MEDEIROS, 1977), que será alvo de parte do debate político das próximas eleições, especialmente em 1982.

CAPÍTULO 7

RÓTULOS NOVOS EM FRASCOS VELHOS: O RETORNO AO MULTIPARTIDARISMO E OS EX-ARENISTAS E EX-EMEDEBISTAS NO CENÁRIO POLÍTICO-ELEITORAL EMERGENTE, NO ESPÍRITO SANTO (1978-1982)

7.1. Aspectos Introdutórios

O presente capítulo tem como principal preocupação analisar a montagem do multipartidarismo no Espírito Santo, tendo como contexto a abertura iniciada no Governo Geisel (1974-1979). A principal questão a ser analisada é a de que, não obstante o processo de restabelecimento do regime democrático e de formação do multipartidarismo, os referidos grupos que polarizaram o processo político-partidário no contexto do Regime Militar – ex-PSD, de um lado, e *Coligação Democrática* (especialmente ex-UDN), de outro –, permaneceram se digladiando em torno dos principais espaços de poder.

Pretende-se demonstrar que tal realidade se expressou tanto na escolha de Eurico Rezende para Governador Biônico, em 1978, e nas eleições para os demais cargos ocorridas no mesmo ano, quanto na formação dos novos partidos, nas definições de candidaturas e nas próprias disputas político-eleitorais verificadas nas eleições diretas de 1982.

7.2. A indicação de Eurico Rezende (1979-1983) como Governador biônico e as eleições de 1978

No final da década de 70, com o início da abertura do Regime Militar e a consequente liberalização para a formação de novos partidos políticos, deu-se início, também no Brasil, à última onda de redemocratização⁴⁶⁹ (HUNTINGTON, 1994). O denominado processo de abertura lenta e gradual foi inaugurado no Governo Geisel (1975/1978) e caracterizou-se pela contradição entre a política oficial de liberalização e a realidade da remanescente repressão política. De um lado, a política oficial de distensão deu aos setores de oposição mais espaço para se organizarem e maior possibilidade de êxito. Por outro, as pressões coordenadas por melhoria das condições de vida, fim da censura à imprensa e revogação da legislação repressiva intensificaram os temores dos setores mais estreitamente identificados com a *linha-dura* e com a

⁴⁶⁹ Samuel Huntington (1994) categorizou o restabelecimento das democracias verificado a partir do final da década de 70 como sendo de terceira onda. O autor aponta que a primeira onda de democratização mundial ocorreu entre os anos de 1920-1926 e a segunda nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial até o ano de 1974, momento da queda do regime de Salazar em Portugal com a Revolução dos Cravos. Em seguida, a democracia sofreu um retrocesso com o crescimento do comunismo e a queda das frágeis democracias na América Latina. Após 1974, por fim, surgiu a terceira onda: nas duas décadas finais do século XX, ocorreu simultaneamente o surgimento de dezenas de democracias, com a queda do bloco soviético e com o declínio dos regimes militares na América Latina.

doutrina de segurança interna. Conseqüentemente, o período foi de profunda incerteza, permitindo-se, hoje, atividades para desencadear, amanhã, o aparato repressivo em operações maciças em busca de detenção (ALVES, 2005; p. 204)⁴⁷⁰.

Visando diminuir a pressão da oposição e garantir que o processo de abertura em curso fosse lento e gradual, o governo estabeleceu, conforme já apresentado no tópico anterior, a lei Falcão (Nº 6.339, de 01/07/1976) e o Pacote de Abril (Emenda Constitucional nº 8, de 14/4/1977). A lei restringiu a propaganda política no rádio e na TV, como forma de impedir o acesso do MDB a certos setores da sociedade brasileira, especialmente aqueles localizados na zona urbana. Esse dispositivo durou até o pleito de 1982. Quanto ao *Pacote de Abril*, entre outras coisas, instituiu a figura do Senador biônico⁴⁷¹, e aumentou a representação na Câmara dos Deputados dos Estados das Regiões Norte e Nordeste, onde a Arena tinha, comparativamente às demais regiões, um melhor desempenho eleitoral.

Especificamente em relação ao Estado do Espírito Santo, por ocasião da crise do café e do conseqüente êxodo rural, e pela implementação dos *Grandes Projetos de Impacto*, ocorria um brusco processo de transformações econômicas, políticas e sociais. Seria nesse cenário de incertezas, em se tratando da realidade capixaba, e de casuísmos por parte do Regime Militar, que ocorreriam tanto a escolha dos novos governadores biônicos que assumiriam os Estados a partir de março de 1979, quanto as eleições gerais de 1978, pelas quais seriam eleitos dois terços do Senado (sendo um biônico, escolhido de maneira indireta), os novos deputados federais, bem como os deputados estaduais.

Quanto à metodologia para a escolha dos Governadores Biônicos, o *Pacote de Abril* ampliou o *Colégio Eleitoral* – antes composto apenas por deputados estaduais –, tal como o próprio texto da Lei indica no seu Artigo 13:

⁴⁷⁰ Nesse contexto, ocorreram dois dos vários casos que marcaram negativamente os *anos de chumbo* e que iriam aguçar ainda mais a contestação ao Regime: as mortes do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho. Em setembro de 1975, as forças de segurança de São Paulo, comandadas pelo Coronel Erasmo Dias, desencadearam uma operação militar denominada “operação Jacarta”. Wladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura, foi uma das vítimas dessas manobras militares de repressão. No dia 24 de outubro, Herzog foi intimado a depor na sede do DOI-CODI, onde morreu na tarde do mesmo dia. Segundo a versão oficial, cometera suicídio, enforcando-se com sua própria gravata. Seu corpo foi enviado à viúva em caixão lacrado, sem maiores explicações. Ela foi ameaçada e advertida a não abrir o caixão. O sepultamento foi feito sob guarda militar. Com Manoel Fiel Filho ocorreu algo muito semelhante. Morreu vítima de tortura, mas nos documentos oficiais constava como suicida. Em ambos os casos provou-se posteriormente a farsa.

⁴⁷¹ Segundo o Artigo 41, § 1º, da Emenda Constitucional Nº 8, de 14 de abril de 1977, “[...] Cada Estado elegerá três senadores com mandato de oito anos, renovando-se a representação, de quatro em quatro, alternadamente por um e por dois terços. [...]”. O artigo se completa no § 2º, determinando o seguinte: “[...] Na renovação do terço e, para o preenchimento de uma das vagas, na renovação por dois terços, a eleição far-se-á pelo voto direto e secreto, segundo o princípio majoritário. O preenchimento da outra vaga, na renovação por dois terços, far-se-á mediante eleição, pelo sufrágio do colégio eleitoral constituído, nos termos do § 2º do artigo 13, para a eleição do Governador de Estado, conforme disposto em lei.”

[...]

§ 2º A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, far-se-á pelo sufrágio de um colégio eleitoral, em sessão pública e mediante votação nominal, obedecidas as seguintes normas:

- a) o colégio eleitoral compor-se-á dos membros da respectiva Assembléia Legislativa e de delegados das Câmaras Municipais do respectivo Estado;
- b) cada Câmara indicará, dentre seus membros, um delegado e mais um por duzentos mil habitantes do município, não podendo nenhuma representação ter menos de dois delegados, admitindo-se o voto cumulativo;
- c) o colégio eleitoral reunir-se-á na sede da respectiva Assembléia Legislativa, a 1º de setembro do ano anterior àquele em que findar o mandato do governador;
- d) será considerado eleito Governador, o candidato que, registrado por partido político, obtiver maioria absoluta de votos; [...]⁴⁷²

Em relação aos pleitos indiretos, realizados para a escolha dos governadores desde 1966, no Espírito Santo, o de 1978 tinha, inicialmente, todos os ingredientes para ser o mais tranquilo, mas no final acabou sendo tumultuado, tal como os processos sucessórios anteriores. Nesse pleito, o nome que mais apareceu, desde o início das movimentações, foi do Senador Eurico Rezende⁴⁷³, especialmente por conta dos acordos firmados para resolver o impasse criado entre o seu nome e o de José Carlos da Fonseca, em 1974, quando se deu a escolha de Élcio Álvares para governador biônico, como o nome de consenso no interior do partido.

Além disso, vale frisar que o cenário político permanecia polarizado entre duas forças antagônicas: de um lado, aqueles elementos oriundos do antigo PSD e que atravessaram o Regime Militar no interior da Arena, liderada pelo ex-governador Christiano Dias Lopes, ao qual se vinculavam José Carlos da Fonseca, o Deputado Federal Gerson Camata, o Senador João Calmon, Carlito Von Schilgen, além de Marcus Viana (então Presidente do BNDE); e do outro, as forças políticas que, no período 1945-1964, agiam na antiga *Coligação Democrática*, especialmente ex-udenistas liderados pelo Senador Eurico Rezende, ao qual se juntavam figuras como Moacyr Dalla, entre outros⁴⁷⁴.

Embora ex-membro do antigo PSD, no contexto da sucessão de 1978, Élcio Álvares se posicionava no meio das discussões, uma vez que apoiava o pré-candidato Eurico Rezende, a contragosto de Dias Lopes e de outros destacados membros do antigo PSD. É bom lembrar que Élcio Álvares nunca estabelecera boas relações com o ex-governador Christiano Dias Lopes Filho, e que seu posicionamento em relação a Eurico contribuía para distanciá-los ainda mais.

⁴⁷² BRASIL, **Emenda Constitucional N° 8**, de 14 de abril de 1977, Brasil (1977). Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/emecon/1970-1979/emendaconstitucional-8-14-abril-1977-366978-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 15 mai. 2012.

⁴⁷³ COELHO, Luiz Malta. Os novos caminhos para o poder. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, n° 20, p. 44, dez. 1977; EURICO pode ser indicado para governar o Estado. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 7 jan. 1978; ARENA-ES começa a cuidar da sucessão na segunda. *A Gazeta*, Vitória, p. 3, 6 jan. 1978; LÚCIO acha que três nomes ajudam a Arena. *A Gazeta*, Vitória, p. 3, 6 jan. 1978.

⁴⁷⁴ REZENDE, Lino. Uma incógnita conhecida. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, n° 20, p. 43, dez. 1977.

Tendo como *pano de fundo* a permanência dessa polaridade, além de Eurico Rezende, havia outra possibilidade apoiada pelo então Governador Élcio: o industrial João Santos Filho, que também pleiteava a vaga⁴⁷⁵ e contava com o apoio do General Cordeiro de Farias, ex-interventor no Rio Grande do Sul durante o Estado Novo (1938-1943), ex-governador de Pernambuco (1955-1958) e que, após deixar a vida pública, em 1966, passou a prestar serviços na direção do *Grupo Empresarial João Santos*⁴⁷⁶. Todavia, contra as pretensões de Santos, pesava o fato de não ter tradição política no Estado e não pertencer à área pessedista, inclusive tendo estabelecido relações bastante conflituosas com o ex-governador Arthur Carlos Gerhardt Santos durante seu governo.

O ex-governador Christiano Dias Lopes Filho defendia a realização de uma Convenção Regional para a escolha do futuro governador. Advogava que o candidato que saísse dela deveria ser respaldado por todos. E frisava, embora de forma vaga, que, para ter respaldo popular, o candidato não tinha que passar, necessariamente, pelo batismo das urnas, mas ser bem recebido pela opinião pública⁴⁷⁷. Assim, dentro da corrente comandada pelo referido ex-governador, o nome sobre o qual mais se repercutia era o de Crisógono Cruz, ex-prefeito da Capital, Vitória (1971-1975). Oriundo do setor industrial – era empresário do ramo imobiliário –, Cruz, além de perfil técnico, obtivera bastante sucesso no que tange às articulações políticas quando esteve à frente do comando da capital, motivo pelo qual apareceu novamente com bastante força nas especulações⁴⁷⁸, aliás, tal como ocorrera em 1974.

Todavia, contra suas pretensões, pesava também o fato de nunca ter participado de um pleito eleitoral, uma vez que ocupara um cargo de indicação, por ser considerada área de segurança nacional – prefeito de capital. Assim, Eurico permanecia com larga vantagem, tendo em vista as circunstâncias. Além de Crisógono, desse mesmo grupo, apareciam outros dois nomes: o do então vice-governador, Carlos Alberto Lindenberg Von Schilgen (Carlito), e o do então Presidente da Federação das Indústrias, Jones dos Santos Neves Filho⁴⁷⁹.

Afora as especulações em torno do nome de Eurico, Crisógono Cruz, Carlito Von Schilgen e Jones dos Santos Neves Filho, havia um debate, acompanhado de certa indefinição, sobre de

⁴⁷⁵ REZENDE, Lino. Uma incógnita conhecida. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 20, p. 43, dez. 1977.

⁴⁷⁶ COELHO, Luiz Malta. Os novos caminhos para o poder. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 20, p. 44, dez. 1977.

⁴⁷⁷ CRISTIANO (*sic*) quer que Élcio e Arthur disputem Senado. *A Gazeta*, Vitória, p. 6, 12 jan. 1978.

⁴⁷⁸ ARENA-ES começa a cuidar da sucessão na segunda. *A Gazeta*, Vitória, p. 3, 6 jan. 1978; LÚCIO acha que três nomes ajudam a Arena. *A Gazeta*, Vitória, p. 3, 6 jan. 1978.

⁴⁷⁹ COELHO, Luiz Malta. Os novos caminhos para o poder. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 20, p. 44, dez. 1977; POLÍTICOS já têm preferidos. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 10 jan. 1978; CRISTIANO (*sic*) quer que Élcio e Arthur disputem Senado. *A Gazeta*, Vitória, p. 6, 12 jan. 1978.

onde partiria a escolha do novo Governador: se da esfera federal, ocorrendo diretamente pelo Presidente Geisel, com respaldo do novo Presidente escolhido – João Batista Figueiredo⁴⁸⁰ –, ou por meio de Convenção Partidária.

Se fosse escolhido pela segunda alternativa, o candidato da *Ala pessedista*, Crisógono Cruz ou Carlito Von Schilgen, levava certa vantagem, uma vez que esse agrupamento continuava a ter grande quantidade dos votos dos delegados do partido. Se fosse por indicação do poder central, Eurico seria aquele pré-candidato com a vantagem pelas relações pessoais que possuía com lideranças nacionais, a exemplo de Petrônio Portella, e também pelo fato de representar

[...] um nome do poder central para qualquer missão. Se o Governo quiser premiá-lo pela sua fidelidade e pelo seu trabalho como líder do Senado, certamente ele será o futuro governador por indicação. Porém, se o governo prescindir de seu concurso no Senado, ele será o Senador biônico. E, finalmente, se o governo quiser que ele participe da eleição direta para garantir a vitória da Arena, ele será um dos três candidatos ao Senado⁴⁸¹.

Tal como o fragmento sugere, Eurico levava vantagem duplamente: possuía mais respaldo que os outros dois candidatos na esfera federal; e, em relação aos três, levava vantagens expressivas em termos de ter sido testado nas urnas. Sobre esse último aspecto, nunca é demais lembrar que a legitimidade do Regime Militar estava sendo bastante questionada naquelas circunstâncias, materializada no significativo crescimento do MDB no plano nacional e no êxito relativo na esfera regional. Por esse motivo, era necessário que o candidato indicado não sofresse contestação da maioria das lideranças arenistas e que fosse denso eleitoralmente⁴⁸², uma vez que, se a Arena indicasse elementos sem apoio popular e partidário, certamente estaria colaborando com a vitória oposicionista⁴⁸³. Nesse aspecto, nas memórias das lideranças políticas, estava o pleito de 1974⁴⁸⁴, quando a Arena perdeu espaço nacionalmente e teve alguns reveses no plano estadual, a exemplo do Senado.

Nesse sentido, dadas as condições políticas do momento para o Regime, marcado pela relativa perda de controle do processo partidário e eleitoral, era absolutamente necessário que o futuro governador fosse uma liderança com prestígio nas camadas populares, para auxiliar na campanha

⁴⁸⁰ GEISEL oficializa hoje à Arena indicação de Presidente e vice. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 5 jan. 1978

⁴⁸¹ COELHO, Luiz Malta. Os novos caminhos para o poder. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 20, p. 44, dez. 1977.

⁴⁸² DE PRÁ dá receita para se chegar ao Governo. *A Gazeta*, Vitória, p. 6, 21 jan. 1978; AS CONDIÇÕES necessárias. *A Gazeta*, Vitória, p. 3, 11 fev. 1978; FUTURO Governador deverá ter densidade eleitoral. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 14 fev. 1978.

⁴⁸³ FIGUEIREDO: vitória da oposição compromete abertura. *A Gazeta*, Vitória, p. 3, 8 mar. 1978

⁴⁸⁴ COELHO, Luiz Malta. Os novos caminhos para o poder. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 20, p. 44, dez. 1977.

da Arena nas eleições daquele mesmo ano⁴⁸⁵. Nesse quesito, o Senador Eurico Rezende levava vantagem significativa, uma vez que já havia sido Deputado Estadual por dois mandatos (1951-1954/1955-1958), e Senador por outros dois (1963-1970/1971-1978), além de candidato ao Governo do Estado derrotado em 1958⁴⁸⁶; outro ponto a considerar é o de que, no momento das articulações para a sucessão de 1978, Eurico ocupava o posto de líder do Governo no Senado, o que demonstrava ser a liderança política capixaba com maior peso na esfera nacional.

Diante do favoritismo de Rezende e do cenário que se desenhou propício à indicação de um nome político e com densidade eleitoral, a classe política em geral indicava, desde o princípio das movimentações, para a confirmação de Eurico, cuja escolha se daria por consenso, que seria adquirido por meio de composição entre as duas principais correntes do partido. Sobre esse aspecto, o Jornal *A Gazeta* trouxe uma matéria que endossa tais considerações:

De acordo com a mesma fonte, a partir da escolha de um nome para Governador, as outras lideranças se comporiam em função dos cargos elegíveis e que serão oferecidos. O certo é que se uma corrente fizer o Governador, cederá o Senador indireto, o direto e, provavelmente o prefeito de Vitória. [...] O importante – assinala a fonte – é que o nome escolhido aglutine a Arena, possibilitando-a entrar na eleição forte, com todas as suas lideranças unidas. Para que isso ocorra, ele ressalta a necessidade de o ocupante do Governo, bem como o de Senador indireto, terem ambos sustentação popular de forma a ajudar o partido [...].⁴⁸⁷

Ainda no início de janeiro de 1978, a bancada da Arena na Assembléia Legislativa entregou ao Governador Élcio Álvares um documento, datado em 4 de janeiro e assinado por todos os seus membros, que sugeria o seguinte:

A Bancada da Aliança Renovadora Nacional (Arena), com representação na Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, por seus membros abaixo assinados manifestam e acordam [*sic*]:

- 1) A unidade partidária na solução dos problemas políticos atinentes ao Estado, constitui meta das diretrizes e atitudes que serão tomadas a partir desta reunião;
- 2) Como representação política legitimada pela vontade popular reivindica participação atuante no desdobramento dos processos sucessório e administrativo, pleiteando a indicação de um deputado estadual para preencher a vice-governadoria, bem como outras posições que serão debatidas com o atual e o futuro governador;
- 3) Reitera solidariedade ao Governador Élcio Álvares, fazendo-o intérprete junto aos dirigentes partidários das reivindicações que objetivam fortalecer a Arena no Espírito Santo, com o elevado propósito de encontrar soluções que atendam aos interesses do povo capixaba e da classe política da qual a bancada é membro integrante⁴⁸⁸.

Pelos fragmentos, fica mais do que evidente as clivagens no interior da Arena no contexto da sucessão e a reivindicação dos principais grupos por espaços de poder. Observa-se, também, a

⁴⁸⁵ COELHO, Luiz Malta. Os novos caminhos para o poder. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 20, p. 44, dez. 1977.

⁴⁸⁶ Nas vezes em que saiu vencedor nas eleições para o Senado, concorreu com Raul Gilberti (1962) e com Carlos Lindenberg (1966), sendo que para esse último perdeu na disputa para o governo do Estado em 1958.

⁴⁸⁷ -ES começa a cuidar da sucessão na segunda. *A Gazeta*, Vitória, p. 3, 6 jan. 1978; COMPOSIÇÃO. *A Gazeta*, Vitória, p. 3, 6 jan. 1978.

⁴⁸⁸ DEPUTADOS pedem a Élcio que defenda candidatos. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 10 jan. 1978.

manifestação dos deputados estaduais quanto à exigência para que o vice-governador fosse escolhido entre os seus quadros, no sentido de retomar uma tradição quebrada somente por ocasião da indicação de Carlito Von Schilgen por Élcio Álvares⁴⁸⁹.

Segundo a visão de alguns deputados, a exemplo de Lúcio Merçon e Paulo Barros, a intenção do documento era o de unificar a bancada arenista, impedindo que viessem a surgir divisões políticas mais graves no processo sucessório, como ocorreu em 1974, o que veio a prejudicar, na visão dos deputados, o desempenho do partido governista naquele pleito⁴⁹⁰. É evidente que as intenções da bancada arenista não se resumiam em manter a unidade do partido. Havia, também, o interesse dos deputados em serem escolhidos para a vice, bem como para os demais cargos em disputa. De qualquer maneira, apesar de o Governador Élcio Álvares não ter se manifestado quanto ao documento a ele remetido, os deputados passaram a cogitar diversos nomes para compor a vice-governadoria, entre os quais se destacavam João Meneguelli e de Emir de Macedo Gomes⁴⁹¹.

Outra repercussão gerada pelo documento foi o fato de, na prática, ter significado a transferência do processo sucessório para o Governador, em detrimento da direção da Arena, pelo fato de o documento ter sido subscrito pelo então Presidente do Partido, Walter de Prá⁴⁹². E Élcio, diante das especulações em torno desse processo, optou por não se manifestar acerca do assunto antes de receber autorização do Presidente Ernesto Geisel e de João Batista Figueiredo, então Chefe do SNI e recém indicado como pleiteante ao cargo de Presidente da República⁴⁹³.

Apesar do favoritismo, o quadro permaneceu permeado de especulações e indefinições durante os meses de fevereiro e março. Eurico Rezende, nesse contexto, buscou a aproximação com os setores da Arena sobre os quais não tinha domínio. Para ilustrar, podem ser mencionadas as diversas declarações veiculadas na imprensa local em que advogava a indicação de Christiano Dias Lopes, Theodorico Ferraço ou Gerson Camata para a vaga de Senador biônico⁴⁹⁴, ou seja, em que apoiava nomes que não faziam parte do seu grupo político.

O cenário passou a ganhar ares de definição após o encontro entre lideranças da Arena capixaba, incluindo o próprio Governador Élcio, com o Presidente Geisel, seguido de reunião com o recém

⁴⁸⁹ Tanto na indicação de Christiano Dias Lopes Filho quanto na Arthur, Carlos G. Santos, os vice-governadores vieram da Assembléia Legislativa, no caso Isaac Rubin e Henrique Pretti, respectivamente

⁴⁹⁰ MERÇON acha que documento reforça candidato popular. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 11 jan. 1978.

⁴⁹¹ ARENA tem nomes em cogitação para vice. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 10 jan. 1978.

⁴⁹² DE PRÁ: não deixei o comendo sucessório. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 11 jan. 1978.

⁴⁹³ ÉLCIO adia debate sobre a sucessão. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 17 jan. 1978.

⁴⁹⁴ EURICO aponta nomes ideais para o Senado. *A Gazeta*, Vitória, p. 3, 22 mar. 1978; ÉLCIO diz que não é candidato a cargo eletivo. *A Gazeta*, Vitória, p. 6, 16 mar. 1978; LÚCIO acha Élcio, Camata e Cristiano (*sic*) bons candidatos. *A Gazeta*, Vitória, p. 6, 26 mar. 1978.

indicado para concorrer à Presidência João Batista Figueiredo, ocorrida no início de março de 1978⁴⁹⁵. Na reunião, diante do favoritismo de Eurico, o Presidente Geisel solicitou ao Governador mais empenho para a resolução do processo sucessório capixaba⁴⁹⁶, o que significou *carta branca* para que Élcio desse andamento à escolha⁴⁹⁷.

Quando tudo parecia caminhar para uma solução consensual em torno do nome de Eurico, eis que o Deputado Estadual Pedro Leal (ex-PSD e nome ligado ao Governador Élcio Álvares) – em desacerto com o acordo firmado entre os membros da bancada arenista por meio do qual se dava *carta branca* ao Governador para conduzir o processo sucessório –, lançou seu nome como candidato ao Governo do Estado. Segundo ele, contava com o apoio de 36 prefeitos, mais de alguns Deputados, a exemplo de Juarez Martins Leite⁴⁹⁸, também ex-PSD e igualmente ligado a Élcio⁴⁹⁹.

O episódio foi interpretado de diversas maneiras pelos principais analistas políticos da época: a) Pedro Leal seria a alternativa oficial na hipótese de um insucesso no esquema que amparava a candidatura de Eurico Rezende; b) o movimento seria justamente para anular as possibilidades do Senador, pondo em cheque o consenso em torno do seu nome que até então se propalava; c) o esquema viabilizaria Leal como vice-governador ou Senador indireto, caso se confirmasse o nome de Eurico para o Governo. A intenção seria capitalizar Pedro Leal politicamente, no sentido de forçar a sua cooptação nas composições político-eleitorais, beneficiando o grupo do Governador Élcio, que ficaria com mais espaço no esquema de poder que imergiria a partir de 1979; d) por fim, a possibilidade menos provável: a ação de Pedro Leal seria uma interpretação pessoal de que o cenário estava indeciso, se vendo na condição, enquanto Presidente da Assembleia Legislativa, de colocar o seu nome como mais uma alternativa.

De qualquer maneira, independentemente do real significado da postura do Deputado Pedro Leal, ao que tudo indica determinada pelo então Governador, tal postura, acrescida do posicionamento dúbio do próprio Élcio Álvares no decorrer do mês de abril, em que afirmou diversas vezes que não tinha candidato⁵⁰⁰, contrariando os acordos firmados em 1974 e o apoio que vinha dando à candidatura Eurico no início do ano de 1978, trouxe muitas fissuras nas suas

⁴⁹⁵ ÉLCIO acompanha deputados na audiência com Figueiredo. *A Gazeta*, Vitória, p. 3, 3 mar. 1978; FIGUEIREDO recebe políticos do ES. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 7 mar. 1978; CAMATA confirma ida de delegados à audiência dia *A Gazeta*, Vitória, p. 3, 4 mar. 1978; SUCESSOR de Élcio sai após dia 15. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 8 abr. 1978

⁴⁹⁶ GEISEL pede mais empenho a Élcio. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 5 abr. 1978.

⁴⁹⁷ ÉLCIO acha que sucessão será definida logo. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 5 abr. 1978.

⁴⁹⁸ JUAREZ diz que Leal é seu candidato. *A Gazeta*, Vitória, p. 3, 11 abr. 1978.

⁴⁹⁹ PEDRO Leal quer ser Governador. *A Gazeta*, Vitória, p. 1/5, 11 abr. 1978.

⁵⁰⁰ ÉLCIO reafirma que não tem candidato. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 14 abr. 1978; ÉLCIO diz a deputados que candidatos têm consenso. *A Gazeta*, Vitória, p. 3, 13 abr. 1978; ÉLCIO desmente escolha de Eurico para Governador. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 14 abr. 1978.

relações com o Senador, cujo desfecho foi o rompimento político definitivo entre os dois. Além disso, como será discutido mais à frente, tais fissuras levarão à aproximação entre Eurico e a parcela do PSD liderada por Christiano Dias Lopes.

Em meio a esses conflitos, o Presidente da Arena Regional, Walter de Prá, enviou ao Presidente Nacional da agremiação, Francelino Pereira, um relatório em que, além de listar os cinco pleiteantes ao cargo de Governador – Eurico Rezende, Carlito Von Schilgen, Crisógono Cruz, João Santos Filho e também, novamente, o do então Prefeito de Vitória Setembrino Pelissari, que passou a constar nas especulações a partir do mês de março –, atestava que todos haviam tido “[...] comportamento digno de ser exaltado, não propiciando, desta forma, que se repetissem os lamentáveis episódios ocorridos durante o decorrer do processo anterior [...]”⁵⁰¹.

Nesse sentido, o posicionamento dúbio do Governador Élcio acabou tumultuando o processo. Todavia, o tumulto causado por Élcio só não adquiriu contornos mais dramáticos porque o Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Golbery do Couto e Silva, convocou o Governador capixaba, bem como o Presidente da Arena Local, Walter de Prá, para anunciar o nome do novo Governador do Espírito Santo, confirmando a indicação de Eurico Rezende⁵⁰². Após a escolha, o nome de Eurico tinha que passar pelo crivo da Arena local, bem como pelo Colégio eleitoral.

Quanto às repercussões no Estado, a classe política recebeu sem surpresas a indicação de Eurico⁵⁰³. Isso porque, as *démarches* sucessórias gravitavam em torno de poucos nomes sempre com vantagem para o Senador. Todavia, o processo deixaria as fissuras já mencionadas, especialmente em relação ao Governador Élcio Álvares que, a partir de então, foi relativamente alijado dos processos sucessórios, tanto de 1978 quanto de 1982, já no contexto do multipartidarismo.

Após confirmação de que seria o novo Governador do Estado, Eurico buscou intensificar as ações com vistas à indicação do vice-governador e do Senador biônico, bem como à montagem da chapa que concorreria ao pleito de 1978, para os cargos de senador, deputado federal e estadual⁵⁰⁴. O critério utilizado novamente visava à composição com as diversas correntes do

⁵⁰¹ O DOCUMENTO. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 12 abr. 1978; DE PRÁ leva relatório sobre sucessão à Francelino. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 12 abr. 1978.

⁵⁰² OITO Estados têm sucessão definida hoje. *A Gazeta*, Vitória, p. 3, 17 abr. 1978.

⁵⁰³ A DEFINIÇÃO capixaba. *A Gazeta*, Vitória, p. 3, 18 abr. 1978; CRUZ: nome de Eurico é o ideal para o momento. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 18 abr. 1978; CRISTIANO: não tenho restrições pessoais. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 18 abr. 1978; ARGILANO: crítica ao processo de escolha. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 18 abr. 1978; MDB acha que a escolha não surpreendeu ninguém. *A Gazeta*, Vitória, p. 9, 18 abr. 1978;

⁵⁰⁴ EURICO começa contato para escolher seu vice. *A Gazeta*, Vitória, p. 6, 18 abr. 1978.

Partido, especialmente aquelas referentes aos antigos membros do PSD, com a intenção de alcançar um relativo consenso para as eleições gerais de 1978⁵⁰⁵.

Nesse sentido, apesar das pressões de parte da bancada arenista da Assembleia⁵⁰⁶ para que o vice saísse das suas fileiras, Eurico acabou indicando o ex-deputado federal e candidato ao Senado derrotado em 1974, José Carlos da Fonseca, figura ligada ao ex-governador Christiano Dias Lopes Filho. Para Senador Biônico, a escolha se deu por vontade do Presidente da República e recaiu sobre o então Senador em final de mandato, João Calmon, tal como afirmou o próprio Eurico, em entrevista concedida à *Revista Espírito Santo Agora* no dia 6 de maio de 1978:

[...] se argumentado em termos de siglas, até que está havendo um mecanismo. Eu era da UDN. Vou ser Governador. O João Calmon, que era do PSD vai ser o Senador indireto. [...] O Presidente teve em vista isso. A primeira mostra é de ecumenismo. Sabe-se que aqui no Espírito Santo tínhamos três partidos fortes: o PSD o mais forte, em seguida a UDN e o PTB que se revezavam. O pessoal do PTB foi para a MDB. Então, das antigas siglas temos aqui só o PSD e a UDN.⁵⁰⁷

O Jornal *A Gazeta*, em matéria da edição do dia 21 de abril de 1978, já afirmava a mesma coisa, quando noticiou o seguinte:

[...] O Senador João Calmon, segundo crença generalizada entre os políticos que ontem foram ao aeroporto receber o futuro Governador do Estado, Senador Eurico Rezende, é o mais forte candidato ao posto de Senador indireto, embora reconheçam que existem outros nomes que podem ocupar o posto. [...] A indicação de Calmon, segundo os comentários, agradaria os líderes vindo do extinto Partido Social Democrático. O próprio Senador não comenta o assunto, mas crê que a indicação do nome que irá ocupar o posto é uma prerrogativa do Palácio do Planalto, não devendo, por isso, ser objeto de articulações a nível estadual⁵⁰⁸.

Os fragmentos não deixam dúvidas quanto aos critérios e às regras para as composições político-eleitorais do período. Repetiu-se o mesmo dos pleitos anteriores, ou seja, a busca de consensos com as principais correntes partidárias no interior da Arena no sentido de apaziguá-la. No caso específico de 1978, buscou-se contemplar, especialmente, a antiga UDN e o antigo PSD.

Quanto às demais vagas eletivas, alvos de grandes disputas no interior da Arena, foram três as sublegendas que se formaram para concorrer à vaga no Senado, que seria disputada por meio do voto direto. No decorrer das discussões, vários nomes foram cogitados, entre os quais se destacaram o próprio Governador Elcio Álvares e o então Deputado Federal Gerson Camata, que logo descartaram a possibilidade de concorrer⁵⁰⁹. Além desses, também foram cogitados o ex-

⁵⁰⁵ DEPUTADOS acreditam que Eurico vai tentar unificar toda a Arena. *A Gazeta*, Vitória, p. 6, 18 abr. 1978.

⁵⁰⁶ EURICO nega compromisso para escolha do vice. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 21 abr. 1978.

⁵⁰⁷ O NOVO Donatário. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 24, p. 22, mai. 1978.

⁵⁰⁸ POLÍTICOS crêem que Calmon será indicado para a vaga indireta. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 21 abr. 1978.

⁵⁰⁹ ÉLCIO diz que continua no Governo até março *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 6 jan. 1978; ÉLCIO diz que não é candidato a cargo eletivo. *A Gazeta*, Vitória, p. 6, 16 mar. 1978; CAMATA oficializa sua desistência do Senado. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 17 fev. 1978.

governador Christiano Dias Lopes⁵¹⁰, o também ex-governador Arthur Carlos Gerhardt Santos⁵¹¹ e o então Diretor do Banestes, José Carlos da Fonseca (que acabou sendo escolhido vice-governador); e, ainda, o velho ex-governador Francisco Lacerda de Aguiar, no ostracismo político desde fevereiro de 1966, quando foi sacado do poder por uma confluência de forças políticas regionais e nacionais (vide capítulo III), entre vários outros nomes.

Mas, no final das articulações, foram confirmados os seguintes candidatos: representando as forças políticas ligadas à antiga UDN, foi indicado o então Deputado Federal Moacyr Dalla; da corrente liderada pelo ex-governador Christiano Dias Lopes Filho, despontaram como candidatos Carlito Von Schilgen (então vice-governador do Estado) e o então Prefeito de Vitória (1975-1978) Setembrino Pelissari, sendo que este último pertencera aos quadros da UDN, mas estava desde 1967 vinculado ao grupo de Dias Lopes (vide capítulos III e IV) e se tornou candidato no lugar de Lacerda de Aguiar que, na reta final, desistiu da disputa⁵¹². A escolha de Pelissari tinha a provável intenção de dividir os votos de Moacyr Dalla, pelo fato de ele ter pertencido aos quadros udenistas.

Para a Câmara Federal, foram lançados 10 (dez) candidatos: Walter de Prá (Presidente do Diretório Regional da Arena), Syro Tedoldi Netto, Christiano Dias Lopes Filho (ex-PSD e ex-governador), Roberto Vivacqua Vieira (ex-PSP), Antônio José Miguel Feu Rosa (ex-UDN), Theodorico de Assis Ferraço (ex-PRP), Solon Borges Marques (ex-PTB), Belmiro Teixeira Pimenta, Dorício Gilberti, e José Maria Ramos Gagno. Para a Assembleia Legislativa, a Arena lançou ao todo 48 (quarenta e oito) candidatos das mais diferentes origens político-partidárias⁵¹³.

Todas as candidaturas foram aprovadas na Convenção da Arena realizada no dia 17 de junho de 1978. Em relação aos candidatos indicados, Eurico e Fonseca obtiveram 150 votos dos Convencionais de 168 possíveis, sendo que 5 votos foram em branco e 13 nulos; para o Senado,

⁵¹⁰ DE PRÁ dá receita para se chegar ao Governo. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 21 jan. 1978.

⁵¹¹ CHRISTIANO sugere nomes para o Senado. *A Gazeta*, Vitória, p. 6, 12 jan. 1978.

⁵¹² O candidato ao Senado aprovado pela Convenção do dia 17 de junho de 1978 foi Francisco Lacerda de Aguiar, que renunciou à candidatura, sendo substituído por Setembrino Pelissari. O ELEITOR tem (boas) opções? *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, p. 5, jul. 1978.

⁵¹³ Foram os seguintes candidatos registrados: Alcício Franco, Emir de Macedo Gomes, Pedro Leal, Alcino Santos, Edson Machado, Aldary Nunes, João Manoel Meneguelli, Otto Vieira Rezende, Lucio Meçon, Paulo Barros, Arabelo do Rosário, Dyllo Penedo, Juarez Martins Leite, Vicente Silveira, Antônio Jacques Soares, Jorge Daher Filho, José Luiz Claudio Correa, Paulo Stefenoni, Dercílio Gomes de Albuquerque, José Paes Pessanha, Jorge Devens de Oliveira, Délio Romeu Queiroz, Wallace Vieira Borges, José Manoel Nogueira de Miranda, Mário Cipreste, Eduardo Glazar, Verdeval Ferreira da Silva, Antônio Barbosa Sena Junior, Ery Kunkel, Ladislau Martinelli, Antônio Vescovi Possato, Paulo Fernandes Trindade, Orbélio Viola, Tales Barboza, Levy Aguiar de Jesus Ferreira, Carlos Alberto Vianna Freire, Nathanael Ramos, Simião Teixeira Sá, Nicolau Depes, José Maria Claudio, Waldir Junger Pereira Filho, José Carlos Sant'Ana, Carivaldo da Silva Oliveira, Hino Salvador da Costa, Jacinto Campos Araújo, Floremil da Silva Bicalho, Elias Barros, Oswaldo Mármore.

João Calmon obteve 148 votos, sendo 7 em branco e 13 nulos⁵¹⁴. No caso dos candidatos a Governador, Vice e Senador biônico, passariam ainda pelo crivo do Colégio Eleitoral. Quanto aos demais cargos, seriam submetidos ao voto popular.

Enquanto a Arena debatia internamente acerca das vagas para o Senado e demais cargos, o MDB teve menos dificuldades para as suas composições. Visando a arregimentar candidaturas de peso para se apresentar o mais competitivo possível, o Partido logo definiu dois nomes: o de Raul Gilberti (ex-PSP), que migrara para o MDB em 1977 diante da perda de espaço na Arena, principalmente após ser derrotado para Paulo Stefenoni nas eleições municipais de Colatina em 1972; e Ferdinand Berredo de Menezes, liderança histórica do MDB, egresso da ala progressista do PTB. Ao final, permaneceu apenas a dúvida para a definição da terceira vaga, entre o ex-prefeito de Cachoeiro de Itapemirim (1971-1973), Hélio Carlos Manhães (ex-PSP), ou Mario Alves Moreira, optando-se pelo primeiro⁵¹⁵.

Para a Câmara Federal, o partido oposicionista também lançou 10 (dez) candidatos: Argilano Dario (ex-PTB e Presidente da sigla), Mário Alves Moreira, Luiz Baptista, Max Freitas Mauro, Gerles Gama, Aloizio Santos, Francisco de Assis Borges, Martinho de Castro Machado, Joaquim Leite de Almeida (ex-PSP e principal assessor de Chiquinho nos seus dois governos) e Degazito Fernandes da Silva. Para a Assembleia Legislativa, lançou ao todo 48 (quarenta e oito) candidatos⁵¹⁶.

7.3. Os resultados Eleitorais de 1978

Conforme determinava a Emenda Constitucional Nº 8, de 14 de abril de 1977, os candidatos a Governador e vice, bem como o Senador biônico, escolhidos pela Arena e indicados pelo Presidente, deveriam passar por um *Colégio Eleitoral* composto por membros da Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais. Mas, pela lógica política forjada no período, a disputa efetiva se dava no interior do partido governista, a Arena, tendo o Colégio Eleitoral, na prática, o papel

⁵¹⁴ Livro de atas das Convenções Regionais. 1969-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1969-1979, fl. 30-34.

⁵¹⁵ LÚCIO acha Élcio, Camata e Christiano bons candidatos. *A Gazeta*, Vitória, p. 6, 26 mar. 1978.

⁵¹⁶ Foram os seguintes candidatos: Roberto Valadão Almokdice, Samuel Batista Cruz, Vicente Santório Fantini, Clovis José de Siqueira, Wilson Haese, Clério Vieira Falcão, Nelson Alves de Aguiar, Nider Barbosa, Dilton Lyrio Netto, Darcy Castelo Mendonça, Antônio Pelaes da Silva, Jose Theodomiro Casa Grande, Salvador Bonomo, Arnaldo de Aguiar Bastos, Paulo Sergio Borges, José Teixeira Guimarães, Ozéas Ximenes Monta, Délio Rodrigues Correa, Luiz Ferraz Moulin, Ater Rodrigues Florindo, Erasmo Aquino de Souza, José de Barros Junior, Francisco de Oliveira, Délio Simão Nader, Jauber Dório Pignaton, José Rodrigues de Oliveira, Inimah Ponche, Isaac Lopes Rubin, José Cupertino Leite de Almeida, Jair Ramos Barbosa, Valter Sthel Cock, Carlos Malta de Carvalho, Ito Coelho, Nelcio Andrade Mendes, Olivia Nogueira de Castro, Alcélcio Sampaio, Joao Batista Rodrigues Junior, Nilson Oliveira Bittencourt, Arnaldo Pinto da Vitória, Carlos Dorsch, Élcio Teixeira de Almeida, Gilmar dos Santos Lopes, Hélio Machado de Miranda, Joel da Silva Rabelo, José Luiz Alvarenga, Lourenço Pereira Cardoso, Hélio Nogueira da Gama, Dario Gomes.

de somente homologar o que já se havia decidido anteriormente. No caso da realidade capixaba, não foi diferente, tal como nos revela a crônica jornalística da época:

Os delegados pareciam colegiais em dia de inspeção. Afinal, para a maioria deles, era a primeira vez que tinham o privilégio de eleger, sozinhos, um Governador de Estado. É verdade que não tinham escolhido o candidato, mas isso já não fazia muita diferença. O importante é que iriam votar, em nome do povo capixaba, ou dos 700 mil eleitores entronizando no Governo o ex-udenista e Senador Eurico Vieira de Rezende. Simples, descontraídos, tímidos, eles chegaram e lotaram a ante-sala do plenário da Assembléia. Metidos em seus ternos, apertados em suas gravatas, suando em abundância, procuravam furar o bloqueio de políticos que os cercavam e chegar ao plenário. Primeiro para apresentar a credencial que os habilitaria a votar. Exatamente às 14 horas o Presidente do Colégio Eleitoral, Pedro Leal, iniciou a votação. Os delegados, como já tinha acontecido antes, foram chamados, um a um: levantavam-se e anunciavam o candidato de sua preferência. Quarenta minutos depois a apuração estava encerrada: o Senador Eurico Rezende, seu vice, José Carlos da Fonseca, e o Senador João Calmon, candidato a biônico, haviam obtido 107 votos [...].⁵¹⁷

O Colégio Eleitoral do Espírito Santo foi composto por 130 delegados, incluindo os do MDB. Como cinco municípios não apresentaram credenciais, o número foi reduzido para 120 pessoas. Descontando desse total os 9 (nove) deputados do MDB que não compareceram, restaram 111 delegados. Com a falta de outros 4 (membros), restaram 107, sendo essa exatamente a quantidade de votos obtidos por Eurico, Fonseca e Calmon.⁵¹⁸

Quanto ao processo eleitoral para os demais cargos, as expectativas eram de que a Arena mantivesse a vantagem em relação ao Partido oposicionista⁵¹⁹, embora se considerassem algumas mudanças no cenário em geral. A *Revista Espírito Santo Agora*, que realizou uma enquete naquele ano para entender o perfil do eleitor, bem como suas preferências e os prognósticos acerca do processo eleitoral em curso, nos dá pistas bem interessantes:

[...] pode-se chegar à conclusão de que a Arena se firmou mais como partido do que o MDB. Os votos arenistas são mais francos, menos racionais, de gente que foi fígada pela propaganda transmitida pelos meios de comunicação. Entre os dois pseudo-partidos, inegavelmente, na Grande Vitória, é o mais popular para um contingente maior de eleitores. [...] E como a eleição é resultado de um simples fator numérico (que pode ainda ser manipulado na contagem de votos) é razoável admitir que a Arena irá vencer – inclusive junto aos municípios mais desenvolvidos. A tese contrária tem sido sustentada pelo MDB, evidentemente, mas se trata de uma antipropaganda, de cunho intelectual. Que a classe média mais esclarecida votará no MDB é certo. Mas em termos quantitativos, não se pode negar a superioridade da Arena [...].⁵²⁰ (*grifo nosso*)

O fragmento afirma que o partido que mais teria se institucionalizado era a Arena, cuja vantagem estava no fato de reunir nas suas fileiras as principais lideranças políticas da época, inclusive

⁵¹⁷ SEM surpresas. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 27, Ano VI, p. 6, set. 1978.

⁵¹⁸ SEM surpresas. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 27, Ano VI, p. 6, set. 1978.

⁵¹⁹ REZENDE, Lino. **O Voto é uma arma de dois gumes.** A vítima pode ser você. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 27, Ano VI, p. 14-16, out. 1978.

⁵²⁰ O CORAÇÃO tem o voto que a razão desconhece (Enquete realizada pelos Repórteres Ademir Ramos, Cenira Borges, Marisa Ghidetti, Lino Resende, Edvaldo dos Anjos e Maria Ângela Pollerano. Texto final de Sérgio Escovedo). *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 28, Ano VI, p. 10-13, out. 1978.

aquelas mais populares, as quais ocupavam os principais postos administrativos, nas três esferas, atraindo para si a maior parte dos apoios. Sobre a vantagem da Arena, o Jornalista Lino Rezende, na mesma edição do referido periódico, completa apresentando um argumento mais adequado:

[...] a Arena deve ganhar em termos numéricos, mantendo uma diferença sobre a Oposição. Melhor estruturada, com a máquina de governo a sustentá-la, a Arena tem força de pressão, embora mesmo no interior esteja perdendo alguns pontos devido a problemas de safras agrícolas e preços de produtos agrícolas.⁵²¹

Sobre a natureza dos partidos políticos, os jornalistas revelam, na mesma enquete, a permanência dos agrupamentos internos que remontam os anos 1945-1964, o que parece confirmar o argumento defendido ao longo dessa tese:

[...] Subjetivamente eles afirmam que Arena e MDB são praticamente a mesma coisa e, objetivamente, se sabe que nenhum dos dois partidos pode até hoje elaborar o que se poderia chamar de uma proposta de ação. Além dos dissidentes de ambos os lados, Arena e MDB estão cheios de PTB, PSD, UDN e outras daquelas de antigas agremiações que defendiam pontos de vista mais identificados com os interesses divididos do eleitorado nacional, Arena e MDB são artificialidades desajeitadas e impostas de cima para baixo, como todos estão cansados de saber.⁵²²

O fragmento acerta quando trata da sobrevivência das antigas agremiações, mas reproduz o mesmo equívoco da maioria dos estudos que tratam do bipartidarismo vigente no Brasil no contexto do regime militar, cotejando-o à luz dos tipos ideais e ignorando as diversas restrições impostas às atividades políticas no período. É preciso assinalar que a perspectiva deste trabalho busca focalizar não só as questões institucionais, que estabeleceram uma ordem autoritária, mas principalmente as ações e práticas empreendidas pelos indivíduos e seus respectivos agrupamentos, pensados enquanto entes de partido, em suas tentativas de garantir e alargar seu espaço dentro dos limites estabelecidos pelo Regime, seja visando a legitimar suas posições, seja objetivando assegurar a manutenção de suas carreiras e/ou trajetórias políticas.

Mas, retornando aos números do pleito eleitoral de 1978, eles acabaram confirmando o favoritismo da Arena, que manteve a dianteira, embora também se reconheça novamente um leve crescimento do MDB. No Senado, os arenistas venceram com Moacyr Dalla, cunhado de Eurico Rezende, recém indicado Governador, e que era considerado o favorito pelo fato de ter sido eleito Deputado Federal com excelente votação em 1974 (24 mil votos), e possuir mais recursos financeiros, o que dava mais volume de campanha⁵²³, elemento determinante em qualquer pleito.

⁵²¹ REZENDE, Lino. O Voto é uma arma de dois gumes. A vítima pode ser você. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 27, Ano VI, p. 14-16, out. 1978.

⁵²² O CORAÇÃO tem o voto que a razão desconhece (Enquete realizada pelos Repórteres Ademir Ramos, Cenira Borges, Marisa Ghidetti, Lino Resende, Edvaldo dos Anjos e Maria Ângela Pollerano. Texto final de Sérgio Escovedo). *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 27, Ano VI, p. 10-13, out. 1978.

⁵²³ REZENDE, Lino. O Voto é uma arma de dois gumes. A vítima pode ser você. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 27, Ano VI, p. 14-16, out. 1978.

Dalla acabou obtendo 131.642 votos válidos, o que representa 25,46% do total, bem à frente de seus dois companheiros de partido, Carlito Von Schilgen e Setembrino Pelissari, que concorreram em sublegenda obtendo 18,19% e 8,58%, respectivamente. A disputa entre os três arenistas acabou rachando o eleitorado da Grande Vitória⁵²⁴. Dalla ficou à frente ainda, embora com diferença menor, dos três candidatos do MDB: Berredo de Menezes (22,10%), Hélio Manhães (19,21%) e Raul Gilberti, que obteve 6,43%. Dos três candidatos emedebistas, Manhães era considerado o candidato com maior popularidade entre os seis concorrentes⁵²⁵. Por conta disso, acabou se acomodando⁵²⁶ e perdendo muitos votos no seu reduto eleitoral, o Município Cachoeiro do Itapemirim.

Nesse sentido, apesar de a vitória arenista para o Senado não ter sido tão folgada, acabou repetindo os bons índices alcançados em 1970, quando Eurico Rezende foi eleito juntamente com João Calmon. Com a indicação deste último para a vaga de Senador biônico, a Arena conquistou as duas cadeiras na Câmara Alta.

Tabela 61 – Resultados das eleições para o Senado - 1978.

Candidato	Partido de Origem	Partido	Novo Partido	Nº de Votos	Votos Válidos (%)
Moacy Dalla	UDN/Arena	ARENA	PDS	131.642	25,46
Carlito Von Schilgen	PSD/Arena	ARENA	PDS	94.067	18,19
Setembrino Pelissari	UDN/Arena	ARENA	PDS	44.362	8,58
Soma da legenda				270.071	52,23
Ferdinand Berredo de Menezes	PTB/MDB	MDB	PMDB	114.300	22,10
Hélio Carlos Manhães	PSP/MDB	MDB	PMDB	99.341	19,21
Raul Gilberti	PSP/MDB	MDB	PMDB	33.272	6,43
Soma da legenda				246.913	47,77
Votos Brancos				46.496	-
Votos Nulos				29.260	-
Total de Votos válidos				516.984	100
Total de Votos Apurados				592.240	-

Fonte: TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo).

Na Câmara Federal, a Arena repetiu o mesmo resultado do pleito anterior, uma vez que conquistou 5 (cinco) cadeiras e o MDB, 3 (três). Destaque para a significativa renovação da bancada capixaba naquela casa legislativa. Somente 3 (três) dos 8 (oito) eleitos possuíam vida partidária progressa antes do Golpe de 1964, tal como pode ser observado na tabela abaixo.

⁵²⁴ ELEIÇÕES: Eurico ganhou. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 29, Ano VI, p. 9-12, nov. 1978.

⁵²⁵ REZENDE, Lino. O Voto é uma arma de dois gumes. A vítima pode ser você. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 27, Ano VI, p. 14-16, out. 1978.

⁵²⁶ ELEIÇÕES: Eurico ganhou. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 29, Ano VI, p. 9-12, nov. 1978.

Tabela 62: Resultados das eleições para Deputado Federal - 1978.

Candidatos	Partido de Origem	Partido	Nº de votos	Votos Válidos (%)
Max Freitas Mauro	n.i.	MDB	54.412	11,55
Theodorico de Assis Ferraço	PRP	ARENA	44.942	9,54
Gerson Camata	n.i.	ARENA	39.637	8,41
Luiz Baptista	PTB	MDB	39.399	8,36
Antônio José Miguel Feu Rosa	UDN	ARENA	37.208	7,90
Belmiro Teixeira Pimenta	n.i.	ARENA	35.448	7,52
Mário Alves Moreira	n.i.	MDB	26.342	5,59
Walter de Prá	n.i.	ARENA	23.542	4,99
Candidatos Eleitos			300.930	63,90
Candidatos não eleitos			169.962	36,09
Votos Brancos			93.377	-
Votos Nulos			48.471	-
Total de Votos Válidos			470.892	100
Total de Votos			612.740	-

Fonte: TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo); Jornal *A Gazeta*, p. 06, 23 de novembro, 1982.

Registre-se a derrota de lideranças de peso que, nesse pleito, ficaram apenas na suplência. Pela Arena, destaque para Christiano Dias Lopes Filho, ex-governador e Deputado Estadual por três mandatos (1955-1958/1959/1962/1963/1966), que culpou o Governador Élcio, seu desafeto, pela derrota⁵²⁷. Sobre as manobras realizadas contra o ex-governador,

[...] o Senador Eurico, que ouviu várias reclamações de Christiano, não ignorava as manobras mesmo porque Christiano lhe informou sobre elas. Não fez, contudo, muita coisa para mudar os esquemas. Pode-se dizer que a Eurico, embora se interessasse pela vitória da Arena, não interessava a vitória de Christiano, um nome capaz de lhe fazer frente em termos de liderança no Espírito Santo. Talvez em função disso, os adversários do ex-governador manobram à vontade. Se Eurico permitiu que Élcio manobrasse livremente em favor de Belmiro Teixeira Pimenta e de Walter de Prá, é porque sabe que os dois, eleitos e empossados, não lhe serão hostis, pois dependem, para uma reeleição daqui a quatro anos do seu apoio e respaldo. Sem o Governo, nenhum dos dois teria condições de se eleger ou mesmo de repetir um mandato federal. O caso de Ferraço e Feu Rosa é diferente. Eles são de confiança de Eurico, que lutou pela eleição dos dois.⁵²⁸

Nota-se, com o fragmento, a preservação das mesmas posições mantidas no contexto do bipartidarismo, trazidas do regime democrático anterior ao Golpe de 1964. Além das batalhas entre elementos do antigo PSD que naquele momento estavam rachados – Élcio Álvares e Christiano Dias Lopes –, é possível verificar as movimentações de Eurico no sentido de eleger lideranças de sua confiança, no caso Teodorico Ferraço (ex-PRP) e Feu Rosa (ex-UDN), bem como outras figuras de menor peso, cuja maioria compunha a antiga *Coligação Democrática*.

Além de Christiano, os outros arenistas de peso que não obtiveram êxito eleitoral neste pleito foram: José Parente Frota, ex-membro do PSD, General, deputado estadual por um mandato

⁵²⁷ ELEIÇÕES: Eurico ganhou. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 29, Ano VI, p. 9-12, nov. 1978.

⁵²⁸ ELEIÇÕES: Eurico ganhou. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 29, Ano VI, p. 9-12, nov. 1978.

(1959-1962) e deputado federal por outros três (1967-1971/1971-1975/1975-1979); Henrique Pretti (ex-PSD), ex-vice-governador na Gestão Arthur Carlos G. Santos; Solon Borges Marques (ex-PTB), ex-prefeito de Vitória (1963-1968) e Vila Velha (1973-1977), entre outros.

Pelo MDB, ficaram de fora o Presidente Regional da sigla e mais bem votado para o mesmo cargo nas eleições de 1974, Argilano Dario, o que demonstra perda de fôlego tanto em termos eleitorais quanto no interior da legenda, especialmente por conta de seu centralismo ter gerado muitos pontos de tensão dentro do partido⁵²⁹; além dele, ficaram também de fora, Joaquim Leite de Almeida (ex-PSP), e o igualmente até então Deputado Aloízio Santos. Tais resultados demonstram que estava em curso um significativo processo de renovação da política capixaba.

No caso do resultado do pleito para a Assembleia Legislativa, a Arena manteve a dianteira, mas com uma cadeira a menos do que no pleito anterior, num total de 24. Obteve 14 (quatorze) vagas contra 10 (dez) do MDB, conforme quadro abaixo. Tal como ocorreu nas eleições para a Câmara Federal, importante salientar que importantes lideranças também não foram bem sucedidas e acabaram ficando de fora, amargando a suplência. Entre eles, podemos mencionar Antônio Jacques Soares (ex-PTB), Paulo Stefenoni e Verdeval Ferreira (ex-PSD), pela Arena. Pelo MDB, pode ser mencionado o ex-vice-governador na gestão Christiano Dias Lopes e ex-membro do antigo PTB, Isaac Rubin, que migrara para o partido, além de José Cupertino Leite de Almeida (ex-PSP). O resultado desse pleito pode ser visualizado no quadro abaixo.

Tabela 63 – Quantidade de candidatos eleitos por Arena e MDB nas eleições para a Assembléia Legislativa – 1978

Partido e quantidade de cadeiras conquistadas		Partidos de Origem							n.i.*
		PSD	UDN	PSP	PTB	PRP	PDC	PR	
Arena	14	5	3	2	-	1	-	-	3
MDB	10	-	-	-	1	-	-	-	9
Total	24	5	3	2	1	1	-	-	12

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-ES

*n.i.: não identificado

Tal como ocorreu na Câmara Federal, a Assembleia Legislativa do Espírito Santo também passou por importante renovação, especialmente o MDB. Dos 10 (dez) deputados eleitos pelo partido oposicionista, 9 (nove) eram lideranças que iniciaram suas carreiras políticas no contexto do bipartidarismo, o que demonstra preferência do eleitorado pelos *autênticos*. Importante salientar que, a partir desse momento, o até então *dono* do Partido começou a perder gradativamente o controle da sigla com o fortalecimento de figuras mais autênticas, tais como Max Freitas Mauro, Carlos Alberto Cunha, Roberto Valadão, Nelson Aguiar, Nyder Barbosa,

⁵²⁹ ELEIÇÕES: Eurico ganhou. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 29, Ano VI, p. 9-12, nov. 1978.

entre outros, que se sobrepuseram às figuras consideradas mais moderadas no Partido, como o Presidente da sigla, Argilano Dario, visto como conservador⁵³⁰.

Já os números da Arena, mostram a manutenção dos seus quadros tradicionais. Apenas 3 (três) deputados eleitos, num total de 12 (doze), iniciaram suas trajetórias políticas depois de 1964. Todos os demais tinham vida partidária pregressa ao regime militar.

7.4. O Governo Eurico Rezende e as descontinuidades desenvolvimentistas (1979-1983)

Eurico Rezende foi o último Governador eleito indiretamente e governou o Espírito Santo no momento em que as ações pretéritas em termos desenvolvimentistas já haviam redefinido o perfil socioeconômico do estado (SILVA, 2010). Ademais, os cenários político e econômico nacional também já haviam passado por significativas alterações e a crise econômica do modelo desenvolvimentista vinha se agravando, desde a primeira crise do petróleo que, a partir do Governo Figueiredo (1979-1985), entrou em sua fase mais aguda, marcada pela crise da dívida externa, pela emergência da situação de recessão e inflação ascendente (SILVA, 2010; VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011d). Do ponto de vista político, a liberalização do regime militar já caminhava a passos largos. Essas foram, em suma, as circunstâncias encontradas por Eurico Rezende quando assumiu o Governo do Estado.

Tal como seus antecessores, Eurico pertencia à geração pré-1964, sendo contemporâneo dos líderes do PSD, Jones dos Santos Neves, Carlos Lindenberg, Christiano Dias Lopes, entre outros, porém, politicamente, era adversário deles. Fora fundador da UDN, em 1945, e na maioria dos pleitos daquele período disputou ao lado das forças políticas de oposição ao PSD, aglutinadas principalmente por Atilio Vivacqua, Raul Gilberti, Asdrúbal Soares e Francisco Lacerda de Aguiar, os quais tinham na base primário-exportadora e nos interesses ligados ao comércio exportador de café a principal âncora de sua sustentação política, posição, portanto, diametralmente oposta aos governos biônicos anteriores.

Em entrevista concedida em maio de 1978, logo após a sua indicação, Eurico evidencia essa mentalidade, quando aponta “[...] as necessidades principais sob o enfoque de possibilidades do Governo do Estado [que seriam] a agricultura, a pecuária, a educação, o rodoviarismo, assistência social. [...]”⁵³¹

⁵³⁰ EM Brasília, uma fraca representação. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 29, Ano VI, p. 9-12, nov. 1978.

⁵³¹ O NOVO Donatário. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 24, p. 22, mai. 1978.

Na mesma entrevista, concedida no dia 6 de maio de 1978, quando indagado acerca do que seria enfatizado em seu Governo, Eurico deixa claro a inexistência de projeto para o Estado e mesmo de uma proposta alternativa para o desenvolvimento capixaba ante a crise nacional e internacional vigente. No fragmento abaixo, o Governador recém-indicado acaba, também, por clarear o fenômeno da *Desautonomia Relativa*, decodificado por Medeiros (1977), sobre o qual já se mencionou no capítulo V, bem como a posição do Estado por ocasião do pacto federativo forjado pelo Regime. Revela também o seu perfil *personalista* e *clientelista* de fazer política, ao indicar como seria a relação com a União:

Nenhum Governador, hoje, pelo novo sistema que se estabeleceu no Brasil, pode organizar projetos, pode fazer plataforma, porque eu, por exemplo, quero identificar a necessidade de mão de obra. Vou fazer um projeto, o projeto fica em 30 milhões de cruzeiros, o Estado não tem recursos, dispõe apenas de 20% desses recursos, não tem os outros 80%, vou ao Governo da União não pode me dar esse dinheiro. Então perde-se o projeto. Então, a minha preocupação vai ser anotar, como estou fazendo, as necessidades prementes, manter contatos com a União, com os Ministérios, ver esses projetos que terão que ser feitos de comum acordo com o Governo Federal. O Espírito Santo, notadamente, é um dos Estados com os quais a União tem ligação de interesse mais imediatos por causa dos programas siderúrgicos e programas de exportação⁵³².

Assim, constrangido pela situação de crise econômica e financeira do país, seu governo passou grande parte do tempo lamentando os efeitos das crises, agindo mais de forma reativa do que proativa (SILVA, 2010).

Especificamente no campo econômico, o Governo Eurico Rezende até chegou a ensaiar algum movimento no sentido de construir uma agenda, inclusive sob a coordenação do Professor Arlindo Villaschi – remanescente da geração de formuladores dos *Grandes Projetos* ao lado de Lélío Rodrigues, entre outros –, que assumiu a Secretaria do Planejamento⁵³³. Traçou como principais diretrizes a interiorização do desenvolvimento, estimulando as vocações econômicas de diferentes regiões do estado (VILLASCHI, FELIPE e OLIVEIRA, 2011d). Todavia, conforme salienta Silva (1993), o Governo estadual não encontrou condições financeiras para executar os seus projetos previstos, nem tampouco respaldo federal para que eles fossem viabilizados.

Em menos de dois anos, Villaschi foi derrubado por influência do vice-governador José Carlos Fonseca⁵³⁴, e extinta a Secretaria de Planejamento. Em outras palavras, “[...] o Governo subtrai

⁵³² O NOVO Donatário. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 24, p. 22, mai. 1978.

⁵³³ HASSE, Geraldo. *Grandes Projetos - A Turma do Arlindo Villaschi: exumando o pensamento econômico capixaba*. Disponível em: <http://www.seculodiario.com/seculo/2000/seculo03/hasse/index.htm>. Acesso em: 23 mai. 2012.

⁵³⁴ HASSE, Geraldo. *Grandes Projetos - A Turma do Arlindo Villaschi: exumando o pensamento econômico capixaba*. Disponível em: <http://www.seculodiario.com/seculo/2000/seculo03/hasse/index.htm>. Acesso em: 23 mai. 2012.

do planejamento as características de ação global e passa a privilegiar as ações setoriais, sem a direção apontada por órgãos técnicos e especializados em elaboração de projetos [...]” (SILVA, 1993, p. 316), desfigurando o Governo estadual.

Apesar disso, tal como revelam os escritos de Silva (2010), o Governo Eurico contou com recursos do Banco Mundial para investimentos em infra-estrutura urbana – vias de transportes, saneamento básico, regularização fundiária, entre outros. Ao mesmo tempo, no meio rural vieram se consolidando mudanças significativas no Espírito Santo, especialmente, a retomada da expansão da lavoura cafeeira em moldes empresariais e a modernização tecnológica geral da agricultura (SILVA, 2010).

Embora não tenham impedido de todo a continuidade do projeto econômico em curso, tanto Eurico Rezende quanto os demais governos alçados ao poder após o processo de *abertura democrática*, não promoveram projetos ou planos transformadores como os verificados, especialmente nos dois primeiros governos biônicos, e que fossem capazes, acima de tudo, de levar o Estado a novos saltos desenvolvimentistas (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011e).

Do ponto de vista da articulação política, em tempos de abertura, o tradicionalismo nos moldes centralizador e personalista, que fazia parte da trajetória política de Rezende, seria retomado e daria o tom de seu governo. Como resultante, a estrutura tecnocrática constituída nas gestões anteriores perderia espaço para articulações fundadas em redes de relações pessoais, restaurando o clientelismo e a mediação direta, o que conduziria ao relativo desmonte dos aparatos de planejamento e inovação criados (SILVA, 1993; SILVA, 2010).

7.5. A abertura no Brasil e no Espírito Santo, os novos partidos no processo eleitoral de 1982 e a “arenização do PMDB”

Nem mesmo Lei Falcão e do Pacote de Abril foram suficientes para tranquilizar inteiramente o governo militar em relação à ameaça representada pelo MDB em âmbito nacional, que naquele momento obtinha crescimento significativo. Algo mais deveria ser feito para barrar o crescimento alcançado pela oposição. Nesse sentido, observava-se que o bipartidarismo deixara de ser uma alternativa de organização política e institucional atraente para os estrategistas do regime militar. A concentração das forças de oposição numa única legenda estimulava o caráter plebiscitário do processo eleitoral, aumentando o risco de derrotas da Arena. Dividir a oposição passava, então, a ser cada vez mais conveniente, ainda que o preço a pagar fosse o restabelecimento do multipartidarismo (SCHMITT, 2000; MOTTA, 1997; MOTTA, 1999).

A partir de 1979, dois novos fatores políticos somaram-se aos motivos de ordem eleitoral para justificar a reforma do quadro partidário. O primeiro foi a decretação da *Lei de Anistia* (Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979), com o conseqüente retorno ao país dos exilados políticos, restituindo, dessa forma, os direitos políticos daqueles afetados pelas arbitrariedades do regime autoritário, inclusive daqueles políticos que haviam sido cassados. O outro foi a proliferação, a partir de meados da década de 70, de organizações como associações de bairros, Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), movimentos contra a carestia e, principalmente, organizações ligados aos direitos humanos⁵³⁵. A conjunção dessas circunstâncias tornava impraticável a permanência de apenas duas agremiações partidárias.

Assim, visando barrar o avanço da oposição, o governo decretou a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) – Lei Nº 6.767, de 20 de Dezembro de 1979 –, que, entre outras coisas, extinguiu o bipartidarismo e provocou uma reformulação partidária, abrindo a possibilidade para a formação de vários novos partidos. A intenção era dividir a frente oposicionista reunida no MDB, explorando e aguçando as suas várias divisões internas existentes. O objetivo fundamental era destruir o MDB, que estava se tornando um partido extremamente popular.

Deste modo, deu-se início à formação de vários partidos políticos e o quadro político-partidário que floresceu no Espírito Santo, nesse contexto, foi reflexo daquilo que ocorreu a nível nacional. As principais agremiações também se fizeram representar em solo espírito-santense.

Assim, da Arena surgiu o Partido Democrático Social (PDS), que no novo quadro partidário continuou sendo aquela agremiação posicionada à direita do espectro político. Com a criação de novos partidos possibilitada pela reforma partidária, a Arena não só mudou de nome, como também perdeu numerosos membros, que deixaram o partido para se integrar, em sua maioria, à nova agremiação fundada por Tancredo Neves e Magalhães Pinto, o Partido Popular (PP). No entanto, em conseqüência dos obstáculos criados pelo chamado *Pacote Eleitoral*, de novembro de 1981, que diminuíram drasticamente as chances eleitorais do novo partido, muitos daqueles ex-arenistas e ex-pepistas foram parar no PMDB⁵³⁶.

⁵³⁵ Sobre o papel dos movimentos civis que combateram o regime autoritário no Brasil, ver: ANGELO, Vitor Amorim de. *Ditadura Militar, esquerda armada e memória social no Brasil*. 2011. 225 f. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2011.

⁵³⁶ Do extinto PP (Partido Popular), que ingressou no PMDB em 1982, faziam parte, além de José Moraes: Luiz Batista, Hugo Borges, Ozéas Ximenes Monte, João Batista Motta, Martinho de Castro Machado, Maridéia Rosa Bitti, dentre outros. Em nível nacional, entre os ex-pepistas de destaque que também aderiram ao PMDB, estão: Jaime Cagnet (PR), Roberto Santos (BA), Affonso Camargo (Senador Biônico - PR), e Synval Guazzelli (RS). A incorporação do PP, por um lado, ajudou o PMDB, pois evitou que ocorresse aquilo que os militares pretendiam, ou seja, dividir a oposição, mas, por outro, trouxe inúmeros problemas para o PMDB do Espírito Santo, conforme veremos adiante.

Foram membros fundadores do PDS, no Espírito Santo, tradicionais nomes do cenário político capixaba, tendo o partido herdado a polarização que marcou a existência da Arena no Estado. Nesse sentido, do lado do das antigas forças que no período democrático dos anos 1945-1964 militaram no antigo PSD, despontou figuras como João Calmon (que depois foi para o PMDB), José Carlos da Fonseca, Carlos Alberto Lindenberg Von Schilgen (Carlito), Juarez Martins Leite, além dos ex-governadores Élcio Álvares (principal líder da corrente nesse momento) e Cristiano Dias Lopes Filho. Do outro lado, das forças político-partidárias que se reuniam em torno da chamada *Coligação Democrática*, o então governador Eurico Rezende (ex-UDN), Theodorico de Assis Ferraço (ex-PRP), Lúcio Merçon (ex-PRP), Moacir Dalla (ex-UDN), e o velho ex-governador Francisco Lacerda de Aguiar, que, embora não fosse muito ligado a qualquer agremiação, foi eleito, em 1962 (sua última eleição) pelo PSP, dentre outras lideranças.

A definição do candidato que iria concorrer pelo PDS às eleições de 1982⁵³⁷ para governador começou a ser ensaiada no final de 1981, quando o então Governador Eurico Rezende (ex-UDN) recebeu os 88 membros do Partido com direito a voto em convenção, para indicar preferências⁵³⁸. Nesse momento, apareceram as surpresas e os problemas, pois foram sugeridos oito correligionários pelo governador e dentre eles não estava Élcio Álvares, ex-membro do antigo PSD, fato que acirrou ainda mais os conflitos entre elcistas e rezendistas.

O resultado dessa consulta apontou, nas quatro primeiras colocações, o Deputado Federal Theodorico de Assis Ferraço (ex-PRP) em primeiro; o prefeito da Capital Carlos Alberto Lindenberg Von Schilgen (ex-PSD), em segundo, figura ligada a Cristiano Dias Lopes, grande desafeto de Élcio e que, por isso, se aproximara de Eurico no final dos anos 1970; o Prefeito da Serra, José Maria Feu Rosa (ex-UDN) em terceiro, ficando o empresário e ex-prefeito de Vitória entre 1971 e 1975, Chrisógono Cruz, em quarto⁵³⁹. Importante salientar que este último também era próximo do ex-governador Cristiano Dias Lopes Filho.

Como se percebe, a escolha do candidato pedessista ao governo foi toda conduzida pelo governador, acompanhada de uma exclusão premeditada do ex-governador Élcio Álvares – com o apoio de Dias Lopes – que insistia em se tornar candidato, o que significa a perpetuação, agora

⁵³⁷ Nas eleições que ocorreriam em novembro de 1982 seriam escolhidos, além do governador, representantes para os cargos de vereador, prefeito, deputados estaduais, deputados federais e senador. A população só não iria às urnas para escolher o presidente, fato que só viria a ocorrer em 1989 e para escolher prefeitos de capitais, consideradas áreas de segurança nacional, cujos pleitos se realizariam em 15 de novembro de 1985.

⁵³⁸ TRUNFOS da Sucessão. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n 65, p.04-06, Fev. 1982; A crise da ARENA. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n 25, p. 04 – 08, Jun./Jul. 1978.

⁵³⁹ TRUNFOS da Sucessão. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n 65, p.05-06, fev. 1982.

no interior do PDS, dos conflitos entre ex-PSD e *Coligação Democrática*, representado, especialmente por membros da antiga UDN.

Eurico exprimia em diversos pronunciamentos o retrato falado do seu sucessor, que deveria ter “inegável senso administrativo, temperamento político equilibrado, independência econômica e condições de dar continuidade as suas obras dentro de um plano de austeridade absoluta”⁵⁴⁰. O primeiro colocado na lista, Ferrazo, não se encaixava nesse perfil, pois era visto como um homem irrequieto e estabonado⁵⁴¹. Os outros três pré-candidatos se enquadravam relativamente bem no contorno, com uma pequena vantagem de Von Schilgen, considerado mais denso nas urnas⁵⁴².

Nas eleições de 1982, portanto, reproduzindo a mesma tendência da antiga Arena, o PDS partiu para a disputa visivelmente dividido, fato que enfraqueceu grandemente o partido. Em convenção bastante questionada, a ala pedessista capitaneada pelo então governador Eurico Rezende, escolheu Carlos Alberto Lindemberg Von Schilgen (Carlito) e José Maria Feu Rosa, para candidatos a governador e a vice, respectivamente. Esse grupo ficou sendo conhecido como *PDS UM*. Entretanto, os deputados estaduais Vicente Silveira – ex-udenista e agora próximo de Élcio – e Juarez Martins Leite, ex-PSD e fortemente ligado a Élcio Álvares, protocolaram, no dia 1º de julho de 1982, junto ao TSE, um pedido de anulação da convenção do PDS. Os dois deputados, sendo o primeiro Presidente da Assembléia Legislativa, faziam parte do grupo dissidente que passou a ser chamado de *PSD DOIS*, liderado pelo ex-governador Élcio Álvares.

O recurso especial, com 22 laudas datilografadas, protestava, em toda a sua redação, contra a forma como fora feita a convenção do PDS, pedindo a sua anulação. A base para tal protesto era o *Pacote do Presidente Figueiredo*, de dezembro de 1979, que em seu artigo 5º, parágrafo 1º, não permitia “[...] arranjos que pudesse induzir o eleitor ao engano ou à confusão [...]”⁵⁴³. A petição afirmava que as chapas apresentadas na 1º convenção do partido só eram compostas por candidatos a governador e a vice, e que não haviam sido acompanhadas de candidatos a deputados estaduais e federais, além de nomes para o Senado⁵⁴⁴, o que, na opinião dos deputados *elcistas*, era irregular. Toda essa polêmica durou até poucos dias antes do fim do prazo das

⁵⁴⁰ TRUNFOS da Sucessão. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n 65, p.05-06, fev. 1982.

⁵⁴¹ SUCESSÃO: no ES, o PDS briga e a oposição espera. *Revista Conceito*, Vitória, v.2, p. 6-10, jan. 1982.

⁵⁴² TRUNFOS da Sucessão. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n 65, p.04-06, fev. 1982. Sucessão: no ES, o PDS briga e a oposição espera. *Revista Conceito*, Vitória, v.2, p. 6-10, jan. 1982.

⁵⁴³ BRASIL, República Federativa do. Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Brasil (1979). Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6767-20-dezembro-1979-357280-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 04 jul. 2012.

⁵⁴⁴ ADVOGADOS vão ao TSE para anular convenção. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 02 jul. 1982.

inscrições, sendo ratificados os nomes de Carlito Von Schilgen para o governo e José Maria Feu Rosa para vice-governadoria, a contragosto dos *elcistas*.

Posicionando-se no novo cenário ao centro do espectro político estava o PMDB, que substituiu o antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Ao contrário do que aconteceu com o PDS, o PMDB tentou a todo custo manter a unidade e o rótulo de partido opositor. Entretanto, a definição do candidato para concorrer ao cargo de governador em 1982 não foi tranquila, na verdade quase levou a uma divisão interna na agremiação. O Senador Dirceu Cardoso (ex-PSD) aparecia como o principal nome para disputar o pleito, apesar de desconversar suas pretensões eleitorais. Além do Senador, apresentavam-se como candidatos Gerson Camata e Max Mauro, que, embora reunidos no mesmo partido, possuíam trajetórias políticas completamente distintas⁵⁴⁵.

Nesse aspecto, é importante salientar que Camata pertencera até o final de 1978 aos quadros da Arena, partido no qual iniciou sua carreira política em 1966, como vereador por Vitória. Era figura ligada ao antigo PSD, uma vez que seu pai havia sido membro da agremiação, embora ele próprio não tenha pertencido ao partido. Era também próximo do Senador João Calmon e se desligou da Arena em 1978, insatisfeito com o alijamento político de outro aliado seu, no caso o ex-governador Elcio Álvares.

Já Max Mauro, pode ser considerado um emedebista histórico, autêntico, cujo pai militara nas hostes petebistas no período 1945-1964, sendo um dos fundadores do PTB no Estado. Mauro se vinculou ao MDB logo após a fundação e era extremamente ligado aos movimentos de bairros emergentes a partir de meados de 1970.

Mas retornando ao ponto da indicação do Governador e vice que concorreriam ao pleito de 1982 pelo PMDB, resolvido o problema com Dirceu Cardoso, que decidiu não lançar o seu nome, as conversas intrapartidárias levaram à indefinição e à disputa entre Camata e Max Mauro numa pré-convenção que seria realizada no dia 4 de abril de 1982⁵⁴⁶, para decidir quem figuraria como candidato ao governo. Embora tenha ocorrido uma acirrada disputa, as fontes consultadas apontam para o fato de que houve um acordo pelo qual ficou definido que Camata seria apoiado por Mauro naquela eleição e, em 1986, ocorreria o inverso. Isso porque nos ombros de Mauro pesava, naquele momento, a fama de ser um homem radical de esquerda. Além disso, prognósticos de importantes figuras do PMDB apontavam sua fraqueza eleitoral no interior do Estado, e todos sabiam da importância de se obter votos fora da Grande Vitória. Sobre esse

⁵⁴⁵ NO PMDB, cobras e lagartos. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n. 65, p. 05, fev. 1982.

⁵⁴⁶ SEPARAÇÃO litigiosa. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n. 82, p.05-08, out. 1987.

ponto, apesar das diversas transformações econômicas e urbanas em curso desde as gestões de Dias Lopes (1967-1971) e de Arthur Carlos (1971-1975), mais da metade do eleitorado capixaba ainda se encontrava no interior.

Tal como pode ser visualizado na tabela abaixo, em 1982 a região da Grande Vitória⁵⁴⁷ possuía somente 37,4% do eleitorado. Os cinco municípios da Região Metropolitana, aliados aos de Colatina, Cachoeiro e Linhares, as principais cidades fora dessa região, somavam de 53% dos eleitores⁵⁴⁸. No ano de 1990, essa realidade não se modificou muito: a Grande Vitória representava cerca de 39,8% do eleitorado total.

Tabela 64 – Relação entre População e N° de eleitores do Espírito Santo – 1982-1991

<i>Ano</i>	<i>N° de habitantes</i>	<i>% Brasil</i>	<i>N° de eleitores</i>	<i>% Brasil</i>	<i>N° de eleitores/N° de Habitantes (%)</i>	<i>N° de Eleitores da Grande Vitória (%)</i>
1982	2.121.229	1,7	968.882	1,6	45,7	37,4
1986	2.334.546	1,7	1.159.546	1,7	49,7	38,2
1989	2.449.103	1,7	1.407.759	1,7	56,3	39,8
1991	2.598.231	1,8	1.453.925	1,7	55,9	-

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Vieira (1993).

Essa característica se manteve mesmo com o fomento do processo de industrialização e urbanização verificado nas últimas décadas e com a concentração populacional na região metropolitana⁵⁴⁹. Dessa forma, qualquer partido ou grupo político que desejasse obter as condições de conquistar índices majoritários deve ter a capacidade de agregar os votos no interior.

Situação totalmente inversa era a de Camata e a do candidato do PDS, Carlito Von Schilgen, que possuíam mais capilaridade no Estado como um todo. Tal fato levou, inclusive, figuras aliadas de Mauro a votarem em Camata, como Mário Moreira e Sérgio Ceotto⁵⁵⁰, sendo este último liderança de Colatina, norte do Estado, que fizera parte do mesmo grupo de Élcio no interior da Arena. Nota-se que a polarização política existente no interior da Arena durante o Regime Militar e que se transferira para o PDS, também respingou no PMDB, principalmente pela

⁵⁴⁷ Na época, a Grande Vitória era composta por Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana. Posteriormente, os municípios de Guarapari e Fundão foram incorporados, mas para efeito de análise não serão considerados nesta seção.

⁵⁴⁸ GRANDE Vitória tem 37,4% do eleitorado capixaba. *A Gazeta*, Vitória, p.06, 21 out. 1982.

⁵⁴⁹ O processo de industrialização do Espírito Santo se deu à luz da desestruturação da economia cafeeira e de deslocamentos sucessivos e constantes de populações de áreas rurais para urbanas. As cidades, *lócus* de atração, pois oferecem maiores oportunidades de vida, acabam por se transformar em centros de reserva de mão-de-obra mal remunerada, contribuindo para a formação de favelas cujas condições de sobrevivência são subumanas. A esse respeito ver SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da grande Vitória, 1950-1980**. Vitória: Edefes, 2001.

⁵⁵⁰ SEPARAÇÃO litigiosa. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n. 82, p.05-08, out. 1987.

reconfiguração do quadro partidário em que ocorreu a migração de vários ex-arenistas para o PMDB. E isso é bastante evidente quando analisamos a definição dos candidatos que concorreriam no pleito para governador em 1982 pelo partido.

Tal polarização se expressou também naquele que pode ser considerado o principal problema do PMDB naquele pleito, que foi a escolha do vice-governador para compor a chapa com Camata, polêmica que deixou algumas marcas e contribuiu para grandes divisões após as eleições de 1982. Três eram os candidatos que se apresentaram para a vaga: Mário Moreira, considerado o preferido de Camata e do Sul do Estado, principal reduto (pe)emedebista; o empresário José Moraes – ex-PSP, ex-arenista e ex-pepista –, homem visto, naquelas circunstâncias, como dono de posições extremamente conservadoras, o que dificultava a união do partido, especialmente por conta da rejeição entre os segmentos mais autênticos do PMDB⁵⁵¹; e o próprio Senador Dirceu Cardoso (ex-PSD). Além desses, o suplente de deputado Gerles Gama também pleiteava ser candidato, mas foi logo persuadido por líderes do partido a desistir em nome da unidade partidária.

A Executiva Regional do PMDB delegou poderes a Camata para escolher seu candidato a vice-governador. O grande problema de Camata estava no receio de escolher uma dentre as opções que estavam postas e com isso dividir ainda mais o partido. Prevendo que uma ruptura pudesse acontecer, Gerson Camata, em várias reuniões, pediu aos seus companheiros de partido que lutassem pela unidade partidária. O presidente estadual da sigla, Max Mauro, também fez diversas vezes o mesmo apelo, quando solicitava que todos tentassem uma maior aproximação das correntes para que o partido pudesse sair unido da questão da vice-governadoria⁵⁵².

Durante todo o mês de julho de 1982, permaneceu o impasse. Camata conferia ao PMDB a missão de escolher o vice, e o PMDB, por sua vez, delegava essa incumbência à Camata, dando a ele, inclusive, carta-branca para escolher aquele que fosse de sua preferência. O grande problema estava no acordo feito com o extinto Partido Popular (PP) que, ao se incorporar ao PMDB, teria o direito, pelo acordo firmado, de indicar o vice. Por isso, não abria mão de José Moraes, que ainda estava sendo ajudado pelo Deputado Federal e ex-prefeito de Guarapari, Hugo Borges, ex-MDB e que havia composto também o PP, e que compartilhou as mesmas fileiras quando Moraes, enquanto membro da *Arena dissidente* ou também chamada *Cupin de Ferro*, fez forte oposição aos governos biônicos, especialmente de Christiano Dias Lopes (1967-1971) (vide capítulos IV e V).

⁵⁵¹ DEFINIÇÃO. *A Gazeta*, Vitória, p.05, 11 jul. 1982.

⁵⁵² UNIDADE Partidária. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 03 jul. 1982.

Por outro lado, havia a necessidade de agregar forças no interior do Estado, e Camata e o PMDB sabiam dessa necessidade estratégica, por isso aparecia o nome de Mário Moreira, que se tornou o preferido, uma vez que o então Prefeito de Cachoeiro de Itapemirim Gilson Carone, nome de maior consenso, não havia se desincompatibilizado, ao não renunciar o cargo que ocupava.

Além disso, havia a direção progressista do PMDB, que era presidida por Max Mauro. As lideranças maxistas acreditavam que a chapa majoritária do Partido poderia ficar muito à direita com o ex-arenista José Moraes, o que poderia propiciar um crescimento do PT e, conseqüentemente, enfraquecer o PMDB na sua condição de majoritário no campo da oposição⁵⁵³. A discussão para a escolha do candidato a vice se arrastou até o dia 18 de julho, quando se definiu por José Moraes, ex-pepista.

Embora o PMDB tenha conseguido se articular melhor no que tange ao quesito unidade partidária, algumas fissuras se tornaram evidentes. Mário Moreira, após o episódio, reclamou do seu esmagamento político e culpou o ex-PP, grupo de José Moraes. Max Mauro também não se sentiu satisfeito com o desenrolar das articulações, mas, em nome da unidade partidária, aceitou a disputa para deputado federal e abraçou a candidatura Camata. Mas essa aparente afinidade não duraria para sempre, uma vez que, no decorrer da década de 1980, aumentaram as divergências entre os dois⁵⁵⁴, até o definitivo rompimento e saída dos ambos da sigla.

Também se posicionando no centro do espectro político, estavam outros dois outros partidos: o PDT, que inicialmente lançou Augusto Calmon Nogueira da Gama como candidato ao governo, mas que na reta final mudou para Oswaldo Mármore; e o PTB, que ainda estava em processo de organização no Estado e, por isso, não conseguiu lançar candidatos.

Nas tabelas abaixo, constam as listas de deputados estaduais e federais e suas respectivas filiações partidárias antes, durante e depois do Regime Militar.

⁵⁵³ DEFINIÇÃO. *A Gazeta*, Vitória, p.05, 11 jul. 1982.

⁵⁵⁴ Os conflitos internos do PMDB foram visíveis desde a sua fundação. Inclusive, essa constatação levou à assinatura da *Carta de Brasília*, ocasião em que todos os candidatos do PMDB a governadores firmaram um pacto de continuar no PMDB depois das eleições que ocorreriam em 15 de novembro de 1982. O então candidato ao Governo no Espírito Santo, Gerson Camata, também se comprometeu a segui-la. A ruptura explícita e definitiva entre Max Mauro e Gerson Camata ocorreu por ocasião da definição do candidato ao Governo pelo Partido em 1986, quando Camata não cumpriu com o acordo de apoiar Max.

Tabela 65 – Deputados Estaduais (1979-1983) e filiações partidárias.

Nome/Deputado	Partido de origem	Partido Regime Militar	Novo Partido
Alício Franco	-	ARENA	PDS
Emir de Macedo Gomes	PSP	ARENA	PDS
Pedro Leal	PSD	ARENA	PDS
Roberto Valadão Almoockdice	-	MDB	PMDB
Alcino Santos	PSD	ARENA	PDS
Edson Machado	PSP	ARENA	PDS
Aldary Nunes	-	ARENA	PDS
Samuel Batista Cruz	-	MDB	PMDB
João Manoel Meneghelli	-	ARENA	PDS
Otto Vieira de Rezende	UDN	ARENA	PDS
Lúcio Merçon	PRP	ARENA	PDS
Paulo Barros	UDN	ARENA	PDS
Arabelo do Rosário	-	ARENA	PDS
Dyllo Penedo	PSD	ARENA	PDS
Juarez Martins Leite	PSD	ARENA	PDS
Vicente Silveira	UDN	ARENA	PDS
Vicente Santório Fantini	-	MDB	PMDB
Clovis José Siqueira	-	MDB	PDS
Wilson Haese	-	MDB	PMDB
Clério Vieira Falcão	-	MDB	PMDB
Nelson Alves de Aguiar	-	MDB	PMDB
Nyder Barbosa de Azevedo	-	MDB	PMDB
Dilton Lyrio Netto	-	MDB	PMDB
Darcy Castello de Mendonça	-	MDB	PDS

Fonte: TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo).

Tabela 66 – Composição da Assembléia Legislativa após a Reforma Partidária de 1979/1980

Partidos de Origem	PDS		PMDB		Total
	Nº	%	Nº	%	
Arena	14	58,3	0	0	14
MDB	2	8,3	8	33,3	10
Total	16	66,7	8	33,3	24

Fonte: TRE-ES

Tabela 67 – Deputados Federais (1979-1983) e filiações partidárias.

Nome/Deputado	Partido de origem	Partido Regime Militar	Novo Partido
Max Freitas Mauro	-	MDB	PMDB
Theodorico de Assis Ferraço	PRP	Arena	PDS
Gerson Camata	-	Arena	PMDB
Luiz Baptista	PTB	MDB	PMDB
Antônio José Miguel Feu Rosa	UDN	Arena	PDS
Belmiro Teixeira Pimenta	-	MDB	PMDB
Mário Alves Moreira	-	MDB	PMDB
Walter de Prá	-	Arena	PDS

Fonte: TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo).

E por fim, à esquerda do cenário político estava o Partido dos Trabalhadores (PT). A idéia de se criar um partido representativo dos trabalhadores remonta aos meados dos anos de 1970, momento marcado por altos níveis de industrialização e urbanização do Brasil, e pela efervescência dos movimentos de massa e articulação dos trabalhadores como agentes políticos atuantes no processo de luta contra o Estado. *Grosso modo*, podemos afirmar que o PT surgiu no seio das lutas operárias do ABC Paulista e de lá se irradiou para o restante do país. Isso se deu, sobretudo, porque lá se encontrava a grande maioria de operários e sindicalistas do país (MARQUES, 2005). O ato nacional de fundação do Partido dos Trabalhadores aconteceu no dia 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, onde foi apresentado e aprovado o manifesto de lançamento. Em fins de maio do mesmo ano, foi organizada a Reunião Nacional de Fundação do Partido dos Trabalhadores, com o objetivo de aprovar o programa e o Estatuto e oficializá-lo perante a Comissão Nacional Provisória⁵⁵⁵.

A formação do PT no Espírito Santo não foi muito diferente do que ocorreu a nível nacional. Resultou de três processos que envolveram cada uma de suas vertentes principais: sindicalistas combativos, militantes de esquerda e cristãos progressistas. Convergiram também para o PT parlamentares progressistas do PMDB, intelectuais, setores de classe média, estudantes, participantes e dirigentes de organizações populares, dentre outros grupos, mas o tripé sindicalistas – cristãos – esquerda corresponde a um esquema que, embora simplificador, tem a vantagem de mostrar os eixos mais importantes em torno dos quais se constituiu o Partido (AZEVEDO, 1995).

No decorrer do ano de 1979, ocorreram vários encontros visando à criação do PT regional. Desconsiderando as polêmicas em torno do assunto, a primeira reunião oficial, para a formação da primeira comissão provisória que dirigiria o partido no Estado, ocorreu no dia 28 de janeiro de 1980, na Ilha de Santa Maria, em Vitória, com a presença de importantes personalidades, como Rose de Freitas, Max Freitas Mauro e Nelson Aguiar, além de diversas lideranças dos movimentos sociais ligados à Igreja e sindicalistas (CIPRIANO apud PINTO, 2001, p. 48; VIEIRA, 1993, p. 97). Também compareceram Jacob Bittar e José Ibrahin⁵⁵⁶, lideranças do Diretório Nacional que vieram para colaborar na formação do PT no Espírito Santo.

Do meio sindical, despontaram duas grandes figuras na fundação do PT no Espírito Santo: o médico Vitor Buaiz, cuja candidatura ao governo do Estado no início das conversas parecia

⁵⁵⁵ Acerca da formação do PT nacional, ler MENEGUELLO (1989), KECK (1991), dentre outros.

⁵⁵⁶ O Partido dos Trabalhadores conseguiu formar comissões diretoras provisórias em 14 municípios capixabas: Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica, Linhares, São Gabriel da Palha, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, Muniz Freire, Conceição do Castelo, Pinheiros, Aracruz, São José do Calçado e Nova Venécia.

certa⁵⁵⁷, e o jornalista Rogério Medeiros. Dos movimentos populares e da Igreja progressista, despontou Cláudio Vereza, e dos movimentos de resistência armada apareceu Perly Cipriano. As articulações levaram à escolha de Perly para se candidatar ao governo. Por ocasião da importante posição política que ocupavam nas suas entidades sindicais e movimentos sociais, essas quatro lideranças acabaram tomando a dianteira no processo de fundação do partido aqui no Espírito Santo⁵⁵⁸.

Quanto ao processo eleitoral de 1982, dois grandes temas dominavam o cenário político capixaba daqueles importantes momentos iniciais dos anos 1980: o primeiro, de natureza mais abrangente, tratava-se do processo de redemocratização do Brasil, que estava em curso. Era quase unanimidade, principalmente no campo da oposição, a necessidade de acelerar-se, por parte do Governo Figueiredo (1979-1985), o processo de distensão e destruição do chamado *entulho autoritário*, como a Lei Falcão, entre outros casuísmos verificados a partir da ascensão do General Ernesto Geisel ao poder em meados dos anos 1970. Em segundo lugar, tema importante era o quadro de deterioração econômica por que passavam o Brasil que, de alguma maneira impactava na realidade capixaba. Essa crise era reflexo de múltiplos fatores, principalmente as duas crises do petróleo de 1973/1979.

Como muito bem frisou Medeiros (1977), o modelo de desenvolvimento adotado pelo espírito Santo a partir do final da década de 60, levou à forte concentração da propriedade e da renda. Em decorrência do processo de urbanização pelo qual o Estado passou desde então, sem o planejamento adequado do uso do solo, nem da disponibilidade de serviços públicos de qualidade, ou de equipamentos coletivos, fez com que os problemas sociais se avolumassem, apresentando os costumeiros *déficits* habitacionais, de educação, de alimentos, de saúde e de saneamento básico. E tais questões apareceram com bastante força no debate entre os candidatos.

Outros aspectos que agravavam essa situação foram apontados pelo candidato do PMDB, Gerson Camata: em destaque, a concentração de decisões financeiras nas mãos do governo central⁵⁵⁹,

⁵⁵⁷ ECOS da incorporação. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n. 64, p. 04, jan. 1982.

⁵⁵⁸ Outros fundadores do PT no Espírito Santo, alguns dos quais membros do primeiro diretório foram: Brice Bragrato, João Carlos Coser, Iriny Lopes, Magno Pires, Carlos Alberto Peixoto Lobo, Ângelo Pim, Floriano Vieira da Silva, Gilberto Álvares dos Santos, José Aguilar Dalvi, Aldemindo Gonçalves Pereira, dentre outros.

⁵⁵⁹ No aspecto financeiro e tributário, os militares fizeram duas macro-reformas que afetaram diretamente a dinâmica federativa: a mudança na sistemática orçamentária e a alteração do quadro tributário. A primeira visava a acabar com a extrema pulverização dos recursos orçamentários federais, tal como aconteceu no período pré-64. Esse centralismo de recursos nas mãos do governo federal servia também para garantir o apoio dos outros níveis de governo. Essa reflexão está em ABRÚCIO, Fernando. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

fato que dificultava a implementação de projetos⁵⁶⁰, o que o mesmo Medeiros (1977) denominou de *desautonomia relativa*, isto é, a marginalização dos poderes público e privado do Espírito Santo, ante à ingerência do Governo Federal, especialmente após a implementação dos Grandes Projetos de Impactos, implementados a partir de capitais externos ao Estado. Diante desse quadro de crise econômica, as duas principais candidaturas advogavam, no campo do discurso, reformas que pudessem recuperar a capacidade de autonomia de gestão dos estados e municípios em dificuldade.

Ao contrário de tais posicionamentos, estava o candidato do PT, Perly Cipriano, advogando a tese de que os recursos eram de fato escassos, mas o grande problema, dizia, era a má administração dos mesmos, que eram desigualmente distribuídos. Além disso, também apontava o problema tributário, que penalizava as classes assalariadas, ao passo que os grandes grupos econômicos gozavam de bondosas isenções fiscais desde a implantação dos incentivos fiscais, bem como dos *Grandes Projetos*. Diante desse prognóstico, defendia a idéia de colocar a economia e a administração pública a serviço do povo⁵⁶¹. A implantação de um governo popular, portanto, se colocava como a principal bandeira do PT⁵⁶².

O pleito se iniciou com um elemento nitidamente voltado a favorecer o PDS, o partido do governo. Foi instituído o chamado *Pacote de Novembro*, em 1981, que em suas deliberações exigia que todos os partidos concorressem obrigatoriamente a todos os seis cargos em disputa e estabelecia o *voto vinculado*, isto é, a nulidade no voto dado a candidatos de partidos diferentes. Ou seja, o eleitor teria que votar em candidatos de um mesmo partido para vereador, prefeito, deputado estadual, governador, deputado federal e senador, sob a pena da anulação do voto. Supunha-se que essa vinculação entre os votos beneficiaria o PDS, porque o candidato a governador puxaria os votos para o partido nos outros cinco níveis. A proibição das alianças e a obrigatoriedade dos partidos concorrerem a todos os cargos visavam a fragmentar o voto oposicionista. Essas medidas foram, portanto, extremamente prejudiciais aos partidos recém-criados, uma vez que ainda não tinham tido tempo para lançar nacionalmente suas organizações.

Outro artifício que serviu como um grande obstáculo aos partidos recém-criados, foi a campanha do *voto útil* que, aliás, veio a reboque do voto vinculado. Essa campanha foi desenvolvida principalmente pelo PMDB, com o objetivo de continuar monopolizando o voto oposicionista. A

⁵⁶⁰ CANDIDATOS: Carlito e Camata defendem constituinte e Perly quer governo feito pelas bases. *A Gazeta*, Vitória, p. 06, 25 jul. 1982.

⁵⁶¹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 125.

⁵⁶² CANDIDATOS: Carlito e Camata defendem constituinte e Perly quer governo feito pelas bases. *A Gazeta*, Vitória, p. 06-07, 25 jul. 1982.

idéia do *voto útil* sugeria que votar no PT, principalmente, significaria perder o voto, uma vez que o partido não tinha nenhuma chance de eleger candidatos. O voto tinha que se dirigir a outros quadros, com chances reais de vitória.

Esse mesmo tema foi motivo de revolta para membros eminentes do PT. Em três de julho de 1982, Luiz Inácio Lula da Silva, presidente nacional da sigla, na abertura de uma reunião do partidária, “acusou o PMDB de usar métodos fascistas de ataque com a campanha do voto útil”⁵⁶³.

Outro desafio colocado ao PT foram os ataques extremamente degradantes contra seus candidatos, veiculados pelos principais meios de comunicação de massa. Portanto, desde as primeiras campanhas das quais participou, nota-se que o PT teve que enfrentar a estratégia do *medo* criada e promovida para combater suas candidaturas petistas⁵⁶⁴. Por todo o ano eleitoral, foram publicadas matérias que depreciavam de maneira extremamente desqualificadora os candidatos do partido. Um exemplo foi a matéria do jornal *A Gazeta*, publicada no dia 5 de julho de 1982, assinada por um jornalista chamado Octávio Senna, que dizia:

[...] Somente de um partido liderado por um candidato tão inexpressivo, insignificante e com tão poucas qualidades morais como o tal Perly Cipriano, candidato ao governo do Estado (a maior e mais cômica piada desta eleição) é que poderiam surgir alguns adeptos com índole para fazer o que estão fazendo com Guarapari, pichando toda a cidade de preto com frases e o nome deste candidato que para vereador já seria piada. Aliás, quando o juiz prendeu o tal Perly e seu bando só cometeu um erro: soltá-los⁵⁶⁵.

Ataques semelhantes também eram publicados constantemente pela jornalista Maria Nilce, proprietária do *Jornal da Cidade*, que chegou, em diversas ocasiões, a chamar o candidato petista, que havia passado dez anos na prisão, enquadrado na Lei de Segurança Nacional, nos anos de chumbo⁵⁶⁶, de “apenas um assaltante de bancos”⁵⁶⁷.

⁵⁶³ LULA chama de fascista a Campanha do Voto útil. *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 04 jul. 1982.

⁵⁶⁴ Acerca da utilização do medo como “estratégia de persuasão” promovida por determinados candidatos para convencer o eleitor a votar contra Luiz Inácio Lula da Silva e contra candidatos do PT, veja: CHAIA, Vera. **Eleições no Brasil: o medo** como estratégia política. Eleições presidenciais em 2002: ensaio sobre mídia, cultura e política. Organização: Antônio Albino Canelas Rubim. São Paulo: Hacker, 2004.

⁵⁶⁵ CANDIDATO do PT é alvo de difamadores que distorcem sua história. *Espírito Santo Agora*, n. 71, p.16, ago. 1982.

⁵⁶⁶ Perly Cipriano iniciou sua militância no campo da esquerda em 1960, no Partido Comunista. Depois fez parte da dissidência que deu origem a Aliança Libertadora Nacional (ALN), grupo que era liderado pelo jornalista Carlos Mariguela, morto em uma emboscada preparada pelo Delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DOPS de São Paulo. Depois de ter cumprido pena de dez anos como prisioneiro político, Perly Cipriano foi libertado em dezembro de 1979, quando retornou ao Espírito Santo.

⁵⁶⁷ CANDIDATO do PT é alvo de difamadores que distorcem sua história. *Espírito Santo Agora*, n. 71, p.16, ago. 1982.

Esse modo de fazer política não envolveu somente o Partido dos Trabalhadores. Os demais candidatos foram para a disputa eleitoral de 1982 prometendo uma campanha de alto nível⁵⁶⁸. Entretanto, iniciado o pleito, o que se viu foi exatamente o inverso. Além desses ataques voltados ao candidato do PT, Perly Cipriano, os dois principais candidatos, Camata (PMDB) e Carlito Von Schilgen (PDS) iniciaram um jogo de acusações e ataques mútuos, algo que se transformou na principal estratégia para se conquistarem votos.

Os ataques e acusações começaram ainda no final do mês de julho, assim que foram definidos os candidatos. Nesse contexto, o governador Eurico Rezende fez uma representação judicial contra Camata com o objetivo de enquadrá-lo na *Lei de Segurança Nacional* por injúria. Segundo o governador, com base numa gravação feita por um assessor, o candidato do PMDB havia feito um discurso em Afonso Cláudio, no mesmo mês, no qual ofendia profundamente a honra do Presidente da República João Batista Figueiredo⁵⁶⁹.

Gerson Camata defendeu-se das acusações, dizendo que Eurico estava desesperado, pois em pesquisas do IBOPE ele, Camata, aparecia com 65% da preferência dos eleitores, enquanto o candidato do governo, Carlito Von Schilgen, possuía apenas 11%. Os principais nomes do PDS governista, em vários momentos, demonstraram confiança de que as denúncias contra Gerson Camata poderiam comprometer seriamente o desempenho do PMDB nas eleições daquele ano⁵⁷⁰. Entretanto, o que ocorreu foi exatamente o contrário: o episódio acabou dividindo ainda mais o PDS. Na ocasião, o líder do *PDS DOIS* e aliado de Camata desde a Arena, o ex-governador Élcio Álvares, veio em defesa do candidato do PMDB, afirmando que tudo aquilo não passava de intrigas político-eleitorais⁵⁷¹. Esse fato, inclusive, nos leva à convicção acerca da manutenção das disputas que se fizeram presentes durante os anos de existência da Arena, neste momento materializadas entre elementos oriundos do antigo PSD (sob a liderança de Élcio) *versus* ex-UDN (sob a liderança do Governador Eurico Rezende)⁵⁷² cujo candidato era Carlito Von Shilgen, ex-membro do PSD (historicamente próximo à Christiano Dias Lopes), neste momento aliado à Eurico Rezende.

⁵⁶⁸ CAMATA diz que PMDB fará campanha de alto nível. *A Gazeta*, Vitória, p.07, 18 jul. 1982; CARLITO diz que PDS vencerá as eleições. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 05 out. 1982.

⁵⁶⁹ O Jornal *A Gazeta*, do dia 1º de agosto de 1982, publicou uma matéria em que noticia que o discurso proferido pelo candidato peemedebista Gerson Camata teria sido gravado por Antônio Carlos Garcia, assessor de Leni Alves de Lima, Prefeito de Afonso Cláudio, que o teria entregado para Eurico Rezende, o qual o enviou ao SNI.

⁵⁷⁰ FEU ROSA acredita em prejuízo para PMDB. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 01 out. 1982.

⁵⁷¹ ASSESSOR de Leni gravou o discurso de Gerson Camata. *A Gazeta*, Vitória, p.02, 01 ago. 1982.

⁵⁷² No dia 07 de outubro saiu uma matéria em *A Gazeta* em que Vicente Silveira, ex-Presidente da Assembléia Legislativa, candidato ao Senado, e membro do grupo de Élcio Álvares revelou: “antes da convenção do PMDB, participei, através de alguns amigos lá, da indicação do Deputado Gerson Camata. Fiz isto por que acredito que naquela agremiação ele teria mais condições de, sendo eleito, contribuir para a formação democrática”.

Outra arma utilizada pelo candidato governista para desestabilizar o candidato do PMDB foi a de constantemente aludir a sua origem governista. Dizia que, por essa razão, o PMDB começava a se dividir e afirmava que o partido teria cometido um grande erro ao indicar Camata como candidato ao governo, já que ele não representava o pensamento oposicionista. A esse respeito, Carlito completou dizendo: “[...] se a minha disputa fosse com Max Mauro, seria bem diferente, aí sim eu estaria preocupado [...]” Por esse motivo, Carlito chegou a esbanjar otimismo ao afirmar que a disputa não se daria entre o governo e a oposição, mas sim entre o *PDS UM* e o *PDS DOIS*⁵⁷³.

O PMDB, especialmente na reta final da campanha, tentou se centrar na construção de uma imagem de partido que disputava eleições baseando-se em propostas e não em agressões. E propunha uma ampla reforma tributária e fiscal que viabilizasse o desenvolvimento dos estados e municípios em dificuldade. Dessa forma, procurava esquivar-se das acusações vindas do candidato governista. Gerson Camata sempre argumentava que o que eles queriam, na verdade, era atingir não o deputado Camata, mas ganhar as eleições. E contra-atacava afirmando que os sucessivos enquadramentos de padres, jornalistas, deputados⁵⁷⁴ e, agora, candidatos do PMDB, punham por terra todas as promessas de abertura à democracia que o governo havia feito. Isso provava, dizia Camata, “[...] que a abertura só existe para eles, os donos do poder, para eles, os melhores empregos, os melhores salários e as mordomias, só para eles [...]”⁵⁷⁵. Dessa forma, Camata utilizava as difamações em seu benefício e dizia que a tentativa de processá-lo não impediria a sua candidatura rumo ao Palácio Anchieta: “[...] Agora é que nossa campanha rumo à vitória toma mais força. Vamos percorrer todos os municípios e distritos do Espírito Santo, levando a nossa proposta de governo popular de participação de todas as camadas da população deste estado sofrido⁵⁷⁶”.

Fica nítido que esse posicionamento agressivo do candidato Camata contra a ditadura e favorável à abertura democrática foi uma forma de marcar posição, ou seja, de desvincular a sua imagem do Regime Militar. Não há dúvida que logrou êxito, pois até hoje é visto como democrata congênito.

Em oposição às duas campanhas gigantes, o candidato do PT, Perly Cipriano, enfatizava a importância estratégica das eleições. Afirmava que o número de votos não deveria preocupar o PT, mas sim o saldo deixado em termos de organização. Sendo assim, partiu para o pleito tendo

⁵⁷³ CARLITO afirma que Camata é um candidato à direita do PDS. *A Gazeta*, Vitória, p.05, 02 out. 1982.

⁵⁷⁴ Essa mesma crítica foi feita pelo Partido dos Trabalhadores nas resoluções do 1º Encontro Nacional do partido.

⁵⁷⁵ CAMATA acha que o governo o processa por temer eleições. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 01 out. 1982.

⁵⁷⁶ CAMATA acha que o governo o processa por temer eleições. *A Gazeta*, Vitória, p 03, 01 out. 1982.

como principais bandeiras a organização de classe, a decência e a honestidade. Segundo ele, faria uma campanha sem utilizar cabos eleitorais, que ele considerava privilégio apenas do PMDB e o PDS, e que o discurso dos candidatos do partido não seria feito no estilo convencional⁵⁷⁷. A candidatura petista também combatia a compra de votos e promessas demagógicas⁵⁷⁸.

7.6. Os resultados eleitorais de 1982

Em decorrência de toda essa ordem de coisas, mais o fato de as eleições terem ocorrido em meio a um clima de muitas restrições devido ao entulho autoritário que limitava a propaganda eleitoral, mais a inexperiência do comitê de campanha do candidato petista, que apresentou o candidato Perly Cipriano como um sujeito que fora perseguido, preso político, guerrilheiro, algo não muito apropriado para uma campanha eleitoral naquele momento político, e ainda devido às disparidades em relação às outras candidaturas, sobretudo no aspecto financeiro e no acesso aos meios de comunicação, os resultados foram amplamente favoráveis ao PMDB, especialmente àquelas parcelas oriundas da extinta Arena: tanto os ex-pepistas, quanto o grupo liderado por Gerson Camata.

Na disputa para governador, Camata (PMDB) foi o grande vencedor, com 60,3% dos votos válidos. Carlos Alberto Lindemberg Von Schilgen (PDS) teve 38%, Perly Cipriano (PT), 1,4% e o candidato do PDT Oswaldo Mármore ficou em último com apenas 0,2%, conforme tabela abaixo.

Tabela 68 – Resultados da eleição para Governador do Estado do Espírito Santo - 1982.

Candidato	Partido	Nº de votos	%	Votos Válidos (%)
Gerson Camata	PMDB	448.164	54,30	60,34
Carlito Von Schilgem	PDS	282.189	34,19	38,02
Perly Cipriano	PT	10.482	1,27	1,41
Oswaldo Mármore	PDT	1.239	0,15	0,17
Votos Brancos	-	63.785	7,73	-
Votos Nulos	-	19.523	2,37	-
Total de Votos Válidos		742,074	-	100
Total de votos apurados		825.392	100	-

Fonte: TRE-ES; Jornal *A Gazeta*, p. 06, 23 de novembro, 1982.

Para a Câmara Federal, o PMDB venceu com pequena vantagem, fazendo 5 dos 9 deputados (55,6%) e o PDS fez os outros 4, quantidade que representa 44,4% do total (Tabela abaixo).

⁵⁷⁷ NÚMERO de votos não preocupa o PT. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 08 jul. 1982.

⁵⁷⁸ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 119.

Tabela 69 – Resultados das eleições para Deputado Federal – 1982.

Candidatos	Partido de Origem	Partido	Nº de votos	%
Max Freitas Mauro	-	PMDB	85.558	12,23
Hélio Carlos Manhães	PSP/Arena	PMDB	68.404	9,79
Theodorico de Assis Ferraço	PRP/Arena	PDS	60.902	8,71
Nyder Barbosa de Menezes	-	PMDB	48.320	6,91
Mirthes Bevilacqua Corradi	-	PMDB	45.527	6,51
Wilson Haese	-	PMDB	41.356	5,92
Pedro Ceolin Sobrinho	-	PDS	37.555	5,37
Stélio Dias	-	PDS	37.230	5,32
José Carlos da Fonseca	PSD/Arena	PDS	36.326	5,20
Candidatos não eleitos			238.039	34,04
Total de Votos Válidos			699.217	100

Fonte: TRE-ES; Jornal A Gazeta, p. 06, 23 de novembro, 1982.

O PMDB elegeu ainda o Senador José Inácio Ferreira, que obteve menos votos que Camilo Cola, mas ficou com a vaga por conta de sua legenda, o PMDB, ter obtido mais votos (Tabela abaixo). O Partido dos Trabalhadores, além do Partido Democrático Trabalhista, não conseguiram eleger representantes. O PTB, como já salientado, não participou dessa primeira eleição, pois ainda não havia conseguido se organizar no Estado.

Tabela 70 – Resultados das eleições para o Senado - 1982.

Candidato	Partido de origem	Partido	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
José Inácio Ferreira	PTB/MDB	PMDB	186.429	22,54	25,75
Berredo de Menezes	PTB/MDB	PMDB	164.812	19,92	22,76
Dirceu Cardoso	PSD/MDB	PMDB	71.225	8,61	9,84
Soma da legenda			422.466	51,07	58,35
Camilo Cola	-	PDS	198.718	24,02	27,45
Setembrino Pelissari	UDN/Arena	PDS	77.818	9,41	10,75
Vicente Silveira	UDN/Arena	PDS	13.871	1,67	1,92
Soma da legenda			290.317	35,09	40,10
Rogério Medeiros	-	PT	10.063	1,22	1,39
Guilherme Breder	-	PDT	1.174	0,14	0,16
Total de Votos válidos			724.020	-	100
Votos Brancos			78.711	9,51	-
Votos Nulos			24.541	2,97	-

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE-ES.

Embora não tenha conseguido vencer o PMDB, podemos considerar que, no geral, a estratégia do voto vinculado deu certo para o PDS. Apesar de ter obtido apenas 37% dos votos – menos que os 40% obtidos pelo PMDB e que a maioria de 53% que os partidos de oposição obtiveram em conjunto – o PDS conquistou 12 dos 22 Estados, 60% das cadeiras do Senado, 49% da Câmara Federal e a maioria em 13 assembleias estaduais, conforme pode ser visualizado no quadro abaixo.

Tabela 71 – Resultado das Eleições de 1982 - Brasil

Partidos	Governos Estaduais		Senado Federal		Câmara dos Deputados	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PDS	12	54,5	15	60,0	235	49,8
PMDB	9	40,9	9	36,0	200	41,8
PDT	1	4,5	1	4,0	23	4,8
PTB	0	0,0	0	0,0	13	2,7
PT	0	0,0	0	0,0	8	1,7
Total	22	100,0	25	100,0	479	100

Fonte: Nicolau (1988)

No Espírito Santo, o desempenho também foi muito bom, pois o PDS ficou como a segunda força partidária. No Estado o PDS foi prejudicado por vários erros e problemas enfrentados decorrentes das disputas pelo controle da sigla entre Eurico Rezende e Élcio Álvares. Além disso, devemos considerar também a popularidade de Camata, que aqui foi ajudado pelo *voto vinculado*. Todas essas questões deram maioria ao PMDB na Assembléia Legislativa, onde conquistou 16 cadeiras no total de 27, algo que corresponde a 59,3%, restando ao PDS 11 vagas (40,7%).

Por outro lado, em eleições municipais o PDS foi o que mais conquistou prefeituras no Brasil e também no Espírito Santo, elegendo 64,3% delas, ficando o PMDB em segundo e o PDT em terceiro, seguido do PTB e PT (Tabela abaixo). No plano estadual, o PDS ficou 54,38% e o PMDB com 43,85% das prefeituras, o que demonstra mais capilaridade por parte do partido governista, herança da Arena, mais bem estruturado que o PMDB nas esferas municipais.

Tabela 72 – Número de Prefeitos eleitos em 1982 no Brasil e no Espírito Santo, por partido.

Partido	1982			
	Brasil		Espírito Santo	
	Nº	%	Nº	%
PDS	2.533	64,3	31	54,38
PMDB	1.377	34,9	25	43,85
PDT	22	0,6	-	-
PTB	07	0,2	-	-
PT	02	0,1	-	-
Total	3.941	100	57	100

Fonte: TSE.

*As capitais dos estados e as cidades designadas como “áreas de segurança nacional” não elegeram prefeitos em 1982. Para essas 201 áreas, foram realizadas eleições especiais em 15 de novembro de 1985.

Como se pode ver nos números, o novo sistema político partidário capixaba emergiu com o PMDB como partido dominante, ficando o PDS logo atrás, em segundo lugar, uma vez que este último obteve maioria somente nas eleições municipais.

7.7. Conclusão

Neste último capítulo da tese, as preocupações estiveram voltadas à compreender o processo de rearranjo político-partidário das principais forças políticas de Arena e MDB no limiar da Nova República, caracterizado pelo restabelecimento do Estado Democrático de Direito e do multipartidarismo.

Com base nas análises feitas ao longo do capítulo, foi possível concluir que a polarização verificada durante a vigência do sistema bipartidário permaneceu ativo mesmo após a edição da nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) Nº 6.767, em 20 de dezembro de 1979, que extinguiu o bipartidarismo e permitiu a organização de novas agremiações partidárias a partir de certos critérios.

Observamos que o cenário polarizado, especialmente no interior da Arena durante os anos 1966-1979, se manteve no novo cenário multipartidário, especialmente dentro do PDS, que permaneceu dividido entre, de um lado, os representantes da antiga *Coligação Democrática*, especialmente o então Governador Eurico Rezende (*PDS UM*) e, de outro, a corrente agressiva do antigo PSD, neste momento comandada pelo ex-governador Élcio Álvares (*PDS DOIS*). Em torno dessas duas correntes, orbitavam outros grupos, a exemplo daquele comandado pelo também ex-governador Christiano Dias Lopes Filho, que se aproximou de Eurico Rezende por ocasião do pleito eleitoral de 1982, cujo candidato, Carlito Von Schilgen, a Dias Lopes se vinculava.

Ademais, foi possível aferir que tal polarização não ficou restrita ao partido que substituíra a Arena. Ela também se transferiu para o interior do PMDB. Tal fenômeno de *arenização* da sigla peemedebista ocorreu pelo fato de ter ocorrido diversas debandadas, tanto da Arena quanto do PDS, em direção ao PMDB. Dois principais grupos se alienaram da Arena/PDS e por força das circunstâncias se filiaram ao PMDB: um foi aquele composto por elementos que se desligaram do partido para compor fileiras do Partido Progressista (PP), sigla criada por Tancredo Neves que acabou não vingando; e outro comandado pelo então Deputado Federal Gerson Camata, que, com articulação do seu principal aliado, o ex-governador Élcio Álvares (1975-1979), então membro do PDS, e próximo a importantes figuras do PMDB, conseguiu se emplacar como candidato a Governador nas eleições de 1982, apesar de não ser consenso no interior da sigla, ano no qual sagrou-se vencedor chegando ao Governo.

Nesse sentido, a disputa eleitoral de 1982 foi polarizada entre dois elementos egressos ou ligados a elementos do antigo PSD, no caso Gerson Camata e Carlito Von Schilgen, que, pelo fato de ter

havido um realinhamento diante da aproximação entre Dias Lopes e Eurico, acabaram em lados opostos. Assim, à quiza de conclusão, por essas e outras, podemos afirmar que, embora já inseridos em um novo cenário político-partidário, com a formação de outras siglas, permaneceu, no caso da realidade capixaba, a polarização apontada no contexto do bipartidarismo, o que confirma certos elementos de continuidade, apesar das mudanças institucionais impetradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ruptura *versus* continuidade; mudanças institucionais a partir da esfera federal *versus* especificidades regionais; movimentações em busca por consensus *versus* graves divergências entre grupos pré-existentes. Estes são alguns dos principais paradoxos verificados no decorrer da presente pesquisa. E é a partir deles que compreendemos a configuração político-partidária do Espírito Santo no contexto do Regime Militar.

Enfocando as trajetórias de Arena e MDB, principalmente quanto aos seus *grupos constituintes*, foi possível identificar certos elementos de continuidade, tanto entre o sistema multipartidário dos anos 1945-1964 e o bipartidarismo do pós-1964, quanto em relação ao bipartidarismo e o multipartidarismo forjado por ocasião da Nova Republica. Isso, apesar da imposição de diversas medidas restritivas às atividades políticas por parte do regime autoritário que vigorou no Brasil entre os anos de 1964 e 1985.

Após apresentar os referenciais teórico-metodológicos do trabalho (capítulo I), percorreu-se, no segundo capítulo, a história política e econômica do Estado, com o objetivo de compreender os rebatimentos das mudanças institucionais verificadas no plano nacional, especialmente no decorrer da República, na esfera regional capixaba, atentando, em especial, para a compreensão do desenho político-partidário e eleitoral do período democrático dos anos 1945-1964. Foi possível verificar que a democracia desse período, no Espírito Santo, se iniciou com o amplo domínio do PSD, uma vez que a sigla abrigou as principais lideranças políticas do cenário capixaba.

A partir de 1947, no entanto, foram ocorrendo cisões na agremiação. Figuras tais como Atilio Vivácqua que, impossibilitado de hegemonizar o PSD, fundou o PR. Outras importantes lideranças, tais como Asdrúbal Soares e Raul Gilberti, fundaram o PSP. Esses personagens, articulados a outros indivíduos que também se alienaram do PSD, a exemplo de Francisco Lacerda de Aguiar, somados a partidos como a UDN, PRP, PTB, PDC, entre outros, formaram a chamada *Coligação Democrática*, que polarizou a política dos anos 1945-1964, no Estado, com o PSD.

No capítulo seguinte (Capítulo III), analisamos a instauração do Golpe de 64 e a instauração do bipartidarismo, no Espírito Santo. Nessa parte da pesquisa já foi possível observar os referidos elementos de continuidade: em relação ao MDB, este foi, desde o início, dominado por elementos oriundos da ala mais conservadora do PTB, representada pela figura de Argilano

Dario, apesar das tentativas de ex-pessedistas, como Carlos Lindenberg, de hegemonizá-lo; já a Arena, pelo fato de ser o partido da situação governista, acabou atraindo para as suas fileiras as principais lideranças do Espírito Santo do período 1945-1964, o que equivale dizer que se transferiu para o interior desse partido a forte polarização entre, de um lado, o PSD e, de outro, as forças políticas que se reuniam na *Coligação Democrática*.

Ainda em relação à Arena, inicialmente foi dominada por elementos egressos da antiga *Coligação*, especialmente ex-pessepistas e ex-udenistas, grupo que ocupava o Palácio Anchieta na ocasião, com Francisco Lacerda de Aguiar. Nesse momento, os segmentos do PSD, então na oposição, iniciaram – com o respaldo do seu veículo de comunicação, o Jornal *A Gazeta* – um movimento conspiratório, denominado de *Cruzada Anti-Chiquinho*, por meio do qual acabaram depondo o então Governador, Francisco Lacerda de Aguiar. Com a renúncia de Chiquinho, ocorrida em fevereiro de 1966, e por ocasião dos debates em torno da eleição para a Mesa Diretora da Assembleia, no mês de março do mesmo ano, ocorreu a momentânea fragmentação da *Coligação Democrática*, quando se perdeu o controle da agremiação para elementos egressos do antigo PSD, especialmente daquelas porções urbano-industriais. Já em circunstâncias de eleições indiretas para o cargo de governador, a antiga sigla, cujos membros astartavam doravante reunidos na Arena, conseguiu emplacar o candidato Christiano Dias Lopes Filho, escolhido em lista tríplice.

Naquele momento, ascendeu ao poder o político que havia sido o líder da referida *Cruzada Anti-Chiquinho*, o então Deputado Estadual Christiano Dias Lopes, que, durante o seu Governo (1967-1971), deu início a um amplo programa de reformas e de desenvolvimento com vistas a recuperar a economia capixaba, arrasada pela crise decorrente do programa de erradicação dos cafeeiros improdutivos, realizado pelo IBC. Além de Dias Lopes, o Espírito Santo foi governado no período por outros três governadores chamados biônicos: Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971/1975), Élcio Álvares (1975/1979) e Eurico Rezende (1979/1983).

Dias Lopes, Gerhardt Santos e Álvares, ambos ligados ao extinto PSD, agiram relativamente livres das injunções das forças políticas regionais e mantiveram, a exemplo do Governo Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971), aquilo que foi denominado neste trabalho de *Plataforma Ideal*, isto é, um projeto de desenvolvimento que fosse capaz de prospectar vantagens junto às esferas nacionais e internacionais, no sentido de recuperar a economia capixaba e, por outro, dar saltos qualitativos em termos desenvolvimentistas. Foi nesse momento de industrialização, via instalação dos chamados *Grandes Projetos de Impacto*, que ocorreu a *confluência histórica* entre os projetos de desenvolvimento do Espírito Santo e dos governos

militares. Nesse sentido, ficou evidenciado que houve uma movimentação deliberada, por parte da parcela urbano-industrial das elites regionais, na intenção de adequar e fazer confluir os respectivos projetos desenvolvimentistas.

Assim, se valendo das restrições às atividades políticas da época, bem como do *consenso de necessidades*, especialmente na gestão de Gerhardt Santos promoveu-se a chamada *coalizão de possibilidades*, o que equivale dizer que, diante da inexistência de alternativa imediata para a economia capixaba, não havia outra saída, se não a de confluir esforços para um projeto industrializante.

Nessa iniciativa de industrializar o estado, os governadores biônicos, aqueles oriundos do PSD, em especial, agiram à revelia dos grupos políticos locais, uma vez que os capitais necessários para os grandes investimentos foram captados nas esferas nacional e internacional, não passando, portanto, pela ingerência das forças políticas do Espírito Santo, que se mantiveram marginalizadas. Nesse ínterim, a Federação das Indústrias (Findes), passou a funcionar como uma espécie de *proto partido político*, uma vez que se tornou um dos principais *locus* de recrutamento de quadros burocráticos para o Estado, bem como organismo orientador das políticas voltadas para o desenvolvimento urbano-industrial.

Já Eurico Rezende, ligado às forças políticas que, no período 1945-1964, fizeram oposição ao PSD, assumiu no momento em que a *abertura lenta e gradual* iniciada pelo Presidente Geisel já caminhava a passos largos, o que levou ao retorno do emprego de certo padrão personalista e clientelista à sua administração, fazendo com que o projeto de desenvolvimento operacionalizado nos *Grandes Projetos de Impacto* perdesse fôlego. Importante salientar que os governos subsequentes, inclusive aqueles alçados ao poder no contexto da Nova República, embora não tenham impedido a continuidade de parte do processo de desenvolvimento em curso, não promoveram ações e/ou projetos no sentido de promover saltos qualitativos no desenvolvimento do Espírito Santo.

No aspecto eleitoral, os dados apresentados ao longo do estudo demonstram amplo domínio da Arena em todo o período, com exceção da eleição majoritária para o Senado ocorrida no ano de 1974, cujos resultados não podem ser enquadrados naquele *voto de protesto* dado no mesmo ano ao MDB nacional. O sutil crescimento do partido da oposição se deu muito mais pelas disputas no interior da arena do que por fortalecimento do próprio MDB. Salienta-se, também, a migração, a partir de meados da década de 1970, de destacadas lideranças da Arena para o MDB, o que contribuiu para a relativa ascensão do partido opositor em termos eleitorais. De todo

modo, os dados demonstram que a Arena capixaba permaneceu soberana durante todo o período do Regime Militar, tanto no plano dos municípios (a vantagem arenista aumentou no decorrer do período), quanto nas eleições estaduais, conforme quadros abaixo.

Tabela 73 - Quantidade de Prefeitos eleitos, no Espírito Santo – 1966-1976

Partido	1966		1970		1972		1976	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
ARENA	43	81,13	44	83,01	45	84,90	47	88,67
MDB	10	18,87	9	16,99	8	15,10	6	11,32
Total	53*	100	53*	100	53*	100	53*	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE-ES

*Incluindo Vitória, cujo prefeito era indicado.

Tabela 74 – Quantidade de vereadores eleitos, por partido, no Espírito Santo – 1966-1976*

Partido	1966		1972		1976	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
ARENA	361	71,48	345	79,86	305	69,47
MDB	144	28,51	87	20,14	134	30,52
Total	505	100	432	100	439	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE-ES

* O TRE-ES não possui dados referentes às eleições para vereador do ano de 1970.

Tabela 75 – Desempenho de Arena e MDB na Assembléia Legislativa do ES – 1966-1978

Partido	1966		1970		1974		1978	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Arena	30	69,76	14	66,66	15	62,5	14	58,33
MDB	13	30,23	7	33,33	9	37,5	10	41,47
Total	43	100	21	100	24	100	24	100

Fonte: TRE-ES

Tabela 76 – Desempenho de Arena e MDB na composição da Bancada capixaba na Câmara Federal – 1966-1978

Partido	1966		1970		1974		1978	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Arena	06	75	05	62,5	05	62,5	05	62,5
MDB	02	25	03	37,5	03	37,5	03	37,5
Total	08	100	08	100	08	100	08	100

Fonte: TRE-ES

Foi possível aferir que tal supremacia arenista deve ser atribuída ao fato de o partido do governo ter atraído para as suas fileiras as principais lideranças políticas do Estado e, também, herdado a polarização política do período precedente, inclusive as rivalidades específicas das instâncias municipais, o que confirma a tendência das elites políticas do governo em se filiar ao partido que está no poder.

Ademais, conforme pôde ser aferido nas análises acerca dos diferentes processos sucessórios, seja na definição de candidaturas e nas próprias disputas para os vários cargos – deputado estadual, federal e senador –, seja nas disputas internas à Arena quanto à escolha dos Governadores Biônicos, houve a manutenção, por parte dos atores coletivos e individuais, das posições políticas pretéritas ao Golpe de 1964. Isto é, elementos do antigo PSD, de um lado, e dos demais partidos que compunham a *Coligação Democrática*, de outro. Em outras palavras, é

possível afirmar, de forma inequívoca, que a criação de Arena e MDB não foi capaz de eliminar as histórias, as tradições, as rivalidades, bem como os laços de lealdade que caracterizavam a política brasileira do contexto. Pudemos concluir, nesse aspecto, que tal postura dos políticos de carreira foi elemento fundamental no sentido de manter seus vínculos com o eleitorado na perspectiva de perpetuar tanto as suas carreiras políticas quanto a capacidade de seus grupos no que tange à mínima capacidade de influência e participação no ambiente político.

Observou-se, ainda, que tal polarização não ficou restrita ao partido que substituíra a Arena, o PDS. Gerou rebatimentos também no interior do próprio PMDB, pelo fato de este último ter recebido diversas correntes e lideranças antes vinculadas à Arena/PDS, gerando, já na Nova República, aquilo que foi denominado de processo de *arenização* do PMDB. Entre as lideranças que migraram, destacam-se os membros do partido ensaiado por Tancredo Neves, o PP, além de algumas lideranças de peso, tais como o então Deputado Gerson Camata, que acabou se tornando o primeiro candidato a governador pelo PMDB, em 1982, com importante apoio, inclusive, do ex-governador Élcio Álvares, que mobilizou aliados, os quais haviam se filiado ao partido oposicionista no sentido de favorecerem à candidatura vitoriosa de Gerson Camata.

Deste modo, pode-se concluir, a partir das análises realizadas ao longo do trabalho que, no caso da realidade capixaba e apesar das disputas no interior do partido oficial, o Regime Militar obteve êxito no que tange à construção da *democracia tutelada*, uma vez que se registrou um partido oficial forte e uma oposição bastante raquítica, o que redundou no total controle dos principais grupos políticos, bem como dos principais espaços de poder no Espírito Santo. Por outro lado, convém igualmente endossar as considerações de Abrúcio & Samuels (1997), também presentes em Madeira (2006), que, não obstante o esforço por parte do regime de criar uma classe política *purificada*, os agrupamentos políticos precedentes ao Golpe de 64 não somente sobreviveram à ditadura militar, mas também influenciaram de maneira decisiva no desenho institucional da transição para a democracia. Foi o que aferimos no decorrer do trabalho quando se observou a existência de diversos grupos que nem sempre seguiam as determinações do Regime, bem como no Capítulo VII do trabalho, quando analisamos a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas na configuração do novo pluripartidarismo da Nova República, especialmente em termos regionais. Assim, a manutenção da competição eleitoral em diversos níveis permitiu que lideranças políticas e seus grupos mantivessem em funcionamento ininterrupto suas respectivas máquinas eleitorais, apesar das restrições impostas pelo mesmo regime autoritário.

Por fim, durante a confecção do presente trabalho, ficou evidenciado que vários aspectos acerca dos processos político-eleitorais do Espírito Santo do período em apreço, e também em outros, carecem de maior aprofundamento, motivo pelo qual permaneceram em aberto diversas questões. Diante disso, as conclusões aqui apresentadas só não foram mais consistentes por conta de limitações documentais – em grande medida com o acesso bastante dificultado por razões diversas – e também pela ausência de estudos sobre a realidade política e social do período, que pudessem servir de suporte para as análises específicas sobre os partidos e processos eleitorais.

Devemos salientar que a presente Tese, principalmente pelo fato de se tratar de um tema praticamente inexplorado em termos regionais, não teve a pretensão de esgotar o assunto, motivo pelo qual será necessário dar continuidade ao estudo acerca de partidos e sistemas partidários no Espírito Santo, tanto no contexto do regime militar, quanto em outros períodos. Assim, este pesquisador continuará debruçado sobre o tema no sentido de sanar, pelo menos em parte, algumas das lacunas acerca das quais este trabalho possa ter deixado a desejar.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira (coord.) **Juracy Magalhães: minhas memórias provisórias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- ABREU, Alzira Alves de *et.all.* (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós – 30**. 2.^a ed., Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001.
- ABREU, Alzira; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sergio (Coords.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001.
- ABRÚCIO, Fernando. **Os barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política, USP, 1998.
- ABRÚCIO, Fernando; SAMUELS, Davis. **A nova política dos governadores**. Lua Nova, Nº 40/41, 1997, pags. 137-166.
- ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na Era Vargas: elites políticas e reformismo autoritário (1930-1937)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo**. Vitória: SPDC/UFES, 1993.
- ALMEIDA, A.M.F.; CANÊDO, L.B.; GARCIA, A.; BITTENCOUT, A.B. **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileira**. CA MPINAS, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg: um estadista e seu tempo**. Ed. Organizada, apresentada e anotada por Estilague Ferreira dos Santos, Fernando Achiamé. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.
- ALMEIDA, Carla Beatriz de. **A prosopografia ou biografia coletiva: limites, desafios e possibilidades**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.
- ALMINO, J. **Os democratas autoritários**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: EDUSC, 2005.
- ALVES, Wania Malheiros; SIMÕES, Rafael Cláudio. **História Eleitoral e Parlamentar do PCB do Espírito Santo: 1945-1992**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Vitória/ES, v. 1, n. 1, p. 81-102, 1996.
- ANDRADE JÚNIOR, Hermes. **Matrizes ideológicas presentes no segmento militar brasileiro: o caso do Clube Militar**. CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, ano I, nº 1, julho dezembro de 2005, disponível em <http://www.csonline.ufjf.br/txthaj.htm>, acessado em 22/01/2005.
- ANGELO, Vitor Amorim de. **Ditadura Militar, esquerda armada e memória social no Brasil**. 2011. 225 f. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2011.

- AZEVEDO, Cloves Bueno de. **A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista.** São Paulo: Entrelinhas, 1995.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964).** Rio de Janeiro: Revan, DF: EdUnb, 2001.
- BANDEIRA, Luuiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964).** Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUNB, 2001.
- BENEVIDES, Maria Victoria. **A UDN e o Udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BENEVIDES, Maria Victoria. **O PTB e o Trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964).** São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- BITTENCOURT, G. **A quinta estrela: como se tenta fazer um presidente no Brasil.** São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- BORGNETH, Flávio Ferreira. **Memórias do período militem Vitória antes do AI-5.** 2009. 252 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009
- BOU-HABIB FILHO, Namy Chequer. 2007. **A Revolta de Xandoca: desafio à oligarquia no ES (1916).** 2005. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- BUFFON, José Antônio. **O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar,** 1992. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- CAMPOS JR., Carlos Teixeira. **A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória.** Vitória: Flor&cultura, 2002.
- CAMPOS JR., Carlos Teixeira. **O novo arrabalde.** Vitória: Prefeitura Municipal, 1996.
- CANATO, Cesar. **Arena e MDB em Araraquara (1965-1979).** 2003. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- CARONE, Edgar. **O Tenentismo.** São Paulo: Difel, 1975
- CARVALHO, Alessandra. A atividades político-partidárias e a produção de consentimento durante o regime militar brasileiro. In. ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade e consentimento no século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, Alessandra. **Elites políticas durante o regime militar: um estudo sobre os parlamentares da ARENA e do MDB**. 2004. 239 f. Tese (doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

CASSUNDÉ, Ronaldo Luiz. **A vitória de Albuíno: campanhas modernizadas no Brasil e no Espírito Santo**. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

CASTELO BRANCO, Carlos. **Os militares no Poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, v.3.

CASTRO, C. **Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: j. Zahar, 1995.

CITTADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar: o Governo João Agripino (1967-1971)**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

CORADINI, O. L. (Org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

CORREA, José Carlos. **A Gazeta – Vitória- ES – do jornalismo partidário à gestão profissional**. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Comunicação) – Faculdade Cândido Mendes, Vitória, 2004.

CORREA, José Carlos. **A Gazeta – Vitória- ES – do jornalismo partidário à gestão profissional**. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Comunicação) – Faculdade Cândido Mendes, Vitória, 2004.

D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (Orgs). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, 3ª edição.

DALMÁSIO, Dora. **Biografia de João Calmon**. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda, 2005

DELLA CAVA, Ralph. **A igreja e a abertura 1974-1985**, in STEPAN, Alfred (Org). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

DIAS, José Alves, **Rumo ao palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966 – 1982)**. 2009. 205 f. Tese (doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

DINIZ, Eli. **O ciclo autoritário: a lógica partidário-eleitoral e a erosão do regime**. In: LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (org.) **O balanço do poder, formas de dominação e representação**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora/IUPERJ, 1990, p. 74.

DOCKHORN, Gilvan. **A redefinição do Estado autoritário brasileiro: a perspectiva do parlamento sul-riograndense (1974-1984)**. 2004. 410 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, RJ, Vozes, 1981.

DULLES, John W. F. **Castelo Branco: o Presidente Reformador**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1983.

FELIPE, Ednilson Silva. **Instituições e mudanças institucionais numa ótica evolucionária: uma abordagem a partir dos conceitos e da metodologia neo-schumpeteriana**, 130f. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Covilização Brasileira, 2011.

FICO, Carlos. Além do golpe. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro, Record, 2004.

FICO, Carlos. Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 - 2004

FICO, Carlos. **O Grande irmão: da operação broder San aos anos de chumbo**. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FRANCO, Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. **O Espírito Santo na República**. Vitória: Multiplicidade, 2005.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GARCIA, Amanda; MOTA, Euller; DIAS, Max. A República e a frustrada instauração da modernidade. In: MARTINUZZO, José Antônio. **Diário Capixaba: 115 anos de imprensa oficial no Espírito Santo**. Vitória, Imprensa Oficial: 2005.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 a.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 b.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008

GOULARTE, Rodrigo. **Figurões da terra: trajetórias e projetos políticos no Espírito Santo de oitocentos**. 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

GRAZZIOTTI, Marinete Simões. **Dever do estado e direito do cidadão: as políticas públicas no governo varguista no Espírito Santo (1930-1945)**, 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em História)

– Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

GRINBERG, Lúcia. (1998) **A Aliança Renovadora Nacional (ARENA): A criação do bipartidarismo e do partido do governo**. Niterói, UFF, Dissertação de Mestrado.

GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GRINBERG, Lúcia. Uma memória política sobre a Arena: dos Revolucionários de primeira hora” ao “Partido do Sim, Senhor”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 141-159.

GRYNSZPAN, Mario; GRILL, Igor Gastal. Apresentação. Dossiê Elites: Recursos e legitimação. **Revista Pós Ciências Sociais**. Universidade federal do Maranhão (UFMA) v.8, n.15, jan. /jun. 2011.

GURGEL Antonio de Pádua. **Menino da Ilha**. Vitória, 1998.

GURGEL, Antonio de Pádua et al. **Dr. Carlos, um homem do campo e sua relação com o poder**. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda, 2000.

GURGEL, Antônio de Pádua. **Mario Gurgel**. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2008.

GURVICH, Georges. Agrupamentos particulares e classes sociais. In. **Tratado de Sociologia**. V.1, São Paulo: Martins Fontes, 1977. p. 259-282.

HEINZ, F.M. (Org.) **Por uma outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda: a democratização do final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ – IBC. **O programa de diversificação econômica do Espírito Santo**. Vitória, IBC: 1966.

JENKS, Margareth S. **Political Parties in Authoritarian**. Phd Dissertation. Duke University, 1979.

KECK, Margareth. **PT – a lógica da diferença**. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

KINZO, Maria D'alva G. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

KLEIN, L., FIGUEIREDO, M. F. **Legitimidade e coação no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

LAMOUNIER, Bolívar (Org.). **De Geisel a Collor: o balanço da Transição**. São Paulo: Sumaré/Idesp: 1990.

LAMOUNIER, Bolívar (org.). **O voto de desconfiança: eleições e mudança social no Brasil 1970-1979**. São Paulo: Vozes, 1980.

LAMOUNIER, Bolívar. **Partidos e utopias: o Brasil no limiar os nos 90.** São Paulo: Edições Loyola, 1989.

LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique. **Os Partidos e as Eleições no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1975.

LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELO, Raquel. **Partidos políticos e consolidação democrática – o caso brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAVAREDA, Antonio. **A democracia nas urnas.** O processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo, 1991.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** São Paulo: Alfa & Ômega, 1978.

LEÃO, Elisabeth. **Do MDB ao PMDB.** Brasília: Fundação Ulisses Guimarães, 2004.

LIMA Jr., Olavo Brasil de. Articulação de interesses, posição sócio-econômica e ideologia: as eleições de 1976 em Niterói. In: REIS, F.W. (org.). **Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro.** São Paulo: Símbolo, 1978.

LIMA JUNIOR, Carlos Benevides. **Jones dos Santos Neves.** Vitória: Contexto, 2005.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. **Os partidos políticos Brasileiros: a experiência regional e federal (1945-1964).** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LOBINO, Camilla Ferreira. **As entidades associativas não governamentais e o monocultivo do eucalipto no Espírito Santo.** 2008. 201 f. dissertação (mestrado em planejamento urbano e regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008

MADEIRA, Rafael Machado. **Arena ou Arenas? A coesão partidária da legenda do Regime Militar em três estados brasileiros.** 2002. 241 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

MADEIRA, Rafael Machado. **Vinhos antigos em novas garrafas: a influências de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro.** 2006. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MAINWARING, Scott P.. **Sistema partidários em novas democracias: o caso do Brasil.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001; Rio de Janeiro: FGV.

MARQUES, Ângela Peralva Baumgratz. **Considerações sobre o desempenho político-eleitoral do Partido dos trabalhadores em Minas Gerais, entre 1989 e 2002.** 230f. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

MARTINS, Ademar. **Espírito Santo: miniatura eleitoral do Brasil.** Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte: Reunidas, n. 43, p. 177-198, Jul./1976.

MAZZEI, Victor Reis. **Jornal O Diário: a censura e o papel da publicidade nos anos de chumbo (1968-1974)**. 2011. 214 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

MEDEIROS, Antônio Carlos. **Espírito Santo: a industrialização como fator de desautonomia relativa**. 1977. 173 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1977.

MEDEIROS, Rogério. **A rica trajetória do JK capixaba**. Século Diário. Vitória, Ano II, p. 1-3, fev. 2002.

MEDEIROS, Rogério; NETTO, Marcelo. **Memórias de uma guerra suja: Claudio Guerra**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2012.

MELHEM, Célia Soibelman. **Política de botinas amarelas: o MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988**. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política da USP, 1998.

MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de. **O êxtase autoritário: a política educacional de segurança nacional no período Vargas e sua repercussão no Espírito Santo (1930-1940)**. São Paulo, 2002. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Departamento de História, 2002.

MENEGUELO, Raquel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1995)**. São Paulo: Paz & Terra, 1998.

MENEGUELO, Raquel. **PT – A formação de um partido (1979-1982)**. São Paulo: Paz & Terra, 1989.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à História dos Partidos Políticos no Brasil**. Belo Horizonte. Editora UFMG. 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Partido e sociedade: a trajetória do MDB**. Ouro Preto: UFOP, 1997.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Dados Eleitorais no Brasil, 1982-1996**. Rio de Janeiro, Revan/Iuperj, 1998.

NICOLAU, Jairo. **História do Voto no Brasil**. 1º. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. 2008. 326 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

OLIVEIRA, Ueber José de. Desenvolvimento urbano-industrial e transformações político-eleitorais no Brasil e no Espírito Santo (1950-1990). In. SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró (Org.). **Desenvolvimento brasileiro: alternativas e contradições**. Vitória: Grafitusa, 2010.

ORLANDI. Eni Puccinelli. **Discurso & Leitura**. São Paulo: Cortez/Edunicamp, 1988.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partido:** organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 125.

PEREIRA, André Ricardo Vale Vasco. Coalizões de governo no presidencialismo. **Dimensões Revista de História da Ufes**, Vitória, n. 12, 2001.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Por baixo dos panos:** governos e assembleias no Brasil Republicano. 2004. 239 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PEREIRA, Guilherme Henrique. **Política industrial e localização de investimentos e o caso do Espírito Santo.** Vitória: Edufes, 1998.

PEREIRA, Valter Pires. **O Leviatan Tupiniquin.** Vitória: no prelo, 2005.

PEREIRA, Valter Pires. OLIVEIRA, Ueber José de; MARVILLA, Miguel; GABRECHT, Ana. **Ditaduras não são eternas:** memórias da resistência ao golpe de 64 no Espírito Santo. Vitória: Flor&Cultura; Assembléia Legislativa do Espírito Santo, 2005.

PINTO, Carolina Julia. **Partido dos trabalhadores 20 anos:** a institucionalização da rebeldia. Trajetória no Espírito Santo. Formação do PT na cidade de Viana: 2001. 152 f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2001.

PUTNAM, Robert. (2000). **Comunidade e Democracia.** Rio de Janeiro. Editora FGV.

REIS, Daniel Aarão, RIDENTE, Marcelo e SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois** (1964/2004). São Paulo, Edusc, 2004.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia:** questões controversas. In. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Ditadura e democracia no Brasil (Org.). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e Democracia: questões e controvérsias. In. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **Democracia e Ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.

REIS, F.W. (org.). **Os partidos e o regime:** a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo: Símbolo, 1978.

REIS, Fábio Wanderley (Org.). **Os partidos e o regime:** a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo: Símbolo, 1978.

RESENDE, Maria Efigenia Lage de. O processo Político na Primeira república e o Liberalismo Oligárquico, in. FERREIRA, Jorge e outros. **O Brasil Republicano, o tempo do liberalismo excludente.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

RESENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil:** repressão e pretensão de legitimidade. 2. ed. Londrina: Eduel, 2003.

RIBEIRO, Diones Augusto. **Busca à primeira grandeza: o Espírito Santo e o Governo Moniz Freire (1892-1896)**, 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

RIBEIRO, Luiz Claudio. **O casamento das elétricas capixabas: um estudo da história da Escelsa Espírito Santo Centrais Elétricas S/A (1951-1968)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. 2008. 306 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2008.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo (1955-1985)**. Vitória, ES: FCAA, 1991.

RODRIGUES, Lélío. **Arquitetando investimentos para o desenvolvimento**. Apresentação no Seminário +/- 40 anos de industrialização retardatária do Espírito Santo. Seminário Gpideca, Ufes, 2009.

RODRIGUES, Lélío. **Perspectiva de desenvolvimento integrado do Espírito Santo, no próximo decênio, a partir do crescimento econômico assegurado pelos Grandes Projetos**. Vitória, BANDES: 1973.

ROSA, Josineide. **Os interesses e ideologias que nortearam as políticas públicas na educação no Governo Vargas 1930-1945: o caso do Espírito Santo**. 351 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Mídia e Política no Brasil**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1999.

SALETTTO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo**. Vitória: Edufes, 1996b.

SALETTTO, Nara. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)**. Vitória: Edufes, 1996a.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. (Org.); CLAUDIO, A. (Org.). **Historia da propaganda republicana no estado do Espírito Santo**. 1. ed. vitoria: Gráfica do Espírito Santo, 2002.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **Memória do Desenvolvimento do Espírito Santo – Grandes Nomes – Américo Buaid**. Editora GSA: Vitória-ES, 2011.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. O território do Espírito Santo no fim da era colonial. In. BITTENCOURT, Gabriel (Org.). **Espírito Santo: um painel da nossa história**. Vitória: EDIT, 2002.

SANTOS, W. G. dos (Org.) **Votos e partidos: almanaque de dados eleitorais: Brasil e outros países**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SANTOS, W. G. dos. **O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira**. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Ed. UFMG, Iuperj, 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Sessenta e quatro: anatomia da crise**. São Paulo: Vértice, 1996.

SCHMITT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro, Campus, 1982.

SILVA, Carlos Eduardo de Melo Viegas da. **O Sistema de Planejamento Estratégico do Exército Brasileiro (SIPLEX): Uma análise da doutrina militar terrestre do Exército Brasileiro e do seu planejamento (2002- 2007)**. 2009. 218 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2009.

SILVA, Cleber de Deus Pereira. **O novo arranjo federativo brasileiro, o regime multipartidário e a competição política municipal no Ceará e no Piauí em 1996, 2000 e 2004**. 2004. 199 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, Justo Corrêa. **Espírito Santo: o processo de industrialização e a formação da estrutura do poder executivo – 1967/1983**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1993.

SILVA, Maria José Santos da. **A Experiência Bipartidária em Pernambuco (1966-1978): O Destino Incerto**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1990. (Orientador: Terrie Ralph Grothe).

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

SILVA, Marta Zorzal e. **Trajetória político-institucional recente do Espírito Santo**. In: Instituto Jones dos Santos Neves. Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória, ES, 2010, p. 29-66.

SILVEIRA, Flavio Eduardo. **A decisão do voto no Brasil**. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

SIMÕES, R. G. Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo. In: BITTENCOURT, G. **Espírito Santo: um painel da nossa história**. Vitória: Edit, 2002.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória (1950-1980)**. Vitória: Edufes, 2001.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **O desenvolvimento do porto de Vitória 1870-1940**. Vitória: CODESA, 1995.

SIRKIS, A. **Os carbonários: memórias da guerrilha perdida**. São Paulo: Global, 1980.

STONE, Laurence. **Prosopography**. In: Daedalus: journal of American Academy of Arts and Sciences, vol. 100, nº 1, 1971, p. 46-79.

SUETH, José Cândido Rifan. **Espírito Santo: um estado satélite na Primeira República:** de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

SUETH, José Cândido Rifan; FRANCO, Sebastião Pimentel. **A dependência do Espírito Santo entre três mandatos e duas políticas:** as administrações Moniz Freire e Jerônimo Monteiro. Revista *Ágora*, Vitória, nº2, 2005, p. 1 - 31. Departamento de História, Universidade Federal do Espírito Santo.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da Nação:** Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964. 2006. 336 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

VASCOCELLOS, João Gualberto. **Memória do Desenvolvimento do Espírito Santo:** grandes nomes. Vitória: Espírito Santo em ação, 2010.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. **A invenção do Coronel:** ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: SPDC, 1995.

VERSIANI, Maria Helena. **Padrões e práticas na política carioca:** os deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962 e em 1970. 2007. 226 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

VESCOVI, Alessandro. **À luz dos vitrais:** a história da arquidiocese de Vitória, Espírito Santo, no período entre 1979 e 1984, a partir da trajetória política de Dom João Batista da Mota e Albuquerque. 2007. 159f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

VIANA FILHO, L. **O governo Castelo Branco.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

VIANNA, Luiz Werneck. **Esquerda Brasileira e tradição Republicana:** estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula. Rio de Janeiro: Reven, 2006.

VIEIRA, José Eugênio. **A História político-eleitoral do Espírito Santo de 1982 a 1992.** Vitória: Vida Editora, 1993.

VILLA, Marco Antônio. **Jango: um perfil (1945-1964).** 1. ed. São Paulo: Globo, 2004.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber Jose de. Visões compartilhadas e coalizão de possibilidades: a antessala do processo de industrialização. In: VILLASCHI, Alindo. (Org.). **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento.** 1º ed. Vitória-ES: Flor&Cultura, 2011a, v. 1, p. 29-51.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber Jose de. Da crise econômica ao consenso das necessidades: o Governo Christiano Dias Lopes (1967-1971). In: Arlindo Villaschi. (Org.). **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento.** 1º ed. Vitória-ES: Flor&Cultura, 2011b, v. 1, p. 53-76.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber Jose de; O Governo Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975) e a segunda muleta. In: Arlindo Villaschi. (Org.). **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento**. 1º ed. Vitória-ES: Flor&Cultura, 2011c, v. 1, p. 77-103.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber Jose de; O Mercado funcionou! O aprofundamento da desautonomia do Estado e a diversificação da economia capixaba nos anos 1980-2000. In: Arlindo Villaschi. (Org.). **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento**. 1º ed. Vitória-ES: Flor&Cultura, 2011d, v. 1, p. 105-135.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber Jose de. Ampliação e aprofundamento do segundo ciclo da economia e recuperação da legitimidade do governo estadual.. In: Arlindo Villaschi. (Org.). **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento**. 1º ed. Vitória-ES: Flor&Cultura, 2011e, v. 1, p. 227-252.

VILLASCHI, Alindo. (Org.). **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento**. 1º ed. Vitória-ES: Flor&Cultura, 2011.

VILLASCHI, Arlindo. (Org.). **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento**. 1º ed. Vitória-ES: Flor&Cultura, 2011, v. 1.

VILLASCHI, Arlindo. Revisitando o tema Fundap. Blog de Economia Capixaba. Disponível em: <http://economiecapixaba.wordpress.com/2012/02/06/86/>. Acesso em: 14 mar. 2012, p.1.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**: memórias de um repórter. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Editora Pensamento Cultrix, 1968.